



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIEL ALENCAR DE CARVALHO

**MONTEIRO LOBATO, “GENERAL DO PETRÓLEO”: CONTROVÉRSIAS
CIENTÍFICAS, FICÇÕES E FUTUROS EM DISPUTA NA CAMPANHA PRÓ-
PETRÓLEO (1931-1941)**

FORTALEZA

2021

DANIEL ALENCAR DE CARVALHO

MONTEIRO LOBATO, “GENERAL DO PETRÓLEO”: CONTROVÉRSIAS
CIENTÍFICAS, FICÇÕES E FUTUROS EM DISPUTA NA CAMPANHA PRÓ-
PETRÓLEO (1931-1941)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
História do Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor em
História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kênia Sousa Rios.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C322m Carvalho, Daniel Alencar de.

Monteiro Lobato, "General do Petróleo" : controvérsias científicas, ficções e futuros em disputa na campanha pró-petróleo (1931-1941) / Daniel Alencar de Carvalho. – 2021.
314 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios.

1. Monteiro Lobato. 2. Petróleo. 3. Temporalidade. 4. Tecnociência. 5. Ficção. I. Título.

CDD 900

DANIEL ALENCAR DE CARVALHO

MONTEIRO LOBATO, “GENERAL DO PETRÓLEO”: CONTROVÉRSIAS
CIENTÍFICAS, FICÇÕES E FUTUROS EM DISPUTA NA CAMPANHA PRÓ-
PETRÓLEO (1931-1941)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
História do Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor em
História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kênia Sousa Rios.

Aprovada em: 17/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Kênia Sousa Rios (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof^ª. Dra^ª. Tania Regina de Luca
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, sobretudo à minha mãe, Cláudia Rejane Alencar.

À Marliene Maiara de Meneses, a primeira leitora desta tese. Devo muitas das ideias aqui perscrutadas às nossas conversas; e a conclusão do estudo ao seu suporte. Agradeço a nossa vida juntos e, mais importante, o seu amor. Sem dúvida, estar contigo é o que há de melhor na vida.

Aos companheiros dos cursos de graduação, mestrado e doutorado em História da Universidade Federal do Ceará. Certamente, vocês tornaram esta trajetória mais leve. Para mim, seria impossível nomear tantas pessoas, mas deixo meu mais sincero agradecimento ao amigo Paulo César dos Santos, orgulho do “Grande Siqueira”.

Aos professores e professoras do Departamento de História. Durante anos, estudei com docentes que tomaram e tomam para si a missão de transformar a vida dos seus alunos e alunas, e que instigam a vocação ontológica do “ser mais”, através de suas aulas. Em especial, agradeço as contribuições e oportunidades oferecidas por Ana Rita Fonteles Duarte, Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho, Eurípedes Antônio Funes, Francisco Régis Lopes Ramos, Jailson Pereira da Silva e Meize Regina de Lucena Lucas.

À minha orientadora Kênia Sousa Rios, a primeira pessoa a acreditar nas minhas temáticas de pesquisa. Não foram poucas as ocasiões em que eu entrei em sua sala e pedi ajuda aqui ou ali – e, em todas elas, sempre fui encorajado a seguir adiante. Penso que a nossa atuação é, enquanto educadores, desenvolver a autonomia intelectual dos discentes, algo que aprendi com as suas aulas e orientações. Repito aqui o que escrevi há cinco anos, na dissertação de mestrado: “Com você, entre tantas coisas, entendi a intensidade, a vivacidade e a coragem da imaginação, dos sonhos; entendi que sem encanto, devaneio e boniteza não há história”.

Aos professores e professoras do colégio Canarinho Sapiens. Obrigado a todos por segurarem as pontas por mim tantas vezes e aguentarem, sem reclamar, o meu entusiasmo com a obra lobatiana. Agradeço à Jane Mara Ximenes de Sousa, ao Jeferson Weyne Maciel Filho, à Juliana Machado Salles e à Iara Lopes Oliveira a confiança, a amizade e as trocas diárias.

Por fim, agradeço aos funcionários da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato, em São Paulo, o auxílio na consulta dos acervos documentais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta tese visa compreender a atuação do escritor Monteiro Lobato na indústria de óleo e gás, entre 1931 e 1941. Durante os anos 1930, o contista encetou uma campanha pró-petróleo no Brasil. O seu ideário era transmutar a nação em um estado soberano e rico, tal qual os Estados Unidos da América, através do ferro e do ouro negro. No entanto, já que os discursos oficiais, oriundos do Ministério da Agricultura, negavam a existência de óleo mineral em território nacional, restou-lhe a constituição de empresas privadas, assentes na compra e na venda de ações. Além disso, Monteiro Lobato não era engenheiro, técnico ou geólogo, ou seja, não tinha em si as credenciais necessárias para os investimentos no setor petrolífero. Como angariar acionistas e recursos econômicos indispensáveis ao andamento das companhias? Para conseguir aliados em sua causa, o escritor recorreu a sua glória como literato; redigiu textos, no intuito de transformar o petróleo em interesse nacional. Nesta investigação, interessa-nos entender como as discussões científicas sobre o “óleo de pedra” estavam vinculadas com a retórica literária do criador da boneca Emília. Como ele usou a literatura em sua missão? Como uniu a imaginação e a tecnologia nesta atividade? Dessa maneira, analisaremos as cartas, as entrevistas, as matérias e as notícias nos jornais, os textos de Monteiro Lobato e de outros “pioneiros”, em suma, com o objetivo de alcançar estes enlaces, as tramas de uma ficção científica. A tecnociência não está isolada das tensões sociais ou mesmo da invenção de estórias, nesta perspectiva; aqui, veremos os elos entre ficção e tecnologia na formação da indústria petrolífera nacional, na qual literatura e ciência se imiscuíram nas disputas políticas. No Brasil, as lutas em torno do sangue negro da terra criaram miragens que nos movimentam até hoje.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; petróleo; temporalidade; tecnociência; ficção.

ABSTRACT

This thesis aims understand activities of the writer Monteiro Lobato in oil and gas industry, between 1931 and 1941. During the 30s, the author started a campaign pro petroleum in Brazil. His idea was to transmute the nation into a sovereign and rich country, just like the United States of America, through iron and black gold. However since the official speeches coming from the Ministry of Agriculture denied the existence of mineral oil in the national territory, Lobato was left with the constitution of private companies, based on the acquisition and sale of stocks. In addition, Monteiro Lobato was not an engineer, technician or geologist, in other words, he did not have, in himself, the necessary credentials for investments in the oil sector. How to attract shareholders and the economic resources that are essential to the progress of companies? To find allies in his cause, the writer appealed to his glory as a literate; he worked with the intention to transform oil into national interest. In this investigation, we are interested in understanding how the scientific discussions about “stone oil” were linked to the literary rhetoric of the creator of the doll Emília. How did he use literature in his mission? How did he link imagination and technology in this activity? In this way, we will analyze the letters, the interviews, the articles and the news in the newspapers, the texts of Monteiro Lobato and other “pioneers”, in sum, to achieve these interlocks, the plots of a science fiction. Technoscience is not isolated from social tensions or even from the invention of stories, in this perspective; here, we will see the links between fiction and technology in the formation of the national oil industry, in which literature and science was intertwined in political disputes. In Brazil, the competition over the black blood from land created mirages that still move us today.

Keywords: Monteiro Lobato; petroleum; temporality; technoscience; fiction.

RESUMÉ

Cette thèse vise à comprendre l'action de l'écrivain Monteiro Lobato dans l'industrie huile et gaz, entre 1931 et 1941. Au cours des années 1930, le conteur a lancé une campagne pro-pétrole au Brésil. Son concept était de transformer la nation en un État souverain et riche, tout comme les États-Unis d'Amérique, à travers le fer et l'or noir. Toutefois, comme les discours officiels, originaire du ministère de l'Agriculture, niaient l'existence d'huile minérale sur le territoire national, il était resté à lui la création de entreprises privée, basées sur l'achat et la vente d'actions. De plus, Monteiro Lobato n'était ni ingénieur, ni technicien ni géologue, c'est-à-dire qu'il n'avait pas en lui-même les qualifications nécessaires pour investir dans le secteur pétrolier. Comment collecter des actionnaires et des ressources économiques indispensables au progrès des entreprises? Pour obtenir des alliés dans sa cause, l'écrivain a été utilisé sa gloire de littéraire; il a rédigé des textes pour transformer le pétrole en intérêt national. Dans cette recherche, nous intéressé à comprendre comment les discussions scientifiques sur «l'huile de pierre» étaient liées à la rhétorique littéraire de le créateur de la poupée Emília. Comment a-t-il utilisé la littérature dans sa mission? Comment avez-vous allié imagination et technologie dans cette activité? Cette manière, nous analysons les lettres, les interviews, les articles et les nouvelles dans les journaux, les textes de Monteiro Lobato et d'autres «pionniers», en bref, dans le but d'atteindre ces liens, les intrigues d'une science-fiction. La technoscience n'est pas isolée des tensions sociales ni même de l'invention d'histoires, dans cette perspective; ici, nous verrons les liens entre fiction et technologie dans la formation de l'industrie pétrolière nationale, dans laquelle littérature et science se sont engagées à les conflits politiques. Au Brésil, les luttes autour du sang noir de la terre ont créé des mirages qui nous émeuvent encore aujourd'hui.

Mots-clés: Monteiro Lobato; pétrole; temporalité; technoscience; fiction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fragmento da carta aberta para Monteiro Lobato	308
Figura 2 – Fotografia do sr. Francisco Sylvino Gurgel conversando com os redatores do <i>Correio Paulistano</i>	309
Figura 3 – Capa de <i>A luta pelo petróleo</i> , de Essad Bey	310
Figura 4 – Fragmento do texto “A marquezinha do Riacho Doce”, de Monteiro Lobato .	311
Figura 5 – Fac-símile de uma publicação no matutino “O Radical”, em 17 de abril de 1935	312
Figura 6 – Fragmento do texto “A primeira referencia a grandes reservas de petroleo no Brasil”, de Monteiro Lobato	313
Figura 7 – Fotografia de Getúlio Vargas com a mão suja de petróleo da refinaria de Mataripe – Bahia, em 1952	314

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMP	Companhia Mato-grossense de Petróleos
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNP	Companhia Nacional de Petróleo
CPB	Companhia Petróleos do Brasil
DEOPS-SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
ELBOF	Elektrische Bondenforschung
SGMB (ou SG)	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MONTEIRO LOBATO, METALURGISTA – TUPY, OR NOT TUPY	28
3	A CIA. PETRÓLEOS DO BRASIL E O PROJETO LOBATIANO	65
3.1	A formação da Cia. Petróleos do Brasil e a consecução do projeto lobatiano	65
3.2	A ficção científica do Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero	86
3.3	Monteiro Lobato, <i>führer</i> da Cia. Petróleos do Brasil	102
4	MONTEIRO LOBATO, INTELECTUAL DA CAMPANHA PRÓ-PETRÓLEO	121
4.1	O incrível Francisco Sylvino e os arrotos de patriotismo na escritura lobatiana	121
4.2	A tese do general e o romance do petróleo à deriva	139
4.3	O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha “descobre” petróleo em Alagoas? A emergência das ficções na campanha do petróleo	159
4.4	O romance policial do petróleo no Brasil	182
5	AS TRAPAÇAS NA CAMPANHA PRÓ-PETRÓLEO	207
5.1	A Cia. Donabentense de Petróleo – trapaça e triunfo de Monteiro Lobato .	207
5.2	Peter Pan encarcerado ou a literatura condenada	233
5.3	O sacrifício do Cordeiro: fabricação do petróleo e ressentimento na campanha pró-petróleo	261
6	CONCLUSÃO	286
	REFERÊNCIAS	290
	APÊNDICE A – FONTES	295
	ANEXO A – FIGURAS	308

1 INTRODUÇÃO

Os manuais, bem como os textos de divulgação e obras filosóficas acerca do estado da arte das ciências, enganam os leitores. Observemos a seguinte enunciação, a tratar do óleo e gás no Brasil: “Em terra, também temos uma importante produção, concentrada principalmente nas regiões Norte e Nordeste e, em menor escala, no Sudeste, na área do Espírito Santo”, ensina a Petrobras¹. Dessa maneira, a assertiva não causa sustos ou vacilações, já que, indubitavelmente, encontramos óleo mineral em território nacional. Os manuais e as literaturas análogas registram os resultados estáveis de suas áreas, seus instrumentos, métodos e objetos aceitos entre os cientistas e os leigos, e ignoram a história da disciplina, quer dizer, as tensões sociais que engendraram tais conhecimentos², vistos como *caixas-pretas*³. Porém, as assertivas mais triviais, da mesma forma que acima, sem autoria, acrônicas, não surgiram sem antes mostrarem-se minimamente confiáveis, dignas de nota. Para isso, a afirmação teve de resistir às curvas e aos desvios da ciência em ação.

Os axiomas científicos não surgem ao acaso, nem sem o martírio e a obstinação dos sujeitos historicamente situados que os instituíram. O intento em tornar as reservas de petróleo em campos marítimos e em terras conhecidas no Brasil ocasionou recontros entre os precursores e os descrentes, os engenheiros, os cientistas, os burocratas nacionais e os estrangeiros, a iniciativa privada e os órgãos públicos, a entusiasmar e a angustiar os envolvidos. Os assertos na literatura tecnocientífica incitaram os investigadores aos maiores cometimentos, a revirar suas emoções na controvérsia, no instaurar uma Natureza da qual não se poderia duvidar. O escândalo do petróleo mostra-se elucidativo disso. O engenheiro suíço Charles Frankie, da Cia. Petróleos do Brasil, encontrou a seguinte missiva de um amigo “petroleiro” em junho de 1935:

¹ PETROBRAS. Exploração e produção de petróleo e gás. *Petrobras*, 2019. Disponível em: www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/. Acesso em 06/01/2019, 10:34.

² KUHN Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 231.

³ De acordo com Bruno Latour, a “expressão *caixa-preta* é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais”. No âmbito da tecnociência, uma *caixa-preta* é “uma robusta certeza intemporal” construída a partir do recrutamento e do arranjo de vários elementos, humanos ou não humanos, transladação de interesses e tomadas de decisão a fim de controlar os aliados seduzidos, bem como evitar sua dispersão, no intuito de constituir *fatos* duros em meio às controvérsias científicas. Cf. LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão da tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. pp. 4, 33.

Recebi sua estimada carta. Antes de mais nada desejamos que sua Exma. Esposa e novo petroleiro estejam passando o melhor possível e que ele prossiga resoluto no petróleo herdando a coragem do pai.

A sua carta veio me encontrar no leito, não que eu gosto dele. Mas devido os médicos e pessoas da família e amigos que sabiam da minha enfermidade. Tenho passado mal. Febre até quase 39, dores de pulmão horríveis tenho ultimamente melhorado. Dores de cabeça e etc. e acho que tudo por causa do nosso ideal: petróleo. Basta dizer que por ele descuidei completamente de minha saúde e só depois de bem adoentada e por imposição de médicos fiquei na cama. Mas eu sou um soldado que nasceu para morrer na sentinela e é por isso que fuji [sic] de casa e apesar do mau tempo de hoje sábado da assembleia, estou no Office. Gosto sempre de luta e gosto ainda mais de ver seu final. Como tenho estado isolado do centro petroleiro, nada tenho sabido, e eceto [sic] que ai tudo vai bem. [...]

Sempre o [Álvaro]

NB” quando nos encontrarmos falarei duma pessoa que apesar de estar muito próximo, é uma grande e implacável inimigo e isto se verá em tempo.⁴

O escrito de Álvaro ressalta que antes da Ciência (com “c” maiúsculo), isto é, as ideias inumanas, estáveis, isentas e objetivas, distantes da mistura de humanos e não-humanos na sociedade, encontramos a nebulosa incerta da Pesquisa, a mixórdia entre ciência, economia e política, a indecisão entre o subjetivo e o objetivo, o nervosismo ante os instrumentos técnicos necessários e a carência de recursos econômicos. No princípio era a Pesquisa, e da Pesquisa surgiu o “cosmo” de uma “desordem”, ou uma Natureza domada⁵. Hoje, aceitamos a existência das reservas de óleo e gás em território nacional graça às febres de 39°C, às dores de cabeça, também às horríveis de pulmão, de investigadores esculcas, as sentinelas avançadas da campanha pró-petróleo no Brasil, a encarar inimigos reais e moinhos de vento. Só com esses acontecimentos, o ouro negro firmou-se como uma “realidade” e adentrou nos compêndios tal e qual visto no início.

Certamente, os manuais não visam contar a história de sua disciplina, mas esclarecer a estrutura do paradigma vigente, suas normas e conjunto de problemas. A literatura pedagógica, aliás, volta-se à sua trajetória somente em deferência aos “grandes

⁴ Carta de Álvaro [?] a Charles Frankie. S.l., 35, 06, 15. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00072). Nesta tese, a correspondência entre Monteiro Lobato e o engenheiro suíço Charles Frankie será retomada em vários momentos. Por isso, gostaria de agradecer a iniciativa da Dra. Kátia Nelsina Pereira Chiaradia, que transcreveu os documentos na íntegra, em seus estudos acadêmicos. Iniciativas como essa ajudam os pesquisadores de outros estados a dar seguimento aos seus trabalhos sobre a biografia de Monteiro Lobato. Aqui, no momento de citar os trechos das missivas, optei por colocar a sua referência tal qual se encontra no Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP, indicada por Kátia. Cf. CHIARADIA, Kátia Nelsina Pereira. *Edição de textos fidedigna e anotada das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-1937)*: edição e estudo da correspondência entre Monteiro Lobato, Charles Frankie e alguns companheiros da Campanha Petrolífera, como Edson de Carvalho. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2016; e CHIARADIA, Kátia. *Ao amigo Franckie, do seu Lobato*: estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-37) e sua presença em *O Escândalo do Petróleo* (1936) e *O Poço do Visconde* (1937). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

⁵ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 35.

heróis de uma época anterior”, de acordo com Kuhn, e mesmo assim, a inseri-los numa continuidade mítica ao ignorar as regras científicas de outrora⁶, bem como as confusões na Pesquisa, o microcosmo social ausente da Ciência fria. Nossa intenção, nesta tese, mostra-se outra. No rastro de Bruno Latour, volveremos as raízes e as gavinhas dos estudos científicos, remontaremos às articulações e às redes da tecnociência⁷; em suma, não investigaremos uma Ciência exangue, em busca de uma verdade absoluta, mas a “ciência em ação”, rizomática em seu relativismo. Para tanto, renunciaremos as afirmações categóricas momentaneamente e, em contrapartida, avançaremos rumo aos laboratórios, aos escritórios, às reuniões de acionistas e aos campos de prospecção, nos quais nossos conhecimentos do subsolo nacional foram engendrados.

Nossa incursão na ciência em ação tenciona entender o seguinte: como o petróleo vinculou-se à história do Brasil? Por que conectamos o óleo e o gás com os maiores interesses nacionais? Que translações uniram as ciências do subsolo e os destinos políticos da nação? Para isso, temos que adentrar nas controvérsias científicas em relação à constituição geológica do território nacional iniciadas nos anos 1930 e também enjeitar as ideias de “ciência pura” e “política pura”, já que, nesse caso, interessa-nos as misturas entre esses e outros domínios. Somente assim compreenderemos como uma campanha pró-petróleo conseguiu ser encabeçada por um escritor de literatura infantil, Monteiro Lobato.

Monteiro Lobato (1882-1948), em verdade, não era tão só um escritor sobejamente conhecido. O sociólogo e crítico literário Antonio Candido o conceituou “complexo e instável, muito moderno para ser passadista, muito ligado à tradição literária para ser modernista, ponto de encontro de duas épocas e duas mentalidades, símbolo da transição da nossa literatura, exemplo de labor intelectual e de consciência literária”⁸. Como assim? Se não existem divergências entre o estético e o ético, uma vez que, segundo Michel de Certeau, “o estético, no fundo, é apenas o aparecer ou a forma da ética no campo da linguagem”⁹, resta interrogar quais épocas e quais mentalidades revestiam o contista em análise.

⁶ KUHN Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 233-234.

⁷ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 38.

⁸ CANDIDO, Antonio. Notas de crítica literária: Monteiro Lobato. *Folha da Manhã*, São Paulo, Domingo, 10 de dezembro de 1944, p. 7.

⁹ CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 111.

Cotejando os dados biográficos de Monteiro Lobato com os processos históricos da primeira metade do século passado, observaremos que o literato não apenas testemunhou as vicissitudes da sociedade brasileira, mas envolveu-se ativamente, alastrou suas convicções. Neto de visconde, ainda menino, encontrava-se nas fazendas do Vale do Paraíba na ocasião da abolição da escravatura e da proclamação da república. Na qualidade de promotor público de Areias, interior paulista, e de proprietário arruinado, vivenciou a estagnação das “cidades mortas” e o decaimento da cultura do café no norte do estado, à medida que a “onda verde” espargia no Oeste, mais ou menos entre 1907/1918¹⁰. Corolário dessa mudança, o crescimento urbano de São Paulo foi examinado em seus artigos de imprensa. O advento de novas tecnologias (cinema, automóveis, carros), os recentes sistemas de produção (os “princípios da prosperidade” de Henry Ford), as vanguardas artísticas, a imigração e a fluidez das culturas em coexistência têm lugar nos textos lobatianos dessa época¹¹.

Não obstante o entusiasmo com a tecnociência, a situação dos lavradores era incongruente com os modelos de comportamento importados, *chics* ou *smarts*, e não sugeria ilusões de progresso. Monteiro Lobato redigiu seus contos ao atentar, não sem prejulgamentos, essas gentes incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso, nos seus termos. Desse lugar de latifundiário, criou Jeca Tatu, o estereótipo que logo foi tornado símbolo nacional¹². Posteriormente, em 1918/1919, o polemista argumentaria em favor do saneamento básico do interior, em concordância com os médicos da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil¹³. Os caboclos não estavam mais sentenciados em termos raciais, já que se encontravam doentes. Convém acentuar que as ideias lobatianas não constituem um sistema dogmático; longe disso, as revisões, as inconstâncias e as negações de princípios ou convicções marcam sua atuação nos vários setores em que atuou.

Para mais, também se integrou na indústria do livro, através da *Revista do Brasil*, acaso o periódico de maior prestígio entre os intelectuais dos anos vinte¹⁴, da Monteiro Lobato & Cia. Editores, da Gráfica-Editora Monteiro Lobato e da Cia. Editora Nacional, com

¹⁰ Cf. os contos de LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009.

¹¹ Cf. os artigos de LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008, acerca da segunda fundação de São Paulo, isto é, a formação da grande metrópole; as críticas em LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008 sobre as vanguardas artísticas e o seu ideal de arte “brasileira”; e a tradução de FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012 em relação ao encantamento lobatiano com as inovações do inventor estadunidense.

¹² Cf. os artigos “Velha praga” e “Urupês” em LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo: 2009.

¹³ Cf. LOBATO, Monteiro. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010.

¹⁴ Cf. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora a UNESP, 1999.

Octalles Marcondes Ferreira, nas quais alargou os pontos de venda no país inteiro¹⁵. Durante seu mister editorial, iniciou a renovação da literatura infantil com *A menina do narizinho arrebitado*¹⁶, em 1920, a estória inaugural da saga do Picapau Amarelo, ao investir na imaginação das crianças, não nas matérias cívicas e morais, como era costume. Dessa maneira, Antonio Candido estava certo ao vê-lo como “exemplo de labor intelectual e consciência literária”, além de complexo e instável. Porém, resta elucidar o encontro de duas épocas e duas mentalidades.

O escritor concebia a nação como retalhos de rimos distintos, algumas regiões no “ontem” e outras no “amanhã”, entre a rotina de outrora e a tecnologia norte-americana vindoura. O entendimento variava a depender dos arranjos classistas: como fazendeiro, julgou seus colonos anacronismos vivos; já diretor da *Revista do Brasil*, isto é, como intelectual, reavaliou a situação dos jecas, agora vítimas do descaso governamental e das endemias do interior. São Paulo, em sua visão, anunciava novos horizontes com os recursos da indústria e do café, embora os sertões acumulassem os amontoados de ruínas das “cidades mortas”, restos de dias olvidados. Monteiro Lobato intentava cadenciar tais regiões. Mas, como?

Monteiro Lobato situava-se entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* do prelúdio republicano. Reinhart Koselleck argumenta que a primeira categoria diz respeito ao passado atual, incorporado consciente ou inconscientemente, lembrado e transmitido através de instituições ou gerações, constituído também de experiência alheias; já o *horizonte de expectativa* seria o futuro presente, algo que, até este momento, não teve vivência mas consegue ser antevisto, conjecturado, além de suscitar medos e esperanças. As duas categorias “entrelaçam passado e futuro” e, por esse motivo, instituem o tempo histórico¹⁷. O “pai do Jeca” anuía que, entre as sub-raças sertanejas e os princípios civilizadores, consoante Euclides da Cunha, achava-se não enormes distâncias, mas uma coordenada histórica – “o tempo”¹⁸.

Ritmar os sertões e as áreas litorâneas era uma missão hercúlea. O contista encontraria uma maneira viável tão somente em 1927. Nesse ano, à sombra de Washington Luís, Monteiro Lobato assumiu o cargo de adido comercial do Brasil nos Estados Unidos. No

¹⁵ Cf. KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006 e o mais recente BIGNOTTO, Cilza Carla. *Figuras de autor, figuras de editor: as práticas editoriais de Monteiro Lobato*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

¹⁶ Cf. o pioneiro estudo de ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2011 e também LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. 5.ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1991.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006. pp. 305-327.

¹⁸ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003. pp. 22-23.

estrangeiro, sua missão era atinar meios de incrementar as trocas comerciais entre as duas nações¹⁹ e interpretar o crescimento socioeconômico norte-americano. Os termos não encaixavam, em sua análise, uma vez que as histórias dos dois países eram análogas, mas um mostrava-se rico e o outro, atrofiado²⁰. Por isso, no cotejo entre o progresso ianque e o atraso nativo, viu-se no minério de ferro e no petróleo o remédio da miséria: “*O ferro é a matéria-prima da máquina, e o petróleo é a matéria-prima da melhor energia que move a máquina. E como só a máquina aumenta a eficiência do homem, o problema do Brasil é um só: produzir ferro e petróleo para com eles ter a máquina que aumentará a eficiência do brasileiro*”²¹, ensinou o Visconde de Sabugosa. O incremento da eficiência do homem e o decorrente aumento nos lucros constituía a chave do sucesso, supunha. Destarte, ao retornar à pátria em função do golpe de 1930, Monteiro Lobato fundou a Cia. Petróleos do Brasil, em junho de 1932 e, junto a Edson de Carvalho, engenheiro eletricitista, a Cia. Petróleo Nacional em abril do mesmo ano, com atuação, pela respectiva ordem, em Águas de São Pedro (SP) e Riacho Doce (AL)²².

Nesta tese, investigarei de que maneiras Monteiro Lobato sustentou uma campanha pró-petróleo, além de tornar o sangue negro da terra uma premência – um *problema nacional*. Só assim não continuaria fendido entre o passado e o futuro.

Não obstante o renome do escritor, concretizar seu ideal de nação reivindicaria a associação entre os conteúdos científicos da geofísica, instrumentos e equipamentos a revolver o subsolo, *alianças* com engenheiros, cientistas, governos, entre outros, além da sedução da representação pública. Não conseguiria mover esta engrenagem sem esforços. Para começar, não era engenheiro nem geólogo, isto é, não era ninguém em uma das ciências das camadas mais profundas do solo – no máximo, seria um curioso. Monteiro Lobato atuava como escritor e editor, e nunca dirigiu uma iniciativa desta monta. Com efeito, o “pai do Jeca” teria de transladar-se em “general do petróleo”, num homem de negócios, entendido da indústria de óleo e gás. Caso intentasse acionar os mecanismos da ciência, isso era necessário, já que conseguiria associar-se a outros interessados no ouro negro, sectários com recursos

¹⁹ AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997. p. 223.

²⁰ LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 34.

²¹ Idem. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010, p. 64.

²² CHIARADIA, Kátia. *O poço do Visconde: o faz de conta quase de verdade*. In: LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís (Orgs.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 363.

econômicos, técnicos ou governamentais. Demonstrar a terceiros de que valia a pena investigar o território brasileiro, eis o essencial.

Com intenção de vincular o petróleo à história do Brasil, Monteiro Lobato recorreria aos jornais e tentaria, em artigos e/ou entrevistas, elucidar as vantagens do óleo de pedra no coletivo nacional. No entanto, isso também não era simples, visto que, nas discussões acerca do Brasil vindouro, os elementos visíveis, como a grandeza do território e as riquezas naturais, também suas belezas, esteavam as *expectativas*, mormente num país de “vocação agrária”. Os indivíduos que arriscavam no subsolo estavam a investir em algo mágico, invisível, no mínimo, mais comum nos romances de Júlio Verne do que nas empresas da iniciativa privada. O então diretor da Cia. Petróleos do Brasil gerenciou os recursos necessários a um acometimento inédito como esse; arriscava-se nas tortuosas curvas e ramais da tecnociência, ora com vários *aliados*, ora com seus *projetos*, unicamente; visava associar-se à Pesquisa, guiar-se através da Ciência. Por isso, entrava em consórcios com empresas norte-americanas, arranjava a concessão de instrumentos detectores de vibrações peculiares ao petróleo subterrâneo, assalariava estrangeiros, como o engenheiro italiano Vittorio Meglietta, o mestre de perfurações Christovam Rickfelder, argentino, e o norte-americano F. B. Romero, inventor, entre outros encargos laboratoriais. Registrava o avançar das investigações nos jornais, bem como as contratações. O contista outorgava sua estima ao “general”, *porta-voz*²³ das empresas nacionais de prospecções. Demonstrar a sistemática dos negócios ante a representação pública, incutir a urgência do ouro negro em nossa economia e envergar os signos da tecnociência constituía seu programa.

Por vezes, as articulações entre o sangue negro da terra e os interesses nacionais não envolviam só instrumentos, técnicos, engenheiros, acionistas e diretores. A controvérsia científica misturava-se a problemas de vários matizes, alheios aos ideais de uma “ciência pura”. Em algumas ocasiões, as discórdias incitam e sustentam argumentos incongruentes com os métodos científicos, assentes no continente da imaginação e do romance.

²³ Bruno Latour conceitua *porta-voz* como alguém “que fala em lugar do que não fala”, isto é, instrumentos e dados científicos, órgãos de governos, sindicatos e outras instituições. O *porta-voz* comunica o interesse dos *aliados* arregimentados, além de reunir recursos técnicos e financeiros, dialogar com autoridades, convencer outras pessoas de sua causa e equipar os laboratórios com os mecanismos necessários à construção de “fatos”. Sua atividade consegue ser interna ao laboratório (comunicação dos dados científicos) ou externa (obtenção dos recursos, etc.). Cf. LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão da tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. pp. 106-111.

Como assim? Dentre os papéis do acervo Monteiro Lobato – Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, em São Paulo, encontramos uma carta manuscrita, sem assinatura, remetida ao “pai do Jeca”, na qual a campanha do petróleo integrou-se a uma trama maior e a resolução dos obstáculos daí conseguintes dependem “mais da astúcia e da obstinação do seu autor do que do resultado de uma luta systemática...”²⁴ (Figura 1). Isso acontecia, visto que

Desencadeou V. S. a guerra contra interesses fulminantes, ferindo sobretudo o espírito de velhos planos traçados por potentes trusts internacionaes. Taes trusts possuem os seus tentaculos de polvo sinistro com que enlaçam o mundo inteiro e influem em todos os ramos da actividade dos povos, especialmente o politico. Ora, o Brasil endividado como se acha, é, de qualquer forma, uma victima desses trusts e constitue a prexa [presa?] esperançosa do grande polvo. Ninguém melhor do que V. S. está a par dessa verdade.²⁵

Que aconteceu? Saímos do dia a dia de uma empresa privada de óleo e gás a tentar constituir-se e entramos na guerra dos interesses financeiros dos trusts²⁶ internacionais! O nosso escritor entestava uma ação contra os tentáculos a mover, subrepticamente, o mundo inteiro! O misterioso remetente alega que os trusts e banqueiros mantêm suas marionetes ligadas às elites do país, “elementos sociaes ou políticos de destaque”²⁷, que cerceiam e arruinam as iniciativas patrióticas, tais quais a campanha pró-petróleo. Os instrumentos tecnocientíficos não assistiriam os precursores em coisa nenhuma, uma vez que as “garras dos opressores” rasgavam a lógica da ciência em ação.

Nessa mancomunação, as massas conseguiriam salvar o Brasil, já que elas “são os alicerces solidos da nacionalidade e o edificio que sobre ellas se erigir será uma construção granítica, capaz de galhardamente enfrentar as maiores berracas [sic] do destino”²⁸. Porém, as massas necessitavam de guias a orientar suas ações rumo à vitória da causa coletiva, como rogavam as tendências totalitárias do momento. Nessa visão, cimentar as *alianças* com as elites era manter os seus passos “controlados em surdina”; somente nas massas, nas camadas mais inferiores, Monteiro Lobato encontraria os únicos partidários da nação – e venceria o maléfico complô internacional. O contista dos *Urupês* estava advertido de que

²⁴ CARTA aberta para Monteiro Lobato <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 4. N. A. 1229524. p. 1. Não consta o nome do remetente no documento; somente que era uma missiva destinada ao “pai do Jeca”, sem maiores esclarecimentos.

²⁵ Ibid.

²⁶ TRUSTE é a união de várias empresas a intentar o monopólio de certas mercadorias ou serviços. Os trusts visam controlar os mercados através da coação dos concorrentes e do controlo dos preços. Dentro do recorte cronológico desta tese, os maiores trusts do setor petrolífero eram a Standard Oil Co. e a Royal Dutch Shell, empresas distintas em razão de seus traquejos aliantes e sabotadores.

²⁷ CARTA aberta para Monteiro Lobato <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 4. N. A. 1229524. p. 2.

²⁸ Ibid.

Da maneira como V. S. está lutando, isto é, enquanto a sua luta não apresentar um perigo ou ameaça imediata aos interesses do judaísmo V. S. não encontrará serias oposições pela frente. As suas dificuldades serão as de ordem financeira. No dia, porem, em que V. S. enveredar pelo caminho infallível que o leve logicamente em direcção franca de éxito, as cousas se modificarão da noite para o dia, acontecendo forçosamente o seguinte: Os seus projectos, e seu longo trabalho ruirão por terra por effeito de uma revolução que, conforme as circumstancias, poderá degenerar numa guerra civil, terminando pela desagregação do Brasil em protectorados estrangeiros.²⁹

Os *aliados* nunca alcançariam sucesso, já que os interesses do judaísmo estragariam a iniciativa, a insinuar-se entre os “partidários”. As massas careceriam de que os nossos literatos lhes agitassem, através da intuição dos seus “subtis desejos, as subterraneas tendencias”³⁰. Depois, com tal apoio, continua o anônimo escritor, Monteiro Lobato consagrar-se-ia ao partido do petróleo, no qual os eleitores quites, quer dizer, os que pagariam uma importância anual, gasta “religiosamente na perfuração das jazidas de eficiencia positiva”, angariariam uma casa³¹! Dentre as metas da associação, estariam a remodelação e a reforma das instituições na esteira do autoritarismo indígena – organizar a família brasileira; transformá-la em célula do Estado; reformar o sistema representativo, etc. As ideias amarram-se em uma trama estrambólica, como em um estratagemas secreto. “Ria-se se quiser, Dr. Monteiro Lobato, mas lembre-se sempre das minhas asserções”³², lê-se. A narrativa em nenhum momento seria esquecida, a propósito, visto sua recorrência nas tensões sociais dos dois últimos séculos.

O escrito esotérico contém pontos de vista em comum com artigos, entrevistas e manuscritos de Monteiro Lobato, não obstante sua estranheza. O diretor da Cia. Petróleos do Brasil encarou várias adversidades na campanha pró-petróleo, sejam socioeconômicas sejam tecnocientíficas; contornou uns reveses, outros não. Os seus pronunciamentos públicos acerca do ouro negro em território nacional começam a integrar alguns elementos vistos acima, como as conspirações de trustes internacionais e a salvação através da unidade numa intriga pavorosa, na qual a Standard Oil e a Royal Dutch Shell escravizavam a “nossa” economia ao estorvar as atividades regeneradoras, mais ou menos em 1935/36. O intento, ao municiar-se de tais narrativas, era incitar ânimos, impulsionar os corações na causa e, não menos importante, opor-se a outros *projetos* de nação.

²⁹ CARTA aberta para Monteiro Lobato <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 4. N. A. 1229524. p. 4.

³⁰ Ibid., p. 2.

³¹ Ibid., p. 5.

³² Ibid., p. 4.

O governo assente em outubro de 1930 tinha outros intuitos no setor petrolífero. Getúlio Vargas ideou reorganizar o Estado com uma administração científica e racional dos ministérios, “desburocratizando” as tarefas. O intuito era a) liberar os serviços técnicos dos organismos burocráticos; b) deslindar ao máximo tais organismos; c) ordenar órgãos técnicos de acordo com as finalidades nacionais; d) aumentar as verbas das atividades de maior interesse econômico³³, etc. O Estado alargou seus encargos ao intervir nos âmbitos econômico e social. Por isso, já em 1931, os códigos de minas, de água e de florestas instituíram que os proprietários rurais e os estados não conservavam mais o controle da mineração, além de que o Governo Federal estaria encarregado de autorizar a lavra e a pesquisa de tais recursos em território pátrio³⁴. Os revolucionários interessaram-se na área e reestruturaram a Diretoria Nacional da Produção Mineral (DNPM), no qual transferiram-se “todas as propriedades minerais, licenças de prospecção e concessões de mineração que haviam sido postas sob a jurisdição dos estados”³⁵, de acordo com Peter Smith. O futuro viria com o controle estatal, nessa perspectiva.

Entretanto, a despeito das intenções, os engenheiros e técnicos do Ministério da Agricultura restavam no ceticismo. Diversas impregnações de óleo na Bahia, na região de Lobato, não foram investigadas ainda que o presidente da Bolsa de Mercadorias do estado, Oscar Cordeiro, remetesse amostras do petróleo ao órgão oficial em 1932³⁶. O DNPM, ademais, contava, em seu quadro, com dois estrangeiros que não criam nas concessões do setor privado e que, em virtude dos seus cargos, influíam decisivamente na gestão dos recursos minerais, Mark Malamphy e Victor Oppenheim. Os petroleiros avistavam aí outro *projeto* de nação.

Monteiro Lobato, naquela ocasião *porta-voz* das empresas nacionais de petróleo, julgou os estrangeiros agentes dos trustes internacionais a reger o DNPM. O contista sustentava que os dois constituíam uma firma de uso externo e comerciavam os segredos do subsolo nacional em revistas de outros países “para uso de quem lá fora queira apossar-se das terras petrolíferas brasileiras”. Inclusive, ostentava a desonestidade científica de Oppenheim na sua obra *Rochas gondwânicas e geologia do petróleo no Brasil Meridional*, na qual teria “revogado velhas concepções geológicas e imposto ao Departamento novas diretrizes práticas”, reunião de mentiras contraditas no *Bulletin of American Association of Petroleum*

³³ COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. pp.14-15.

³⁴ SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Tradução de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1978. pp. 98.

³⁵ *Ibid.*, p. 40.

³⁶ *Ibid.*, p. 39.

Geologists, em novembro de 1935³⁷. Outras denúncias seriam redigidas, mas nem todas documentadas; em consequência, estavam em situação incerta.

As tensões sociais consequentes marcaram duas visões acerca da nascente indústria do petróleo, também da ideia nacional: o setor privado, a apregoar os negócios assentes na livre iniciativa norte-americana, os interesses individuais constituindo a nação; de outro, a intervenção do Estado na economia, o gerenciamento da indústria, a emissão dos recursos, a nação, tal qual uma *comunidade imaginada*³⁸, envolvendo as ambições tacanhas. Em ambas, encontraremos o uso de estruturas ficcionais, no intuito de transmutar o ouro negro em interesse nacional, entre as quais a *conspiração* dos trustes estrangeiros no interior dos ajuntamentos rivais, a *unidade* dos conterrâneos em torno da causa, a *idade de ouro* através dos lucros da nova indústria e o *salvador* da pátria. Os mecanismos imaginativos esclarecem os entusiasmos ou as inquietações acerca do que está por vir; instituem *projetos* de modo a encurtar o abismo entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*.

Narrativas ficcionais, certamente. Porém, de que maneira conceituá-las? Dentro da campanha pró-petróleo, muitas vezes, não se escreviam ficções “para iludir, por imaturidade ou irresponsabilidade, os rigores que o tratamento da ‘verdade’ exige, mas sim para evidenciar o caráter complexo da situação, complexidade esta em que o tratamento limitado ao verificável implica uma redução abusiva e um empobrecimento”³⁹. Ora, nesta tese, a ficção não se encontra necessariamente sob a óptica da verdade *versus* mentira; longe disso, entende-se que ela “é um discurso que dá forma [*informe*] ao real”, consoante Michel de Certeau, e que toda construção verbal precisa de um sentido, em razão de estar em meio a uma “*deriva semântica*”⁴⁰. A ficção cumpre um papel muito mais amplo do que aqueles do irreal, do fantasioso, do falso; esta negatividade atribuída pelos cientistas à ficção nos impede de distinguir seus largos usos políticos, ontem e hoje.

Demarcaremos algumas acepções de ficção, com o propósito de estabelecer os rumos da investigação. No rastro de Raoul Girardet, atribuímos três padrões da ficção no

³⁷ LOBATO, Monteiro. Depoimento de Monteiro Lobato. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 98.

³⁸ Benedict Anderson delinea “nação” como comunidade política imaginada, limitada e soberana. *Imaginada*, afinal de contas todos os membros jamais se conhecerão, embora nutram sentimentos de comunhão entre si. Também *limitada*, já que têm fronteiras restritas, “para além das quais existem outras nações”. *Soberana*, igualmente ao Estado que lhe estrutura. E *comunidade*, uma vez que “independente da desigualdade e da exploração efetiva que possa existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”. Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 26-34.

³⁹ SAER, Juan José. O conceito de ficção. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 8, julho de 2012. pp. 2-3.

⁴⁰ CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 48.

âmbito político. Primeiro, versam acerca de narrativas imemoriais, do “tempo fabuloso dos começos”, nas quais se esclarecem como uma sociedade se constituiu ou as desventuras dos homens sobre a terra. Segundo, tratam-se de mentiras, engodos, estratégias que “interpõe-se como uma tela entre a verdade dos fatos e as exigências de conhecimento”; em suma, uma ilusão terminantemente articulada ou não. Terceiro, imagens a incitar o movimento, a energizar as tensões sociais, a animar as multidões. As três noções não se excluem; aliás, complementam-se, uma vez que constituem uma “criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos”⁴¹, sugerem uma interpretação às vicissitudes históricas.

Não obstante os conteúdos acima, de que jeito inserir as ficções nas controvérsias tecnocientíficas? As ficções se acham nas “grandes construções doutrinárias do último século, compreendidas aí aquelas que invocam com o máximo de força o seu rigor demonstrativo”⁴². Por causa disso, tais sistemas de pensamento atraem seguidores ou fiéis; sua ressonância afetiva e seu poder de sedução obtêm guarida no coração dos ouvintes e leitores. As tensões sociais não se consumam em raciocínios lógicos ou organizados metodicamente, apenas; as doutrinas entram em choque ou reencontram estímulo nas emoções e nos desejos oníricos, no irracional. Daí as ficções se associarem aos momentos de perturbações políticas, também às pelejas entre cientistas, engenheiros e burocratas do petróleo.

As ficções não são ilógicas, no entanto. Os seus usos ecoam em um complexo psíquico que lhes atribuem sentidos. Os regimes totalitários, no recorte sugerido, acaso deem os exemplos máximos, à vista disso. Porém, não omitamos os esforços sistemáticos do governo varguista em inculcar o complô comunista, as ideias de chefe redentor, a ânsia da harmonia nacional e da Idade de Ouro nos espíritos dos cidadãos. Os “petroleiros” recorreram aos mesmos signos, mas acrescentaram outros elementos narrativos. Os comunistas saem e os trustes internacionais, entram; o Herói não encarna mais um estadista, mas os “pioneiros” do petróleo nacional; a harmonia e a nação que está por vir não surgem dos órgãos oficiais e sim, da iniciativa privada. As temáticas não variaram, somente seus sinais e traços característicos. Os sujeitos historicamente envolvidos nas disputas da indústria petrolífera agiam como se tais contos fossem verdades, quer dizer, que o Brasil era uma vítima da Standard Oil e da Royal Dutch, as duas maiores companhias de seu tempo, a manejar, do jeito de espíões, os técnicos do DNPM. Além disso, as acusações necessitavam de algo a lhes sustentar; decerto, não uma

⁴¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13.

⁴² *Ibid.*, p. 11.

“prova”, mas sinais, indícios, vestígios das tramoias. Sem isso, as ficções cairiam no domínio da “mentira” e não conseguiriam ser motivadoras de emoções nas guerras científicas. As narrativas, a jeito de recrutar adeptos, assim como ressoar nos corações, deveriam manter-se estáveis como as assertivas técnicas, científicas.

Nossa argumentação visa atinar como instrumentos tecnocientíficos e afirmações, em seus inúmeros contornos, tornam-se ora *caixas-pretas*, ou seja, fatos irrefutáveis, materiais “utilitários”, ora ficção, “literatura”. Os *aliados* do “general do petróleo” arriscaram suas economias na contratação de técnicos e engenheiros de renome, mecanismos a indicar óleo e gás em território nacional, anúncios em jornais, também denúncias contra os órgãos sujeitos às ordens dos trustes internacionais. Para entusiasmar novos subscritores, tais elementos necessitavam de *algo* a sustentar sua *realidade*; assim, nas entrevistas, nos artigos, nos livros, encontramos os levantamentos nas concessões das empresas nacionais de prospecção, os sucessos nas verificações dos aparelhos adquiridos, os testes laboratoriais, as “provas”, as trajetórias dos engenheiros estrangeiros à serviço da Cia. Petróleos do Brasil, os documentos a revelar a mancomunação internacional. O contista dos *Urupês* mostrava-se envolvido no negócio, já que recrutava partidários tidos em alta conta entre outros tantos cientistas. Na campanha pró-petróleo, as afirmações dos pioneiros estariam sujeitas aos testes laboratoriais, com autoridades a regê-los. Não sustentariam o cometimento de outra maneira; caso contrário, entrariam no continente da ficção, visto sua adesão às letras. Para algum adversário situá-los no reino do ilusório, a réplica deveria estar à altura dos esforços dos diretores e acionistas, quer dizer, adquirir instrumentos hábeis a sustentar uma controvérsia científica.

Por isso, aqui, os termos fato e ficção não têm as mesmas conotações do que as vistas nos manuais de teoria da história. Não tenciono imergir em outra controvérsia, a dos filósofos da linguagem, na qual busca-se a coincidência entre as palavras e as coisas, ou melhor, entre o mundo “lá fora” e a linguagem que “tenta alcançar uma correspondência por sobre o abismo que os separa”⁴³. Caso avancemos nesses rastros, não intuiremos como tais e quais proposições tornam-se verdades, já que, a rigor, ninguém nunca encontrou as coisas em si ou uma correspondência direta entre o significante e o significado. Dessa maneira, na inviabilidade do salto tigrino entre as palavras e as coisas, as “verdades” consistem em ideias historicamente situadas, “ficções” construídas com esmero e aceitas socialmente, nessa interpretação. Porém, comumente, declaramos que os cientistas tendem à verdade (ou a verdades); também cremos, com acerto, nas receitas dos médicos; ou não duvidamos das

⁴³ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 168.

assertivas de amigos. Nesses casos e em tantos outros, manejamos verdades. Porém, como sustentá-las, haja vista a transitoriedade das teorias científicas e de todos os valores?

Para não cairmos nas arapucas da ontologia, nem nas ratoeiras dos epistemólogos, gostaria de lembrar que *realidade*, “como indica a palavra latina *res*, é aquilo que *resiste*”⁴⁴. Os materiais aceitos entre os diretores e os acionistas, também os técnicos contratados, os terrenos em exame, as acusações contra os funcionários do DNPM deveriam resistir aos testes de força, além das contestações. Os partidários de Monteiro Lobato – não unicamente os sócios das cias. – sustentariam suas assertivas contra as réplicas dos detratores com exércitos de *aliados* humanos e não-humanos, entestariam as “provas” com os recursos em mãos, com o intuito de tornar evidente que existe petróleo no Brasil. Se, consoante Bruno Latour, “em dada situação, nenhum discordante é capaz de modificar a forma de um objeto novo, então sim, ele é realidade, pelo menos enquanto os testes de força não forem modificados”⁴⁵. Nesse momento em que as restrições não conseguem desmontar as *caixas-pretas* dos “petroleiros”, estes encontram-se no continente dos fatos; mas, no instante em que os instrumentos ruírem, os engenheiros errarem e as denúncias transmutarem-se em erros, estaremos na “literatura”, ou melhor, na ficção científica. Dessa maneira usaremos os termos fato e ficção nos estudos científicos.

Resta esclarecer os arranjos desta tese.

Primeiramente, investigaremos o Monteiro Lobato aprendiz de feiticeiro; em outras palavras, sua investida na metalurgia. Durante sua morada nos Estados Unidos da América, as ideias do escritor no que diz respeito ao progresso das nações transmutaram-se. De que maneira os ianques construíram o maior País do mundo? A resposta estaria no ferro, a matéria-prima da máquina, e no petróleo, a energia a movê-las. Para duplicar a *experiência* dos norte-americanos em sua terra, Monteiro Lobato formou o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio, em 1931, a fim de aplicar um novo processo metalúrgico, a redução em baixa temperatura. Nosso interesse será a prática lobatiana no ramo da tecnociência, pois o contista não encarou o subsolo sem antes aprender a ciência em ação, o agenciamento de elementos humanos e não-humanos, o amálgama entre teorias, métodos, economia, engenheiros, burocratas, anúncios, literatura, etc. No decurso da campanha pró-petróleo, o *know-how* aí conhecido ajudá-lo-á em suas ações na indústria de óleo e gás.

⁴⁴ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. pp. 143-144.

⁴⁵ Idem. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. pp. 143-144.

Depois, versaremos acerca da constituição da empresa mãe da iniciativa privada, a Cia. Petróleos do Brasil. De início, tratarei como Monteiro Lobato estruturou os negócios de jeito a ser o maior dirigente entre os “petroleiros” e as suas estratégias como *porta-voz* no encantamento dos acionistas. O “pai do Jeca” contratava especialistas, mercenciava terrenos, adquiria instrumentos tecnológicos e aventurava-se com a subscrição de capital, com fito de verter suas ideias de nação em um *projeto* factível. Investigar os cometimentos incipientes nos serve como amostra da sua concepção de ciência; assentes nesse planeamento, constataremos as vicissitudes nas empresas à proporção que os obstáculos e os discordantes surgirem. Além disso, o misterioso Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero será nosso objeto de estudo, mais justamente os discursos lobatianos a respeito desse invento. Nesse item, a (des)construção de *caixas-pretas* tornar-se-á clara. O aparelho era um “*abra-te, Sésamo*” das riquezas do subsolo, já que, de acordo com as entrevistas e os manifestos dos pioneiros, sua eficácia estava demonstrada, uma vez que resistira aos *testes de força* no exterior. Mas, e nas concessões? O Indicador continuaria no continente dos fatos “utilitários”? O movimento das asserções do fato à ficção, ou vice-versa, está em nossa análise. Em seguida aos alistamentos, examinaremos ainda como Monteiro Lobato reorganizou a Cia. Petróleos do Brasil em meados de 1935; almejava não ser um diretor, mas *Führer*; tencionava regar os interesses às vezes subsidiários dos outros diretores e acionistas aos seus próprios. O *projeto* corria riscos e somente com mão de ferro asseguraria a missão, acreditava.

Posteriormente, o terceiro capítulo aborda o escritor sobejamente conhecido a valer-se de seu talento na campanha pró-petróleo. Monteiro Lobato, em algumas conversas, negava ser literato; antepunha o homem de negócios, diretor de uma companhia de prospecção. Porém, sua veemência junto aos leitores dos diários advinha do lugar que o consagrou. No momento de reestruturação da Cia. Petróleos do Brasil, o contista resgatou e reescreveu certos textos na ideia de avivar emoções, tocar o coração do público dos jornais. Na hipótese de os motivos socioeconômicos não animarem novos partidários do petróleo no Brasil, o nacionalismo acaso conseguiria isso. Primeiramente, trataremos de uma história (ou estória?) em três versões – um “humilde negro” adquiriu três contos de réis em ações da Cia. Petróleos do Brasil, coisa inimaginável até mesmo aos mais abastados. Monteiro Lobato resgatou o mesmo evento em ocasiões diversas e o recontou em variados formatos. O acontecimento em narrativa era em tal grau emotivo que os coetâneos suspeitaram da veracidade; inclusive, um repórter entrevistou o acionista intrigante, a visar solver o caso. Com isso, analisaremos como a ficção e o fictício imiscuíram-se na campanha pró-petróleo, do mesmo modo que a relevância do nacionalismo na vinculação do ouro negro à história do

Brasil. Em seguida, revistaremos a montagem do livro *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey. Junto do engenheiro Charles Frankie, Monteiro Lobato traduziu e prefaciou o texto não a pretender os lucros da edição, mas tendo como objetivo distribuí-lo no congresso federal e estadual, ou seja, almejava *aliados* entre os governantes. No entanto, os críticos tomaram o escrito de Essad Bey como um romance, longe de uma denúncia às tramas dos trustes internacionais nos órgãos oficiais das nações latino-americanas. Dentro de algumas semanas, as contingências transmutaram seu *status* de ficção à fato. O decurso da campanha pró-petróleo mostrava que os lances dramáticos eram de tal maneira absurdos como a literatura.

Nesse mesmo capítulo, discutiremos o escândalo do irromper dos primeiros jatos de óleo, seguidos de gases inflamáveis, no poço de São João, em Riacho Doce (AL), um dos momentos-chave na ação dos “petroleiros”. Não era o almejado ouro negro, mas, ainda assim, eram indícios magníficos de que existia petróleo em território nacional. Monteiro Lobato tomou o encontro e os acontecimentos seguintes como a “prova” do *complô* no interior do Ministério da Agricultura; o “não-há-petróleo-no-Brasil” seria desmascarado, consoante as *expectativas* dos “pioneiros”. Não mais do que de repente, as ficções irrompem nos jornais, uma vez que a mancomunação estava óbvia, com nomes e atuações muito bem situados. No caso, investigarei de que maneiras o escritor converteu o engenheiro Edson de Carvalho, concessionário dos terrenos em questão, em herói nacional; a escritura lobatiana, para tanto, recorreu a algumas alusões clássicas na literatura universal. Dessa forma, veremos quais menções anacrônicas encantavam a representação pública, na apreciação do “general do petróleo”. Juntamente a tais eventos, estudaremos a instituição de uma Comissão de Inquérito sobre o Petróleo: o choque entre a iniciativa privada e os serviços públicos incitou inúmeras críticas aos órgãos do governo, de modo que Getúlio Vargas sancionou a formação de um inquérito acerca dos acontecimentos na indústria petrolífera. Quanto aos depoimentos prestados aos membros da Comissão, atentar-se-á nas linhas romanescas dos textos de Monteiro Lobato; o escritor estruturou sua narrativa que nem uma história de detetive, com o propósito de convencer os homens públicos (e demais leitores) da atividade dos Interesses Ocultos no DNPM. Portanto, outra vez, estaremos diante das artimanhas literárias em meio aos avanços e retrocessos da campanha pró-petróleo.

Por fim, discutiremos as últimas reações dos “petroleiros”. Em 1937, o movimento fracassava; os “pioneiros” não encontraram o sangue negro da terra em suas concessões. Diante disso, Monteiro Lobato optou por transmitir os seus ideais de nação aos meninos e meninas do País, através do livro *O poço do Visconde*, no qual o sabugo ensinou geologia aos netos de Dona Benta. Na estória, Pedrinho, junto da turma do Sítio do Picapau

Amarelo, decide resolver o problema petrolífero do Brasil, até então ignorado, já que havia dúvida acerca de sua existência; ao longo da trama, criar-se-á a “Companhia Donabentense de Petróleos” e o grupo confirma a existência do ouro negro em território nacional. Com o faz-de-conta, Monteiro Lobato abriu o “Caraminguá número 1” e proclamou a independência econômica do Brasil. Descreveu as mudanças ocorridas no Sítio, a fim de fornecer um exemplo dos bens que o petróleo poderia trazer ao País, tais como excelentes educação e saúde gratuitas e fortuna à nação. Se os artigos e cartas abertas, cheios de “dados”, estatísticas, documentos e relatos de técnicos não bastavam para despertar a sociedade e o Estado na causa, como fizera até então, talvez arriscando na imaginação e no recurso ao sonho, em um futuro não muito distante, as crianças unir-se-iam na luta e construir-se-ia outra nação. O texto atua como uma “trapaça”, uma vez que lança a missão aos leitores mirins, distantes da vista do governo, neste setor. No primeiro tópico do último capítulo, analisaremos os usos políticos da literatura infantil de Monteiro Lobato na campanha do petróleo.

Discutiremos, a seguir, os acontecimentos que culminaram na prisão celular de Monteiro Lobato, em 1941. Na ocasião, o “pai do Jeca” escreveu carta a Getúlio Vargas, datada de 5 de maio de 1940, na qual tentou convencê-lo da relevância do petróleo na economia brasileira, para mostrar-lhe, através de “provas”, a existência de agentes dos trustes internacionais no Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e o clamando a proclamar o “13 de Maio econômico”. O gen. Júlio C. Horta Barbosa, Presidente do CNP, ao tomar conhecimento da missiva, acusou, como crime contra a segurança do Estado e a da ordem social, as acusações do escritor, caluniando os órgãos governamentais e os técnicos atuantes. Livre do cárcere, após três meses, abandonou o campo; o Estado Novo lhe obstava a ação. O intuito do tópico é compreender a última reação do “general do petróleo” em um momento totalmente adverso aos enfrentamentos diretos com os governantes, bem como a vinculação do problema petrolífero aos militares.

Mas, e a “descoberta” do petróleo no Brasil? Em 22 de janeiro de 1939, na Bahia, os primeiros jorros de petróleo foram registrados nos campos de Lobato... Com isso, o alvoroço em torno do ouro negro em território pátrio estaria acabado, dado a existência dos combustíveis fósseis no subsolo, imaginamos. Pelo contrário, iniciou-se uma outra tensão que o Estado Novo conseguiu calar, a do verdadeiro descobridor. Monteiro Lobato advogaria em favor de Oscar Cordeiro, seu *aliado* atuante nos subúrbios de Salvador há anos. Nesse caso, estamos perante uma disputa de memória, na qual os “petroleiros” exteriorizam o seu ressentimento em cartas, entrevistas e artigos devido ao seu esquecimento involuntário na

história do petróleo nacional. Hoje, olvidados tais nomes, sabemos que a missão dos “pioneiros” cumpriu alguns dos seus objetivos, mas que a vitória foi celebrada por Outros. A análise dos eventos imediatamente posteriores à descoberta encerrará o nosso itinerário.

2 MONTEIRO LOBATO, METALURGISTA – *TUPY, OR NOT TUPY*

Dois dias de viagem apartam um homem [...] do seu mundo cotidiano, de tudo quanto ele costuma chamar seus deveres, interesses, cuidados e projetos [...]. O espaço que, girando e fugindo, roja-se de permeio entre ele e seu lugar de origem revela forças que se costuma julgar privilégio do tempo; produz de hora em hora novas metamorfoses íntimas, muito parecidas com aquelas que o tempo origina, mas em certo sentido mais intensas ainda. [...] Dizem que o tempo é como o rio Lete; mas também o ar de paragens longínquas representa uma poção semelhante, e seu efeito, conquanto menos radical, é mais rápido.
(*A montanha mágica*, Thomas Mann)

Poucas histórias trazem consigo uma data de início como esta, 7 de junho de 1927¹. Nesse momento, os passageiros do *American Legion* aportavam no cais de Nova Iorque. Dentre os viajantes, encontrava-se o recém nomeado adido comercial do Brasil nos Estados Unidos, o escritor Monteiro Lobato. Quais as suas incumbências no estrangeiro? Quais os seus interesses particulares neste lugar? Quais as suas *expectativas* junto aos norte-americanos? “Que maravilha! Morar e ter negócio na maior cidade do mundo, onde os homens se envenenam com o fedor da gasolina de oitocentos mil automóveis!”², anotou em carta, sem ironia, já que entraria no país de Henry Ford, o “Jesus Cristo da Indústria”. Para os entusiastas das inovações tecnológicas, tais quais os automóveis, os cinemas, os rádios, entre outras tantas *caixas-pretas* a incitar o movimento e encurtar as distâncias, os Estados Unidos seriam a terra da promessa. Certamente, o novo funcionário do governo era desse jeito. Durante três anos, até os outubristas assumirem a presidência, Monteiro Lobato contrastaria a situação socioeconômica brasileira com a americana; atingir os motivos das assimetrias entre as nações era o seu intuito.

Neste capítulo, investigaremos dois assuntos. Primeiro, as mutações nas ideias de Monteiro Lobato na época dos anos vinte. O ensaísta tencionou encontrar os motivos do atraso nacional nos aspectos raciais, no saneamento básico do interior e até mesmo no voto secreto; renegou os estrangeirismos, em um momento, e, logo depois, encantou-se com técnicas e instrumentos norte-americanos. Como atingir os motivos de tais vicissitudes? Quê seria uma nação, em suas análises? De que maneira os ianques transmutaram os conceitos do escritor? Segundo, o *projeto* siderúrgico de Monteiro Lobato. No decorrer dos serviços

¹ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. pp. 104-105. Carta a Heitor de Moraes – N. Y., 26,6,1927.

² Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 519-520. Rio, 23,3,1927.

governamentais, o contista entreviu as formas pelas quais o óxido férrico e o “ouro negro” contribuiriam para o incremento das indústrias nacionais. Dessa maneira, em 1931, o escritor organizaria o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio a arriscar outro processo metalúrgico, incomum até então, a redução em baixa temperatura no Brasil. Interessa-nos compreender de que modo o romancista, a princípio, imiscuiu-se em controvérsias técnicas, integrou-se em áreas estranhas à literatura, atentou na “ciência em ação”. Perscrutaremos os artigos, as cartas e as notícias à cata do Monteiro Lobato, aprendiz de feiticeiro do fazer ciência.

Antes do “general do petróleo”, o contista decretou a morte do “homem de letras”, a arrogar-se “metalurgista”³. Decerto, o ímpeto não resistiria aos argumentos dos opositores e terminaria em decepção; mas, apesar dos obstáculos (ou mesmo da inépcia nos negócios), o ferro serviu de ensaio da campanha pró-petróleo. O malogro instrumentaria Monteiro Lobato a seguir cientistas e a arranjar tantos outros interesses em sua missão. Por isso, convém averiguar a aventura preambular. Nesta análise, seguiremos minuciosamente o andamento das empresas lobatianas; apesar disso, o objetivo não é esgotar o debate ou ocupar-se de “lacunas” historiográficas: acompanhar de perto o nosso sujeito é um recurso metodológico oportuno à compreensão dos volteios do fazer ciência, em outras palavras, entender as *alianças* com os elementos humanos e os não-humanos, as promessas dos exames laboratoriais, os interesses absorvidos, as tensões indigestas e as revisões dos planos iniciais. Caso esquivássemos disso, reiteraríamos ponderações que supõem a dedicação de Monteiro Lobato nas indústrias em estudo uma mera curiosidade despropositada, apartada da literatura. O “metalurgista” continuará os ideais do “homem de letras” em outros termos, mas ainda ajustados com os seus *projetos* de nação.

Monteiro Lobato foi escritor, empresário dos livros e adido comercial do Brasil em Nova Iorque. Ocupava o cargo interinamente, uma vez que se encontrava no lugar de outro funcionário agregado à embaixada, mas, ainda assim, uma situação inesperada em sua biografia. Pois bem, iniciamos nossa incursão com algumas tantas perguntas – e pouquíssimas respostas. Por que o Presidente recém-empossado, Washington Luís, o nomeou a uma função diplomática? Por qual motivo o escritor aceitou o cargo? Monteiro Lobato reestruturava os negócios livreiros, a Cia. Editora Nacional, de sorte que continuar a alargá-los, sob a sua direção, também era uma opção. De que maneira administrar a companhia de lá fora? Quais

³ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 529-530. New York, 28,11,1928.

os seus interesses nos Estados Unidos? Os indícios de que algo aconteceu não esclarecem muitas coisas e contêm lacunas.

Seguramente, o contista não era um “ilustre desconhecido” ao chefe de estado. Pelo contrário, vinte anos antes, Monteiro Lobato conseguiu uma “cavação de promotoria” graças ao secretário Washington Luís, na qual derrotou cento e tantos candidatos ao cargo de promotor público na comarca de Areias. “Foi trunfo decisivo uma carta de meu avô ao general Glicério”, anotou em missiva, a mostrar os tratos coronelísticos no interior de São Paulo⁴. Nessa ocasião, ou seja, anteriormente a sua estreia literária, era notório a consideração ao *Paulista de Macaé*⁵. Caso escrever aos jornais revertisse em “alguma vantagenzinha”, arranjava-se qualquer coisa “sobre agricultura, sobre a cultura do Sisal vulgo Pita, sobre vias férreas, sobre assuntos palpitantes nacionais ou estrangeiros, sobre estética, sobre a morte de Mr. Chanchard, sobre a decadência do ensino no Brasil e os seus remédios”, entre outros temas, menos *diabrije* contra Washington Luís⁶. Como se vê, o neto do Visconde de Tremembé assentia (ou era conivente, ao menos) com os governos oligárquicos estaduais.

Durante os anos vinte, a estima continuou. Pois, então Presidente, Washington Luís encerrou o *estado de sítio* corrente no quadriênio Arthur Bernardes (1922-1926) e retomou as audiências públicas, instituiu uma reforma econômica, a intentar a estabilização da moeda, além de, a meio de racionalização administrativa, construiu estradas, como as Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis. Monteiro Lobato, entusiasta do gerenciamento à maneira norte-americana, avistou aí “o início da nossa vida como povo decente; será o fim da jogatina que tem sido a vida nacional; será o fechamento da era das aparentes falências da inteligência e do trabalho”⁷. Para mais, seu amigo Alarico da Silveira assumiu a secretaria do governo, quer dizer, consistia em um intermediário ente o literato e o chefe de estado. Até esse momento, os fragmentos nos autorizam tais notas.

Por mais que os reviremos, os textos do próprio Monteiro Lobato não mencionam as razões da nomeação. Somente a 23 de março de 1927, anunciou – sem causas ou escusas – seguir “de mudança para os Estados Unidos, para onde fui nomeado adido comercial”⁸ ao amigo Godofredo Rangel. Haveria reservas até mesmo na Embaixada do Brasil, que, consoante Milena Ribeiro Martins, “em maio de 1927, não tinha notícias da nomeação do

⁴ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 143. São Paulo, 14 de abr. 1907.

⁵ Washington Luís nasceu em Macaé (RJ), mas a sua carreira como governante sucedeu em São Paulo.

⁶ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. p. 56. Carta ao Heitor de Moraes, Areias, 15,8,1909.

⁷ Idem. A moeda de borracha. In: _____. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010. p. 80.

⁸ Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 519. Rio, 23 de mar. 1927.

interino, ocorrida no mês anterior”⁹ – o seu nome ainda constava em uma nota de rodapé no “Quadro dos Adidos Comerciais” após dois anos. Dentre os argumentos mais ou menos apoiados nos vestígios, as alegações de “que Washington Luís propôs mandá-lo para algum pôsto fora do País, não só para evitar qualquer incidente, mas também para que, lá fora, se convencesse de que o Brasil não era tão ruim como êle dizia”¹⁰ merece a nossa atenção, já que o seu autor, Edgard Cavalheiro, recebeu os arquivos do contista no tempo em que o escritor rumava a Buenos Aires, em 1946. Brevemente, retornemos aos tais incidentes.

Poucos meses antes da nomeação, o editor terminou uma série de vinte artigos n’*O Jornal*, os quais reuniu em livro em maio daquele ano, *Mister Slang e o Brasil*. No decorrer dos textos, encontraremos John Irving Slang – “homem excêntrico e, cá para nós, maníaco e esquisitíssimo, como regra todo inglês celibatário maior de 60 anos”¹¹, a residir em um bangalô na Tijuca – em conversas “a respeito das coisas nacionais” com amigo brasileiro. Interessante notar a estratégia lobatiana: ao imaginar um estrangeiro crítico dos assuntos recentes, o autor obtém certo distanciamento emocional, uma vez que não se encontra com as vestes nativas, ou melhor, incursão nas temáticas; ao contrário, versa e contesta do jeito de um arguto observador. Dessa maneira, Monteiro Lobato tratou acerca da burocracia, do parasitismo do funcionalismo público, do sistema tributário, da instabilidade econômica, da inépcia dos governos, entre outros vícios do quadriênio Arthur Bernardes. Porém, investiu severamente contra a “nossa Marinha”; Mr. Slang alegou que a Marinha do Brasil “faz a função das frutas de cera” para decoração, já que, em caso de guerra, todas as pessoas “compreenderão a inutilidade e o erro do enfeite que finge coisa útil”¹²; as operações navais eram onerosas, os seus armamentos “estão [...] atrasados um quarto de hora”¹³ em comparação aos britânicos - e daqui a pouco a aviação suceder-lhe-ia. Os artigos suscitaram ameaças de revide no meio da oficialidade moça, sustentou Edgard Cavalheiro¹⁴. Por isso, o convite para ser adido comercial em Nova Iorque.

Convite a um retiro estratégico ou não, a América era o “país com que sonhava” o escritor. Depois de muito tempo, encontrara seu lugar – “Rangel: eu sou um peixe que esteve

⁹ MARTINS, Milena Ribeiro. Monteiro Lobato e os Estados Unidos: espectador, leitor, tradutor. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 112, pp. 24-25, janeiro/fevereiro/março 2017.

¹⁰ CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra – TOMO I*. 2.^a edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 325.

¹¹ LOBATO, Monteiro. *Mister Slang e o Brasil*. São Paulo: Globo, 2008. p. 21.

¹² *Ibid.*, p. 109.

¹³ *Ibid.*, p. 138.

¹⁴ CAVALHEIRO, *Op. cit.* p. 324.

fora d'água desde 1882, quando nasci, e só agora caio nela"¹⁵. Agora, objetivamos apreender como a *experiência* no estrangeiro transmutou as ideias lobatianas, da mesma maneira que seu *horizonte de expectativas*. Decerto, lembraremos aqui ou ali de José Arcádio Buendía, já que o romancista creu ter visto “o último e assombroso descobrimento dos sábios de Mênfis”¹⁶ por mais de uma vez; os Estados Unidos têm alguma coisa das terras e dos lugares lendários nos registros de José Bento Monteiro Lobato. No entanto, nosso interesse está nesse início de aventura a sugerir a sua conclusão prontamente, visto que o funcionário da embaixada ansiava igualar a sua nação com a maior potência mundial. Por esse ângulo, a campanha pró-petróleo não terá outros ideais.

Para avançarmos, faz-se necessário insistir na ruptura entre o literato e os contos regionais, não obstante a alcunha “pai do Jeca”. Ora, a sua glória literária não seria por causa do ruidoso sucesso dos *Urupês*, nos quais atestava que a meio dos “*olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades*”¹⁷? Prova disso seria a menção àquele “símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetismo”, Jeca Tatu, feita por Rui Barbosa no contexto da eleição para Presidente do Brasil em 1919, em conferência lida no Teatro Lírico do Rio de Janeiro¹⁸. Sem dúvidas, as controvérsias acerca dos ditos “mestiços”, dos indivíduos sítos nos interiores, sertões adentro, abrangiam questões sociais urgentes nas primeiras décadas do século anterior. Monteiro Lobato tencionava mostrar a “verdade” aos outros literatos:

Como você vê, não é fantasia nem carocha. É uma coisa que está aí e ninguém vê por causa do tal prisma. Rangel, é preciso matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto – e que até o Ricardo romantizou tão lindo:

Cisma o caboclo à porta da cabana...

Eu vou contar o que ele cisma. A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E se por acaso um deles se atreve e faz uma “entrada”, a novidade do cenário embota-lhe a visão, atrapalha-o, e ele, por comodidade entra a ver o velho caboclo romântico já cristalizado – e até vê caipirinhas cor de jambo, como o Fagundes Varela. O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, ao Coelho, à Júlia Lopes, uma fazenda na serra para que a administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar

¹⁵ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 522. New York, 17 de ago. 1927.

¹⁶ MARQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. 91ª edição. Tradução Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2015. p. 23.

¹⁷ LOBATO, *Op. cit.* p. 290. Fazenda, 22 de out. 1914.

¹⁸ BARBOSA, Rui. A questão social e política no Brasil. In: *Ci. & Tróp.*, Recife, 9(2): 171-175, jul./dez., 1981. p. 172.

lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca... Em vez de índio, caboclo.¹⁹

Destacaremos certos tópicos do fragmento acima. Primeiro, a “força” da literatura em construir imagens estáveis, veementes; o “caboclo” – aí uma evolução dos “índios de Alencar” – não era uma ficção inocente, mas um signo identitário, através de que “respeitáveis figurões” inventam uma ascendência heroica²⁰. Segundo, a literatura restringir-se-ia à vontade de verdade, uma vez que o romantismo foi uma mentira, e restava aos amigos escritores tratarem essa estranha cegueira, a “visão erradíssima do nosso homem rural”. Dessa maneira, o aspirante a contista sustentava uma estética através da qual o “genuinamente nacional” seria inscrito, as vivências concretas, o “caos onde se elabora uma raça”²¹, desveladas; o artista seria um “espelho de coisas desta terra”²², em suma. Obviamente, escrever estrangeirices era uma traição ao ideal.

Por quais motivos entesava tais ideias acerca da “genuinidade” nos textos literários? Haveria um motivo classista, visto ser Monteiro Lobato proprietário de fazendas a recriminar seus colonos pelo insucesso nas lavouras. Os contos se tornaram a sua vingança. Porém, outras razões entrariam nas apreciações acerca do Jeca Tatu, motivos alusivos aos regimes de temporalidade: o caboclo encarnaria o arcaico nessa visão, as costumeiras tendências a resistir à marcha da civilização. O roceiro anacrônico estorvava o amanhã.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os mesmos signos do atraso transmutar-se-ão em símbolos nacionais a contrastar com os novos hábitos adventícios, uma vez que intervir em favor dos caipiras seria salvaguardar a nossa individualidade do euroimperialismo²³. As regiões ativas estavam a trair o “verdadeiramente” brasileiro, como o escritor constatou em São Paulo:

Como esta cidade mente à terra! E como se empenham seus filhos em extirpar do seio dela as derradeiras radículas da individualidade!

Vai um pobre mortal espairar ao jardim, e lá, em vez duma nesga da nossa natureza tão rica, é sempre o *volapuk* que se lhe depara. Pelos canteiros de grama inglesa há figurinhas de anões germânicos, gnomos do Reno, a sobraçarem garrafas de *beer*. Por que tais nibelungices, mudas à nossa alma, e não saci-cererês, caiporas, mães-d’água e mais duendes criados pela imaginação do povo?

¹⁹ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 291-292. Fazenda, 22 de out. 1914.

²⁰ Idem. Urupês. In: _____. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p. 168.

²¹ Idem. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009. p. 66. (Mau-olhado, *Revista do Brasil*, nº 39, março de 1919).

²² Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 390-391. Fazenda, 22 de abr. 1917.

²³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 104.

O próprio arvoredo é por metade coisa alheia. Um ipê florido, a árvore da quaresma, um angiqueiro – inutilmente os procurareis ali. Se ressoa no coreto a música ouvireis Puccini, Wagner, Sidney Jones, e tais modulações vêm tornar ainda mais incaracterístico o ambiente do logradouro. Súbito, ao quebrar uma alameda, uma estátua avulta em meio dum canteiro. Bate-vos o coração, há-de ser G. Dias, Casimiro, um poeta nosso. Nada disso: é Garibaldi... Tendes sede? No *bar* só há *chops, grogs, cocktails, vermouths*. Tendes fome? Dão-vos *sandwichs* de *pão alemão* e *queijo suíço*. Lá apita um trem: é a *Ingleza*. Tomais um bonde: é a *Light*. Cobra-vos a passagem um *italiano*. Desceis num cinema: É *Iris, Odeon, Bijou*.

Começa a projeção: é uma tolice francesa de Pathé ou uma calamidade da Itália. Um baleiro passa ao lado: *nougat, torrone*. Correis a um teatro; o cartaz anuncia *troupe* francesa. Mas ao espírito vos acode que um existe onde funciona companhia nacional e onde se faz teatro nacional. Ora graças, dizeis, vou-me a ver coisas da minha terra. Ides; ergue-se o pano: os atores nacionais são portugueses, a peça é a *Flambada*, de Kistermacker; o cartaz tem o cuidado de meter a *Labareda* entre parêntesis, letra miúda, para que impe vitoriosa *La Fambeé*. Saís desconfiadíssimo daquele nacionalismo. Correis ao hotel, metei-vos na cama depois de sorvida uma chávena de *chá-da-índia* com torradas de *pão argentino*. Estais quase a dormir. Será o vosso sono um sono brasileiro? Impossível. Pelas reixas das venezianas entram a acalentá-lo os sons distante duma canção napolitana: *Ai Mari...*²⁴

O literato anuncia seu incômodo com os novos costumes *chics* e *smarts* através da síntese acima. Nesse momento, nos anos vinte, a pequena cidade de São Paulo convertia-se em uma grande metrópole; não mais do que de repente, surgia um centro administrativo e financeiro que não era “americana, nem europeia, nem nativa”, consoante Nicolau Sevcenko²⁵; enigmática, integravam-se em suas ruas estrangeiros e originários, negros, brancos, mestiços a ver antigas marcas imiscuírem-se nos sinais da modernidade. Os ideólogos da nação por acaso se sentiam atônitos sem encontrar “as coisas da minha terra” – e Monteiro Lobato editoraria a *Revista do Brasil* contra tais concessões artísticas²⁶. Por esse motivo, antes coisa retrógrada, Jeca Tatu transmuta-se em “*um grito de guerra em prol da nossa personalidade...*”²⁷ diante do vestuário adventício da Paulicéia. O caboclo encenaria os ideais telúricos da *intelligentsia* brasileira.

²⁴ LOBATO, Monteiro. *O Saci-pererê*: resultado de um inquérito. São Paulo: Globo, 2008. pp. 30-31.

²⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 31.

²⁶ Tania Regina de Luca apontou que “Esquadrinhando os 113 exemplares [da *Revista do Brasil*] publicados entre 1916 e 1925 evidencia-se a centralidade da questão nacional, que a todos absorvia e apaixonava. [...] Esse contexto [pós-Primeira Guerra Mundial] atuava em prol das análises que apresentavam a nação enquanto categoria naturalizada, dotada de concretude, ainda que pouco permeável a definições objetivas. Aceitando sem maiores discussões o estatuto ontológico da nação, os intelectuais brasileiros do início desse século partiram à procura dos fundamentos, características e especificidades da nação brasileira, assinalando uma nova etapa nas redescobertas do Brasil. Percorreram a história, a geografia, a literatura, a gramática e a filologia; estudaram a composição étnica da população, a organização econômica e social, as instituições políticas, o sistema educacional e o de saúde, a produção cultural; enfim todos os aspectos que consideravam relevantes para explicar a *realidade nacional*. Positivismo, determinismo, evolucionismo e darwinismo social: esse o instrumental analítico que orgulhosamente ostentavam e ao qual atribuíam a capacidade de revelar, quando habilmente manejado, a verdadeira face do país”. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. pp. 33-34.

²⁷ LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008. n. p.

Mas, o desvairamento não termina aí. O escritor arrolou instrumentos estrangeiros concernentes ao universo artístico da metrópole no fragmento acima; além de “descaracterizar” os meios, nessa perspectiva, os estrangeirismos aturdiriam as sensações dos cidadãos em virtude da aceleração tecnológica. Os sons excêntricos, as músicas extravagantes, os escarceis secos, como os metais; os ídolos grotescos; universos surreais, os tempos modernos. Diante do exposto, o escritor se via no mito babélico, no qual nem mesmo os sonhos estavam livres.

Justamente os inventos norte-americanos e europeus a movimentar os serviços e as ocupações do dia a dia encantariam Monteiro Lobato. Sim, encantar, uma vez que as inovações o atraíam como mágica. A indústria ianque reestruturava as nações com automóveis, aviões e navios²⁸; o cinema – a arte americana – seria a “música do movimento” que “abre, areja, ventila, fortifica, fecunda o cérebro da humanidade em bloco”²⁹; no mais, a comunicação, a incrementar as trocas comerciais, inaugurava uma nova era. A unir tais asserções, a velocidade. Como se vê, a angústia em conservar uma essência esvaeceu-se. Dito isso, atentemos nos ritmos inscritos a seguir:

Sem a influência do americano, esse homem teria de vir da Tijuca a pé, a cavalo ou de carro de boi. Gastaria três horas e chegaria escangalhado. Sem o americano, consumiria ele três horas no mínimo para fazer o que fez com as telefonadas. Sem o americano, teria de gastar seis horas para a ida ao Leblon, se não morresse pelo caminho de insolação. Sem o americano, teria de escrever à unha suas cartas, com poucas probabilidades de se fazer entendido no seu aranhol de gatafunhos. E se acaso depois de tamanha trabalhadeira inda lhe restassem forças para tomar uma hora de teatro, sem o americano teria de ir ver a sua beijuda e morrinhenta cozinheira a figurar de “estrela negra” no Largo do Rodo, em vez de maravilhar-se com o encanto da sereia de olhos de gata, que é a Gloria Swanson.

Catão malsina justamente as únicas coisas que se salvam nesta terra, todas devidas à influência americana. Se a cidade funciona, isso o deve ao engenho do povo que lhe deu o presente máximo: a velocidade. A velocidade no transporte da carga, a velocidade no transporte do pensamento. E que lhe dá, com os maravilhosos espetáculos da arte muda, uma lição de moral que, se fora aceita, tiraria ao Rio o seu aspecto de açougue do crime passional. O cinema americano ensina o perdão...³⁰

O contista era um entusiasta dos ianques no instante em que embarcou no *American Legion*; além do mais, suas ficções não registravam mais tão só os costumes roceiros em 1927, uma vez que encerrou o romance “O choque” no ano anterior. Decerto, pouquíssimos leitores o conhecem hoje. Porém, não ignoremos os insucessos comerciais e os

²⁸ LOBATO, Monteiro. Fala Jove (1926). In: _____. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. pp. 64-65.

²⁹ Idem. A arte americana. In: _____. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. p. 128.

³⁰ Idem. A influência americana (1926). In: _____. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. pp. 200-201.

textos menos notáveis do literato, já que aí Monteiro Lobato imaginou as consequências dos avanços científicos em séculos vindouros, mormente nos Estados Unidos.

Neste “romance dos tempos futuros”, Ayrton Lobo distrai-se em seu automóvel e cai no fundo de um despenhadeiro. O moço resiste às lesões graças ao cientista Benson, inventor do porviroscópio, mecanismo a anunciar os eventos futuros. Portanto, observaremos as tensões entre os brancos e os negros na eleição presidencial de 2228 nos Estados Unidos. Durante a narrativa, o autor construiu inovações tecnológicas a instigar a eficiência na vida cotidiana:

O rádio que temos hoje é um simples ponto de partida. Vale como valem para a eletricidade moderna as primeiras experiências de Volta. Descobriram-se novas ondas, e o transporte da palavra, do som e da imagem, do perfume e das mais finas sensações táteis passou a ser feito por intermédio delas. A consequência lógica foi uma grande transformação da vida. Pelo sistema atual vai o homem para o serviço, para o teatro, para o concerto – um ir e vir que constitui um enorme desperdício de energia e é o criador dos milhões de veículos atravancadores do espaço, bondes, autos, bicicletas, trens, aviões e outros. Com a fecunda descoberta das ondas hertzianas e afins, e sua conseqüente escravização aos interesses do homem, o ir e vir forçado se reduziu à escala mínima. O serviço, o teatro, o concerto é que passaram a vir ao encontro do homem. Foi espantosa a transformação das condições do mundo quando a maior parte das tarefas industriais e comerciais começou a ser feita de longe pelo radiotransporte. [...]

As ruas tornaram-se amáveis, limpas e muito mansas de tráfego. Por elas deslizavam ainda veículos, mas raros, como outrora nas velhas cidades provincianas de pouco vida comercial. O homem tomou gosto no andar a pé e perdeu os seus hábitos antigos de pressa. Verificou que a pressa é índice apenas de uma organização defeituosa e antinatural. A natureza não criou a pressa. Tudo nela é sossegado. Parece coisa muito evidente isto; no entanto foi a maior descoberta que fez o povo mais apressado do mundo...³¹

O futuro orientou a escritura do romance e, assim, reavemos o autor visionário, a crer nas renovações tecnológicas. “O choque” não sustenta a tensão entre o ontem e o amanhã, como nos contos, artigos e críticas literárias; ao contrário, as transmutações socioeconômicas devido aos mecanismos norte-americanos eram inevitáveis, ansiadas. Para terminar, a energia “gasta” com movimentos inúteis encontrará seu revés com as “ondas hertzianas”; as revoluções nas movimentações consumirão os “hábitos antigos de pressa”, em razão do “radiotransporte”. Monteiro Lobato incutiu aí seu entusiasmo com as ciências e sua enorme admiração em relação aos conterrâneos de Henry Ford, o “Jesus Cristo da Indústria”³². Caso o futuro estivesse em gestação, era nos Estados Unidos.

Prova maior das variações nas ideias lobatianas entrevemos em sua animação ao escrever a estória. “Sabe o que ando gestando? Uma ideia-mãe! Um romance americano, isto

³¹ LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. pp. 119-120.

³² Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 519-520. Rio, 23 de mar. 1927.

é, editável nos Estados Unidos. Já comecei e caminha depressa”³³, anotou em carta. O crítico austero a sentenciar as artes como “o desenho dos tipos e a pintura do cenário”³⁴ nacional estava ausente em 1926. Doravante, a ficção não intentaria registrar os “aspectos fugidios da psíquica brasileira”³⁵, nem evocaria a “velha literatura regional”³⁶; dedicou-se unicamente a entreter-se e a mirar os lucros da edição. Concentrar-se-ia no futuro daqui para a frente.

Como antes visto, a propósito, escreveu “O choque” a visar os ianques. Monteiro Lobato imaginava sair um *best seller* antes de iniciar o romance! Comunicava já ter “um bom tradutor, o Stuart, e, em Nova York, um agente que se entusiasmou com o plano e tem boa porcentagem no negócio”, em missiva. O sucesso era certo, uma vez que o norte-americano era “sadiamente infantil” e o autor era um nome entre as crianças³⁷. Cometer um erro? Durante a editoração, noticiou que o romance sairia com uma vasta tiragem, junto de anúncios, cartazes e circulares; imensa era a sua segurança³⁸. Por isso, aventou “a hipótese do transplante da nossa segunda casa editora”³⁹ em Nova Iorque, a Tupy Publishing Co., a mirar uma versão em inglês da estória.

Dentre seus intuitos no estrangeiro, estava crescer a Tupy Co., “fazendo-nos a todos milionários – editores e editados”⁴⁰. O romancista cria que “o livro vai mudar o rumo da minha vida”⁴¹, uma vez na maior economia do mundo, pois imaginava a terra da promessa: “O Brasil é uma coisa perrengue demais para os planos que tenho na cabeça. Esses planos no Brasil permanecerão toda vida lêndas: lá virarão piolhos do tamanho de iguanodontes”⁴². Em suma, tratava-se do Monteiro Lobato empresário.

Caso retomemos os ideais nacionais de Monteiro Lobato nos anos vinte, inscritos em artigos, contos e entrevistas, veremos nuances e variações em cada texto, de jeito que uma síntese se torna inconcebível. Por conveniência, cremos ser o “autor” dos contos regionais o mesmo escritor do “romance americano”; muitas vezes, ignoramos as vicissitudes dos sujeitos historicamente situados. Como entender as variadas ideias depois de recusarmos à identidade

³³ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 514. Rio, 8 de jul. 1926.

³⁴ Idem. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009. pp. 78-79. (Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, *Revista do Brasil*, nº 39, março de 1919).

³⁵ Ibid., pp. 78-79. (Silvestre Lagedo, *Revista do Brasil*, nº 46, outubro de 1919, p. 171).

³⁶ Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 517. Rio, 7 de fev. 1927.

³⁷ Ibid., p. 514. Rio, 8 de jul. 1926.

³⁸ Ibid., pp. 517-518. Rio, 7 de fev. 1927.

³⁹ Ibid., p. 519. Rio, 23 de mar. 1927.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. p. 103. Carta ao Heitor de Morais, Natal de 1926.

⁴² Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 519. Rio, 23 de mar. 1927.

nominal? Devemos associar as novas intuições com as *experiências* à disposição do literato. Por certo, “saltar duma cidade viva para outra mais viva ainda [...] Taubaté – São Paulo – Rio de Janeiro – New York”⁴³, animou seus conceitos temporais. O atraso encarnou no Jaca Tatu, antes; depois, encontrou sua antítese na indústria dos Estados Unidos.

Em momento anterior, mencionamos os novíssimos costumes europeus e norte-americanos em São Paulo, além das tecnologias estrangeiras a encurtar as distâncias. Devemos acrescentar outras razões nesse cenário, já que a maioria dos contos lobatianos encontrava-se em preparação no instante em que “todos em nossa terra [andam] por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos ‘vons’ alemães, que não sobram olhos para enxergar os males caseiros”⁴⁴. A Primeira Guerra Mundial destruiu miragens, motivou arrasamentos nunca antes vistos aos inimigos batidos e encerrou incontáveis vidas, mas não eliminou os motivos ideológicos que a tramaram, o nacionalismo. A formação do *Estado-nação* era encargo urgente aos intelectuais brasileiros antes mesmo do ribombar de granadas nas trincheiras, mas jamais concluído.

Nação, eis o mistério a inquietar escritores e a estadistas. Como sumariar os traços gerais, assegurar o “ser”, marcar a “identidade” e encarcerar o devir em um território imenso sem contrastar suas regiões, sem recusar a ver suas assimetrias socioeconômicas? Os “homens de letras” acusavam “que temos Estado, mas não temos nação”⁴⁵, ou seja, constituímos estruturas administrativas comuns a todos, entretanto não envergamos nossa identidade, muito menos sentimentos gregários. Monteiro Lobato avistou os contornos do “brasileiro” nas teorias raciais, a princípio; juntamente com a acusação do “caboclisto”, a estética telúrica agitava seus escritos. Porém, revisou: tais ensaios transmutariam o infortúnio, a ignorância e a miséria dos conterrâneos? De que maneira atacar a escassez econômica com as letras?

O “pai do Jeca” assumiu ser vão escavar ou arraigar as raízes nacionais em sua estadia no estrangeiro. Por quê? Sem dúvidas, na *nation-making*, as ciências sociais alargaram os saberes acerca das histórias pátrias, no entanto, na visão lobatiana, esses estudos não geravam riqueza. A descontinuidade mostrava-se necessária. De que adiantava a *experiência* dos antigos no crescimento econômico? Por conseguinte, os intelectuais a concentrar suas energias no vir a ser possuíam a estima de Monteiro Lobato, já que a miséria só terminaria na nação de amanhã.

⁴³ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 521. New York, 17 de ago. 1927.

⁴⁴ Idem. Velha praga. In: _____. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p. 159.

⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 103.

Dentre as novas convicções, a assimetria entre as gentes encontraria seus motivos nos seguintes termos: “É mesmo um carro de boi o nosso Brasil. Que contraste com esta terra de velocidade, onde tudo pula pra ganhar tempo”⁴⁶. Como vimos, o norte-americano, com os seus inventos, encurtou as durações, aumentou os ritmos usuais. Por isso, sentia-se “em tudo a riqueza espantosa do país”, também o “atraso infinito e a estupidez maior ainda”⁴⁷ dos brasileiros, nos Estados Unidos. Para construir a nova nação, era necessária velocidade – isso, sim, traria os avanços materiais de que os conterrâneos necessitavam.

De resto, conceituar nação como uma *comunidade imaginada* tornou-se insólito nos Estados Unidos. O romancista assumia não sentir a menor saudade da pátria, “embora [...] muitas dos amigos”. “Será que isso que tão enfaticamente chamamos patria não passa no fundo de um punhado de amigos e amigas?”⁴⁸, questionava-se. Deveria amar sua nação unicamente por ali ter nascido? Interessar-se-ia nos assuntos nacionais a todo o momento, mas admitia que tais vínculos não eram naturais. “Isto de patria devia ser coisa de adaptar-se aos 20 anos depois de experimentar varias, não acha?”⁴⁹, anotava em cartas. O funcionário nunca ansiou retornar ao Brasil; verdade seja dita, insistia nas regiões europeias ou na manutenção do lugar; almejava enriquecer⁵⁰. Não obstante as invectivas ou a “tristeza imensa”⁵¹, transpor a fórmula ianque no Brasil estava no seu *horizonte de expectativa*.

Monteiro Lobato não abdicou dos ideais dos “mosqueteiros intelectuais”⁵². “Hei de devolver esse dinheiro [seu ordenado] com juro fabuloso”⁵³, comunicou a G. Rangel. Sem dúvidas, atuou como adido comercial. Por mais amargos, os juízos serviam como bússolas a orientar sua atuação de homem de letras, de funcionário do governo. Se a nação estava nos dias por vir, como adiantar as *expectativas*? Quais ensinamentos retirar das *experiências* norte-americanas? Seria o contraste entre o oceano de automóveis nova-iorquinos e os carros

⁴⁶ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. p. 106. New York, 11, 8, 1927.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 104. N. Y., 26, 6, 1927.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 108. New York, 18, 9, 1927.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 111. New York, 26, 10, 1927.

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ *Ibid.*, p. 107. New York, 18, 9, 1927.

⁵² Consoante Nicolau Sevcenko: “Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república’, ‘a democracia’. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por ‘mosqueteiros intelectuais’”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 96-97.

⁵³ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 522. New York, 17 de ago. 1927.

de boi dos sertões definitivo? “Todos os nossos passos, pois, devem tender para o enriquecimento”. Civilizar-se é enriquecer, arremata. Restava atinar de que maneiras aumentar os indicadores econômicos do Brasil.

Ninguém antevia como o novo cargo transmutteria as ideias de Monteiro Lobato abruptamente – e de súbito. Já ao ancorar no cais de Hoboken, o “agente geral da Ford em New York” interpela-o, com ordens de Henry Ford para “receber-me e facilitar-me tudo”⁵⁴. Por quê? Poucos meses antes, o escritor traduzira e prefaciara *Minha vida e minha obra e Hoje e amanhã* do fundador da Ford Motor Company⁵⁵; tais versões angariaram vantagens ao editor, entre as quais introduzir-se nas maiores companhias de automóveis ianques, cativar a estima ou, ao menos, a simpatia dos *agressive men* americanos. Nesse momento, o autor dos *Urupês* entra em Detroit. Quais consequências o encontro traria a sua atuação na embaixada?

“Meu plano agora é um só: dar ferro e petróleo ao Brasil”⁵⁶, anuncia incontinentemente o escritor em 17 de agosto de 1927. Para isso, comunicava-se com William Henry Smith, o maior técnico de ferro do mundo⁵⁷, na visão lobatiana, na ocasião o chefe da metalúrgica da Ford, “sobre um novo processo siderúrgico, perfeitamente *fit* às condições econômicas do Brasil”⁵⁸. Como seriam as novas técnicas de extração de metais? Por que o antigo método não se ajustava a sua nação? Por que dar ferro e petróleo ao Brasil? Monteiro Lobato inteirou-se que tais recursos eram necessários nos combates aos desarranjos socioeconômicos pátrios sem demora, mas não se conscientizava, até então, do que se tratava a siderurgia.

Monteiro Lobato intentava enriquecer nos Estados Unidos. Porém, como? A Tupy Company não saía e o “Choque”, seu romance futurístico, não encontrava editores, uma vez que, consoante missiva a G. Rangel, “acham-no ofensivo à dignidade americana, visto admitir que depois de tantos séculos de progresso moral possa este povo, coletivamente, combater a sangue-frio o belo crime que sugeri”⁵⁹, quer dizer, o genocídio da população negra norte-

⁵⁴ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 522. New York, 17 de ago. 1927.

⁵⁵ FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4.ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012.

⁵⁶ LOBATO, *Op. cit.* p. 522. New York, 17,8,1927.

⁵⁷ Idem. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 128. Carta a Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

⁵⁸ Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 522. New York, 17,8,1927.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 523. New York, 5,9,1927.

No romance *O presidente negro* (o título decisivo do “Choque”), os brancos exterminam os negros através de uma estratégia eugênica: em meio às tensões raciais norte-americanas, o cientista John Dudley descobriu os raios Ômega, que “tinham a propriedade miraculosa de modificar o cabelo africano”, em outras palavras, alisá-lo. Poucas semanas depois do anúncio, todos os homens e mulheres negros acorreram aos “Postos Desencarapinhantes” no intuito de iniciar sua transformação capilar. No entanto, os caucasianos omitiram que os

americana. Depois, os consideráveis 700 dólares por mês não eram o bastante e constatava que as tramoias burocráticas e a indiferença nacional entravavam os negócios dos que o consultavam⁶⁰, e, mesmo com os ótimos vínculos na embaixada, era “desrespeitador das ordens cretinas e muito independente nas minhas relações para que me aturem por muito tempo”⁶¹ como adido comercial. Para mais, o cunhado, Heitor de Moraes, encontrava-se em crise econômica, sem conseguir ajustar as contas. Somente com “a grande tacada da vida”⁶² tornar-se-ia milionário. Os negócios com os executivos da Ford Motor Company e da General Motors Corporation sustentariam essas *expectativas*.

De início, em 1927, os tratos com Mister Smith não invadiam as correspondências do adido comercial. Monteiro Lobato transmitia ao governo as informações do novo processo de fabricar aço “que exige metade do calor exigido pelos altos fornos – o que derruba para metade o custo da produção do ferro”⁶³. Não era seu interesse investir aí diretamente, mas as *alianças* em Detroit animavam-no. O contista arranjava, através do ministro da Viação, Victor Konder, babaçu e minérios de ferro para as experiências na Ford, sem alarde. Deveras, animava-o um romance-poema “no qual pretendo realizar uma visão deste país através das Usinas Ford” – em um mês, estagiaria nessas indústrias como operário, em várias seções⁶⁴ - e outras ideias fora do comum, no mínimo. Posteriormente, a *staff* das maiores companhias de automóveis sugeriu que escrevesse um livro sobre ninguém menos que Edsel Ford; isso intensava seu senso estético, uma vez que, “como a melhor obra de seu pai, precisa ser apresentado à mocidade como o tipo a imitar”, e, assim, requestou informações a Mr. Smith⁶⁵. Monteiro Lobato estrearia entre os norte-americanos sem o controverso “Choque”, e sim com texto acerca do homem de amanhã, o Príncipe de Gales da indústria⁶⁶ – algo que não ocorreu. Mas o literato renunciaria e o metalurgista substitui-lo-ia.

tais raios Ômega acabavam por esterilizar os sujeitos que começavam o tratamento – era o ocaso dos negros estadunidenses. O término da estória é cruel: - “Não há moral entre raças, como não há moral entre povos. Há vitória ou derrota. Tua raça morreu, Jim...”. Nesta tese, veremos como as matérias étnico-raciais assomaram na campanha pró-petróleo. Precisamos aqui, desde logo, o tratamento racista que Monteiro Lobato dispensava aos assuntos relativos à população negra. Cf. LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. pp. 172-174 e 189.

⁶⁰ Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 132. Carta ao Heitor de Moraes, escrita de New York, em 1928.

⁶¹ Ibid., pp. 134-135. Carta ao Heitor de Moraes, New York, 4,7,1928.

⁶² Ibid., p. 132. Carta ao Heitor de Moraes, New York, 1928.

⁶³ Ibid., p. 107. Carta ao Lino, New York, 18,9,1927.

⁶⁴ Ibid., p. 115. Carta ao Gastão Cruels, New York, 10,12,1927.

⁶⁵ Idem. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record. 1986. pp. 27-28. Carta ao Mr. Smith – Nova York, 7 de mai. 1928.

⁶⁶ Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 133. Carta ao Heitor de Moraes, New York, 1928.

De que maneira isso aconteceu? Monteiro Lobato viveu a semana mais extasiante de sua vida no início de 1928. Destinou-se à Fábrica Ford, em 26-04-1928, em companhia do Dr. Fortunato Bulcão, “um grande engenheiro e um grande metalurgista”, consoante as missivas a Alarico da Silveira⁶⁷. O Dr. Bulcão tentava encontrar um novo método siderúrgico ajustado aos haveres nacionais. Em 1927, visitou as usinas dos centros industriais europeus, mas reviu tão somente os processos comuns na redução de óxidos férricos; entre os norte-americanos, quase sem querer, teve a atenção do “pai do Jeca” no consulado e, assim, inteirou-se do processo de W. H. Smith. Os dois tornam-se *aliados* imediatamente, já que “era atrás daquilo justamente que ele andava a peregrinar pelo mundo”⁶⁸. Posteriormente, Mr. Smith mostraria os resultados dos estudos feitos com o minério e o babaçu, entregues anteriormente, ao adido comercial – ocasião em que Fortunato Bulcão⁶⁹ não só escutou acerca do processo, mas avistou, no microscópio, os produtos dos testes laboratoriais. Os três acertam uma visita a Detroit.

Quê veria no centro da indústria automobilística? Sem dúvidas, Monteiro Lobato estava muito longe das “cidades mortas” interioranas, nas quais cresceu, casou e criou os meninos. O contista enlevou-se nas “partes vitais daquele maravilhoso organismo”, mas seria em uma mesa-redonda com os “executivos” da Ford Motor Company, entre os quais Charles E. Sorensen e Edsel Ford, que assentaria os negócios e novas *expectativas*, forjar-se-iam⁷⁰. Pois, no laboratório de química industrial de Mr. Smith, na Universidade de Detroit, Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão viram o novo forno a funcionar. Dessa maneira expôs os *testes de força*:

É o que ha de simples esse forno maravilhoso que vem determinar um novo reajustamento no mundo e *salvar o Brasil*. Nada do mastodontismo dos altos fornos em uso. É como uma máquina de beneficiar café. Por uma moega entra o minério misturado com o agente redutor e embaixo cai em jacto continuo uma massa esponjosa, friavel a simples pressão dos dedos. Tal massa entra num aparelho muito

⁶⁷ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. pp. 121-122. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 26,4,1928.

⁶⁸ *Ibid.*, pp. 125-126. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

⁶⁹ O ensaísta Cassiano Nunes nos informa um tanto a mais acerca de Fortunato Bulcão: “[...] nasceu em 1875 no município de Cabo Frio e casou com senhora tradicional do Estado do Rio de Janeiro. Foi comerciante, capitalista e homem de arrojadas idéias no campo dos negócios, pois, [...] detestava a usura e achava que o dinheiro deveria ter uma função social. Possivelmente foi influenciado pelo georgismo, como aconteceu a Lobato no fim da sua vida. Embora homem típico da República Velha, Bulcão partilhava com Lobato e outros coetâneos idéias nacionalistas, desenvolvimentistas e, sobretudo, uma grande admiração pelo progresso dos Estados Unidos, país que em virtude de seu poderio técnico, servia como padrão para a nossa Pátria. Fortunato Bulcão, que foi diretor do Banco do Brasil, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e membro do Conselho Superior de Comércio e Indústria, faleceu em 1942, com 67 anos. Achava-se empobrecido, devido as perdas ocasionadas pelo seu pioneirismo patriótico”. Cf. NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília – DF: Thesaurus, 1985. pp. 9-10.

⁷⁰ LOBATO, *Op. cit.* p. 126. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928. Charles Emil Sorensen (1881-1968) foi um dos diretores da Ford Motor Company.

simples de cilindros imantados e sai do outro lado dividida em duas partes, resíduos e pó de ferro puro, pronto para o *melting*. Resta apenas briquetar o pó, para facilidades de transporte e *melting*. Essas briquetes correspondem aos *lingots de pig iron* dos altos fornos.

Nada de fornadas, *coulées*. Adeus caldeiras de Pedro Botelho! Adeus, coque! Adeus temperaturas infernais!

Você não é um Krupp e não precisa se-lo para alcançar a significação para nós do seguinte:

1) O novo forno, pela sua simplicidade, exige muito menor emprego de capital que os altos fornos. Não exige aquela caríssima injeção de ar que talvez você visse em Ribeirão Preto na Usina Uchoa. Não exige a altíssima temperatura do alto forno, e sim metade. Com uma corrente de 400 kw opera-se a redução – um calor vagabundo.

2) Não exige coque como agente redutor, e sim carvão de madeira, ou palha de café, ou bagaço de cana, ou linhito, ou turfa, ou xisto – qualquer fonte de carbono. E exige só meia tonelada de carvão de madeira para produzir uma de ferro. O alto forno exige uma de coque por tonelada de ferro. A redução é perfeita, pois vai a 100%. Nada se perde. De tudo isto resulta uma economia na produção de 46% aqui – e muito maior aí.

3) Trabalha com qualquer minério, está claro que dando maior rendimento com minério de alto teor de ferro.⁷¹

Como *salvar o Brasil?* De improviso, a ciência de Mr. Smith encantava mais do que as musas, já que esse era “o anjo Gabriel anunciador da metalurgia de amanhã”. Dentre os magnatas norte-americanos, Monteiro Lobato investigou a reação “mãe da Civilização”: $FeO - O + C = FeC$. O *FeO* seria “ferrugem”, “morro de ferro”, a mistura do ferro com o oxigênio, visto na natureza; ao separá-los, os homens tentam unir o *Fe* com carbono (C), e gerar “o metal chamado *Ferro*, com todas as suas modalidades de *Aços*”⁷². Daí surgem os instrumentos e as máquinas, os elementos a aumentar a eficiência do homem. Que era o novo forno? Para “divorciar” o ferro puro do oxigênio era necessária uma fusão em altos fornos metalúrgicos, em cerca de 2.200 graus – e, nessa reação, tornava-se indispensável um agente redutor, o coque. Os nacionais contavam, em seu território, com enormes reservas de óxido férrico em Minas Gerais, mas não carvão betuminoso, do qual deriva o coque. Dessa maneira, o aproveitamento industrial do minério de ferro era inviável no Brasil, já que o agente redutor era caríssimo no exterior. O “processo Smith” viria transmutar os termos “clássicos”, visto que não recorria à fusão. Para a obtenção do ferro, como as *experiências* anunciavam – e Monteiro Lobato as minuciava, entusiasticamente -, não mais do que 1.100 graus de calor máximo eram necessários e os materiais redutores seriam “qualquer fonte de carbono”; a mistura entre os substitutos do coque e o minério era submetida a uma separação magnética, de modo que se rejeitavam os detritos, a sobejar o *sponge iron*. Com isso, os visitantes criam ter encontrado a solução do problema siderúrgico do Brasil.

⁷¹ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 127. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

⁷² Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 529-530. New York, 28 de nov. 1928.

Os amigos sentiam-se privilegiados. Mr. Smith era reticente com a imprensa; não mais que “os altos líderes da metalúrgica de Detroit, Pittsburgh, Bethlehem, Essen, etc.”, inteiravam-se dos estudos do diretor da metalurgia da Ford Motor Company. Mesmo assim, era tido como “desses que mudam as diretrizes da humanidade através das suas invenções”, de acordo com Monteiro Lobato. O novo forno; a “redução em baixa temperatura” não atestava isso? O sábio organizou a General Reduction Corp. junto de cinco sócios riquíssimos, cada um a investir cem milhões de dólares na nova indústria, no intuito de alastrar o “processo Smith” – entre os sócios, estavam Alfred P. Sloan, Fred J. Fischer, Pierre Du Pont, John Jakob Raskob “e não sei qual mais, respectivamente Chairman [presidente] e vice-presidentes da General Motors Corporation”⁷³. Durante a visita, Mr. Smith propôs a formação de uma companhia brasileira associada à General Reduction, de maneira que forneceria os elementos técnicos e os recursos econômicos indispensáveis à vitória aos nacionais. Restava indicar os nomes dos *agressive men* brasileiros ao engenheiro.

Quais os *aliados* ideais na constituição do negócio do *sponge iron*?

Debati com o Dr. Bulcão o caso e por fim assentamos no seguinte grupo: Sampaio Correia, elemento tecnico, inteligencia de primeira ordem; Lage, que ficou assim, assim; Frontin, elemento político-que-não-cai; Bulcão elemento força-convincente; Victor Konder, o calor da mocidade e o lider da bacía carbonifera do sul; Macedo Soares, pelo comercio e indústria de S. Paulo; um Prado, porque a familia Prado é pioneira e deve estar associada a todas as grandes iniciativas do Brasil; Navarro de Andrade, o Ford dos eucaliptos, o diretor natural do reflorestamento que a empresa vai necessitar para o futuro. O Dr. Bulcão ficou de ir conversar e expor o caso ao Dr. W. e aos homens indicados. Mr. Smith tomou-lhes os nomes, a significação social e politica de cada um e as... idades. Dispensou a indicação do peso monetario.⁷⁴

Por que os sócios elegeram tais nomes? Dentre os motivos aceitáveis, apresentemos alguns. Primeiro, em outras conjunturas, Monteiro Lobato reiterou a integridade das pessoas acima, além de que, como anotou em missiva, “está claro que escolhi pessoas que conheço”⁷⁵. Isso não era uma causa menor, os interesses industriais não seriam os únicos vínculos a uni-los, uma vez que a afeição e a estima imiscuir-se-iam na companhia brasileira, sentimentos a entravar resistências em momentos decisórios ou incentivar *alianças* estáveis, seguras. Depois, Sampaio Correia, Victor Konder e Fortunato Bulcão retratavam o Rio de

⁷³ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 128. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

Alfred P. Sloan (1875-1966) era um dos presidentes da General Motors Corporation. Fred J. Fisher (1888?-1974?) era o responsável pela construção das carrocerias da GM. Pierre Du Pont (1870-1954) era um dos presidentes da GM. John Jakob Raskob (1879-1950) era um dos executivos financeiros da GM.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 130. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

⁷⁵ Carta de Monteiro Lobato a Artur Neiva, 16 de mai. 1928 *apud* NUNES, Cassiano. *O patriotismo difícil: a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva*. São Paulo: [s. n.], 1981. p. 41.

Janeiro; Navarro de Andrade, Macedo Soares e “um Prado” estavam com São Paulo; os centros econômicos e governamentais da nação teriam a diretoria do negócio, exclusivamente. Por fim, os homens não eram zés-ninguéns. Vejamos: José Matoso de Sampaio Correia era senador e, entre outras iniciativas, foi docente da cadeira de estradas de ferro, pontes e viadutos da Escola Politécnica, engenheiro-chefe da Companhia City Improvements, diretor da Compagnie Générale de Chemins de Fer du Brésil e proprietário da Usina Santa Luzia, no Rio de Janeiro⁷⁶; Henrique Lage montou a Cia. Docas de Imbituba, Santa Catarina, em 1922, e incentivava a mineração e a aeronáutica⁷⁷; além de industrial, Víctor Konder era ministro dos Negócios da Viação e Obras Públicas, e seus irmãos eram notáveis na administração catarinense⁷⁸ – acrescentemos, o genro de Fortunato Bulcão era chefe de gabinete nesse ministério⁷⁹; Edmundo Navarro de Andrade era engenheiro agrônomo, “comandante supremo” do Horto Florestal de Rio Claro, “a maior autoridade mundial hoje em matéria eucaliptica”⁸⁰, gerenciava o reflorestamento das áreas desmatadas na construção das ferrovias da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, também o fornecimento de madeira e carvão necessários a sua manutenção⁸¹; o “um Prado” acaso se tratasse de Paulo Prado, a quem o contista entregou a direção da *Revista do Brasil*, em 1922⁸². Os sócios já intuíaam ser necessário assistência econômica e contatos governamentais no êxito do negócio, dado que o malogro costumava orientar as iniciativas siderúrgicas nacionais⁸³.

⁷⁶ ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 08/01/2021, 19:25.

⁷⁷ CAMPELLO, Carlos. A trajetória empresarial de Henrique Lage e as relações com o Estado (1918-1942). In: *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005.

⁷⁸ Memorial da Secretaria de Estado da Fazenda do Governo de Santa Catarina. Disponível em: www.sc.gov.br. Acesso em: 08/01/2001, 20:38.

⁷⁹ NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. pp. 47-48.

⁸⁰ LOBATO, Monteiro. Os eucaliptos. In: _____. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. pp. 53-54.

⁸¹ O PLANTADOR DE EUCALIPTOS EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE. *Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo*. Disponível em < <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br>>. Acesso em 01/05/2020, 04:53.

⁸² LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 478. São Paulo, 15 de dez. 1922.

⁸³ Sydenham Lourenço Neto atesta isso: “O Brasil no início do século XX produzia cerca de 2.000 toneladas de ferro gusa em cerca de 70 estabelecimentos. Esses estabelecimentos por não serem indústrias siderúrgicas integradas eram incapazes de transformar o ferro gusa em aço. Nossa produção de aço, portanto, era nula. No início da segunda década do século, a produção mantinha-se no mesmo nível, enquanto a importação de produtos laminados de aço atingia a casa de 200.500 toneladas por ano. Em 1916, a produção de ferro gusa chegava a 4.267 toneladas, quando então começou um rápido aumento, usualmente atribuído a um surto de industrialização durante a primeira guerra mundial, que propiciou, em 1924, uma produção de 25.035 toneladas. Naquele mesmo ano, a importação de ferro gusa alcançaria o seu auge, 16.493t, mas, a partir daí, cai continuamente até alcançar índices mínimos no final da década de 30. Ainda em 1924, o primeiro em que temos dados oficiais para a produção de aço, produzíamos apenas 4.492 toneladas deste produto. Totalmente fabricados na Cia. Elétrica Metalúrgica de Ribeirão Preto. Portanto, até 1923, 100% do aço laminado consumido no Brasil era importado. Também a produção de materiais de ferro utilizados pela agricultura, pela construção civil e pela indústria ferroviária era muito limitada”. Cf. LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado e empresariado no nascimento da*

No entanto, mais consideráveis do que os tratos com magnatas norte-americanos e a constituição da companhia brasileira, eram as ideias lobatianas acerca do ferro. O escritor, ao longo dos anos, investigou os motivos do atraso e da miséria nacionais; averiguou, outrora, nas teorias raciais, no saneamento básico, no voto secreto, entre outros, as razões do descompasso temporal entre as regiões do Brasil – os sertões, os interiores, a estrugir os dias transatos, com o trote dos carros de bois; os centros industriais, a incitação sem-fim das tecnologias europeias e americanas, a anunciar o que estava por vir. Diante da maior cidade do mundo, Nova Iorque, iniciou outra revisão, visto os imensos arranha-céus, o oceano de automóveis, as numerosas linhas de *subway*, os teatros, os museus, os restaurantes, “tão fora de proporções com o nosso mundinho aí, que é tolice querer dar uma ideia”⁸⁴. De que maneira os Estados Unidos conseguiram se tornar uma nação vitoriosa? Por que os seus conterrâneos se enterravam na indigência? Isso ocorria, anunciava em missivas, uma vez que “os nossos males, economicos, financeiros e morais, inclusive a voracidade política, a falta de saúde, o safadismo carioca, o fermento revolucionario, a peste do militarismo, etc., provêm de uma causa única: pobreza, anemia economica”⁸⁵. Monteiro Lobato constatou que somente a riqueza curaria os males do Brasil, além de que o desenvolvimento econômico dos países advém do ferro, através das incomensuráveis estruturas metálicas norte-americanas. Restava seguir o ensinamento ianque.

O adido iniciou a catequese dos amigos, a princípio, na ciência de Mr. Smith depois da *semana mãe* em Detroit. Somente em 1927, informava, nos Estados Unidos, o *output* de ferro foi de 48 milhões de toneladas, “cujo valor bruto excede a riqueza do Brasil”; os patrícios, importavam 500.000 t anuais, em contrapartida, e produziam, no mesmo período de tempo, 40 mil toneladas, número irrisório. “Como ferrar um país de 8 milhões de quilômetros pagando a ferradura pelo preço que pagamos e hipotecando tudo o que a natureza nos deu para obter o dinheiro necessário?”, interrogava a Alarico da Silveira. O novo forno veio *salvar o Brasil*, a nação a deter 23% do minério de ferro do mundo, mas sem coque. Destarte, seríamos o *twin* dos norte-americanos em assuntos industriais, a crer nas *expectativas* lobatianas⁸⁶. Monteiro Lobato intentava converter outros, constituir *aliados* nessa missão; em resumo, mostrar aos destinatários que a prosperidade e a cultura de qualquer país

questão siderúrgica brasileira. In: *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013. p. 367.

⁸⁴ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 523. New York, 5 de set. 1927.

⁸⁵ Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 128. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

⁸⁶ *Ibid.*, pp. 123-125. Carta ao Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

advêm do ferro, do Instrumento e da Máquina. Neste ínterim, o remente transmutara-se, sem pesar:

Lamentas que estejam a desaparecer as nossas preocupações comuns. Em parte é certo. Distanciamo-nos bastante em nossas órbitas, você seguindo uma muito coerente com os começos, com a vocação e as ideias centrais, e eu... Quando olho para traz fico sem saber o que realmente sou. Porque tenho sido tudo, e creio que *minha verdadeira vocação é procurar o que valha a pena ser*. Aquela minha fúria literária de Areias e da fazenda: quem visse aquilo proclamava-me visceral e irredutivelmente “homem de letras”. E errava, porque o Lobato que fazia contos e os discutia com você está mortíssimo, enterradíssimo e com pesada pedra sem epitáfio em cima. O epitáfio poderia ser: “Aqui jaz um que se julgou literato e era metalurgista”. Porque a minha vocação pela metalurgia é muito maior que a literária. Jamais conversei com qualquer literato mais atentamente e mais encantado do que conversei com Mister William H. Smith, o anjo Gabriel anunciador da metalurgia de amanhã. O ferro esponja, Rangel! Eis a beleza suprema. Perto do *sponge iron*, todos os livros de Camilo e Machado de Assis só valem materialmente pelo papel, porque o papel contém carbono e o carbono é necessário à Reação diante da qual todos devemos nos ajoelhar porque é a mãe da Civilização: $FeO - O + C = FeC$.⁸⁷

O escritor mencionou o seu encanto com “o anjo Gabriel anunciador da metalurgia de amanhã”; “a beleza suprema” do *sponge iron*, e a reação “diante da qual todos devemos nos ajoelhar”; quer dizer, retratou o universo da siderurgia com termos literários. Distanciar-se do “homem de letras”? Certamente, não. Os negócios transmutar-se-ão em matérias a partir das quais versará como ensaísta. Discussões técnicas encontrarão nova semântica em seus textos, de modo a comunicar as situações controversas a todos. Cassiano Nunes atentou “que sua paixão pelo ferro não passava de um dos avatares da sua própria vocação artística”⁸⁸. Neste momento, reúnem-se, no mesmíssimo encargo, o literato e o metalurgista.

Durante os meses seguintes, até 1931, Monteiro Lobato atuou como o *intermediário* entre os governantes nacionais e Fortunato Bulcão no caso do ferro, já que se encontrava nos Estados Unidos. O funcionário do governo não dispunha dos meios de ir e vir do Brasil, de modo que contava com o amigo carioca no incremento da companhia brasileira. Permanecia no aguardo inquietante, tantas vezes, dado que, além dos interesses pátrios, o “metalurgista” temia a situação econômica familiar. Constantemente, seu amigo e cunhado, Heitor de Moraes, escrevia acerca das dívidas que ora aumentavam, ora diminuía; nessas circunstâncias, o “processo Smith” torna-se uma “dessas coisas de acabar milionário á moda

⁸⁷ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 530. New York, 28 de nov. 1928.

⁸⁸ NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. p. 21.

americana, de lançar as bases de um futuro Ford”⁸⁹. O ferro socorrê-los-ia na retransa, imaginava, especialmente depois de cometer um dos maiores erros de sua vida, como adverte à Teca, sua irmã – “*Entrei no Stock Exchange com todos os recursos que pude reunir, certo de fazer fortuna. Errei o bote. Em vez de ganhar já perdi metade do meu capital e estou ameaçado a perder o resto e ainda devendo alguma coisa*”⁹⁰. Monteiro Lobato vê-se em ruínas em 1930, a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque consome suas economias e os outubristas cortam o ordenado do adido. Para sanar os défices, vendeu suas ações da Cia. Editora Nacional. Não obstante, manteria as *expectativas* de que faria muito dinheiro com o *sponge iron*.

“Escreva: a metalurgia no Brasil está criada, e em bases tão sãs como nunca, nem em sonhos de maluco, foi julgado possível”⁹¹, assegurava Monteiro Lobato. Nestas agruras, entre as incertezas nos rumos a seguir, diante da bancarrota e da remoção do cargo, depositava confiança em “um homem realmente fora dos moldes nacionais, de altíssima inteligência, grande base técnica, descortínio e capacidade construtora”⁹² – Fortunato Bulcão. Dentro de pouco tempo, o amigo (e sócio) regressou dos Estados Unidos com contrato a autorizá-lo a usar o processo Smith no Brasil. Por conseguinte, os esforços dos companheiros em prol da redução em baixa temperatura têm início, em junho de 1928.

Como estava Fortunato Bulcão? Depois das conversações entre os dois brasileiros e os “capitalistas mais poderosos do mundo”, Fortunato Bulcão admitiu a instalação de uma grande usina siderúrgica no Brasil. Junto do “pai do Jeca”, encontrou, na redução dos óxidos-férricos, o sistema ajustado à escassez de carvão betuminoso entre os minérios nacionais. Com efeito, sua missão locomovia-se com o auxílio do sábio americano.

O “processo Smith” renovou seus interesses comerciais. Fortunato Bulcão tornou-se concessionário do Governo Federal com intenção de ampliar a indústria siderúrgica no Rio de Janeiro através de vantagens, tais quais “isenções de direitos para machinismos importados para instalações, [...] pelo prazo de 25 anos”⁹³. O empresário investia no setor das riquezas minerais na conjuntura das ideias antagônicas em torno da questão siderúrgica no país.

⁸⁹ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 132. Carta ao Heitor de Moraes, New York, 1928.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 161. Carta a Teca, New York, 9,1,1930. Grifo no original.

⁹¹ *Idem*. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record. 1986. p. 158. Carta ao Dr. Artur Neiva, Nova York, 5 de dez. 1928.

⁹² *Ibid.*, p. 157.

⁹³ O “Processo Smith” e o programma siderúrgico nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, Terça-feira, 29 de abr. de 1930.

Duas iniciativas tencionam-se, no Brasil, a partir da segunda década do século XX, consoante Sydenham Lourenço Neto: a exploração das reservas minerais por meio da exportação e, de outra parte, o aproveitamento interno das riquezas⁹⁴. Pois, o interesse de companhias estrangeiras nas nossas jazidas de minério de ferro era notório desde o congresso de Estocolmo (1910), no qual Orville Derby, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, minuciou as características e as situações das principais áreas produtoras de óxidos férricos em território nacional, de maneira que o aproveitamento dessas reservas era uma preocupação do governo brasileiro desde a época de Nilo Peçanha⁹⁵. Por essa razão, assim como à demanda de produtos siderúrgicos, decretos a incentivar os indivíduos ou as empresas a manter indústrias metalúrgicas, através de favores especiais, eram editados. Seguramente, o “homem de negócios” obtém sua autorização por esse motivo urgente.

Retornava Fortunato Bulcão com nova concessão, os direitos de organizar uma companhia associada à General Reduction Company “visando a exploração de suas patentes no Brasil mediante condições excepcionais que não serão dispensadas a outrem”, isto é, o auxílio técnico necessário, por exemplo, “o de enviar profissionais competentes na fabricação do aço pelo novo processo não só para o funcionamento da usina e desenvolvimento da indústria como para facilitar a praticagem dos brasileiros”⁹⁶. Portanto, Fortunato Bulcão situou-se a entremeio dos liberais e dos protecionistas, a favorecer-se da assistência e dos métodos de Mr. Smith, mas não renunciava a autonomia do negócio, uma vez que até os milionários norte-americanos com os quais mercava o sistema endossavam “que o ferro de um país deve pertencer exclusivamente aos nacionais”⁹⁷. Deveria angariar os recursos econômicos necessários à construção das usinas e ensinar as noções da redução em baixa temperatura aos investidores.

Para isso, mais uma vez, contaria com Monteiro Lobato. O escritor conseguiu uma audiência entre Fortunato Bulcão e o Presidente da República, Washington Luís, através de Alarico da Silveira, secretário da Presidência⁹⁸. A reunião ocorreu em 29 de junho de 1928, mas sem maiores consequências, posto que, como anotou o empresário em carta, “esgotou-se a meia-hora disponível sem que eu pudesse, mesmo resumindo muito, dizer-lhe a quarta parte

⁹⁴ LOURENÇO NETO, Sydenham. Estado e empresariado no nascimento da questão siderúrgica brasileira. In: *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013. p. 365.

⁹⁵ *Ibid.*, pp. 365-366.

⁹⁶ O “Processo Smith” e o programma siderúrgico nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, Terça-feira, 29 de abr. de 1930.

⁹⁷ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 129. Carta a Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 130. Carta a Alarico da Silveira, New York, 3,5,1928.

do que ele mesmo reconheceu necessário ouvir”⁹⁹. Primeiro malogro dos *aliados*. Daí em diante, no Brasil, os amigos atuariam não mais no terreno das ideias, mas sim juntos a outros indivíduos para os quais a ciência norte-americana era ficção ou não importava, simplesmente.

Os políticos e burocratas ignoravam o processo Smith. De início, Fortunato Bulcão tencionava recrutar os nomes visto acima e conservar o novo método de interesses antagônicos, como os da Itabira Iron¹⁰⁰. Por isso, não escrevia aos jornais; agia discretamente. Conseguiria F. Bulcão reunir os esculcas? Frontin “está afastado das cogitações pois só estudou (e há muito tempo não estuda) o que se fazia na França e considera essa gloriosa terra de Uncle Sam como... país de ‘sky-scrapers’ e nada mais”¹⁰¹, comunicava a Monteiro Lobato em 12 de junho de 1928. Dessa maneira, não arregimentou todos os sujeitos elencados. Além disso, o metalúrgico Caio Luís Pereira de Sousa garantia “que o processo Smith é um bluff (!!!) Falou que havia escrito duas ou três cartas a Smith e que não teve resposta”¹⁰². O engenheiro era ninguém menos que o filho de Washington Luís.

Somente no término de 1929, o homem de negócios encontraria ouvintes (e leitores) na promoção dos negócios. Fortunato Bulcão visitou o Museu Agrícola e Industrial de São Paulo em setembro e, na ocasião, ouviu o Diretor comentar aos outros integrantes do Conselho Superior de Comércio e Indústria sobre “um nosso patricio, que esteve o ano passado, por duas vezes na América do Norte, encontrou finalmente a solução para o problema da nossa indústria siderúrgica em Detroit”¹⁰³. Diante dos elogios, o concessionário do processo Smith anunciou-se como “o tal Bulcão” e, no mesmo dia, foi convidado a realizar uma conferência sobre o assunto em São Paulo¹⁰⁴. Por mais admirado que estivesse, as cortesias e mesuras atestam as leituras dos artigos editados nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo com a sua assinatura, uma vez que Fortunato Bulcão escreveu uma série de textos nos quais anunciou e instruiu a respeito do “novo e sensacional processo” dos fornos de

⁹⁹ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 11 de jul. 1928 *apud* NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. p. 30.

¹⁰⁰ Desta maneira escreve Bulcão acerca da Itabira Iron: “Não terei surpresa se a gente do Farquar, depois da conversa que tive com Sampaio Correia, vá bater às portas de Detroit, para ver se nos passam a perna. Confio, entretanto, na sua valiosa função e vigilância e não posso duvidar da grande correção do nosso professor William H. Smith”. Como se vê, os *aliados* temiam os *complôs* em seus negócios; a reserva com os inimigos só aumentará com o tempo. Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 12 de jun. 1928 *apud* NUNES, *Op. cit.*, p. 29.

¹⁰¹ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 12 de jun. 1928 *apud* NUNES, *Op. cit.*, p. 29.

¹⁰² Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 20 de ago. 1929 *apud* NUNES, *Op. cit.*, p. 31.

¹⁰³ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 1º de out. 1929 *apud* NUNES, *Op. cit.*, pp. 32-33.

¹⁰⁴ *Ibid.*

redução à baixa temperatura¹⁰⁵; movimento a somar, visto que “agora ninguém mais duvida e já os descrentes de ontem admitem que a solução convém ao Brasil”¹⁰⁶, anotava em missiva.

O ano seguinte não registra avanços notórios no caso do ferro. Os amigos atentam-se nas tensões revolucionárias entre os correligionários de Júlio Prestes e de Getúlio Vargas. Nota-se as ideias conservadoras dos dois nas cartas, nesse momento. “Mas preciso vencer a minha etapa e por isso mesmo embarco no automóvel, em vez de montar no camelo da Aliança”¹⁰⁷, asseverou Bulcão. Por outro lado, Monteiro Lobato alicerçou sua carreira nos tratos corriqueiros entre as elites dirigentes da Primeira República. O funcionário temia rever as “cousas pátrias” com a sucessão de Washington Luís; acaso isso ocorresse, “será para fazer prodígios na cavação de uma outra estadia fora da bagunça”¹⁰⁸ – antes, no entanto, tentaria sustentar sua manutenção em conversa com Júlio Prestes. Além disso, também dos Estados Unidos, encorajava Heitor de Morais a “aderir”, já que “ver-te-ei saído do inferno ou do purgatorio e entrado na feliz região dos eleitos – esse setimo céu que é ser mandachuva na brasiliana terra”¹⁰⁹. Os novos fornos a baixa temperatura reestruturariam as indústrias nacionais com mecanismos arrojados – eis a intenção -, mas não os vícios da administração pública. Os sócios contavam com eminentes governantes entre seus *aliados*; aliás, imaginar outra estrutura econômica não acarretava em ideais de renovação dos homens públicos.

O retorno de Monteiro Lobato em março de 1931, decorrência do golpe de Estado, inicia outro momento nos negócios do ferro. Primeiro, como notou Fortunato, o escritor estaria “livre das peias do Itamarati, poderás ajudar com todas as veras o amigo Bulcão”¹¹⁰ na instalação das usinas. Depois, na esteira do item anterior, Monteiro Lobato seguiria na criação de ambiente receptível ao “processo Smith” como “homem de letras”. O comerciante encetou o assunto em monografias e conferências, além dos artigos em jornais, e recebeu “centenas de cartas de pessoas de destaque”, mas carecia do virtuosismo artístico do “pai do Jeca”. Por fim, teriam de rearranjar as transações com o governo “revolucionário”, ainda uma incógnita. Isso ocorreria concomitantemente.

¹⁰⁵ BULCÃO, Fortunato. PRODUZIR FERRO SEM HULHA – NOVO E SENSACIONAL PROCESSO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, Domingo, 13 de jan. 1929.

¹⁰⁶ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 30 de dez. 1929 *apud* NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. p. 34.

¹⁰⁷ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 22 de out. 1929 *apud* NUNES, *Op. cit.*, p. 33.

¹⁰⁸ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 159. Carta ao Heitor de Morais, N. Y., 27,8,1929.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 146. Carta ao Heitor de Morais, New York, 24, 1, 1929.

¹¹⁰ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, término de 1929 *apud* NUNES, *Op. cit.*, p. 33.

Para seu assombro, não obstante os anos no exterior, a assinatura Monteiro Lobato carregava admiração e notoriedade. Dessa maneira, o escritor iniciou uma série de seis artigos n’*O Estado de São Paulo* em 28 de maio de 1931, a estender-se até 4 de junho do mesmo ano, acerca da solução do problema siderúrgico do Brasil pelo processo Smith. Com isso, além de anunciar a nova metalurgia, visava inculcar a tese de que o “*nosso problema não é político, nem racial, nem climatérico, mas pura e simplesmente econômico*”¹¹¹. Para tanto, a despeito do “homem de letras”, o negociante estaria *pari passu* com o literato nessa escritura, uma vez ser “mister pregarmos isto com a fé dos apóstolos”¹¹². Observemos os argumentos.

Demonstrar as inovações do novo processo de fazer ferro seria o item decisivo, mas terminante, dos artigos. Primeiro, Monteiro Lobato argumentaria “que todos os problemas de um país se radicam num único – o econômico”¹¹³ – e que a riqueza seria “a cura do proteico mal nacional”¹¹⁴. O momento era conveniente aos receituários dos intelectuais; os “revolucionários” tentavam instituir outra administração, menos burocrática, mais vigorosa, mas atarantavam-se em novos decretos; convênios, transações e pactos antes inviáveis saíam dos papéis, e talvez o “processo Smith” encontrasse guarita entre os novos governantes, tais e quais outras ideias de renovação nacional. Restava tentar, e os sócios para isso atuariam. Porém, os discursos do contista seguem outra direção:

O Brasil cochila acorçado à margem da civilização, sem saber para onde dirigir-se, sem saber o que fazer, o que pensar. Esperou e chocou o ovo da revolução como se fosse o milagroso cura-tudo. A revolução veio e nada pôde curar – nem pode, por melhores que sejam as intenções. Sua ação, meramente política, não alcança as raízes econômicas donde o mal secreto esvurma suas toxinas.

Essa mal é a pobreza, e revolução política quer dizer apenas nova repartição da riqueza existente. Ora, se esta é exígua demais, e se ao país pouco importa que esteja nas mãos de A ou de B, não será trocando letras que se cria alguma coisa. O de que havemos mister não é redistribuir o existente, mas sim criar riqueza nova, em tal quantidade que todos os habitantes deste território tenham o seu quinhão. E como riqueza só se cria por meio do ferro, é de ferro que precisamos. Por esse meio indireto conseguiremos afinal o que por meios diretos jamais foi, nem será, alcançado.¹¹⁵

Monteiro Lobato vetava a “revolução” como “o tópico mágico para a cura de todos os males”, uma vez que as mudanças sociais não geram recursos econômicos, caso não haja outra revolução, a industrial. Certamente, o literato situava-se em uma análise monista da realidade – assim como, outrora, “já viu no saneamento dos sertões, no voto secreto, na queda

¹¹¹ LOBATO, Monteiro. *Ferro e voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010. p. 27.

¹¹² *Ibid.*, p. 34.

¹¹³ *Ibid.*, pp. 26-27.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 29.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 52.

do partido conservador, se não o fim, pelo menos o começo do fim dos nossos males”¹¹⁶, assumia. A riqueza garantiria a regeneração de todas as instituições, automaticamente, pois, não estavam os jecas à margem da civilização, indigentes? Nessa visão, o “*ferro constitui a base do desenvolvimento econômico de um país; sem ferro, portanto, o Brasil jamais se fará*”¹¹⁷. Revolucionário era não obter, mas fazer ferro.

Os leitores acaso interrogar-se-iam a respeito das vantagens do ferro. As máquinas multiplicadoras da eficiência do homem agitavam as transações comerciais, incrementavam as guerras, animavam os serviços cotidianos, dado que “o homem armado de máquina alcança velocidades superiores a trezentos quilômetros para o transporte do seu corpo, e velocidade da luz para o arremesso do seu pensamento ou voz”¹¹⁸. Por intermédio das máquinas, continua Monteiro Lobato, dominamos a natureza, subjuguemo-la, arrogamo-nos a Civilização. A *experiência* dos grandes povos modernos demonstrava que transmutar o minério em máquinas ou materiais de construção era o único caminho a seguir¹¹⁹. Retomar os ensinamentos dos norte-americanos era mostrar aos conterrâneos o enigma da Esfinge:

Sempre nos impressionou fundamente o fato de dois países de igual território, Estados Unidos e Brasil, situados no mesmo continente, descobertos ao mesmo tempo, colonizados com os mesmos elementos humanos, libertados do jugo da metrópole com pequena diferença de anos, alcançarem, um, o fastígio da grandeza e a situação de primeiro entre todos os povos da Terra, e o outro, nós, a triste posição de beco sem saída em matéria de enalacramento. [...]

Esse enigma, pior que o da Esfinge quando o tentamos decifrar em casa, deixa de ser enigma logo que pisamos o cais de Hoboken e um trem subterrâneo, correndo por baixo do Hudson, nos lança na olha de Manhattan. Ao aflorar à superfície, o *Eureca* de Arquimedes nos explode no cérebro.

- Claro como água! O ferro explica tudo. Só o homem poderosamente multiplicado pela máquina poderia construir uma metrópole de titãs – e máquina não passa de simples aplicação do ferro.¹²⁰

Interessante notar, na análise dos artigos, as engrenagens temporais em movimento aí. Como se vê, o futuro orientou a escritura, vivemos na carestia, mas amanhã teremos a riqueza do aço. O governo revolucionário deveria tomar os Estados Unidos como paradigma, ou seja, movimentar nossas reservas minerais, transmutá-las em novos titãs, as máquinas, e construir uma grande civilização. Produção interna, em síntese. Para o desenvolvimento econômico, isso era obrigatório, já que, argumentava Monteiro Lobato, a “dívida externa do Brasil foi contraída, parte para adquirir ferro, parte para acudir às

¹¹⁶ LOBATO, Monteiro. *Ferro e voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010. p. 26.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 29.

¹¹⁸ *Ibid.*, pp. 31-32.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 35.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 34.

consequências da não produção de ferro”¹²¹. Os conterrâneos não estariam a criar nada de novo; a *experiência* ianque conduziria à vitória. Por causa da escassez de hulha, estávamos a tomar empréstimos aos montes, a sentenciar os dias venturos, mas eis que surgiu William H. Smith.

Quem era Mr. W. H. Smith? O escritor não o anunciaria tão só como um cientista; antes, ostentaria a união do inventor com as maiores indústrias automotoras do mundo¹²² – uma maneira de tornar convincente as afirmações do texto. Monteiro Lobato visava cativar os outros, reiterar o crédito da nova siderurgia, interessar os ricos. Para isso, contaria com sua maestria nas letras. Vejamos as suas estratégias retóricas:

Três pontos caracterizam o novo processo. Não há fusão do minério, e portanto removido está o inconveniente máximo do processo clássico do alto-forno, que era a incorporação no metal produzido das impurezas da ganga e do coque redutor. Talvez fosse esta incorporação que fez os ingleses darem o nome de *pig-iron* ao produto obtido, isto é, “ferro porco”. Nas operações subsequentes, para transformar o *pig-iron* ou ferro-gusa em aço, o trabalho maior era lavar, limpar, expurgar o gusa das impurezas da ganga e do coque neles introduzidos pela fusão. No processo novo o ferro sai dos fornos puro, o que não só elimina operações corretivas, como permite a criação de tipos de aço nunca obtidos até aqui.

Segundo. Como não há fusão, não se faz necessário o alto grau de calor que ela exige – metade basta. Este item entra por muito na economia de 50% que o novo processo tem sobre o processo clássico.

Terceiro. Não impõe o coque como único agente redutor adequado, coisa que nos impossibilitou a siderurgia até agora. Aceita como agente redutor qualquer fonte de carbono – madeira, turfa, linhitos, serragem, raspas de couro, resíduos vários, cascas de coco, bagaço de cana, palha de café etc. Até sábios da Grécia...¹²³

O “pai do Jeca” usou termos análogos aos vistos em carta a Alarico da Silveira, transcrita acima, na elucidação do processo Smith. Para catequizar os leigos em metalúrgica, tal qual a maioria dos leitores, era necessário organizar as ideias e os argumentos. Antes, nos Estados Unidos, anotava os dados acerca da redução em baixa temperatura em pontos, a integrar as noções em sua mente e, desse modo, comunicar aos destinatários. O assunto era custoso, severo – Monteiro Lobato devorou “o que a Enciclopédia Britânica diz no capítulo 1 e já li o melhor trabalho que se publicou no Brasil sobre o caso do ponto de vista brasileiro”¹²⁴ no intuito de apropriar-se das novas informações -, sem atrativos aos seus leitores, mas urgia

¹²¹ LOBATO, Monteiro. *Ferro e voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010. p. 37.

¹²² Consoante o trecho: “Foi William H. Smith durante vinte e tantos anos diretor da metalurgia da Ford Motor Company, devendo a ele Henry Ford grandíssima parte do portentoso sucesso da sua empresa. É hoje professor da Universidade de Detroit, à qual ofereceu uma ala inteira, construída de seu bolso e onde instalou o curso da nova metalurgia a que preside. É talvez o homem que mais sabe de ferro no mundo, porque sabe tudo quanto os outros sabem e sabem a mais o que ele próprio descobriu”. Cf. *Ibid.*, p. 41.

¹²³ *Ibid.*, p. 43.

¹²⁴ *Idem*. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record. 1986. p. 27. Carta ao Mr. Smith – Nova York, 7 de mai. 1928.

informá-los. Por isso, em favor do instrutivo, do didático, acercou as escritas das dissertações e das missivas. Conseguiria manter o interesse dos leitores só com a instrução? Não mostraria sua verve? Por que secundar as mesmas alegações de Fortunato Bulcão? Que torna os artigos singulares?

Destacaremos outro fragmento, então:

Minério de ferro é um óxido de ferro sem nenhuma utilidade para o homem enquanto nesse estado. Para que se torne útil, havemos que separar o ferro do oxigênio. [...]

Fazer ferro passou a ser isso: contrariar a afinidade dos dois elementos, divorciá-los, romper um equilíbrio de milhões de anos. O oxigênio, porém, nunca se conforma com isso e vinga-se. Reage sem cessar e com paciência de beneditino desfaz lentamente a obra do homem. Oxida-a. Enferruja-lhe o ferro. Faz o ferro voltar ao estado primitivo de óxido, ou ferrugem.

Para dissociar os dois elementos é necessário aquecer o minério a altíssima temperatura, na presença de outro gás tão atrativo que, apesar do seu amor pelo ferro, o oxigênio abandona o seu velho amigo para ligar-se ao novo. Como sob a ação do álcool o homem mais sisudo faz coisas que jamais faria em estado sóbrio, assim sob a ação inebriante do calor o pobre oxigênio perde a cabeça e troca a sua ligação de milhões de anos com o ferro por um “rabicho” de momento. Cessada, entretanto, a ação do calor, o oxigênio volta ao seu juízo e furiosamente passa a oxidar o ferro outra vez.¹²⁵

Discutir o processamento industrial dos metais com leigos não era simples. Por isso, Monteiro Lobato tratou os elementos químicos como amantes a sentir muito o divórcio; ensinou a Reação mãe da Civilização através de sensações triviais aos leitores. O restante dos textos mantém-se assim, a concatenar noções técnicas com situações do conhecimento de todos, como “a soberania insolente desse monstro brutal, barrigudo, incontrolável, conspurcador da pureza do nosso amigo ferro”¹²⁶, o alto-forno. Neste caso, sua arte era uma arma em prol da siderurgia.

Por fim, o escritor recontou o novo método aos leitores e anunciou que, muito em breve, o “processo Smith” estaria a funcionar no Rio de Janeiro, “em que pese a opinião dos nossos críticos e dos nossos técnicos”¹²⁷. Nesta fábrica, ocorreria a demonstração científica do invento *fit* às condições econômicas do Brasil. Os leitores céticos autenticariam a *realidade* dos discursos nos jornais através dos testes laboratoriais; de maneira mais perfeita, convencer-se-iam de que a nação rica e soberana estava próxima. Devemos compreender que o país do “amanhã” a estimular as ações do empresário estava situado em momento próximo; daqui a pouco os brasileiros viveriam em outro ambiente – não era um futuro distante. O ferro seria a

¹²⁵ LOBATO, Monteiro. *Ferro e voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 48-49.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 54.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 61.

varinha de condão que abeirava o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*, impelia o tempo histórico para adiante.

Concomitante aos artigos, temos a constituição do Sindicato Nacional de Indústria e Comércio em 27 de maio de 1931. A associação intencionava a “exploração de dous productos naturaes do paiz, que representam, incontestavelmente, dous dos maximos factores das possibilidades economicas nacionais – o ferro e os fructos oleaginosos”¹²⁸. Para tanto, contaria com os direitos e as obrigações das concessões da General Reduction Corp., adequada à redução de minérios e à fabricação de ferro, bem como da Palm Oil Co., de Plainfield, New Jersey, para a exploração e o uso das máquinas de beneficiar o coco babaçu de invenção de Clinton Burgess Repp – negócio lobatiano a não sair dos papéis¹²⁹. À frente da administração, estaria Fortunato Bulcão, Antônio Augusto de Barros Penteado, José Bento Monteiro Lobato, Afrânio do Amaral e Eugênio Lefèvre Júnior, respectivamente diretor-presidente e diretores¹³⁰. Durante a reunião da assembleia de constituição, Fortunato Bulcão reiterou a “alta finalidade patriotica” da organização das indústrias metalúrgicas e dos óleos em território materno, já que a sociedade atuaria “em prol do desenvolvimento economico do Brasil”¹³¹; os estatutos iteravam tais discursos ao sustentar que o “desenvolvimento [...] das forças economicas nacionaes”¹³² estava entre os seus objetivos. Os acionistas transmitiam seus negócios, seus interesses secretos, como uma missão pátria.

Porém, o programa siderúrgico nacional não era aclamado e reconhecido por todos, como os sócios imaginavam em seus textos. As notícias acerca de uma grande usina em São Paulo somem no início de 1932, a despeito das *expectativas* do ano anterior. Fortunato Bulcão anunciou a instalação da usina, “a qual terá a capacidade para 200 ou 250 toneladas de optimo ferro por dia”¹³³, em abril de 1930; não obstante as perspectivas – nos jornais cariocas, antevia-se “o crescimento rápido da indústria e o seu desdobramento nas

¹²⁸ SYNDICATO NACIONAL DE INDUSTRIA E COMMERCIO S. A. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1931. p. 49.

¹²⁹ Consoante Cassiano Nunes, o babaçu traria vantagens à indústria siderúrgica: “Ligado à campanha do ferro de Lobato encontrava-se também o seu interesse pelo babaçu. Os baixos-fornos preconizados por Smith não exigiam o coque como agente redutor, e sim carvão de madeira, ou palha de café, ou bagaço de cana, ou linhito, ou turfa, ou xisto – qualquer fonte de carbono. Assim se explica o interesse principal de Lobato pelo babaçu”. LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record. p. 149.

¹³⁰ SYNDICATO NACIONAL DE INDUSTRIA E COMMERCIO S. A. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1931. p. 49.

¹³¹ Ibid.

¹³² Ibid., p. 50.

¹³³ O “Processo Smith” e o programma siderúrgico nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, Terça-feira, 29 de abr. 1930.

formidáveis proporções que o Brasil reclama”, dado os assegurados resultados econômicos, os quais motivariam o produto nacional a lutar com o similar estrangeiro, sem a proteção aduaneira¹³⁴ -, a primeira experiência de fabricação de ferro-esponja pelo “processo Smith” só ocorreu em 12 de setembro de 1931. Como se vê, investigamos uma história descontínua.

Quais os motivos da demora? Os técnicos maneavam os novos fornos sem erros? Os diretores do Sindicato Nacional de Indústria e Comércio contratam Gordon C. Creuzere, o “antigo superintendente dos fornos de aço Open Hearth e dos fornos electricos das grandes usinas da Ford Motor Company, em Detroit, Michigan, um dos maiores especialistas norte-americanos em metalurgia”, no intuito de assessorá-los na organização da indústria siderúrgica – seria um colaborador técnico¹³⁵. O engenheiro assistiria a montagem e os ajustamentos do forno Smith, além de concluir “o segundo desenho em grande do forno definitivo”, consoante as missivas de Fortunato Bulcão¹³⁶. Os diretores necessitavam enviar uma cópia do desenho ao Mr. Smith, e conseguir sua anuência – evidências da atecnia dos nacionais.

Gordon Creuzere iniciou seus serviços em março de 1931. Depois de muito tempo, ocorreu o teste em São Paulo. “Construído um pequeno forno, este funcionou de maneira perfeita, produzindo logo ao primeiro dia 300 kilos daquele ferro”¹³⁷, anunciava-se nos jornais. Os industriais entusiasmaram-se com os avanços siderúrgicos vistos ali. Porém, Fortunato Bulcão não cientificou uma produção de 250 toneladas por dia? Que acontecia? A experiência não teve caráter oficial. O forno seria transportado para o Rio de Janeiro, uma vez que os srs. Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha interessaram-se na “questão, decidindo que as primeiras demonstrações fossem levadas a efeito na Capital Federal, com o comparecimento de ambos e com a presença de membros da comissão siderúrgica do exército”¹³⁸. Os diretores do Sindicato Nacional de Indústria e Comércio atraíam os governantes por meio de reuniões e entrevistas, na quais entoavam as vantagens econômicas da redução em baixa temperatura – meses antes, o concessionário reuniu-se com Getúlio Vargas e deixou o assunto “em ótimas

¹³⁴ DADO INÍCIO Á PRODUÇÃO DE AÇO NACIONAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 9, Domingo, 25 de jan. 1931.

¹³⁵ O problema da grande siderurgia no Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, Terça-feira, 17 de mar. 1931.

¹³⁶ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 2 de ago. 1931 *apud* NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. p. 43.

¹³⁷ O PROCESSO SMITH DE FABRICAÇÃO DE FERRO-ESPONJA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, Terça-feira, 15 de set. 1931.

¹³⁸ SÃO PAULO - O REGRESSO DO GENERAL IZIDORO – A EXPLORAÇÃO DO FERRO PELO PROCESSO SMITH, ATRAVÉS DA PALAVRA DO DR. BARROS PENTEADO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 16, Quinta-feira, 17 de set. 1931.

condições”¹³⁹; outro sócio, o dr. Antônio Augusto de Barros Penteado asseverava um custo de 200 réis o quilo, contra 1 mil reis cada quilo importado¹⁴⁰. O sucesso no Rio de Janeiro talvez garantisse uma aliança com o Governo Federal.

As experiências oficiais aconteceram em 4 de outubro de 1931. O ato foi “presidido pelo general Johnson, representante do chefe do Governo Provisório, com a presença dos ministros da Viação, Agricultura e Educação, representantes das demais altas autoridades do governo, técnicos, industriais e várias pessoas de relevo social”¹⁴¹. Os diretores não convocaram os zés-ninguéns. Custava arregimentar os “revolucionários”, angariar os subsídios do governo. Decerto, a inauguração foi um sucesso. Os visitantes anotaram o seguinte em uma brochura depois do evento:

“Representando o exmo. sr. chefe do governo provisório, inaugurei o forno de redução de minério de ferro, á baixa temperatura, pelo processo Smith, montado para experiência oficial, nesta cidade, pelo Sindicato Nacional de Comércio e Indústria [sic].

A impressão pessoal do que me foi dado observar é excelente. – Rio, 4 de outubro de 1931. – (ass.) General J. Johnson”.

-

“As experiências que aqui assisti, sobre o novo processo de redução do minério de ferro, do professor Smith, deixam-me a esperança de ver resolvido, sem maiores delongas, o problema siderúrgico brasileiro. – (ass.) – Juarez Távora”.

-

Colhi da experiência do processo Smith a melhor impressão de simplicidade e rapidez econômica, levando a fé de que esta tentativa contribuirá eficazmente no aproveitamento da nossa maior riqueza inexplorada. – (ass.) – José Américo de Almeida”.

-

“A impressão que levo desta visita é a de que está muito próxima, por dias talvez, a solução econômica da siderurgia no Brasil, a solução econômica, portanto, do país, ou melhor, a sua independência econômica, e com ela a independência política. – (ass.) – Belisário Pena”.¹⁴²

Getúlio Vargas, acompanhado dos ministros da Guerra e da Marinha, também assistiria a uma demonstração do “processo Smith”, em 8 de outubro de 1931. Durante as experiências, Fortunato Bulcão mostrou enorme gratidão a visita do chefe de Estado, bem como seu interesse patriótico na promissora iniciativa. O presidente do Sindicato terminou “dizendo que o pedacinho de aço fabricado em presença de s. ex. representava em suas mãos

¹³⁹ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 14 de jul. 1931 *apud* NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985, p. 41.

¹⁴⁰ SÃO PAULO - O REGRESSO DO GENERAL IZIDORO – A EXPLORAÇÃO DO FERRO PELO PROCESSO SMITH, ATRAVÉS DA PALAVRA DO DR. BARROS PENTEADO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 16, Quinta-feira, 17 de set. 1931.

¹⁴¹ NOVAS PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA METALÚRGICA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, Terça-feira, 6 de out. 1931.

¹⁴² *Ibid.*

o futuro grandioso e o soerguimento econômico de nossa pátria”¹⁴³. O ufanismo nas argumentações em torno do problema siderúrgico brasileiro era comum e, nessa ocasião, servia no aliciamento do ilustre convidado. Do mesmo jeito que os outros visitantes, Getúlio registrou suas impressões em álbum, de modo nenhum significativas: “Aos iniciadores deste empreendimento deixo aqui os meus aplausos”¹⁴⁴.

Quais as etapas seguintes da iniciativa? Daqui para a frente, as menções ao processo Smith somem dos jornais - e o Sindicato torna-se uma lembrança. Mais uma tentativa de criação das indústrias pesadas no Brasil a naufragar. As pouquíssimas notas acentuavam a indiferença no assunto, a mercê do êxito das experiências. “Raríssimos dele se preocupam”, comentou um repórter em 7 de janeiro de 1932. “É que, a nós sempre escapam as realidades brasileiras”¹⁴⁵. Os anseios de Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão na metalurgia estavam findos, em todo caso.

Por certo, um término inesperado e repentino. O desfecho não encerra o assunto; na verdade, suscita novas discussões. Quais os motivos do insucesso? Por quais razões outros técnicos e engenheiros não optaram pelo processo Smith? Quem se interessava na conservação dos altos-fornos? Quais ensinamentos Monteiro Lobato retirou daí? Por que o literato iniciou a campanha pró-petróleo? Para as nossas interrogações subsequentes, contamos unicamente com notas, fragmentos, imaginação. História descontínua, investigação lacunar, sem dúvidas, mas nem por isso menor. Dito isso, reitero o caráter ensaístico das respostas a seguir, isto é, sem os anseios categóricos ou estáveis, mas resistentes e seguras em seus apontamentos.

Dois motivos abreviaram a ruína do Sindicato Nacional de Indústria e Comércio. Primeiro, os choques internos entre os diretores. A correspondência entre Fortunato Bulcão e Monteiro Lobato atesta as divergências entre o grupo carioca e o grupo paulista¹⁴⁶. Quem integrava tais seções? Os ensaios de Cassiano Nunes e de Fernando José Gomes contornam as intrigas, mas a relevância dos sujeitos implicados nos escapam, dado os poucos vestígios. “O grupo do R. fazendo as maiores infâmias, lançando o descredito em Smith e seu processo pelos jornais e no ouvido da Comissão”, avisa o escritor ao camarada Manuel Carreiro Muniz.

¹⁴³ A VISITA DO SR. GETÚLIO VARGAS À USINA EXPERIMENTAL DO FERRO SMITH. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 5, Sexta-feira, 9 de out. 1931.

¹⁴⁴ *Ibid.*

¹⁴⁵ A INDÚSTRIA DO AÇO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, Sexta-feira, 8 de jan. 1932.

¹⁴⁶ LANDGRAF, Fernando José Gomes. Ferremos o Brasil! In: LAJOLO, Marisa (Org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: Obra adulta*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. pp. 242-243.

“Aquele rapaz entrou no Sindicato como uma gota de veneno e de fato envenenou o organismo inteiro da sociedade”¹⁴⁷. O misterioso R. seria Renato Aranha ou o francês Edmond de Raeffray. Para Fortunato Bulcão, Renato Aranha era um “miserável traidor” que se insinuou na confiança dos diretores do Sindicato na intenção de retirar os desenhos da construção do forno¹⁴⁸; o outro, Raeffray, candidatou-se a “uma patente particular pelo ajustamento do forno Smith às circunstâncias locais”¹⁴⁹ no decurso dos testes aos ministros, uma “vergonhosa usurpação”¹⁵⁰, consoante o presidente da firma. Monteiro Lobato tentou reunir os interesses novamente, mas, em dezembro de 1933, avisou não ver “meio de o negócio caminhar” ao companheiro. “Todos aqui estão contra você, e dizem que o negócio do ferro precisa de outro chefe”¹⁵¹. Dessa maneira, o “pai do Jeca” abandonava o sonho da indústria siderúrgica brasileira através do processo Smith.

Segundo, o não-comparecimento do governo. Os sócios recorreram às autoridades constituídas a datar de Washington Luís. Desde o começo das negociações, Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão seguiam “demonstrando, catequizando, convencendo”¹⁵² os estadistas; por meio das correspondências, das redes de sociabilidade e das reuniões, imaginavam conseguir a sua assistência, obrigatória na consecução dos *projetos*. Por obra do êxito das experiências, as *expectativas* em torno desta *aliança* aumentaram, de acordo com missiva a Alarico da Silveira, na qual o literato anunciou que “estamos a contar com grande boa vontade do governo e pois com esperanças de que o negócio saia ainda este ano [1931]”¹⁵³; o presidente do Sindicato cria nisso da mesma forma, já que, em 31 de dezembro de 1931, em um encontro, entregou a Getúlio Vargas uma medalha com o nome gravado, “o pedaço de lingote, a barra de aço e a talhadeira feita na Casa da Moeda”, de jeito que a figura máxima do Governo Provisório “revelou surpresa e admiração”, também “ficou um tanto emocionado”¹⁵⁴. De que maneira instituir esse vínculo? Que aconteceu logo depois?

Para a vitória do ferro-esponja, restava a Comissão Nacional de Siderurgia emitir uma opinião sobre o “processo Smith”. Os amigos animavam o negócio, a escrever ao secretário da Comissão um volume de “NOTAS E INFORMAÇÕES SOBRE A

¹⁴⁷ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. pp. 173-174. Carta a Manuel Carreiro Muniz – 27,12,1931.

¹⁴⁸ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 26 de dez. 1931 *apud* NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. pp. 44-45.

¹⁴⁹ NUNES, *Op. cit.*, p. 43.

¹⁵⁰ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 28 de set. 1931 *apud* NUNES, *Op. cit.*, pp. 44-45.

¹⁵¹ LOBATO, *Op. cit.*, 183. Carta a Bulcão – S. Paulo, 12,12,1933.

¹⁵² *Ibid.*, p. 171. Carta ao Alarico – S. Paulo, 5,11,1931.

¹⁵³ *Ibid.*

¹⁵⁴ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 31 de dez. 1931 *apud* NUNES, *Op. cit.*, pp. 45.

INDUSTRIALIZAÇÃO DO NOVO FERRO PROCESSO SMITH” [sic] em outubro de 1931¹⁵⁵. Ora, aguardar era necessário, mas a demora foi além do esperado, já que veriam o parecer da repartição pública apenas em 1933. Neste ínterim, a sociedade degingolou. Em 1932, as tensões entre o grupo carioca e o grupo paulista atravancavam a continuação da iniciativa – o grupo do R. lançava “o descredito em Smith e seu processo pelos jornais e no ouvido da Comissão”; os recursos econômicos do Sindicato minguraram, e estavam a dever 25 contos; como tão só o governo os resgataria, Fortunato Bulcão tentava marcar audiências com Getúlio, mas sem sucesso¹⁵⁶. Monteiro Lobato era categórico nas missivas: “Estamos por um fio. Se o governo nos atende, estará tudo salvo. Se não atende... não sabemos que caminho tomar”¹⁵⁷. Dessa maneira, a empresa tornava-se inoperante.

A Comissão Nacional de Siderurgia assessorava o governo varguista nas matérias siderúrgicas e intervia em prol das indústrias nacionais¹⁵⁸. Consoante os documentos, o órgão tomaria uma decisão contra ou a favor do “processo Smith” – e, assim, o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio teria ou não a assistência almejada. Dos trâmites legais, resta-nos somente as consequências:

Nada consegui. A Comissão Nacional de Siderurgia, a cuja ciência infusa foi afeta a questão, presidida pelo inevitável e sempiterno Eusébio de Oliveira (o homem mais nefasto que o Brasil ainda produziu), assanhou-se contra a invenção de Smith, como o Serviço Geológico por ele então dirigido (e hoje inspirado) se assanha contra as mais honestas tentativas de revelar petróleo. Travou-se uma luta ingente contra o grupo de pioneiros que eu e Bulcão aqui formamos para promover o estudo do processo Smith. Mas a Comissão representava o Governo; tinha atrás de si todo o peso do Governo Federal – e o monstruoso parecer condenatório que ela partejou, obra-prima de inépcia e má fé, foi o suficiente para desferir golpe mortal na nossa iniciativa, cuja vitória representaria a maior vitória econômica para esse azarado país. Perdemos 500 contos de capital e nada pudemos fazer perante o público porque a condenação oficial do processo Smith por meio do hoje célebre parecer, que representava o Governo, nos tirou a autoridade perante o público.¹⁵⁹

Quais os argumentos incorporados nesse parecer condenatório? Por mais *caixas-pretas* em associação, o diretor via “má vontade” e “espírito de contrismo”, unicamente; além disso, Eusébio de Oliveira “não entendia nada” do “processo Smith”¹⁶⁰. Nesta intuição, estaria

¹⁵⁵ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 13 de out. 1931 *apud* NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. p. 44.

¹⁵⁶ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. pp. 173-174. Carta ao Manuel Carreiro Muniz – 27,12,1931.

¹⁵⁷ *Ibid.*

¹⁵⁸ BARROS, Gustavo. *Discurso e contexto: política siderúrgica no primeiro governo Vargas (1930-1937)*. Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada –FE/UFJF, 2012. p. 22.

¹⁵⁹ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record. 1986. pp. 168-169. Carta ao Doutor Getúlio Vargas – Campos do Jordão, 26 de fev. 1935.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 167. Carta ao Dr. Neiva – São Paulo, 28 de dez. 1933.

o Governo Federal a resignar-se aos técnicos monstruosos da Comissão, inimigos do “grupo de pioneiros”, a ser marionete – e os sócios mostrar-se-iam suscetíveis contra “todo o peso” da ditadura. Logo, era mais sensato arrostar suas energias em outra causa, como a do petróleo.

Continuaria Monteiro Lobato a investir na metalurgia? Para isso, seria necessário outro começo, noutros alicerces. Não obstante, o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio recebeu “proposta para um contrato de fornecimento em que nos oferecem 120 dólares a tonelada [do *sponge iron*] – para um material que nos fica no porto do Rio em 10 dólares...” – da Chrysler Corporation¹⁶¹; também a maior usina de laminação do mundo, a Lukens Steel Company, “propõe-se a receber de nós o ferro reduzido e a no-lo devolver sob a forma de chapas, barras ou tubos, cobrando unicamente o preço da fabricação”¹⁶², consoante registros do escritor. Para retomar os negócios, era imperioso dirigir-se ao público – e abandonar o governo.

Ora, reconstruir as *alianças* seria árduo, os inconvenientes, grandes. Diante disso, Monteiro Lobato escreve a Fortunato Bulcão, a comunicar a sua remoção do Sindicato. Nesta carta, o agora “general do petróleo” sugere a divisão da autorização da patente Smith em duas partes, de sorte que “se o grupo de cá [São Paulo] pudesse formar a companhia de ferro, com sucesso, a sua concessão valeria ouro e você poderia formar outra empresa ficando com 50% das ações”¹⁶³; o destinatário aceitaria a ideia¹⁶⁴. Por consequência, os associados encerravam o Sindicato em dezembro de 1933. Os velhos amigos também rematavam seus diálogos, a indicar mágoas e ressentimentos na ultimação do sonho.

Por quais itinerários um e outro seguiriam? Pouquíssimo conhecemos a respeito dos novos *projetos* de Fortunato Bulcão. O concessionário da General Reduction Corp. manteve-se na siderurgia? A conversa entre os amigos terminou a 4 de março de 1935, através de missiva. Fortunato Bulcão rememorou a saída dos negócios no ano anterior e aludiu aos novos “deveres que me impús” no setor, a estear-se no “processo Smith”¹⁶⁵. De acordo com Cassiano Nunes, o pioneiro do *sponge iron* no Brasil faleceu em 1942, aos 67 anos, empobrecido.

Monteiro Lobato não se resignou com o insucesso. Por seu turno, continuou na ânsia tecnicista, mas reestruturou os *projetos*. O *horizonte de expectativa* era o mesmo, tornar

¹⁶¹ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record. 1986. p. 167. Carta ao Dr. Neiva – São Paulo, 28 de dez. 1933.

¹⁶² Ibid., p 170. Carta ao Doutor Getúlio Vargas – Campos do Jordão, 26 de fev. 1935.

¹⁶³ Idem. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. p. 183. Carta a Bulcão – S. Paulo, 12,12,1933.

¹⁶⁴ NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília-DF: Thesaurus, 1985. p. 47.

¹⁶⁵ Carta de Fortunato Bulcão ao Monteiro Lobato, 4 de mar. 1935 *apud* NUNES, *Op. cit.*, pp. 47-48.

sua nação à imagem e semelhança dos Estados Unidos. No entanto, a *experiência* com o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio o ensinou outras rotas e rumos, uma vez que o “ferro encencou porque ficou na dependência do governo, e nós chamamos governo a ineficiência organizada”¹⁶⁶. O escritor iniciou a constituição da sua nova associação em 1932, a Cia. Petróleos do Brasil, alicerçado no fracasso anterior. Porém, a indústria siderúrgica ainda estava entre os seus objetivos; com os recursos econômicos provenientes da descoberta do ouro negro, admitia reiniciar os negócios com o ferro em momento posterior. “Meu ideal é solver dentro dum ano os dois problemas máximos do Brasil – o da energia, com o petróleo que melhor a produz, e o da máquina, pela obtenção da sua matéria-prima, ferro”¹⁶⁷, anunciava em junho de 1932. O literato investia na mecanização dos processos produtivos, mais uma vez respaldado nos princípios que bebeu na América.

Para seguirmos, retomaremos uma interrogação anterior, até agora não abordada, a título de conclusão. Quais ensinamentos Monteiro Lobato retirou da causa do ferro, no que diz respeito à ciência em ação? Como integrou tais *experiências* na constituição d’outros negócios? O ímpeto metalúrgico atenuar-se-ia diante dos obstáculos associativos e governamentais, apesar da enorme admiração em relação ao Mr. Smith. Daí, encetaria o movimento pró-petróleo, não mais às tontas ou a inventar ocasiões, mas com *know-how* tecnocientífico.

Como visto, Monteiro Lobato não era a maior autoridade no Sindicato, dado que o diretor-presidente era Fortunato Bulcão. Os sócios organizaram os negócios e encorajaram um ao outro em meio aos reveses, mas interesses antagônicos desuni-los-iam. O escritor em pouco tempo notou os inconvenientes na *aliança* com o governo, em razão da burocracia estorvante e das sucessivas mudanças dos quadros dirigentes, circunstâncias a entravar suas ações em anos. No entanto, Fortunato Bulcão manteve-se constante na ideia de salvaguardar o Sindicato, através do amparo das autoridades administrativas. Para mais, os amigos situaram-se em lados opostos na controvérsia entre os acionistas, a agravar a discórdia. Fortunato Bulcão sentenciou a nova patente de Edmond de Raeffray como uma traição; em contrapartida, Monteiro Lobato a aceitou como uma inovação no método Smith adaptada ao Brasil: “em vez do minério e do elemento carbônico redutor entrarem misturados na câmara da redução, [...] o material carbônico é gaseificado fora e vai pôr-se em contato com o minério

¹⁶⁶ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record. 1986. p. 177. Carta a Oliveira Viana – 13 de mai. 1932.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 181. Carta a Oliveira Viana – 11 de jun. 1932.

só na parte que aproveita, isto é, sob forma de monóxido de carbono”¹⁶⁸. Por causa de atritos inoperantes, o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio encerrou seus serviços em 1933. Devido a essa *experiência*, o contista limitaria as orientações nas companhias nacionais de petróleo, de modo que suas determinações não encontrassem resistências. Sem dúvida, a alcunha de “general do petróleo” não seria à toa.

Além disso, Monteiro Lobato atuou externamente aos laboratórios, ou seja, a sua correspondência demonstra a função de intermediário do escritor, a ordenar interesses em torno do “processo Smith”, de forma que a instalação de usinas siderúrgicas estava a cargo de Bulcão. Isso não era uma ação menor. Monteiro Lobato era o maior nome entre os diretores e conseguia encontros com os governantes nacionais por obra do seu ressoante sucesso nas letras. O contista se tornou *porta-voz* da “redução em baixa temperatura”, a unir interesses, angariar subvenções, contornar as incertezas, manter o novo método no continente do real através dos jornais e das missivas. Sem isso, os recursos mirrariam e os avanços técnicos norte-americanos transmutar-se-iam em ficções, noções interessantes, mas sem ninguém a sustentá-las. Monteiro Lobato atinava ser necessário convencer os outros, a fim de que as suas aventuras industriais vencessem a concorrência, resignassem os incautos e se estruturassem, de maneira a evitar esgotamentos sistêmicos. Durante os anos seguintes, na campanha pró-petróleo, a escrita era um instrumento a cativar *aliados*; os textos instituía o essencial, o ouro negro como o maior tesouro nacional. Não obstante os novos cognomes, o empresário ainda era o “pai do Jeca”.

Caso retornasse aos assuntos industriais, estaria a par dos rumos a tomar. Monteiro Lobato necessitaria constituir uma associação, na qual seu gerenciamento regresse os *aliados*; contaria com instrumentos técnicos igualmente incontestáveis; recorreria não mais ao governo, mas ao público; entusiasmaria os acionistas nos negócios, a mostrar as vantagens da indústria petrolífera na economia; transmutaria o ouro negro no maior dos nossos tesouros, a abrigar-se nas entranhas da terra, pois a ciência e a imaginação, a técnica e a retórica, de maneira nenhuma, estavam em desacordo - sua razão estava no sonho.

¹⁶⁸ LOBATO, Monteiro. *Ferro e o voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010. p. 79.

3 A CIA. PETRÓLEOS DO BRASIL E O PROJETO LOBATIANO

3.1 A formação da Cia. Petróleos do Brasil e a consecução do projeto lobatiano

Não serviriam as elucubrações, as ideias, as *expectativas* sem uma maneira de as tornar existentes, consistentes. Mesmo as *experiências*, como os sustentáculos das ações historicamente situadas, não conviriam à construção do Brasil futuro sem uma avaliação do que é possível no momento. Há uma distância entre as *experiências* e as *expectativas* que muitas vezes é intransponível. Para tornar a *expectativa* factível, não ilusória, não somente aguardo, torna-se necessário estruturar o já vivido em um *projeto*. Que é um *projeto*, no entanto?

Nesta tese, *projeto* “é a conduta organizada para atingir finalidades específicas”, isto é, o traçar de ações, através da análise do *campo de possibilidades* historicamente situadas, tendo em vista uma meta¹. Com isso, tecem-se os rumos até a consecução das *expectativas*. Monteiro Lobato, interessando no setor petrolífero no Brasil, tramou maneiras de intervir na área, recrutando *aliados* humanos e não-humanos, os acionistas, os mecanismos técnicos e os terrenos, investindo na consciência dos seus ledores, interessado em transformar o ouro negro em interesse nacional. Dessa maneira, constituiria a empresa mãe da iniciativa privada, a Cia. Petróleos do Brasil. Investigarei o início do *projeto* lobatiano, ou seja, as negociações em torno da Cia. Petróleos do Brasil, as maneiras como amarrou vários interesses ao seu, bem como as tensões inerentes a essa causa. Nesse *projeto* coletivo, o escritor-diretor reservava a si o papel social de maior liderança entre os “petroleiros”, a vontade de mover a empresa. Para isso, tramou o necessário à vitória do seu arbítrio.

Os negócios do Sindicato Nacional de Comércio não existiam mais em dezembro de 1931. Monteiro Lobato vivia a incerteza ao esperar um empréstimo do governo. No Sindicato, reinava o caos, já que os interesses contrastantes se tencionavam e o complô era a regra – ao menos, na sua visão. Em carta a Manuel Carreiro Muniz, o escritor denunciava a situação:

FERRO. [...] O grupo do R. fazendo as maiores infâmias, lançando o descrédito em Smith e seu processo pelos jornais e no ouvido da Comissão. Aquele rapaz entrou no Sindicato como uma gota de veneno e de fato envenenou o organismo inteiro da

¹ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 40.

sociedade. Agora o pobre Sindicato está exausto de dinheiro e até devendo uns 25 contos. Não conseguiu passar uns 60 contos de ações. A confiança que eu e Bulcão criamos, eles começam a destruir. Isso aliado com o fiasco de Creusere, é bem mau. Estamos por um fio. Se o governo nos atende, estará tudo salvo. Se não atende... não sabemos ainda que caminho tomar. Por isso atirei-me ao óleo, que é mais imediato e pode nos trazer recursos para o ferro. Maldita a hora em que R. entrou em nosso Escritório!²

Só trevas em todos os lados. Os fatos nessa missiva são incógnitos (o fiasco de Creusere), a inicial R. um mistério, mas é visível os apuros do Sindicato. Na mesma ocasião, Monteiro Lobato comunicava que Getúlio Vargas não marcou uma audiência prometida a Bulcão, adiando duas vezes o encontro, e assim obstando os entendimentos com o governo. Dinheiro, só para as dívidas. Que fazer? “Luz clara só estou vendo do lado do óleo”, revelou. Com o ouro negro, encontraria os meios necessários para construir a nova indústria siderúrgica brasileira. “Oil, oil, oil! If oil comes out, we will be able of building up the most famous Sponge Iron plant of the world”³ [Óleo, óleo, óleo! Se o óleo vier, nós seremos capazes de construir a fábrica de ferro esponja mais famosa do mundo].

Dessa maneira, ainda em dezembro de 1931, teve início a subscrição do capital da Companhia Petróleos do Brasil, na qual contou “com grande aceitação do público”, consoante as missivas de Monteiro Lobato⁴, visto que em quatro dias passaram-se 2.000 ações, um sucesso na perspectiva do gestor. Além de J. B. Monteiro Lobato, encontravam-se entre os sócios fundadores da empresa os srs. M. L. de Oliveira Filho e L. A. Pereira de Queiroz, nomes sem expressão nos documentos. A Cia. seria incorporada somente em 17 de maio de 1932, através do Decreto nº 21.415⁵, dado os afãs da constituição. Nesse primeiro momento, rematar os contratos essenciais e garantir o controle da nova empresa era urgente. Para isso, das 8.000 ações de 100\$ da Cia. Petróleos do Brasil, 20% (ou 1.600 ações) seriam da Albas Oil Developing Co., 30% de Otto S. Estrela, sendo que Estrela transferiria metade ao escritor. “Desse modo Albas, Estrela e eu ficamos com 50%, ou no controle”⁶, assevera Monteiro Lobato. Quem seria esse Estrela? E a Albas Oil Co.? A base da nova iniciativa era uma associação com a Albas Oil⁷, então torna-se inescusável a consciência dessa aliança.

² LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. pp. 173-174. Carta a Manuel Carreiro Muniz – 27,12,1931.

³ *Ibid.*, p. 174.

⁴ *Ibid.*, p. 171.

⁵ Legislação Informatizada – Decreto nº 21.415, de 17 de Maio de 1932 – Publicação original. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 29/04/2018, 09:45. Publicação original em *Diário Oficial da União* – Seção 1 – 24/5/1932, Página 10017.

⁶ LOBATO, *Op. cit.*, pp. 171-172. Carta a Manuel Carreiro Muniz – 27,12,1931.

⁷ A localização das jazidas de petróleo. Far-se-ão no Brasil experiencias do indicador do dr. Romero. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 2, Sábado, 19 de dezembro de 1931.

A Albas era uma companhia norte-americana constituída especialmente para a exploração do Romero Indicator ou Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero, um instrumento apropriado para fazer as provas no território nacional e atestar a existência ou não do petróleo no Brasil. A invenção do dr. F. B. Romero era um “aparelho detector de vibrações peculiares ao petróleo subterrâneo”, invento a operar através de princípios eletromagnéticos, hábil no registro da quantidade e do ponto exato do óleo de pedra nos terrenos em exame, de eficácia e exatidão até então indiscutíveis⁸, daí consistiu em uma saída ao caso nacional, no qual, devido às enormes extensões territoriais, necessitava de um instrumento de absoluta precisão – assim entendia Monteiro Lobato. Na constituição da Cia. Petróleos do Brasil, o *projeto* lobatiano era um tudo ou nada:

Nossa ideia é, primeiro fazer as provas com o Indicator. Se forem negativas, extingue-se a companhia. Se forem positivas então levantaremos capitais para a perfuração, se isso nos aconselharem o Dr. Romero, o engenheiro da Cilmore que vem com ele e ainda Mr. de Sabla. Ou então ficaremos no que estamos. As provas só serão feitas em terrenos de cujos proprietários obtemos opções por perfurar, por nós ou por terceiros, em caso de serem positivos. Pretendemos dar aos proprietários 5% do óleo e reservar para nós outros 5%. A Albas terá também 5% e mais o que está no contrato. Imagine que pegamos um poço de 20.000 barris, 5% serão 1.000 barris por dia. Ao preço médio do barril de óleo cru nos Estados Unidos nestes últimos 10 anos, \$1.90, teremos, ao cambio de agora, 11.000 contos de lucro por ano, para um capital de 800 contos, ou 1400%.⁹

E. J. de Sabla, mencionado acima, era um homem de negócios a gozar “do mais elevado conceito nas rodas americanas”, consoante uma matéria do *Diário Nacional* (19-12-1931), graças as suas atividades industriais, quais sejam, as primeiras usinas hidroelétricas da Califórnia, a propriedade de minas de cobre, estanho, hulha e petróleo. Na matéria aludida, foi descrito como um indivíduo a “ver antes”, isto é, um pioneiro, “como atesta a formação da sua mais recente empresa, a ‘Albas’, destinada a lançar o invento de Romero”¹⁰. Eugenio Sabla assinaria o contrato definitivo com a Cia. Petróleos do Brasil em favor da concessão do Indicador de Óleo e Gás do Dr. F. B. Romero. Já a Cilmore, na verdade Gilmore Engineering Corporation, era uma “entidade técnica especializada em assuntos de petroleo e gas, com sede

⁸ A localização das jazidas de petroleo. Far-se-ão no Brasil experiencias do indicador do dr. Romero. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 2, Sábado, 19 de dezembro de 1931 e também Novas pesquisas no sub-solo brasileiro. As provas do Indicador Romero em S. Paulo. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Sexta-feira, 18 de março de 1932.

⁹ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. pp. 172-173. Carta a Manuel Carreiro Muniz – 27,12,1931.

¹⁰ A localização das jazidas de petroleo. Far-se-ão no Brasil experiencias do indicador do dr. Romero. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 2, Sábado, 19 de dezembro de 1931.

em Tulsa, Oclahoma”¹¹. Quais as relações entre a Gilmore e o Romero Indicator? A corporação de Tulsa estava encarregada da verificação do aparelho, através de uma série de provas “com todo o rigor científico”, mais uma vez de acordo com o *Diário Nacional*. A Gilmore alcançou uma conclusão favorável, já que não houve falhas nas provas feitas. Pelo visto, o nascimento da Cia. Petróleos do Brasil seria abençoado por duas autoridades estrangeiras. Monteiro Lobato cercou-se de *aliados* norte-americanos na investida às camadas interiores do território brasileiro. Garantia, assim, os instrumentos técnicos e engenheiros de que necessitava no empreendimento. Porém, interessa notar que a argumentação lobatiana visa os lucros, em contos, em dólares, não os interesses da nação. Certamente, escrevia na língua do destinatário, um dos acionistas.

Já Otto S. Estrela era o detentor da concessão do Indicator Romero para todo o território brasileiro. De acordo com o primeiro manifesto da Cia. Petróleos do Brasil, o sr. Otto Scott Estrela, “cidadão venezuelano residente nos Estados Unidos, atualmente no Brasil”, exigia 30% das ações da nova empresa em troca da concessão, visto que “os termos de acôrdo entre Estrela e a Albas são onerosos”¹². O interesse do concessionário seria arranjar uma refinaria de óleo cru no Rio Grande do Sul, “de cujo governo já obteve a necessária concessão”. Não aconteceria de as ações da Cia. saírem do país, já que o sr. Estrela dividira sua quota entre os seus associados brasileiros, “além de que fixou residência entre nós”¹³. Monteiro Lobato nunca mais escreveu acerca da aliança com esse empresário. No entanto, o essencial, nesse momento, é registrar os esforços do “pai do Jeca” em ser o cérebro a estruturar e reger a nova empresa, dado o interesse em conseguir uma fração das ações de Otto Estrela.

Além disso, a Albas teria 1600 ações da Cia. Petróleos do Brasil e necessitava de um subscritor “para assinar os estatutos dessa companhia e representar a Albas na assembleia de constituição da sociedade, etc.”¹⁴. As fontes sugerem que os negócios entre a Albas Oil Co., Otto S. Estrela e os diretores da Cia. Petróleos se fizessem assim, com as ações em jogo. Monteiro Lobato, já subscritor, em carta, sugeriu que “se [a Albas] quisesse indicar a mim,

¹¹ A localização das jazidas de petróleo. Far-se-ão no Brasil experiências do indicador do dr. Romero. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 2, Sábado, 19 de dezembro de 1931.

¹² LOBATO, J. B.; OLIVEIRA FILHO, M. L.; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, TOMO II. 2ª edição revista e aumentada. São Paulo: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1956. pp. 344-345. Edgard Cavalheiro transcreveu o primeiro manifesto da Cia. Petróleos do Brasil em sua biografia *Monteiro Lobato – vida e obra*, como APENSO N.º 6.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. p. 172. Carta a Manuel Carreiro Muniz – 27,12,1931.

estarei às ordens”¹⁵. O escritor evitava que seus negócios fossem cativos de interesses antagônicos, como no caso do Sindicato Nacional de Comércio, e dirigidos por uma hidra de muitas cabeças. O seu *projeto* era evitar o nascimento dessas muitas cabeças, embora isso exigisse um esforço hercúleo.

Quais os motivos do entusiasmo lobatiano com o negócio do ouro negro? Monteiro Lobato intuiu que os governos não eram os maiores *aliados* das empresas, com o ferro. O setor petrolífero contaria com o público, os capitais dos acionistas. Como 2000 ações foram “passadas” em quatro dias, o rumo mostrava-se promissor. “Dependemos aqui só do publico, e o publico está conosco”, anotou em carta. Criar-se-ia, na intuição do diretor, a “dinastia dos Rockefellers do Brasil”¹⁶, já que os dividendos seriam astronômicos. Por isso, convidava os amigos:

Lino,

Jamais convidei amigos ou parentes para empresas, porque envolvem riscos e é desagradável ve-los perder. Mas estou abrindo exceção para esta, esplanada no folheto incluso. É cousa tão seria, são tão formidáveis as ultimas noticias reservadas que tenho recebido da America, que estou convidando a todos – até o pobre Rangel, para que mais tarde não se queixem de mim.

O caso é simples. Ou há petróleo no Brasil e ficamos com a chave de todo ele na mão, ou não há e ao fim de poucos meses a companhia está extinta com perda total do dinheiro empatado. Loteria de dois bilhetes – um branco, outro com sorte grande de Espanha por ano e por ação.

O convite está feito. Resolva como entender, sabendo que não necessitamos de capital. Há já mais que o pedido, além de que o Assis Brasil, que acaba de escrever-me longa carta, mostra-se empenhado em fazer a coisa com dinheiros públicos.

Adeus. Recomendações a D. Dulce – e Regina, do

LOBATO¹⁷

O dinheiro público, isto é, a união com Assis Brasil, surge aí como um acréscimo, não como uma necessidade. O capital indispensável à constituição da Cia. Petróleos do Brasil foi “calculado em 400 contos para a organização da empresa, montagem de escritório e um completo serviço de provas por oito meses”, entre 8 a 10.000 provas, com o Indicador de Óleo e Gás, além da assistência do dr. F. B. Romero¹⁸. Os jornais acentuavam o caráter popular da iniciativa, uma vez que contava “seiscentos e muitos subscritores, na sua maioria pequenos,

¹⁵ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. p. 172. Carta a Manuel Carreiro Muniz – 27,12,1931.

¹⁶ *Ibid.*, p. 176. Carta a Lino Moreira – S. Paulo, 20,01,1932.

¹⁷ *Ibid.*, p. 175. Carta a Lino Moreira – Escrita em fins de 1931, ou princípios de 1932.

¹⁸ A localização das jazidas de petroleo. Far-se-ão no Brasil experiencias do indicador do dr. Romero. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 2, Sábado, 19 de dezembro de 1931.

de uma a cinco acções”¹⁹. Para acerar essa imagem, consta-se, em uma notícia da Cia., que de 15.000 ações postas à venda em abril de 1932, 12.130 achavam-se subscritas em junho do mesmo ano²⁰. De fato, nesse início, o dinheiro público não era imprescindível. O *projeto* não se assentava em convênios com o governo, como no negócio do ferro, em virtude de Monteiro Lobato tramava suas ações através de avaliações das *experiências* anteriores.

Somente isso não elucida o entusiasmo do diretor. Na missiva acima, sua dúvida era científica – existe ou não petróleo no Brasil? Não havia ninguém a vetar a constituição da empresa ou mesmo as provas acordadas. O enigma seria resolvido com os mecanismos técnicos e os engenheiros em poucos meses, imaginava. Só restava aventurar-se, já que os capitais necessários aos riscos estavam com os apostadores. Nessa “loteria de dois bilhetes”, arriscava-se a salvação econômica da nação, além de uma saída aos inconvenientes financeiros dos amigos e dos parentes. Caso existisse óleo e gás no subsolo, Monteiro Lobato estaria rico.

Porém, mesmo nesse tudo ou nada, existia um planejamento nas opções, nas alternativas. O diretor arriscava-se à medida que assentava seu controle com segurança. Monteiro Lobato não era inocente ou desprevenido; convidava um amigo com o intuito de monitorar as ações das empresas. A Cia. Petróleos do Brasil já era um sucesso fulminante em janeiro de 1932. “Em 12 dias uteis reuniu o capital necessário e hoje, sem um mês ainda de idade, ninguém larga uma ação pelo mesmo preço que a pagou”²¹, informa a Lino. Agora, iniciar-se-ia outra parte do *projeto*, a ressurreição de antigas empresas nacionais. Monteiro Lobato reorganizava o lançamento da Cia. Petróleo Nacional “para explorar o petróleo de Alagoas, o ponto talvez no mundo onde existe em maiores quantidades e melhor condição estratégica para a exportação, visto como na costa”²². A Cia. Petróleo Nacional seria uma empresa de 20.000 contos (metade dos quais representados pelo valor da concessão dos terrenos) e teria Edson de Carvalho por diretor, um engenheiro que, assim como Monteiro Lobato, via no ouro negro o futuro do Brasil. Encontravam-se indivíduos de São Paulo, Minas Gerais e da região Nordeste, mas não do Rio de Janeiro, na Cia. Petróleo Nacional. “Falta um pelo Rio e posta em minhas mãos a escolha, pus olho em ti”²³. Com Lino na Cia. Petróleo

¹⁹ As investigações petrolíferas. O dr. Romero no Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 24 de março de 1932.

²⁰ Companhia Petroleos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 8 de junho de 1932.

²¹ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.^a edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. p. 176. Carta a Lino Moreira – S. Paulo, 20,1, 1932.

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*

Nacional, Monteiro Lobato garantiria um maior domínio entre os “petroleiros”, já que teria um intermediário a atentar e anotar os rumos e os apuros em Alagoas.

Como seriam os tratos entre a Cia. Petróleos do Brasil e as demais empresas nacionais? Os diretores das outras empresas contratavam com a Companhia Petróleos do Brasil as provas do Indicador Romero, comerciavam com a empresa dos srs. J. B. Monteiro Lobato, L. A. Pereira de Queiroz e M. L. de Oliveira Filho em troca da localização das reservas petrolíferas em seus terrenos. Dentre as outras empresas petrolíferas, encontravam-se em ação, além da Cia. Petróleo Nacional, a Companhia Petrolífera Brasileira, também em vias de incorporação pelo engenheiro Angelo Balloni, atuante na região de S. Pedro, “que é das mais promissoras e ricas de indícios do Brasil”²⁴; a Cia. Rio-grandense de Petróleo, promovida pelo engenheiro Otto Scott Estrella, o antigo concessionário do Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero, e outras “personalidades de alto valor no mundo financeiro do Estado sulino”, que, além dessa empresa, lançaram também uma Companhia Refinadora Rio-grandense, no intuito de já refinar o óleo bruto assente no território nacional²⁵; a Cia. Cruzeiro do Sul, em Bofete, sob a presidência do dr. Henrique de Sousa Queiroz²⁶, além de outras iniciativas menores, todas *aliadas* da Cia. Petróleos do Brasil, em razão dos contratos em favor do invento do dr. F. B. Romero. Isso posto, os ativos da sociedade ver-se-iam avolumados com o encontro do ouro negro nesses terrenos, visto que constava nos contratos com as outras companhias o seguinte:

1) 10 % de todo o petróleo produzido no Estado de Alagoas pela “Cia. Petróleo Nacional”, a qual pagará ainda uma mensalidade de 350 dólares durante 10 anos;

2) 10 % de todo o petróleo produzido nas concessões da “Cia. Petrolífera Brasileira”, município de S. Pedro, neste Estado, e mais ainda 2.000 ações dessa companhia.

3) 10 % de todo o petróleo produzido em Bofete, nas concessões da “Cia. Cruzeiro do Sul”, e ainda 4.000 ações dessa companhia, além de um pagamento em dinheiro de 10:000\$000 e uma mensalidade de 250 dólares durante 10 anos.

4) 10 % de todo o petróleo produzido nos Estados do Rio Grande e Santa Catharina pela “Cia. Riograndense de Petróleo”, já lançada em Porto Alegre, e ainda 10% das ações dessa companhia.

5) 10 % de todo o petróleo produzido no Estado de Minas pela companhia a formar-se pelo engenheiro Edwar Dias, e ainda 10 % das suas ações.²⁷

²⁴ Novas pesquisas no sub-solo brasileiro. As provas do Indicador Romero em S. Paulo. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Sexta-feira, 18 de março de 1932.

²⁵ O petróleo no Brasil. *A Gazeta*, S. Paulo, p. 2, Quinta-feira, 26 de maio de 1932.

²⁶ O petróleo em São Paulo – III. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 27, Domingo, 4 de outubro de 1936.

²⁷ Companhia Petróleos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 8 de junho de 1932.

Mais uma vez, era tudo ou nada. Os “dízimos” só assomariam nos erários da Cia. Petróleos do Brasil, caso existisse óleo e gás nos terrenos examinados, quer dizer, acaso o Indicador do dr. Romero estivesse correto. Ora, como a empresa lobatiana era a concessionária exclusiva para o uso do invento no País, a vitória das demais companhias dever-se-ia à *aliança* com a Cia. Petróleos. Dessa maneira, Monteiro Lobato amarrava as várias iniciativas ao seu nome e ao seu controle, uma vez que, além de assistir as outras companhias, situava seus amigos ou parentes nas outras direções e firmava, entre as cláusulas dos contratos, uma cota do petróleo produzido. O escritor alinhava os interesses em vigor, no intuito de evitar a emergência das outras cabeças da hidra.

Em carta a Oliveira Viana, em 13 de maio de 1932, Monteiro Lobato comentava as vicissitudes da constituição das empresas nacionais. O interessante, notava o escritor, era que a Cia. Petróleos do Brasil “já deu [...] origem a três companhias novas, além de revitalizar duas que estavam moribundas”²⁸. Dessa maneira, o *projeto* encerrava seis setores diferentes, nos quais o primeiro poço que jorrasse óleo e gás garantiria o sucesso de todas as empresas. As companhias nacionais, seus diretores, acionistas, técnicos e engenheiros agiam em conjunto nessa iniciativa, como vimos, e Monteiro Lobato era o motor a animar tudo. O escritor-diretor conseguiu reunir os elementos humanos e não-humanos das outras iniciativas através do Indicador de Óleo e Gás ao torná-lo em uma técnica indispensável à consecução dos fins de todos; na verdade, traduziu os muitos interesses em um só – descobrir a existência do ouro negro no Brasil - e associou as tentativas em uma rede, em que todos vencem ou todos perdem²⁹.

As investigações feitas pelo dr. F. Benicio Romero em Alagoas, na zona do Riacho Doce, nas concessões do dr. Edson de Carvalho, constaram a existência de óleo e gás, “uma das quaes [regiões] com capacidade para 10 mil barris diários”³⁰; no município de S. Pedro (SP), próximo das margens do Araquá, em terrenos do sr. Armando Balloni, incorporador da Cia. Petrolífera Brasileira, o Indicador Romero acusou “a existência de diversas bolsas, uma das quaes com capacidade para 2.000 barris diários”³¹, e autorizou calcular o valor da zona em 15 milhões de dólares. Logo mais, os acionistas sentiriam o

²⁸ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 177. Carta a Viana, 13 de maio de 1932.

²⁹ Cf. LATOUR, Bruno. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

³⁰ S. Pedro do Tucum é uma das zonas petrolíferas mais ricas do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, 6 de abril de 1932.

³¹ *Ibid.*

aroma e a tesura do petróleo nacional, contavam os diretores das empresas. As *expectativas* eram admiráveis, já que as prospecções estavam assentes em instrumento técnico seguro, infalível. Outros fatores contribuía nessa crença da infalibilidade da iniciativa dos “petroleiros”.

Coisa alguma foi decidida à toa, por exemplo. Os terrenos da Cia. Petróleos do Brasil, a empresa mãe, teriam de sustentar os investimentos no setor, os onerosos contratos em prol do Indicador de Óleo e Gás, além da assistência do dr. F. B. Romero, saldados através da economia dos acionistas. *Ali* deveria encontrar-se ouro negro. Para isso, o “pai do Jeca” revistava as zonas com os maiores indícios de óleo mineral a irromper na superfície. Em missiva ao Coronel Alexandre Monteiro Patto, “prezado” amigo e parente do contista, vemos como os convênios em torno das terras a investigar estavam sendo conduzidos. No escrito, o *porta-voz* das companhias nacionais de petróleo inteira o seguinte:

Particularmente devo prevenir o amigo que a formação petrolífera que o aparelho Romero determinou aí estende-se ao longo do Paraíba, pois em quase toda a zona há afloramento de xisto. O fato de entre tantos pontos favoráveis termos escolhido para sede de exploração a Fazenda Paraíso, vem da nossa velha amizade, e também das recordações sentimentais que me ligam a esse pedaço de terra. Resta agora que haja absoluto acordo entre as partes, de modo a termos um contrato perfeito que não dê margem, mais tarde, a futuros atritos.³²

O escritor invocava não somente os termos racionais de um contrato, mas também as dimensões emotivas entre as duas partes, já que a Fazenda Paraíso foi o cenário dos primeiros anos da infância de Monteiro Lobato – a fazenda pertencera ao pai do diretor da Cia. Petróleos do Brasil. A “velha amizade” entre o coronel e o escritor, bem como as recordações sentimentais e as ligações afetivas com o pedaço de terra, está em manuseio nas negociações dos termos do contrato. Isso não é ciência – ou como os modernos conceituam a ciência -, mas sem essa investida ao coração não há prospecção. Os lucros futuros estavam unidos com os vínculos passados e a ciência, com a amizade. Como notou Bruno Latour, as demarcações entre ciência (os fatos indiscutíveis) e as opiniões, rumores, agitações, ideologias, etc., não são estreitas, e os jogos de poder e a retórica encontram-se incursos nas análises tecnológicas e científicas – não somente como obstáculos³³. Monteiro Lobato, como veremos em diversos momentos, usou dessas duas visões de ciência, ora como um exame autônomo, ora como atraída ou estorvada pela vida pública ou decisões políticas. Porém, resta

³² LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. pp. 181-182. Carta ao Coronel Alexandre Monteiro Pinto – S. Paulo, 5,8, 1933.

³³ LATOUR, Bruno. *Cogitamus*: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: editora 34, 2016. pp. 143-144.

acentuar, Monteiro Lobato não usou esse maneio emotivo com todos os proprietários das terras com afloramento de xisto. Mesmo assim, é interessante notar as margens e os movimentos disponíveis nessas negociações, e creio ser o nome “Monteiro Lobato” um enorme atrativo em situações de firma de contrato.

Por esse contrato, continua o “pai do Jeca”, “o amigo terá uma participação de 10% nos petróleos extraídos durante toda a vida dos poços na sua fazenda”. Seria um negócio de “tamanhas perspectivas”, uma vez que um poço de 10.000 barris diários, a 15\$000 cada, daria uma soma vasta, mesmo com uma cota de 10%. Como recusar? Encerrou a missiva com uma jura e uma lembrança ao anunciar que “ao ser lavrado [o contrato] quero estar presente ao ato e rever o meu querido ribeirão da Serragem, onde pesquei tantos lambaris e onde ainda hei de pescar alguns se é que ainda existem”³⁴. Outra vez, conectava domínios soltos com os modernos, os negócios, os sentimentos, a ciência e a retórica, mesmo que as reminiscências da infância interessassem menos do que a firma do contrato, o móvel da carta. Monteiro Lobato escolheu alguém com certos vínculos, incitando-os em favor da Cia. Petróleos do Brasil; daí ser mais fácil, pelos vistos, a desviar as ambições do Coronel Alexandre Moreira Pinto à montante dos “petroleiros”, associar esse dono de terras aos diretores, acionistas, engenheiros e inventos, contra adversários humanos ou não-humanos.

Não sei como os tratos acima terminaram, mas os terrenos da Cia. Petróleos do Brasil, aparentemente, foram indicados à dedo. A fazenda do Araquá, em Xarqueada, conforme um documento da empresa, “sempre foi tida pelos geólogos que a examinaram como petrolífera”³⁵. Consoante os incorporadores, os proprietários contrataram o geofísico Felipe A. Shermuly, diretor do “Shermuly Polarisator”, de Frankfurt, Alemanha, no intuito de estudar a região em 1927. O cientista alemão examinou a fazenda do Araquá com uma invenção sua, “levantando um mappa, no qual determinou com precisão o riquíssimo lençol petrolífero que naquelas terras se escondia”. As prospecções nunca ocorreram aí, visto que uma “camada de scepticismo [...] embotava o raciocínio da nossa gente”³⁶, incluindo o do governo. A situação transforma-se com a vinda do dr. Romero ao Brasil. Agora, continua a narrativa, renovar-se-iam os estudos daquelas terras:

Sendo este aparelho baseado em principios diferentes do “Polarisator Shermuly”, seria facto de enorme alcance probante se as indicações do aparelho Romero coincidissem com as indicações do aparelho Shermuly.

³⁴ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1970. pp. 181-182. Carta ao Coronel Alexandre Monteiro Pinto – S. Paulo, 5,8, 1933.

³⁵ Companhia Petroleos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 8 de junho de 1932.

³⁶ *Ibid.*

Essas provas acabam de ser feitas pelos engenheiros Pereira de Queiroz e Edwar Dias, acompanhados dos srs. Francisco de Paula Amarante, Antonio Romero e Celso Moraes Alves de Lima, e, com gratíssima surpresa para todos, vieram confirmar da maneira mais absoluta, as indicações de Shermuly. O mappa da formação petrolífera da fazenda do Araquá, levantado por esses senhores com o aparelho Romero, coincide de modo impressionante com o mappa levantado em 1927 por Shermuly, como poderá ser verificado pelos interessados em nosso escriptorio. O lençol petrolífero determinado por ambos os aparelhos é continuo de 7 kilometros, alcançando na largura máxima 600 metros. As 400 provas ali feitas, quase todas positivas, deram indicações fortísimas, uma delas de 20.000 barris. O aparelho também revelou enorme abundancia de gaz.³⁷

Coisa alguma foi decidida à toa. A fazenda do Araquá conservava indícios de óleo e gás no seu subsolo; as terras já foram perscrutadas, além disso, estava em São Paulo – lar dos petroleiros. O invento do dr. Romero somente confirmava e acerava as evidências. Os incorporadores da Cia. Petróleos do Brasil negociaram um terreno como nem um outro, supostamente. Isso era necessário ao *projeto* lobatiano. Mas, como escritor, Monteiro Lobato não mostrava essa “vitória” sem uma forma a tocar os leitores e conseguir, assim, acionistas. Os proprietários e o sábio alemão, Shermuly, têm seus interesses desviados, uma vez que os governantes não acreditam na existência do lençol petrolífero e devem encontrar outros *aliados*; esses novos *aliados* lutam contra o mesmo adversário, a camada de ceticismo, mas têm um Indicador de Óleo e Gás, engenheiros, técnicos, acionistas, *porta-vozes*, etc., além de capitais, que lhes outorgam enorme força – é a Cia. Petróleos do Brasil. Nesse encontro, os proprietários e os resultados de Shermuly são associados aos interesses da empresa lobatiana, quer dizer, para continuar a existir, os proprietários da fazenda entram como novos *partidários* da Cia., a detentora dos instrumentos e das inscrições técnicas. Então, nesse desvio, as ambições dos proprietários foram traduzidas e recompostas em um novo cosmos – são elementos da Cia. Petróleos do Brasil; seu ideal só será real com a empresa. Monteiro Lobato mostrava como a Cia. dominava iniciativas menores, já que gozava de um exército de humanos e não-humanos ao seu favor, alinhados; mostrava que os negócios com o ouro negro deveriam *passar* pela sua empresa.

Para avaliar esse exército, basta enumerar os *aliados* recrutados nessa última citação. Entre *partidários* humanos e não-humanos, arrumam-se os indícios de óleo e gás na fazenda do Araquá, os geólogos que a examinaram, o geofísico alemão Felipe A. Shermuly, que arrasta consigo seu instituto (o “Shermuly Polarisator”) e sua invenção, os proprietários, o dr. F. B. Romero, o aparelho Romero, os engenheiros Pereira de Queiroz e Edwar Dias, os srs. Francisco de Paulo Amarante, Antonio Romero e Celso Moraes Alves de Lima, as 400

³⁷ Companhia Petroleos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 8 de junho de 1932.

provas, além dos lençóis perolíferos de 7 quilômetros contínuos, com seus 20.000 barris. Com isso, garantir-se-ia segurança no momento das escavações – com tantos elementos técnicos, científicos e econômicos, era certo encontrar o óleo de pedra em Xarqueada – e na consciência dos acionistas, mais convictos da monta do negócio. Dessa maneira, “os trabalhos de remoção da sonda para o ponto definitivamente escolhido já foi [sic] iniciado, e, tal seja a composição do solo naquela zona, ainda este ano teremos aberto o primeiro poço de petróleo de iniciativa da nossa empresa”³⁸. Bastava a sonda assomar na fazenda – e teríamos petróleo.

Novamente, a carta a Oliveira Viana, na qual Monteiro Lobato comentava o cenário promissor, a situação da Cia. Petróleos do Brasil no momento de constituição:

Imagine a beleza. Nossa companhia, inda não constituída, pois teve de recomeçar tudo o mês passado, já tem ou já está na posse do melhor aparelhamento de sondagem que existe no Brasil; já está com os melhores pontos onde furar localizados pelo Romero; já contratou na América e na Alemanha os técnicos necessários; já tem no banco mais de mil contos para a perfuração; já tem contrato e financiamento para a refinaria que completará a obra.³⁹

O fragmento acima contém seis “já”. Com isso, vemos o adiantamento das *expectativas*. Monteiro Lobato conseguiria o melhor aparelhamento de sondagem que existe no Brasil em algum momento, mas ele “já” o tem; assim como contrataria, em alguma circunstância vantajosa, os técnicos necessários na América e na Alemanha, entretanto, esses “já” estavam no serviço. Nesse ritmo, como não vencer? Haveria concorrência ou inconvenientes? Nesse momento de constituição da firma, não. Nessas missivas, entre os anos 1931-32, inexistem alusões aos trustes internacionais ou ao Serviço Geológico Federal. O inimigo era o ceticismo do público e a carência técnica – duas coisas que Monteiro Lobato “já” conseguira contornar. Isso acontecia uma vez que “nossa vitória está sendo organizada à alemã, sem desprezo do mínimo detalhe”⁴⁰. Ora, 700 ações eram tomadas por dia! Como não crer no sucesso dos negócios? O escritor montava com esmero sua nova empresa, visto que isso era necessário à consecução do seu *projeto* - sem isso suas *expectativas* nunca sairiam do papel, do seu ideal.

³⁸ Companhia Petroleos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 8 de junho de 1932.

³⁹ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 178. Carta a Viana – 13 de maio de 1932.

⁴⁰ *Ibid.*

Porém, há outro elemento no seu *projeto*, aludido não mais que vez ou outra, mas notável na atuação lobatiana no setor. Monteiro Lobato tencionava que a primazia da indústria petrolífera estivesse com a sua empresa, a Cia. Petróleos do Brasil. Por quê? Não obstante argumentasse acerca dos interesses nacionais em artigos, cartas e entrevistas, cria que somente São Paulo conseguiria levar adiante as companhias. Na carta a Oliveira Viana, registrava:

Só São Paulo constrói, meu caro. Só aqui existe, no Brasil, espírito construtivo. Ocupado militarmente, transformado em c. de mãe-joana dos outubristas, São Paulo continua a construir. E quem vai solver o problema do petróleo nesta terra e assim dar as bases para o Brasil de amanhã será esta gente formiga. Desmancham-lhe a casa? Ela construirá outra maior.⁴¹

Assim, São Paulo retomaria sua hegemonia ao transformar “em vitória a derrota em que há mais de ano se vê mergulhado”. Para isso, o escritor não descansaria. Não somente devido ao seu brio paulistano – Monteiro Lobato será um dos apoiantes da guerra-civil de 1932, do lado de São Paulo -, em farrapos com o êxito dos outubristas, mas também pelo fato de aí ser a sede da Cia. Petróleos do Brasil, ou seja, a primazia paulista no setor petrolífero, em relação aos outros Estados da União, era a primazia da Cia. Petróleos do Brasil acima das outras empresas nacionais. Por isso, escrevia a Viana que “faço ponto de honra de que essa primazia caiba à minha companhia mãe, não tenho na cabeça para mais nada que não seja *oil, oil, oil...*”⁴². Caso isso se concretizasse, o remetente também manteria seu predomínio entre os outros “petroleiros”, uma vez que a consecução do seu *projeto* ter-se-ia revelado essencial no resultado alcançado. No negócio do óleo mineral, ciência, economia e política unem-se, a despeito dos argumentos estritamente técnicos muitas vezes gastos em cartas, entrevistas e notícias.

Para a vitória, contava com o apoio unânime da imprensa paulista, insubstituível em uma campanha a reivindicar as economias do público. A situação da Cia. Petróleos do Brasil não era parecida com a da Petróleo Nacional, de Alagoas, que se lançou no Rio de Janeiro e “tem sido vítima dos mais estúpidos ataques das Pátrias, Vanguardas e mais percevejos impressos que viçam na cidade onde Getúlio despista”⁴³. Dessa maneira, com uma organização à alemã, o diretor anunciava que a Cia. Petróleos do Brasil faria jorrar óleo em fins desse ano, 1932, visto que toda a ofensiva estava integrada com os maiores avanços

⁴¹ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 178. Carta a Viana – 13 de maio de 1932.

⁴² Ibid.

⁴³ Ibid., p. 177. Carta a Viana – 13 de maio de 1932.

científicos do momento. Isso aconteceria? O escritor-diretor tencionava ser o cérebro da Cia. e desde o início, antes mesmo da constituição da empresa, “já” possuía os melhores instrumentos de sondagem existentes no país, bem como os técnicos necessários, as indicações dos pontos onde furar (localizados pelo Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero) e os capitais no banco, além do apoio da imprensa e do público. Contra as iniciativas anteriores no setor, malsucedidas por vários motivos, Monteiro Lobato arma-se dos maiores avanços técnicos na área, uma vez que a *experiência* dessas tentativas malogradas fornece diretrizes no momento de agir.

Dessa maneira munido, o contista anunciava suas *expectativas* ao destinatário em 11 de junho de 1932:

O petróleo está lindo. Ontem completei a passagem das ações da minha empresa, havendo-as vendido todas. Em menos de um mês, agora, a sociedade estará constituída. Mas o lindo, lindo, lindo é que já estamos em trabalhos de campo, no lufa-lufa da montagem da sonda no ponto definitivo – um maravilhoso ponto onde o aparelho Romero (e antes dele, quatro anos atrás, o aparelho geofísico de Shermuly, baseado em princípios inteiramente diversos) indicou tremendas quantidades de óleo e gás. Vou realizar meu sonho. Vou furar num ponto onde sei que há petróleo parafinoso (que é o melhor), e vou furar na regra, com o melhor pessoal técnico e com suficiente abundância de dinheiro para que não haja hipótese de falha. Reuni 1.500 contos em dinheiro para um trabalho que não requereria mais de 500. Estou fazendo tudo ao contrário dos outros, maximalista em matéria de recursos monetários em vez de minimalista como os outros o foram (e por isso fracassaram).⁴⁴

Monteiro Lobato entendia a ciência como uma reunião de técnicas, teorias e métodos que gerariam conclusões já prováveis caso os instrumentos fossem manuseados em condições ideais. Nesse caso, o aparelho Romero indicara os pontos de óleo e gás no território nacional e os recursos técnicos e econômicos estavam garantidos, não restava dúvidas acerca dos resultados dos trabalhos. Dessa maneira, acreditava na vitória e na realização do seu sonho, qual seja, construir a indústria petrolífera brasileira. Com uma atitude “maximalista em matéria de recursos monetários” e mecanismos inovadores, nem um obstáculo social – as tensões cotidianas – estorvaria a “lufa-lufa da montagem da sonda no ponto definitivo”, em Araquá, São Paulo. “Em outubro estaremos terminados – e o Brasil não só verá que tem petróleo como ainda que o tem em tremendas quantidades”⁴⁵, anotava. Com o ouro negro, então, retornaria ao ferro, seu insucesso “que encalhou por ter tomado o caminho errado – o

⁴⁴ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. pp. 180-181. Carta a Viana – 11 de junho de 1932.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 181. Carta a Viana – 11 de junho de 1932.

caminho do governo”. Cinco meses, e teríamos o óleo mineral; sem demora, o público ajudá-lo-ia na siderurgia, a solver assim “dentro dum ano os dois problemas máximos do Brasil – o da energia, com o petróleo que melhor a produz, e o da máquina, pela obtenção da sua matéria-prima, ferro”⁴⁶. Por causa disso, sentia-se um obreiro da construção material do país.

Dito isso, resta atinar as maneiras que Monteiro Lobato usou no intuito de mostrar a Cia. Petróleos do Brasil ao público. Como mercenciar esse *projeto*? Como tornar o sangue negro da terra um interesse de todos? “Existe Petróleo no Brasil?” foi o primeiro manifesto lançado pela empresa, no momento de sua incorporação. O título do documento já torna óbvia a incerteza que cercava os prováveis acionistas: existe mesmo petróleo no território nacional? Como esse ouro nunca foi encontrado (ou entrevisto)? Quais os métodos usuais nas sondagens? Quais as possibilidades do Brasil nesse setor?

Existe petróleo no Brasil? “Todos os geólogos que estudaram o assunto concluem pela afirmativa”⁴⁷, anuncia de início. Monteiro Lobato não escreveu mais uma de suas narrativas com cenários interioranos ou seres “jecas”, visto que seu lugar aí não era o de contista, mas o de diretor de uma empresa destinada a perfurar petróleo em solo brasileiro. A autoridade invocada não foi a do escritor sobejamente conhecido, mas a de “todos os geólogos que estudaram o assunto”. O assunto não era artístico e sim, científico. O diretor tomava os cuidados necessários a não tornar sua causa uma ficção.

O documento inteiro tenciona sustentar esse primeiro enunciado com um sem número de *aliados* de diversas ordens, humanos ou não-humanos, técnicos, científicos, econômicos ou sociais. Obviamente, há uma maneira mais ou menos convincente – retórica – de cativar os leitores, os futuros acionistas. O primeiro *aliado* é uma mistura entre a natureza e a lógica, por exemplo:

E seria absurdo que não existisse. Se já foi encontrado de norte a sul, praticamente em todos os países das Américas – Canadá, Estados Unidos, México, Guianas, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Argentina, seria um inexplicável absurdo da natureza que não se encontrasse justamente no País de maior área unificada, representando metade da América do Sul.

O absurdo é da sua gente, que nunca fez nenhum esforço sistemático para arrancar ao subsolo êsse ouro líquido, sangue econômico do mundo moderno.

⁴⁶ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 181. Carta a Viana – 11 de junho de 1932.

⁴⁷ LOBATO, J. B. Monteiro; OLIVEIRA FILHO, M. L. de; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In (como APENSO N.º 6) CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, vol. 2. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 338.

A debilidade, a fraqueza, a verdadeira anemia de que padece o Brasil vem sobretudo disso, de não haver ainda posto em circulação o seu represado sangue econômico.⁴⁸

O diretor insere o território nacional em um todo, as Américas, e daí retira a conclusão “lógica” de que, “se já foi encontrado de norte a sul”, é óbvio que no Brasil existe petróleo. A natureza é uma *aliada*, não encerra obstáculos e já confirma os êxitos do negócio, em parte. Monteiro Lobato tenta ensinar que o maior entrave ao surgimento do setor petrolífero no Brasil é a “sua gente, que nunca fêz nenhum esforço sistemático para arrancar ao subsolo êsse ouro líquido, sangue econômico do mundo moderno”. O mal da nação seria a debilidade e a fraqueza do país – nesse excerto, um organismo doente –, corolário de “não haver posto em circulação o seu represado sangue econômico”, o petróleo – nesse caso, um Biotônico nacional. O incorporador esclarece que agora existe uma companhia interessada em remover o óleo de pedra do solo brasileiro, além de que a natureza não era um empeco.

O enunciado “os geólogos que estudaram o assunto” é muito vago, apesar disso. Quem são esses geólogos? Quais seus argumentos? Monteiro Lobato cita dois geólogos, um nacional e outro americano. Gonzaga de Campos, o geólogo nacional, concluiu que “as impregnações de asfalto e as exsudações de betume, como existem em muitos pontos de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntas a certas condições de estrutura geológica, são os sinais dêsse portentoso elemento da civilização”⁴⁹. A natureza mostrava a existência do ouro negro e os geólogos, *porta-vozes* conceituados, examinavam e comunicavam esses vestígios. Porém, são os exames do Ph. D Gustavo Grossman, *Geologist and Petroleum Engineer*, que envolvem e alicerçam o documento. Monteiro Lobato traduziu um texto, de 1 de agosto de 1924, de Grossman, e o transcreveu no primeiro manifesto da Cia. Petróleos do Brasil. Nessa tradução, encontramos o seguinte:

Se uma linha reta fôr tirada da cidade de S. Luís a Pôrto Alegre, esta linha passará pelo meio duma larga cinta de Triássico, alto Permiano e em menor extensão, de extratos geológicos do Carbonífero e Devoniano. São estas as formações mais comumente associadas com a descoberta do petróleo e muito provavelmente será dentro desta cinta que os reservatórios de óleo do Brasil serão encontrados. Tal cinta compreende partes dos Estados de Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Indicações de petróleo ao longo desta cinta não faltam e o caráter dos depósitos de carvão brasileiro também assinala possibilidade de petróleo nas áreas carboníferas. Grandes acumulações de xisto betuminoso são encontradas nos depósitos Permiano e Triássico do Sul e outros indícios de petróleo, tais como infiltrações, são frequentes. Areia oleosa, por exemplo, em excavações de poços. Junto a isto temos nos Estados de Goiás produtos

⁴⁸ LOBATO, J. B. Monteiro; OLIVEIRA FILHO, M. L. de; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In (como APENSO N.º 6) CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, vol. 2. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 338.

⁴⁹ Ibid.

de oxidação do petróleo, como a Albertite. Asfaltos abundam em muitas localidades, especialmente ao sul da Bahia e no distrito de S. Pedro, em S. Paulo.⁵⁰

Os indícios elencados – as acumulações de xisto betuminoso, as infiltrações, a areia oleosa, os asfaltos, entre outros – no excerto animavam o diretor e muniam os argumentos dos incorporadores da Cia. Petróleos do Brasil de que existia petróleo em território nacional. A análise segmentária da natureza criava *expectativas* de um negócio exitoso. Quase certamente, no Maranhão, no Piauí, na Bahia, em Goiás, em Minas, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul encontrar-se-ia o ouro negro. Restava perfurar. Por isso, a conclusão de Gustavo Grossman (e a de Monteiro Lobato) é otimista:

Considerando o enorme território do Brasil e ainda a larga conta onde ocorrem indicações geológicas associadas com o petróleo, penso que dentro de não muito longo espaço de tempo será descoberto no Brasil petróleo em quantidades comerciais, especialmente devido ao fato de que é o Brasil um dos poucos países do mundo em que explorações sistemáticas jamais foram conduzidas. [...]

O Brasil é rico em petróleo. Em comparação com sua área, a quantidade de petróleo que nele existe é provavelmente maior que a de qualquer outro País.

Não se faz necessário grande poder de imaginativa para visualizar a tremenda importância de petróleo em quantidades comerciais num País do tamanho do Brasil.⁵¹

Otimista, sim. E não deveria ser de outra maneira, uma vez que o manifesto intentava vencer as resistências do público e conseguir acionistas. Porém, era otimista também devido ao ponto de vista lobatiano, ao insistir na existência do óleo de pedra na natureza e ao atribuir a sua não exploração à inépcia dos governos. Nesse momento, o argumento do diretor é que as pesquisas sistemáticas sob os governos estaduais e Federal carecem de recursos e o de que essas instâncias promovem as sondagens, “mas homeopaticamente”. Os dados apresentados no documento atestavam suas ideias, em razão de que a “primeira perfuração no Brasil tendo sido iniciada em 1896 e daí para cá não tendo sido feitas mais de dez”, ou seja, uma média de uma perfuração para quase quatro anos, ao passo que, nos Estados Unidos, a média era de 55 perfurações por dia no ano de 1931⁵².

Qual a razão da omissão governamental? Não seria a nossa encruada pobreza o motivo dessa inépcia? Monteiro Lobato não acreditava nisso. “Não tem impedido [a miséria]

⁵⁰ LOBATO, J. B. Monteiro; OLIVEIRA FILHO, M. L. de; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In (como APENSO N.º 6) CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, vol. 2. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 339.

⁵¹ Ibid., p. 340.

⁵² Ibid., pp. 340-1.

que o País se meta em tremendas aventuras magalômanas, como a das obras contra a sêca do nordeste, que aumentou a dívida nacional de quase um milhão de contos e deixou tudo na mesma”⁵³. Na verdade, arrazoava, os seus conterrâneos não entendiam os “verdadeiros interesses nacionais”. Que interesses eram esses? No caso, seriam a expansão e o desenvolvimento econômico ou, em outros termos, a riqueza das nações, seu poderio e grandeza, originários, sustentava, do ferro e do carbono. Os interesses nacionais aí listados não atraíam a todos os brasileiros, mas isso não vem ao caso no documento, já que, como incorporador, Monteiro Lobato intentava tornar os *seus* interesses e ambições as ambições e interesses de *todos*. A estratégia retórica vista nesse manifesto era não mostrar sua ação como uma iniciativa particular, vinculada aos anseios individuais, mas apresentá-la como uma missão nacional, uma maneira de enfrentar a “nossa” encruada pobreza e conservar-se uma nação autônoma em um cenário internacional no qual o domínio do mundo advém do petróleo⁵⁴. O escritor intensava o mito da unidade ao ressaltar uma ameaça; assim, legitimava sua empresa.

Não existe uma única fonte de carbono, no entanto. Por certo, nesse momento, consonante Henri Beranger em 1919, sentia-se que “quem possui petróleo possui o mundo”, também que os grandes países estavam empenhados em controlar as fontes de petróleo em todos os continentes, razões convenientes a motivar a formação de um setor petrolífero, ademais numa economia vulnerável, como a brasileira, mas não seria mais viável insistir em uma maneira menos incerta do que o óleo mineral, como a hulha e o carvão vegetal? Quais as vantagens do ouro negro? Como sustentar a nascente indústria do petróleo no Brasil? Monteiro Lobato esclarece:

Mas de tôdas as formas de carbônio nenhuma supera a líquida, que chamamos petróleo. Suplanta a hulha e o carvão vegetal em riqueza técnica, em facilidade de manuseio, em preço de custo. Brota aos jorros do seio da terra em quantidade fantástica. O “Cerro Azul”, do México, por exemplo, rompeu com uma

⁵³ LOBATO, J. B. Monteiro; OLIVEIRA FILHO, M. L. de; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In (como APENSO N.º 6) CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, vol. 2. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 341.

⁵⁴ No documento, os incorporadores transcreveram o seguinte:

“Quem possui petróleo possui o mundo”, escreveu o Senador Henri Beranger, no famoso relatório apresentado a Clemenceau em 1919, “porque governará os mares com o óleo bruto, os ares com o ultra-refinado, a terra com a gasolina. Junto a isto terá hegemonia econômica sobre os concorrentes em consequência da fantástica riqueza que deflui do óleo – a maravilhosa substância hoje mais ambicionada que o próprio ouro”.

É êle o fator que decide das guerras. A frase histórica de Lord Curzon diz tudo: “Os aliados navegaram para a vitória numa onda de óleo.”

Em 1917 Clemenceau telegrafou ao Presidente Wilson: “A escassez de óleo determinará a imediata paralisação dos nossos exércitos. Se os aliados não querem perder a guerra, agora que a Alemanha arma sua grande ofensiva, não devem deixar a França sem óleo, tão necessário como o sangue nas batalhas que se aproximam.”

Ibid., p. 342.

produção de 260.000 barris por dia, isto é, com uma produção suficiente para em apenas vinte dias abastecer o Brasil por um ano...

As facilidades de transporte tornam-no precioso. Nos Estados Unidos, por exemplo, o petróleo está hoje canalizado como as águas públicas das cidades. Sobe a 144.000 quilômetros a rede de tubos de ferro que o leva dos poços às refinarias e destas aos grandes centros distribuidores. Para o transporte econômico de qualquer outra forma de carbono, hulha ou carvão de madeira, só uma igual quilometragem de estradas de ferro atenderia às necessidades – cinco vezes o total da rede férrea brasileira...⁵⁵

Dessa maneira, a riqueza técnica, a facilidade de manuseio e de transporte, também o preço de custo tornavam válidas as pesquisas do petróleo. O incorporador-escritor movia-se entre modelos adventícios, como o mexicano e o norte-americano, a acentuar o crescimento econômico consecutivo do aproveitamento do carbônio líquido, e a situação do Brasil, com tesouros mínimos, a remexer suas terras à cata de recursos viáveis à exploração. Somente o óleo mineral, como visto em outras nações, oferecia uma saída à miséria nacional, já que os custos com a montagem da rede de tubos de ferro eram irrisórios diante dos lucros com a refinaria do ouro negro. A solução do problema do carbônio, aliás, diminuiria a importação de gasolina, querosene, óleo combustível e óleo lubrificante, crescentes há cada ano, e adquiridos “com sacrifícios imensos”⁵⁶.

Mas essas pesquisas do petróleo eram caríssimas; “jôgo de milionários”, como anotava no documento. Os incorporadores elucidavam que o preço médio de uma perfuração nos Estados Unidos era de 22.000 dólares e o sucesso não era uma certeza. Dessa maneira, 147 milhões de dólares foram totalmente perdidos nas terras norte-americanas em 1930, visto que nos “20.000 poços lá abertos [...] precisamente 6.703 nada deram”⁵⁷. Como manter tal negócio em uma nação com recursos mínimos? Como atrair acionistas, dado os riscos da empresa? Em suma, “como fazer o jôgo das paradas de 22.000 dólares, se não temos dólares”? Como arriscar nessa Cia.? Obviamente, eram dúvidas retóricas; Monteiro Lobato já estava com a solução: a invenção do Indicador de Óleo e Gás do dr. Romero, um “aparelho extremamente simples que registra as vibrações peculiares ao petróleo e ao gás, localizando assim com absoluta precisão o ponto exato onde a sondagem deve ser feita”⁵⁸.

Com esse aparelho, já verificado pela Gilmore Engineering Corporation, Monteiro Lobato contava que a Cia. Petróleos do Brasil determinaria “com precisão matemática onde

⁵⁵ LOBATO, J. B. Monteiro; OLIVEIRA FILHO, M. L. de; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In (como APENSO N.º 6) CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, vol. 2. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 340.

⁵⁶ Ibid., p. 343.

⁵⁷ Ibid., p. 341.

⁵⁸ Ibid.

está o petróleo, em que quantidade e em que ponto exato se deve fazer a perfuração”⁵⁹ e renunciar ao sistema antigo de pesquisa, qual seja, a abertura de poços ao acaso. O Indicador de Óleo e Gás do Dr. Romero era o instrumento fulcral no *projeto* lobatiano; o movimento em torno do óleo de pedra, com seus engenheiros, técnicos e *porta-vozes*, elementos humanos e não-humanos, *desvios* e *alianças*, estava enlaçado com esse invento. Por isso, a existência da Cia. fundava-se nas provas desse aparelho – em número de 6 a 8.000, num período de 6 a 8 meses:

Se ao fim desses oito meses de pesquisas o aparelho nada indicar (o que é absurdo, dada a nossa área de oito milhões e meio de quilômetros quadrados), estará, ipso fato, extinta a Companhia, com perda total do capital empatado.

Se ao contrário, como tudo faz crer, obtivermos numerosas indicações positivas, a Companhia terá praticamente nas mãos a chave de todo o petróleo do Brasil. Neste caso torna-se impossível prever o tremendo desenvolvimento que ela terá, nem a quanto poder subir o valor das suas ações. A Companhia americana que primeiro se constituiu para explorar o petróleo nos Estados Unidos estaria com as ações iniciais valendo hoje 37.000 dólares, se não houvesse promovido um contínuo desdobramento. No ano de 1930, já em plena crise mundial, os dividendos que o grupo das Standard Oil distribuiu montaram a 286.666.728 dólares, ou, na nossa moeda (dólar a 10\$000) 2.866.672:800\$000 (“The New York Times”, 24-11-1930).⁶⁰

Monteiro Lobato esclarecia aos futuros acionistas que era tudo ou nada. Nesse excerto, não ocultou a feição capitalista da empresa, o interesse nos lucros e a especulação com as ações, caso o aparelho do dr. F. B. Romero determinasse os terrenos petrolíferos⁶¹. O incorporador converteu a essência da Cia., antes um “modelo fáustico” de desenvolvimento, consoante Marshall Berman, no qual as gigantescas iniciativas energéticas visam “menos os lucros imediatos que o desenvolvimento a longo prazo das forças produtivas, as quais em última instância, ele acredita, gerarão os melhores resultados para todos”⁶², e agora mostrava-se realmente seus fins individuais. A tensão entre os interesses nacionais e os interesses exclusivistas atravessará os escritos e as ações lobatianas no recorte em análise, mas note-se

⁵⁹ LOBATO, J. B. Monteiro; OLIVEIRA FILHO, M. L. de; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In (como APENSO N.º 6) CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, vol. 2. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 340. p. 344.

⁶⁰ *Ibid.*, pp. 345-6.

⁶¹ Isso se torna notório no seguimento do manifesto:

Basta que nos seus contratos a Companhia reserve para si 5% do petróleo produzido pelos poços abertos por indicação do aparelho para que isso venha a constituir uma renda formidável em relação ao capital social. Essa porcentagem de 5% num poço de 20.000 barris por dia (e poços de 20.000 são freqüentíssimos) representaria uma renda diária de 1.000 barris, que ao preço médio do petróleo bruto nos Estados Unidos nos últimos dez anos (\$1.90 o barril) representaria em moeda nacional ao câmbio de hoje 30:400\$000 por dia, ou 11.000 contos por ano, equivalente a uma remuneração de 1:370\$000 para cada ação de 100\$000, ou 1370 por cento.

Ibid., p. 346.

⁶² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 93.

desde já que a “renda formidável” com o negócio do óleo mineral estava no âmago do primeiro manifesto da Cia. Petróleos do Brasil.

Dessa maneira, a estratégia da Cia. Petróleos do Brasil estava assente no dr. F. B. Romero e seu invento. A vantagem da empresa situava-se no privilégio exclusivo do uso do Indicador de Óleo e Gás em todo o território nacional, uma vez que só ocorreria a perfuração e a exploração dos sítios “onde as provas forem positivas”⁶³. Com isso, contavam com a vitória. Isso provocava outras dúvidas. Quem era esse cientista, no fim das contas? Como funcionava esse invento? Como esse mecanismo atuou na iniciativa lobatiana? Quais os resultados das provas? Resta, então, investigar esse artifício mágico.

⁶³ LOBATO, J. B. Monteiro; OLIVEIRA FILHO, M. L. de; QUEIROZ, L. A. Pereira de. Existe petróleo no Brasil? In (como APENSO N.º 6) CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*, vol. 2. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 346.

3.2 A ficção científica do Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero

O “pai do Jeca” animava os anúncios e encantava os acionistas com o aparelho inventado pelo doutor F. B. Romero, indicador de óleo e gás, verdadeiro “*abra-te, Sésamo*” em forma de mecanismo técnico. Como apóstolo, evangelizou os interessados na prospecção do subsolo brasileiro na eficácia do artefato e na autoridade do criador. O aparelho era uma *caixa-preta*, ou seja, um fato indiscutível. Decidir em favor do doutor Romero era uma opção entre várias, mas necessária ao prosseguimento das sondagens da Cia. Petróleos do Brasil. Sem essa decisão, as análises não teriam rumo. Determinar um método e legitimá-lo, eis o programa. Isso constituía a faceta da Cia. e uniria os interesses dos envolvidos.

Quem era F. B. Romero, afinal de contas? Como funcionava esse mecanismo?

O dr. F. B. Romero era a figura essencial na estratégia das companhias em formação. Cidadão americano, “filho do Estado do Novo México e de descendência mexicana”, Romero inventou seu aparelho indicador de óleo e gás na Albas Oil Developing Co., “uma companhia americana que se constituirá especialmente para o explorar”¹. Nesse momento, mais ou menos no início dos anos trinta, Monteiro Lobato inteira-se e interessa-se nos exames norte-americanos. Inicia, então, contato com a Albas Co. como diretor da Cia. Petróleos do Brasil.

A Cia. Petróleos do Brasil consegue a “exclusividade absoluta para o uso do Indicador em todo o território brasileiro, bem como dos serviços pessoais do grande inventor americano”, anunciava a *Folha da Manhã* (18.03.1932)². O dr. Romero, com a assinatura do contrato, mudou-se de Las Vegas, Estados Unidos, para São Paulo em março de 1932, no intuito de orientar os serviços técnicos das companhias. Prontamente, tornou-se um dos diretores da “Petróleos”³.

O funcionamento do artefato não é muito acessível nos documentos. Monteiro Lobato tentou elucidar o instrumento em entrevista:

- E foi o aparecimento da invenção do dr. Romero que mudou tudo?
- “Perfeitamente. Romero inventou o instrumento physico, de alta precisão, que, ligado a um terreno por meio de duas estacas de aço recebe a vibração do petroleo contido no sub-solo, e assim registra a existencia do precioso liquido, bem como a quantidade provavel. Indica, pois, o ponto exacto onde o thesouro está enterrado. Essa é a grande coisa. Foi a entrada em scena desse novo elemento que determinou todo este interesse que o amigo hoje vê pelo petróleo entre nós: que deu

¹ A offensiva paulista para a conquista do petroleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sábado, 1 de jul. 1933.

² NOVAS RIQUEZAS PETROLIFERAS NO BRASIL. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 18 de mar. 1932.

³ Ibid.

margem a formação da Companhia Petroleos, possuidora da exclusividade de uso desse aparelho no Brasil; que fez renascerem as velhas companhias de petróleo que estavam moribundas; e que determinou o lançamento no Rio, da Companhia de Petroleo Nacional, que se propõe a explorar as riquíssimas reservas de Riacho Doce, no Estado de Alagoas, localizadas pelo dr. Romero”.⁴

O acerto do “instrumento physico [...] de alta precisão” surge aí como um fato. O Indicador de Óleo e Gás mostrava não somente “o ponto exacto onde o tesouro está enterrado”, mas também “a quantidade provavel”. Isso é vendido como indubitável⁵. Por ser um fato, isto é, uma *caixa-preta*, ninguém teria que interrogar acerca da idoneidade do dr. F. B. Romero, a estrutura do invento ou a autoridade da Albas Oil Developing Co., a menos que algum indivíduo tencionasse investir em outro método. A veracidade ainda estava assente em uma série de provas:

A precisão do aparelho Romero não só no determinar o ponto exacto da existência do petroleo, bem como as quantidades, já não oferece margem para scepticismo. Nas centenas de provas feitas nos Estados Unidos á beira de poços productivos e de poços seccos, não falhou jamais. Dahi a luta que se vem travando em torno do controle do maravilhoso aparelho, no qual o Brasil baseia hoje as mais fundadas esperanças de ver resolvido de vez o seu já muito retardado problema do petroleo.

A invenção do dr. Romero custou-lhe 17 annos de pacientes e aturadas tentativas, que afinal culminaram em victoria plena. Só muito recentemente deu como provado e comprovado o seu aparelho, sendo o Brasil o primeiro paiz que com elle vae beneficiar-se. Os Estados Unidos e mais productores de petróleo, arcam neste momento com uma terrível crise por superprodução. Nós, entretanto, temos fome de petróleo. Dahi a extraordinaria importância desse aparelho e das provas que com elle vão ser feitas em nosso territorio, em contraste com o damno que o mesmo causaria em paizes onde já existe petroleo em quantidade acima da requerida pelo consumo.⁶

Junto da idoneidade do dr. F. B. Romero e da autoridade da Albas Co., temos, à montante, “centenas de provas feitas nos Estados Unidos á beira de poços productivos e de poços seccos”, bem como “17 annos de pacientes e aturadas tentativas” rumo a “victoria plena” do Indicador de Óleo e Gás. Monteiro Lobato não economizou os *aliados* ao

⁴ O petroleo constitue uma grande riqueza em perspectiva. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 1, Sábado, 23 de abr. 1932.

⁵ Peter Seabor Smith assim minucia o aparelho do dr. F. B. Romero: “Para dirigir as operações, a companhia [Petróleos do Brasil] contratou o mexicano *Señor* F. B. Romero, possuidor de um misterioso aparelho que localizava petróleo sem fazer sondagens. Parece que se tratava de um galvanômetro preso a duas barras de metal de tipos diferentes, que eram cravadas no solo. O resultado era uma diferença de potência entre as duas barras – e, portanto, uma corrente elétrica. Aproveitando a frágil corrente gerada e usando-a na movimentação de uma agulha através de escala graduada, o operador podia demonstrar aos fascinados observadores exatamente quantos milhares ou milhões de barris de óleo havia logo abaixo da superfície”. Cf. SMITH, Peter Seabor. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Tradução de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro: Artenova; DF: Editora de UNB, 1978. pp. 40-41.

⁶ NOVAS RIQUEZAS PETROLIFERAS NO BRASIL. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 18 de mar. 1932.

mercanciar esse extraordinário invento. Com tantos elementos alinhados, restava aos leitores leigos crer e aceitar, tomar as ações e aguardar o sucesso da Cia. Petróleos do Brasil. O ouro negro estava ali, sem dúvida.

Quem não estava convicto talvez fosse dominado em virtude das informações a seguir. O dr. Romero trouxe toda a sua família para São Paulo, certo no petróleo do Brasil. Daí assinou contrato por dez anos, sem nada pedir antecipadamente. A remuneração “será uma porcentagem de petróleo subindo dos poços abertos nos pontos que seu aparelho indicar”, informou, em entrevista, Monteiro Lobato. Nesses termos, era tudo ou nada. “Segurança mais perfeita era impossível termos”⁷. Com os recursos do ouro negro extraído em território nacional, F. B. Romero e J. B. Monteiro Lobato organizariam a Romero Oil Company em Londres, que teria “concessão para o uso do seu aparelho em todo o Império Britânico”⁸.

O cientista norte-americano era o assessor técnico das companhias privadas, já que maneava seu Indicador de Óleo e Gás nas sondagens. Não somente na Cia. Petróleos do Brasil, mas também na Companhia Petrolífera Brasileira, na região de S. Pedro, São Paulo, na qual, “aplicado pelo seu próprio autor, foi determinada a localização definitiva da sondagem”⁹, na Companhia de Petróleo Nacional, “que se propõe a explorar as riquíssimas reservas de Riacho Doce, no Estado de Alagoas, localizadas pelo dr. Romero”. Da mesma forma, haveria companhias em formação nas Minas Gerais e no Rio Grande do Sul a contar com a assistência do doutor¹⁰.

Obviamente, os recursos retóricos visam encarcerar os leigos nas tramas da tecnociência. Monteiro Lobato recrutou uma série de *aliados*, associou os “dados” e construiu um fato. Nesse momento, o “general do petróleo” agiu como *porta-voz* das companhias, usou do bem escrever e do bem falar, da mesma maneira que anunciou as inovações em um diário favorável a causa dos “petroleiros” e crítico do governo federal – as *Folha da Manhã* e da *Noite*. Restava somente escavar, angariar recursos e encontrar o petróleo.

Neste tópico, investigaremos a constituição do Indicador de Óleo e Gás como *fato* entre os anos de 1932-34. Para isso, examinaremos o recrutamento dos aliados, as controvérsias na literatura técnica, a comunicação dos estudos e ensaios laboratoriais nos

⁷ O petróleo constitui uma grande riqueza em perspectiva. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 2, Sábado, 23 de abr. 1932.

⁸ UMA EXCURSÃO À FAZENDA ARAQUÁ. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 1, Segunda-feira, 22 de mai. 1933.

⁹ Companhia Petrolífera Brasileira (Em formação). *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 2 de jun. 1932.

¹⁰ O petróleo constitui uma grande riqueza em perspectiva. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 2, Sábado, 23 de abr. 1932.

noticiários, a construção de *caixas-pretas* – seu encerramento ou sua abertura –, enfim, as associações fortes e fracas atuantes na estrutura da tecnociência. Dessa maneira, veremos como a ciência em ação contém uma série de elementos *híbridos* e está imersa nas tensões sociais, constituindo argumentos e contra-argumentos, bem como a “atuação” de um escritor sobejamente conhecido numa área inteiramente estranha, as ciências do subsolo.

- “As suas responsabilidades de incorporador duma companhia obrigam-me a pedir justificação de tão ousada afirmativa”¹¹, insistia o repórter da *Folha da Noite*.

Na entrevista, publicada em 23 de abril 1932, Monteiro Lobato asseverou que “dentro de poucos meses, em setembro talvez, estaremos com o petróleo a jorrar”. Isso não deveria ser dito levianamente, exigia-se uma razão. O murmúrio em torno do ouro negro já era considerável em São Paulo. Os acionistas, antigos ou novos, careciam de saberes; os leitores, de informações. Por isso, o entrevistado esclarece:

- [...] Os geólogos, guiados por indícios superficiais, localizam apenas as *zonas*, onde elle [o petróleo] provavelmente se encontra. O geólogo diz: o tesouro enterrado está na fazenda tal. Mas essa fazenda terá, supponhamos, 500 alqueires de área e embora o dono das terras fique muito ancho com a boa nova, nada poderá fazer, visto como teria de revolver os quinhentos alqueires da sua propriedade para aceder com o ponto onde o tesouro está occulto. Foi essa a situação do Brasil até o anno passado. Todos sabíamos, baseados nos estudos geológicos, que havia petróleo e muito, em nosso território. Mas em que ponto exacto perfurar? Estava ahi o X da questão.¹²

O “X da questão” teve sua solução, qual seja, o Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero. Não só o invento, mas uma “magnífica sonda Wirth, montada em Xarqueada, que o governo do Estado nos cedeu”¹³, indo até dois mil metros de profundidade, constituía outro instrumento na efetivação da vitória. Restava somar os recursos financeiros e, em poucos meses, terminar a perfuração. Criava-se a *expectativa*¹⁴ e, assim, comerciar-se-iam as ações. Com o dinheiro, nada sustaria a Cia. Petróleos do Brasil, na visão do diretor.

¹¹ O petróleo constitue uma grande riqueza em perspectiva. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 1, Sábado, 23 de abr. 1932.

¹² *Ibid.*

¹³ *Ibid.*

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 305-327.

Os meses voam e coisa nenhuma no poço. Dessa vez, em 22 de maio de 1933, a Cia. Petróleos do Brasil, ou companhia do Lobato, promove uma excursão às suas instalações, na qual estavam diretores, acionistas e convidados, conforme a *Folha da Noite* noticiou¹⁵.

Aí, na fazenda de Araquá, em São Pedro de Piracicaba, dos srs. João Alves de Lima e Walter Weiszflog, mostrou-se, além da “potente” sonda Wirth, uma “verdadeira villa industrial” à moda americana, quer dizer, “casas para os operários, *cottages* [casas de campo] para o pessoal tecnico superior, restaurante, oficinas mecanicas de primeira ordem, serviço de agua electrica, de transporte e de tudo mais que um serviço complexo como aquelle exige”¹⁶.

Junto da estrutura das instalações, apresentou-se o engenheiro italiano Vittorio Meglietta, superintendente do campo, “quem dirigiu durante cinco anos [...] os trabalhos technicos dos Yacimientos Petrolíferos de Comodoro Rivadavia”; o mestre de perfurações Christovam Rickfelder, argentino “que por mais de vinte anos outra coisa não fez senão abrir poços”, contando 50.000 metros devassados; e o químico-geólogo Albert Buffar, doutor em ciências pela Universidade de Lausanne, “eminente cientista suíço quem levanta o perfil do poço, classifica as camadas e faz, em summa, todo o trabalho que affecta á geologia e á chimica”¹⁷. Sem especialistas nacionais, recorria-se aos estrangeiros.

Petróleo, zero. No entanto, a Cia. conseguiu os recursos financeiros e armou-se com mais instrumentos e mais *aliados*. Monteiro Lobato convencia os leitores, pelo visto. Além disso, encantava os convivas:

A Cia. Petroleos está assim aparelhada para a victoria. Possui um material de sondagem sem rival no Brasil, pela qualidade e potencia; possui um corpo tecnico da mais alta competência e possui nos seus directores homens de grande capacidade constructiva, forte vontade e senso patriótico.

A victoria na industria moderna é apenas um problema de methodo e organização intelligente na Cia. Petróleos. Ha prudencia. Ha a segurança dum passo depois do outro.

É esse o caminho da victoria. Se o triumpho for possível, nós o teremos, em Araquá.¹⁸

O “pai do Jeca” não estava mais só: rente a Cia., estava o dr. F. B. Romero, com seu invento e a marca da Albas Oil Developing Co., a admirável sonda Wirth e a concessão do governo estadual, os srs. Oliveira Filho e Pereira de Queiroz, diretores, os ilustres João

¹⁵ UMA EXCURSÃO Á FAZENDA ARAQUÁ. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 1, Segunda-feira, 22 de mai. 1933.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

Alves de Lima e Walter Weiszflog, donos da fazenda Araquá, os elementos estrangeiros, quer dizer, Vittorio Meglietta, Christovam Rickfelder e Albert Buffar, com seu enorme *curriculum vitae*, além de uns tantos acionistas. O assunto tornava-se mais técnico e mais social, já que os interesses no ouro negro e a fé no Indicador de Óleo e Gás uniam esses indivíduos e mecanismos. Com tantas coisas em mãos (e em jogo), o fato torna-se crível.

Decerto, um incrédulo conseguiria argumentar contra o invento. Prever as contestações dos “espíritos práticos” e dos “céticos” era necessário nas entrevistas e nos manifestos. Por isso, em 17 de abril de 1932, o manifesto da Cia. Petróleo Nacional, em formação, imaginou um *leitor semiótico*, discordante das provas do Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero. Criou-se, assim, uma sessão com perguntas e respostas:

LEITOR: E’ contra todas as leis físicas estabelecidas, etc., etc., etc.

CONSELHO CONSULTIVO: Também era assim em relação a todos os grandes inventos que hoje se impõe ao Mundo.

LEITOR: Porque não ficou Romero n’um campo vastíssimo á explorações petrolíferas como os Estados Unidos?

CONSELHO CONSULTIVO: Os Estados Unidos limitaram a exploração de petróleo. Não permitem actualmente a abertura de novos poços. Abrir novos poços lá corresponde hoje a plantar café em São Paulo – acto de evidente loucura.

LEITOR: Porque Romero não foi então para a Inglaterra que dispõe em seus orçamentos de dois milhões de libras para pesquisas de petróleo em suas colônias? Porque não foi para a Rússia, Italia, França, etc., ganhar rios de dinheiro, [...]?

CONSELHO CONSULTIVO: Por uma simples razão: O nosso Paiz, com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, que, único nas Américas, está ainda á despendar cinquenta milhões de dollars por anno na importação de petróleo em vez de desentranhal-o do seio da terra. E como dos estudos que fez se convenceu de que a nossa riqueza petrolifera era immensa, aceitou o convite da Companhia Petroleos do Brasil, de São Paulo, para fazer do território Brasileiro o seu principal campo de operações. Pensa elle, como Gustave Grossmann, o grande geologo Americano, o qual concluiu os seus estudos sobre as possibilidades do Brasil em petróleo, com essas memoráveis palavras: “*O Brasil é rico em petróleo. Dada a sua área, a quantidade de petróleo que n’elle se contem é talvez maior que a de qualquer outro Paiz do mundo.*”¹⁹

O leitor imaginário está em silêncio. Com o arrasamento das resistências, bem como o esclarecimento das incertezas, temos a vitória dos incorporadores, em princípio. Não obstante os muros construídos em auxílio do dr. Romero, os textos vistos não estão em revistas científicas nem são escritos aos doutos, mas estão em vários periódicos, com público diverso. A cisma, calculada, não seria a dos notáveis geólogos, geofísicos ou engenheiros do petróleo (esses existiam em número insuficiente, no Brasil), mas a dos leigos, interessados na

¹⁹ MANIFESTO DA Companhia Petroleo Nacional, S/A (Em organização). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, Domingo, 17 de abr. 1932. A estrutura acima, com “perguntas e respostas”, “CONSELHO CONSULTIVO” e “LEITOR”, não consta no documento, escrito em texto corrido.

honestidade do doutor. Na ocasião, convém entender os motivos que trouxeram Romero ao nosso país, em suma, “Por que não foi [...] ganhar rios de dinheiro?”. Convincente aos olhos do conselho consultivo, a resposta incluía a narrativa dos grandes inventos, a situação internacional, a conclusão de um “geólogo americano” e *expectativas* (“talvez”). O funcionamento e a estrutura do Indicador estão fora do interrogatório arranjado.

Como vencer a Cia. Petróleos do Brasil? O discordante, nessa circunstância, teria três alternativas: a) desmontar os instrumentos e os *aliados* da invenção do dr. F. B. Romero; cominar provas de força, testar o mecanismo; b) construir um laboratório, reunir outros instrumentos e mais *caixas-pretas*, atestar, com esses materiais, a inexistência do ouro negro nas áreas assinaladas pelo Indicador de Óleo e Gás; c) com muita calma, aguardar algum dos instrumentos, *aliados* ou *porta-vozes* da Cia. escorregar numa casca de banana e, assim, frustrar os negócios. O fim seria transmutar o fato em ficção.

Monteiro Lobato concedia as entrevistas aos diários nos escritórios da Cia. Petróleos do Brasil. Dessa maneira, em 01 de julho de 1933, dois meses após a visita às instalações da companhia, o escritor encontrava-se com um representante do *Jornal do Brasil*, o qual insistia em conseguir novas notas acerca dos poços. A circunstância mostrava-se favorável, como na excursão acima, visto que era uma maneira muito convincente de escancarar os laboratórios da empresa, isto é, sustentar os vários textos (entrevistas, manifestos, cartas, notícias, etc.) com os instrumentos e os técnicos em ação, ostentar seu funcionamento e *know-how*. As inscrições, agora, estariam com a anuência dos mecanismos externos, também da perícia dos “elementos estrangeiros” e dos operários. Isso outorgava mais força às afirmações lobatianas e, mais uma vez, firmava o Indicador como fato. Porém, esse cenário encorajava a encenação.

No início, como introito, a entrevista situa os sucessos e os cometimentos do presidente da Petróleos aos leitores desavisados:

Sobre ser um dos maiores escriptores brasileiros, o sr. Monteiro Lobato é um grande conversador. A sua conversa reveste-se do encanto da sua prosa: - é vigorosa, ágil e colorida. Depois de conseguir como escritor uma rara notoriedade, Monteiro Lobato, [ilegível] nosso representante comercial nos Estados Unidos, para lá levou sua insaciável curiosidade e o seu extraordinário espírito investigador.

Observou a América do Norte nos seus mais variados aspectos, e em alguns annos aprendeu toda a maravilhosa civilização “yankee”.

Retornando ao Brasil, Monteiro Lobato já não era somente o escriptor admirável, nem o homem que, editando livros, obrigara o Brasil a ler, de uma vez, milhares de volumes de autores nacionais. Retornou com uma ideia dominante: - “no Brasil há petróleo e, portanto, torna-se urgente descobri-lo. E o Brasil, no

momento em que o descobrirmos, tornar-se-á uma grande potencia, dando novos rumos á sua civilização”.

O movimento que ahi temos em busca do petróleo brotou exclusivamente da iniciativa de Monteiro Lobato. Por isso aqui em São Paulo o chamam o “general do petróleo”.²⁰

Destacarei certas características: o entrevistado era a) um dos maiores escritores brasileiros; b) grande conversador; c) de conversa vigorosa, ágil e colorida; d) novamente, escritor de rara notoriedade; e) representante comercial nos Estados Unidos; f) de insaciável curiosidade e extraordinário espírito investigativo. Nada aí atesta o mínimo domínio das ciências do subsolo ou das tecnologias da indústria do petróleo, tão só a carreira literária de Monteiro Lobato. O “escritor admirável” e o editor que “obrigara o Brasil a ler” vencem o “general do petróleo”. A iniciativa em busca do óleo de pedra, aliás, estaria mais assente em *expectativas*, visto os termos no excerto (“urge descobri-lo”, “tornar-se-á uma grande potência”, “o movimento [...] em busca do petróleo”), quer dizer, acentua o *vir a ser*, não o estado atual da indústria.

Na corrente a unir o Indicador de Óleo e Gás aos fatos científicos, inatacável *caixa-preta*, antevemos um elo tênue, fraco: a situação de Monteiro Lobato. No negócio do ouro negro, em uma indústria a exigir mais e mais investimentos, seria sensato acreditar em um escritor ou num editor? Monteiro Lobato não seria uma personagem, afinal? Questão intrincada, uma vez que o “general do petróleo” conseguiu movimentar a busca do petróleo por “ser um dos maiores escriptores brasileiros”! Com seu sucesso, atraía atenções, mas também receios. Ciência ou retórica? Como não associar sua imagem com a ficção?

- “Queremos uma entrevista. Queremos que diga o que está feito e o que se pretende fazer em matéria de investigação de petróleo”²¹, começa o entrevistador.

- É. Resolvemos tirar petróleo e vamos tiral-o. Estamos perfurando. Eis tudo.

O “grande conversador” estava lacônico, no início. O escritor não mostrava interesse na visita. “Estava com preguiça de falar”, anotou o representante do *Jornal do Brasil*. O presidente da Cia. tomava notas com um químico-geólogo, talvez Albert Buffar, ao comunicar as camadas atravessadas e os “resultados que déra a aplicação de super-aço Steelito no corte dos trépanos”. Com os esclarecimentos, retorna ao entrevistador: “Petróleo, disse elle, não se consegue com entrevistas a jornaes, com artigos flammantes, com arrôtos de

²⁰ A offensiva paulista para a conquista do petroleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sábado, 1 de jul. 1933.

²¹ *Ibid.*

patriotismo, como andamos a tentar até aqui. Consegue furando a terra – e é o que estamos a fazer”²².

Monteiro Lobato mostrava-se um grande ator. Negava as entrevistas, os artigos e os arrotos de patriotismo, ou seja, renunciava a tudo o que o consagrou em favor do petróleo! Além disso, esses eram os meios essenciais para conseguir novos acionistas e recursos, com os governos estaduais e federal. Porém, o “pai do Jeca” ansiava cimentar a imagem do “pioneiro”, do “petroleiro”, do “empresário”, para tal minimizava as letras. Daria, com isso, maior crédito a Cia. Petróleos do Brasil.

Na ocasião, comenta a perfuração de poços no Brasil. O intuito era marcar uma cisão, enunciar o *antes*, “as escassas tentativas feitas para perfurar o sólo” e os “meios poços interrompidos a meio caminho”, e constituir um *daí em diante*, a “nossa companhia [que] dispõe de uma potentíssima sonda Wirth, com capacidade para 2.200 metros, e possui além disso elementos técnicos como não os ha melhores”²³. Dessa vez, a estratégia não era apenas ostentar os instrumentos e os engenheiros da “Petróleos”, mas atacar os incrédulos e os discordantes.

Monteiro Lobato critica os poços interrompidos a 300, 400 e 500 metros nesse território “onde a profundidade do petróleo constitui uma incógnita”. Nunca descobrir-se-ia o óleo de pedra assim. Por quê, então, esses poços não continuavam a atravessar o subsolo? Quais os motivos?

- “Varias causas. Em primeiro lugar, a convicção generalizada de que não havia petróleo aqui, convicção que os interessados em que ficássemos apenas como país importador e jamais como país produtor, habilmente estabeleceram por mil processos insidiosos. Em segundo lugar, a inepta e criminosa acção oficial, que cooperava nesse modo de sentir, investindo contra todas as tentativas nacionais de investigar petróleo. No dia em que jorrarmos petróleo comercial e um inquérito impuzer-se, revelador dos bastidores e manobras do “não há petróleo no Brasil”, muita gente subirá á forca.

Em terceiro lugar, as companhias formadas para perfurar nunca se dotaram dos recursos necessários. Ora, sem capital e technica não há sacar petróleo. Em quarto lugar, sabotagens dos poços que começavam a dar indícios veementes. Em quinto... Inútil prosseguir. As causas espicham-se por ahi afóra.²⁴

Não estamos mais na área técnica ou nas discussões em torno das estruturas terrestres, em uma torre remota, longe das tensões sociais, mas na economia (“país importador”, “recursos necessários”), na burocracia (“criminosa ação oficial”), na ideologia (“convicção generalizada”) e na conspiração (“sabotagens dos poços”). O *porta-voz* das cias.

²² A offensiva paulista para a conquista do petroleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sábado, 1 de jul. 1933.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

não recrutava mais *aliados*; ao contrário, indicava os inimigos, os criminosos do “não há petróleo no Brasil”. Com isso, a inclusão de mais contendores, inflamava um assunto melindroso. O embate, enunciado aí, não estava à parte da ciência, mas constituía os fatos.

O denunciante teria de evidenciar tais alegações. Quem eram os interessados “em que ficássemos apenas como paiz importador e jamais como paiz produtor”? Quais eram esses “mil processos insidiosos”? Qual era “a inepta e criminosa acção oficial”? Quais os poços sabotados? Sem provas, as alegações transformar-se-iam em conflito irrisório.

O diretor da “Petróleos” elucida suas denúncias com demonstrações e com informações secretíssimas. O dr. Romero era seu maior *aliado*, como visto. O norte-americano, além do seu invento, estava alicerçado na opinião “de um geólogo americano que aqui esteve em demorados estudos secretos, por conta de uma das empresas monopolizadoras do petróleo do mundo”. Que geólogo americano? Que empresa monopolizadora? O anônimo cientista, continua, escreveu um relatório secreto, nunca publicado, no qual revela a existência do ouro negro no Brasil. Como esse texto veio cair nas mãos de Monteiro Lobato? Os bastidores da Cia. Petróleos do Brasil também eram misteriosos. O assunto era temerário, encerrava interesses imensos e atraía a ruína aos intrometidos, também a morte, na visão lobatiana. Denúncia e reserva. Porém, como crer?

Há outras demonstrações da criminosa ação oficial. Dessa vez, lógica:

Quando cheguei [no Brasil] era até proibido falar em petróleo. Não havia. Estava oficialmente decretado que não havia petróleo por estas bandas. Essa “decisão” assombrou-me. Pois se ha petroleo abundantíssimo em “todos” os paizes das Americas, desde o Alaska até a Patagonia – Canadá, Estados Unidos, Mexico, Trinidad, Colombia, Guyanas, Venezuela, Equador, Peru’, Bolovia, Argentina – era lá possível que a Natureza só o negasse ao paiz de mais amplo território do continente? Esse raciocínio vale por uma prova logica de que há petróleo, “e muito” – e foi com elle que consegui trazer 1.300 accionistas para a nossa empresa.²⁵

Monteiro Lobato invoca o *aliado* mais forte em uma controvérsia científica, a natureza. Nesse raciocínio, a natureza, incontestavelmente, não acata os decretos oficiais, não se sujeita a uma “decisão”. Ademais, logicamente, se em “todos” os países das Américas há petróleo, no Brasil, o “paiz de mais amplo território do continente”, também há de ter. Com essa “prova”, 1.300 acionistas entram na Cia. Petróleos. Porém, a lógica era mesmo uma “prova”? Quer dizer, esse raciocínio, muito coerente, intelectualmente funcional, encerraria uma controvérsia entre engenheiros e geólogos? Como anunciou antes, na mesma entrevista, não seria necessário furar as terras? Os acionistas aceitavam o argumento, crentes no *porta-*

²⁵ A offensiva paulista para a conquista do petroleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sábado, 1 de jul. 1933.

voz. Os cientistas tomariam essa “lógica” como um início (uma hipótese) e investigariam com os mecanismos necessários. Daí, surgiria uma “prova”. A natureza mostra-se *depois*, não no decurso da ciência em ação. Por isso, esse raciocínio torna-se retórica, ou melhor, uma figura de linguagem, a sinédoque, já que atribui características ao todo (as Américas) pelas partes (Canadá, Estados Unidos, México, etc.).

Na entrevista, outros *aliados* de carne e osso são listados. Há muitos anos, setenta ou oitenta, a “intuição popular” sentia a existência do petróleo ali, inclusive um dos bairros tem o “nome de bairro do Kerozene”²⁶. O Indicador de Óleo e Gás só confirmou a visão do povo. A “intuição”, bem como “o povo”, no entanto, torna-se um *aliado* depois dos testes do dr. Romero, ou seja, *após* sua ordenação nas hostes da empresa, convenientemente exorcizado como contra-argumento. Antes, seria um motivo muito fraco, talvez uma superstição. Com a invenção do dr. F. B. Romero, a Cia. e a “intuição popular” armam-se em mútuo auxílio.

Caso existisse um discordante, não seria inviável, visto a retórica lobatiana, surgir muitas incertezas em relação a maestria do *porta-voz*, mormente nas ciências do subsolo. Monteiro Lobato não inventava outra estória? Os aliados, humanos ou não-humanos, estavam mesmo estruturados em torno de uma *caixa-preta*? Como crer nessa mistura de engenharia, Geologia, letras, teatro, mancomunação das empresas monopolizadoras, inepta e criminosa ação oficial, estudos secretos, relatórios reservados, “lógica”, natureza, “intuição popular”? Restava uma coisa, o petróleo.

- “Logo depois de iniciados os trabalhos começaram a chover aqui no escritorio amostras de petroleo de inúmeros lugares”²⁷, comenta.

“Está aqui o petroleo”, eis a natureza. O entrevistador mira nesse óleo de pedra, “negro, luzidio, bastante fluido, rico em materiais volateis”. As amostras, comunica Monteiro Lobato, vêm de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia e Alagoas. Mas, interrogaria um discordante, como essas amostras emergiram? “Petroleos superficiaes, provenientes do extravasamento de bolsas subterrâneas e mais ou menos volatizados e oxydados”²⁸, quer dizer, as empresas não encontraram o petróleo nos poços, mas em exsudações. De súbito, a mistura acima obtém consistência, faz-se crível²⁹. Haveria contra-argumentos agora? O

²⁶ A offensiva paulista para a conquista do petroleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sábado, 1 de jul. 1933.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*

²⁹ Monteiro Lobato usou a amostra como evidência de suas denúncias, mas também de sua idoneidade. No entanto, a situação afigura-se um cenário imaginado de antemão – uma atuação. Consoante Bruno Latour, a “força de um porta-voz, contudo, não é tão grande, uma vez que, por definição, ele não passa de *uma só* pessoa cuja palavra poderia ser desconsiderada [...]. A força vem da palavra dos representantes quando eles não falam sozinhos nem por si, mas *na presença* daquilo que representam. Então, e só então, o discordante é simultaneamente confrontado com o porta-voz e com aquilo em nome do que ele fala [...]. A solidez do que o

petróleo estava em um frasco, acessível aos sentidos. A Cia. Petróleos do Brasil sustentava suas *expectativas*:

- Está aqui o petróleo. Resta agora atingirmos as camadas profundas onde as grandes reservas se acham acumuladas. Para isso, furar, furar, furar. Ir a 800 metros, a 1.000 metros, a 1.500 metros, a 2.000 metros, ou mais, se preciso for. Mas perfurar! Inda está para haver no mundo quem tire petróleo com literatura, exhortações patrióticas, “quit-quit” de chamar galinha e outras mágicas. Perfurar, perfurar – mas perfurar a sério! Perfurar para extrair petróleo – e não perfurar começos de buraco para “provar que não há petróleo”.³⁰

O discordante fracassou? Haveria maior “prova” do que as amostras vistas? A controvérsia do “não há petróleo no Brasil” não estava encerrada. Nosso discordante, insistente, interrogaria se essas amostras são mesmo originárias de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia e Alagoas; também resistiria ao conteúdo do frasco, contestaria os sentidos do entrevistador. “Está aqui o petróleo”? Não seria uma mentira astuciosa? Quem executou os testes da prova? Quais os testes? Monteiro Lobato não continuava sua atuação? O presidente da empresa mercenciava as ações das companhias e suas visões a respeito do ouro negro com argumentos científicos e estratégias retóricas, de modo que um discordante tenaz resistiria ao máximo.

Mas esse discordante interessa na controvérsia “real”? Quer dizer, sua função é tão somente analítica? Continuar com esse imaginário discordante, incessantemente intransigente, teimoso, frustraria exames levianos, isto é, aceitar os argumentos lobatianos sem críticas, cimentar sua imagem de “petroleiro”, mitificar suas ações³¹; ou tomar o escritor e seus *aliados* como traiçoeiros, aventureiros de má fé³². Nossa opção em seguir a ciência em

representante diz é diretamente sustentada pela silente, porém eloquente, presença do representado. O resultado dessa situação é que se tem a impressão de que o porta-voz não ‘fala de verdade’, mas que só comenta o que estamos vendo *in loco*, ‘simplesmente’ nos fornecendo as palavras de que qualquer forma usaríamos”. Cf. LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão da tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. pp. 109-110.

³⁰ A ofensiva paulista para a conquista do petróleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sábado, 1 de jul. 1933.

³¹ Por vezes, Kátia Chiaradia favorece essas ideias: “[Monteiro Lobato] estabeleceu parceria com a alemã *Pipmeyer & Co* [sic], através da ELBOF, foi sócio-fundador de uma aliança germano-brasileira, a AMEP, e combateu a norte-americana *Standar Oil* [sic]”. Cf. CHIARADIA, Kátia. *Ao amigo Frankie, do seu Lobato: estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-37) e sua presença em O Escândalo do Petróleo (1936) e O Poço do Visconde (1937)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2008. p. 24.

³² Peter Seabor Smith assenta que governo e indústria privada “queriam excluir os estrangeiros da pesquisa do petróleo, mas a indústria dispunha-se a arriscar seu dinheiro e queria que outros partilhassem do risco, enquanto o governo procurava proteger os cidadãos para que não fossem vitimados por companhias particulares superentusiastas”. Além disso, concluiu que “se bem não tenha condenado Monteiro Lobato [a Comissão de Inquérito do Petróleo, 1936] por suas atividades, parece claro que ele procurou inflacionar o valor de suas ações através da publicidade que o inquérito lhe daria. É também claro que iludiu o público brasileiro em torno de seu investimento e que fez bom uso do papel de patriota ofendido”. Cf. SMITH, Peter Seabor. *Petróleo e política no*

ação suscita outras considerações, já que vemos o assentamento dos *fatos* científicos, as *caixas-pretas* , mas, juntamente, a transformação dos *fatos* em *ficção* , corolário das tensões sociais. Dessa maneira, miraremos as teses e antíteses, as discussões em torno da “verdade”, assim como o recrutamento dos *aliados* , os interesses associados, as maquinações de forças. Ciência, nesse caso, é muito mais do que as minúcias laboratoriais; é essa heterogeneidade de recursos humanos e não-humanos, de *aliados* e inimigos, de interesses e negociações, de tecnologia, economia, política e o mais. O discordante torna as ideias dos contendores instáveis, faz ver a não resolução das discórdias, as associações a sustentar e a animar as iniciativas, do mesmo modo as prováveis contestações.

O discordante “real” existiu, aliás. Monteiro Lobato noticiou as ações do inimigo, “a inepta e criminosa acção official”. Como um homem comum contestaria os muitos *aliados* da invenção do dr. F. B. Romero? Isso a custo ocorreria. No entanto, o Serviço Geológico conseguiria encarar o “general do petróleo”, em razão do seu numerário, seus engenheiros, cientistas e burocratas, seus instrumentos e mecanismos, além do papelório legal a incrementar os levantamentos geológicos e geofísicos, assim como a abertura de poços de exploração. Os diretores do Serviço Geológico entrariam na controvérsia, escreveriam aos diários, constituiriam trincheiras contra as críticas da Cia. Petróleos do Brasil. Contudo, mais crucial, os funcionários da “acção official” levantariam dúvidas em relação à integridade dos incorporadores das empresas privadas, à eficácia do Indicador de Óleo e Gás, à sensatez das iniciativas. Monteiro Lobato intentou convencer os leitores, tornar suas ideias mais fortes, transmitir suas “verdades”; o Serviço Geológico será a contenção, a dúvida e o contra-argumento. Como discordante, os implicados no Serviço Geológico encontrariam as fissuras nas alegações lobatianas, empurrariam esses “fatos” no rumo da ficção, da retórica. E, como visto, Monteiro Lobato deu motivos aos ceticismos do serviço federal.

O Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero teria de resistir a maior prova de força imposta pelos inimigos: encontrar óleo e gás nos terrenos assinalados. Isso terminaria a controvérsia, marcaria (ou não) a existência do ouro negro em território nacional. A crença nesse invento uniu interesses vários, constituiu alianças, movimentou as empresas. Caso as provas negassem a existência do petróleo, Monteiro Lobato estaria em maus lençóis, visto a presumível saída dos *aliados* de suas fileiras. Do contrário, estaria com a natureza, com a

“verdade”; seria o vencedor e o Serviço Geológico teria muito a escusar-se em um inquérito. No momento, isso resumia tudo.

No início, na entrevista de abril de 1932, Monteiro Lobato afirmou que “dentro de poucos mezes, em setembro talvez, estaremos com o petróleo a jorrar”³³; em julho de 1933, o escritor mostrou petróleo “negro, luzidio, bastante fluido, rico em materiais voláteis” ao entrevistador, mas sem indícios de grandes reservas nos terrenos indicados. Qual a profundidade dos poços, nesse último momento?

- Estamos todos no começo ainda. O mais avançado deve estar a 530 metros. O nosso poço n.1 atingiu, hontem 440 metros. Estamos a atravessar uma camada de conglomerado extremamente compacto, três, quatro metros diários. Mas vamos indo, e numa linda perfuração de largo calibre. Começamos com 14 pollegadas e iremos até 500 metros com 14 pollegadas, que é um diametro magnifico.³⁴

Dois anos, e “estamos todos no começo ainda”. Na mesma ocasião, na qual critica os buracos de 300, 400 e 500 metros do Serviço Geológico, Monteiro Lobato comemora o poço n.º1... de 440 metros. Havia alguma coisa errada? Não, visto que a “potentíssima sonda Wirth” alcançaria 2.200 metros. Paciência! “A victoria no mundo moderno, meu caro, organiza-se”, afirmava. O petróleo há de vir.

O Indicador de Óleo e Gás também serviu a outras empresas, como a Cia. Petróleo Nacional, concessionária a investigar e a explorar petróleo na região de Riacho Doce, Estado de Alagoas. Aí, três poços foram “atacados” até setembro de 1933, quais sejam, n.º1, José Bach, “abandonado a 108 metros, em virtude da extrema instabilidade do terreno”; n.º2, São João, em seguimento; n.º3, João Pessoa, “sofreu paralyção em 114 metros, estando ainda em trabalhos de recomposição”³⁵. Não obstante, os engenheiros encontraram vestígios do óleo de pedra a 257 metros no n.º2, e acreditavam encontrar grandes formações a mais de 500. Só *expectativas*.

Nessa situação, os recursos financeiros esvaíam-se. Como manter as firmas sem numerário? Os elementos estrangeiros e os outros operários especializados não viviam de *expectativas*; nem a vila industrial aguentaria conservar-se sem novos investimentos. Porém, não conseguiriam angariar sustentação externa sem coisa alguma como garantia. O Serviço Geológico venceria a controvérsia, já que ninguém encontrava o petróleo. O Indicador de Óleo e Gás era falível? Com inimigos, exíguos recursos e sem encontrar o ouro negro, as

³³ O petroleo constitue uma grande riqueza em perspectiva. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 1, Sábado, 23 de abr. 1932.

³⁴ A offensiva paulista para a conquista do petroleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sábado, 1 de jul. 1933.

³⁵ Companhia Petroleo Nacional S. A. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 1, Domingo, 24 de set. 1933.

empresas desmoronavam. Caso existisse óleo e gás no território nacional, não seria nas regiões assinaladas. Monteiro Lobato vigiava a sonda Wirth, ansioso. Nada nos 440 metros iniciais, restava 1760. Quem sabe? Mas os argumentos lobatianos não estavam muito estrambólicos? O erro da invenção do dr. F. B. Romero arruinaria muitas das alianças construídas, mesmo o crédito do *porta-voz*.

Nesse momento, os assuntos em torno do óleo de pedra eram *híbridos*, quer dizer, reuniam tecnociência, letras, retórica, encenações, empresas monopolizadoras, estudos secretos, relatórios reservados, ação oficial, ficções, *expectativas*, economia, cultura³⁶. Dois anos, e o Indicador de Óleo e Gás vivia a duras penas, encarava inimigos humanos e não-humanos, testes de força duríssimos. Deveria vencer o Serviço Geológico, a Standard Oil e a Royal Dutch Shell! Mas não se mostrava um concorrente muito temido. A última investida veio do seu inventor, dr. F. B. Romero. O cientista norte-americano fugiu com sua invenção em abril de 1934, sem mais nem menos. No momento incerto das empresas, retornou aos Estados Unidos, em lugar incerto. A Cia. Petróleos do Brasil entrou com uma ação contra o inventor, na qual inteira o caso.

O dr. Felipe Benicio Romero visitava os escritórios da Cia. todos os dias. No entanto, sem avisos, demite-se no início de 1934. Não comunica os motivos nem a sua localização. Os incorporadores averiguam “que esse havia embarcado furtivamente em Santos, por um cargueiro da Delta Line, rumo a lugar ignorado da America do Norte, levando consigo o aparelho cujo uso havia cedido áquella [empresa] por citadas escripturas”. Como agiu de “má fé”, os incorporadores anulavam as ações do cientista e as vantagens firmadas, além de reivindicar “ser ainda condenado o suplicante nas perdas e danos que forem apurados na execução e custas”³⁷. Isso, a versão da Cia. Petróleos do Brasil.

O dr. Ary de Oliveira, advogado do inventor, contudo, noticiou outra versão. Nessa variante, a Cia. Petróleos do Brasil “suspendera o pagamento mensal dos honorarios a que contratualmente se obrigara perante o inventor do aparelho indicador de petroleo”³⁸. O dr. Romero encontrava-se sem recursos em outras terras, então lavrou protesto em cartório, no qual noticiava a empresa da rescisão do seu contrato, e regressou aos Estados Unidos, residindo no Estado do Novo México.

³⁶ Cf. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2013.

³⁷ VENDEU O PRODUCTO DE SUA INVENÇÃO E FUGIU COM O APPARELHO. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 5, Sexta-feira, 6 de abr. 1934.

³⁸ O caso do engenheiro Felipe Romero. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, Terça-feira, 10 de abr. 1934.

O dr. F. B. Romero era um vigarista? A versão de Ary de Oliveira é verossímil. No contrato, em troca da exclusividade de uso do Indicador de Óleo e Gás no Brasil, bem como dos serviços pessoais do cientista norte-americano, o inventor receberia parte das ações da empresa, certa porcentagem do petróleo produzido nos poços assinalados, através do aparelho, e uma mensalidade de \$750 até o início da produção do primeiro poço, na qual aumentaria \$500, isto é, \$1250 daí em diante³⁹. Nesse caso, o dr. Romero estaria mesmo sem eira nem beira, já que ninguém encontrava petróleo nem as ações aumentavam seu valor e os honorários, em suspensão.

Como termina o embarço? O dr. F. B. Romero escreveu uma carta ao engenheiro Ednan Dias, incorporador da Cia. Petróleos do Brasil, na qual comunica que “não só viajou normalmente, como a sua chegada fez [sensação?] nos meios petrolíferos dos Estados Unidos, onde o seu aparelho está realizando novas e [interessantes?] provas”⁴⁰. Isso aconteceu mesmo? Não seria uma estratégia a fim de resgatar os créditos das empresas? O dr. Ary de Oliveira mentiu? O Indicador de Óleo e Gás some dos documentos – virou ficção, em vista disso. Monteiro Lobato raramente tocava no assunto, revistava outros *aliados*. A *caixa-preta* das companhias está aberta no início de 1934, não constitui mais uma “verdade”. O inventor usou o pó de pirlimpimpim, voou de um lugar a outro e retirou-se das controvérsias.

³⁹ VENDEU O PRODUCTO DE SUA INVENÇÃO E FUGIU COM O APPARELHO. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 5, Sexta-feira, 6 de abr. 1934.

⁴⁰ O dr. Romero não desapareceu, está nos Estados Unidos! *Folha da Noite*, São Paulo, p. 3, Sexta-feira, 20 de abr. 1934.

3.3. Monteiro Lobato, *führer* da Cia. Petróleos do Brasil

*O que cheguei a pensar, me apresso a cumprir;
A palavra do mestre, sozinha, contém real necessidade!...
Para concluir o maior de todos os trabalhos,
Uma só mente por milhares de mãos – e basta!*
Fausto, Goethe

Quê restava sem a invenção do dr. F. B. Romero ou sua assistência? O cientista renunciou à sua missão e retirou seu mecanismo, a distinção e a vantagem da Cia. Petróleos do Brasil, de maneira inusitada. Haveria como continuar a empresa? As regiões indicadas estavam lá, algumas em escavação, outras enjeitadas. O ouro negro nessas áreas era uma incógnita até então, mas restava tirar as provas. Mas, e os recursos financeiros? Os “petroleiros” conseguiriam mercenciar as ações da empresa com a saída do seu maior *aliado*, o “doutor” com a autoridade da Albas Co. e a garantia, também a segurança, de “centenas de provas feitas nos Estados Unidos á beira de poços productivos e de poços seccos”, além de “17 annos de pacientes e aturadas tentativas”¹? Não seria mais sensato encontrar outros *aliados* ou transladar outros interesses?

Monteiro Lobato se acerca da firma alemã Piepmeyer e Comp., de Kassel, através de um geólogo diretor de serviços no Araquá, neste momento de reestruturação das estratégias da iniciativa privada. O papelório com o Indicador de Óleo e Gás criou tensões nas hostes dos “pioneiros” – com a saída do dr. F. B. Romero, a *caixa-preta* foi reaberta e as companhias, revistas. O fato tornava-se ficção, e os diretores miravam em outros métodos. Por isso a conveniência de outros partidários, bem como de novos mecanismos e técnicas incontestes, do modo que a Piepmeyer e Comp., em sua seção ELBOF, serviam. Como essa organização entrou nas negociações e nas controvérsias em volta do óleo mineral em território nacional? Quais as serventias de tal *aliança*? Como socorreria a Cia. Petróleos do Brasil?

Neste item, analisarei a reestruturação do *projeto* lobatiano no momento de crise da Cia. Petróleos do Brasil. O “pai do Jeca” tentava outras *alianças*, ora com os entes federativos, ora com a Piepmeyer & Cia., mas também encarava a resistência dos acionistas da firma, leais ao Indicador de Óleo e Gás. Monteiro Lobato mensuraria novos artifícios com o propósito de avassalar os eventuais adeptos da causa, insistiria nas razões do “há-petróleo-no-Brasil” ancoradas na tecnociência, do mesmo modo que nas ficções. Daí em diante, encontraremos, no início em missivas, estruturas narrativas a orientar a criação dos textos, tais

¹ NOVAS RIQUEZAS PETROLIFERAS NO BRASIL. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 18 de mar. 1932.

quais a *conspiração*, o *salvador*, entre outros. O escritor interessava-se na conquista do imaginário dos interlocutores, investia na condição onírica/inconsciente, nas emoções que acionavam o sentimento nacional, em narrativas a travar a razão, mas incitar ações. Junto da retórica científica, das amostras, dos indícios do óleo mineral, conseguiria novos *aliados*. O custoso seria, mais uma vez, amarrar vários interesses a sua direção – manter-se *porta-voz* da iniciativa privada; sustentar o título de “general do petróleo”.

Nessa investida, tentaria catequizar o neófito Getúlio Vargas. Caso tomasse o Presidente da República, muitos transtornos e infortúnios não acometeriam os “petroleiros” – angariariam os recursos econômicos necessários, além de intervir na escolha dos ministros do Estado, dos técnicos e dos engenheiros do Serviço Geológico Federal. Como veremos, Getúlio Vargas não aceitaria os termos lobatianos sem mais nem menos e tentaria engajar o escritor taubateano na organização do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Quê viria daí?

Concomitantemente, insistia na Piepmeyer & Cia., na sua secção ELBOF, junto aos acionistas da Cia. Petróleos do Brasil. A proposta dos alemães, caso anuída entre os subscritores da firma, alteraria a situação caótica dos “precursores” do petróleo brasileiro, imaginava Monteiro Lobato. A ELBOF contava com renome na Alemanha. No início de 1935, o ministro da Economia Nacional decretou uma lei “creando a obrigação para pesquisas geophysicas profundas em todo o territorio do Reich, sobre ocorrencias petroliferas”². Para tal, incumbiu-se o presidente do Instituto Geológico do Reich, junto dos professores Bartsch e Reich, “membros do conselho tecnico da ELBOF (Piepmeyer & Co.)”³. As negociações entre os alemães e o diretor da Petróleos do Brasil incluíam uma série de estudos geofísicos, nos quais seriam aplicados métodos de estudos tectônicos, especializados, entre outros⁴, executados pela ELBOF, que, caso atestassem a existência do ouro negro nos terrenos examinados, trariam o financiamento de vários grupos técnico-financeiros, como “A. FARBEN – para financiamento e montagem de refinarias; WIRTH-ERKELENZ, para sondas; HANIEL & LUEG, para sondas, RHEIN-METALL, para materiais e oleodutos; MANNESMANN, para tubagens; ITAG (Cia. de Perfurações Profundas) para perfurações; DEUTSCHE ERDOELGOSELLSCHAFTSCHE OELBANK (Banco Alemão) para financiamento; DEUTSCHE OELBANK (Banco Alemão de Petróleo) para financiamento;

² Pesquisas systematicas sobre petroleo. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583949. Publicação da revista “Técnica de perfurações” nº 11. de 24 de Maio de 1935. Grifo no original.

³ Ibid.

⁴ LOBATO, Monteiro. Methodos geophysicos applicados pela ELBOF <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583920. pp. 1-2.

DEUTSCHE MONTANBANK (Banco Alemão de Mineração) para financiamento; e INSTITUTO GEOLÓGICO DO REICH [...]”⁵. Com isso, montar-se-ia a indústria do petróleo no Brasil, visto que as companhias nacionais teriam as perfurações necessárias, a montagem de refinarias, a construção de oleodutos, o fornecimento de carros-tanques, e tudo o mais indispensável, sem maiores custos⁶. Os grupos técnicos-financeiros, em retorno, obteriam 40% do petróleo produzido.

O essencial, nas negociações com a Piepmeyer & Cia., era custear os estudos geofísicos da ELBOF nas concessões da Cia. Petróleos do Brasil ou em outras áreas com evidências do óleo mineral em suas entranhas. Monteiro Lobato, então, deveria discutir a proposta em assembleia e, anuída entre os subscritores, assentar o contrato. O diretor via na ELBOF “uma garantia, uma segurança preciosíssima para o futuro”⁷, como escreveu aos acionistas em Comunicação, já que a situação do poço do Araquá era incerta. “Como estávamos antes da proposta alemão [sic], se esse poço não desse petróleo teríamos de liquidar a companhia com perda total do dinheiro gasto”⁸, informava. Caso encontrasse indícios do sangue negro da terra, a firma estrangeira abriria outros poços, sem dispêndio aos nacionais. Bastava a maioria dos acionistas aceitar a oferta. Porém, acreditariam na ELBOF? Não foram instruídos nos princípios do Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero? Como Monteiro Lobato desviaria os interesses dos acionistas em favor da nova proposta? O escritor seria mesmo a maior liderança entre os “petroleiros”?

Dominar outros *aliados* exigiria firmeza e insistência, mormente os notáveis da ciência e da política. Porém, restava arriscar, visto os estorvos na Cia. Petróleos do Brasil. No caso, o renome do “autor sobejamente conhecido” motivou uma troca até então inesperada: em dezembro de 1934, Monteiro Lobato recebeu um chamado expresso do presidente, Getúlio Vargas, convidando-lhe “para organizar um serviço que promova e facilite a entrada de capitais estrangeiros, afugentados com os histerismos nacionalistas dos ideólogos revolucionários”⁹. O Governo seria o maior *aliado* dos “pioneiros”, já que aí encontravam-se os recursos técnicos e financeiros necessários ao setor petrolífero.

⁵ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6ª edição. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1970. pp. 191-192. Carta ao Exmo. Dr. Armando Sales Oliveira, Governador de S. Paulo, S. Paulo, 3, 11, 1935.

⁶ Ibid.

⁷ COMPANHIA PETROLEOS DO BRASIL. PROPOSTA PIEPMEYER <manuscrito>: SEXTA COMUNICAÇÃO. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583902. pp. 1-2.

⁸ Ibid.

⁹ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 5, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00042).

O convite incomum era ensejado desde 1930, ainda adido comercial em Nova York¹⁰. O “general do petróleo” escreveu cartas, reuniu materiais, documentos e testemunhos, no intuito de arregimentar Getúlio Vargas na causa do ouro negro, convencê-lo da urgência da indústria petrolífera no Brasil. Sem retorno, em novembro de 1934, no momento crítico da Cia., Monteiro Lobato encontra-se com Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e faz “uma severa carga contra essa camorra [do Serviço Geológico] ao presidente da República, conseguindo interessá-lo vivamente no problema do petróleo e em particular na nossa perfuração [do Araquá]”¹¹. Pelo visto, a insistência venceu as resistências oficiais.

No encontro, em dezembro de 1934, o escritor tentou convencer o governante que a “solução integral dos nossos problemas” estava no petróleo, e somente aí. Não usou apenas sua conversa e mostrou-lhe imagens de um poço do México que “havia dado em 18 anos 115.000.000 barris de óleo”. Bastaria, comenta, “esse poço para o pagamento da dívida externa, etc.”. Nesse momento, unia a missão de avassalar *aliados* e suscitar dúvidas nas hostes inimigas. Os informes acerca da perfuração do Araquá interessaram vivamente Getúlio Vargas, na visão lobatiana, e então, atento ao entusiasmo do ouvinte, contou-lhe o “que o S. G. estava fazendo para impedir que esse poço prosseguisse”¹². A reação veio sem demora:

Ele ficou seriamente impressionado e mandou-me falar com o Ministro da Agricultura.

Não acredito em ministros, respondi. Eles são transitórios e só agem por sugestões das peças vitalícias e corruptas que eu estou combatendo. Não vou falar com ministro nenhum. Vou continuar a perfurar vou furar até 2000 metros e se tocar em petróleo então virei a conversar com o ministro...¹³

Dessa maneira, vemos uma tensão nas funções encenadas. Getúlio Vargas convidou o escritor notável – as muitas edições dos seus livros não deixavam dúvidas - e crítico do “atraso” nacional na ânsia de angariar essa estima pública a seu favor, alocar alguém renomado em um novo serviço governamental, destinado a fomentar e animar a imagem do Estado. Contudo, Monteiro Lobato sustou essas *expectativas* ao mostrar-se mais interessado no ouro negro, *porta-voz* das cias. privadas, com notícias de poços no México, no

¹⁰ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. pp. 128-136. Carta ao Senhor Presidente Getúlio Vargas, Nova York, 9 de dezembro de 1930.

¹¹ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 30, 11, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00041).

¹² Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 5, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00042).

¹³ *Ibid.*

Araquá, entre outros. Os indivíduos nessa conversa moviam-se em domínios distintos, mas com vistas a integrar o outro em sua missão.

Não obstante esse corte nas *expectativas*, visto o cabo de guerra entre ambos, criou-se uma brecha nos negócios, uma vez que Monteiro Lobato encontrou-se com o ministro, Odilon Braga, “o qual recebera ordens terminantes do presidente de fazer tudo que a Petróleos quisesse, porque o que ele [Getúlio Vargas, no caso] queria era ver petróleo”. Com isso, o *porta-voz* da Cia. Petróleos do Brasil, nessa conversa, denunciou “a camorra” no Serviço Geológico, insistiu nas manobras sabotadoras “desses vendidos”¹⁴. Conseguiu novos *aliados*?

Isso mudou um pouco a situação. Voltei a S. Paulo e rompi contra o S. G. arrogantemente, e certo de que eles não se atreveriam a dar resposta. Estou agora preparando a acusação e também um plano sistemático de perfurações profundas, em vários pontos do território nacional ao mesmo tempo, com sondas Standard grandes e de nenhum modo dirigidas pelo S. G.. O governo contratará essas perfurações por metragem, devendo votar para esses serviços 10.000 contos por ano.

Quer dizer que se o poço Araquá não der petróleo, uma pesquisa intensa será iniciada, caso o Presidente continue com o entusiasmo com que o deixei.¹⁵

Monteiro Lobato escrevia essas notas ao engenheiro suíço Charles Frankie, da ELBOF. Durante os tratos com o Governo Federal, o “pai do Jeca” não renunciou outros viáveis *aliados* e comunicava as negociações ao “amigo Frankie”. O intuito era amarrar os recursos econômicos do Governo, inesgotáveis – caso contrastados com os da Petróleos -, com os mecanismos e a ciência alemã da Piepmeyer e Comp. Destaca-se que, nas missivas, ao contrário das atitudes nas entrevistas, o escritor mostrava as incertezas no andar das Cias. (“se o poço Araquá não der petróleo”) e construía elos entre o seu interesse e o dos alemães. Com essas alianças em vista, assentava nas cartas:

Ora, estando você trabalhando com uma companhia estrangeira, inimiga dos americanos [quer dizer, da Standard Oil Co.], segue-se que poderemos seguir juntos, já que o inimigo é o mesmo. E temos de dismantelar a fortaleza do inimigo, que é o próprio S. G.. Mande-me pois os elementos que puder. Façamos obra comum. Se a sua companhia quiser ligar-se conosco, ótimo. Queremos todas as alianças que nos ajudem na vitória.¹⁶

¹⁴ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 5, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00042).

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid. Grifo no original.

O plano sistemático de perfurações, anteriormente anunciado, ocorreria em zonas “estudadas geofisicamente” com as técnicas da ELBOF. O remetente integrava argumentos científicos e econômicos na sua tentativa de dominar outros *aliados*, além de histórias de detetive, uma vez que creu na intromissão dos trustes norte-americanos no setor petrolífero brasileiro, à semelhança de um *complô*. “Temos um inimigo em comum: os americanos e o S. G. que eles manobram”, noticiou a Charles Frankie. “A nossa ligação portanto se impõem”¹⁷. A narrativa da mancomunação cimentava os vínculos entre as firmas nacionais e a Piepmeyer e Comp., visto a convergência dos interesses – a derrota dos inimigos norte-americanos.

Nas cartas, muitas vezes misteriosas, “visto como o segredo é a alma do negócio”, Monteiro Lobato indicava as etapas na sua investida contra o Serviço Geológico Federal, quer dizer, a espera que, do próximo encontro com o presidente, “resulte a queda do atual diretor da Camorra Geológica”, Fleury da Rocha, bem como a missiva escrita ao ministro “denunciando o Malamphy e o Oppehneim como agentes dessas empresas [estrangeiras]”, etc. O *porta-voz* insistia em desmascarar o órgão do governo e, assim, tornar-se o orientador, em assuntos concernentes ao ouro negro, do Presidente, além de evitar que “os estudos geofísicos não serão mais dirigidos, ou interpretados justamente pelos agentes secretos que Standard e a Royal tem lá dentro”¹⁸. Para isso, enviou o seguinte programa a Getúlio Vargas:

- 1) Imediatos estudos geofísicos completos feitos em várias zonas simultaneamente, se possível, contratados com uma firma especializada e de renome.
- 2) Imediato aparelhamento para o início de perfurações nos pontos geofisicamente determinados como os mais indicados. Para isso se determinará o tipo da sonda, com base na experiência já havida em nossos terrenos. Estudar se podemos construir aqui tais sondas, importando partes.
- 3) Cinco ou dez perfurações serão atacadas ao mesmo tempo, todas sob a direção de verdadeiros perfuradores.
- 4) Reforme da lei de Minas, suprimindo dela tudo quanto vem dificultar ou embaraçar a formação de companhias de petróleo, sejam nacionais ou estrangeiras. A lei não distinguirá entre capital nacional e estrangeiro.
- 5) Os serviços serão destacados do S. G. e passarão para um departamento novo – Depart. do Petróleo – por exemplo – com máximo de autonomia e o mínimo de burocracia. Quem dirigirá esse Depart. serei eu – e por dois anos. Não quero mais. Em dois anos estará resolvido o problema do petróleo.¹⁹

Monteiro Lobato conceituava esse programa como o mais simples possível. Mas, na verdade, era muito ousado. Queria retirar-se das cias. privadas, destituir-se como *porta-voz*

¹⁷ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 10, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00043).

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 15, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00044).

e assumir um novo departamento, também reestruturar a legislação. Em dois anos estaria resolvido o problema do petróleo. Mais *expectativas*. Nesse caso, abeirava-se da ELBOF, insinuava a Charles Frankie que “se sua firma geofísica possui boas credenciais, poderá perfeitamente ela ser a contratada para o serviço”²⁰. Inclusive, solicitou que o engenheiro suíço o instrísse sobre as condições técnicas e os preços dos mecanismos necessário ao Departamento do Petróleo... Mais uma vez, acreditava na vitória iminente. Bastava Getúlio Vargas examinar o projeto. Restava aguardar.

Monteiro Lobato aguardava as notícias do Rio de Janeiro. O presidente creia no Departamento do Petróleo? Que imaginar do Ministério da Agricultura? O *porta-voz* da Cia. Petróleos do Brasil enviou uma proposta de estudos geofísicos da ELBOF ao Ministério, e ia, antes da reação, “desenvolver toda a minha atividade para o bom acolhimento dela e assinatura do respectivo contrato”²¹, isto é, amansaria os inimigos. Porém, iniciou a cogitar outros meios de conseguir os exames geofísicos, agora via Petróleos.

Nesse caso, dos estudos geofísicos feitos pela ELBOF para a Cia. Petróleos do Brasil, Charles Frankie era essencial. Frankie seria a ligação entre as firmas nacionais e o diretor e representante da ELBOF no Brasil, J. W. Winter. Na proposta, os alemães fariam o levantamento do Araquá, de Bofete, Botucatu e outras zonas em São Paulo, além de estudar as fronteiras de Mato Grosso. “Aqui em S. Paulo os estudos podem ser ou podem não ser favoráveis; mas em Mato Grosso serão infalivelmente favoráveis”²², registrou em carta. Monteiro Lobato começa a cogitar outras áreas, visto os obstáculos nos terrenos da Petróleos. O entusiasmo com a invenção do dr. F. B Romero evanesceu, assim como as *expectativas* em São Paulo, pelo visto. Mas restava atestar ou não os estudos anteriores; testar os indícios.

Conseguir a *aliança* com Mr. Winter não seria fácil. Primeiro, a comunicação era árdua. “Mr. Winter esteve comigo, mas a dificuldade de língua impediu-me que nos entendêssemos como era preciso”, informou Monteiro Lobato a Charles Frankie. “Escrevo por isso a você para que você lhe transmita minhas idéias e meu pedido de desculpa”²³. Segundo, as relações entre Mr. Winter e os funcionários da Cia. Petróleos não era isento de atritos. Nas missivas, evidencia-se uma discórdia entre o representante da ELBOF e o

²⁰ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 15, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00044).

²¹ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 2, 2, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00049).

²² Ibid.

²³ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 11, 3, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00050).

perfurador da empresa, Rickfelder. Novamente, Frankie teria de atenuar a situação e convencer Mr. Winter de que, de acordo com Monteiro Lobato, “esse perfurador é um mero empregado da Cia.” e que tais negócios não podem “ser influenciados pela neurastenia dum simples perfurador”²⁴. Logo, asseverou, a vingança de Mr. Winter viria. Mas, paciência! Cabia reestruturar a empresa antes.

Como *porta-voz*, muito convenientemente, Monteiro Lobato figurava os acionistas, técnicos e diretores da Cia. Petróleos do Brasil em coesão e em sincronia nas entrevistas aos diários. Isso era necessário à entrada dos recursos econômicos. No entanto, nas cartas, a situação mostrava-se outra. No recrutamento dos *aliados*, o escritor esclarecia:

Recebi com muito prazer sua carta de 25 [de nov. 1934], aqui nesta serra onde vim descansar um bocado e tirar a prova se a Cia. pode andar sem mim no leme. O mal das sociedades anônimas é uma diretoria composta de elementos díspares, cada qual representando um grupo, e não raro incapaz de puxar o carro na mesma direção. A nossa Petróleos desde o começo foi vítima desses choques na diretoria, como o amigo teve ocasião de verificar. E eu, que fui pai da criança, nunca pude dirigir os negócios como era preciso, e como eu queria.

Eis a razão de você não estar trabalhando conosco desde o começo. O seu mérito, que percebi desde o primeiro momento, é o forte apaixonamento pela questão. Sem este apaixonamento não há pesquisar petróleo. E o que tem faltado à maioria dos meus companheiros é um apaixonamento de mártir.²⁵

O remetente acentuava o “apaixonamento de mártir” dos outros membros da Cia., como se a missão custasse a vida ou a morte dos envolvidos. Além disso, destacava “elementos díspares” na diretoria da Cia., as tensões e a ausência de ordem. Monteiro Lobato ansiava “dirigir os negócios como era preciso, e como eu queria”. Com isso, vemos que o *porta-voz* não era o único líder dos petroleiros; na verdade, era um interesse entre outros. Necessitava intermediar grupos, tentar “puxar o carro na mesma direção”. Por vezes, os contratos deveriam ser discutidos em assembleia, momento em que seu *projeto* seria posto à prova.

Em 1935, com o fiasco do invento do dr. F. B. Romero e as inconveniências no seguimento do poço Araquá, os vínculos entre os diretores e os acionistas tornam-se incertos. Monteiro Lobato memorava a Frankie que ele “conhece a situação financeira da Petróleos, já

²⁴ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 11, 3, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00050).

²⁵ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 30, 11, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00041).

com capital no fim”²⁶. Por isso, a divergência entre Mr. Winter e Rickfelder atirou o escritor em uma controvérsia de *aliados*. Deveria tomar uma atitude a favor do diretor e representante da ELBOF no Brasil ou do perfurador da Cia. Petróleos do Brasil. Dessa maneira, os rumos da empresa seriam (re)determinados.

Não encontramos muitos esclarecimentos acerca dessa divergência nas cartas. Inclusive, tal “lacuna” nas missivas é intencional. “Mas de tudo isso, meu caro, espero segredo absoluto”, reiterava Monteiro Lobato. Certos assuntos “são coisas que devemos conversar só nós três – ninguém mais”²⁷. Mesmo na diretoria, a reserva seria a regra, já que uma informação má aceita criaria atritos entre os petroleiros. As comunicações sobre o caso Mr. Winter *versus* Rickfelder são fragmentadas, em razão das precauções do remetente, daí os vácuos nos exames a seguir. Somente numa Comunicação aos subscritores da Cia. Petróleos do Brasil encontraremos mais informes²⁸.

Que aconteceu? Os diretores contrataram “um operario tecnico para conduzir os trabalhos de abertura do poço do Araquá”, na Argentina, Rickfelder. O perfurador mostrou-se inigualável, já que treinou “maravilhosamente tres turmas de operadores nacionais, resolveu inumeros problemas de pesca e soube levar o poço com rara méstria até 1046 metros, cóta em que tocamos numa camada de diabase duríssima”²⁹. O revés saiu daí. Rickfelder estranhava aquela rocha magmática, nunca vista na nação do *mar del plata*, consoante a Comunicação. Por isso, os custos da firma aumentaram insensatamente – antes da diábase, cada metro perfurado saía a 60\$000; nessa ocasião, a metragem estava a 5:780\$000. Dessa maneira, “em quatro meses e meio [...] só perfuramos 18 metros e poucos centímetros, com um dispendio total (inclusive despesas gerais) de 110 contos!”³⁰. Como os recursos econômicos escasseavam, as circunstâncias do momento eram insustentáveis.

À vista disso, a Diretoria iniciou negociações com a Piepmayer & Cia., a reear o prolongamento da diábase. A *aliança* resolvia as adversidades da empresa, salvaria a campanha do petróleo no Brasil, uma vez que a firma alemã sustentaria a “abertura de quantos poços nossa Companhia precisasse, montagem de refinaria, etc.”, a ser pago com porcentagem do petróleo extraído. Os acionistas tomariam 60% do óleo mineral “sem nenhuma despesa da nossa parte”. Os tratos não incluíam o poço do Araquá, nem as terras do

²⁶ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 11, 3, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00050).

²⁷ Ibid.

²⁸ COMPANHIA PETRÓLEOS DO BRASIL, SETIMA COMUNICAÇÃO. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583905. pp. 1-4.

²⁹ Ibid., p. 1.

³⁰ Ibid.

Araquá, destacava a comunicação. “Melhor negocio parece-nos impossivel”³¹. Que acarretou a ira de Rick, então?

O engenheiro J. W. Winter não era somente o representante da ELBOF no Brasil; era um *oil man*, antes Diretor Técnico Geral da Stella Romana, atuante na Romênia, legítimo especialista de petróleo. Monteiro Lobato iniciou uma série de *desvios*³² nos interesses e nas *alianças*. Para cimentar a *aliança* com a Piepmeyer & Cia., convidou o Dr. Winter a assumir o cargo de Consultor Técnico da Petróleos, cargo em vacância com a saída do Eng.º Miglietta. O novo técnico, então, visitou o poço Araquá nº 1, anotou vários erros, acentuou o absurdo dos preços. Destarte, “formulou um plano de trabalho que cortava as despesas pela metade e duplicava o progresso da perfuração”³³. Para manter a iniciativa, o diretor movimentou-se, inclinou-se às inovações – tomou outro rumo, mas com os mesmos propósitos. Certos *aliados* de outrora não estavam contentes com a decisão:

O perfurador, percebendo que na Petróleos já havia quem enxergasse tecnicamente, rebelou-se contra a Diretoria e expulsou do campo um nosso enviado que fôra fazer certas observações necessarias. Em seguida enviou cartas insolentes á Diretoria e a varias pessoas ligadas com o Consultor, criando desse modo uma situação extremamente desagradavel. E como a Diretoria não agisse de pronto na repulsa, dando a impressão de que apoiava o perfurador rebelde, o representante da firma alemã, sentindo-se desautorado, afastou-se da Petroleos e deu como nulo o acordo existente. Vinha assim agua abaixo um trabalho de muitos meses e de incalculavel valor para o futuro da nossa Companhia.³⁴

Os diretores atentavam que entrincheirar *aliados* avessamente não era viável. Os rumos, as orientações muitas vezes entravam em desacordo. Nos obstáculos, constata-se as tensões e torna-se inevitável eleger tal ou qual senda. A diábase, a rocha duríssima a opor-se à Cia., criou dissidências nas hostes lobatianas – o *know-how* de Mr. Winter situava Rickfelder à escanteio, em consequência da imperícia do perfurador. De resto, acatar o plano de trabalho do Consultor Técnico sustentaria que os diretores estimavam os engenheiros da firma alemã, estavam convencidos dos seus métodos. A neurastenia de Rick, como anotou Monteiro Lobato, ameaçava a união com os estrangeiros.

No caso, Monteiro Lobato tenta manter a *aliança* com a ELBOF, mas move-se a não causar maiores fraturas ou embaraços na empresa. Charles Frankie exigia uma providência do escritor-diretor, de modo que Monteiro Lobato reitera “que minha posição é

³¹ COMPANHIA PETRÓLEOS DO BRASIL, SETIMA COMUNICAÇÃO. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583905. pp. 1-2.

³² Cf. LATOUR, Bruno. *Cogitamus*: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

³³ COMPANHIA PETRÓLEOS DO BRASIL, *Op. cit.*, p. 2.

³⁴ *Ibid.*

de responsável por tudo, e que de um ato leviano meu pode vir um desastre”. O perfurador poderia vingar-se da Diretoria perdendo um poço! “O menor ato impensado ou precipitado pode acarretar a perda do poço”³⁵. O engenheiro suíço acaso entenderia. Já Mr. Winter era duro:

Recebi sua carta dando conta das disposições de Mr. Winter para com a nossa Cia em vista da atitude do nosso perfurador, e tenho à dizer que não vejo absolutamente motivo de ruptura das nossas negociações. Ai do petróleo dum país se ele ficasse na dependência da má vontade, grosseria ou neurastenia dum operário técnico.

Mr. Winter, como gracioso conselheiro técnico que se ofereceu para ser da Petróleos, ficou de apresentar um programa de trabalho e a crítica do trabalho feito, e muito naturalmente estou à espera disso para tomar as resoluções convenientes. Admitir que a Cia é solidária com o seu perfurador é juízo precipitado e que nada justifica.

[...] Meu caro Frankie, espero que V. saiba tirar completamente do espírito do Dr. Winter qualquer indisposição contra a Petróleos, que outra coisa não deseja senão andar pelo caminho certo – e que muito conta com a assistência técnica dum homem como ele.³⁶

O remetente incensava Mr. Winter, esse “gracioso conselheiro técnico”, via Frankie e novamente sentia-se o *porta-voz* da Cia., mesmo que o engenheiro da ELBOF atinasse os choques na Diretoria. Monteiro Lobato era o *porta-voz* da empresa nos noticiários, nas entrevistas, nos livros, mas, internamente, era só mais outro diretor. Por isso, o argumento de colocar-se como a empresa é retórico. A única maneira de tornar esse enunciado em uma certeza era trocar a gestão da Petróleos.

O “general do petróleo” estudava outras oportunidades de atuar no setor petrolífero, visto tais vicissitudes. Em fevereiro de 1935, começou a cogitar em formar uma nova companhia, a Cia. Mato-grossense de Petróleos, “apenas com o capital necessário para estudo geofísico da Elbof, e promessa de financiamento das perfurações, caso esses estudos geofísicos resultem positivos”. Mr. Winter, nessa ideia, seria o “orientador secreto” da empresa, mas era necessário interessá-lo. Como o capital social seria reduzido, caso tirassem petróleo “as ações teriam um ágio colossal”³⁷. Descobrir-se-ia o ouro negro e seriam ricos.

Outra ideia seria trocar os diretores da Cia. Petróleos do Brasil, mas isso exigiria um plano. Monteiro Lobato via no contrato com a ELBOF um momento favorável “para pormos a Cia em outro pé”, quer dizer, remover os estorvos originários do sumiço do dr. F. B.

³⁵ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. 1., 35, 03, 15. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00052).

³⁶ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 15, 3, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00053).

³⁷ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 2, 2, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00049).

Romero. Porém, resistências eram previstas. E “se o Dr. Winter entrasse para a diretoria?”³⁸, interrogou a Frankie. O essencial era manter a aliança com os alemães, seguir o “caminho certo” e manter a assistência técnica de Frankie e de Winter.

Novos diretores foram eleitos em abril de 1935. Com isso, conseguir-se-ia terminar a controvérsia dr. Winter *versus* Rickfelder, presumia. Na ocasião, consoante as cartas, houve uma reunião com a nova Diretoria “na qual foi unanimemente aceito o meu ponto de vista [o de Monteiro Lobato]”. O restante da carta esclarece os choques em torno dessa nova eleição:

[...] Ontem cedo fui pessoalmente levar ao Rick [o perfurador], no hotel, onde ele se achava, a carta onde lhe comunicava a decisão da diretoria de suspender os trabalhos e dispensar-lhe os serviços. Pessoalmente contarei como ele recebeu isso. Mandeí que seguissem com ele, hoje, Segunda, para o campo, o Campos e o Álvaro (auxiliar do escritório), com ordem de dispensar o pessoal e fechar o poço do modo que combinamos.

Hoje vai começar aqui a tempestade da minoria que até aqui impôs a sua vontade, mas que foi esmagada na assembléia de sábado. Tempestade sem importância. Voltei a ser *fuehrer* da companhia porque já não tenho medo de que nada me aconteça no poço.

Não botei big shots na diretoria; botei gente que me acompanha cegamente e não discuta. Elegi o Dr. Monteiro Brisolla, Velho e excelente amigo e o Campos. [...].

Com uma diretoria assim formada, não teremos mais perturbações e nem movimentos democráticos.³⁹

O remetente inculcava suas decisões na Cia. Petróleos do Brasil. Os movimentos democráticos não existiriam mais, nem outros cérebros na Diretoria. Daí em diante, só teria “gente que me acompanha cegamente e não discuta”. Os cismáticos receberiam a mesma carta entregue a Rickfelder, constando a suspensão dos trabalhos. Monteiro Lobato escreveu na língua dos *aliados* alemães, no intuito de ser entendido: seria o *fuehrer* da empresa, e mais nada lhe acometeria. O *fuehrer* sustentaria a *aliança* com a ELBOF e ajuntaria os negócios caseiros. Com essa diretriz, continuaria as perfurações. Pelo menos, assim imaginava.

Por que era necessário reorganizar a Cia. em favor da ELBOF? Por que razão os antigos diretores (“a minoria que até aqui impôs a sua vontade”) não aceitariam a *aliança* com os alemães, já que o contrato era muito atraente na visão do *porta-voz*? Rickfelder não era a única resistência, certamente. Ora, seria a coisa mais óbvia a se fazer! Contudo, na análise da

³⁸ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. 1., 35, 03, 15. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00052).

³⁹ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 1 de Abril de 1935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00056). Grifo no original.

ciência em ação, a “razão” não é o único instrumento a orientar as *experiências*. O imaginário social entra como uma matéria essencial, visto ser uma força a incitar os homens. O imaginário, quer dizer, os componentes sociais do conhecimento científico, as crenças, as *expectativas* e as *experiências* subjetivas, não contrariam a “razão”, tida como uma faculdade ahistórica, a guiar os cientistas rumo à “verdade”. As crenças, comumente vistas como erros e/ou desvios da experiência sensorial, não são ilógicas, e têm motivos a sustentar sua existência. Com efeito, as crenças criam verdades, assim como a ciência; além disso, as crenças tanto atravancam como incitam os cientistas. Devemos examinar as crenças e as ciências como maneiras diversas de inscrever saberes, certamente intrincadas, mas com distintos métodos. O “verdadeiro” e o “falso” variam nos dois casos, porém devem ser entendidos de modo causal, ou seja, dentro de uma estrutura sociológica/histórica – os critérios de verdade nas crenças e nas ciências são convencionados socialmente⁴⁰.

A tensão entre Monteiro Lobato e certos elementos na Diretoria da Cia. Petróleos do Brasil surgiu como corolário da atuação missionária do *porta-voz*. A causa encontra-se em uma missiva endereçada ao diretor de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, em 6 de junho de 1935: “Para lançar o problema do petróleo no Brasil, num ambiente hostil e onde as tentativas anteriores tinham implantado a desconfiança e a descrença mais absoluta, era necessário entrar com um elemento novo, que falasse à imaginação do público”⁴¹. O “elemento novo” seria o aparelho Romero.

O invento do dr. F. B. Romero, anuncia o remetente, contém um “insanável defeito – não indicar profundidade”. Como assim? Monteiro Lobato nunca contaria isso nas entrevistas, uma vez que “isso impede que o aparelho seja desmentido, e o que não pode ser desmentido não pode ser comprovado”. Os acionistas deveriam ter fé, isto é, manter a convicção na incerteza, crer em uma ficção científica. O “general do petróleo” mercenciou o Indicador de Óleo e Gás, através da imaginação do público, pois “tudo no mundo não passa de psicologia aplicada”⁴²; com isso, conseguiu o capital necessário à formação da Cia. Petróleos do Brasil.

Formei a Petróleos e liguei a ela mais três companhias de modo que a vitória de uma fosse a vitória de todas – e portanto a solução do problema do petróleo no Brasil.

⁴⁰ Cf. BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. Tradução Marcelo do Amaral Penna-Forte. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

⁴¹ Carta de Monteiro Lobato a Júlio de Mesquita Filho, 6 de junho de 1935 *apud* AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997. p. 281. Conta, nas notas bibliográficas, que a missiva se encontra no Arquivo Júlio Mesquita Filho, *O Estado de S. Paulo*.

⁴² *Ibid.*

Formamos a Cia. Petróleo Nacional, para perfurar em Alagoas, e arrancamos da tumba as ossadas de duas companhias de há muito mortas em S. Paulo, a Petrolífera, do Balloni, e a Cruzeiro do Sul. Ligamo-las por contatos com a Petróleos e todas se meteram a perfurar, estimuladas pela ânsia de chegar na frente. [...] O cavalo Balloni, que partiu cinco meses na frente, manteve a dianteira e está hoje com 1.215 metros e na iminência de dar petróleo. O Cavalo Petróleos, que era o favorito, foi barrado aos 1.046 metros por uma formidável muralha de diábase contra a qual está lutando ainda. O cavalo Alagoas caiu três vezes; quer dizer, tentou três poços, perdendo entre 200 e 300 metros os dois primeiros. O cavalo Cruzeiro do Sul deu um arranco até 430 metros e afrouxou por falta de milho.⁴³

A situação era grave. Obstáculos econômicos e naturais travavam os arrancos das empresas. A saída era encontrar maneiras mais viáveis de continuar as perfurações, como o contrato com a ELBOF. Bastaria uma assembleia na Cia. e tudo estaria em ordem. No entanto, a retórica labatiana voltou-se contra o escritor. “A minha propaganda foi eficiente **demais** e os meus 1.200 acionistas tornaram-se mais fanáticos a respeito da infalibilidade do aparelho Romero do que eu queria”, comunica a Júlio de Mesquita Filho. “Passaram a jurar sobre o aparelho Romero como o puritano jura sobre a bíblia. [...] O Dr. Romero ficou sendo Alá e eu o seu Profeta”⁴⁴. O Indicador de Óleo a Gás virou um mito científico.

Monteiro Lobato antevia a não existência do ouro negro nas áreas indicadas pelo invento do dr. F. B. Romero. Dessa maneira, iniciou as negociações com a ELBOF, uma vez que a firma alemã iria financiar as perfurações e os “petroleiros” brasileiros pagariam o contrato com porcentagem do petróleo obtido. O *porta-voz*, agora o vínculo entre dois grupos, aguardava a anuência dos antigos *aliados*. A partir daí “meus 1.200 fanáticos rebelaram-se contra o Profeta, considerando-o um herético, um trãsfuga”. Que fazer? “Como poderia o Profeta convencer aos crentes de que *est modus in rebus* [há um limite nas coisas] e que até Alá pode não ser geologicamente infalível?”⁴⁵, interroga o remetente.

A discórdia entre Mr. Winter e Rickfelder agravou as contendas na Cia. Petróleos do Brasil. Antes, “o Profeta, na sua fúria de manter bem treinada a carneirada, provará-lhe que esse perfurador era o melhor do mundo”. Monteiro Lobato estava desestruturando a empresa, na visão dos acionistas. O *porta-voz* “duvidava da infalibilidade de Alá e privava a Cia. do melhor perfurador do mundo!”. Mesmo com a nova Diretoria, na qual triunfava sua vontade, Monteiro Lobato enfrentava agora uma “campanha de calúnias e invenções impossíveis de ser

⁴³ Carta de Monteiro Lobato a Júlio de Mesquita Filho, 6 de junho de 1935 *apud* AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997. p. 281.

⁴⁴ *Ibid.* Grifo no original.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 282.

destruídas”⁴⁶. Os *aliados* de outrora tornaram-se seus inimigos. Como uma voz deteria a vontade dos 1.200 acionistas? Como não fragmentar a energia dos “petroleiros”? O *führer* manteria o seu *Reich*?

Os “conspiradores” não recuaram. Em maio de 1935, Monteiro Lobato encarava outra crise nas tropas da Cia. Petróleos em virtude da saída de Rickfelder. No mês anterior, um Comitê de Acionistas convidou os demais subscritores a uma reunião, “afim de ouvirem as razões dum operario tecnico dispensado”⁴⁷, quer dizer, recusavam as decisões da Diretoria abertamente. Os tais acionistas armavam o retorno do perfurador. O motim intensificou a crise econômica, também atestou as frágeis *alianças* dos “precursores”, a inexistência de comando. A Diretoria escreveu uma circular no intuito de esclarecer os motivos da demissão de Rickfelder, destruir o complô. Aí, mencionou os avanços no poço Araquá, visto que Mr. Winter “em POUCOS DIAS, e trabalhando apenas uma turma diaria, perfurou 2,50 mts., ao passo que nos DOIS MESES anteriores, trabalhando com tres turmas diarias, só tínhamos furado 3,25 mts.”⁴⁸, e também incluiu uma carta de Joviano Pacheco, engenheiro de minas fiscal do governo do Estado de São Paulo, na qual a atuação do novo técnico da Petróleos do Brasil era elogiada⁴⁹. Se a Diretoria dissesse aquilo, escreveu a Frankie, “o efeito seria menor

⁴⁶ Carta de Monteiro Lobato a Júlio de Mesquita Filho, 6 de junho de 1935 *apud* AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997. p. 282.

⁴⁷ COMPANHIA PETRÓLEOS DO BRASIL, SETIMA COMUNICAÇÃO. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583905. p. 1.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 2.

⁴⁹ A carta, a seguir:

São Paulo, 17 de abril de 1935.

Illmos Srs. Diretores da Cia. Petroleos – CAPITAL.

Da visita de inspecção que em companhia do Dr. Theodoro Knecht acabo de realizar aos trabalhos de perfuração do Araquá, tenho a comunicar o seguinte:

A perfuração da eruptiva (diabase) continua lenta, dada a natureza da rocha, porém está sendo feita com segurança. O revestimento de 7” está deixando passar agua á razão de 33,5 litros por hora, segundo medida feita de colaboração com o pessoal tecnico da Companhia.

É da maxima importancia que se proceda de novo á recimentação do revestimento de 7”, para enquadrar o serviço da perfuração dentro das boas normas das pesquisas petrolíferas.

Procedendo tambem á medida da profundidade, verificamos ter ela atingido a 1066,30 mts., sendo a medição feita á trena á medida que eram retiradas as hastes.

Cordeaes saudações.

(a) Joviano Pacheco,

Chefe.

Cf. COMPANHIA PETRÓLEOS DO BRASIL, SETIMA COMUNICAÇÃO. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583905. p. 3.

e a afirmação seria posta em dúvida pelos conspiradores – mas foi o fiscal do governo!”⁵⁰.
Contava ter as rédeas da empresa novamente.

Destruir a “conspiração” era essencial, uma vez que “os conspiradores já tinham arranjado subscrições de acionistas em número suficiente para requerer ao juiz uma assembleia extraordinária”, e assim exigiram. O “golpe” não seguiu como ideado, pois, na intimação entregue a Monteiro Lobato, encontravam-se 40 nomes errados (“Edirão Dias em vez de Ednan Dias, Rogo Pereira em vez de Togo Pereira”), ou seja, em tese, não constavam na lista dos acionistas da Cia. A documentação teria de ser refeita. “Mas não tenho medo nenhum dessa assembleia, porque contava já com a maioria e a circular vai solidificar minha posição”⁵¹. Os acionistas, certamente, retornariam com o diretor.

Porém, no fim de maio, a gestão encontra reverses novamente:

Como vai? Aqui, em véspera de batalha campal e decisiva. Vai haver assembleia no dia 28 e a circular numero 2 que o Comitê enviou aos acionistas é coisa que enoja. Estou com verdadeira repugnância de continuar nesta Cia – ou numa companhia onde há gente de tal ordem. [...]

Minha idéia era muito melhor: entregar a Cia a eles e formar uma sociedade por quota que contratasse por Piepmeyer. Ficaríamos livres dessas manobras infâmias. Embora eu conte com maioria, isso não me consola, porque teremos sempre dentro da sociedade esse veneno. Mas você não poderá compreender minhas palavras antes de ler o que eles escreveram. Imagine só esta. Viraram a carta do Joviano ao contrário, dizendo que a carta afirmava que os trabalhos estavam sendo feitos com segurança até aquela data. Transformaram o está sendo feito em estava sendo feito...

São absolutamente infames e me dói lembrar que todo nosso trabalho em defesa da companhia defende também o interesse desses crápulas. [...]

Isto cá neste Brasil é dez vezes pior que na România. Este povo tem a mesma origem latina e é igualmente podre de caráter. Francamente, eu tenho um asco profundo da minha terra. Meu sonho era tirar petróleo para ter a necessária independência econômica para fugir para sempre de semelhante terra.⁵²

Monteiro Lobato conseguiu recrutar *aliados* na sua missão de tirar petróleo no Brasil, mas não amarrou os interesses e as ações dos outros aos seus próprios ideais, isto é, não dirigiu e vigiou os 1.200 acionistas como um *führer*, como concebeu. Na ciência em ação, torna-se necessário arranjar aliados, mas também mantê-los firmes e ordenados, orientados em seus deveres. Sem isso, as tensões intestinas ocorrerão e a causa, necrosará. Os *aliados*, nesse caso, tornar-se-ão “crápulas”. O diretor arregimentou o dr. J. W. Winter como Consultor Técnico, do mesmo modo Charles Frankie nas “funções em que esteve o perfurador

⁵⁰ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 7, maio, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00061).

⁵¹ Ibid.

⁵² Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 24, 5, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00064).

que acaba de ser dispensado”⁵³, isto é, chefe técnico, no intento de alistar a firma alemã, vincular-se-ia aos seus representantes, mas isso acarretou choques na Diretoria, já que ameaçava os alicerces da Cia. Petróleos do Brasil. Monteiro Lobato avistava, nas manobras dos acionistas insubmissos, os vícios da “origem latina”, sentia asco dos inimigos, mas, na realidade, usavam a astúcia nesse recontro – transmutavam missivas, criavam histórias. Não divergiam, em método, do escritor sobejamente conhecido.

Para vencer os adversários, os votos nas assembleias eram necessários. As lutas continuariam *ad infinitum* sem a maioria das ações em tal ou qual grupo. Nesse caso, a Diretoria conteria os dissidentes ou sumiria em meio à vontade do Comitê de Acionistas. Nessas circunstâncias, Monteiro Lobato mensurou os *aliados*, em virtude das resistências aos métodos da firma alemã. Quem manter? Os recentes acontecimentos consumaram uma ideia já aventada:

Como você [Frankie] sabe, o mal das diretorias da Petróleos, desde o começo, provinha de nenhum diretor contar com maioria absoluta de votos – e isso tornava as diretorias instáveis, e sujeitas a mudanças de equilíbrio. Bastava que um bloco se ligasse a outro para alterar tudo. Meditei a fundo sobre o caso e resolvi uma coisa que nem você, nem ninguém podia esperar. Vou sair da companhia e entregá-la ao Ednan [Dias], dando a ele o apoio integral do meu grupo. Ele está com as 6000 [ações] do Romero e mais 3000 dele, do irmão, dum cunhado e uns amigos. Com 8000 minhas, fica com 17.000, isto é, 2000 mais do que o necessário para ter a maioria absoluta (15000). Desse modo e pela primeira vez, o chefe da Petróleos fica absolutamente forte, como é preciso, e livre das manobras do grupo. Fazendo isso, eu resolvo o impasse, acabo com a furunculose que atacou a companhia desde o começo, restabeleço a harmonia e o crédito graças à campanha que me moveram estacou-se a entrada de dinheiro e ponho nos ombros dele a tarefa de consertar o que eles mesmos desconcertaram. Terão de arranjar dinheiro. Continuando a luta, teríamos de parar daqui dois ou 3 meses por falta de recursos. Mas fazendo o que fiz, tudo se sana, e se o trabalho por acaso parar, parará nas mãos deles.⁵⁴

No início do negócio, o remetente contava tomar as rédeas da iniciativa; *porta-voz* de renome, atraía partidários, calculava as vantagens, suscitava *expectativas*. Nunca imaginou tornar-se o empecilho na sua companhia, mas estava dando-se. A associação com a Piepmeyer & Cia. encontrou a resistência dos fiéis do Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero, e estes investiam contra o incorporador, o autor dos tratos. A colisão interna entre acionistas e os diretores, sob o arbítrio de Monteiro Lobato, estava a estancar a entrada de dinheiro, entravava a execução dos trabalhos. O “pai do Jeca” decidiu sair da Cia. Petróleos do Brasil,

⁵³ Carta de Monteiro Lobato e Carlos Monteiro Brisolla, Presidentes da Cia. Petróleos do Brasil, ao Ilmo. Sr. Engº C. H. W. Frankie. Sonda do Araquá, Maio, 29 de 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00066).

⁵⁴ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 30, 5, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00067).

no intento de restabelecer a harmonia e o crédito, bem como, caso a ruína ocorresse, não estar a testa. Os conspiradores estavam na direção de uma firma morredoura, na análise lobatiana.

Porém, o escritor estruturava outros *projetos*. Na mesma carta a Frankie, na qual comunicou a resolução de sair da Cia. Petróleos, Monteiro Lobato recomendou que o dr. Winter retirasse a proposta feita à Petróleos do Brasil “para passá-la a uma outra sociedade que vou organizar” com os dois engenheiros da ELBOF. A nova firma seria a Companhia Petróleo Limitada, e teria contratos de subsolo de 500 alqueires, em concordância com a lei, “no melhor ponto que os estudos geofísicos [da ELBOF] indicarem”. A nova casa teria o mínimo de funcionários, não mais que o remetente, o destinatário, Mr. Winter e “mais três ou quatro amigos e elementos necessários [que] terão quotas proporcionais ao papel que cada um vai representar”⁵⁵. A ideia mostrava que Monteiro Lobato não desistiu de encontrar óleo mineral em território nacional, mas revisava as estratégias e os *aliados*, tendo em conta as negociações com a Piepmeyer & Cia. Além do mais, visava uma sociedade menor, na qual as tensões inexistissem. A tal Cia. Limitada atuaria em Mato Grosso, Bahia e outros Estados, caso os estudos geofísicos fossem bem-sucedidos.

Monteiro Lobato deixava a Cia. Petróleos do Brasil em meados de 1935. Não estava mais interessado na empresa mãe, a maior da iniciativa privada até então. “Parece incrível que tendo eu feito pela Cia o máximo, tendo arranjado para ela um negócio que jamais eu havia sonhado, de tão bom, justamente por isso fosse eu forçado a deixar a direção do barco”⁵⁶, registrou em carta. Restava, do itinerário até então seguido, amarguras, decepções, mágoas, mas também certa esperança. A Petróleos do Brasil organizar-se-ia, quem sabe? “Se eu teimasse em ficar, a campanha de descrédito continuaria e os serviços acabariam interrompidos por falta de dinheiro”⁵⁷. Mas não interessava, nem mesmo seja qual for as notícias da firma. O “general do petróleo” conservava a *aliança* com os engenheiros, representantes da ELBOF no Brasil, e aí assentava suas *expectativas*. A nova sociedade, a Cia. Petróleo Limitada, estava em organização, além de outras estratégias em favor do ouro negro encontrarem-se em andamento. Como vimos, os percalços nas várias dimensões do empreendimento do óleo mineral, em virtude das tensões internas, não somente entre acionistas e diretores, mas de métodos científicos inconciliáveis, ocasionaram a (re)avaliação

⁵⁵ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 30, 5, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00067).

⁵⁶ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Emílio Ribas, 24, 6, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00075).

⁵⁷ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos 7, 35, 06, 07. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00071).

dos *projetos* iniciais e a conveniência dos partidários da missão. O *führer* não contava mais com os seus exércitos, nem com o mesmo crédito, mas ainda persistia – restava seu mais estável e vigoroso recurso, até então evitado, o renome do escritor sobejamente conhecido.

4 MONTEIRO LOBATO, INTELECTUAL DA CAMPANHA PRÓ-PETRÓLEO

4.1 O incrível Francisco Sylvino e os arrotos de patriotismo na escritura lobatiana

A ressonância dos escritores, também sua influência nas controvérsias culturais e nos debates cívicos, advém da imagem socialmente construída dessa categoria, entre outros fatores. Somente ao minuciar tais imagens compreenderemos os vínculos entre cultura e política em nosso objeto de estudo, assim como os recursos e os mecanismos de inserção dos artistas nas tensões sociais em curso, decorrentes da “autoridade espiritual” e do “crédito moral”¹ conquistados. No Brasil, região em que a crença mágica no poder das ideias “não tardou em instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana”², os intelectuais converteram seu *métier* em “sorriso da sociedade”, a encomiar as vantagens dos centros cosmopolitas, ou numa missão, na qual “o engajamento [nas contradições da realidade brasileira] se torna a condição ética do homem de letras”³. Durante os anos 1930, o espírito dos “mosqueteiros intelectuais” continua o mesmo, ainda que com novos elementos, entre os quais a maior ingerência do Estado na criação cultural.

O contista dos *Urupês* estava retraído, apesar de não ausente dos jornais. Dois artigos inscrevem as reações dos críticos ao ostracismo voluntário do escritor, naquela ocasião metido com o óleo de pedra. “Sinto bem que o que mais poderia ferir o sr. Monteiro Lobato seria chamá-lo de literato”, escreveu Lourival Bastos em dezembro de 1935⁴. O autor nutria, na visão de Bastos, uma verdadeira ojeriza do que comumente se chamava literatura, daí sua escapatória das letras. Que é a literatura, no entanto? Hoje, continua, literatura “supõe frases alambicadas, trechos sonoros e suficientemente vãos, versos melosos que cantam um amor de mentira”, tal qual nos romances medíocres ou no ordinário jornalismo. Por isso, Monteiro Lobato não seria um mero homem de letras, visto sua forma de agradar tanto ao homem simples como ao homem culto, em virtude da “sensibilidade precisa para sentir bem o sentimentalismo dos casos”. A controvérsia seria entre a genuína transmissão de sentimentos ou dos encantos da existência cotidiana e a mediocridade da literatura nas gazetas. O diretor

¹ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 264.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 160-162.

³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 97.

⁴ BASTOS, Lourival. Traços de um grande escritor. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 6, Terça-feira, 10 de dez. 1935.

da Cia. Petróleos do Brasil, à vista disso, “prefere ser editor de livros, perfurador de poços de petróleo, [...] mas não quer absolutamente ser homem de letras e como não pôde deixar de escrever [...] encaixa-se na categoria de ‘escriptor de livros para crianças’”. No caso, Lourival Bastos não mascarava sua lamúria com a debandada lobatiana dos contos.

Os coetâneos não viam Monteiro Lobato tão somente como “escriptor de livros para crianças”; sua intensidade e vigor nas agitações cívicas emanavam do seu sucesso estrondoso como contista, editor e publicista. A literatura infantil, na verdade, não era mais do que uma brincadeira lucrativa até 1930, momento no qual estrutura suas estórias aos meninos e às meninas em *Reinações de Narizinho*. Lourival Bastos indica tal situação na crítica acima. O “perfurador de poços de petróleo” era um estorvo à continuação dos escritos que distinguiram Monteiro Lobato entre os literatos. Porém, dedicar-se às empresas de prospecção mineral seria o mesmo que renunciar ao *métier* literário?

Lourival Bastos não era o único a raciocinar assim. O romancista José Lins do Rego anotava o mesmo em periódico. Quê seria um homem de letras? O crítico cotejou as carreiras de João Ribeiro e Monteiro Lobato. Nesse caso, João Ribeiro foi um autêntico homem de letras, não unicamente por sua inteligência que vencida o tempo, mas pelo motivo de “botar tudo abaixo dos seus livros, das suas estantes”, em suma, “um homem que vibrava e sofria pelos seus livros”⁵. Não era vocação ou talento, mas devotamento. O contraste era claro, já que Monteiro Lobato mostrava-se avesso ao claustro literário:

Lobato que é no Brasil um authentico homem de letras parece que desviou os seus entusiasmos para o pratico. Ninguém como elle entre nós nasceu com tanta força e mais vocação para ser homem de letras. Mas uma viagem á America o convenceu de que havia nelle um homem de acção, um conductor de industria latejando nos seu sonhos e palpites. E Monteiro Lobato desviou o seu entusiasmo para o petróleo, para o ferro, para as coisas que dão riqueza mais depressa. Parou com a literatura, ou melhor perdeu o encanto com a literatura que é o mesmo que desmanchar um noivado que era toda a sua vibração interior. O homem que sonha com os poços de petroleo e os altos fornos de siderurgia perde o somno, cansa a imaginação, queima os seus entusiasmos com elementos que quando muito lhe trarão um dia esta coisa vã que é a riqueza. A América do Norte nos comeu pela metade um literato dos mais ricos, dos mais cheios de vida, dos mais poderosos de expressão. Porque, não tenhamos dúvida, o grande Lobato dos “Urupês”, do “Bocca Torta”, do “Comprador de Fazendas”, já não dorme com heróes se formando em sua imaginação. Os seus somnos de hoje se misturam com poços de petróleo espirrando óleo no ceu, com ações de 100\$000 valendo contos. Para os literatos brasileiros esta extorsão contra a literatura foi uma coisa lamentável. No dia em [que] Lobato se desenganar das riquezas do nosso sub-solo quantos contos admiráveis e intensos não sahirão desta sua decepção. Os seus leitores vão até a este extremo, o de desejarem que as riquezas petrolíferas com que sonha Monteiro Lobato fracassem e que o sonhador decepcionado, de alma amargada pelas decepções, volte para os seus contos, para a authentica riqueza que há dentro d'elle, para o Lobato creador, o Lobato que para

⁵ REGO, José Lins do. Dois escritores. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 6, Terça-feira, 25 de jun. 1935.

desencadear uma tempestade ou enriquecer um mundo não precisa de sondas de aço, de técnicos, de canos de revestimento, de calcular com dados que são para outra espécie de gente. E então nós que o desejamos tanto na literatura, integralmente, iremos ter outra vez o escritor capaz de dar às letras brasileiras mais alguma coisa, com a sua expressão particular, com a sua maneira marcante, com as riquezas vivas e os modos que são de seu temperamento. Monteiro Lobato é um escritor que ainda não deu tudo e muito ainda nos tem que dar.⁶

Os escritores seriam incombináveis com a administração de indústrias ou outros serviços práticos, já que se ansiava o devotamento às letras. Nessa perspectiva, Monteiro Lobato estaria a desmanchar um noivado – traiu a confiança dos seus leitores. Porém, José Lins do Rego escorregou no esboço acima. Os contos desencadeavam tempestades ou enriqueciam o mundo, envolviam a expressão da vida; mas os poços de petróleo e os altos fornos de siderurgia também não? José Lins encerrou o assunto ao anunciar que “Deus fez Lobato para a literatura”, mas o mesmo não ignora a dimensão onírica da aventura industrial. O contista entusiasmava-se, “sonha [...], perde o somno, cansa a imaginação”, com as escavações, os instrumentos metódicos, as *alianças* tecnocientíficas. Não seria o mesmo combustível a movimentar as narrativas em *Urupês*? Os recursos retóricos nas cartas, entrevistas, relatórios em torno do ouro negro simulavam ou contrastavam com as antigas estórias? Monteiro Lobato era o mesmo, mas atuava em outra frente.

Monteiro Lobato era escritor. Mesmo que muitas vezes negasse isso, em algumas ocasiões estrategicamente, sempre retornava à literatura. O “Lobato que fazia contos e os discutia com você está mortíssimo, enterradíssimo e com pesada pedra sem epitáfio em cima”, escreveu a G. Rangel, em 28 de novembro de 1928. Caso houvesse um elogio póstumo, poderia ser: “Aqui jaz um que se julgou literato e era metalurgista”⁷. Mas não resistiria. Nos idos de 1930, devido à Crise de 1929, ressuscitaria literariamente com *Reinações de Narizinho*, anunciava. “Só volto para as letras quando o bolso se esvazia, e agora, em vez de pegar milhões de dólares, perdi alguns milhares na Bolsa”⁸, registrou. Certamente os livros eram sua maior fonte de lucros, mas também convinhavam a outros propósitos, entre os quais intervir nas discussões políticas em curso.

⁶ REGO, José Lins do. Dois escritores. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 6, Terça-feira, 25 de jun. 1935.

⁷ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 529. Carta de New York, 28 de novembro de 1928.

⁸ O contista encontrava-se nos Estados Unidos da América na ocasião da quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Monteiro Lobato terminou com uma dívida considerável, já que teve de mercadejar sua quota da Cia. Editora Nacional. Cf. LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 535. Carta de New York, 26 de junho de 1930.

Desde logo, o escritor usou seu talento no intuito de convencer os leitores dos diários a aliarem-se na missão das companhias petrolíferas. Para isso, pouco a pouco, como vimos, as retóricas da *unidade*, do *complô* e da *idade de ouro* eram gastas como armas, no intuito de transformar o ouro negro em interesse nacional. A situação de *porta-voz* das empresas o situava no centro do movimento dos “petroleiros”. Por muitos anos, a tensão entre o empresário e o escritor era cruciante, os encargos de papéis distintos a encontrarem-se, a concretude das prospecções e a imaginação ficcional sem se ajustarem. Monteiro Lobato transmitiria a segurança necessária ao empreendimento? Conseguiria ser aceito como diretor de companhias petrolíferas? Orientaria técnicos e engenheiros com que *know-how*? Parte de sua recusa em ser visto como homem de letras, nesse momento, decorre de tais choques.

Retirar-se do universo da escrita era inviável. O autor comunicava suas ideias com vigor, cativava a razão e o coração dos leitores. Na escritura, os nós entre os fatos e as ficções são irredutíveis; os eventos mais concretos só obtêm sentidos em uma trama. Monteiro Lobato contava um caso tocante em 1936. No início da Cia. Petróleos do Brasil, no qual reinava um “scepticismo absoluto em todas as camadas”, os incorporadores se mostravam leais nos manifestos ao acenar a perda total dos capitais empatados ou a “victoria esplendida”, caso se verificasse a existência do óleo de pedra em território nacional. Não obstante os avisos, conseguiram inúmeros subscritores. Certo dia, avança a narrativa, entra no escritório “um preto modestamente vestido, de ar humilde”⁹. Resta transcrever a historieta:

Oh! O facto surpreendeu-nos. Aquelle homem tão humilde a querer comprar acções. E logo no plural. Queria duas, com certeza, uma para si, outra para a mulher. Isso importaria em duzentos mil réis, quantia que já pesa num orçamento de pobre. Quantos sacrificios não teria de fazer o casal para pôr de lado duzentos mil réis ratinhados ao salario miseravel! Para um ricoço tal quantia corresponde a um nickel; para um operario é uma fortuna, é um capital. Os salarios no Brasil são a miseria que sabemos.

Repetimos ao extraordinario preto a cantiga de sempre.

- “Sabe que ha mil difficuldades neste negocio e que corremos o risco de perder a partida, com destruição de todo o capital empatado?”

- “Sei.

- “E mesmo assim quer tomar acções?”

- “Quero.

- “Está bem. Mas si houver fracasso não se queixe de nós. Estamos a avisal-o com toda a lealdade. Quantas acções quer? Duas?”

- “Quero trinta.

Arregalamos os olhos e duvidosos dos nossos ouvidos, repetimos a pergunta.

- “Trinta, sim, confirmou o preto.

Entreolhamo-nos. O homem deveria estar louco. Tomar trinta acções, empatar tres contos de réis num negocio em que a gente mais endinheirada não se

⁹ LOBATO, Monteiro. “Eu quero ajudar o Brasil”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 17 de set. 1936.

atrevia a ir além de algumas centenas, era evidentemente loucura. Só si aquelle homem de pelle preta estava escondendo o leite – si era rico, muito rico. Na America existem negros riquissimos, até millionarios; mas no Brasil não ha negros ricos. Teria aquelle, por acaso, ganho algum pacote na loteria?

- “Você é rico, homem?”

- “Não. Tudo quanto tenho são estes tres contos, que juntei na Caixa Economica. Sou empregado na Sorocabana ha muitos annos. Fui juntando de pouquinho em pouquinho. Hoje tenho tres contos.

- “E quer pôr tudo num negocio que pôde falhar?”

- “Quero.

Entreolhamo-nos de novo, incommodados. Aquelle raio de negro nos atrapalhava sériamente. Forçava-nos a uma inversão de papeis. Em vez de accentuarmos as probabilidades felizes, passamos a accentuar as infelizes. Enfileiramos todos os contras. Quem nos ouvisse, jamais supporia estar deante de incorporadores duma empresa que pede dinheiro ao publico – mas de diffamadores da iniciaiva. Chegamos a affirmar que pessoalmente não tinhamos muitas esperanças de victoria.

- “Não faz mal, respondeu o preto na sua voz inalteravelmente serena.

- “Faz, sim, insistimos. Jamais nos perdoariamos si fossemos os causadores da perda total das economias duma vida inteira. Si quer mesmo arriscar, tome duas acções só. Ou, tres. Trinta é demais. Não é negócio. Ninguém põe tudo quanto possui num cesto só, e muito menos num cesto incertissimo como este. Tome tres.

- “Não. Quero trinta.

- “Mas por que, homem de Deus? indagamos, ansiosos por descobrir o segredo daquella decisão inabalavel. Seria a cobiça? Crença de que com trinta acções ficaria millionario em caso de petroleo?”

- “Venha cá. Abra seu coração. Diga tudo. Qual o verdadeiro motivo de você, um homem humilde, que só tem tres contos, insistir desta maneira em jogar neste negócio? Ambição? Pensa que pôde ficar um Matarazzo?”

- “Não. Não sou ambicioso. Nunca sonhei em ficar rico.

- “Então por que é, homem de Deus?”

- “É que eu quero ajudar o Brasil...”¹⁰

A historieta acima foi escrita com minúcia. As associações entre a negritude e a carência de bens e de recursos, além da vacilação dos incorporadores diante do preto de ar humilde, não encobrem suas concepções racistas. Contudo, ajustava-se ao propósito da narrativa, qual seja, evidenciar a aceitação da campanha pró-petróleo, por parte do público miúdo. Os governos estavam contra, bem como os “homens de dinheiro” e os “bancos”, mas não interessava, já que o povo era *aliado* dos “pioneiros”. Para mais, as alusões à situação nacional (“os salários no Brasil são a miséria que sabemos”, também “mas no Brasil não há negros ricos”) intensificam a ideia de interesse nacional, uma vez que, mesmo com as crises socioeconômicas, era indispensável admitir a existência do ouro negro nos terrenos da Cia. Petróleos do Brasil, contribuir com a nação. Monteiro Lobato se esforçava em remover as noções de cobiça e ambição, inerentes às iniciativas privadas, nos escritos aos leitores dos jornais.

¹⁰ LOBATO, Monteiro. “Eu quero ajudar o Brasil”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 17 de set. 1936.

A construção da narrativa mirava a comoção. O “humilde negro” era uma incógnita desde sua introdução. O tomar duas ações constituía ato louvável, na visão dos diretores; trinta, uma irresponsabilidade. O futuro subscritor seria uma ficção, um milionário a omitir seus intentos? Os incorporadores deveriam aceitar os 3 contos de réis? Nesse caso, constrói-se um louco a malgastar suas economias suadas. Os estonteados diretores buscavam inteirar o homem da doidice. O senso comum está aí desnortado. A insistência lobatiana (“Então por que é, homem de Deus?”) fomenta a ambiguidade no leitor, a cismar a excêntrica circunstância. O término da arenga interrompe o diálogo: - “É que eu quero ajudar o Brasil...”. Por que tais palavras calaram os incorporadores da Cia. Petróleos do Brasil?

O negro (ou o escritor?) acionou a retórica da *unidade*. Certamente, num momento inicial, sobressai o abismo socioeconômico entre os diretores e o subscritor, daí o quiproquó na situação. Mas, no instante em que o palavrório nacional foi ativado, os vínculos transmutaram-se. Agora, não eram mais indivíduos antagônicos, mas compatriotas. De acordo com Benedict Anderson, as nações são imaginadas da maneira de uma *comunidade*, uma vez que o profundo sentimento de camaradagem horizontal, a fraternidade nas demonstrações cívicas, renuncia as desigualdades e as explorações efetivas¹¹, tal e qual visto na narrativa acima. Os diretores, a partir de então, deveriam se manter na “altura daquelle negro”; afinal, continuam as insinuações raciais disfarçadas em elogios, “de que brancura deslumbrante nos sahira aquelle negro!”. Nessa ocasião, os três subscritores prometeram jamais desistir. Por mais que os instrumentos técnicos malograssem, os *aliados* debandassem, continuariam, em virtude da “força haurida nas palavras do negro”¹²! Com isso, Monteiro Lobato reivindicava um devotamento de mártir de todos os brasileiros – tornar-se acionista era ajudar o Brasil...

O caso acima ocorreu ou não? O *Correio Paulistano* anunciava que “um angulo de camera commovente da lucta pelo petroleo no Brasil” sairia na edição do dia seguinte, escrito por Monteiro Lobato¹³. O termo “angulo de camera” sugeria uma perspectiva ou um retrato, a cortejar os novos horizontes técnicos na produção cultural¹⁴? Os jornalistas não conseguiam avaliar. O artigo iniciou uma colaboração semanal do escritor “sufficientemente conhecido dos brasileiros” no periódico, além de ser entendido como um aspecto emocionante

¹¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 34.

¹² LOBATO, Monteiro. “Eu quero ajudar o Brasil”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 17 de set. 1936.

¹³ LEIAM NA EDIÇÃO DE AMANHÃ DO “Correio Paulistano”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Quarta-feira, 16 de set. 1936.

¹⁴ Cf. SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

na movimentação em torno do sangue negro da terra no Estado, noutra ocasião¹⁵. Destacava-se, invariavelmente, o senso estético do autor, mas coisa alguma indicava ser o texto um fato ou uma ficção.

Os leitores também ficaram intrigados. Por isso, o repórter J. M. foi tirar a dúvida. Por quê? Não era tão só um conto invulgar. Caso “aquelle preto incrível” não existisse, “os detratores da campanha, os inimigos dos pioneiros do petroleo teriam onde se pegar...”; e o gesto causou tanta admiração que era capaz de ser uma criação do “grande escriptor” Monteiro Lobato¹⁶. Dessa maneira, restava averiguar. O passo a passo da investigação foi registrado com o propósito de abster-se das acusações de invenção. Cerca de um mês depois de sua edição, o relato ainda suscitava comentários e, de resto, entrara nas tensões sociais às voltas do óleo mineral.

- “Sr. Monteiro Lobato, desejaríamos saber si aquelle preto que quer ajudar o Brasil existe realmente...”¹⁷, interroga J. M. O escritor sorriu e confirmou. Porém, não lhe veio à mente o nome de imediato; também não estava com os documentos da Cia. Petróleos do Brasil... João Sylvino Gurgel, acaso, e trabalhava na estrada de ferro Sorocabana.

O dr. Fausto Rocha, chefe da Repartição de Pessoal da E. F. Sorocabana, lera o artigo e “acompanhava com grande interesse a questão do petroleo, acreditando na sua victoria final”. Diante da insistência do repórter, ele ordenou a um dos funcionários ir atrás do tal João Sylvino. Não encontrou, nem mesmo nos registros da Estrada. Quê acontecera? Monteiro Lobato mentira? Procuraram pelos sobrenomes; obtiveram resultado. “Mas não se chamava João, mas, Francisco”, conserta o repórter, e morava na rua Tupy n.º 4¹⁸.

Lá na casa, “uma senhora allemã, gorda, de physionomia bondosa” informou que o sr. Francisco Gurgel não morava mais ali. Não sabia dele; J. M. reinicia a busca. Na estação de Barra Funda, descobre que o subscritor servia no guichê, uma função sem folga. Depois de várias idas e vindas na estação, conversa com João. O proletário visitaria o jornal à noite, enfim¹⁹. O romancista não inventou o homem, aparentemente.

O jornalista caracteriza Francisco Sylvino Gurgel na matéria:

É um senhor simples, um tanto acanhado.
Não comprehendia o valor do seu acto. Quando lhe perguntámos si
lêra o artigo de Monteiro Lobato, disse que não.

¹⁵ EDIÇÃO DE QUINTA-FEIRA DO “CORREIO PAULISTANO”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, Domingo, 20 de set. 1936.

¹⁶ J. M. “EU QUERO AJUDAR O BRASIL!”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 30, Domingo, 18 de out. 1936.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*

Oh santa singeleza! Esse homem, que tivera um dos gestos mais nobres da nossa historia – não havia lido o artigo de Monteiro Lobato. Lêra os outros, mas não esse!

Não sabia que a sua personalidade estava sendo projectada no scenario nacional, e apontada como exemplo que os brasileiros precisavam seguir.

Damos-lhe um exemplar do “Correio Paulistano” de 17 de mez passado. Elle foi lendo o artigo e, em voz baixa, confirmando as diversas passagens.²⁰

Durante a entrevista, na qual uma “chapa” serviu de registro (Figura 2), o repórter constava a narrativa do escritor sobejamente conhecido. Aliás, intensava o conto ao atribuir novos traços a Francisco Sylvino, efetivamente um “extraordinário personagem”, tal como descrito no subtítulo jornalístico. No entanto, J. M. e Monteiro Lobato estavam a criar esta amostra de brasileiro. O “homem de pelle preta e alma nívea”²¹ – os termos racistas são constantes – não alcançava todo o alvoroço. Os envolvidos atribuían dimensões variadas ao acontecimento e, caso Sylvino estivesse sendo projetado no cenário nacional, era em função de interesses particulares, também através da imaginação ficcional. A literatura era *aliada* dos “pioneiros”.

Na ocasião, o entrevistado comunicou que “quando li o manifesto lançado pela Companhia e que vinha de encontro ao meu modo de pensar, lendo tambem os relatorios dos americanos, as opiniões sobre o Brasil e sobre as experiências feitas”, encontrou o negócio no qual investiria seus três contos. Certamente, a retórica lobatiana encantou a muitos e a construção de manifestos folheados, munidos de outros documentos, favorecia sua escritura. Mas o interessante é o seguinte, o motivo da escolha. Na visão de Sylvino, Monteiro Lobato e outros “homens tão patriotas” estavam à frente da companhia; então era a vez de adquirir algumas ações, na medida em que o valor nacionalista dos incorporadores servia tanto quanto as demonstrações tecnocientíficas nos anúncios públicos. O subscritor, além disso, mostrava convicção de que no Brasil se encontraria petróleo, “embora não tenhamos chegado a nenhum resultado positivo até agora”²². Na verdade, conservava “fé” na existência do óleo de pedra nos terrenos da Cia. Petróleos do Brasil, cria no ouro negro a despeito das provas em contrário. Com isso, o sr. Francisco Sylvino atribuía outros aspectos à eficácia da ciência em ação, na qual se incluía, além do manuseio de tecnologias e os escrutínios laboratoriais, os interesses nacionais e a crença inabalável em algo.

O “general do petróleo” usou o sr. Francisco Sylvino Gurgel no intuito de recrutar novos *aliados* em sua causa. Os recursos em manuseio eram outros, contudo, não mais uma

²⁰ J. M. “EU QUERO AJUDAR O BRASIL!”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 30, Domingo, 18 de out. 1936.

²¹ *Ibid.*

²² *Ibid.*

hoste de 1.300 acionistas ou mesmo técnicos, cientistas e engenheiros em volta de poços de petróleo e gás, mas, sim, um “preto incrível”. Isso estava em concordância com o momento da campanha pró-petróleo em que Monteiro Lobato se ausentou da diretoria da empresa mãe da iniciativa privada, sem os antigos partidários, e tentava reestruturar suas estratégias. A escritura seria sua cavalaria nesse instante, também o que restou. O contista recorreria às emoções dos leitores dos jornais, tentaria forjar uma nova sensibilidade em torno do óleo de pedra. Para isso, muitas vezes, a retórica do interesse nacional suplantaria os instrumentos tecnocientíficos; a fé, a razão. O *porta-voz* das empresas nacionais retrucava seus inimigos com os “arrôtos de patriotismo”²³ outrora enfeitados.

O caso acima era astucioso e envolvente. J. M. anunciou que muitos contestaram, outros vacilaram. O sr. Francisco Sylvino era mesmo “incrível”, isto é, alguém extraordinário, difícil de se acreditar; e, ademais, não estava oculto às vistas de ninguém que Monteiro Lobato era “o homem de letras que está a testa do maior movimento para a descoberta do petróleo que ainda não se tentou no país”²⁴. O acontecimento estava entre o fato e a ficção. O repórter do *CP* asseverou a narrativa e a transmutou em notícia, através do esclarecimento da investigação, bem como da entrevista. J. M. atestou a existência da personagem de Monteiro Lobato, mas não conseguiu entender como tal significante assumiu tal significado. Para tanto, convém saber que o “humilde negro” não surgiu nos diários em 1936, mas três anos antes e aí não teve ressonância. Devemos entender as vicissitudes da historieta, através da análise dos seus sentidos.

“Nós paulistas usamos e abusamos da palavra bandeirante, sempre babosos de admiração por aqueles Borbas e Lemes atrevidíssimos que no começo da nacionalidade romperam o bravio da selva desconhecida em busca de ouro ou carne escrava”, iniciava o artigo de Monteiro Lobato no *Diário de Notícias* (24.09.1933)²⁵. O escritor teve em vista transmutar os chamados “petroleiros” nos novos bandeirantes, mostrar que, a despeito da ambição e da cobiça – os móveis que “determinam o homem em todos os tempos e todas as terras” –, dos seus atos saíam as maiores vitórias à nação. Os bandeirantes, ao rasgar os sertões, construíram o Brasil daquele tempo, nessa interpretação; os “petroleiros”, de outra parte, erigiam o futuro. O ouro naqueles tempos “passou a ser o Carbono nos tempos

²³ A ofensiva paulista para a conquista do petróleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, Sabbado, 1 de jul. 1933.

²⁴ J. M. “EU QUERO AJUDAR O BRASIL!”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 30, Domingo, 18 de out. 1936.

²⁵ LOBATO, Monteiro. Os novos bandeirantes. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Domingo, 24 de set. 1933.

modernos”. Distinções a parte, o espírito inovador seria o mesmo. O articulista unia duas épocas em uma continuidade.

O autor, nesse momento, elucidava, nos jornais, os inúmeros usos do óleo de pedra, o valor do carbono nas economias nacionais, seu poder na manutenção dos governos, já que, em essência, todas as guerras teriam “como pivot a conquista das reservas conhecidas ou prováveis de Carbono”. O movimento internacional em torno do petróleo iniciou-se em 1859 “dum pequenino poço aberto por Drake na Pennsylvania”, ensina. A seguir, emergiram inúmeras indústrias novas, entre as quais a do automóvel, além de desconhecidos produtos derivados do líquido fétido. Bastava um primeiro poço, tal qual o caso norte-americano. Por isso, Drake foi um bandeirante, o arquétipo do homem de ação a construir uma civilização, através da ressonância dos seus feitos, ainda que, no instante da atuação, os “homens de pêso” ultrajavam-no como louco, estourado²⁶. Monteiro Lobato escrevia isso, já que...

O facto se repete. No Brasil, onde uma área equivalente á dos Estados Unidos vai permitir que se tire do subsolo tanto ou mais petroleo do que o fizeram os americanos, os pioneiros do movimento, os que organizam companhia para perfurar o chão, os que entram com o seu rico dinheirinho em troca de acções, são mal vistos dos “homens de pêso”. Chegam a perder o crédito. Dum abnegado sei – um louco magnifico que meteu 400 contos em petróleo – que a sua ficha bancária tem a seguinte nota final, que lhe restringe singularmente o crédito: “Grande accionista de petroleo. Um tanto visionario”.

Espantoso, este mundo! É crime, é marca que diminui o crédito ter mais olhos que os outros, enxergar mais longe! Ser visionario – ter visão, vêr mais longe do que as minhocas, isto desmoraliza um homem nesta terra de minhocas!²⁷

O *porta-voz* das empresas nacionais de petróleo conectava vários momentos, o bandeirismo, a descoberta do petróleo pelo coronel Drake, também a situação dos “pioneiros” no Brasil, no intuito de inventar sentidos ao movimento em prol do ouro negro no território nacional. Monteiro Lobato tentava convencer os leitores do *DN* de que a ambição e a cobiça, integrantes das vantagens individuais da iniciativa privada, não eram incombináveis com a sorte do país ou, em outras palavras, que os acionistas de Cia. Petróleos do Brasil estavam a construir alguma coisa maior do que seus bens materiais – erguiam a nação de amanhã. O escritor, ao incluir sua missão numa narrativa, sustentava a coragem e o entusiasmo dos “visionários” e mostrava à sua maneira como, em várias situações, tais indivíduos se viram sob a controversa suspeição dos “homens de peso”. Não obstante, venceram os estorvos do cepticismo, e a vivência dos conterrâneos nunca mais foi a mesma. O “vêr mais longe” de si e

²⁶ LOBATO, Monteiro. Os novos bandeirantes. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Domingo, 24 de set. 1933.

²⁷ *Ibid.*

além do que existe no seu próprio tempo, crer nas *expectativas*, em suma, entrever os dias vindouros, era a maior das virtudes, já que era daí que emergiam os novos mundos.

Nesse artigo, três anos antes da apuração de J. M., o caso do sr. Francisco Sylvino entrava como um modelo a ser imitado. Os heróis de abnegação, “os que dão ao problema a sua fé inabalável, o seu dinheiro, o seu esforço, a sua dedicação”²⁸ de todos os minutos, não estavam mortos, como os bandeirantes. Monteiro Lobato tentava demonstrar essa matéria assim:

Nunca me esquecerei dum facto que singularmente me impressionou. Foi no tempo em que a Companhia Petróleos do Brasil estava a formar-se, há um anno atrás. Em seu escriptorio a occupação unica se resumia em attender as pessoas que vinham, ressabiadas, subscrever acções.

Em dado momento entrou um negro – mas negro de verdade, retinto. Ora, todos nós sabemos qual a condição dos pretos no Brasil, esses martyres da prosapia e da iniquidade dos brancos. Um preto que entra num escriptorio quer dizer recado, entrega duma carta, pedido de emprêgo – sempre coisinhas mínimas de serviçal humilde.

- Que é que o senhor deseja? perguntámo-lhe.

- Acções. Quero umas acções.

Todos arregalámos os olhos. Um preto retinto, modestamente vestido, a querer acções! Era espantoso. Vinha com certeza tomar uma ou duas.

- Quantas quer? perguntámos.

- Trinta.

O nosso assombro subiu de ponto. Trinta! Tres contos! Num dia em que muita gente rica entrava, aporrinhava a paciencia dos attendentes e no fim adquiria uma ou duas, era na realidade assombrosa a coragem daquelle preto. Tivemos remorso de lh’as vender.

- Escute, meu caro. Você não deve ser um homem rico e tres contos talvez signifiquem muito para as suas posses...

- Sim, é tudo quanto possuo. Resultado de annos e annos de economia e depósitos na Caixa.

- Escute. Não ponha todo o seu dinheiro neste negócio. Compre menos. Esse seu dinheirinho é sagrado. Representa o trabalho de annos de esforço. Não ponha tudo. Si vier o petroleo, duas ou tres acções que você tenha já representarão bastante si não ver, o prejuízo não será de aleijar. Compre menos. Tres, por exemplo.

- Não. Quero trinta mesmo. Faço questão de empregar nesta companhia os meus tres contos inteirinhos. Si perder, não faz mal.

- Mas, homem de Deus, qual o motivo de jogar assim tudo quanto possue, numa parada de jogo?

- É que eu quero ajudar o Brasil...²⁹

O escritor narrou seu encontro com Francisco Sylvino, mas não de modo igual ao texto de setembro de 1936, no *CP*. A ideia era comover ao atestar que até os “homens de pelle negra que os nossos avós brancos e bandeirantes caçavam na África, como se caçam feras, para metter no eito e trabalhar sob o chicote”³⁰, contribuíam com o Brasil, por meio da

²⁸ LOBATO, Monteiro. Os novos bandeirantes. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Domingo, 24 de set. 1933.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

obtenção de ações. O acontecimento também mostrava que o sentimento nacional estava além dos contrastes socioeconômicos e étnicos reais, já que o mais simples e desprezioso entre os indivíduos concorria com o engrandecimento pátrio, através dos seus suados recursos, nessa representação. Porém, tirante essas similitudes com a versão de 1936, os artigos têm formas diversas, as quais cativam os leitores de maneiras distintas.

A versão acima intenciona elucidar argumentos anteriores, anunciar, por intermédio de analogias, “os novos bandeirantes”, os construtores do Brasil de amanhã, malgrado as suspeitas dos coetâneos. No mesmo movimento, insistir numa visão útil a todos da iniciativa privada e assim distanciá-la da ganância e da avidez nos lucros, já que a campanha pró-petróleo vindicava os sacrifícios daqueles que criam na nação. Nesse caso, a reunião com o sr. Francisco Sylvino tornava as alegações concretas. Por isso, a descrição ser sucinta, quase um esboço, haja visto que o encontro não era sua temática, mas *um* dos sustentáculos dos raciocínios lobatianos. O acontecimento saturava-se de emoção a depender do estilo literário; tal consciência servia a Monteiro Lobato, uma vez que retomou esse curto trecho e alterou os seus sentidos.

Os diálogos entre os diretores e o venturo acionista também são mais curtos e diretos. Na variante, em 1936, Francisco Sylvino mostra-se mais retraído em consequência de suas respostas lacônicas. Sua situação econômica também encontra maiores elucidações (o “preto modestamente vestido” gastaria uma “quantia que já pesa num orçamento de pobre”, uma vez que era “empregado na Sorocabana ha muito annos”). Os incorporadores, em função disso, insistem em arrancar os propósitos daquele homem inusitado; sua ambiguidade inquieta os leitores, já que, em alguns parágrafos, seu espanto encontra-se inequívoco na narrativa (“Quem nos ouvisse, jamais supporia estar deante de incorporadores duma empresa que pede dinheiro ao publico – mas de diffamadores da iniciativa”). De modo igual, os juízos em volta do requeredor têm seguimento somente na publicação do *CP*, dado que notamos seus conceitos iniciais (o “homem tão humilde” traria “recado de alguém, certamente”) serem estremecidos diante da teimosia do visitante (“Só se aquelle homem de pelle preta estava escondendo o leite – si era rico, muito rico”), até sua reestruturação no desenlace (“De que brancura deslumbrante nos sahira aquelle negro!³¹”). Por isso, no instante em que Francisco Sylvino arremata com a sentença “Eu quero ajudar o Brasil...”, as tonalidades afetivas e morais retumbam no coração dos diretores (e dos leitores) com maior impetuosidade – ninguém, até aquele momento, cria no sentimento nacional daquele negro.

³¹ LOBATO, Monteiro. “Eu quero ajudar o Brasil”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 17 de set. 1936.

A maneira de contar o mesmo episódio era díspar. Posto isso, as interpretações não equivaliam. Em 1933, no *Diário de Notícias*, não se destaca o encontro, já que seria uma amostra muito sucinta de que os novos bandeirantes estavam na campanha pró-petróleo, não obstante as insinuações dos que se enquadravam na mesma época – não atinavam os motivos de tal maluquice, investir no subsolo; não aceitavam, em hipótese nenhuma, a consecução de tais iniciativas, muito menos que a nação por vir sairia daí. Já a versão de 1936 insiste no “humilde negro” ao torná-lo protagonista e um instrumento de animar emoções. Porventura, a monta econômica do óleo de pedra estivesse mais ou menos assente em 1936, em virtude, entre outros motivos, da persistência da campanha pró-petróleo e da recente Guerra do Chaco. A Cia. Petróleos do Brasil ruía e a segurança nos instrumentos técnicos, diminuía. Monteiro Lobato investia nos sentimentos íntimos, vigorosos na ocasião, tal e qual a união nacional. O recurso era vantajoso e, em certo grau, oportuno.

Os encerramentos dos dois artigos também acentuam os usos variados do acontecimento. Primeiramente, em 1933, uma curta passagem:

Aquella singelíssima resposta nos fez vir lágrimas aos olhos. Queria ajudar o Brasil, aquella descendente directo dos homens de pelle negra que os nossos avós brancos e bandeirantes caçavam na África, como se caçam feras, para metter no eito a trabalhar sob o chicote... Numa terra de patriotas assanhadíssimos na faina de devorar o Brasil, vinha elle com as economias de toda a vida de trabalho para ajudar o Brasil...

Negro por fóra. Por dentro talvez seja o único branco dessa companhia.³²

Na versão seguinte:

A campanha do petroleo tem soffrido variados desenvolvimentos. Guerra grande. Lucta peito a peito. E si o desanimo não nos vem nunca, é que as palavras do negro ultra-branco não nós sahem dos ouvidos. Nos momentos trágicos das derrotas parciaes (e têm sido muitas), nos momentos em que os lidadores, no chão, ouvem o juiz contar o tempo do nocaute, aquellas palavras sublimes fazem que todos se ergam antes do DEZ fatal.

- “É preciso ajudar o Brasil...”

Hoje sabemos de tudo. Sabemos das forças invisíveis, externas e internas, que puxam para traz. Sabemos os nomes dos homens. Sabemos da sabotagem systematica, dos moveis da diffamação ao ouvido, do perpetuo dar-para-traz da administração. Isso, entretanto, deixa de ser obstaculo porque é menor que a força haurida nas palavras do negro.

Abençoado negro! Um dia teu nome será revelado. O primeiro poço de petroleo em São Paulo não terá o nome do ministro da Agricultura. Terá o teu. Porque talvez tenham sido tuas palavras a secreta razão da victoria. Os teus tres contos foram mágicos. Amarraram-nos para sempre. Impedem a deserção...³³

³² LOBATO, Monteiro. Os novos bandeirantes. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Domingo, 24 de set. 1933.

³³ Idem. “Eu quero ajudar o Brasil”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 17 de set. 1936

O fragmento originário tão só ressalta as emoções dos incorporadores com o altruísmo do sr. Francisco Sylvino em apoiar uma causa nacional, ainda que os avós brancos e bandeirantes dos diretores sujeitassem os ancestrais de “pelle negra”. Destaco, mais uma vez, a ideia de *comunidade*, maneira retórica de evitar as reais desigualdades sociais. Por outro lado, o artigo variante insere o acontecimento na trama do *complô*, na qual “forças invisíveis” enganam e manobram os órgãos oficiais, instituem a “sabotagem systemática” nos poços de petróleo, entre outros obstáculos. Retomar a historieta, em 1936, era teimar em favor do ouro negro através dos sentimentos e, não menos relevante, convocar os *aliados* do Brasil contra os trustes internacionais. O evento era uma centelha de esperança em meio às derrotas dos “pioneiros”. Os inimigos avançavam contra a iniciativa privada e não cessavam de vencer. As vicissitudes históricas reclamavam outra narrativa, na qual os inimigos internos e externos da iniciativa privada seriam desmascarados e os motivos do fracasso, apresentados; contra isso, os brasileiros unir-se-iam.

As versões em estudo não saturam os leitores com termos técnicos, instrumentos ou pontos de vista de geólogos e de engenheiros, mas, ainda assim, estavam em meio às controvérsias científicas, uma vez que envolvem outros sujeitos historicamente situados na missão e restringem os atores discordantes. A retórica moveria montanhas, entendia Monteiro Lobato. No momento em que o Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero frustrava os planos do “general do petróleo”, investir no coração dos subscritores era a saída. No entanto, a historieta resistia ao longo dos anos? O “negro ultra-branco” sustentar-se-ia como símbolo da nação?

A narrativa do encontro entre os incorporadores da Cia. Petróleos do Brasil e o sr. Francisco Sylvino seria retomada em 1946, em circunstâncias alheias ao movimento em torno do ouro negro. Não seria mais uma notícia de fato já conhecido, “requeitada”, ou uma nova tentativa de elucidar o caso – nem avivou a curiosidade dos leitores. Monteiro Lobato revisita a versão de 1936, editada no *CP*, e a inclui, na organização das *Obras completas*, no livro de contos *Negrinha*. A inserção do caso aí não era desarrazoada, mas, novamente, alterava os efeitos do texto.

De início, *Negrinha* foi uma experiência editorial, de acordo com as missivas do escritor, dado que averiguaria se “meios livros” a 2\$500 teriam mais saída do que os “livros inteiros”, de 4\$000³⁴. Em 1920, ano da publicação, Monteiro Lobato era uma sensação no

³⁴ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 456. São Paulo, 29 de novembro de 1920.

mercado livreiro: em menos de cinco anos de lançamento, entre 1918-1923, contava uma tiragem total de 109.500 unidades³⁵; destes, 50.500 obtêm com *Narizinho arrebitado*³⁶, seu início na literatura às crianças, e 30.000 de *Urupês*, sua estreia nos contos³⁷. Jeca Tatu, a caricatura do caboclo interiorano, símbolo da ignorância, do atraso, do mando dos coronéis e dos descompassos temporais no país, aumentou seu renome dentre as elites culturais, alguns também latifundiários. Além disso, a Monteiro Lobato & Cia. seguia de vento em popa. O lançamento não seria exceção e somou 12 mil exemplares em duas edições³⁸.

O livro, já em sua primeira edição, versa acerca do “tratamento de consequências da escravidão, com foco sobre a situação de ex-escravos ou filhos de escravos num Brasil que, embora se quisesse moderno, ainda não encontrara lugar para os negros no corpo da sociedade”, segundo Milena Ribeiro Martins³⁹. O conto que dá título à obra retrata a vivência de meninos e meninas negros em seguida à abolição: “Negrinha”, uma criança sem nome, era uma órfã de sete anos, “fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados”⁴⁰, que vivia a tomar cocres, beliscões, esfregadelas e a vara de marmelo de Dona Inácia, antigamente senhora de escravos. O narrador descreve a menina da seguinte maneira:

Que ideia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho? Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo – não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi *bulbônica*. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim – por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida – nem esse de personalizar a peste...⁴¹

A miúda, em certa ocasião, encanta-se ao avistar o cavalo de pau e alguma criancinha de cabelos amarelos, objetos destinados a divertir as sobrinhas da sinhá, dois querubins “alegres, pulando e rindo com a vivacidade de cachorrinhos novos”. As meninas ensinaram-na como manusear tais brinquedos nunca vistos naquela estância. “- Pegue!”⁴², insistem.

³⁵ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 481. São Paulo, 16 de janeiro de 1923.

³⁶ *Ibid.*, p. 463. São Paulo, 21 de maio de 1921.

³⁷ CECCANTINI, João Luís. Cinquenta tons de verde: *Urupês*, o primeiro *best-seller* nacional. In: LAJOLO, Marisa (Org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 51.

³⁸ MARTINS, Milena Ribeiro. *Negrinha*. In: LAJOLO, *Op. cit.*, p. 118.

³⁹ *Ibid.*, pp. 118-119.

⁴⁰ LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p. 19.

⁴¹ *Ibid.*, p. 20.

⁴² *Ibid.*, pp. 22 e 24.

Negrinha olhou para os lados, ressabiada, com o coração aos pinotes. Que aventura, santo Deus! Seria possível? Depois, pegou a boneca. E, muito sem jeito, como quem pega o Senhor Menino, sorria para ela e para as meninas, com assustados relanços de olhos para a porta. Fora de si, literalmente... Era como se penetrara no céu e os anjos a rodeassem, e um filhinho de anjo lhe tivesse vindo adormecer ao colo. Tamanho foi o seu enlevo que não viu chegar a patroa, já de volta. Dona Inácia entreparou, feroz, e esteve uns instantes assim, presenciando a cena.

Mas era tal a alegria das hóspedes ante a surpresa estática de Negrinha, e tão grande a força irradiante da felicidade desta, que o seu duro coração afinal bambeou. E pela primeira vez foi mulher. Apiedou-se.⁴³

Durante as férias das duas meninas, a órfã atingiu a consciência da própria alma; não era mais uma coisa nas mãos da sinhá, mas uma criança. No momento que as sobrinhas de Dona Inácia retornam à sua casa, tal consciência destrói Negrinha.

Morreu na esteirinha rota, abandonada de todos, como um gato sem dono. Jamais, entretanto, ninguém morreu com maior beleza. O delírio rodeou-a de bonecas, todas louras, de olhos azuis. E de anjos... E bonecas e anjos remoinhavam-lhe em torno, numa farândola do céu. Sentia-se agarrada por aquelas mãozinhas de louça – abraçada, rodopiava.

Veio a tontura; uma névoa envolveu tudo. E tudo regirou em seguida, confusamente, num disco. Ressoaram vozes apagadas, longe, e pela última vez o cuco [do relógio] lhe apareceu de boca aberta.

Mas imóvel, sem rufar as asas.

Foi-se apagando. O vermelho da goela desmaiou...⁴⁴

Negrinha morreu ao distinguir ser menina; a ausência das amigas representou a volta à sua antiga situação de alvo de cocres. No interior, de acordo com os contos lobatianos, não distinguimos a infância, privilégio dos meninos e das meninas citadinos. *Negrinha* inclui as histórias de outras personagens à margem do “progresso”, a resistir, em meio às carestias socioeconômicas, aos tormentos e às angústias dos “grandes”. Os governos da República não alteraram as condições de vida dos filhos de escravizados, estigmatizada e violentada. “Essas narrativas, continua Martins, lançam luzes sobre aspectos das transformações urbanas e sobre o modo de produção rural, que, afetando as relações entre patrões e empregados, alteram as relações humanas”⁴⁵. As edições seguintes do livro mantiveram a unidade temática em sua organização.

O “meio livro”, quer dizer, a primeira edição, contém seis narrativas, nas quais os espaços rurais marcam a ambientação e os contrastes étnicos, os vínculos. Não obstante a continuidade de ideias com outros livros do escritor, como *Urupês* e *Cidades mortas*, as

⁴³ LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p. 24.

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 25-26.

⁴⁵ MARTINS, Milena Ribeiro. *Negrinha*. In: LAJOLO, Marisa (Org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 119.

montagens subsequentes reuniram contos em que as paisagens da cidade instigam as tensões entre antigas concepções morais e as relações transitórias da vida moderna. Em 1946, nos arranjos das *Obras completas*, Monteiro Lobato inseriu alguns textos de *O macaco que se fez homem*, brochura que não teve o mesmo sucesso que as incursões iniciais do autor no gênero, também outros escritos, em *Negrinha*⁴⁶. Entretanto, as vivências dos negros em meio às adversidades socioculturais ainda irmanavam os casos. “Quero ajudar o Brasil” entrou nessa última impressão.

Decerto, o episódio entre o sr. Francisco Sylvino e os diretores versava acerca das mesmas temáticas dos outros contos, haja vista que os seus traços de “preto modestamente vestido, de ar humilde”, em uma nação em que “não há negros ricos”, acentuavam a renúncia e o sacrifício da tomada de ações, na perspectiva dos incorporadores brancos. Porém, a narrativa era a única, na mescla de estórias, a não ser um conto originariamente. Monteiro Lobato transmutava uma crônica ou um caso jornalístico, como nas interpretações anteriores, em “ficção”; era, então, uma historieta curiosa apta a entreter os leitores por alguns minutos, não um manifesto a favor do ouro negro.

Na ocasião das *Obras completas*, Monteiro Lobato não era mais o “general do petróleo”, muito menos o *porta-voz* da iniciativa privada no setor; devotava-se aos seus livros infantis, reinventava-se escritor. A campanha pró-petróleo encerrara-se com a vitória do governo varguista, no qual, em 1941, o “pai do Jeca” foi sujeito à pena de seis meses de prisão, uma vez que suas acusações contra os órgãos oficiais violavam o artigo 3º, nº 25 do Decreto-Lei nº 431 – “injuriar os poderes públicos, ou os agentes que os exercem por meio de palavras, inscrições ou gravuras na imprensa”⁴⁷. Não era o caso instituir imagens motrizes, incitar a representação pública na causa, mas cimentar sua obra literária em vários tomos. No entanto, a narrativa em torno do acionista conseguiria ser inclusa em volume de *O escândalo do petróleo*, reunião dos textos em favor da exploração do petróleo no Brasil, e, desse jeito, manteria seus *status* ambíguo, na fronteira entre fato e ficção, ou entraria numa outra unidade temática, mais concordante com suas intenções iniciais. De qualquer maneira, Monteiro Lobato resolveu situá-lo no terreno imaginário dos contos. Por quê?

O escritor tentou revirar as emoções dos leitores, instituir um símbolo de devoção à pátria; o amor do sr. Francisco Sylvino encontraria abrigo nos escritórios da Cia. Petróleos do Brasil, já que seus incorporadores também renunciavam suas economias em benefício da

⁴⁶ MARTINS, Milena Ribeiro. *Negrinha*. In: LAJOLO, Marisa (Org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. pp. 120-121.

⁴⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938. *Diário Oficial da União* – Seção 1 – 19/5/1938, Página 9525. Legislação Informatizada disponível em: < <https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em 03/03/2019.

unidade nacional. O estilo melodramático da versão de 1936 estimulava tal interpretação. Monteiro Lobato, com sua maestria nas letras, estava a par dos efeitos das reformulações – e, aliás, as manteve na edição de 1946, sem muitos consertos. O comovente encontro não resistiu muito tempo nos corações dos brasileiros, mesmo assim. “Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem”, sustenta José Murilo de Carvalho⁴⁸. De que maneiras um acionista negro sustentar-se-ia na imaginação de uma sociedade racista? Em “Quero ajudar o Brasil”, Monteiro Lobato não conseguiu tratar adequadamente etnia alguma; basta notar a precedência dos brancos na narrativa, haja vista o subscritor ser um “negro ultra-branco”, as suas palavras provavam “como são negros certos ministros brancos”, em contraste com a “brancura deslumbrante [que] nos sahira aquelle negro!”⁴⁹, também a atitude inquiridora dos diretores e as amarras entre miséria, submissão e negritude. Não obstante as aparências, a estória louvava os caucasianos, arquétipos de pureza; encomiava-se o sócio no instante em que ele atuava como branco. O negror remetia às trevas e às intenções maliciosas. O conto era do vigário.

Por isso, o acontecimento tornou-se estória em alguns anos. Não obstante a entrevista e a sua imagem em máquina fotográfica, o sr. Francisco Sylvino era inadmissível. Depois, em um território há pouco sem as algemas da escravidão, um “preto humilde” era por demais progressista, como símbolo da unidade nacional. Monteiro Lobato, ao menos, investia em outros ramos, mas ainda na campanha pró-petróleo: avaliou que a “literatura” era a sua maior *aliada* no momento de reestruturação dos negócios; as ficções eram aptas no recrutamento de novas hostes, atentava-se. O “preto humilde” não funcionou? Paciência. O escritor sobejamente conhecido reencontraria outras imagens motrizes, ativas ainda nos dias que correm.

⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 89.

⁴⁹ LOBATO, Monteiro. “Eu quero ajudar o Brasil”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 17 de set. 1936.

4.2 A tese do general e o romance do petróleo à deriva

Temo, meu caro Watson, que a maioria de suas conclusões não tenha fundamento. Quando disse que você me estimulava queria dizer, para ser franco, que ao notar suas falácias eu era ocasionalmente guiado para a verdade. Não que você esteja inteiramente errado neste caso.

(*O cão dos Baskerville*, Arthur Conan Doyle)

Monteiro Lobato usava sua maestria na escrita no intuito de convencer os leitores dos jornais a aliarem-se na missão das companhias petrolíferas. Para isso, as retóricas da *unidade*, do *complô* e da *idade de ouro* eram uma arma – a ideia do interesse nacional. A situação de *porta-voz* das empresas situava o escritor no centro do movimento dos “petroleiros”. A tensão aí era entre o empresário e o escritor, ou seja, entre os encargos de papéis distintos, a concretude das prospecções e a imaginação ficcional. O “pai do Jeca” transmitiria a segurança necessária ao empreendimento? Conseguiria ser aceito como diretor de empresas de prospecção e orientar técnicos e engenheiros?

Retirar-se do universo da escrita era inviável, como vimos. Monteiro Lobato era um escritor sobejamente conhecido; nesse “lugar” estava sua força. Comunicava suas ideias com vigor, cativava a razão e o coração dos leitores. Os manifestos esclareciam a opinião pública; os contos encantavam e as entrevistas, aliciavam. O “general do petróleo” nunca renunciou às letras, mas as reimaginava em outras situações.

No momento de crise da Cia. Petróleos do Brasil, no qual aconteceu sua renúncia da diretoria, também as tensões entre Mr. Winter e Rickfelder, em maio de 1935, Monteiro Lobato matutava um novo livro com Charles Frankie. Porém, o *porta-voz* das empresas privadas não seria o autor do texto, mas tradutor. O livro surgiria aos consumidores com uma meta:

Acabei A Luta do Petróleo. O editor daqui pagará 500 marcos ao editor alemão, de direitos, e nós daremos nosso trabalho de tradução de graça em troca de 1000 exemplares para distribuímos pelo congresso federal e estadual e mais gente do governo que não tem a menor ideia do que seja o petróleo. Vou agora fazer o meu prefácio. Você fará o seu – e num apêndice porei no fim a Lei de Minas, precedida duma introdução maquiavélica em que se prova que foi a Standard que mandou fazer aquela lei cheia de embaraços, para que ela pudesse sossegadamente ir acaparando as terras petrolíferas até o dia em que entenda de explorar petróleo. Aí então cairá a Lei de Minas atual, que só terá aproveitado a ela, e virá uma nova que a favoreça.¹

¹ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. 1., 01, 05, 35. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00058). Grifo no original.

O fragmento acima mostra as estratégias do intelectual na consecução do seu *projeto*. Outrora acionista da Cia. Editora Nacional e amigo do diretor-presidente Octalles Marcondes Ferreira, Monteiro Lobato estava ciente da vantagem de um escrito controverso e incisivo em uma causa como a sua. Além disso, não teria os inconvenientes dos autores novatos em dar sua obra à luz, já que usufruía de muitas vantagens nessa casa editora. A tradução, assim como a escrita de dois prefácios – do taubateano e do engenheiro suíço -, teria como contraparte 1000 exemplares para distribuição pelo congresso federal e estadual. Com isso, acaso conseguiria incitar os leitores dos seus livros, não somente os dos periódicos, e a Cia. Editora Nacional na campanha pró-petróleo, também a associar-se mais com Charles Frankie.

O interessante nessa carta é o mínimo proveito com os lucros da venda do livro. O tradutor distribuiria o material entre os políticos “que não tem a menor ideia do que seja o petróleo”. Não destinava *A luta do petróleo* somente aos curiosos ou aos seus antigos leitores, mas àqueles indivíduos detentores do poder político. Na sua visão, o livro “é que vai abrir os olhos dessa gente, mostrando a significação do petróleo. Ninguém sabe. Este país é uma burrada imensa...”². Contava com o esclarecimento dos congressistas e na vitória consecutiva.

Nota-se também a relevância dos prefácios – inclusive, excedendo o conteúdo traduzido. Os prefácios de Monteiro Lobato e Charles Frankie seriam indispensáveis ao livro; na verdade, a obra sairia como o suporte dos prefácios, e o conteúdo traduzido seria um mero motivo. Junto desses escritos, estaria uma “introdução maquiavélica” à Lei de Minas, na qual “se prova que foi a Standard que mandou fazer aquela lei cheia de embaraços, para que ela pudesse sossegadamente ir acaparando as terras petrolíferas até o dia em que entenda de explorar petróleo”. Daí em diante, Monteiro Lobato integraria não somente as teorias, as ideias e os instrumentos científicos em seus argumentos, mas ficções políticas, sobretudo as do *complô*, cimentadas em uma série de indícios inventariados nos textos. No caso, a Lei de Minas (1934) atestaria as manobras dos trustes do petróleo e a *aliança* entre a Standard Oil Co. e o Serviço Geológico, nessa visão, atestaremos a seguir.

Os tradutores insistiam no lançamento. “O livro de Essad vai ser decisivo e estou atropelando a Editora para que o apresse”³, o diretor informava a Frankie. Monteiro Lobato atacava a revisão em maio, no aguardo “de sair este mês”; nem mesmo avaliou a capa, já que

² Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. 1., 01, 05, 35. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00058).

³ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 7, maio, 935. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00061).

a edição era urgente⁴. Por fim, o prefácio de Charles Frankie não entrou na tiragem, uma vez que o seu texto só reiterava o escrito lobatiano – e não carregava seu nome. Ademais, junto à organização, a dupla conseguiu “bastante reclame para provocar Segunda edição”⁵, e, caso ocorresse, teriam 10% do preço da venda. De que tratava essa sensacional obra, no entanto?

Essad Bey era um mistério. Não encontraremos a história de vida do autor em canto nenhum, nessa época. Mesmo os reclamos, muito sucintos, unicamente avisavam tratar-se de “pseudônimo dum dos magnatas do petróleo”⁶. O livro não dá maiores esclarecimentos. Quem era esse indivíduo? Hoje, estamos mais ou menos inteirados. O seu nome era Lev Nussimbaum; nasceu em Baku, Azerbaijão, em outubro de 1905, ao que parece. No momento em que a Revolução Russa envolveu a região, o seu genitor, então rico proprietário de campos de petróleo, retirou-se com o menino em direção a Constantinopla. Os dois atravessaram várias nações até alojarem-se em Berlim. Durante o entreguerras, eram judeus em meio ao crescente antissemitismo do mundo germânico.

Em 1922, acontecimento decisivo em sua biografia, Lev converte-se ao islã. Para mais, em algumas revistas, irrompe escritor sob o heterônimo Essad Bey. Os seus temas versavam em torno do Oriente, misterioso lugar entre os europeus. A *experiência* de desterrado, também os estudos em línguas orientais, coadjuvaram na escritura das narrativas. Imaginativo, era autor de 16 livros antes dos trinta anos⁷. Inclusive, reconstrói suas vivências ao inventar certo parentesco com o emir de Bukhara; apresentava-se como um “príncipe” mulçumano, sem constrangimentos. Durante os anos 1930, seus tomos eram sucessos entre os nazistas por causa das ideias monárquicas e anticomunistas veiculadas; também escrevia sobre a vida de Mussolini, encomenda do *Duce*. Por consequência, em virtude das ficções, era um nome na literatura.

Não obstante ser “uma estrela midiática em Weimar”, sua carreira ruiu em 1938. Nesse ano, já não assinava Essad Bey, mas Kurban Said. Além disso, lançou sua maior novela, *Ali e Nino*, a estória de amor entre um mulçumano e uma cristã em Baku – até os nossos dias, “o romance nacional por excelência” no Azerbaijão. Certa agência nazista, na ocasião, revela sua descendência judaica; até mesmo Joseph Goebbels, o sucessor do *führer*, tenta intervir em seu favor, mas os indícios atestavam sua origem étnica. Por isso, troca de

⁴ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 16, 05, 35. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00063).

⁵ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 03, 05, 35. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00059).

⁶ A Sensacional obra sobre o PETROLEO! *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 3, Domingo, 23 de jun. 1935.

⁷ “Did he really write 16 books in 8 years?” *Azerbaijan International*, Vol. 25:1 (1997), p. 86, Endnote 120.

residência; os últimos anos de vida transcorrem em Positano, na miséria, ainda alvo de perseguição⁸.

Hoje, os críticos literários, historiadores e noticiaristas cismam com a obra de Lev Nussimbaum devido a suas conclusões. Certamente, sua existência ser um invento ampara tais interpretações. O nosso objeto de estudo também está neste lugar entre o fato e a ficção. *A luta pelo petróleo* [originariamente *Flüssiges Gold: ein Kampf um die Macht* (1933)] surgia como um estudo admirável, já que denunciaria os movimentos sub-reptícios dos trustes internacionais no controle das reservas de óleo e gás em inúmeras nações. Dessa maneira enceta a narrativa:

No jogo das forças que conduzem o mundo, uma predomina: o petróleo. E é com o petróleo que nos bastidores secretos da vida oficial hoje se escreve a história – ou se faz a história. Uma rede de torres de sondagem, de condutos de óleo e de refinarias circunvolve o globo. E nos escritórios se alapam os grandes aventureiros modernos, possuidores ou manipuladores do líquido negro que cada vez mais se torna o elixir da vida desta nossa humanidade. Amor e odio, guerra e paz, tudo é o petróleo que determina.

Fatos ocorrem; grandes nomes surgem e passam. Mas os fatos são manipulados e os grandes nomes apenas funcionam como marionetes dum oculto poder mágico – o Poder do Petróleo.

Este livro não é um relatório comercial sobre o petróleo, porque o petróleo transcende o comércio. É antes a biografia duma Força Nova, do Poder por excelência do líquido subterrâneo que do nada passou a ser o rei da Era Moderna. Em suas páginas o leitor encontrará a explicação real de muitos fatos históricos, dos mais conspicuos do nosso tempo.

As consequências da Grande Guerra puseram em foco perante o público a importância do petróleo, visto como o que chamamos hoje paz não passa duma guerra surda e continua pela grandeza das nações.

Ouro, carvão e óleo – essas três substâncias retiradas do seio da terra determinam a vida da humanidade. Trilogia mágica da riqueza. Petróleo, ouro líquido; carvão, ouro negro. Petróleo e carvão, pois, não passam de aspectos do mesmo Ouro que rege o mundo e é soberano senhor de todas as coisas.⁹

O argumento era como um líquido fétido imergiu os “bastidores secretos da vida oficial” em uma situação instável a partir de meados do século anterior e a trama, os complôs à surdina, nos governos, na iniciativa privada, em qualquer lugar, astúcias dos “aventureiros modernos”, comensais do Poder do Petróleo. O “ouro líquido” seria uma energia mítica a acionar as engrenagens que “conduzem o mundo”, no qual até os maiores indivíduos não passariam de bonecos que se movem por cordéis; o “rei da Era Moderna” determinava as menores situações da vida cotidiana, como o amor e o ódio; governos instituíam-se, autocratas

⁸ Os dois parágrafos acima foram construídos através de inúmeros *sites* que usaram como referência a biografia de Lev Nussimbaum de REISS, Tom. *O orientalista: desvendando o mistério da estranha vida de Kurban Said*. São Paulo: Record, 2005.

⁹ BEY, Essad. *A luta pela petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. pp. 47-48.

caíam, em virtude do “elixir da vida” pública; nada resistia a essa “Força Nova”. O autor criminaria John Davison Rockefeller e Sir Henri Deterding, os magnatas da Standart Oil Co. e da Royal Dutch Petroleum Co., respectivamente, como os manipuladores das economias nacionais; situavam-se nos órgãos oficiais através de cientistas, engenheiros e burocratas que escarneciam os cidadãos com testes laboratoriais errôneos e estudos enganosos; conseguiam manter os terrenos com indícios de óleo e gás sob controle, entre outras práticas. O estilo pomposo de Essad Bey intensava os absurdos narrados.

O público leitor nem imaginava tais estórias acerca do orientalista, mas não interessava – os escritos constituíam armamento nas mãos dos “petroleiros”. Com isso, ao menos, nos encontramos ante as narrativas essenciais na estruturação da campanha pró-petróleo, também das ideias lobatianas. Não obstante as suspeitas, eram tais recursos que esteariam as acusações dos “pioneiros” contra os seus adversários nas controvérsias tecnocientíficas; assim como o Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero, Monteiro Lobato assumiria os termos de Essad Bey como uma *caixa-preta* de outra categoria. Os motivos do fracasso estavam além, nos trustes internacionais, da maneira que “documentava” *A luta pelo petróleo*; era seu *álibi*, em suma.

Porém, nesse momento, o texto introdutório do escritor sobejamente conhecido era o núcleo da tiragem. Sem isso, a edição estaria inacabada. Monteiro Lobato trataria da situação do combustível nas atuais economias nacionais, além dos nós entre os recursos econômicos, o crescimento das indústrias e a velocidade. Para isso, amontoou outros textos, número e mais números, mecanismos em inscrições, isto é, outras *caixas-pretas*, no intuito de situar seus argumentos no continente dos artigos “utilitários”. Estava ciente de que o “destino de fatos e máquinas, consoante Bruno Latour¹⁰, está nas mãos dos consumidores finais; suas qualidades, portanto, são consequência, e não causa, de uma ação coletiva”. Resta investigar esse prefácio incluso no fantástico livro.

Monteiro Lobato estruturou seus argumentos na escritura do prefácio, visto que, daí em diante, suas ideias estariam em um livro, suporte mais duradouro do que os artigos em jornais. Os meios usados para persuadir os leitores eram seu “estilo água do pote”¹¹ e sem vocábulos técnicos, mas munido de trechos de relatórios oficiais, listas e mais listas com as quantidades de barris produzidos em outras nações latino-americanas, etc. O propósito, além

¹⁰ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 407.

¹¹ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 499. São Paulo, 11 de janeiro de 1925.

de demonstrar a importância do ouro negro nas economias nacionais, era convencer de que o Serviço Geológico Federal *não perfura, nem deixa ninguém perfurar*¹².

“A pobreza, a lentidão do desenvolvimento do Brasil sempre me preocupou vivamente”, admite de início. Os vínculos e nós entre a miséria socioeconômica e a roneirice no desenvolvimento nos mostram que velocidade era poder na interpretação do escritor. Por isso, os norte-americanos eram ricos, uma vez que “*o homem adquiriu elevada eficiência*” com os instrumentos multiplicadores da força dos músculos, as máquinas; de outro lado, no Brasil, “*a eficiência do homem está pouco acima da do homem natural*”¹³. Dessa maneira, a civilização nada mais era do que o sobrepujamento das leis naturais, através do aprimoramento das máquinas e o progresso, “*a velocidade do seu civilizamento*”¹⁴.

Porém, os mecanismos técnicos necessitam de energia suficiente para acioná-los. Dentre as forças de que dispunham para mover a máquina, os homens já recorreram à escravização dos bois e dos cavalos, também de seus semelhantes, mas a “*força expansiva do vapor d’água*”¹⁵ era a mais admirável. O calor necessário para ferver a água provinha da combustão; esta solicitava oxigênio e carbono. Os países nos quais o carbono abundava do jeito de lenha ou de carvão, à vista disso, tornaram-se “*os mais ricos e poderosos, os astros de primeira grandeza num mundo de satélites porque a soma de energia mecânica que podiam desenvolver com a queima do carvão viera aumentar tremendamente a eficiência*”¹⁶ dos ingleses, americanos, franceses e alemães. O segredo era aumentar o índice de eficiência das nações.

Em 1859 essa situação variaria, já que, numa vilota da Pennsylvania, um certo Coronel Drake retira o fétido líquido negro das entranhas da terra, o petróleo. O óleo de pedra revelar-se-ia “*a forma de carbono industrial mais alta, de maior rendimento térmico, de mais fácil transporte*”¹⁷ e também a mais barata; os Estados Unidos transmutar-se-iam nas maiores potestades do mundo em consequência do ferro, matéria-prima da máquina e do sangue negro da terra, matéria-prima da energia mecânica, nessa interpretação. No entanto...

Enquanto esse milagre se operava no norte do continente, ao sul um país de igual extensão territorial e povoado com os mesmos tipos de elementos humanos, europeu, negro e índio, permanecia em profundo estado de dormência. Um pantano

¹² LOBATO, Monteiro. PREFACIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO. In: BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 15.

¹³ Ibid., p. 7.

¹⁴ Ibid., p. 9.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid., p. 10.

¹⁷ Ibid., p. 11.

com quarenta milhões de rãs coaxantes, uma a botar a culpa na outra do mal estar que todas sentiam. Procuram soluções políticas, mudam a fôrma de governo, derrubam um imperador vitalício para experimentar imperantes quadrienais, fazem revoluções, entrematam-se, insultam-se, acusam-se de mil crimes, inventam que o pantano permanece pantano “porque ha uma crise moral cranica”. O mal das rãs é julgar que *sons* resolvem problemas econômicos. Trocam o som “monarquia” pelo som “republica”; depois mudam o som “republica velha” pelo som “republica nova”. Depois inventam sons inéditos – “reajustamento”, “congelados”, “integralismo”. O proprio das rãs é esse excessivo pendor musical. Querem sonoridades apenas. “Somos o maior país do mundo”. “Temos o maior rio do mundo”. “Nossas riquezas são inesgotáveis”, etc. Enchem o ar dessas musicas – e mandam o ministro da fazenda correr Nova York e Londres de chapéu na mão a pedir esmolas.¹⁸

Monteiro Lobato enunciava que sem a maquinização das estruturas econômicas, os brasileiros continuariam a viver de empréstimos, a esmolejar no estrangeiro. Insistir em convulsões sociais não era uma vantagem, já que a “república nova” não investiu nas siderúrgicas, nem cavoucava o subsolo para abrir os poços de petróleo; as riquezas inesgotáveis seriam úteis e convenientes se aproveitadas; as ideologias constituiriam panacéias, *sons* inúteis; a miséria crônica aumentava dia a dia, visto que “os atos mais elementares da vida” custavam ouro...

Esse ouro, décadas atrás, vinha de tres fontes básicas, café, borracha e emprestimo. Por não termos resolvido o problema do carbono e do ferro, não resolvemos o problema do transporte eficiente no norte do país – e lá se foi a primeira perna da tripeça economica, a borracha. Por excesso de imbecilidade governamental, fraqueia hoje a segunda perna, o café. As monstruosas taxas que o amparo oficial acarretou vão rapidamente desenvolvendo a sua cultura em outros países, beneficiados com uma proteção que só a eles protege. A terceira perna da tripeça, o emprestimo, desapareceu em consequência da total perda de credito – perda que foi o unico beneficio real da Revolução. Veio impedir que o Brasil, já atolado até aos ombros, se atolasse até ás orelhas.¹⁹

De que maneiras a monocultura acorreria a nossa situação de insolvência? A Crise de 1929, então recentíssima, desmontou a vulnerável economia cafeeira e as inúmeras proteções governamentais no setor, a antepor os interesses dos latifundiários aos da *comunidade* nacional, consoante a escritura. O “general do petróleo” sustentava que unicamente o óleo mineral solucionaria a bancarrota do Brasil e isso ocorreria não mais que

¹⁸ LOBATO, Monteiro. PREFACIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO. In: BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. pp. 11-12.

¹⁹ *Ibid.*, p. 13.

“PERFURANDO”! Depois de “VER CLARO NO PROBLEMA”²⁰, restava iniciar as prospecções.

Monteiro Lobato estearia suas assertivas e críticas em vários “dados”. Primeiro, listou o número de poços abertos em todos os países da América, além da produção em barris e o valor em dólares. Com isso, averiguamos que “a produção anual americana anda pegando 1 bilhão de barris”²¹; o Cerro Azul nº 4 estava com “uma produção calculada [...] em 300.000 barris diários”²², no México; já os venezuelanos somavam “MEIO MILHÃO DE DÓLARES, ou SEIS MILHÕES DE CONTOS”²³ em petróleo, entre outros casos. Os números e as estatísticas eram “garantias de objetividade” na tese lobatiana; ao ignorar a complexidade social, os índices calariam os adversários e atestariam a contingência do ouro negro no Brasil²⁴.

Não há petróleo no Brasil? Isso era inacreditável. “A natureza previu que iam existir e no-lo denegou por antecipação, para que nos gosassemos da delícia de sermos eternos compradores do combustível alheio”²⁵, moteja o escritor. Como, em uma área de 8.500.000 quilômetros quadrados, situada num continente petrolífero, os serviços públicos não encontravam o óleo de pedra? Por esse raciocínio, tantas vezes reiterado, a Natureza era sua *aliada*, uma vez que as “leis” que a regiam estavam além das tensões sociais; os adversários eram ineptos diante dos apelos ao juiz supremo das contestações; as retóricas e os instrumentos técnicos somente imitariam as suas imposições. O SGF não estava a investigar os indícios virtuais? Não encontrar o ouro negro era inaceitável. De que maneiras as escavações eram executadas? Os argumentos não encerram aí.

O *porta-voz* da iniciativa privada não ignorava que a “Natureza é a causa final da resolução de todas as controvérsias, *uma vez que as controvérsias estejam resolvidas*”²⁶, de acordo com Bruno Latour – mas isso não era o que sucedia, visto as imprecisões nos mecanismos técnicos no caso do invento do dr. F. B. Romero. Dessa maneira, sustentaria a esquisitice da indústria petrolífera nacional através de outros argumentos, mais astutos, inclusive. Chester Washburne, “o grande geólogo americano que o governo de S. Paulo

²⁰ LOBATO, Monteiro. PREFACIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO. In: BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 14.

²¹ Ibid., p. 18.

²² Ibid., p. 19.

²³ Ibid., p. 20.

²⁴ CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. pp. 56-57.

²⁵ LOBATO, *Op. cit.*, pp. 24-25.

²⁶ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão da tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 151.

contratou para estudar o território do Estado”, reiterou a nulidade dos poços abertos pelo Serviço Geológico no seu parecer luminoso, na perspectiva de Monteiro Lobato. “*Tests completed up this time have not been located on favorable structure and have little sigificance*”²⁷, teria escrito esse eminente nome estrangeiro. Por que o “general” memorava esse juízo?

A retórica no documento em análise, mas também em outros logo depois, agarrava-se nos relatórios do SGF, no intuito de desmontá-los. Os juízos de Chester Washburne ostentavam que se investigava óleo e gás no território nacional à custa de governos estaduais e que os órgãos federais não atuavam com interesse em descobrir o sangue negro da terra, já que o sr. Fleury da Rocha, diretor do Serviço, comunicava, em relatório ao ministro Juarez Távora, que “TUDO ESTÁ POR FAZER”²⁸. Na interpretação lobatiana...

As pouquíssimas perfurações que esse serviço fez em 15 anos de “atividade” nunca realmente visaram descobrir petróleo – e sim desmoralizar as zonas, arraigando ainda mais no espírito público a convicção do absurdo de não haver petróleo em oito milhões e meio de quilômetros quadrados no continente petrolífero por excelência. O Serviço Geológico fingia que furava e depois, com a carinha mais inocente do mundo, dizia: “Não tem. Vocês estão vendo que não tem...”.

Mas era mentira. Não furava coisa nenhuma. Fingiam que furavam. Abria buraquinhos ridículos, insuficientes para qualquer conclusão, buraquinhos de tatú, de 100, 200, 300, 400 metros, coisa que nada vale numa era em que as perfurações vão até 1500, 2000, 3000 metros – havendo já um poço nos Estados Unidos com mais de 5000. Basta dizer que nos 22 poços que em 15 anos o S. G. abriu em S. Paulo, a média da profundidade não passou de 425 metros – isso numa zona de planalto, 600 metros em dia [sic] acima do nível do mar.

Alem da escassíssima profundidade, quasi todos esses poços se perderam em virtude da queda de trépanos, ruptura de cabos, etc., fatos que usualmente aconteciam sempre que a perfuração tinha o topete de dar indícios favoráveis. Ai do poço que revelasse gás ou vestígios do odiado petróleo! Era infalivelmente *acidentado*...²⁹

Monteiro Lobato amontoava conceitos geográficos, os dados socioeconômicos das nações americanas, os resultados das averiguações em São Paulo, as afirmações dos técnicos, engenheiros e burocratas do SGF, a situação dos poços “oficiais”, entre outros materiais, no intento de assentar sua tese no continente dos textos “utilitários” ou, melhor dizendo, alicerçar uma *caixa-preta*. Os *aliados* acima são instrumentos ordinários nas controvérsias científicas, mas seus usos constituem uma inovação na narrativa dos

²⁷ LOBATO, Monteiro. PREFACIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO. In: BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 16. POÇOS NÃO LOCALIZADOS EM ESTRUTURAS FAVORÁVEIS E DE PEQUENAS SIGNIFICAÇÃO.

²⁸ Ibid., p. 16.

²⁹ Ibid., p. 15.

“pioneiros”. De início, em 1932, os incorporadores amparavam os negócios com ideias análogas, tais quais as dimensões do território brasileiro, as equivalências com outras regiões, as *expectativas* de uns tantos geólogos, as inovações tecnológicas no setor, entre outros; agora, no ocaso da campanha pró-petróleo, acusava-se os adversários, incriminava-se o “Tortulho Geológico” de não haver óleo mineral no Brasil – ao menos, de não o encontrar.

O livro de Essad Bey aclararia os motivos do não-há-petróleo em nosso território, já que “conta da luta gigantesca empenhada entre os dois grandes trusts mundiais em todos os recantos de todos os continentes”³⁰. Dessa maneira, estaríamos envoltos em um dos tentáculos do monstruoso polvo Standard Oil; às escuras, através de meios ilícitos, mercavam os terrenos potencialmente petrolíferos, de antemão estudados geológica e geofisicamente. Quem entregaria os segredos das camadas mais profundas do solo brasileiro? Os mesmos indivíduos a contestarem o Indicador de Óleo e Gás do dr. F. B. Romero outrora; os próprios que deveriam se dedicar de corpo e alma à busca do ouro negro no Brasil: os chefes do SGF. A recente investida dos trustes era a Lei de Minas, 1934.

Que era a Lei de Minas? Quais os motivos da afirmação lobatiana?

O decreto nº 24.642 de 10 de julho de 1934, ou Código de Minas, instituía que a “jazida é bem imóvel e tida como cousa distinta e não integrante do solo em que está encravada”, além de que o aproveitamento das jazidas far-se-á pelo regime de autorização e concessões sob controle do Departamento Nacional da Produção Mineral. Os documentos necessários à prospecção seriam conferidos unicamente a brasileiros e empresas organizadas no Brasil. Outros artigos incrementavam a burocracia do procedimento, como os proprietários das jazidas e os interessados, na pesquisa e na lavra, terem de “produzir, cada qual por si, uma justificação no juízo do fôro da situação da jazida, com a assistencia do órgão do ministerio publico, consistindo dita justificação, para uns e outros, na prova da existencia, natureza e condições da jazida por testemunhas dinas das fé, e da existência, natureza e extensão dos seus direitos sobre a jazida por documentos com eficiencia probatoria”³¹, entre inúmeros outros artigos. Para Monteiro Lobato, tais cláusulas entravavam a iniciativa privada e outorgavam amplos poderes ao Estado. Por essa razão, a intenção do Código de Minas estava implícita em sua aparência patriótica:

³⁰ LOBATO, Monteiro. PREFACIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO. In: BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 28.

³¹ Legislação Informatizada – DECRETO Nº 24.642, DE 10 DE JULHO DE 1934 – Publicação Original. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em 17/03/2019, 21:15.

Os homens publicos que assinaram essa lei fizeram-no convictos de estarem defendendo da melhor maneira os nossos tesouros subterraneos. Leis como essas são técnicas; presidentes e ministros apenas as subscrevem – não a leem. Há o pavor de meter os dentes em “matéria técnica”. É até lá dos técnicos. Elas são elaboradas no fundo dos ministerios ao sabor dos grandes interessados. Mas se acaso um desses homens tivesse hoje a curiosidade de ler o que assinou e refletisse sobre o texto com o seu natural bom senso, havia de ficar de cabelos arrepiados. Porque a *Lei de Minas tranca da maneira mais absoluta qualquer investigação do sub-solo*. Cria tais embaraços que só um doido varrido irá perder tempo em cavoucar a terra.

A coisa é clara. Já que o trust interessado no petróleo do Brasil não pretendia explorá-lo, e sim apenas acaparar as terras petrolíferas para reforço das suas reservas potenciais, nada melhor do que o aparecimento de uma lei que, trancando as pesquisas em geral, só favorecesse a política secreta do trust em particular. E para obter uma lei dessas, nada melhor do que pegar o indígena num dos seus acessos de febre nacionalista. Desse modo o trust afastaria os concorrentes para com todo o sossego ir acaparando as zonas geofisicamente estudadas.³²

Monteiro Lobato registrava as associações entre o ouro negro, o nacionalismo e a manipulação dos trustes. Os “homens públicos” aprovaram a Lei de Minas sem nem ao menos interrogar quais Interesses Ocultos nortearam sua escritura, já que, em sua ignorância, as matérias técnicas eram inumanas, estáveis e isentas, a contribuir no incremento econômico da nação. Porém, enganavam-se. Os métodos, os instrumentos e as teorias científicas atentavam no prefácio, dado os nós com governos e instituições, necessitavam de tento em sua aplicação. Os representantes dos trustes continuariam os estudos geofísicos no Brasil; com os resultados em mãos, as estruturas petrolíferas seriam adquiridas e, no instante em que o mercado internacional as demandar, o decreto anular-se-ia. Os nacionais, enlaçados na burocracia, não sustentariam novas iniciativas no setor e abjurariam da missão inconcebível, uma vez que as concessões e autorizações estavam a cargo dos adversários. Por isso, a “Lei de Minas, anunciada pelos seus promulgadores como o *Sésamo, abre-te!* das nossas riquezas minerais, saiu um *Sésamo, fecha-te!*...”³³, concluía. O sentimento de comunidade não deveria ser um “acesso de febre” insensato; antes, seria o motor dos *projetos* excepcionais.

Em suma, a tese do “general do petróleo” era a de que as causas da miséria decorrem da pouca eficiência do homem; e que os instrumentos multiplicadores da força dos músculos advêm com o ferro e com o petróleo. Não obstante a existência incontentável de óleo e gás em todas as nações latino-americanas, os técnicos do DNPM agarravam-se ao lema “*não tirar petróleo e não deixar que ninguém o tire*”. Por quê? Simplesmente, os diretores dos órgãos oficiais de prospecção eram agentes dos trustes internacionais! Monteiro Lobato

³² LOBATO, Monteiro. PREFACIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO. In: BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. pp. 29-30.

³³ Ibid., p. 30.

arregimentou escritos científicos, “dados” econômicos e *experiências* outras no setor a visar encerrar mais uma *caixa-preta*, mas as denúncias até aquele momento não eram inquestionáveis. O contista atravessou o abismo entre as “provas” e as malsinações ao imaginar uma trama detetivesca. Os leitores acreditariam? Caso não, aí entraria no continente da ficção, não interessa os suportes do texto. Para mais, Essad Bey ampararia as enunciações do tradutor? Na hipótese de *A luta* se tornar um romance através dos críticos, de que maneira o prefácio resistiria? A campanha pró-petróleo aguentaria outro fracasso?

Que interpretações suscitaram os escritos? O autor persa Mahomed Essad Bey não era incógnito entre os leitores; verdade seja dita, era um douto (ao menos, assim mostrava-se), e tecera “varias biographias celebres”³⁴, das quais as do *czar* Nicolau, de Stalin, de Maomé, entre outras. Inclusive, comentava-se sua fluência em todas as línguas vivas. Dois anos antes, em 1934, anunciava-se em diário carioca o seu mais novo lançamento *A história da GPU*, “contando preciosas indicações sobre a origem da revolução bolchevique na Rússia e a polícia secreta do Estado Soviético”³⁵, além de desvelar a conjuração vermelha contra o mundo. Pelo visto, os textos de Essad Bey alimentavam os ímpetos anticomunista de então:

Queixam-se amargamente os extremistas de violencias da policia, de prisões ligeiras e fechamentos de sédes sociais.

Coitados! A escola que êles defendem é tão carinhosa!

Agora mesmo foi publicado, em Paris, um livro muito interessante, de Essad Bey, que é a historia documentada de *Guépéon*, a afetuosa politica sovietica.

O livro em questão, sempre baseado em documentos oficiais, que cita ou transcreve, alinha nada menos de um milhão, setecentos e sessenta e um mil e sessenta vitimas do carinho bolchevista no proprio paraizo russo, que se não mostra cioso de um outro paraizo, o paraizo celestial, ao qual fornece uma povoação respeitavel.

As vitimas acima referidas, observadas no periodo de 1917 a 1933, estão, no livro detalhadas. Verifica-se, por tanto, que foram fuzilados por não participarem, com amor, do credo sovietico ou não terem se entusiasmado com as respectivas praticas – 25 bispos, 1.215 sacerdotes menos graduados, 6.675 professores, 3.300 medicos, 54.850 oficiais, 100.000 sargentos, 160 cabos e soldados, 10.500 agentes de [ilegível], 19.850 funcionarios públicos, 344.250 intelectuais, sendo 100.000 jornalistas ou empregados de jornais, 815.000 camponeses e lavradores e 102.000 operarios.

Todos os países chamados “capitalistas”, somados, ainda não conseguiram, voluntaria ou involuntariamente, sacrificar, em conflitos, siquer a decima parte dos operários fusilados na Russia... Que paraizo!...³⁶

Os livros de Lev Nussimbaum eram instrumentos em controvérsias ideológicas, nas quais suas teses, assentes em documentos “que cita ou transcreve”, esteavam pontos de

³⁴ ACABAM DE APPARECER. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 7, Domingo, 9 de jun. 1935.

³⁵ UM LIVRO SENSACIONAL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, Quinta-feira, 6 de set. 1934.

³⁶ Os comunistas coitados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, Terça-feira, 25 de set. 1934.

vista. Contra os números de vítimas, tornava-se custoso argumentar. Não obstante tais “efeitos” de verdade, os escritos do sábio de Baku destacavam-se pelo sensacionalismo. Provavelmente, o nosso Essad Bey seja o mesmo ex-ministro da justiça turco Essad Bey que inaugurou uma “campanha contra a maçonaria” internacional no diário esmirnense *Hurijet*³⁷. Por isso, ainda que suas descrições da vida de Joseph Stalin contivessem “informações numerosas e curiosas”, não estavam isentas de erro, “o que nos leva a aceitar com certas reservas o conteúdo de suas páginas”³⁸, de acordo com Emilio Lessit. Os seus escritos situavam-se num terceiro continente, entre a escrita “literária” e a “utilitária”.

Nesse lugar incerto, estava também *A luta pelo petróleo*. “Eis um livro que vai causar sensação”, começava a nota no *CP* (09.06.1935). Por quê? Primeiro, narrava os causos e as tramoias dos magnatas do ouro negro, John Rockefeller e *Sir* Henri Deterding; segundo, por consequência disso, “não pôde circular nos Estados Unidos”. O livro era uma “novella policial”, ainda que seu intuito se relacionasse à “decifração da palavra Petroleo” no mundo³⁹. Nesse caso, sua leitura suscitava o entusiasmo da ficção-prazer. Por mais que o prefácio de Monteiro Lobato sugerisse uma interpretação comprometida, a envolver o leitor na causa do sangue da terra, os casos novelescos e aventureiros estimulavam outras apreciações. Como enviesar as leituras?

Certos pormenores na promoção do livro não contribuíam na missão dos tradutores. Dentre as matérias arroladas na capa da primeira edição, inscreveu-se, em evidência, “o verdadeiro romance do petróleo”; a seguir, as outras temáticas da obra, tais quais a situação do mundo governado pela Standard Oil e a Royal Dutch, as discórdias que os trusts promovem, os segredos da guerra do Chaco, e assim por diante⁴⁰. Dessa maneira, não seria sem motivo as associações com as estruturas narrativas dos romances policiais, em que crimes, mistérios e mancomunicações vem à tona, através da investigação de um detetive. Os anúncios tão somente acentuavam o sensacionalismo:

Este livro de Essad Bey, pseudônimo dum dos magnatas do petróleo, causou profunda impressão no mundo inteiro pelas sensacionais revelações que faz. Mostra a tremenda luta que de muitos anos se travou entre o trust americano (Standard Oil) e o trust inglês (Royal Dutch). Na realidade a luta dos dois trusts é a luta entre a América e a Inglaterra para a conquista das reservas de petróleo do futuro. Rockefeller comanda o trust americano; Henry Deterding, cognominado o Napoleão do Petroleo, comanda o trust inglês. Surgem guerra entre os povos;

³⁷ Pelo Mundo. *Lar Catholico*: revista social, religiosa, dedicada as famílias. Juiz de Fóra, p. 63, 21 de fev. 1932.

³⁸ LESSIT, Emilio. A juventude dos conductores de homens. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, s. p., Domingo, 25 de ago. 1935.

³⁹ ACABAM DE APPARECER. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 7, Domingo, 9 de jun. 1935.

⁴⁰ A Sensacional obra sobre o PETROLEO! *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 3, Domingo, 23 de jun. 1935.

rebutam revoluções; sobem e caem governos; fazem-se e desfazem-se leis. Os povos julgam que estão agindo com liberdade e no entanto não passam de joguetes manejados por fios cujas portas estão seguras por um velho de 97 anos, em New York (Rockefeller) e por outro velho de 65 anos em Londres (Sir Henry Deterding).

Volume Brochado 6\$000
Em todas as Livrarias⁴¹

A trama era atrativa, a insinuar várias conspiratas nas engrenagens que moviam as nações “no mundo inteiro”. As “revelações” e a “realidade” dos acontecimentos, no entanto, não enredavam os leitores na história; antes, mantinham-nos como a plateia de uma intriga lá do estrangeiro. Outras sessões de livros novos também acentuavam o “romance do petróleo” no “magnífico trabalho” de Essad Bey ou, em outros casos, sem muito engajamento, indicavam tratar-se da “história da luta negra”⁴² pelo óleo de pedra. Nesse momento inaugural, *A luta* estava no continente da ficção e somente um estreito vínculo – o prefácio de Monteiro Lobato – a unia a outra margem, dos fatos.

Pouco depois dessas primeiras impressões, as leituras tomam outros rumos. Os escritos de Essad Bey ainda assim achegavam-se aos romances policiais, mas em outra vertente – agora, os leitores constatavam que os eventos “reais” conseguiriam ser tão inusitados tal qual nas ficções mais inverossímeis. O livro era o mesmo, não se acrescentou uma vírgula; no entanto, a campanha pró-petróleo resistia em Riacho Doce (AL) à custa de Edson de Carvalho, incorporador da Cia. Petróleo Nacional. Os lances em sucessão tornavam mais convincentes os argumentos do misterioso escritor persa.

Que aconteceu? O caso era um romance à maneira d’*O cão dos Baskerville*, comentou-se no *Correio da Manhã*. Durante a meninice, o repórter Judas Isgorogota ouviu a história de um “pobre diabo brasileiro” suspeito de um crime em Maceió – uma certa “Great Western” acusou “um ladrão qualquer que às deshoras lhe furtava o carvão de pedra, para vendel-o nas redondezas da cidade”. O acusado, encarcerado e moído do cassetete, não queria confessar, mas revelou o seu segredo - o carvão que mercanciava não era dos ingleses, mas da terra! “É só apanhá, ali... no... Riacho Doce...”, enunciou. Os policiais averiguaram e encontraram, nos terrenos recomendados, um depósito das “pedras que pegam fogo”⁴³... Quê indicava essa ocorrência?

⁴¹ A Sensacional obra sobre o PETROLEO! *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 3, Domingo, 23 de jun. 1935.

⁴² BIBLIOGRAFIA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 19, Domingo, 21 de jul. 1935.

⁴³ ISGOROGOTA, Judas. O CÃO DOS BASQUERVILLE. Em torno de “A luta pelo petróleo” de Essad Bey e do prefácio de Monteiro Lobato. *Correio da Manhã*, São Paulo, p. 2, Domingo, 1 de dez. 1935.

Os anos esvoaçam e advém José Bach, geólogo alemão que intenta convencer governos e particulares da existência do ouro negro na região do Riacho Doce. “Mas, sem que até hoje se consiga desvendar o mysterio, um dia o infeliz engenheiro aparece assassinado, dentro de uma canôa, sobre as aguas tranquilas da Manguaba...”⁴⁴. Nosso narrador alega que se ouviu uivos tremendos naquela noite. Seria a “fera enorme e negra”⁴⁵ de Conan Doyle?

O cão dos Baskerville vociferava contra todas as iniciativas dos nacionais: - “Em Alagoas não ha petroleo!”. Porém Edson de Carvalho desdobra-se a organizar sua companhia perfuradora e, ante a contestação do monstruoso animal, continua na liça. “Repara poços perdidos e, um dia, um fortíssimo jacto de gaz, e as primeiras golfadas de óleo sobem ao céu!”, segue a narrativa. Finalmente os “pioneiros” encontravam indícios claros da existência do petróleo em território nacional! Certamente, não era ainda o almejado sangue negro da terra, mas sua descoberta acaso estivesse logo aí. O governo do Estado averigua as indicações a rebentar do subsolo alagoano e associa-se ao engenheiro. Os técnicos do Serviço Geológico também visitam as instalações-e esbravejam: “- Retirem a sonda de Riacho Doce!! Eu quero a sonda! Tudo isto é mentira!”⁴⁶. O mistério estava solucionado, já que o cão não era ninguém mais ninguém menos do que os órgãos oficiais.

O escandalosíssimo caso de Alagoas estava somente no início. Judas Isgorogota mantém-se no entrecorrer dos eventos e transcreve um clamor do deputado dr. Alfredo Ellis na assembleia paulista, no qual acusava-se a vinda de um representante da Royal Dutch Shell Co. na região-âmago. O trustee anglo-holandês era “um dos polvos de petróleo mundial, o qual quer abocanhar essa riquíssima reserva de economia dessa parte do país e cerceal-a em ouro para os seus cofres já abarrotados”⁴⁷! Brevemente, os argumentos de Essad Bey tornavam ao continente dos fatos e até a capa do livro (Figura 3) – os tentáculos de um polvo a alastrar-se em meio a torres de petróleo, amanhados por uma cabeça lá longe (seria John Rockefeller?) – reavia em verdade, também o prefácio, em estima:

O prefacio que Monteiro Lobato escreveu para “A luta pelo petroleo”, exigiria, de um governo de “mediana moralidade”, um serissimo reparo. E então, ou o sr. Monteiro Lobato seria queimado vivo como calumniador e intrigante, ou, caso fossem verídicas as acusações, os acusados não poderiam escapar de semelhante punição.

⁴⁴ ISGOROGOTA, Judas. O CÃO DOS BASQUERVILLE. Em torno de “A luta pelo petroleo” de Essad Bey e do prefacio de Monteiro Lobato. *Correio da Manhã*, São Paulo, p. 2, Domingo, 1 de dez. 1935.

⁴⁵ DOYLE, Arthur Conan. *O cão dos Baskerville*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 24.

⁴⁶ ISGOROGOTA, *Op. cit.*

⁴⁷ *Ibid.*

Felizmente, pelo que já se viu, o grande escriptor brasileiro, que em seu prefacio diz verdades muito mais dolorosas que as de Zola ao “J’accuse”, está virtualmente livre do castigo de abyssinia...⁴⁸

Desanuviava-se o mistério do cão dos Baskerville através da reunião de Essad Bey, Monteiro Lobato e Edson de Carvalho. Junto dos testemunhos, a atuação no mínimo duvidosa do SGF servira como confirmação dos fatos e transmutaram o prefácio em verdade, numa *caixa-preta* articulada. Nesta ocasião, outros elementos entrariam na conta dos trustes internacionais, a enredar ainda mais as ocorrências obscuras, e trariam o óleo de pedra às manchetes dos jornais.

Os eventos recentes não eram noticiados somente nos Estados em que atuavam os pioneiros, Alagoas, Bahia e São Paulo. No Paraná, mencionava-se que muita “gente não acreditou nas verdades do grande magnata americano, que ali aparecia sob pseudonymo”⁴⁹, isto é, nas intrigas reveladas na história do petróleo de Essad Bey. Porém, a guerra do Chaco viera asseverar a narrativa da interferência dos trustes petrolíferos nas economias latino-americanas. Agora, notícias acerca de um movimento revolucionário no México, no intuito de derrubar o presidente Cardenas, assustava o jornalista, visto que, assim como na Bolívia, o governante tentara resguardar a economia nacional dos interesses estrangeiros. No entanto,

Graças a Deus, o Brasil ouviu a tempo os conselhos de um seu grande filho, que, conhecedor profundo da política internacional do “ouro negro”, previa para a nossa pátria dias aziagos de lutas encarniçadas para que aqui fosse também respeitado o poderio que elles, os magnatas, extendem por todo o mundo.

Esse brasileiro a quem se deve tão inestimavel serviço é Monteiro Lobato que, como já se disse alhures, encarna, no atual momento, a verdadeira alma bandeirante, pelo arrojo de suas iniciativas e pela coragem de suas attitudes.

Podem, pois estar descansados os brasileiros. O petroleo, no dia em que apparecer no abençoado solo de nossa patria, será nosso - somente nosso.⁵⁰

Por certo, os críticos não estavam meramente com “um livro curioso, o romance do petroleo, digno de leitura”, como há um mês! Nesse momento, no qual as empresas nacionais de prospecção ruíam em consequência de choques internos, Monteiro Lobato, naquela ocasião não mais diretor da Cia. Petróleos do Brasil, angariava a estima pública, já que verteu os textos de Lev Nussimbaum para o português e escreveu uma denúncia contra os Interesses Ocultos a reger os órgãos oficiais. O óleo mineral, no Brasil, encontrava seu maior partidário no “pai do Jeca”, essa verdadeira alma bandeirante, consoante o trecho acima, a

⁴⁸ ISGOROGOTA, Judas. O CÃO DOS BASQUERVILLE. Em torno de “A luta pelo petroleo” de Essad Bey e do prefacio de Monteiro Lobato. *Correio da Manhã*, São Paulo, p. 2, Domingo, 1 de dez. 1935..

⁴⁹ O Petroleo do Brasil para os brasileiros. *Correio do Paraná*, Curitiba, s. p., Terça-feira, 24 de mai. 1938.

⁵⁰ *Ibid.*

esclarecer os compatriotas do valor e da relevância do óleo e gás entre as nações, além de antever “dias aziagos de lutas encarniçadas” neste lugar.

Destacarei que ainda estamos no interior das controvérsias tecnocientíficas, mas em outros vínculos e nós entre os instrumentos, as *alianças*, os critérios de avaliação em uma área e a representação pública. O caso de Alagoas viera “abrir os olhos do público, despertando um movimento de solidariedade em torno da indústria do petróleo nacional”, registrava-se em gazeta de Florianópolis, quer dizer, o sangue negro da terra entrava no rol dos problemas nacionais, não sem discussões. Prova era o sucesso de *A luta*, já que a primeira edição se esgotou em alguns dias e a seguinte, a sair com novo apêndice, no qual Monteiro Lobato fulminava as tramas no SGF. Por esse motivo, no jornal catarinense, aconselhava-se a leitura da obra “a todas as pessoas que se interessam por tão palpitante assunto, e confiam no destino glorioso do Brasil”⁵¹.

Os eventos nas concessões alagoanas serviram como anúncio ao livro de Essad Bey. Primeiramente, a tradução seria distribuída a uns tantos governantes e visava conscientizá-los acerca do combustível que regirava o mundo; na prática, o livro era uma assistência ao prefácio de Monteiro Lobato, em que discorria a respeito dos esclarecimentos em torno do ouro negro, das latentes reservas de óleo e gás em território nacional, além das denúncias contra a atuação oficial no setor, etc. Quê aconteceu? O livro encontrou vários outros leitores graças ao escarcéu em Riacho Doce. De início, romance; depois, mostra do controle dos trustes sobre a política nacional do petróleo. Nesse movimento, a existência do óleo de pedra era tomada como incontestável, assim como as acusações em objeção ao Serviço Geológico, no Brasil, mesmo que, corretamente, as provas não estivessem conclusas. Porém, no arregimentar novos *aliados*, era mais interessante o que os leitores criam, uma vez que o coração incitava mais do que a razão. Caso limitássemos as controvérsias científicas aos seus métodos ou testes laboratoriais, nunca entenderíamos a movimentação pró-petróleo no Brasil.

Os vários jornais também adentravam nas tensões sociais ao propiciar a circulação e a recepção de ideias entre a opinião pública. Os comentaristas orientavam as análises e instigavam leituras; marcavam se tal ou qual texto era um romance medíocre ou uma denúncia arrebatadora; atraíam ou estorvavam novos leitores. Por isso, durante o tempo em que era apresentado com entusiasmo, *A luta* era uma arma invejável aos “petroleiros”;

⁵¹ RAMALHO, Orlando. Livros e autores. *República*, Florianópolis, s. p., Quinta-feira, 2 de jul. 1936.

aumentava as hostes do rei da Era Moderna. Não obstante o revés nas considerações, o escrito do orientalista não teria a mesma veemência do prefácio de Monteiro Lobato.

O livro de Essad Bey era citado aqui e ali, mas sempre em função da tese lobatiana, ou seja, aquele tornara-se um instrumento na campanha pró-petróleo, mas subsidiário. Para manter *A luta* no continente dos textos “utilitários”, retirou-se o “romance do petróleo” e as outras temáticas elucidadas na obra da capa da terceira edição, e acrescentou-se o seguinte reclame em contrapartida:

Todos os segredos da terrível política do petróleo, que hoje domina o mundo inteiro, acham-se esclarecidos nesta obra de repercussão mundial. NO PREFACIO MONTEIRO LOBATO TRATA DESASSOMRADAMENTE DO ESCANDALOSISSIMO CASO DE ALAGOAS, QUE VEIO DESMASCARAR O SERVIÇO GEOLOGICO FEDERAL⁵².

Contra os incrédulos, estampava um retrato do “fortissimo jacto de gás de petróleo que o poço”⁵³ São João deu. Monteiro Lobato incluiu outro prefácio, além do mais, no qual resumia o caso de Riacho Doce, no intuito de evidenciar a conveniência d’*A luta* na situação vigente, todavia seu interesse maior já era outro. Não contava com a empresa mãe da iniciativa privada, muito menos com os órgãos oficiais; nos meses entre a edição do livro e a escritura do novo prefácio, o general recrutava acólitos invulgares: Osman Loureiro, interventor de Alagoas e a Elektrische Bodenforschung, ELBOF, entidade alemã especializada em prospecção geofísica. Em suma, marcava o reinício da campanha pró-petróleo, em que os inimigos estavam visíveis e os *aliados*, ordenados. Isso ocorreu em razão não só dos eventos nos terrenos de Edson de Carvalho, mas também da rede de sociabilidade lobatiana, atentaremos depois.

Porém, o mais curioso, nessa tiragem, era a advertência em seguida:

O publico tem absorvido este livro com verdadeira voracidade – prova de compreensão do alto problema que ele focaliza. E como o caso do petroleo brasileiro se precipita, muita coisa nova teriamos a dizer neste prefacio da terceira edição.

Mas o que ha a dizer é demais – não cabe num simples prefácio. Por esse motivo damos a publicidade um livro novo, “O ESCANDALO DO PETROLEO”, onde vem o meu depoimento e o de Hilario Freire, prestados á Comissão de Inquerito sobre o Petroleo, que o presidente da Republica nomeou para apurar os fatos constantes das minhas insistentes denuncias. Esse novo livro traz revelações tremendas e deve ser lido e meditado a fundo por todos os brasileiros realmente amigos de sua terra.

⁵² BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

⁵³ *Ibid.*

Que aconteceu? Iniciamos este item com um diretor às tontas com alguma tradução, temeroso com os rumos da sua iniciativa industrial; não mais do que de repente, veio à mente sua situação de escritor sobejamente conhecido e, por meio das tintas que o consagraram, elaborou veemente denúncia contra os inimigos da campanha pró-petróleo; a investida sairia no meio acusação estrambótica, meio romance detetivesco *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey. No encerramento, estamos em torno dos jorros de óleo e gás do poço São João, além das tensões entre os “pioneiros” e os cientistas e engenheiros do Ministério da Agricultura; o sangue negro da terra vinculou-se à história do Brasil, na aparência; as vicissitudes na missão culminaram em um Inquérito instituído à mando de Getúlio Vargas, também em novo livro que “deve ser lido e meditado a fundo por todos os brasileiros realmente amigos de sua terra”. Por isso, neste momento da tese, reiteramos que o que há a dizer é demais – não cabe num simples item.

Obviamente, os nós entre os escritores não acarretaram essa movimentação. Os textos incitaram os ânimos, inauguraram outra retórica na campanha pró-petróleo, a do *complô*. De resto, ousavam tanto nas mancomunicações que os leitores apreciavam de maneiras distintas, na divisa entre o fato e a ficção. Monteiro Lobato construiu uma argumentação resistente, mas, caso *A luta* estivesse no continente da “literatura”, de que adiantaria? Os custos eram altos e o descrédito estava logo ali. Por sorte, a bem da verdade, aconteceu o escarcéu nos terrenos da Cia. Petróleo Nacional, o qual transmuta o romanesco dos textos em eventos aceitáveis, críveis. Os “petroleiros” aumentam suas hostes com as afirmativas de Essad-Bey, já que elas resistiam, malgrado as suspeitas.

O orientalista não era mais requisitado com o mesmo ímpeto em meados de 1936, a despeito das tiragens – encontrava-se na terceira edição. A conjuntura reclamava novos textos e outros livros, dado que os eventos mais inusitados estavam a ocorrer e Essad Bey não era o intérprete mais aconselhável. Monteiro Lobato tomaria essa incumbência e escreveria, nesse ano, *O escândalo do petróleo*, a súpula da campanha pró-petróleo. Nesse caso, interessa notar a introdução dos livros na missão dos “pioneiros”, intermediários entre as suas ideias e a opinião pública menos evanescentes do que os papéis dos jornais. Para mais, a tradução e o prefácio mostram que o “general” não largaria as letras nas suas modalidades ficcionais ou utilitárias.

⁵⁴ LOBATO, Monteiro. ADVERTENCIA. In: BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 5.

O mais curioso é atentar que a mística do *complô* era muito mais convincente do que a da *unidade* via sr. Francisco Sylvino. O acionista era incrível, apesar da entrevista e do retrato; a mancomunação dos trustes, por outro lado, nunca inquestionável, tornou-se logo uma verdade nos meios de comunicação, uma vez que o escândalo em Riacho Doce seria a maior demonstração dos Interesses Ocultos no Brasil. Pelo visto, na campanha pró-petróleo, o inimigo em comum e o sentimento de traição suscitavam a união dos brasileiros, não o ideal de construir a nação vindoura conjuntamente, quer dizer, a solidariedade entre os mais ricos incorporadores e o mais humilde dos subscritores. Mas, por quê?

4.3 O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha “descobre” petróleo em Alagoas? A emergência das ficções na campanha do petróleo

- “Dom Quixote de la Mancha, o mais valente e nobre de todos os cavaleiros andantes, passados, presentes e futuros” – respondeu Sancho.
- “E que coisa é essa de cavaleiro andante?” – perguntou a rapariga.
- “É um traste de ferro que está sempre em véspera de ser imperador ou de ser moído a pancadas.”
(*Dom Quixote das crianças*, Monteiro Lobato)

8 de junho de 1935. O poço de São João, em Riacho Doce (AL), rebenta seus primeiros jatos de óleo, seguidos de gases inflamáveis. Ninguém mais acreditava na existência do ouro negro, mas Edson de Carvalho insistia – e vencida. Iniciar-se-ia uma nova nação, rica, crescente e soberana? Seria a emergência de um novo poder no cenário internacional? O Estado mais carente da União retiraria das suas entranhas, do subsolo misterioso e oculto, a redenção de todo o país? Os tidos “precursores” do petróleo brasileiro estavam certos, supostamente.

Contudo, seria necessário o auxílio do serviço federal “para intensificar os trabalhos e tomar as medidas necessárias reclamadas pelas manifestações da sondagem”¹. O Ministério da Agricultura envia seu técnico, dr. Eugênio Bourdot Dutra. Quem seria esse mandatário do DNPM²? Nos noticiários circundavam as maiores suspeitas em torno do Serviço Geológico, quer dizer, os boatos da existência de Interesses Ocultos em seu funcionalismo.

O técnico não examina as novas evidências nem autoriza a remessa de mais maquinário, indispensável para a continuação da prospecção. Dutra exige “*a entrega da sonda cedida ao Estado para aquela fim*” à Cia. Petróleo Nacional. O comunicado escrito a Odilon Braga, então ministro da Agricultura, por Osman Loureiro, governador de Alagoas, na

¹ O escândalo do petróleo em Alagoas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p.5, Sexta-feira, 23 de ago. 1935.

² Consoante Peter Seabor Smith, em 1933, “Juarez Távora, vulto destacado da revolução de 1930, assumiu o Ministério da Agricultura. Era um robusto centralista que acreditava em medidas como o proposto Código de Minas como instrumentos eficazes para uma distribuição mais justa e de âmbito nacional dos frutos da utilização dos recursos naturais. Começou por reorganizar o mecanismo burocrático relativo à pesquisa do petróleo. Em junho de 1933, formou a Diretoria Geral da Produção Mineral (DGPM), que em março do ano seguinte passou a Diretoria Nacional da Produção Mineral (DNPM). Para ela, Távora transferiu todas as propriedades minerais, licenças de prospecção e concessões de mineração que haviam sido postas sob jurisdição dos estados. (...) Lamentavelmente, a reorganização não foi acompanhada por aumento orçamentário, pois o governo continuou a apropriar parcas verbas para exploração do petróleo”. Nos documentos, no entanto, maiormente nas entrevistas do “petroleiros”, continua-se a usar Serviço Geológico Federal. Cf. SMITH, Peter Seabor. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Tradução de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro: Artenova; Brasília: Editora da UNB, 1978. p. 40.

ocasião dos exames de Eugênio Dutra, evidencia o surgimento de tensões sociais entre o governo estadual e os serviços federais, bem como entre os “precursores” do petróleo e os técnicos do Serviço Geológico, inteiramente municionadas de argumentos científicos e tramas romanescas, mistura inextrincável de história e ficção:

“Dr. Odilon Braga. Ministerio da Agricultura.

“Tenho o pesar de levar ao conhecimento de V. Excia. que o dr. Eugenio Dutra, enviado do Serviço Geologico, *em lugar de trazer a aparelhagem necessaria para examinar a situação do petroleo do Riacho Doce, apresentou um officio reclamando a entrega da sonda cedida ao Estado para aquelle fim.* A retirada da sonda no momento actual não seria somente uma decepção, *em desabono do credito do serviço official, senão tambem a confirmação dos rumores de que interesses ocultos entravam o andamento das pesquisas do precioso oleo.* Solicitamos pois, com vivo empenho, a revogação da ordem de retirada da sonda, garantida pelo Estado, em contracto firmado, bem como a determinação de exame dos poços registrados em Riacho Doce. Attenciosas saudações. (a.) *Osman Loureiro.*”³

Os movimentos do órgão federal asseverariam ou não os rumores da existência de Interesses Ocultos no setor petrolífero. Nesse momento, seria o término da Companhia Petróleo Nacional caso a sonda fosse entregue, também das *expectativas* em volta da descoberta. Osman Loureiro escreveu ao ministro tentando solucionar o problema através das vias oficiais. No entanto, os alagoanos não aguardariam inertes às novas diretrizes. A “imprensa estadual publicou artigos de enérgicos protestos”, a mocidade “encheu as praças publicas de comícios”, a multidão na rua “manifestou-se disposta a ir para o Riacho Doce impedir materialmente a execução da extranha providencia”. Mesmo o líder da maioria na Assembleia Constituinte bramava em seu discurso: “A sonda não irá!”⁴.

O estremecimento ecoou no Rio de Janeiro. Ninguém entendia a decisão do técnico. Os senadores Costa Rego e Manoel Góes Monteiro, apresentaram um requerimento ao Senado da República a solicitar informações acerca do caso. Inclusive, conta-se que Edgard Góes Monteiro, secretário do Estado, enviou ao deputado estadual Quintella Cavalcanti um telegrama que comoveu a opinião pública:

Sómente hoje tive conhecimento da attitude brilhante e patriótica da Assembléa Constituinte, protestando contra a entrega da sonda.

Em vista da promessa do ministro feita ao sr. Manoel Góes Monteiro de enviar technicos para examinar o gaz e das resoluções do chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral, *estou convencido de que, por outro lado, existem interesses ocultos em dificultar as pesquisas de petróleo em Riacho Doce.*

A bancada requereu informações ao ministro.

³ O escândalo do petróleo em Alagoas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p.5, Sexta-feira, 23 de ago. 1935.

⁴ *Ibid.*

*Seja qual fôr o resultado, a sonda não deve ser entregue, nem que seja preciso empregar a violencia.*⁵

O inimigo atraía a atenção. Os discursos formavam seus contornos. Nas cartas e entrevistas, nos artigos e relatórios, nomes eram conceituados como servos dos trustes internacionais, traidores da pátria. Não eram mais silhuetas, mas agentes em exercício, obstruindo a exploração do petróleo em território nacional, atuando como funcionários do governo federal. As denúncias criavam o mal e o bem. Os espíões, investigadores e intermediários da Standard Oil e da Royal Dutch encontravam a resistência dos “precursores” da causa, incluindo estadistas e redatores. Combater os Interesses Ocultos era uma maneira de firmar-se como representante do interesse nacional, ou seja, do bem comum, mesmo as Cias. sendo feitas da iniciativa privada.

Nosso intuito nesse momento é investigar como ciência e ficção associam-se no “escândalo” acima. Para isso, examinaremos o recrutamento dos *aliados*, as controvérsias na literatura técnica, a comunicação dos exames e ensaios laboratoriais nos noticiários, a construção de *caixas-pretas* – seu encerramento ou sua abertura -, enfim, as associações fortes e fracas atuantes na construção da tecnociência. Outrossim, como narrativas romanescas são construídas nesse caso historicamente situado. Em outros termos, analisar como um significante (o técnico Eugênio Dutra) assume um significado (agente dos Interesses Ocultos) e como cria-se e institui-se, nesse movimento, um signo e uma realidade⁶.

O mandado de retirada da sonda dos terrenos da Cia. Petróleo Nacional dos técnicos do Ministério da Agricultura gerou manifestações inimagináveis aos “petroleiros”. O “povo alagoano”, consoante Hilário Freire⁷, manteria a vigilância do poço, “guardado de dia e de noite com armas automaticas, por ordem do governo do Estado”⁸, e evitaria a remoção da sonda. Dessa maneira, o serviço federal recuou. Com as ameaças e as reclamações dos alagoanos, Eugênio Dutra não mais saiu à rua, mas conservou a convicção de que os rumores

⁵ O escandalo do petróleo em Alagoas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p.5, Sexta-feira, 23 de ago. 1935.

⁶ Cf. BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 7ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

⁷ Hilário Freire era o advogado das companhias nacionais de petróleo. Além disso, consoante o *Correio Paulistano*, foi deputado estadual (SP), momento no qual “tivera directa actuação parlamentar na elaboração de nossas leis referentes ao problema do grande combustível”. Inclusive, em 1927, relatou a lei votada para as investigações e para o aproveitamento do subsolo paulista. Depois, em entrevista, anunciou que “onde surgisse, a respeito, uma iniciativa individual, ou colectiva, ahí esteve minha cooperação, modesta, mas sempre vigilante”. Hilário Freire era o interlocutor entre as firmas da iniciativa privada e o *Correio Paulistano*, visto que outrora colaborou nesse diário. Cf. Uma hora dramática do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

⁸ Ibid.

subterrâneos em Riacho Doce, resultado da expansão dos gases, “eram consequencia de desmoronamentos do poço, muito embora esse poço estivesse revestido, de alto a baixo; cimentado e em perfeito estado de funcionamento [...]”⁹, esclarecia os noticiários do *Correio Paulistano*. O ministro também hesitou e manteve a sonda do poço de São João. Porém, malgrado os tumultos, o Serviço Geológico comunicou ao governo do Estado “que não dispõe de recursos financeiros indispensáveis ao seguimento dos estudos!...”¹⁰.

O momento era favorável aos “petroleiros”. O poço de São João, em Riacho Doce, situava-se a treze quilômetros de Maceió, numa faixa costeira com muitos afloramentos de xistos betuminosos. Os gases inflamáveis “se desprendiam com fortes estampidos no subsolo” e constatava-se a presença de água salgada e fortes exsudações oleosas na região. Na visão de Hilário Freire, esse gás “condensado produziria toda a gasolina exigida pelo consumo local”¹¹. A natureza mostrava-se uma *aliada* valiosa, visto contravir os incrédulos do ouro negro em território nacional. Para converter esses indícios em verdade, no entanto, restava o arbítrio de cientistas, técnicos e engenheiros – as vozes dessa legião muda.

Osman Loureiro não recorria mais ao Ministério da Agricultura. O Estado obteria os recursos necessários a prossecução da sondagem, declarou. Dessa maneira, a Assembleia de Alagoas concederia uma subvenção de duzentos contos de réis ao incorporador da Cia. Petróleo Nacional, Edson de Carvalho. Contudo, o “pioneiro” inteira-se da proposta da firma alemã Piepmeyer & Comp., secção ELBOF, “para a execução de estudos e pesquisas geophysicas, que determinariam, com a obtenção de resultados positivos, financiamento illimitado para a effectiva exploração industrial do petroleo”¹². Desiste da verba para si e insiste no contrato entre os poderes constituídos e a firma estrangeira.

Que firma era essa? Não sei informar ao certo como os contatos entre a Piepmeyer & Comp. e as firmas nacionais começaram. De acordo com Hilário Freire, Juarez Távora, no cargo de ministro da Agricultura (nov. de 1932 até jul. de 1934), solicitou ao Ministério do Exterior a indicação de uma organização técnica estrangeira idônea, interessado em iniciar os estudos geofísicos no Brasil. O Itamaraty teria esclarecido que a Piepmeyer & Comp. era a firma com maior reputação mundial. Na ocasião, o ministro requisitou uma proposta de pesquisa do subsolo brasileiro aos alemães, e esses enviaram o dr. Winter ao país. Hilário Freire ainda comunica que o “dr. Winter é um dos mais notáveis petroleologos da terra, um

⁹ Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

¹⁰ O escândalo do petróleo em Alagoas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, Sexta-feira, 23 de ago. 1935.

¹¹ Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, pp. 1 e 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

¹² Uma hora feliz da história do petróleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 10 de jan. 1936.

dos maiores engenheiros alemães, especializados no assunto”, além disso, dirigiu os trabalhos de exploração de petróleo na Romênia durante vinte e cinco anos, “como chefe de sua maior empresa, a Stella Romana”¹³.

Por certo, Monteiro Lobato atuou nessas alianças entre a firma alemã e os governos estaduais. Em entrevistas, os “pioneiros” revelaram que o dr. Winter aguardava a resolução da proposta ao Serviço Geológico em São Paulo, momento no qual “foi aproximado de Monteiro Lobato por um geólogo diretor de serviços no Araquá”¹⁴. O escritor viu uma nova maneira de continuar os negócios, como vimos anteriormente. Os serviços federais não eram leais aos interesses nacionais, conceituava; então, restavam os Estados. Dessa maneira, entrou em consonância com os governos de São Paulo e de Alagoas. Daí “resultaram as leis, de um e outro Estado, autorizando os serviços geophysicos para a determinação dos respectivos campos petrolíferos”¹⁵. Iniciava-se um novo momento na aventura das companhias de petróleo.

A Piepmeyer & Comp. era a maior *aliada* dos interesses particulares, nessa ocasião. O fiasco do Indicador de Óleo e Gás ocasionou crises nas hostes das empresas nacionais ao suscitar receios entre os acionistas e a escassez de recursos econômicos. Os alemães mostrar-se-iam enquanto solução desse colapso. Para coroar a vitória alagoana no poço de São João, restava anunciar esse contrato:

Vamos explicar como se processa essa libertação [econômica do Brasil]. O que o governo alagoano contractou, no dia 23 do corrente, com a firma Piepmeyer e Comp., de Kassel, Allemanha, foram estudos geophysicos, relativos á região petrolifera do Riacho Doce e outras do Estado, a serem executadas pela secção ELBOF, da mesma firma, que é a entidade especializada em serviços geophysicos que goza de maior reputação e de maior autoridade no mundo inteiro. Basta dizer que com base nas conclusões desses estudos da ELBOF, ha poderosos grupos bancarios, financeiros, technicos e industriaes que assumem o encargo de abrir quantas perfurações e realizar quantas installações forem necessarias, montando refinarias, reservatorios, oleoductos, portos, navios tanques, e tudo o mais inherente a um completo parque petrolifero moderno, com a condição de receber o reembolso do financiamento, dos serviços e das obras com uma percentagem do petroleo que vier a ser extrahido.¹⁶

Com isso, remover-se-iam os obstáculos da iniciativa, já que o “dogma da não existência do ouro liquido no Brasil”¹⁷ seria maculado, a falta de aparelhamento técnico e os

¹³ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Ibid.*, p. 1.

¹⁷ *Ibid.*

escassos capitais, supridos. Certamente isso não era gratuito e os alemães reclamavam uma “percentagem do petroleo que *vier* a ser extrahido”. Outra vez, somente *expectativas*? Não. Nesse momento, o poço São João estava aí como uma garantia de sucesso. Os indícios – o gás inflamável, a água salgada e as exsudações oleosas, etc. – animavam não somente o governo alagoano, mas também a firma estrangeira. O dr. Winter teria declarado ao retirar testemunho do poço: “Depois que deixei a Rumania é a primeira vez que torno a sentir o cheiro authenticico do petróleo”¹⁸. O *oil man* afirmava a existência do óleo de pedra no Riacho Doce e demandava as necessárias precauções técnicas para continuar a perfuração.

A aliança com a Piepmeyer & Comp. incluía outra vantagem, exorcizar o fantasma do dr. F. B. Romero. Os nomes eminentes entre os “precursores” tentavam olvidar o cientista norte-americano. Hilário Freire escudava a iniciativa ao criticar a ignorância dos conterrâneos em relação aos “progressos assombrosos alcançados nos dois últimos anos pela sciencia da geophysica”¹⁹. O contrato iniciaria o “cyclo scientifico do petroleo nacional”. Quê isso consiste? O Brasil, nessa visão, viveu durante vinte e cinco anos em um “período do empyrismo”, no qual se avançava ao acaso, rasgava-se a terra às tontas; doravante, a geofísica devassaria “o sub-sólo como o raio X devassa o nosso organismo”²⁰. O Indicador de Óleo e Gás seria um resíduo do período empírico, daí seus erros; a ciência dos alemães assinaria a “phase da industrialização do nosso petróleo”, visto que “ineptos e inconscientes seriam os capitaes e as empresas que se pusessem a abrir novas perfurações sem precedel-as dos estudos geophysicos”²¹. A ideia é tramar um corte, tecer um novo estágio da Cia. Petróleo Nacional. Edson de Carvalho acentuava o mesmo em suas entrevistas e afirmava que “Romero representava um adiantamento sensível” no início da década, mas então “foi compulsoriamente aposentado pelos ultra-recentes processos scientificos da geophysica”²². O invento estava ultrapassado.

Com esses novos recursos técnicos e essa nova ciência, os incorporadores comunicavam que em três meses jorraria o petróleo do Riacho Doce. “Assim, 1936: anno do petroleo no Brasil”, visionava Hilário Freire. E concluía: “Não mais falta de technica, nem de

¹⁸ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

¹⁹ *Ibid.*, p. 1.

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Ibid.*

²² Uma hora feliz da historia do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 10 de jan. 1936.

capitães, nem de parques industriais. Industrialização ampla, organizada, completa”²³. Os novos *aliados* estavam a reerguer as *expectativas* dos “pioneiros” na causa do ouro negro.

- “É, então, uma situação excepcional...”²⁴, admitia o repórter do *Correio Paulistano*, em 10 de janeiro de 1936, ao entrevistar o sr. Edson de Carvalho, diretor da Cia. Petróleo Nacional, acerca do movimento petrolífero em Alagoas.

O “pioneiro” reiterava o cenário excelente de sua empresa:

- “Excepcional e promissora. Vejam bem os meus amigos da imprensa: estudos geophysicos sobre os dez mil hectares de nossas propriedades e concessões, feitos preferencialmente, determinados e contractados pelo governo do Estado com a secção Elbof, da firma Piepmeyer & Comp., de Kassel, a mais autorizada do mundo inteiro; oferta de financiamento fundado sobre os resultados desses estudos e pesquisas; um poço de 256 metros de profundidade, dotado de todos os requisitos técnicos, com vasão de gás de petróleo e testemunhos de terrenos eoceno, igual aos mais rendosos districtos da Rumania; dispensa de novos apellidos aos capitães nacionais; amplo suprimento de recursos técnicos; reembolso dos adiantamentos pelo próprio petróleo produzido; nenhuma interferencia dos grupos financiadores na vida interna da empresa; organizações financiadoras recommendadas pelo governo do Reich”.²⁵

As empresas da iniciativa privada estavam com enorme visibilidade e alcance. As hostes relacionadas mostravam a gravidade do negócio, a envolver uma multidão de *aliados*. Não somente esses, como mencionou Edson de Carvalho, mas em termos de autorizações e concessões não existiam riscos ou dúvidas, já que o domínio privado “de nossa empresa sobre as jazidas de suas concessões está fóra de qualquer duvida”, bem como o direito de explorá-las, “concedido por um decreto-lei especial do governo provisório federal, em abril de 1932”²⁶. Nesta ocasião, o sr. Edson de Carvalho reunia-se com os seus “velhos e tenazes companheiros de lucta” em São Paulo, a promover a constituição definitiva da Companhia Petróleo Nacional e também decidir “sobre os contractos que lhe são propostos”²⁷. Os incorporadores criam na certeza dos estudos geofísicos da ELBOF.

O curioso nessa entrevista não é a ciência em ação, mas algumas tramas literárias. O diário avaliava as ações dos pioneiros como o “movimento de nossa libertação economica, pela desescravização do sub-sólo...”. Edson de Carvalho animava esse significado ao incluir a “enérgica iniciativa de uma plêiade corajosa de ilustres filhos” de São Paulo no “movimento

²³ Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

²⁴ Uma hora feliz da historia do petróleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 10 de jan. 1936.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *Ibid.* O documento é o decreto federal n.º 21.295, de 8 de abril de 1932.

²⁷ *Ibid.*

libertador”²⁸. Não encontramos razões científicas aí, certamente. Porém, tais discursos intensariam os atritos tecnocientíficos entre os incorporadores das empresas privadas e os funcionários do serviço federal, já que encerrariam os diversos acontecimentos da campanha promovida em torno do óleo mineral numa intriga internacional, romanesca.

Os *porta-vozes* das empresas nacionais atinavam que somente a retórica científica não transmutaria o óleo de pedra em interesse nacional. Nesse caso, tornava-se necessário encantar o imaginário dos brasileiros, alcançar seu coração²⁹. Dessa maneira, incitariam seus conterrâneos em uma missão – a desescravização do subsolo –, na qual estavam na vanguarda, representantes da salvação econômica da nação, não de seus interesses particulares. No escândalo antevisto no caso alagoano, os incorporadores da Cia. Petróleo Nacional tencionavam suscitar a opinião pública em seu favor, angariar mais *aliados*, além de subscritores. A estratégia, consciente ou não, seria investir na imaginação, através de ficções políticas.

A narrativa era elementar, a incluir uma *idade de ouro* e uma *conspiração*. O poço São João, em Riacho Doce semeava muitas *expectativas*. O sr. Hilário Freire, em entrevista ao *Correio Paulistano*, encarava o “contracto de Alagôas” como o início da industrialização do nosso subsolo, a nossa “redenção econômica”³⁰. A encruada pobreza nacional encontrava uma salvação. As “boas novas de Alagôas”, comunicava o noticiário, anunciava “no horizonte do Brasil a terra de Chanaan do petróleo, revelado [...] [no] districto de Maceió”³¹. Os significantes – maiormente o poço de São João - obtêm significados religiosos de imensa ressonância em uma nação católica, como o Brasil. Com essas imagens, os leitores do diário intuiriam as dimensões da campanha do petróleo. Porém, já que no mundo burguês tudo o que era sagrado é profanado³², a bem-aventurança decorreria da exploração científica do

²⁸ Uma hora feliz da historia do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 10 de jan. 1936.

²⁹ Cf. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.5: Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da moeda, 1985.

³⁰ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Domingo, 29 de dez. 1935.

³¹ *Ibid.*

³² “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Organização e introdução Osvaldo Caggiola; tradução do Manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 43.

“soberano econômico do mundo”³³, através de refinarias, óleo ductos, navios tanques, etc. A missão teria como término uma *idade de ouro* por vir, não um Paraíso além.

Não obstante os sacrifícios dos diretores e acionistas, existiam “aves de presa”³⁴ no território nacional a obstruir a consecução dos *projetos* pátrios. Os *porta-vozes* das companhias já alertavam, em entrevistas, a existência de Interesses Ocultos a entravar as pesquisas de petróleo no Brasil, mas sem aclarar nomes ou eventos concretos. Rumores, apenas. A misteriosa ordem do dr. Eugênio Bourdot Dutra atestava os burburinhos, aparentemente. Quê outro motivo teria esse técnico? Certamente, os trustes remuneraram esse traidor! O único poço com intensa vasão de gás e impregnações indicativas de petróleo em território nacional era ameaçado por um funcionário do Serviço Geológico! Em tese, sua única função era assistir as iniciativas a devassar a crosta terrestre à cata do óleo mineral. Os “pioneiros” sacaram suas armas e investiram contra o órgão federal; o escândalo forneceu-lhes a munição necessária.

Nessa narrativa, a *conspiração* contra os “interesses supremos de sua terra”³⁵ estava em curso e não esmoreceu com as ocorrências em Alagoas. Os trustes internacionais concorriam contra a Piepmeyer & Comp. sem ocultar-se. O governo alagoano, comentava Hilário Freire em entrevista, foi ...

[...] cercado por uma efflorescencia de propostas perturbadoras, com offeras captivantes de baixo preço [de financiamento]. A Royal Dutch envia-lhe por telegramma uma proposta da Hollanda. A Standard Oil uma proposta sueca e outra franceza. Um notavel geologo da Royal Dutch, o dr. Trumpy, vae pessoalmente a Riacho Doce. A Standard manda de avião a Maceió seus representantes Leighton Clark e Gerald Sola. Estes chegam um dia antes do dr. J. W. Winter, representante de Piepmeyer e Comp. O dr. Osman Loureiro não teve um instante de vacillação. Elle entendeu que prestações de serviços não admittem concorrência. Ellas só podem ter por base a confiança inspirada pelo prestador. (...). Rejeitou, por isso, as offeras de origem suspeita, num lance empolgante do drama do petroleo. Sobre o poderio economico, sobre a pretensão das entidades mais poderosas da terra, empenhadas em na manança de seu monopólio, elle colocou, sobranceiramente, os interesses supremos de sua terra, sem perder um minuto, sem admittir uma unica manobra de protelações. Foi nessa hora heroica, que se traçaram novos rumos para os destinos da nacionalidade.³⁶

Hilário Freire nomeava os inimigos, visto que se encontrava em um momento favorável. Não conservava a discrição, o escarcéu em torno do poço de São João atestava as suspeitas dos *porta-vozes* das empresas privadas. Os Interesses Ocultos, antes espectros a

³³ Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Domingo, 29 de dez. 1935.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.*, p 18.

³⁶ *Ibid.*

rondar as iniciativas nacionais, tornavam-se visíveis, com contornos nítidos – a Standard Oil Company e a Royal Dutch Shell. Os trustes agiam em várias nações, através de seus representantes. A Royal Dutch enviou um “notável geólogo” a Riacho Doce, também uma “proposta da Holanda”; a Standard Oil remeteu “uma proposta sueca e outra francesa”, além dos srs. Leighton Clark e Gerald Sola à Maceió, logo depois da vasão de gás em São João. Os elementos tornavam a *conspiração* crível e demonstravam a presença de exércitos de *aliados*. Como registrava uma nota no *Correio Paulistano*, “é de interesse vital para as grandes companhias de petróleo, que os seus mercados consumidores não produzam o artigo”³⁷, e assim eternizar a escravização do subsolo brasileiro.

Para resistir às “ofertas captivantes de baixo preço”, os *heróis* – os anônimos a encarnar os “interesses supremos de sua terra” – não vacilavam. O dr. Osman Loureiro recusou essas propostas em favor da Piepmeyer & Comp., os reais partidários da emancipação econômica do Brasil. Nessa narrativa, muito dramática, consoante Hilário Freire, somente *heróis* conseguiriam encarar as “entidades mais poderosas da terra” e assim inaugurar novos rumos aos “destinos da nacionalidade”. O governante encarnava os interesses nacionais, isto é, o mito da *unidade* pátria, nessa trama freireana. Nessa ficção banal, mas poderosa, explicavam-se os motivos da lenda da não existência do petróleo no Brasil, além de mobilizar os conterrâneos na missão dos “pioneiros”.

Por certo, a Standard Oil Co. e a Royal Dutch Shell acionavam seus recursos socioeconômicos, no intuito de continuar o monopólio do óleo mineral, através do desmantelo e da conquista de mercados locais³⁸. Isso não era novidade, nem uma revelação dos *portavozes* das companhias brasileiras. O intrigante é a costura entre a retórica científica e algumas tramas ficcionais – a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador, a Unidade – nesse novo momento. Os “petroleiros” viviam em crise até o gás de petróleo irromper violentamente no Riacho Doce, no dia 8 de junho de 1935. O Indicador de Óleo e Gás revelara-se um mecanismo inigualável em encantar subscritores, mas lamentável como detector das vibrações do petróleo no subterrâneo. Monteiro Lobato renunciou a diretoria da Cia. Petróleos do Brasil e encontrava-se em descrédito; os capitais das outras empresas minguavam. As vicissitudes encontravam uma causa na narrativa da *conspiração*, já que os reveses técnicos e as agruras financeiras eram, nessa versão, as resistências dos Interesses Ocultos, a estorvar o 13 de

³⁷ Notas e comentários – PETROLEO NACIONAL. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, Domingo, 29 de dez. 1935.

³⁸ Cf. YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder*. Tradução: Leila Marina Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Cristina L.de Góes. São Paulo: Scritta, 1992.

Maio³⁹ econômico. A *experiência* assumia outros significados no decorrer do movimento e os *projetos* eram revistos. As declarações dos incorporadores uniriam ciência e imaginação, ou melhor, de acordo com Michel de Certeau, reviravam os acontecimentos em ficção “sob suas modalidades míticas, literárias, científicas ou metafóricas”⁴⁰, nas quais davam forma ao real, conseguiam a adesão dos crentes⁴¹.

Desmascarava-se os inimigos externos e os adversários internos, isto é, o Serviço Geológico Federal e o Código de Minas, que “não são sinão agentes directos ou indirectos, dos antagonistas externos”⁴². Os funcionários do departamento não eram poupados da intensidade e do arrebatamento dos “precursores”. Hilário Freire, em entrevista, reiterava o veredicto lobatiano: “Para um governo de mediana moralidade, o dilema seria metter na cadeia o calumniador, caso fossem inverídicas as acusações, ou pendurar de forca os acusados, caso fossem verdadeiras. Nada aconteceu...”⁴³. O *porta-voz* reclama um julgamento sumário dos burocratas, engenheiros e técnicos desleais; sua insídia era um crime contra a nação. Carregavam-se as cores com o propósito de entusiasmar as massas, convencê-las do valor e da relevância do ouro líquido na economia mundial. Destarte, os incorporadores visavam converter-se em representantes dos interesses nacionais.

- “E agora?”, interrogava o noticiário do *Correio Paulistano*.

- Agora, certamente, os “trusts” externos terão de cavar poços nas concessões que já possuem no Brasil, e de que são donos por interpostos interessados. A gasolina estrangeira não poderá concorrer com a nacional, graças a um dispositivo, introduzido na Constituição Federal, em seu artigo 17, que vedou a União, os Estados e os municípios de tributarem os combustíveis produzidos no país para motores de explosão. Que abram, porém, as suas minas. Será óleo do país, ouro líquido, cessação da importação de combustíveis, a salvação do Brasil, se este tiver homens de vôo alto, ao nível de sua grandeza. Ouvimos de bôa fonte que ha uma divergencia entre a Royal Dutch, que julga não se poder mais abafar o petroleo no

³⁹ LOBATO, Monteiro. Última reação dos petroleiros. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. pp. 138-153.

⁴⁰ CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012. pp. 48-9.

⁴¹ A narrativa que relata “o-que-se-passa”, consoante Michel de Certeau, mais uma vez, e que “fala em nome do real é imperativa; ela ‘faz conhecer’, à maneira como se dá uma ordem. Nesse aspecto, a atualidade (o real cotidiano) exerce um papel semelhante ao que a divindade desempenhava outrora: os padres, as testemunhas ou os ministros da atualidade fazem com que ela fale para dar ordens em seu nome. Certamente, ‘fazer falar’ o real já não é revelar as vontades secretas de um Autor; daqui em diante, algarismos e dados fazem as vezes desses segredos ‘revelados’. No entanto, a estrutura permanece a mesma: ela consiste em ditar, interminavelmente, em nome do ‘real’, o que deve ser dito, o que se deve crer e o que deve ser feito. E o que se opor a ‘fatos’? A lei que se relata em dados e algarismos (ou seja, em termos fabricados por técnicos, mas apresentados como a manifestação da derradeira autoridade, o Real) constitui nossa ortodoxia, um imenso discurso da ordem”. Os discursos em análise também fabricam o “real” através de algarismos e dados “revelados”, a fim de produzir os crentes da campanha do petróleo, e assim ordenar suas ações. *Ibid.*, p. 53.

⁴² Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Domingo, 29 de dez. 1935.

⁴³ *Ibid.*, p. 18.

Brasil, e a Standard, que ainda não desistiu de seus propósitos monopolizadores de nosso mercado de consumo. Devemos, de qualquer modo, prever as duas modalidades da companhia e encaral-as com firmeza e resolução, enfrentando-as sem desfalecimentos.⁴⁴

Havia uma guerra em curso, na qual os líderes das companhias privadas colocavam-se como a “salvação do Brasil”. As empresas universais – “as maximas potestades do dinheiro no globo”⁴⁵ – não atrasariam mais a emergência do óleo de pedra no território nacional; contra os propósitos monopolizadores da Standard Oil Co. e da Royal Dutch Shell, encontravam-se a firmeza e a resolução dos “homens de vôo alto”, como Osman Loureiro. Entretanto, nesse excerto, Hilário Freire anuncia outro *aliado*, acaso incomum, visto as discórdias com os órgãos oficiais: o Art. 17 da Constituição Federal, 1934. O entrevistado rememorava que era vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios “tributar os combustíveis produzidos no paiz para motores de explosão”⁴⁶, um atravanco nas intenções dos trustes. Casos os exames da Piepmeyer & Comp. determinassem a ocorrência do carbônio, os Interesses Ocultos não concorreriam com derivados de petróleo aqui feitos.

Os discursos não omitiam o apelo ao movimento das ficções. Para vencer o Serviço Geológico e o Código de Minas a “therapeutica indicada consiste na generalização dos estudos geophysicos e na descentralização dos serviços do sub-solo da União para os Estados”⁴⁷. Isso era viável, já que a Constituição, em seu Art. 119, § 3.^o⁴⁸, estatuiu que os Estados exerceriam o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais caso possuíssem os necessários serviços técnicos e administrativos. Na lógica dos “petroleiros”, o controlo estadual entravaria as operações dos trustes, o açambarcamento das gestões, em virtude da renovação desses vinte governos, ao passo que o departamento federal perpetuar-se-ia. O Código de Minas necessitava de modificações no mesmo espírito, “para sanar a centralização absorvente dos serviços, a cargo de uma só repartição do Ministerio da Agricultura”⁴⁹. Dessa maneira, as pesquisas andariam.

O contrato de Alagoas inaugurava novas orientações na determinação dos campos petrolíferos no Brasil. O escândalo carregou a Bahia, “cujo governo fechou ha doiz dias

⁴⁴ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Domingo, 29 de dez. 1935.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Art. 17 – VIII. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 29/08/2018, 10:01.

⁴⁷ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

⁴⁸ BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Art. 119, § 3.^o. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 29/08/2018, 10:01.

⁴⁹ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

contracto identico, para a realização dos serviços geophysicos”⁵⁰. Formar-se-ia, creia Hilário Freire, o bloco petrolífero do Nordeste. As ficções deveriam incitar o governo paulista a aceitar a proposta ELBOF, de Piepmeyer & Comp., e recusar as misteriosas contrapostas francesa e sueca, tal qual Osman Loureiro. As narrativas legendárias funcionavam.

Monteiro Lobato não assistia os consórcios assentes e a investida dos “petroleiros”? Quê atuação teve no caso? O “pai do Jeca” entrou nos tratos comerciais, sem dúvida, como um intermediário entre a Piepmeyer & Cia. e o governo alagoano, mas sua maior contribuição estava no seu mister, a escrita. O *porta-voz* das companhias nacionais de petróleo desmerecia as produções literárias em sua missão, uma vez que tenciona furtar-se da imagem de literato, ficcionista. Porém, sua autoridade e influência emanavam daí; seria com os “arrotos de patriotismo”⁵¹ que acometeria contra os inimigos e sustentaria seus *projetos*.

O escritor avistava a veracidade dos seus argumentos no escândalo com o dr. Eugênio Bourdot Dutra – encontrava-se ouro negro em território nacional, mas os agentes dos trustes no Serviço Geológico estorvavam as iniciativas em sua busca. As alusões a Interesses Ocultos, antes comedidas, encontravam sustento na *experiência*, cresciam em monta. Monteiro Lobato escreveria versões do acontecimento, circunscreveria contornos romanescos aos casos e acasos, com o intuito de motivar seus leitores, de enraizar em suas consciências a ânsia em torno do óleo líquido, o sangue da terra.

Dois papéis acentuam a concepção de ficções políticas a partir dos incidentes no poço de São João, em Riacho Doce. O primeiro é o manuscrito “O PETROLEO DE RIACHO DOCE, EM ALAGOAS”⁵², talvez não impresso. O documento visa narrar os sucessos da Cia. Petróleo Nacional, isto é, os revesses dos trustes e o “esforço verdadeiramente titanico”⁵³ de Edson de Carvalho. Para isso, Monteiro Lobato constrói uma história cheia de mistérios:

Os melhores terrenos petrolíferos de Riacho Doce acham-se dentro duma concessão nacional, feita á Cia Petroleo Nacional, lançada em 1932 pelo Dr. Edson de Carvalho, por Monteiro Lobato, Lino Moreira e outros incorporadores. Os primeiros estudos foram feitos pelo Dr José Bach, um pioneiro não compreendido pelos seus contemporaneos e que acabou tragicamente, num suspeitissimo desastre de canoa. Alem de estudos, dos mais completos possiveis na epoca, José Bach

⁵⁰ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 18, Domingo, 29 de dez. 1935.

⁵¹ A offensiva paulista para a conquista do petroleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p.5, Sábado, 1 de jul. 1933.

⁵² LOBATO, Monteiro. O petroleo de Riacho Doce, em Alagoas, <PT.I>-II <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 798863. No acervo encontram-se outros manuscritos acerca da campanha do petróleo, alguns impressos em diários.

⁵³ *Ibid.*, p. 3.

possuia excelentes concessões para a exploração do subsolo. Mas o profeta falava uma linguagem tão nova que ninguém lhe deu a merecida atenção.

Mais tarde o negocio ressuscitou por intermedio do aviador Pinto Martins, associado com um homem de visão residente em Maceió. Um grupo inglês (possivelmente a Royal Dutch) entrou em negociações para a compra das concessões [sic] Bach pela soma de 50.000 contos. Tres dias antes da realização do negocio Pinto Martins “suicidava-se” inexplicavelmente num hotel do Rio de Janeiro! Ninguém pôde compreender a tragedia. Pinto Martins vinha de realizar o seu memoravel vôo de avião de Nova York ao Rio de Janeiro em companhia dum az americano. O feito era notavel para a epoca e o Congresso Nacional dera-lhe dias antes um premio de 200 contos. Estava pois cheio de gloria, aclamado pelo povo da sua terra, com o problema economico da sua vida resolvido e com a perspectiva de tornar-se milionario com a venda das concessões Bach. Como explicar, então, o seu suicidio tres dias antes do fechamento do negocio, senão como um desses “crimes petroliferos” que a “Luta pelo Petroleo”, de Essad Bey, esclarece tão bem?⁵⁴

Os pioneiros José Bach e Pinto Martins transmutam-se nos primeiros mártires do petróleo alagoano. José Bach, geólogo alemão, morreu num “suspeitissimo desastre de canoa”; o aviador cearense Pinto Martins “suicidava-se” três dias antes de um negócio milionário; na visão do escritor, as ocorrências estavam interligadas, os mesmos arbítrios as movimentavam – a Royal Dutch. Monteiro Lobato encontrava um vínculo entre os casos e assim taxava-os como “crimes petrolíferos”. Por certo, outras razões seriam factíveis, mas não interessa, visto a ideia de tramar uma *conspiração* contra a nação, animar os ânimos contra os inimigos estrangeiros, honrar as vítimas. A linguagem nova do “profeta” alemão encontrava seus intérpretes nos incorporadores da Cia. Petróleo Nacional.

Outrossim, a malvadez da *conspiração* servia ao intento narrativo de heroificar os esforços de Edson de Carvalho. O “grupo inglês” era imbatível, até encontrar a resistência do diretor da companhia nacional de petróleo. Porém, o alagoano não conseguiria vencer o truste só; depois de várias tentativas sem sucesso, Edson de Carvalho recorreu ao movimento pró-petróleo de São Paulo, “ideado e dirigido por Monteiro Lobato”. O Monteiro Lobato – o documento está na terceira pessoa – conseguiu as primeiras provas nas concessões da Cia. Petróleo Nacional, através do invento do Dr. F. B. Romero, além de, “graças ao entusiasmo pelo petroleo que a [sua] propaganda”⁵⁵ conseguiu criar no país, assistir a montagem da nova empresa, com sede no Rio de Janeiro. O escritor sobejamente conhecimento seria o maior *aliado* do óleo mineral em Alagoas.

A vitória não era certa, entretanto. Os inimigos do petróleo brasileiro, quer dizer, os técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, “nome novo da coisa velha que era o celebre Serviço Geologico Federal de lamentavel memoria”, iniciaram uma ação

⁵⁴ LOBATO, Monteiro. O petroleo de Riacho Doce, em Alagoas, <PT.I>-II <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 798863. p. 1.

⁵⁵ Ibid., p. 1.

sistemática contra as companhias nacionais, “fazendo que o publico negasse o capital pedido”⁵⁶. Dessa maneira, Edson de Carvalho não angariou os recursos econômicos necessários a constituição da Cia. Petróleo Nacional. Isso não tolheu sua vontade. Continuou mesmo assim, a despeito de outros malogros:

Deu inicio ás perfurações em Riacho Doce, abrindo tres poços, que perdeu sucessivamente. Perdeu o poço numero 1 (poço José Bach) aos 48 metros, por “inepcia” do perfurador americano que então dirigia os trabalhos; perdeu o poço numero 2 (poço S. João) por inepcia do segundo tecnico estrangeiro que veio substituir o primeiro; pela mesma “inepcia” perdeu o poço numero 3 (poço João Pessoa). Desconfiado de tanta “inepcia”, Edson, que tinha de estar no Rio para cuidar da organização da companhia, entregou esse trabalho aos seus companheiros de incorporação e veio ele mesmo dirigir os trabalhos de campo.

Tudo mudou. Apesar da má situação em que se achava a empresa em consequência da guerra que lhe moviam o Serviço Geologico e as empresas estrangeiras interessadas em que o Brasil não tenha petroleo, Edson meteu mãos [sic] ao trabalho com o maior heroismo e num esforço verdadeiramente titanico de meses conseguiu salvar o poço S. João. Hoje não resta a menor duvida que esses tres poços haviam sido manhosamente sabotados...⁵⁷

Os três técnicos estrangeiros não eram simplesmente “ineptos”, mas agentes dos trustes internacionais de petróleo, interessados na escravização econômica do Brasil. Como forasteiros, eram inimigos da nação. Nessa visão, a *conspiração* encontra acólitos em várias instâncias, nos meios de comunicação, nos órgãos governamentais e nas companhias, a atuar como espiões da Royal Dutch Shell ou da Standard Oil Co. Para sustar o complô, necessitar-se-ia de uma firmeza inabalável, dedicação sobre-humana e um “esforço verdadeiramente titanico”, tal qual Edson de Carvalho demonstrara. Contra os ardilosos, insidiosos e temerários, o *herói*. Somente com o “maior heroismo” remove-se os obstáculos, encontra-se a verdade. Edson de Carvalho, nessa narrativa, carregou o poço S. João, também corrigiu os defeitos nos enormes mecanismos sozinho – e venceu. Não insinuou cansaço ou esmoreceu. Somente com insistência e perseverança, descobrir-se-ia o petróleo em Alagoas.

O ato memorável do *herói*, qual seja, atingir a primeira zona de gás no poço S. João, alterou a ordem da história. O futuro será outro, a continuidade subverteu-se. A “enorme chama que se projetava até o alto da torre” atraiu romarias de Maceió. Os incrédulos queriam “ver para crer”⁵⁸. O acontecimento criava *expectativas*, suscitava adesão. Não encarnava aí o Quarto Poder Mundial do Petróleo⁵⁹? Junto das evidências geológicas, o caso do agente

⁵⁶ LOBATO, Monteiro. O petroleo de Riacho Doce, em Alagoas, <PT.I>-II <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 798863. p. 2.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ Em um manuscrito, Monteiro Lobato assentava que “poderíamos criar no Brasil a grande industria do petroleo e, quem sabe, tornar-nos até o Quarto Poder Mundial do Petroleo. Por que ao lado do Poder Americano

sabotador Bourdot uniu o povo de Alagoas. “O governo, a assembleia constituinte, a mocidade das escolas, todos se congregaram em torno de Edson de Carvalho”, comenta o escritor, a acentuar que, com isso, “os sabotadores federais foram corridos de Alagoas”⁶⁰. Mostrava-se que a comunhão dos nacionais era vital a salvaguarda do ouro negro em nosso subsolo. O *herói*, então, acarretava a *unidade*, arruinava a *conspiração*.

Porém, o remate do manuscrito varia a narrativa. Não mais os lances do escândalo alagoano ou os sucessos de Edson de Carvalho; os acontecimentos serviram a outro propósito:

A repercussão desses fatos foi imensa. Não houve jornal do Brasil que não comentasse o caso – e a tese que em S. Paulo o Sr Monteiro Lobato vinha sustentando pela imprensa e em livro (prefácio da primeira edição da “Luta pelo Petróleo”) teve com esse incidente a mais probante de todas as provas. Essa tese era: O Brasil é riquíssimo em petróleo, mas todas as tentativas nacionais para revelar o petróleo esbarram na sabotagem secreta dos dois grandes trusts mundiais que por toda parte controlam a indústria petrolífera. Esses poderosíssimos trusts querem manter o Brasil como eterno comprador do petróleo que produzem e para isso lançam mão de todos os meios, manobram também os homens do serviço federal que a nação paga com o dinheiro do povo para nos resolver [sic] o problema do combustível líquido.

O caso de Alagoas provou fartamente a tese do Sr Monteiro Lobato e veio fechar o primeiro ciclo das tentativas nacionais para a descoberta do petróleo. Sobre o novo ciclo que se abre falaremos amanhã.⁶¹

O “caso de Alagoas” era o álibi de Monteiro Lobato, já que mostrava seu acerto em indicar os Interesses Ocultos no Serviço Geológico Federal. O escritor socorreu a iniciativa de Edson de Carvalho em sua formação; agora, o engenheiro provava a tese do “general do petróleo”. No fim, as personagens da história servem à ideia da “sabotagem secreta dos dois grandes trusts”; a ideia lobatiana sustenta-se através de estruturas narrativas conhecidíssimas, como os romances policiais.

“A marquêsinha do Riacho Doce” é o outro documento, não mais manuscrito, incluído no *Correio Paulistano* em 24 de setembro de 1936 (Figura 4). O Monteiro Lobato não se encontra como uma personagem nessa nova narrativa. A história de Edson de Carvalho visa enaltecer os seus feitos, alicerçar sua grandeza, além de reconhecer sua retidão. As características do engenheiro alagoano elencadas diferem das relatadas no manuscrito

(Standard Oil), do Poder Anglo-holandês (Royal Dutch & Shell) e do Poder Vermelho (Rússia soviética) não ha de erguer-se o Poder Brasileiro? Um país com quase nove milhões de quilômetros quadrados, pertencente a um continente que é todo ele um lago de petróleo de norte a sul tem direito de sonhar com esse futuro, a despeito de todos os Eusebios de Oliveira e Fleury da Rocha [funcionário do Ministério da Agricultura] que negam as nossas possibilidades petrolíferas”. LOBATO, Monteiro. O PETRÓLEO DE RIACHO DOCE, EM ALAGOAS, <PT. I>-II <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583935. pp. 1-2.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid.

anterior, dando-lhe maior densidade psicológica. Porém, o relato é uma arte anacrônica, ou seja, mistura elementos de outros textos, de tempos distintos para revestir sua forma⁶². Não encontraremos uma linha tênue entre a ficção e a história, mas intuiremos como essa união cria sentidos, institui um legendário nacional e assim capta “as forças da imaginação e do coração”.

O início delinea o bairro do Riacho Doce, com seus casebres humílimos, “a capella, uma ou duas vendas onde pouco ha que vender, a agenciuzinha do correio onde a chegada duma carta constitue acontecimento”⁶³. O cronista traça a “gente pauperrima”, os “cavallicoques”, lesões da miséria brasileira, da subalimentação, do solo magérrimo, da degeneração. Os coqueiros e as praias, com suas águas tons de verde, não escondiam as ruínas do local:

Dois “palacios” se destacam, um contiguo ao outro, entre as choupanas do Riacho Doce. São duas vivendas de campo que já tiveram seu tempo. A primeira constituiu o “palacio de verão” do governador Fernandes de Lima, que para lá refugia aos calores da capital. Essas estações governamentais em Riacho Doce quebravam o marasmo do lugarejo com a nota festiva das reuniões politicas, dos bailes, das retretas pela banda de Maceió, num coreto de que só existem hoje os alicerces de cimento. O “palacio” pertence agora á Cia. Petroleo Nacional, que o adquiriu, com um grande terreno anexo, por 25 contos. Nelle estão hospedados os engenheiros geophysicos da Elbof.⁶⁴

Monteiro Lobato não escreveu o pobre Riacho Doce à toa. Para isso, usou uma imagem na qual era versado, as *ciudades mortas* do interior paulista. Oblivion (do inglês, esquecimento) encarna as “ciudades moribundas” do Vale do Paraíba, nas quais os frutos do cafeeiro outrora vicejaram, tornaram-nas ricas, intensas, excessivas, mas dependentes. O esvair da “uberdade nativa do solo” vitimou esses municípios e aclarou uma verdade: “nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas”⁶⁵. A civilização daí transcorreu, efêmera, a amontoar escombros sobre escombros⁶⁶. Com isso, nessa existência morta, vivia-se do pretérito. “Ali tudo foi, nada é”⁶⁷. Doravante, não existia mais futuro, unicamente as ruínas:

⁶² Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Tradução Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

⁶³ LOBATO, Monteiro. A marquezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ *Idem*. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009 [1919]. p. 21.

⁶⁶ Como anota Walter Benjamin, na TESE IX: “Existe um quadro de Klee intitulado ‘Angelus Novus’. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele

Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça: de há muito, em matéria de rodas, se voltou aos rodízios desse rechinante símbolo do viver colonial – o carro de boi. Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois ou três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna; casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiam.

Vivem dentro, mesquinamente, vergôntes mortijas de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem da pátina dos anos e cujo estuque, lagarteado de fendas, esborea à força de goteiras, paira o bafio da morte. Há nas paredes quadros antigos, *crayons*, figurando effgies de capitães-mores de barba em collar. Há sobre os aparadores Luís XV brônzeos candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre. Mas nem se acendem as velas, nem se guardam os nomes dos enquadrados – e por tudo se agruma o bolor rãncido da velhice.

São os palácios mortos da cidade morta.⁶⁸

A narrativa acima, escrita em 1906, acaso orientou a outra, de 1936. Os palácios, numa e noutra versão, constituem anacronismos, símbolos que já tiveram seu tempo. As cercanias também se assemelham, a retratar os casebres de palha, as mansões em ruínas, os “velhos mestiços de miserável descendência, roídos de opilação e álcool”⁶⁹, etc. Monteiro Lobato retomava seus contos, os casos que aclamaram-no como escritor sobejamente conhecido, e inseria alguns elementos na “A marquiezinha do Riacho Doce”. Os leitores, talvez, intuiriam a conjuntura com mais acerto ao rememorar as crônicas de Oblivion, interpretariam os inconvenientes do empreendimento em tal região. No entanto, percebe-se uma distinção entre Oblivion e Riacho Doce. O bairro alagoano não era uma cidade morta, quer dizer, o progresso nunca brotou em suas terras. A narrativa encara não o solo, mas as camadas imediatamente abaixo. O petróleo arrasaria a inópia de lá. O povo ressurgiria esplendido “no dia em que o sub-sólo for mobilizado”⁷⁰. Riacho Doce não vivia do pretérito, como as cidades do interior paulista, e sim os prenúncios do Brasil futuro. A sociedade do hidrocarboneto não seria nômade, como a do café. Seus recursos seriam duradouros.

No entanto, o foco narrativo é a luta de Edson de Carvalho. A personagem não é um *herói* raso, a mover montanhas com as suas decisões resolutas, indubitáveis, sem pestanejar, como na narrativa anterior. Nessa versão, a situação é outra:

irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é *essa* tempestade”. Cf. LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marco Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 87.

⁶⁷ LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009 [1919]. p. 21.

⁶⁸ *Ibid.*, pp.21-22.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 22.

⁷⁰ *Idem*. A marquiezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.

A lucta de Edson e seus companheiros no sul ia tremenda. Estavam exaustos e no fim. Sentiam-se completamente vencidos, e no intimo até se envergonhavam de ainda persistirem quixotesicamente na liça, fingindo uma convicção de victoria que era pura mentira. As deserções e traições dos companheiros; o silencio e a má vontade dos jornaes; a indiferença do publico já degenerada em hostilidade cruel; cada subscriptor a suspirar o suspiro das victimas: “Fui na onda, meu caro; cahi na asneira de comprar tantas acções” – e a resposta inevitável do “esperto”: “Ah, eu sabia disso. Petroleo? Não ha petroleo no Brasil – e essas taes companhias o que merecem é cadeia, nada mais”.⁷¹

O Edson de Carvalho sente o esmorecimento, o cansaço e a humilhação. A certeza na existência do óleo de pedra nas suas concessões estremecia; ninguém mais cria na missão e acoitava-o a pecha de vigarista. Suas “vítimas”, os antigos acionistas, aceitavam o veneno dos jornais, vituperavam o diretor da Cia. Petróleo Nacional. Os únicos a comemorar a sua ruína eram os técnicos do Departamento Mineral, os sicários das iniciativas nacionais à cata do petróleo. Os sabotadores arrasaram o poço do Araquá, da Cia. Petróleos do Brasil, que “tivera a audacia de chegar a 1076 metros”, também estacaram três poços alagoanos. Os tais “técnicos” eram recebidos “entre palmas”, suas monografias tornavam-se a “biblia daquela gente”. Além do mais, as propriedades da empresa não se encontravam em segurança, visto que “um interventor de Alagôas, por sugestões [sic] do Departamento Mineral, mandou ocupar militarmente a sonda, expulsando de lá o pessoal da companhia”⁷². O engenheiro refugiou-se no Rio de Janeiro até a caída do tal interventor.

Quê movia o “pioneiro”? Na visão lobatiana, uma persistência quixotesca, um ardor inconcebível. Sem capital, continuava a perfurar. “Loucura pura”, notava o autor, certamente “transtorno mental”. O pioneiro louco delirava, “tomado pela idéa fixa”⁷³. Edson de Carvalho era um Dom Quixote nordestino! Não mais o Hércules-Quasímodo⁷⁴, mas um louco varrido, fiel das causas impossíveis. Do mesmo jeito que o engenhoso fidalgo de la Mancha reuniu-se a um zé-ninguém, Sancho Pança, Edson tomou dois ex-pescadores sem eira nem beira e retomou os trabalhos. Como o protagonista de Cervantes, o alagoano também

⁷¹ LOBATO, Monteiro. A marquezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.

⁷² *Ibid.*.

⁷³ *Ibid.*.

⁷⁴ Consoante Euclides da Cunha: “[o sertanejo] É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quanto parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.” CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003. p. 157.

sairia “montado num perfeita replica de Rocinante”⁷⁵, como nos livros de cavalaria, a atingir seu ideal, quer dizer, convencer os incrédulos da existência do ouro negro nas suas concessões.

Delirava, contava encontrar petróleo livre aos 300 metros, ali no poço São João. Porém, com que dinheiro? Outra transmutação. O Dom Quixote dá posição ao Apostolo dos gentios, São Paulo. No sertão, muito afastado no espaço e no tempo das partes “civilizadas”, na quais a mentira do não-há-petróleo grassava, Edson encontraria arrimo:

Edson despediu-se da esposa, afagou a Marquezinha e, montado numa perfeita replica de Rocinante, lá partiu. Ia fazer essa loucura quixotesca de penetrar no sertão em busca do que menos ha lá: dinheiro.

Foi o ponto maximo da sua carreira. O delirio do heroismo. Leguas e leguas, dias e dias, semanas e semanas sob aquella soalheira criminosa do sertão, com paradas aqui e ali para catechizar este ou aquelle matuto, ensinar-lhe o que era petroleo e, ao cabo duma lucta tremenda, vender-lhe uma acção. Cada acção vendida era um milagre. No primeiro mez desse martyrio conseguiu vender cinco. Quinhentos mil réis! Uma fortuna – e Edson, com as esperanças renascidas, voltou radiante para casa, para a sonda, para o serviço. E pôde perfurar mais uns metros.⁷⁶

O sertão ocupa um lugar privilegiado no imaginário social brasileiro, já que, avesso ao moderno⁷⁷, seria em suas bibocas que se refugia o cerne da nacionalidade, os matutos, os jecas, os caboclos. Nos ermos alagoanos, o engenheiro renovaria suas *expectativas*, mesmo à custa de sua inteireza ao cruzar as “zonas onde corria o bando sinistro de Virgolino”⁷⁸, já que estavam os reais partidários do Brasil. O seu martírio, tal a santidade de sua missão, encontrava amparo nos sertanejos, instruídos na boa nova do petróleo. “Mas que historia de petroleo é essa, moço?”, interrogavam. “Petroleo é kerozene”, ensinava Edson a sua maneira, em suas três entradas no sertão, a catequizar os interioranos. Monteiro Lobato transmutou as andanças do engenheiro em um martírio e os obstáculos, em provação. Como os primeiros cristãos, arriscava-se, escondia-se, resistia a “campanha de diffamação promovida pelo officialismo”⁷⁹ a serviços dos trustes, além da perseguição dos pequenos acionistas, capazes de linchá-lo.

Mas Edson cansa, não aguentava mais. “Vocês tratem da vida”, comunica aos expescadores. Desistia de sua missão. Retorna a casa e encontra a Marquezinha, seu “pet”. O animal era uma preguicinha “elevada ao marquizado”⁸⁰, a assistir os revesses da campanha do

⁷⁵ LOBATO, Monteiro. A marquiezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed., aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013.

⁷⁸ LOBATO, *Op. cit.*

⁷⁹ LOBATO, Monteiro. A marquiezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.

⁸⁰ Ibid..

petróleo. Na narrativa, a Marquizeza funciona como uma criatura mágica, já que seus olhos ultra-negros, seus movimentos, etc., eram de censura e queixa à renúncia de Edson de Carvalho. Dessa maneira, aproxima-se dos animais das histórias infantis de Monteiro Lobato. Nas primeiras aventuras de Lúcia, a menina do narizinho arrebitado, e da boneca Emília, convivemos com o Príncipe Escamado, rei do Reino das Águas Claras, e sua corte. Os bichos contam suas memórias, movimentam as aventuras, transmitem sua sabedoria. Além disso, também assenhoram-se de títulos nobiliárquicos, muitas vezes uma reinação, como visto n’O Marques de Rabicó:

A menina riu-se e explicou:

- Você está enganada, Emília. Ele é porco e poltrão só por enquanto. Estive sabendo que Rabicó é príncipe dos legítimos, que uma fada má virou em porco e porco ficará até que ache um anel mágico escondido na barriga de certa minhoca. Por isso é que Rabicó vive fossando a terra atrás de minhocas.

Emília ficou pensativa. Ser princesa era o seu sonho dourado e se para ser princesa fosse preciso casar-se com o fogão ou a lata de lixo, ela o faria sem vacilar um momento.

- Mas você tem certeza, Narizinho?

- Tenho certeza absoluta! Quem me revelou toda essa história foi justamente o pai de Rabicó, o Senhor Visconde de Sabugosa, um fidalgo muito distinto que vem fazer o pedido de casamento.⁸¹

Outorgava-se distinção aos animais, reis, marqueses, viscondes ou não, incluía-se tais títulos, comuns outrora, na meninice do escritor, no imaginário das crianças brasileiras. Dessa maneira, os vínculos entre a Marquesinha do Riacho Doce e Edson de Carvalho elucidam-se como uma camaradagem. Porém, o animal de estimação conserva maiores destinos, quer dizer, incitar o engenheiro, salvar a campanha do petróleo no Brasil. A súplica nos olhos ultra-humanos da preguiça animou o diretor da Cia. Petróleo Nacional a retornar ao serviço na manhã seguinte. “Que remédio! A Marquizeza quer...”⁸², retruca aos dois auxiliares.

O engenheiro triunfava alguns meses depois. O gás de petróleo, “o signaleiro, o anunciador da grande coisa procurada!...”⁸³, irrompe em 8 de junho de 1935, a prenunciar a emergência da nação ideada:

Era a vitória do Brasil contra a força tremenda do oficialismo a serviço das forças externas escravizadoras. Era o triunfo da Nacional, de Edson, dos seus companheiros do sul. Era o começo do Brasil de amanhã. Era o bruxolear do Quarto Poder Mundial do Petróleo. E si essa coisa tremenda veio, foi apenas

⁸¹ LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges, 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.79.

⁸² Idem. A marquizeza do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.

⁸³ Ibid.

porque o abraço da Marquezinha do Riacho Doce impediu em certo momento que o ultimo soldado desertasse.

Logo depois a preguicinha fechava os olhos para sempre, sem causa visível. Instrumento do Destino que foi, desapareceu logo que teve sua missão cumprida. Della só resta hoje aquelle tumulto em miniatura em baixo da embauveira. Nelle há sempre um flôr do dia. Como há uma lágrima de infinita ternura nos olhos de Edson, sempre que conta do abraço e o olhar de censura com que, impedindo-lhe a fuga, a Marquezinha salvou a companhia do petróleo no Brasil.⁸⁴

Monteiro Lobato misturou seus escritos novos e antigos, as “cidades mortas” do interior paulista, as renações nobiliárquicas dos netos de Dona Benta, além da superposição de outros textos da literatura universal, como Dom Quixote de la Mancha, na trama acima, a escopa de heroificar Edson de Carvalho, concentrar “poderosos impulsos de emoção, de espera, de esperança e de adesão”⁸⁵ no diretor da Cia. Petróleo Nacional. Os sacrifícios impostos a si mesmo obtêm encantos na ficção, na qual o delírio e a obsessão encontravam estima. A vitória das empresas da iniciativa privada transmuta-se sorratamente no começo do Brasil de amanhã, isto é, os vários papéis de Edson, suas angústias, seu entusiasmo, na verdade, não os pertencia, mas à nação, legitima beneficiária das impregnações indicativas de petróleo. O *herói* serve aos seus conterrâneos, mesmo desacreditado, já que se fia no destino.

Os *heróis* necessitam cativar e envolver a outrem, conservar-se nas mentes e nos corações. Para isso, deve-se representar “um certo estado de espírito, de uma certa concepção da [...] vida social, da moral coletiva”⁸⁶. Monteiro Lobato intuiu isso, e compôs Edson de Carvalho com receios, temores e fraquezas; sua missão não era avidez, sua vontade não era a do aventureiro, sua audácia não era o desvario de grandeza. O escritor atribuía-lhe firmeza na provação, perseverança. Contra as trevas da *conspiração*, as lágrimas “de infinita ternura nos olhos de Edson” ao contar do encorajamento da Marquezinha. O pouco-caso dos subscritores aumentava seu martírio, “mas a sua convicção quanto á existência do petróleo no Riacho Doce era tamanha que nada lhe quebrava o ardor”⁸⁷. Instrumento do Destino, da mesma maneira que os primeiros catequistas, os seus tormentos suscitavam a empatia dos leitores. Dentro do imaginário católico, a ressonância de tais imagens não é irrisória, motiva a associação na causa.

⁸⁴ LOBATO, Monteiro. A marquezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.

⁸⁵ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 70.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 68.

⁸⁷ LOBATO, *Op. cit.*

Por término, o anúncio do Brasil por vir. Os *heróis*, nos vários modelos, situam-se “sobre uma linha de ruptura dos tempos”⁸⁸, marcam um “antes” e um “depois” na história. A venturosa nação não é descrita, mas dá a entender ser maior do que na época atual. Mais *expectativas*. Quem seria o responsável pelos dias vindouros? Edson de Carvalho, certamente. Porém, qual? O “rijo pioneiro do petróleo nordestino”? O apóstolo dos gentios? O engenhoso fidalgo de la Mancha? Mas, como interroga o escritor taubateano, “que é um pioneiro do petróleo no Brasil sinão um louco varrido?”⁸⁹. Monteiro Lobato asseverava os cometimentos do engenheiro alagoano sertão adentro, a remover os embaraços, a ir além de seus limites. Os gases inflamáveis não atestavam a existência do óleo mineral em Riacho Doce, no entanto. Não seria somente uma ideia fixa, ou melhor, o delírio do heroísmo? Os “precursores” não insistiam “quixotesicamente na liça” em vão? O Edson escrito, com seus sucessos minuciados, não seria uma paródia, à semelhança de Dom Quixote?

⁸⁸ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 80.

⁸⁹ Ibid.

4. 4 O romance policial do petróleo no Brasil

O que mais desejei fazer nos últimos dez anos foi transformar escrita política em arte. Meu ponto de partida é sempre um sentimento de proselitismo, uma sensação de injustiça. [...] Escrevo porque existe uma mentira que desejo expor, um fato para o qual pretendo chamar a atenção, e minha preocupação inicial é atingir um público. Mas não conseguiria escrever um livro, nem um longo artigo para uma revista, se não fosse também uma experiência estética. Quem se dispuser a examinar o meu trabalho perceberá que, mesmo quando é uma clara propaganda, contém muito do que um político de tempo integral consideraria irrelevante.
(*Por que escrevo*, George Orwell)

As tensões sociais entre os “pioneiros” e os “técnicos de não-há-petróleo” aumentou o ânimo e a decisão do “general” em uma nova incursão no campo inimigo. O escândalo em Alagoas não só alastrou a missão dos “petroleiros”; sustentou narrativas comumente vistas em romances na controvérsia científica – o *complô* não viciava a natureza minuciosa das ciências; longe disso, acrescia outros sujeitos a observar os *testes de força* dos laboratórios. Por isso, com tantos a assistir as discórdias em torno do “ouro negro”, Monteiro Lobato atacaria em cheio os órgãos oficiais.

O *porta-voz* das companhias nacionais escreveu uma “denúncia contra a sabotagem systemática que de muito tempo o serviço Geológico, hoje rebaptizado Departamento Nacional da Produção Mineral, vem exercendo contra o petróleo brasileiro”¹ na forma de uma carta aberta ao ministro da Agricultura, Odilon Braga, em fevereiro de 1936. Monteiro Lobato tentou – e conseguiu, veremos – constranger as associações governamentais, armar uma nova situação, a formação da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo. Com efeito, o ministro sustentaria as ações e intervenções do DNPM no ramo em seu depoimento à Comissão, ato incomum, já que marcou a admissão de uma das chefias da nação na disputa; e ostentou a serventia das críticas lobatianas em movimentar as autoridades e a opinião pública.

Neste tópico, investigarei a retórica – a mistura entre ciência e romance – na ocasião do Inquérito sobre o Petróleo a partir dos textos de Monteiro Lobato e Odilon Braga, os maiores diretores dos setores privado e público, respectivamente. Destarte, constataremos de que modos as narrativas dos “petroleiros” imiscuíram-se no palavrório do ministério, a contrariar as tramas detetivescas com outros entrecchos, pois o contista narraria a controvérsia do mesmo jeito que um romance policial clássico, no qual o detetive revela o criminoso

¹ LOBATO, Monteiro. Porque o Brasil não tem petróleo (Carta aberta ao sr. ministro da Agricultura). *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 13 de fev. 1936.

através dos indícios; assim, sustar-se-ia a mancomunação dos trustes no interior do Ministério da Agricultura. De que maneira o escritor sobejamente conhecido montou a intriga? Quais os antagonistas da campanha pró-petróleo? Como os avistar entre a atuação dos técnicos do governo? O instrumento do autor era o método científico e o seu raciocínio, a lógica dedutiva, vistos nas estórias de Edgar Allan Poe, Arthur Conan Doyle e Agatha Christie. As afirmações costuravam noções de “Verdade, Ley e Justicia”² em um enredo coerente por artifícios ficcionais.

Por seu turno, o ministro teria que retrucar as denúncias a partir dos mecanismos da burocracia. Como desconstruir os argumentos dos “petroleiros”? Haveria outros sentidos aos eventos controversos? Seria o movimento popular pró-petróleo nacional isento de erros (ou até mesmo transgressões)? O Inquérito sobre o Petróleo trataria de dissipar as suspeitas, ou seja, recuperar os princípios da moralidade administrativa; a serventia das estruturas varguistas estava no âmago das discórdias – e a Comissão deveria atestá-la. O choque entre as duas grandes frentes às voltas com o “ouro negro” aconteceria neste instante.

Por que Monteiro Lobato recorreu a uma carta aberta? Certamente, o seu interesse era transmitir os argumentos contrários à atuação do DNPM ao maior número de indivíduos e, assim, suscitar comoção. Destinar a carta ao ministro era uma maneira de intensar a mensagem, estarrecer os apáticos, indispor os adversários e reivindicar uma opinião. O escritor acusaria o DNPM de “falsear os resultados geologicos e geophysicos afim de desanimar as pesquisas promovidas pelas companhias nacionaes; de haver substituido a velha Lei de Minas [...] por um monstrengo sexquipedal que impossibilita de maneira absoluta qualquer exploração do sub-solo”; de manter a nação escrava dos trustes, no que concerne ao petróleo³. Como sustentar tais afirmações? De que modo o órgão conseguia enganar a todos? Quais os indícios da traição? Sem as “provas” em mãos, as acusações tornar-se-iam invencionices a desacreditar a missão; as evidências afiançariam veracidade às proposições.

Nesta ocasião, o remetente estampou nos jornais os nomes dos agentes dos trustes a orientar o Departamento Nacional da Produção Mineral, a saber, o diretor da Geofísica, Mark Malamphy, e o diretor de Geologia, Victor Oppenheim. Os técnicos estrangeiros norteavam o funcionamento do Ministério, visto que **“ESSES DOIS HOMENS [...]**

² OLIVEIRA, Lucas Antunes. O romance policial na modernidade e na pós-modernidade: algumas considerações sobre o tema e uma leitura de *Los Detectives Salvajes*, de Roberto Bolaño. In: *Revista Investigações*, Vol. 26, nº 1, Janeiro/2013, p. 6.

³ LOBATO, Monteiro. Porque o Brasil não tem petroleo (Carta aberta ao sr. ministro da Agricultura). *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 13 de fev. 1936.

DISPÕEM, SEMPRE DE PRIMEIRA MÃO, DE TODOS OS SEGREDOS DO SUB-SOLO NACIONAL, REVELADOS PELA GEOPHYSICA E PELA GEOLOGIA”;

eram, em suma, “a cabeça de onde tudo emana”⁴. De que maneira esses nomes ocorreram à Monteiro Lobato? Quais as razões da suspeita? Por que os dois ameaçavam a campanha pró-petróleo? Consoante o escritor, Malamphy e Oppenheim constituíram uma firma comercial para uso externo, através da qual

Annunciam em revistas estrangeiras, para uso de quem lá fóra queira apossar-se das terras petrolíferas brasileiras, os serviços profissionaes da firma Malamphy & Oppenheim. Vendem, pois, os segredos do sub-sólo nacional, de que são detentores em primeira mão. Si o sr. ministro tem duvidas, mande consultar as colleções do **PROFESSIONAL DIRECTORIES OF MINING AND METALLURGY**, de Nova York, bem como as do **MINING MAGAZINE**, de Londres. Lá encontrará a dupla **MALOP**, offerecendo ao estrangeiro segredos do sub-sólo nacional conseguidos á custa dos 5.000 contos annuaes arrancados a um pobre povo na miseria.

Mas, sr. ministro, si essa prova não fôr considerada sufficiente, o signatario poderá apresentar outra, de esmagadora evidencia. Poderá apresentar no inquerito a abrir-se o original de uma carta de Mr. Mark Malamphy, em resposta á consulta de um americano interessado em adquirir terras petrolíferas no Brasil. A consulta foi provocada pela leitura dos annuncios da **MALOP** feitos nas revistas indicadas.⁵

Os diretores mercanciavam “as terras potencialmente petrolíferas depois de á nossa custa estudadas geologica e geophysicamente”, ou seja, através dos recursos governamentais, os “5.000 contos annuaes arrancados a um pobre povo na miseria”, *Malop* travou a atuação dos “pioneiros” com exames negacionistas e comunicados desfavoráveis aos testes das companhias nacionais, também reservou as áreas favoráveis ao acúmulo de combustíveis fósseis aos trustes, Standard Oil ou Royal Dutch Shell. Portanto, a dupla transmutou um serviço público “em méro instrumento dos interesses estrangeiros contrarios a que o Brasil seja productor de petroleo”; só não contava com as análises dos *aliados* da indústria nacional. Do mesmo modo que o romance detetivesco atenua os receios dos leitores ao demonstrar as brechas nos crimes, Monteiro Lobato encarou os antagonistas com a “esmagadora evidencia” de deslealdade a todos os brasileiros⁶.

Denunciar os crimes econômicos contra a nação movimentaria os ânimos. Porém, somente a retórica de um “Brasil poderoso, rico, liberto para sempre da sangria annual de meio milhão de contos” não era suficiente nesta controvérsia tecnocientífica. Daí Monteiro

⁴ LOBATO, Monteiro. Porque o Brasil não tem petroleo (Carta aberta ao sr. ministro da Agricultura). *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 13 de fev. 1936. Grifo no original.

⁵ Ibid. Grifo no original.

⁶ Ibid.

Lobato anotar o endereço telegráfico da firma; inventariar revistas; transcrever uma carta de *Malop* à consulta do americano; e relatórios ministeriais – as demonstrações do “complot”⁷. O conjunto de fios entrelaçados misturou as tramas investigativas com a moralização administrativa; a carta tratou a iniciativa dos “pioneiros” como a emancipação do país do jugo estrangeiro, quer dizer, era uma receita aos males denunciados.

Na escritura, além do mais, o “general do petróleo” urdiu os sujeitos historicamente situados em papéis antagônicos, a marcar os lados da discórdia:

Sr. ministro: o signatario não é um diffamador. Não passa dum humillimo escriptor de livros para crianças que viu o claro “complot” tramado contra as riquezas do nosso sub-solo e por todos os meios o vem combatendo – já com a promoção de companhias nacionaes que abram perfurações, já por meio de insistente denuncia da camorra que embaraça e impede a victoria dessas empresas. E’ um homem que não se conforma com o facto de os Estados Unidos extrahirem do seu sub-solo mais de 100 milhões de contos por anno e o Brasil, com um sub-solo equivalente, não extrair coisa nenhuma.

Não é um aventureiro de má fé, sr. ministro. Bem ao contrario, é a criatura de maior bôa fé que possa existir, ingenuo a ponto de esperar que suas palavras sejam lidas e meditadas por um ministro da Agricultura. E tambem leal, porque essa criatura de bôa fé sabe ver no sr. ministro uma bôa fé irmã da sua, filhas ambas da natural honestidade que ambos são dotados. Porque num homem tão culto, tão bem formado intellectualmente como Odilon Braga, unicamente a bôa fé das almas limpas póde explicar o facto de vir deixando enganar-se pela manhosa camorra enkystada no Departamento Nacional. O crime é na realidade tão monstruosamente cynico que a um espírito recto como o do sr. ministro repugna admitti-lo. Mas a carta que acaba de lêr é de molde a abrir os olhos até a cegos de nascença.⁸

Monteiro Lobato nuançou o texto no fechamento. De início, a incursão no território do inimigo; no fim, o recuo da ofensiva. O *porta-voz* das companhias nacionais acionou vários *lugares* no intuito de atestar seus argumentos ou de abrigar-se dos adversários. Nas acometidas, era um dos “heroicos pioneiros”; em outro instante, mostrou-se “humillimo escriptor de livros para crianças”. Certamente, isso não foi à toa. O remetente tentou expor a sinceridade da missão, através do manejo das suas iniciativas em prol da nação; era um escritor de “bôa fé” a aventurar-se na indústria ao entrever os tesouros do subsolo; como diretor, encarou os trustes estrangeiros e noticiou aos conterrâneos as tramoias no DNPM; o ministro não era seu inimigo, ao contrário, sua atuação encontrou a resistência dos tentáculos de *Malop*. Por conseguinte, recriminou-se os dois técnicos; o destinatário acaso era outra vítima da Standard Oil.

⁷ LOBATO, Monteiro. Porque o Brasil não tem petroleo (Carta aberta ao sr. ministro da Agricultura). *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 13 de fev. 1936.

⁸ Ibid.

Entretanto, a carta não se restringiu tão só às acusações. Monteiro Lobato insistia em um inquérito sobre o petróleo; com isso, os agentes dos trustes não mais abrigar-se-iam no Ministério da Agricultura, já que revelar-se-iam os conchavos internos – e as firmas nacionais avançariam em seus negócios sem incomodar-se com os órgãos oficiais. Para terminar, anotou que a “extrema demora em dar-se inicio a tal inquerito leva o signatario a depôr em publico, fazendo sincerissimos votos para que o sr. ministro o pondere a fundo – e resolva como a sua consciencia de homem de bem o determinar”⁹. Restava a contestação ou a anuência de Odilon Braga às declarações. No entanto, com ou sem retorno, o “general do petróleo” animou a causa do “ouro negro” mais uma vez; o movimento popular pró-petróleo continuava a entusiasmar a opinião pública.

O ministro da Agricultura tomaria as acusações contra os técnicos oficiais como agressões morais “*á sua probidade e patriotismo*”. Censurava-se a atuação do Ministério no setor em numerosos jornais desde 1932; no entanto, a partir de 1935, as “empresas particulares” aumentaram sua munção, a ver, nas orientações governamentais, sinais de terríveis interesses ocultos. Para evitar maiores estragos, Odilon Braga sugeriu ao Presidente da República “*que se constituísse uma Comissão de altas personalidades, cujo conceito publico não admittise reservas, dotadas por igual de indisputavel autoridade technica para ajuizar do acerto da orientação doutrinaria e da produtividade dos esforços até agora effectuados no sentido daquella pesquisa*”¹⁰. A Comissão de Inquérito sobre o Petróleo averiguaria as denúncias em relação à atuação das associações rivais com autonomia de movimentos e deliberações¹¹.

Com o propósito de atestar os erros “*nos principaes argumentos ordinariamente levantados contra a orientação do Ministerio*”, Odilon Braga escreveu as *Bases para o inquerito sobre o petroleo*, documento a resumir os motivos econômicos, técnicos e ideológicos a animar o DNPM, além de contrariar as teses de Monteiro Lobato. Ora, a despeito de suas matérias inacessíveis a tantos, a Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, publicá-lo-ia na íntegra em 1936, a resistir às incursões dos petroleiros nos jornais. Deter-nos-emos nos assertos estatais nesta ocasião.

⁹ LOBATO, Monteiro. Porque o Brasil não tem petroleo (Carta aberta ao sr. ministro da Agricultura). *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 13 de fev. 1936.

¹⁰ BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Produccão, 1936. p. 7.

¹¹ *Ibid.*, p. 9.

Primeiramente, o ministro anunciou ser o ouro negro “instrumento de expansão, riqueza e segurança das nações”. Nesta assertiva, ajustava-se com os “pioneiros”; isso era uma *caixa-preta*. Somente a existência de reservas de óleo e gás não sustentaria as nações, “embora não falte entre nós quem imagine que o petróleo por si só foi que produziu a prosperidade dos Estados Unidos”¹², registrou; ou seja, criticou as ideias lobatianas de que os combustíveis fósseis tornar-se-iam recursos mágicos após o seu encontro. Como sustentar tais afirmações?

E’ que a industria petrolifera impõe ao capital e á technica um regime nitidamente capitalístico [...] de extrema concentração technico-financeira, exigindo modalidades especificas de transporte e de distribuição, e novos e seguidamente mais perfeitos e dispendiosos processos de extracção e beneficiamento. [...]

Porque o petróleo, ao contrario do que se poderia imaginar, nem sempre jorra do sub-sólo, e mesmo quando assim se apresenta não é desde logo levado a consumo: reclama dispendios, installações de transporte e refinação. Nem outra explicação se encontra para o fato da criação da Standard Oil, inicialmente sustentada por sua posição de dominio sobre aquelle duplo eixo da industria petrolifera.¹³

Posto isso, o autor mostrou os estorvos a atrasar o DNPM. Monteiro Lobato era categórico ao incriminar os dispêndios ministeriais no setor; em sua visão, a atuação do órgão era inócua. Porém, consoante o ministro, o caso era outro: era necessário muito investimento na estruturação da indústria do petróleo. “Deslocada a questão do plano material em que devêra ser examinada com objectivismo e rigor technico, para o da exaltação sentimental em que se vem debatendo, facil foi crear contra o Ministério da Agricultura [...] a hostilidade manifesta ou tacita com que injustamente estão sendo julgados [os seus técnicos]”¹⁴, comentou Odilon Braga. Assim, ao retomar as contingências materiais a obstar as sondagens, o ministro atribuía outras razões à insuficiência governamental.

Destarte, as narrativas do *complô* transmutavam-se. Os “animadores da campanha” conseguiram “o patriotico objectivo de fazer com que a opinião nacional e os Governos da União e dos Estados interessados sobre elle [o petróleo] se detivessem”¹⁵. Nesta ocasião, o ministro encetou outro item nas *Bases*, as tensões sociais às voltas do “ouro negro”, a partir de 1932. Quê iniciou a controvérsia? Quais os atritos entre os incorporadores das companhias nacionais e os técnicos do Serviço Geológico e Mineralógico? Como Monteiro

¹² BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Producção, 1936. pp. 13-14.

¹³ *Ibid.*, pp. 19-20.

¹⁴ *Ibid.*, p. 36.

¹⁵ *Ibid.*, p. 41.

Lobato animou seus esculcas contra o Ministério? Retomar os episódios desde a abertura da campanha pró-petróleo era uma oportunidade de fazer do *tempo* um *aliado* do governo; Odilon Braga seria capaz de avaliar as *expectativas* iniciais dos “pioneiros”, depois das *experiências* recentes, por artifício do distanciamento.

A campanha pró-petróleo teve início com a contratação de F. B. Romero, “o qual se anunciava capaz de, por um processo de seu exclusivo conhecimento, indicar a localização de jazidas petrolíferas”. O Indicador de Óleo e Gás seria uma *caixa-preta* aos “petroleiros”, mas o ministro traz à tona que os “diseurs de bonne aventure, voyants et autres charlatans” com “baguettes magiques, pierres enchantées et amulettes” eram comuns na indústria, a citar Essad Bey (!)¹⁶, daí a reserva dos técnicos do Ministério da Agricultura. Eis o princípio das discórdias:

Com effeito, enviado a Alagôas, onde, em Riacho Dôce, se haviam já registrado alguns indícios animadores, Romero accusava desde logo “a existencia de grandes lenções de petroleo naquelle Estado”, sendo o acontecimento festivamente communicado ao Chefe do Governo Provisorio. Publicado o despacho, apressou-se “O Globo” a tomar, sobre o facto, o parecer do illustre geologo Eusebio de Oliveira, Director do Serviço Geologico e Mineralogico, mostrando-se aquelle scientista descrente da existencia do petroleo, na quantidade indicada, da efficiencia do apparelho que o acusára e da sinceridade dos que pretendiam organizar sociedade para o explorar.

Esse parecer dado de publico pelo Director do Serviço Geologico deveria necessariamente influir no espirito dos provaveis tomadores das acções da Cia. de Petroleo Nacional, tornando impraticavel a sua organização, sem embargo da vehemente replica dos seus incorporadores.¹⁷

O *porta-voz* do DNPM não somente registrou a controvérsia. Durante a escritura, mencionou as notícias, as entrevistas e os artigos nos jornais, a servir-se, em sua argumentação, das assertivas dos “pioneiros”, a fim de demonstrar as incoerências da iniciativa privada, pois o tempo era seu *aliado*. Em 1932, Monteiro Lobato amarrou interesses díspares ao anunciar o encontro de ouro negro em poucos meses, já que a Cia. Petróleos do Brasil teria os instrumentos necessários à vitória: técnicos, mecanismos e concessões. Para mais, o contista reiterou a sua tática de “furar, furar, furar” e “que o problema do petróleo está praticamente resolvido, apesar de todos os obices encontrados pelo caminho”, em agosto de

¹⁶ BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Producção, 1936. pp. 41-42. Curioso notar que Odilon Braga se referiu ao texto de Essad Bey a partir de uma edição em francês (*L'Épopée du Pétrole* – 1934, pg. 37), não da tradução de Monteiro Lobato.

¹⁷ *Ibid.*, p. 42.

1933¹⁸. Nesta visão, contrastou-se a inépcia dos órgãos oficiais com o ímpeto das empresas privadas nas sondagens de petróleo; inclusive, insinuou-se a consonância entre a atuação do Serviço Geológico e Mineralógico e a ambição dos trustes internacionais “em evitar que na América do Sul as suas jazidas petrolíferas sejam exploradas”¹⁹. Não obstante as *expectativas*, as afirmações dos “petroleiros” não resistem aos *testes de força*; em retrospecto, as sentenças contra o Ministério da Agricultura começam a não suportar aos eventos imediatos.

A discórdia não terminaria logo. O Ministério reestruturaria os setores técnicos no governo varguista a partir destes itens: “a) o da necessidade da organização de planos de acção; b) o do dever de intervenção da technica official na vida interna das empresas, em beneficio dellas proprias e no dos interesses nacionaes”²⁰. O DNPM revisaria os “testemunhos que se extrahiam” de São Paulo e do Pará sob a nova orientação; com isso, determinou-se que a “região de S. Pedro, no Estado de S. Paulo, é, do ponto de vista geologico, stratigraphico e tectonico, francamente negativo [sic] para futuras pesquisas de petroleo nessa região”²¹, em maio de 1934. Os “pioneiros” sentem tremores nas *expectativas* dos acionistas da Cia. Petróleos do Brasil em relação às prospecções no campo de Araquá.

A 21 de outubro de 1934, os incorporadores da Cia. Petróleos do Brasil estampavam um “Manifesto para aumento de capital” n’*O Estado de São Paulo*, no qual confrontavam as ideias do “Serviço Geologico, sob a direcção do integro e competente dr. Eusebio de Oliveira e os novos pontos de vista estabelecidos pelo não menos competente e integro dr. Fleury da Rocha”²², ou seja, acareavam-se registros ministeriais, no intuito de apontar as ambiguidades dos órgãos oficiais. Os *porta-vozes* da iniciativa privada evocaram relatórios do Ministério da Agricultura escritos em momentos distintos, a constituir uma imagem disparatada de tais serviços. Por um artifício retórico, os técnicos do Governo Federal negavam-se, apesar das situações estruturais diversas da ciência em ação. O DNPM remeteu a seguinte nota aos jornais e agências telegráficas uma semana depois, a elucidar o contexto das transcrições:

“O Departamento Nacional da Produção Mineral (D. N. P. M.) informa, pelo seu diretor geral, aos interessados em pesquisas de petróleo e ao público:

¹⁸ BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Produccão, 1936. pp. 46-47.

¹⁹ *Ibid.*, p. 44.

²⁰ *Ibid.*, p. 51.

²¹ *Ibid.*, p. 52.

²² *Ibid.*

1.º - As transcrições de resultados e opiniões do D. N. P. M., sobre o problema da pesquisa do petróleo em São Paulo, feitas pela “Companhia de Petróleos do Brasil”, em “Manifesto para o Aumento de Capital”, de 21 do corrente, no jornal “O Estado de São Paulo”, estão truncadas, não tendo sido interpretadas dentro do espírito geral dos trabalhos de onde foram extraídas.

2.º - O D. N. P. M. não se pronunciou sobre as opiniões do geólogo Washburne: transcreveu-as em retrospecto histórico.

3.º - A fiscalização do D. N. P. M., junto à sondagem São Pedro I, da Companhia Petrolífera Brasileira, incorporada por Ângelo Balloni, não endossa a ocorrência de impregnação de óleo, nos horizontes citados, afirmada pela Companhia Petróleos do Brasil.

4.º - O D. N. P. M. ainda não tem motivos para se armar do otimismo da Companhia Petróleos sobre o grave problema da existência e da pesquisa do petróleo em São Paulo e no Brasil Meridional, conforme longamente tem explanado em pareceres divulgados pelos principais jornais do país, em abril e maio do corrente ano.

5.º - Dentro de poucas semanas, serão publicados os resultados geofísicos definitivos sobre a região de São Pedro, assim como a opinião do técnico especialista em petróleo sobre o problema da sua existência e pesquisa no Sul do Brasil.

6.º - O D. N. P. M. não oculta o alto valor estratigráfico e geológico que poderá advir com a continuação da sondagem da Companhia Petróleos do Brasil, em Xarqueada, sob a sábia fiscalização técnica da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo”.²³

A réplica dos “pioneiros” aumentou a controvérsia; acoimou-se ser “NÃO TIRAR PETRÓLEO E NÃO DEIXAR QUE O TIREM” a máxima do Dept. A nota acima era “o facto em si da opposição systematica e da sabotagem moral [...] que esse grupo vem ha annos exercendo contra as companhias de petroleo, e em especial contra a Cia. Petroleos do Brasil”²⁴. Para mais, os “petroleiros” não anuíam com as advertências governamentais; o custo dos negócios era dos acionistas, e restava “que nós nos convençamos por nós mesmos” da existência de óleo e gás em Araquá sem a tutoria dos órgãos oficiais²⁵. Decerto, a iniciativa privada resista à ascensão do intervencionismo do Estado na economia; nas *Bases*, o ministro escusou os seus atos, por meio do “principio de que cabe á technica official resguardar os interesses nacionaes e sociaes contra as proprias illusões de directorias bem intencionadas, em empresas vinculadas ao trabalho pelo paiz”²⁶; tratou-se os acionistas como crianças sem assistência, a necessitar dos cientistas do Ministério da Agricultura, uma vez que seus interesses eram manipulados pelos diretores das firmas particulares. A campanha pró-petróleo tencionou reduzir a atuação do DNPM no setor e, com isso, resguardar os negócios da ingerência estatal.

²³ BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Producção, 1936. pp. 54-55.

²⁴ *Ibid.*, p. 56.

²⁵ *Ibid.*, p. 57.

²⁶ *Ibid.*, p. 56.

Neste momento, em janeiro de 1935, Monteiro Lobato enviou a Getúlio uma síntese dos acontecimentos na indústria. O romancista enunciou que os “technicos do Ministerio [...] ou estão corrompidos pelas companhias petroliferas estrangeiras ou [...] se deixam illudir pelos dois agentes secretos que ellas mantêm” na sua orientação. Dentre as provas, estava que “em 15 annos abriram elles em São Paulo 22 poços, mas quasi todos de profundidade insufficiente”; depois, a Standard Oil comprou 2.000 alqueires sobre “**anticlinaes de primeira classe**”, a descartar as assertivas dos técnicos oficiais²⁷. Para terminar, o remetente aventou circunscrever os serviços do Governo à feitura da “carta geophysica das principais zonas do paiz, as mais [...] propicias para petroleo e outros mineraes, como ouro, ferro, chumbo, prata, cobre, etc.”, já que “o resto cabe á iniciativa particular, que não dorme e está sempre avida por penetrar em nossos campos de actividade”²⁸. Os incorporadores das firmas nacionais enganam os seus *aliados*, assegurou o ministro; os técnicos do DNPM conspiram em prol dos trustes internacionais, sentenciou o “pai do Jeca”. Ora, encontramos-nos ante uma crise, na qual os burocratas imiscuem-se nas ações das empresas particulares e os *porta-vozes* das companhias insistem em sujeitar os órgãos oficiais à expansão das suas iniciativas. Como se vê, a discórdia enfocava o campo de atuação das duas grandes frentes no setor em construção.

Depois, a retórica vista na missiva ao Getúlio Vargas envolve os maiores jornais do país. “O centro forçado de referencia é o petroleo, a proposito do qual se reeditam as accusações sempre feitas ao Departamento Nacional da Produccção Mineral”, informa o ministro²⁹. Odilon Braga revistou as notícias acerca da campanha pró-petróleo na imprensa a partir de março de 1935, e observou a sua estranha forma:

O intuito real, porém, é tornar mais vibrátil o ambiente que se deseja crear para a acção das companhias, especialmente para aquellas que se vêm coagidas a abandonar as suas perfurações, feitas com a desapprovação [sic] da technica official, e, si possivel, a mudar as suas sondas.

Com esse objetivo, força-se, pela ampliação dos titulos e subtítulos, o sensacionalismo do noticiario e a collecta da collaboração que, espontanea ou organizada, se offerece ás redacções.

A’ palavra dos responsaveis officiaes pela pesquisa do petroleo contrapõem-se affirmações das mais variadas fontes, reproduzindo-se accusações desfeitas. Nunca se esquece, porém, o appello ás imagens: illustram-se com grande copia de suggestivas photographias as columnas abertas nos jornaes.³⁰

²⁷ BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Produccção, 1936. pp. 58-59. Grifo no original.

²⁸ *Ibid.*, p. 60.

²⁹ *Ibid.*, p. 61.

³⁰ *Ibid.*, p. 62.

Os textos dos “pioneiros” constituíam mentiras, ou exageros, nesta perspectiva. O interessante é que o autor das *Bases* atentou na fabricação de sentidos através dos enunciados dos jornais. Para além da “verdade” (ou não) do discurso dos “petroleiros”, o ministro detectou os mecanismos por trás das notícias, manchetes chamativas (“Para libertar o paiz da escravidão economica”), imagens graves, sem contexto (“Um poço de petroleo em ebulição no Alaska”), sentenças morais, etc³¹ (Figura 5). Demais, convenientemente os *porta-vozes* das companhias nacionais não se referiam aos terrenos, nos quais os combustíveis fósseis não emergiram, a despeito das promessas dos incorporadores; nem mesmo se esclarecia o “porque não obstante estivesse o perito da Piepmeyer [o dr. J. W. Winter] em S. Paulo, [...] preferiu pesquisar em Alagôas”³². Distingua-se, nos atos dos “petroleiros”, os nós entre ciência, retórica e poder; entendia-se a impotência do parecer burocrático contra a intensidade da publicidade.

Por fim, o verdadeiro escândalo, o suposto pedido de retirada da sonda emprestada ao Governo de Alagoas. “Embora esse pedido não existisse, pois, o officio que o continha só deveria ser apresentado na hypothese da sonda não estar em uso, os animadores da campanha tudo fizeram para convencer o publico que mais uma vez a technica official se apressava a impedir que se effectivasse a descoberta do petroleo de Riacho Doce”, alegou o ministro³³. O escarcéu se originou por obra da “emoção produzida pela publicidade”, da capacidade dos “pioneiros” em gravar textos sensacionalistas, não obstante a “verdade” do que sucedeu. No fundo, acrescenta Odilon Braga, “lobriga-se a competição tradicional entre a descentralização federalista e a concentração nacional”³⁴, quer dizer, às matérias científicas, somava-se a disputa entre a nova e a antiga estrutura administrativa, o liberalismo excludente e o nacional-estatismo. Em meio a tais polêmicas, avançava a campanha pró-petróleo, a recrutar os descontentes com Getúlio Vargas e a transformar notícias em romance policial.

Em decorrência dos eventos em território alagoano, a carta aberta de Monteiro Lobato ao ministro ampliou os discursos contrários aos técnicos estrangeiros de maneira estonteante. Odilon Braga tentou amainar as críticas:

A verdade, porém, é que os chamados annuncios [de *Malop* em revistas] não pareciam ter intuitos mercantis, visto que se publicavam em revistas technicas e

³¹ O exemplo citado foi retirado do fac-símile de uma publicação do matutino *O Radical*, em 17 de abril de 1935, reproduzido por BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Producção, 1936. p. 63.

³² *Ibid.*, pp. 78-79.

³³ *Ibid.*, pp. 71-72.

³⁴ *Ibid.*, p. 73.

mantidas por associações de técnicos, e se incluíam nas secções creadas para facilitar a collocação e o mutuo entendimento dos técnicos associados. Além disso, eram de remessa anterior á data em que deveriam ser contractados pelo Governo, suspendendo-se depois disso, por “motivos políticos”, isto é, para evitar que a proposito delles se explorasse a opinião publica. Mas, supponha-se que não; que tivesse havido a sua renovação. Si considerarmos que os contractos do Ministerio são refeitos annualmente, nenhuma segurança havendo de sua continuação, concluiremos por julgar admissivel que os seus contractados, quando estrangeiros, cuidem sempre de prevenir suas futuras collocações. Por outro lado, não parecia censuravel, a quem só os contractava por julgal-os dignos de confiança, que, conhecedores das leis e regulamentos sul-americanos relativos a minas, quizessem attender a consultas de pessôas nellas interessadas, especialmente os leitores habituaes daquellas revistas.³⁵

Caso os srs. Victor Oppenheim e Mark Malamphy “estivessem a soldo da Standard para impedir a descoberta do nosso petroleo”, tal qual garantiu Monteiro Lobato nas acusações, seu anúncio nas revistas “teria um traço inteiramente opposto: teria de ser dissuasiva de qualquer outra pretensão extranha áquelle famoso **trust**”, concluiu o ministro³⁶. Ora, as conexões entre o “general do petróleo” e as agências internacionais eram mais temerárias do que as atividades dos engenheiros do DNPM, no entendimento do autor:

O phenomeno mais extranho de psychologia que se depara no incançavel batalhador da “Petroleos” é, porém, o da incoherencia de suas attitudes em face da technica e das empresas estrangeiras. Romero é um estrangeiro e elle segue, sem discutir, os seus conselhos de geophysica supersticiosa. Buffat e Miglietta são estrangeiros e elle os contracta sem qualquer difficuldade e lhes entrega os 3.500 contos de capital arrecadados em S. Paulo. Não pensa um minuto em que possam estar a serviço da Standard Oil ou da Royal Dutch para desmoralisar o petroleo paulista. Piepmeyer & Cia. são estrangeiros e vão ser os primeiros e unicos depositarios das conclusões dos estudos a que chegarem, principalmente porque fizeram constar do contracto, de maneira expressa, na clausula quinta, que os resultados das pesquisas sómente serão entregues ao governo de Alagôas... “depois de confirmados pela matriz da firma, em Cassel”.

Si o petroleo fôr descoberto caberá a estrangeiros “o financiamento e a coordenação das explorações”, suave euphemismo que mal encobre a realidade: entrega do negocio a estrangeiros. Mas, si assim é, como explicar, a não ser nos dominios da psychopathologia, esse topico do diligente homem de negocios da alliança com a Piepmeyer?³⁷

Duas versões sobre os mesmos acontecimentos. Restava aos membros da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo ajustar a história e sentenciar as estórias. Para Monteiro Lobato, a controvérsia técnica encobria a atuação sorrateira dos trustes nos órgãos governamentais; por seu turno, o ministro via nas ocorrências o choque de duas mentalidades, “a mentalidade liberal, que facilita ás empresas todas as iniciativas e processos de acção, e a

³⁵ BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Producção, 1936. p. 80.

³⁶ *Ibid.*, p. 84. Grifo no original.

³⁷ *Ibid.*, pp. 84-85.

mentalidade technocratica que assegura aos órgãos technicos regularmente constituídos o direito de dictar normas e conductas ás empresas particulares”³⁸. Seguramente, aos rivais, estava notório que o problema do petróleo ia muito além de teorias, métodos e laboratórios – e os textos visavam convencer outrem disso. Mas, até a conclusão dos estudos da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo, a iniciativa privada e o Ministério da Agricultura acrescentariam novos escritos no debate.

As associações rivais se municiavam com os *aliados* disponíveis. Por isso, com o propósito de averiguar as recriminações, a gestão varguista investiu uma Comissão de Inquérito sobre o Petróleo em 17 de março de 1936. Na ocasião, o ministro da Agricultura reiterou: “A comissão está com plena liberdade de movimentos e de deliberações, na plenitude do exercicio de suas attribuições, que decorrem, naturalmente do objectivo que o governo teve ao constituil-a. Eu apenas farei o que estiver ao meu alcance, afim de que disponha de todos os recursos julgados necessarios”³⁹. Dentre seus integrantes, constamos os nomes do engenheiro de minas Joviano Pacheco, general Meira Vasconcelos, comandante Ary Parreiras, engenheiros Lima e Silva e Pires do Rio⁴⁰; suas reuniões ocorriam na Escola Politécnica, no largo de São Francisco, São Paulo⁴¹.

Os membros da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo se dispuseram por regiões; em outros termos, dois integrantes se encarregaram dos trabalhos referentes à São Paulo, demais pessoas à Bahia, etc., a escrutinar “varias cartas, officios e telegramas”, também os depoimentos dos sujeitos enredados na controvérsia tecnocientífica⁴². Monteiro Lobato testemunhou através de texto “remettido [...] ao presidente da referida commissão”; atuante nos campos de Lobato, subúrbios de Salvador, Oscar Cordeiro, além do seu depoimento, enviou “photographias sobre as explorações petrolíferas naquella região, assim como duas amostras de oleo e comprovantes das explorações”; Hilário Freire escreveu suas declarações. Juntamente, os técnicos do DNPM prestaram esclarecimentos sobre as recriminações⁴³.

³⁸ BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Producção, 1936. p. 87.

³⁹ A questão do petroleo nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 18 de mar. 1936.

⁴⁰ LOBATO, Monteiro. Carta aberta ao ministro da Agricultura. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 74.

⁴¹ A questão do petroleo nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 18 de mar. 1936.

⁴² O inquerito sobre o petroleo nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 9, Sexta-feira, 24 de abr. 1936.

⁴³ *Ibid.*

Para os nossos objetivos, convém notar que os argumentos de Monteiro Lobato em seu depoimento são os mesmos vistos anteriormente, já que, nesse texto, “presumo provar todas as arguições que avancei na ‘Carta aberta’ ao senhor ministro da Agricultura”⁴⁴. Diante disso, mencionarei apenas as novas assertivas a robustecer a narrativa detetivesca, acerca do problema do petróleo. O escritor teve como meta esclarecer a divisa “NÃO TIRAR PETRÓLEO E NÃO DEIXAR QUE O TIREM” atribuída aos órgãos governamentais; daí insistir que “com a política de perfurações pouco profundas adotada, o serviço federal não tirou petróleo aqui e não o tiraria no Oklahoma”; nos estudos dos técnicos que “entram em negócio de informes petrolíferos de que são detentores em primeira mão”; e na Lei de Minas, o meio “de IMPEDIR DA MANEIRA MAIS ABSOLUTA QUE ALGUÉM TIRE PETRÓLEO NO BRASIL”⁴⁵. Destacarei alguns dos trechos em que Monteiro Lobato apontou as incoerências, omissões e distorções das *Bases para o inquérito sobre o petróleo*, de Odilon Braga, a mostrar sua vantagem na disputa, a saber, conhecer as alegações dos inimigos – e respondê-las aos árbitros da controvérsia:

Há mais ainda. Por que misteriosa injunção esse poço de Riacho Doce – o ÚNICO ABERTO NO BRASIL QUE DEU PETRÓLEO SAINDO MUITO [consoante um “Livro de Perfuração” do Serviço Geológico] – não figura na lista geral das sondagens que vem apensa às BASES PARA O INQUÉRITO?

No quadro parcial entre as páginas 63 e 64 mencionam-se dois poços em Riacho Doce, ambos com 165 metros, um com o número de ordem 42 e outro sem número. Já na “Lista Geral” esse poço 42 aparece com 220 metros, um aumento de 55 metros. O segundo poço de 165 metros não figura na “Lista Geral”. No quadro da página 64 reaparece o poço 42 de novo com 220 metros, mas sem nenhuma indicação na coluna “Perfis ou Resultados”. Nada de petróleo livre ainda. [...]⁴⁶

Nas BASES o senhor ministro procura defender as “boas intenções” do grande lógico. Não havia ali hostilidade, diz santamente o ministro. O Departamento estava apenas convencido do “erro” da Cia. Petróleos (erro em abrir uma perfuração profunda, dentro do programa do próprio senhor Fleury da Rocha!). Permitir o refinanciamento seria “sacrificar inutilmente a empresa, prejudicando os seus acionistas” etc.

Estas razões lembram as dos inquisidores que queimavam vivos os hereges com o piedoso intuito de evitar efusão de sangue. O Departamento destruiu a Petróleos de dó dos acionistas da Petróleos...

Mas ter dó de acionistas é lá função do Departamento? Que tem ele com a vida e os negócios das empresas particulares? Quem o erigiu em fiscal de sociedade por ações? Que função policial é essa, não prevista na lei das sociedades anônimas, nem em nenhuma outra lei brasileira? [...]⁴⁷

Nas BASES o senhor ministro estranha a minha atitude em face da técnica e das empresas estrangeiras, acoimando-me de incoerente.

⁴⁴ LOBATO, Monteiro. Depoimento de Monteiro Lobato. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 75.

⁴⁵ *Ibid.*, pp. 80, 96 e 91.

⁴⁶ *Ibid.*, pp. 78-79.

⁴⁷ *Ibid.*, pp. 87-88.

Há aqui um erro de apreciação. Não sou chauvinista, nem inimigo da técnica e das empresas estrangeiras. Reconheço a nossa absoluta incapacidade de fazer qualquer coisa sem recurso ao estrangeiro, à ciência estrangeira, à técnica estrangeira, à experiência estrangeira, ao capital estrangeiro, ao material estrangeiro. Tenho olhos bastante claros para ver que tudo quanto apresentamos de progresso vem da colaboração estrangeira. E nesse caso do petróleo nada faremos de positivo, se teirmos em afastar o estrangeiro e ficarmos a mexer na terra com as nossas colheres de pau. [...] ⁴⁸

Curiosamente, saberíamos depois, o testemunho não era apenas aos membros da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo. Sim, Monteiro Lobato tentava convencer tais homens, aliciá-los, alistá-los, transformar as suas ideias, os seus conhecimentos acerca da exploração do ouro negro em território brasileiro. Contudo, na medida em que toda a campanha pró-petróleo estava sendo travada por meio da imprensa – especialmente por parte dos jornais paulistas, contrários à ascensão varguista em assuntos da política estadual –, o escritor sobejamente conhecido achou necessário dirigir o seu depoimento ao público.

Monteiro Lobato reuniu os seus mais notáveis textos acerca do ouro negro em um único livro, *O escândalo do petróleo*, em agosto de 1936. Neste volume, o escritor irmanou o seguinte, além do seu depoimento à Comissão de Inquérito: “Introdução – Retrospecto – Carta Aberta ao ministro da Agricultura – Depoimento de Hilario Freire – O que somos e o que pensamos ser – Appendice”⁴⁹. Com isso, até mesmo o indivíduo mais desavisado entenderia a controvérsia em torno do “óleo de pedra”; e, a somar o novo título com *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey, o leitor atingiria o *modus operandi* dos Interesses Ocultos em todo o mundo. Dentre as anotações inéditas, estava a “DEDICATORIA”:

AO EXERCITO E A’ MARINHA DO BRASIL DEDICAMOS ESTE LIVRO SINCERO E DESESPERADO. EXERCITO E MARINHA CONSTITUEM A PARTE ARMADA DA NAÇÃO, OS ORGÃOS COM QUE ELA ASSEGURA A SUA DIGNIDADE E SOBERANIA. MAS HA UMA SERIA ADVERTENCIA NAS PALAVRAS DE ELLIOT ALVES: **“EXERCITOS, MARINHAS, DINHEIRO E MESMO POPULAÇÕES INTEIRAS NADA VALEM DEANTE DA FALTA DE PETROLEO”**. E SE NÃO TER PETROLEO E’ INANIR-SE ECONOMICAMENTE, MILITARMENTE E’ SUICIDAR-SE. ORA, EXISTE GENTE INTERNA INTERESSADA EM NOSSO SUICIDIO COMO NAÇÃO. DENUNCIAL-A E’ UM DEVER QUE CORAJOSAMENTE OS AUTORES DESTE LIVRO CUMPREM.⁵⁰

⁴⁸ LOBATO, Monteiro. Depoimento de Monteiro Lobato. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 97.

⁴⁹ “O escândalo do petróleo”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Terça-feira, 11 de ago. 1936. Grifo no original.

⁵⁰ LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo*: depoimentos apresentados á Comissão de Inquerito sobre o petróleo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. DEDICATORIA. Grifo no original.

Decerto, o propósito da edição era recrutar *aliados*, mas não quaisquer esculcas, as sentinelas aptas a interceder em favor dos “pioneiros” no Inquérito. Por isso, dedicar “este livro sincero e desesperado” às forças armadas era estratégico; já que a organização de combate e de defesa da nação estava na dependência de petróleo, conviria aos “soldados-cidadãos” amparar a campanha pró-petróleo. Monteiro Lobato orientava novos usos das suas narrativas ao somá-las n’*O escândalo do petróleo*: revisitar tais textos era mostrar os acontecimentos em sucessão, do começo do movimento, até a Comissão de Inquérito; era estender as narrativas seja no tempo, ao retirá-las das páginas cinzentas dos jornais, seja no espaço, com os novos *aliados*; em suma, era transmitir suas ideias neste instante controverso, animar os sujeitos a esmiuçar a situação da indústria.

A crítica mencionou o “estilo ameno, leve, de um colorido admiravelmente vivo”, do autor como um dos atrativos do livro; ainda mais, anotou-se que o contista “descreve com profunda sinceridade, com acendrado patriotismo, commentando numa linguagem escorreita, sem palavreado inocuo, o que tem sido essa lucta, para todas as classes, para que todos saibam qual tem sido a acção de nossos pró-homens nesse sentido”⁵¹. Portanto, estreia necessária. Com efeito, Monteiro Lobato amarrava o ouro negro, os interesses nacionais e o “amanhã” em suas narrativas – e ressoava nos corações dos leitores. Prova maior são os inúmeros comentários elogiosos acerca do lançamento, também os novos artigos a versar sobre os trustes, os órgãos do governo e a campanha pró-petróleo com as assinaturas dos senadores Jeronymo Monteiro Filho e Costa Rego, ambos a recorrer às afirmações d’*O escândalo do petróleo*⁵². Constituíam-se uma ordem discursiva em torno do petróleo, na qual as alegações lobatianas constituíam o substrato de outros discursos, a controlá-los, seleccioná-los e redistribuí-los na qualidade de verdadeiro ou de falso; os discursos legítimos eram aqueles a comentar, reiterar e transcrever os textos do *porta-voz* da iniciativa privada⁵³.

⁵¹ LIMA, Cunha. A questão do petroleo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, Quarta-feira, 19 de ago. 1936.

⁵² Creio haver incerteza no que toca ao nome “Jeronymo Monteiro”. Houve um senador, *aliado* dos “pioneiros”, cujo nome era Jeronymo Monteiro Filho, na grafia da época; mas também encontraremos outro Jeronymo Monteiro nos jornais, sobretudo no *Correio Paulistano*, cuja verve servia aos ideais da campanha pró-petróleo. Por mim, não tenho certeza se as duas assinaturas se remetem ao mesmo homem. Penso que o Jeronymo Monteiro do *CP* seja o escritor lembrado como “Pai da Ficção Científica Brasileira” e criador “do primeiro detetive brasileiro e da primeira séria policial”. Baseio-me no fato de que o senador era mencionado por “Jeronymo Monteiro Filho” e o escritor chegou a entrevistar Monteiro Lobato e a reportar-se ao ouro negro no texto de abertura da “SEMANA DE MONTEIRO LOBATO”, em Taubaté, 1967. Sobre a atuação do senador, Cf. D. Bosco e o caso do petroleo, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 7, Sexta-feira, 19 de mar. 1937; acerca do literato, Cf. MONTEIRO, Jeronymo. LOBATO QUERIA MORRER. Disponível em <https://jeronymomonteiro.wordpress.com>. Acesso em 06/05/2021, 11:16. O *site* acima reproduz alguns textos do escritor, além de conter uma boa síntese biográfica.

⁵³ Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

O livro se encontrava na terceira edição já em setembro, um mês após o lançamento. Em seus anúncios, informava-se que a “obra de tal forma tem interessado ao publico em geral, que a primeira edição de 5.000 exemplares, [...] 48 horas depois estava esgotada, a segunda edição, também de 5.000 exemplares, [...] esgotava-se complemente 6 dias depois”⁵⁴. À vista disso, o *escândalo* era uma sensação. Mas, quais análises a obra suscitou? Conseguiu Monteiro Lobato aumentar as hostes dos petroleiros? Obteve a história de detetive novos entusiastas?

O sucesso da trama investigativa ver-se-ia até mesmo entre os homens públicos. O sr. cel. Tenorio De Britto, vereador do Partido Republicano Paulista, solicitou a inserção de um “voto de applausos” pelo aparecimento do livro de Monteiro Lobato na ata da sessão de 22 de agosto de 1936 da Câmara Municipal. Para isso, o funcionário enredou o autor, a nação e o ouro negro em único argumento:

“O brilhante escriptor Monteiro Lobato, que é também um grande patriota, acaba de publicar “O Escandalo do Petroleo” – livro forte em que o autor, focalizando o problema petrolifero brasileiro, lança, sobre o mesmo, num grito de desespero, um appello commovido e veemente ao exercito e á marinha nacionaes e á mocidade do Brasil, elementos que, dentro da nação, ainda são capazes de um impulso de nobre patriotismo em meio á frouxidão de caracter que se generaliza assustadoramente no paiz.

Assim, requeiro a consignaçon na acta dos nossos trabalhos de hoje, de um voto de applausos ao referido escriptor pelo apparecimento de “O Escandalo do Petroleo”, como expressão de solidariedade e de encorajamento desta Camara Municipal á continuação da lucta encetada por s. s., até attingir os objectivos visados”.⁵⁵

O requerimento teve aprovação unânime entre os vereadores.

Discutir-se-ia a “questão do petróleo” na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; o deputado Machado Florence apresentou “requerimento de informações ao Executivo, sobre a sondagem do petroleo no Estado”, com o apoio de outros membros da casa⁵⁶. O caso ainda seria matéria na Câmara dos Deputados: o sr. Emílio de Maia, da representação alagoana, comentou “o relatório final que acaba de ser apresentado ao governador [...] pela comissão de technicos allemães que veiu para aquelle Estado afim de fazer estudos geophysicos na região de Riacho Doce” em setembro de 1936. Consoante o orador, o Ministério da Agricultura deveria “tomar as providencias para que seja possível, dentro do mais breve prazo possível, o inicio de uma série systematica de perfurações na

⁵⁴ O PETROLEO NO BRASIL. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 3, Segunda-feira, 14 de set. 1936.

⁵⁵ Um voto de applausos pelo apparecimento de “O escandalo do petroleo”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, Domingo, 23 de ago. 1936.

⁵⁶ A questão do petroleo foi debatida hontem na Assembléa Legislativa. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sábado, 12 de set. 1936.

alludida localidade”, uma vez que todos os estudos caracterizaram a zona como potencialmente petrolífera⁵⁷. Progressivamente, as assertivas dos “pioneiros” se imiscuíam nas orações dos estadistas, a avivar a missão em âmbito político.

Na sessão de 10 de setembro de 1936, por exemplo, o deputado Machado Florence excederia o tempo da reunião a abordar a campanha pró-petróleo. “Sr. presidente – Acha-se o paiz dividido em duas correntes”, iniciou o congressista, “uma, a dos bem intencionados, a dos brasileiros civicamente brasileiros, que acham e acreditam na existencia de petroleo no Brasil [...]; outra [...] – a dos pessimistas, a dos scepticos e indifferentes e [...] fazem causa commum com os inimigos da Nação (muito bem), com os inimigos do povo”, a estorvar o jorro do líquido negro. O discurso ocupar-se-ia dos trustes estrangeiros, das tensões entre as empresas nacionais e os técnicos governamentais, das leis, etc., a ignorar os avisos do “sr. presidente” de que “a hora destinada ao expediente” estava a terminar – os outros deputados saudavam o orador com aplausos⁵⁸. Neste instante, o tribuno ecoa os argumentos lobatianos sem distinção:

O SR. MACHADO FLORENCE – [...]

Aqui no Brasil, sr. presidente, o grito de alarma de Monteiro Lobato, esse denodado bandeirante moderno (Muito bem! Muito bem!), esse invulgar luctador, falando á industria, ao commercio e ás classes armadas, prova de maneira a mais incontrastavel a acção nefasta e nefanda dos representantes dos “Trusts” internacionaes, com o único intuito de impedir a transformação do paiz, que importa mais de 500 mil contos ouro por anno, de importador para exportador do precioso liquido.

O sr. Cesar Salgado – Da leitura do livro de Monteiro Lobato se depreheende que o governo federal, por uma de suas repartições, é conivente com os “Trusts”.

O SR. MACHADO FLORENCE – Exactamente, v. exc. acaba de referir uma verdade.

O sr. Cesar Salgado – Existe no Brasil uma lei federal que impossibilita, de maneira absoluta essas operações, pois v. exc. não ignora o que é o Codigo das Minas.

O SR. MACHADO FLORENCE – Lei essa conseguida pelos representantes dos “Trusts” internacionaes.

O sr. Cyrillo Junior – E contra a qual está se batendo valentemente, a representação paulista na Camara Federal.

O sr. Ernesto Leme – Peço licença para informar ao nobre collega que o exmo. sr. ministro Odilon Braga mandou abrir um inquerito rigorosissimo, para apurar as accusações levantadas pelo sr. Monteiro Lobato. Esse inquerito está sendo feito, no Ministerio da Agricultura.

O SR. MACHADO FLORENCE – Fico muito grato com a v. exc., pelo esclarecimento. Tenho conhecimento desse inquerito. Si s. exc. o sr. ministro Odilon Braga determinou a abertura desse inquerito é porque alguma coisa de

⁵⁷ Poder Legislativo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sexta-feira, 11 de set. 1936.

⁵⁸ O problema do petroleo na Assembléa Legislativa de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 9, Domingo, 13 de set. 1936.

verdade existia nas acusações levantadas no livro “Escândalo do Petróleo”, de Monteiro Lobato.⁵⁹

Quais os seguimentos da história? O sr. Machado Florence requereu, aos seus pares, “que, com o seu poder de legislar, possam dar ao Poder Executivo do Estado, os meios de que necessita afim [sic] de que tenhamos, dentro em breve, pelos menos uma situação a que deu ao Estado de Alagoas o seu notável governador, sr. Osman Loureiro”. Com essa atitude, o súplice enunciava seu receio com o DNPM, visto “a maneira insidiosa e cavilosa com que disfarçados assalariados, mercenários dos representantes de ‘trustes’ estrangeiros procuravam impedir a victoria do petroleo nacional”⁶⁰. Nesta óptica, o investimento na indústria de óleo e gás era uma missão dos governos estaduais; a verba aos estudos geofísicos chegaria por meio dos deputados, não dos ministros. Destaca-se os ruídos entre a investida varguista na economia e as inclinações estaduais dos homens públicos através do sucedido.

Por que a narrativa romanesca de Monteiro Lobato cativou a tantos? Sem dúvidas, em seus textos, o escritor agenciou os *aliados* humanos e não-humanos com maestria, no entanto só isso não elucida o caso. O contista tramou uma história de detetive com sucesso – mas, como avaliá-la? As leituras (e as reiterações) acima já são uma evidência da glória lobatiana; ademais, o *porta-voz* das companhias nacionais seguiu alguns princípios das ficções detetivescas, como veremos.

Consoante G. K. Chesterton, o primeiro “e fundamental princípio é que o alvo de uma história de mistério, como de toda outra história e todo outro mistério, não é a escuridão mas a luz”, quer dizer, revelar o segredo escondido na intriga; denunciar o *complô* a movimentar o enredo, já que “a escuridão só é preciosa ao tornar vívida a grande luz na mente”⁶¹. Monteiro Lobato não fez outra coisa em seus textos; sua narrativa objetivou desmascarar os agentes dos Interesses Ocultos em atuação nos órgãos oficiais, de maneira a anunciar um futuro maior, ou seja, a emancipação petrolífera do Brasil. Por conseguinte,

⁵⁹ O problema do petróleo na Assembléa Legislativa de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 9, Domingo, 13 de set. 1936.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ CHESTERTON, G. K. Como escrever uma história de detetive. Traduzido por Luciana Viégas. Publicado em *G. K.'s Weekly*, 17 de outubro de 1925. Disponível no livro “*O Tempero da Vida e Outros Ensaios*” e no endereço eletrônico <www.sociedadechestertonbrasil.org>. Acesso em 17/04/2021, 18:03.

Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) foi “um dos maiores escritores do século XX, e um humorista fora de série. Foi uma celebridade, dentro e fora da Inglaterra. Em toda uma longa e rica vida intelectual, produziu dezenas de livros, artigos, críticas, comentários nas mais diversas áreas. Enfrentou quase todos os gêneros literários, pois foi poeta, ensaísta, crítico, jornalista, historiador, romancista e conferencista. Pensador forte e audaz, era capaz de atrair às suas crenças incrédulos rebeldes e cultos”. Cf. FERNANDES, Daniel. Gilbert Keith Chesterton, escritor e crítico de arte inglês. Disponível em <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/06/gilbert-keith-chesterton-escritor-critico-arte-ingles>. Acesso em 06/05/2021, 15:41.

construir o amanhã era estruturar as indústrias de óleo e gás, a partir das companhias nacionais, da *experiência* da iniciativa privada. Hilário Freire assim encurtou a ideia: “O paiz precisa conhecer esta verdade dolorosa, em toda a sua extensão e em todo o seu amargor, para agir convenientemente, e evitar que continuemos na escravidão economica, que nos avassala”⁶². O tempo decorrido foi sombrio; não obstante, a luz do que não existe ainda já raiava.

Depois, o segundo grande princípio de G. K. Chesterton “é que a alma da ficção detetivesca não é a complexidade, mas a simplicidade”⁶³. Ora, as tramas a abarcar o conchavo entre trustes internacionais e funcionários do governo, ou entre espões e homens públicos, era comum no reino da ficção e no continente dos fatos⁶⁴ – Monteiro Lobato não inventou nada de novo; seu engenho foi transmutar essas narrativas em uma *caixa-preta*, através da urgência em suas sentenças e dos elementos humanos e não-humanos ao seus dispor. O caso era elementar: a Standard Oil e a Royal Dutch Shell manipulavam os técnicos do Ministério da Agricultura, a fim de retardar o nosso 13 de Maio econômico, manter a nação na situação de País comprador de petróleo; as empresas nacionais arrostavam os inimigos, mas necessitavam da assistência da economia popular e da ELBOF, suas maiores *aliadas*. Só isso.

Em terceiro lugar, continuemos, “o fato ou a personagem que tudo esclarece deve, tanto quanto seja possível, ser um fato ou uma personagem familiar” aos leitores⁶⁵. Por essa compreensão, os técnicos, os engenheiros e os burocratas do Ministério da Agricultura eram os criminosos ideais, uma vez que conhecidos dos brasileiros, mas, sub-repticiamente, em seus estudos, executavam as diretrizes dos trustes internacionais. Os funcionários do DNPM traíam os conterrâneos – eis sua incumbência desconhecida -, no entanto, na lógica da narrativa, suas razões eram convincentes, ainda que enganosas, ou seja, lograr vantagens econômicas a partir de negociatas escusas. Desmascará-los seria um abalo, mas, de outra parte, em uma nação com histórico de subornos na administração, aceitar as incriminações como verdadeiras não era algo problemático aos leitores.

⁶² O problema do petroleo brasileiro. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 13 de ago. 1936.

⁶³ CHESTERTON, G. K. Como escrever uma história de detetive. Traduzido por Luciana Viégas. Publicado em *G. K.'s Weekly*, 17 de outubro de 1925. Disponível no livro “*O Tempero da Vida e Outros Ensaio*” e no endereço eletrônico <www.sociedadechestertonbrasil.org>. Acesso em 17/04/2021, 18:03.

⁶⁴ Cf. o capítulo “A conspiração” em GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶⁵ CHESTERTON, *Op. cit.*

Por último, o conto “tem de estar fundado sobre uma verdade; e embora algum ópio possa ser adicionado, não pode ser apenas um devaneio”, aponta G. K. Chesterton⁶⁶. No decurso desta tese, investigamos como teorias, métodos, laboratórios, engenheiros, burocratas, ciência, economia e arte atravessaram os textos de Monteiro Lobato ao longo da campanha pró-petróleo. Não era de se estranhar, isto posto, que as suas narrativas, mesmo envoltas em tensões, fossem tidas como verdades; muitos dos elementos humanos e não-humanos arregimentados apareciam na qualidade de *caixas-pretas*. Além do que a Standard Oil e a Royal Dutch operavam em várias nações, de modo que nenhuma garantia havia de o Brasil ser a exceção. Devaneio ou não, cabia aos membros da Comissão de Inquérito julgar. Mas, em todos os seus escritos acerca do sangue negro da terra, o “general do petróleo” endossou o seu lastro.

O começo de 1937 anunciava a aparente vitória da campanha pró-petróleo, pois no Paraná, o governador Manuel Ribas sancionou uma lei votada pelo Congresso “mandando proceder a estudos geophysicos no territorio do Estado”; contratar-se-ia a ELBOF, dado suas provas em Riacho Doce. Com isso, noticiava-se nos jornais, somavam-se oito Estados “que ou já contractaram esses estudos ou se preparam para fazel-o”, a saber, São Paulo reservou 600 contos de réis para a análise do subsolo; Alagoas, 256; a Paraíba, 185, Mato Grosso, 200; Pernambuco, 300; Espírito Santo, 300; Sergipe, 300; o Paraná, 400. De resto, a Câmara Federal votou um subsídio de 3.000 contos para as obras em Alagoas, e tentaria angariar outros 300 “para o petroleo do Amazonas”⁶⁷. O movimento dos “pioneiros” alastrava-se.

Os eventos no Paraná reforçaram as histórias de detetive, já que “a acção sabotadora do Departamento Federal” era novamente exposta nos diários: consta-se que o ministro Odilon Braga determinou “a ida do chefe de seu gabinete para obter do governador uma mudança de orientação”, entravar os negócios com a ELBOF. Manuel Ribas não assentiu – e isso “bastou para que os ‘trusts’ mundiaes, pelas suas campanhas mascaradas procurassem [...] obstar, de qualquer maneira, que esse contracto viesse a se effectuar”. Caso investigássemos mais nos jornais, não encontraríamos rastros seguros a demonstrar tais afirmações. O gen. Meira de Vasconcellos, comandante da 8.^a Região Militar, com sede em Belém do Pará, e membro da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo, no entanto, “telegraphou para Curityba, exprimindo a sua inabalavel confiança no petroleo paranaense”, a

⁶⁶ CHESTERTON, G. K. Como escrever uma história de detetive. Traduzido por Luciana Viégas. Publicado em *G. K.'s Weekly*, 17 de outubro de 1925. Disponível no livro “*O Tempero da Vida e Outros Ensaio*” e no endereço eletrônico <www.sociedadechestertonbrasil.org>. Acesso em 17/04/2021, 18:03.

⁶⁷ O petróleo no Paraná. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 9, Terça-feira, 5 de jan. 1937.

transmitir sua crença nessa narrativa⁶⁸. O caso (e os seus motivos escusos) reiterou as denúncias lobatianas n' *O escândalo do petróleo*.

Dito isso, setores do Exército começam a discutir acerca do “problema do petróleo” na imprensa. O gen. João Guedes da Fontoura se *aliou* aos “pioneiros” ao conversar a respeito dos acontecimentos recentes em uma entrevista ao *Correio do Paraná*, de Curitiba. Dentro de pouco tempo, outros periódicos transcreviam as afirmativas do militar:

“Venho acompanhando carinhosamente – diz o honrado militar – a questão do petroleo paranaense. Tudo até aqui foi bem. Pelo noticiario dos jornaes, entretanto, fui sabedor da intromissão dos “trusts” estrangeiros, tal como aconteceu em São Paulo. Se todos os governos estaduaes seguirem o exemplo de Alagoas, o problema petrolifero do Brasil estará resolvido. Os technicos allemães que operam no pequenino Estado de Osman Loureiro já deram ao Brasil a prova maxima de sua idoneidade technico-scientifica”.

E accentua:

“Ao Paraná não cabe, pois, outro caminho a seguir, e estou certo de que o seu governo não pensará em resolver o problema por outra forma. Opinar pela concorrência em materia de serviços eminentemente scientificos não é aconselhavel. É caso exclusivamente de confiança. E o elemento de confiança para o Brasil, nesse delicado assumpto de petroleo, é, sem duvida alguma, o grupo allemão, de cuja capacidade moral e scientifica a administração publica do paiz já tem provas irrefutaveis. Ademais, sobre as outras companhias, que apparecem sempre á ultima hora, pesam graves accusações publicas – num amplo inquerito nacional – ante as quaes, até agora, nenhum movimento de defesa foi feito”.

A conclusão é incisiva:

Creio – affirma o bravo commandante da 5.^a Região – e julgo ter nisso absoluta razão, que o caso não comporta duas soluções. O exemplo de Alagoas e nada mais”.⁶⁹

Como se vê, a narrativa dos “petroleiros” alcançou seu objetivo com sucesso, isto é, amarrar os seus interesses em torno dos combustíveis fósseis com setores das forças armadas. Demais, tratar o assunto com as sentenças acima – as mesmas de Monteiro Lobato – era uma maneira de obter as “credenciaes de patriotismo e honorabilidade”⁷⁰: os bons brasileiros eram “todos aquelles que contribuirem moral e financeiramente para a organização das empresas que se destinem a estudar e perfurar o nosso immenso sub-sólo”⁷¹. As opiniões do gen. João Guedes da Fontoura (e das outras autoridades a se ocupar da campanha pró-petróleo) ainda invocam as *experiências* dos “petroleiros”, como as únicas confiáveis ao avanço das indústrias de óleo e gás nos Estados (“Se todos os governos estaduaes seguirem o exemplo de Alagoas, o problema petrolífero do Brasil estará resolvido”); e o seu *horizonte de*

⁶⁸ O problema do petroleo no Estado do Paraná. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 24, Domingo, 17 de jan. 1937.

⁶⁹ A voz do Exercito no problema do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sábado, 30 de jan. 1937.

⁷⁰ MONTERO, Jeronymo. A palavra do Exercito, no caso do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 11, Quinta-feira, 4 de fev. 1937.

⁷¹ SCHMIDT, J. C. (Araras). Vamos dar petroleo ao Brasil! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sexta-feira, 5 de mar. 1937.

expectativas no tocante ao objeto, também. Conseguir atar os interesses de outrem aos seus próprios desígnios é a prova incontestada da força dos textos lobatianos.

Em meio às notícias otimistas sobre os estudos geofísicos da ELBOF nos terrenos da Companhia Nacional de Petróleo, Monteiro Lobato, Hilário Freire e Charles Frankie aspiram a formação de uma nova empresa, a Cia. Mato-grossense de Petróleo. “Como se sabe, o Chaco Boliviano apresenta os mesmos factores de formação geologica do pantanal de Matto Grosso, [...] onde agora vae iniciar seus trabalhos a Companhia Mattogrossense de Petroleo”, anuncia-se nos jornais⁷². No que diz respeito à constituição da sociedade, abordarei as garantias deste negócio no próximo capítulo, mas, desde logo, vê-se os caminhos abertos aos “pioneiros” por efeito do Inquérito sobre o Petróleo.

Para rematar a vitória, ainda em fevereiro, os técnicos estrangeiros Mark Malamphy e Victor Oppenheim são dispensados do Ministério da Agricultura. “Depois de publicado, com suas provas esmagadoras, ‘O Escandalo do Petroleo’, era de estranhar que desde logo já não houvesse vingado essa medida elementar de moralidade administrativa e legitima defesa da economia nacional”, observou Hilário Freire, em entrevista ao *Correio Paulistano*⁷³. Por que isso ocorreu? Já era consequência dos estudos da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo? Que se distingue nos jornais, afinal de contas?

Desde princípios de dezembro de 1936, os dois técnicos não ocupavam seus cargos. Victor Oppenheim rumou para a Venezuela, “onde continuaria a serviço da Standard Oil”, e, ao que parece, escamoteou papéis importantes do DNPM antes de escapar do País⁷⁴. O ministro só comentaria que Oppenheim foi “para onde muito bem quis, ao findar o seu contracto com o Ministerio”, a amenizar a situação controversa⁷⁵. Por seu turno, Mark Malamphy saiu ileso dos rumores ultrajantes. Parecia o término da disputa às voltas com o ouro negro.

Posto que a Comissão de Inquérito sobre o Petróleo não concluiu seus estudos na ocasião dos desligamentos, a Câmara dos Deputados solicitou explicações de Odilon Braga. Que acontecia no Ministério da Agricultura? Por que a dupla em questão sumiu de improviso? O ministro, então, comunicou que...

⁷² FORAM DESCOBERTOS RICOS DEPOSITOS DE PETROLEO NO CHACO BOLIVIANO. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sábado, 20 de fev. 1937.

⁷³ Uma grande victoria na campanha do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Terça-feira, 16 de fev. 1937.

⁷⁴ MONTERO, Jeronymo. Sr. ministro! Que fez do Oppenheim? *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, Sábado, 20 de fev. 1937.

⁷⁵ Ibid.

Ao serem accusados de publico pelo sr. Monteiro Lobato, que reproduziu carta escripta para Nova York pelo sr. Mark Malamphy, apressaram-se aquelles technicos a solicitar-me cancellamento de seus contractos. Recusei-me a attendel-os por julgar que deveriam permanecer no paiz para prestar áquella commissão, já em vias de organização, todos os esclarecimentos que delles dependessem e ao Ministerio os seus serviços especializados em andamento. Encerrada a phase de inquirições, aberta por aquella commissão, concordei em que lhes fosse communicada a não renovação dos seus contractos, sendo taes notificações datadas de 2 de outubro do anno p. findo (Docs. ns. 1 e 2).

Assim procedi porque aquelles serviços já estavam concluidos e porque, embora não apuradas, através dos depoimentos, as accusações contra elles arguidas, sempre haveriam de subsistir as duvidas oriundas de sua qualidade de technicos estrangeiros.

O acerto daquelle acto teve depois o applauso implicito da Commissão de Inquerito, que, sem o conhecer, por officio de 21 de dezembro, isto é, cerca de tres mezes depois, e quando já o sr. Victor Oppenheim se havia ausentado, tomava a iniciativa de o suggerir, nos termos que se reproduzem por cópia, juntamente com as demais peças, que ilustram a materia [...].⁷⁶

Destituídos das suas funções os técnicos estrangeiros, os “petroleiros” obtêm uma vitória. Provavelmente, a única por consequência do Inquérito sobre o Petróleo: não encontrei outros sinais dos resultados dos estudos da Comissão nas fontes ao meu dispor⁷⁷. Nesta tese, sustento essa ideia, pois a situação da campanha pró-petróleo junto aos órgãos oficiais não mudou após tais eventos. Monteiro Lobato continuará o *porta-voz* da iniciativa privada; os exames em Riacho Doce terão seguimento; mas não dar-se-á a união entre o DNPM e as firmas nacionais, nenhum auxílio do Governo Federal será instituído e a tomada de ações permanecerá a matriz econômica dos *projetos*. Na pior das hipóteses, em termos materiais, o Inquérito foi vão aos “pioneiros”; já no âmbito das opiniões, dos sentidos, das mentalidades, o espetáculo ajudou a tornar o petróleo em um problema nacional.

Mas o caso ainda teria uma reviravolta. Em fevereiro de 1937, sob a chancela do Ministério da Agricultura, a brochura *Prospecção geophysica para estruturas petrolíferas em Alagoas*, de Mark Malamphy, “ex-consultor geophysico” do DNPM, começou a ser distribuído. Ora, não era esse um dos técnicos estrangeiros denunciados por Monteiro Lobato? “Apezar da suspeição em que, por este motivo, se encontrava, o Sr. Odilon Braga encarregou-o de dirigir os trabalhos de prospecção nas Alagoas, trabalhos, sabe-se, realizados á maneira de resposta aos outros [...] que o governo do Estado contratara com uma firma allemã, a

⁷⁶ O problema do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, Sexta-feira, 26 de fev. 1937.

⁷⁷ Durante a escrita deste tópico, a pandemia de COVID-19 atingiu seu maior número de registro de óbitos diários em nosso País. Por isso, na impossibilidade de recorrer aos arquivos ainda não digitalizados, como os acervos da FGV - CPDOC, nos quais constatei documentos acerca da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo, a partir de uma busca simples em seu *site*, utilizei somente as fontes disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e outras que fui capaz de obter antes de março de 2020, como os livros citados.

Elbof”, comentou o senador Costa Rego⁷⁸. O ministro, assim como os “pioneiros”, armava-se com outros textos para intervir nas deliberações da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo, mesmo que os seus *aliados* estivessem na corda bamba.

Conseguiremos atingir alguns enunciados do folheto indiretamente:

O folheto de Mark Malamphy consta de duas partes bem distintas: uma geral, de importancia para o leigo em geophisica, e outra puramente technica, de interesse apenas para o especialista. E’ claro que só posso tratar da primeira.

Não é sem habilidade que Malamphy compara as duas áreas pesquisadas: a que ficou a cargo do Estado, pequena, e a área em que elle, Malamphy, trabalhou, muito maior. O methodo comparativo é tambem de sua preferencia quanto ás despesas effectuadas e quanto ao tempo gasto no trabalho. Em área, em despesas e no tempo, as vantagens são delle, está bem visto. [...]

Malamphy sustenta que os trabalhos de prospecção devem ser realizados dentro de normas que excluam o optimismo. Insinua, assim, que a Elbof foi levada a agradar com resultados fantasiosos o governo das Alagoas. [...]

Faz Malamphy cabedal, em seus ataques á ignorancia de quem no Brasil escreve sobre petroleo (cá enterro minha carapuça), da impropriedade das expressões *lagos* e *lenções* de petroleo, tão empregados entre nós. [...]⁷⁹

Costa Rego criticou pobremente as análises de Mark Malamphy; como não era sua área, só conseguiu recordar que o autor “E’ um tecnico sem competencia ou sem probidade”. Por essa razão, aguardava-se uma resposta da ELBOF, “uma companhia que tem realizado prospecções em quase todo o mundo e merece a confiança dos departamentos de pesquisa da Allemanha”⁸⁰. Contra a vingança do ministro, a tecnociência, a natureza. Isso seria só mais um evento no qual o mau-caratismo dos órgãos governamentais esteve claro ao público. No entanto, a refutação dos alemães não atingirá os seus objetivos; e os *testes de força* em Riacho Doce, os sustentáculos da campanha pró-petróleo, mostrar-se-ão inconclusos. O novo ano teve um início auspicioso, mas seu término foi o descer das cortinas do movimento.

⁷⁸ REGO, Costa. A VINGANÇA DO MINISTRO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, Domingo, 21 de fev. 1937.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Ibid.

5 AS TRAPAÇAS NA CAMPANHA PRÓ-PETRÓLEO

5.1 A Cia. Donabentense de Petróleo – trapaça e triunfo de Monteiro Lobato

Dizei-me, porém, irmãos: que poderá a criança fazer que não haja podido fazer o leão? Para que será preciso que o altivo leão se converta em criança?

A criança é a inocência, e o esquecimento, um novo começar, um brinquedo, uma roda que gira por si mesma, um primeiro movimento, uma santa afirmação.

Sim; para o jogo da criação, meus irmãos, é necessária uma santa afirmação: o espírito quer agora a sua vontade, o que perdeu o seu mundo quer alcançar o seu mundo.

(Assim falou Zarathustra, Friedrich Nietzsche)

Monteiro Lobato editou três livros destinados às crianças em novembro de 1937 – *O poço do Visconde*, *Serões de Dona Benta* e *Histórias de Tia Nastácia*. Os dois primeiros se juntam aos outros títulos “didáticos” do escritor, nos quais intentava ensinar assuntos curriculares, através das aventuras da turma do Sítio do Picapau Amarelo¹. Novamente, os elementos fantásticos das estórias sujeitam-se aos ensinamentos científicos da matéria, não somente uma maneira de distinguir-se de outros escritos escolares, mas também com a intenção de favorecer o prazer do texto.

Os anúncios nos jornais, ou seja, as sessões para comentar os novos livros, bem como as propagandas da editora, destacavam a mistura entre o imaginativo e a instrução, o lúdico e a *vontade de verdade*². As crianças reteriam “Ciências Físicas e Naturais e Geologia, diluídas nas mais interessantes das histórias em que aparecem essas figuras já tão conhecidas e queridas da petizada: Pedrinho, Emília, Narizinho, o Visconde, Dona Benta...”, elucidava uma gazeta carioca, a rematar dessa maneira – “Como é bom aprender assim!”³. O *Jornal do Brasil*, além disso, ressaltava que “[*O poço do Visconde*] é um volume de geologia escrito

¹ Os livros “didáticos” em ordem de lançamento: *Histórias do mundo para as crianças* (1933), *Emília no País da Gramática* (1934), *Aritmética da Emília* (1935), *Geografia de Dona Benta* (1935), *História das invenções* (1935), *Serões de Dona Benta* (1937) e *O poço do Visconde* (1937).

² Consoante Michel Foucault, a *vontade de verdade* seria um sistema de exclusão, a separação entre o verdadeiro e o falso institucionalmente constituída no intuito de controlar, selecionar e organizar a produção dos discursos. Para isso, nossa sociedade agarra-se aos sistemas dos livros, da edição, das bibliotecas e dos laboratórios, etc., de jeito a valorar, distribuir e repartir tais ou quais discursos como verdadeiros. Dentre os nossos objetivos, atentemos que a vontade de verdade tende a exercer “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” sobre outros discursos. “Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro”, evidencia o filósofo. Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. pp. 13-18.

³ GUSTAVO, Paulo. Pintinhos com juízo e homens malucos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, Domingo, 19 de dez. 1937.

com aquela facilidade que é um dom natural desse escritor e facilidade que torna acessíveis aos cérebros infantis os temas mais complexos”⁴. Junto das fabulações, encontravam-se importantíssimas lições. Por isso, os lançamentos seriam uma ótima lembrança de Natal.

Os livros “didáticos” custavam entre 8\$000 a 10\$000, em volume cartonado⁵; também eram recomendados para os meninos e as meninas dos 9 aos 13 anos, uma vez que “a inteligência já está melhor formada, e a criança, que já não acredita muito nas fadas e nos genios que as deliciaram na idade anterior, prefere historias mais reais, de bichos, principalmente, e sempre com acentos humoristicos”⁶. Monteiro Lobato instruía e recreava, na visão dos adultos.

Porém, na reunião de tais títulos, *O poço do Visconde* assoma como uma esquisitice. Os demais volumes destinavam-se ao ensino de conteúdos escolares indiscutíveis – aritmética, ciências físicas, geografia, gramática, história -, mas esse era uma “geologia para crianças”⁷. Por que escrever uma estória aos leitores miúdos com conceitos geológicos? De que maneiras esse livro insere-se na campanha pró-petróleo? Conseguiria uma ficção imiscuir-se no terreno das controvérsias tecnocientíficas com um valor afirmativo, sem os signos do irreal, da mentira? Para a continuidade dos seus *projetos*, Monteiro Lobato movimentava mais uma engrenagem temporal – a infância.

O propósito do contista era inequívoco à alguns de seus leitores de então. O ensaio do *Anuario Brasileiro de Literatura* (RJ) foi certo:

“O Poço do Visconde” é mais uma valvula de escape á grande e nobre obsessão do autor. Numa dosagem esplendida de bom humor e “savoir-faire”, êle ministra á petizada todo um curso sobre o petroleo, o magno problema da humanidade e, inegavelmente, o ponto de partida da prosperidade e bem-estar do povo brasileiro. Não contente com pisar e repisar a vital questão junto aos adultos, o valente escritor, num dia de bela inspiração, resolveu dirigir-se á gatinha miúda. Também a meninada deve saber que no Brasil há petroleo e desde pequeninos todos os brasileiros precisam perder essa mania de aparentar indiferença por fato tão importante... Quem sabe si a garotada não conseguirá com a sua inocencia o que o autor não conseguiu em muitos e muitos anos de pregação aos surdos?⁸

O fragmento acima se mostra conveniente à missão lobatiana – o “valente escritor”, cõnscio do “magno problema da humanidade”, seguro na existência do ouro negro

⁴ LIVROS NOVOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, Quarta-feira, 22 de dez. 1937.

⁵ NOVOS LIVROS DE MONTEIRO LOBATO. *A Gazeta*: edição infantil, São Paulo, n. p., Quinta-feira, 23 de dez. 1937.

⁶ SGARBI, Octavio. A respeito de livros para crianças. *Vida domestica*, Rio de Janeiro, n. p., n.º 238, out. 1938.

⁷ Consta em LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*: Geologia para as crianças. Ilustrações de Belmonte. São Paulo - Rio - Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

⁸ Nossa literatura infantil em 1937. *Anuario Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, p. 164, 1938.

em território pátrio, inventa, em imaginação, um “curso” geológico às crianças, a humanidade de amanhã. Monteiro Lobato cansara-se da “indiferença” dos adultos, investia nos meninos e meninas, nos leitores que nunca o desampararam, na *expectativa* de que a “garotada” conseguisse não somente encontrar o óleo mineral nas entranhas do solo, mas que também desse andamento ao seu *projeto*. Os livros “didáticos” invertiam os termos da controvérsia, ao invés das tensões assentes na ciência com as autoridades dos “grandes”, as estórias das aventuras dos netos de Dona Benta, a crença na meninice, na nação que está por vir. As três antinomias – ciência *x* arte, adulto *x* criança, presente *x* futuro – marcavam a *trapaça* do criador de Emília.

O autor insistia em um contraste antigo entre poesia e história, a verossimilhança e a necessidade, como atentava o redator Dante Costa em dezembro de 1937:

A vulgarização que Lobato faz no seu ultimo livro, “O poço do Visconde”, da questão do petroleo, é dessas que encantam ás crianças e não poderão deixar de influir até no proprio destino do nosso paiz. Porque o petroleo existe, precisa-se apenas de homens que o vão retirar do fundo escuro da terra. Os homens actuaes ouviram dizer, muitas vezes, que elle não existia. Acreditaram. Agora não o acham de maneira nenhuma, por mais que elle flu’a e se derrame na superficie de rios e de lagoas. Imagine-se o Brasil de mais alguns [annos?] esse Brasil que actualmente já está lendo, naquelle livro de Lobato, a importancia formidavel do petroleo na vida moderna, a força que elle tem, esse Brasil que já está lendo no livro de Lobato, desde agora, que temos petroleo, que precisamos explorar o nosso petroleo, imagine-se esse Brasil, assim convencido, amanhã, orientando o governo, mandando nos departamentos de pesquisa mineralogica...⁹

Por intermédio d’*O poço do Visconde*, os meninos e as meninas, nas suas casas ou nas escolas, atinariam a monta do ouro negro nos destinos nacionais. A ficção teria um valor inestimável, uma vez que a *crença*, vista como uma cegueira, o negar os indícios da terra, estava com os “homens actuaes”, adeptos dos “dados” sistemáticos dos departamentos oficiais; o imaginário não era uma mentira, aqui, mas uma possibilidade. Os leitores mirins, em alguns anos, acaso assumiriam os encargos da indústria do petróleo ou orientariam o governo no setor mineralógico; tornariam o Brasil rico e próspero. Nesse sentido, a arte traria em seu bojo “o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança e a necessidade” ao passo que a história tão só “o que de fato ocorreu”; em outros termos, consoante essa distinção aristotélica¹⁰, a poesia cria universos através do “e se...” –

⁹ COSTA, Dante. Literatura infantil. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, Sábado, 25 de dez. 1937.

¹⁰ “Também fica evidente, a partir do que foi dito, que a tarefa do poeta não é a de dizer o que de fato ocorreu, mas o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, o historiador e o poeta diferem entre si não por descreverem os eventos em verso ou em prosa (poder-se-iam apresentar os relatos de Heródoto em versos, pois não deixariam de ser relatos históricos por se servirem ou não dos recursos da metrificacão), mas porque um se refere aos eventos que de fato ocorreram, enquanto o outro aos que

perspectivas acerca do que aconteceu, bem como *expectativas* do que está por vir e a história, apenas registra as coisas como transcorreram. O vigor da ficção lobatiana estava aí, no início turvo de um novo vir a ser.

Resta teimar nas antinomias constituintes do livro. Para manter-se, visto os muitos insucessos, na campanha pró-petróleo, o *porta-voz* engajava as crianças através das letras; em suma, assumia as vantagens do criar, inventar e imaginar e o seu *lugar*, tantas vezes rejeitado, de escritor sobejamente conhecido. Desistir, jamais. O contista entreviu as suas indústrias nos anos venturos e arremessou os seus ideais na utopia. Somente o encantamento literário rasgaria os procedimentos de controle e de delimitação dos discursos tecnocientíficos e removeria os inconvenientes socioeconômicos a entravar as companhias nacionais, já que as estórias, em sua inocência, outorgavam *dizer tudo*, atravessar os interditos¹¹.

O livro *O poço do Visconde* encontra-se em um lugar singularíssimo no interior da “obra” lobatiana, quer como aventura imaginativa quer como ensino de matéria disciplinar. Não obstante a vulgaridade do termo, resta-nos interrogar a noção de “obra” no caso Monteiro Lobato na intenção de elucidar as particularidades do objeto em análise. Devemos restituir a historicidade da escritura do sujeito ora criador da boneca Emília, ora “general do petróleo”.

Junto ao anseio de escavar o território à procura do óleo mineral, no regresso a sua nação, em 1931, Monteiro Lobato também se interessou na literatura destinada às crianças, uma vez que, até então, escrevera uns contos despreziosamente. Para atingirmos os motivos de tal vicissitude, retomaremos, sucintamente, as idas e vindas do contista na literatura infantil.

Quais interesses levaram-no a esse ramo literário, artisticamente menosprezado? Não surpreenderá que os argumentos iniciais acerca do gênero não advêm do eminente escritor, muito menos do arrojado editor, mas sim do pai de Marta, Ruth, Guilherme e Edgar. “Como educá-los, nesta terra? Em que princípios? Que moral ensinar-lhes?”, interrogava a si e aos amigos em cartas, acerca da educação dos menores¹². Quais as leituras à disposição das

poderiam ter ocorrido. Eis por que a poesia é mais filosófica e mais nobre do que a história: a poesia se refere, de preferência, ao universal; a história, ao particular. Universal é o que se apresenta a tal tipo de homem que fará ou dirá tal tipo de coisa em conformidade com a verossimilhança e a necessidade; eis ao que a poesia visa, muito embora ela atribua nome às personagens. Particular é o que faz Alcibíades ou o que lhe aconteceu”. ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015. pp. 95-97.

¹¹ DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 49.

¹² LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 415-416. Carta de São Paulo, 11 de dez. 1917.

suas crianças nesse começo de século? Monteiro Lobato sentenciava a “pobreza e tão besta a nossa literatura infantil”, com a recusa em entrever as características distintivas dos leitores – meninos e meninas –, o civismo patrioteiro a enturvar as imaginações, além das linguagens “espinhentas e impenetráveis”¹³. Por isso, a *experiência* da paternidade, as incursões no universo das letras, a escrutinar autores, estéticas e temáticas, além de suas reminiscências de menino, constituíram suas ideias preambulares do que viria a ser o Sítio do Picapau Amarelo, “vestir à nacional as velhas fábulas de Esopo e La Fontaine”, ou seja, criar um “fabulário” em prosa com os bichos daqui, através doutra moralidade, artisticamente¹⁴. O conceito emerge em setembro de 1916, mas somente em 1920 encetará sua criação.

Conseguiu o escritor verter as ideias em texto? Nesse caso, a resposta dependerá do que acreditamos ser as crianças, os usos sociais da arte e a “nossa” literatura. Dessa maneira, *A menina do narizinho arrebitado* (1920) encontrar-se-á aquém ou além do intuito acima. Para nossos objetivos, interessa-nos o engajamento, a estória e as vantagens comerciais do livro. Primeiro, caso acreditemos nas memórias do escritor, Monteiro Lobato assentou esse conto quase sem querer. Certa vez, narra em entrevista, escutou a historieta “dum peixinho que por haver passado algum tempo fora da água desaprendeu a arte de nadar e de volta ao rio afogou-se” e matutou a imaginar a situação; então, teria composto a “História do peixinho que morreu afogado”, hoje sumida. Depois, em entrevista à *Revista do Globo* – jan. 1945 –, inteirou que “resolveu ampliar a história, misturando-a com cenas da fazenda onde passara a infância”¹⁵; assim, surgiu a turma do sítio de Dona Benta. O editor divertia-se, antes de tudo.

Lúcia sentava-se à beira do ribeirão que passa no fundo do pomar todos os dias, junto da “Excellentíssima Senhora Dona Emilia”, uma boneca de pano feiíssima; em uma de suas visitas ao rio, a menina do narizinho arrebitado sentiu “os olhos pesados e uma grande lombeira pelo corpo”; na vigília, escuta, em seu rosto, a conversa entre um peixinho vestido de “casaco vermelho, cartola na cabeça e flôr ao peito” com um besourão de “sobrecasaca, olhos e bengalão”¹⁶... Monteiro Lobato insere-nos – leitores – no estonteante Reino das Águas Claras. Com isso, entramos na estória. O livro está muito distante de uma pedagogia para o progresso¹⁷, tal qual *O poço do Visconde*; antes, mistura historíola cortês com a recente

¹³ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 370. Carta da Fazenda, 8 de set. 1916.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Idem*. Um mundo sem roupa suja... In:_____. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. p. 228. Entrevista de Justino Martins para a *Revista do Globo* em janeiro de 1945.

¹⁶ *Idem*. *A menina do narizinho arrebitado*. Livro de figuras por Monteiro Lobato com desenhos de Voltolino. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp., 1920. pp. 3-5.

¹⁷ Cf. HAYDEN, Rose Lee. *A literatura infantil de Monteiro Lobato: uma pedagogia para o progresso*. Tradução do texto Silvana Aparecida Palma. S/E: 2012.

literatura dedicada às crianças¹⁸. Narizinho vivencia a pompa do reino do Príncipe Escamado, com bichos de vários tamanhos e cores, traços e atrativos, além de complôs entre o corpo da guarda e um escorpião negro contra a autoridade do monarca.

Para mais – e já no terceiro item -, Monteiro Lobato estimava o valor comercial do livro. O editor reestruturou *A menina do narizinho arrebitado* no segundo livro de leitura para uso das escolas primárias no ano seguinte – *Narizinho arrebitado* (1921). Na ocasião, arriscou em uma tiragem enorme, 50.500 volumes. Como vendê-los? O escritor deu 500 exemplares “em papel melhor” aos grupos escolares de São Paulo, como isca. Devido a uma vistoria a tais turmas, Washington Luís – o governante do Estado – notou um livrinho “muito sujo e surrado” nas mãos dos alunos e das alunas e mandou o Secretário do Interior inteirar-se daqueles livros, de maneira a comprá-los de monte; caiu na estratégia do autor. Por isso, em somente oito meses, a edição esgotou-se¹⁹. Monteiro Lobato avistava que “o bom negócio é o didático”²⁰ e, assim, aos poucos, aumentava os materiais escolares na editora, a sustentar, em 1924, que “cuidamos agora [unicamente] de cartilhas, gramáticas, aritméticas – todos os instrumentos de torturar as crianças”²¹. As peripécias de Lúcia no Reino das Águas Claras mostraram-se lucrativas.

Certamente, a historieta contém inventividade no trato com os bichos daqui, mas está distante do vir a ser dos textos lobatianos. “Narizinho arrebitado” trata-se da reescritura do conto investigado, uma das histórias de *Reinações de Narizinho* (1931). Os elementos cortesões continuam, mas saíram as mancomunicações e os duelos de espadas; em seu lugar, teremos a célebre Dona Carochinha a catar o Pequeno Polegar, “que fugiu do livro onde mora” no intuito de viver novas aventuras. Por conseguinte, muitos personagens das estórias infantis também ansiavam outras histórias por causa “de uma certa menina do narizinho arrebitado que todos desejam conhecer”²². Por acaso, contava o autor escrever um “fabulário” nosso? O conceito inscrito anos antes mostrava-se restritivo, já que não usaria as figuras das narrativas europeias – as princesas e os príncipes -, das histórias árabes – *Livro das mil e uma noites* – ou mesmo das novas criações literárias e das animações norte-americanas, entre

¹⁸ O começo de *A menina do narizinho arrebitado*, p. ex., evoca-nos as *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll: “Alice estava começando a ficar muito cansada de estar sentada ao lado da irmã na ribanceira, e de não ter nada que fazer; [...] quando de repente um Coelho Branco de olhos cor-de-rosa passou correndo por ela”. CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Inclui ilustrações originais de John Tenniel; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 13.

¹⁹ LOBATO, Monteiro. Faz 25 anos... In: _____. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp. 173-174. Entrevista dada a Silveira Peixoto para *Vamos Ler* em 1943.

²⁰ Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 488. Carta de São Paulo, 1º de dez. 1923.

²¹ Ibid., p. 491. Carta de São Paulo, 3 de jan. 1924.

²² Idem. *Reinações de Narizinho* – volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, pp. 18-19.

outras. Paulatinamente, Monteiro Lobato convencia-se que as crianças são “em todos os tempos e em todas as pátrias as mesmas”²³ e atravessava os encurtamentos nacionais em favor dos intertextos universais.

Houve um *projeto* lobatiano no tocante à literatura dedicada aos infantes, a integrar os títulos em uma “essência”? Os textos surgem à medida que as *experiências* e as *expectativas* do escritor transmutam-se, ou melhor, discutir a obra de Monteiro Lobato torna-se inconcebível, caso tomemos *obra* como a reunião coerente e isonômica de vários registros escritos – entrevistas, cartas, contos, documentos, romances, etc.- atribuídos a um “autor”, na medida em que a historicidade dos textos os situa em momentos descontínuos de uma vida²⁴. Destarte, *O poço do Visconde* estava imerso nas tensões sociais da campanha pró-petróleo, ao passo que a torrente de narizes, não. Para compreendermos os deslocamentos subjetivos rumo aos textos pedagógicos, a apreensão das discontinuidades mostra-se necessária.

O nosso autor entusiasmava-se com a montagem de *Reinações de Narizinho*, em 1931 – “consolidação num volume grande dessas aventuras que tenho publicado por partes, com melhorias, aumentos e unificações num todo harmônico” -, visto que imaginava historietas “lá no céu” com a turma do sítio... “Vou fazer um verdadeiro *Rocambole* infantil, coisa que não acabe mais”²⁵, anotava em carta. Os livros infantis divertiam-no na ocasião em que imprimia um prospecto para o lançamento da Cia. Petróleos do Brasil²⁶. Porém, essa escritura tornar-se-á urgente em consequência dos princípios da escola ativa, os quais Monteiro Lobato interpretou através das conversas com Anísio Teixeira, de uma nova concepção acerca das crianças e das críticas aos “petroleiros” nos jornais.

Durante sua permanência nos Estados Unidos, Monteiro Lobato encontrou-se com Anísio Teixeira. Nessa ocasião, em 1928, o antes diretor-geral de Instrução do Estado da Bahia terminava seus estudos no Teachers College da Columbia University de Nova Iorque, na qual obtém o título de Master of Arts em educação; entre os norte-americanos, também averiguou os princípios da educação progressiva através das aulas de John Dewey. Os amigos assentavam *projetos* instrutivos em conversas domingueiras ou em correspondências esparsas, de sorte que, caso “for bem sucedido [na campanha pró-petróleo], os Anísios do futuro, na

²³ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 537. Carta de New York, 26 de jun. 1930.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. pp. 27-30.

²⁵ LOBATO, *Op. cit.*, p. 542. Carta de São Paulo, 7 de out. 1934.

²⁶ VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (orgs.). *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986. p. 66. Carta de Monteiro Lobato à Anísio Teixeira, 10/01/1932.

direção da cultura do povo, não lutarão com os óbices que os atuais encontram, decorrentes todos da escassez do angu”²⁷, escreveu o “general do petróleo”. Destaca-se que o *horizonte de expectativa* do contista integrava empreendimentos pedagógicos a renovar o ensino e a instrução da nação:

Meu petróleo está uma pura maravilha. A vitória está assegurada e, a não ser que me veja espoliado por leis do Juarez [Távora], nacionalizadoras do petróleo e que tais, que venham matar o surto da futura indústria e privar-me do que com ela eu possa vir a ganhar, terei meios de realizar várias grandes coisas que me fervem a cabeça. Uma delas diz com você. É criar luxuosamente um aparelho educativo com você á testa, como nunca existiu no mundo. Um gânglio novo, libérrimo, autonomíssimo, fora do governo, de religião, de tudo quanto restringe e peia. Um gânglio que vá se irradiando até fazer-se um formidável organismo moldador de homens – educador no mais elevado sentido. Com escolas especializadas, com jornais e revistas, com casa editora, com livrarias, com cinema, com estação de rádio própria, com estação tele-emissora de imagens...

Qualquer coisa como a Radio City do Rockeller, mas educativa. O governo que ensine ao povo o que quiser; a religião, *idem*. Nós, do alto da nossa Education-City, servida por todas as máquinas existentes e as que hão de vir, pairaremos sobre o país qual uma nuvem de luz. Um corpo de cérebros, dirigido por você, prepara; a máquina multiplicadora, dissemina. Iremos fazer com um pugilo de auxiliares o que o Estado – essa besta do Apocalipse – não faz com milhares e milhares de infecções chamadas escolas e de cágados chamados professores. A *nossa educação* cairá como chuva de neve sobre o país, sem saber e sem querer saber aonde os frocos irão pousar.²⁸

O remetente arranjava *transladar* os planos educacionais do destinatário, enjeitados na Bahia. Para os conterrâneos tornarem-se ricos como os norte-americanos, seria necessário não somente encontrar o ouro negro, mas criar um sistema educativo nos moldes ianques, com os inventos da tecnociência a intervir no processo de ensino e aprendizagem das crianças, no intuito de construir, estruturar e sintetizar mentes com tendências industriais. Monteiro Lobato imaginava que o amigo “é que há de moldar o plano educacional brasileiro”²⁹; daí recrutá-lo. Nesse momento, em 1932, a campanha pró-petróleo era um sucesso, uma vez que os diretores arrematavam seiscentos subscritores sem “catequizar capitalistas nem nada pedir a eles”³⁰; o *porta-voz* entrevistava suas *expectativas* tornarem-se concretas e tramava outros *projetos*, a incutir sua ideologia nos cérebros imaturos. Curioso notar as simetrias entre a “Education-City” acima e os ideais dos pioneiros da educação nova, a concepção de “escola moderna aparelhada de todos os recursos para estender e fecundar a

²⁷ VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (orgs.). *Conversa entre amigos*: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986. pp. 66-67. Carta de Monteiro Lobato à Anísio Teixeira, 10/01/1932.

²⁸ *Ibid.*, p. 69. Carta de Monteiro Lobato à Anísio Teixeira, sem local e data. Carta provavelmente escrita no ano de 1932.

²⁹ *Ibid.*, p. 68.

³⁰ *Ibid.*, p. 66. Carta de Monteiro Lobato à Anísio Teixeira, 10/01/1932.

sua ação na solidariedade com o meio social [...], transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas”³¹, os quais Monteiro Lobato criticava na missiva³². As bases científicas da “nova política educacional” revelar-se-á nos títulos escolares do contista.

Os entraves na campanha pró-petróleo incitaram outros rumos na escrita lobatiana. “Estou escrevendo *Emília no país da gramática*”³³, anunciava em fins de 1933. Anísio Teixeira comunicou que as notícias acerca do livro “alvorçaram o nosso grupo” e que cria “vai ser uma das suas obras-primas”³⁴; as novas artes da turma do Sítio do Picapau Amarelo estavam em consonância com as propostas dos pedagogos reformadores. Certamente, a anuência dos educadores encorajou o inventor da boneca pernóstica a novos voos na área do ensino:

A minha Emília está realmente um sucesso entre as crianças e os professores. Basta dizer que tirei uma edição inicial de 20.000 e o Octales está com medo que não aguarde o resto do ano. Só aí no Rio, 4.000 vendidas num mês. Mas a crítica de fato não percebeu a significação da obra. Vale como significação de que *há caminhos novos para o ensino de matérias abstratas*. Numa escola que visitei a criançada me rodeou com grandes festas e me pediram: “Faça a Emília no país da aritmética.” Esse pedido espontâneo, esse grito d’alma da criança não está indicando um caminho? O livro como o temos tortura as pobres crianças – e no entanto poderia diverti-las, como a gramática da Emília o está fazendo. Todos os livros podiam tornar-se uma pândega, uma farra infantil. A química, a física, a biologia, a geografia prestam-se imensamente porque lidam com coisas concretas. O mais difícil era a gramática e é a aritmética. Fiz a primeira e vou tentar a segunda. O resto fica canja.

O Anísio Teixeira acha que é toda uma nova metodologia que se abre. Amém.³⁵

A aritmética terminaria no ano seguinte, além da história e da geografia. Monteiro Lobato imergia no universo escolar através da “nova metodologia que se abre”, a mistura

³¹ AZEVEDO, Fernando de; DORIA, Afranio Peixoto A. de Sampaio; TEIXEIRA, Anísio Spinola *et. al.* O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 202, ago. 2006.

³² Monteiro Lobato comentou o seguinte acerca do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932): “Comecei a ler o manifesto. Comecei a não entender, a não ver ali o que desejava ver. Larguei-o. Pus-me a pensar – quem sabe está nalgum livro do Anísio o que não acho aqui – e lembrei-me de um livro sobre a educação progressiva que me mandaste e que se extraviou no caos que é a minha mesa. Pus-me a procurá-lo, achei-o. E cá estou, Anísio, depois de lidas algumas páginas apenas, a procurar dar berros de entusiasmo por essa coisa maravilhosa que é a tua inteligência lapidada pelos Deweys e Kilpatricks!”. Cf. VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (orgs.). *Conversa entre amigos*: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986. p. 68. Carta de Monteiro Lobato à Anísio Teixeira, sem local e data. Carta provavelmente escrita no ano de 1932.

³³ *Ibid.*, p. 70. Carta de Monteiro Lobato à Anísio Teixeira, 21/11/1933.

³⁴ *Ibid.*, p. 72. Carta de Anísio Teixeira à Monteiro Lobato, sem local e data. Carta provavelmente escrita em fins de 1933 ou início de 1934.

³⁵ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 96. Carta a Oliveira Viana, São Paulo, 15 de ago. 1934.

entre a imaginação e a instrução, a arte e a ciência, as matérias áridas e as divertidíssimas travessuras dos netos de Dona Benta. Para tanto, conversava com os menores, atentava as resistências aos métodos tradicionais de ensino, as *expectativas* em torno das reinações no sítio e assim escrevia. Monteiro Lobato não encarregaria outros da *missão*; ao contrário, tomaria a autoria da iniciativa – atuaria no crescimento dos miúdos, transmitiria os conteúdos e insinuaria as suas opiniões. Não seriam as crianças os gérmenes do que está por vir? Caso as guiasse, orientasse os seus interesses, como seria a nação no futuro? De que jeito as tornar *aliadas* na campanha pró-petróleo?

Não somente os argumentos em torno dos livros satisfatórios aos menores variaram, a concepção de “criança” também transmutara na escrita lobatiana. O editor animava-se com as vantagens econômicas dos contos infantis e o escritor, em tecê-las. “Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar”³⁶, anotava em carta anterior à viagem aos Estados Unidos. Os marmanjos enjoaram-no e, a crer no seu “pendor natural para escrever”³⁷ aos garotos, mais adequado seria empenhar-se no gênero. Para o contista, os meninos e as meninas eram seres especiais, mistura de imaginação e fisiologia a viver em um universo fantástico, além de serem as mesmas “em todos os tempos e em todas as pátrias”³⁸; as crianças necessitavam de “alimento mental”³⁹ inerente aos seus gostos, já que não eram homens em miniatura ou com a mesma psicologia, não careciam dos livros morais, instrutivos e cívicos em voga, mas de outros, congruentes com o seu desenvolvimento cerebral. Por que as crianças gostavam dos seus livros? “Talvez pelo fato de seres escritos por elas mesmas através de mim”, isto é, não impor suas predileções às crianças, mas registrar suas intuições, sensações e ideias nas estórias⁴⁰; ouvi-las, em suma. Quais variações as controvérsias tecnocientíficas em torno do óleo de pedra trouxeram a esses princípios?

Os motivos acima continuariam a orientar a escritura do autor, mas emergia outra ideia que não se podia dispensar, a criança como a humanidade de amanhã. “No dia em que isto se transformar num axioma – não dos repetidos decoradamente, mas dos sentidos no fundo da alma -, a arte de educar as crianças passará a ser a mais intensa preocupação do homem”⁴¹, disse em uma conferência de proteção à infância. Como educá-las? De que maneiras orientar esses “homens de amanhã”? Monteiro Lobato retomava as interrogações

³⁶ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 513. Carta do Rio, 7 de mai. 1926.

³⁷ *Ibid.*, p. 514. Carta do Rio, 8 de jul. 1926.

³⁸ *Ibid.*, p. 537. Carta de New York, 26 de jun. 1930.

³⁹ *Idem*. A criança é a humanidade de amanhã. In: _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p. 191.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 194.

⁴¹ *Ibid.*, p. 190.

dos tempos de meninice das suas crianças; agora, no entanto, as dúvidas eram imperativas e as incertezas, decisivas, uma vez que a nação estava em jogo. Portanto, não causa espanto o intento de dedicar *O poço do Visconde* à Anísio Teixeira⁴², alguém que se aplicava a uma nova concepção educativa, imersa na reconstrução nacional e nas necessidades modernas, com o propósito de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”⁴³ – além de entusiasta da campanha pró-petróleo⁴⁴.

Depois, em meio às tormentas nas hostes dos petroleiros, consoante as missivas aos amigos, a literatura era o consolo de Monteiro Lobato⁴⁵. Poucos meses antes da edição d’*O poço do Visconde*, Anísio Teixeira sentenciava que “hoje já não se tem outra coisa a fazer senão escrever para crianças ou escrever sobre o futuro, o que é apenas um outro modo de escrever para as crianças...”⁴⁶ e via os livros infantis como úteis retiros e refúgios⁴⁷. Certamente, o autor de *Reinações de Narizinho* avistava em seu *métier* o prenúncio do que estava por vir – escrever aos “homens de amanhã” era construir o futuro. Os governantes e industriais o ignoravam ou não tomavam a si a missão do sangue negro da terra, mas, entre as crianças, era “abençoado por milhares de coraçõezinhos”⁴⁸ através de inúmeras cartas, as quais retribuía com regalos. Dentre os anos a margear nosso recorte cronológico, Monteiro Lobato criou histórias e traduziu vários títulos. Destarte, conseguiria manter-se economicamente, aguentaria os apertos no seguimento do *projeto* e interviria na nação iminente, “visto como a criança não passa da nossa projeção para o futuro” e, continua na

⁴² VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (orgs.). *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986. p. 85. Carta de Monteiro Lobato à Anísio Teixeira, 23/9/937.

⁴³ AZEVEDO, Fernando de; DORIA, Afranio Peixoto A. de Sampaio; TEIXEIRA, Anísio Spinola *et. al.* O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 191, ago. 2006.

⁴⁴ Dentre as menções à campanha pró-petróleo nas correspondências, destacamos a seguinte: “Dentro de meses saem os seus novos livros, os de ciências... E o mundo sem fantasmas que você está a criar para as crianças. Santo trabalho, meu caro Lobato, trabalho que me entenece a inteligência muito mais que você o possa imaginar. Quando o vejo, a procurar com o ferro e o petróleo dar espinha dorsal ao nosso invertibrado Brasil econômico, e com os seus livros arejar a inteligência do meninão brasileiro que se vai erguer nas suas pernas traseiras, fico a sonhar na sua estátua. Porque ainda se há de marcar as épocas no país com você. As idéias que lhe roem a cabeça como piolhos são do tope das que roíam a cabeça daquele outro visionário que foi Bacon. Com ferro, petróleo e inteligência se há de afinal construir a ‘componente nova’ do Euclides”. VIANNA; FRAIZ. *Op. cit.*, p. 83. Carta de Anísio Teixeira à Monteiro Lobato, 7/07/937.

⁴⁵ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 543. Carta de São Paulo, 7/10/934.

⁴⁶ VIANNA; FRAIZ. *Op. cit.*, p. 82. Carta de Anísio Teixeira à Monteiro Lobato, 7/07/937.

⁴⁷ *Ibid.*, pp. 78-79. Carta de Anísio Teixeira à Monteiro Lobato, sem data e local. Carta provavelmente escrita no ano de 1936.

⁴⁸ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 97. Carta a Vicente Guimarães, 12/01/936.

missiva, somente “trabalhando a criança que se consegue boa safra de adultos”⁴⁹. A aceitação dos seus livros entre os meninos e as meninas de todo o país era uma recompensa sem igual.

Para os nossos objetivos, torna-se notório a conjugação de tais fatores na criação de *O poço do Visconde*. Consoante sua narrativa em reuniões comerciais, em 1937, o autor teve o incentivo de uma jovem de dezesseis anos na escritura do texto. O inquérito do petróleo não teve maiores consequência, seguramente, mas isso não acarretou no término da missão de Monteiro Lobato; aliás, reorganizou a campanha do petróleo.

Não obstante a remoção de Mark Malamphy e de Victor Oppenheim dos órgãos governamentais em decorrência do inquérito do petróleo, a iniciativa dos “pioneiros” juntos na Cia. Mato-grossense era incapaz de reconstruir o movimento em favor do óleo bruto. Os *aliados* retiraram-se, sem estrépito; o *porta-voz* estava mal afamado em alguns meios, mas aguentava os choques. Não reuniria mais tantos acionistas em São Paulo ou no Rio de Janeiro, centros nos quais situavam-se as diretorias anteriores, e, a despeito do “horror instintivo pelo público”⁵⁰, visitava outros estados, como Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul na tentativa de reconstruir seu exército, através de palestras.

Durante as conferências, Monteiro Lobato retomou os mesmos argumentos em prol do ouro negro vistos nos jornais, a riqueza norte-americana *versus* a miséria brasílica, as vantagens econômicas dos combustíveis fósseis, os interesses ocultos e a camorra do “não-há-petróleo”, os contratos da Cia. Mato-grossense, entre outros. O *porta-voz* continuava a sugerir os livros *O escândalo do petróleo* e *A luta pelo petróleo* como escrituras incontestes, uma vez que a dupla Malop não mais estava à testa do oficialismo por mérito dos autores⁵¹. “Brasileiro nenhum tem hoje o direito de ignorar a realidade”⁵², sentenciava à assistência, a instigar novas leituras. Porém, e as crianças? Não escutariam acerca do movimento em torno do óleo mineral? De que maneiras incutiria em suas mentes a urgência da campanha pró-petróleo?

O “misterioso Lobato do sítio de Dona Benta” visitava escolas nos intervalos entre as palestras aos venturos acionistas. Luci Mesquita, a moça de dezesseis anos, pronunciou um discurso ao escritor no Colégio Nossa Senhora das Dores, Uberaba (MG), no qual estendia-se sobre o petróleo desta maneira:

⁴⁹ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 97. Carta a Vicente Guimarães, 12/01/936.

⁵⁰ Idem. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p. 21.

⁵¹ Cf. Idem. Conferência em Uberaba. In: _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 22-32. Conferência proferida em 1937.

⁵² Ibid., p. 29.

“O vosso sacrifício da carreira literária para se dedicar inteiramente ao serviço da propaganda duma companhia de petróleo é dos mais nobres que conheço”. [...] “Compreendo que pela palavra falada conseguireis mais do que pela palavra escrita, enveredastes pelo Brasil afora para chamar a atenção dos brasileiros para a grande campanha do petróleo. Mas por que não escreveis um livro sobre o petróleo, no gênero *Emília no país da gramática*, para cativar os meninos de hoje, pois que esses meninos de hoje vão ser os homens de amanhã?”. [...] “A despeito do meu mínguadíssimo conhecimento do assunto, entendo que o petróleo brasileiro ainda virá a ser para o Brasil mais do que *já foi* o café, o famoso ouro verde, e mais do que *está sendo* o algodão, o precioso ouro branco, porque arrancará do seio fecundo da terra brasileira o ouro dos ouros”.⁵³

Não mostrava a oradora que o “Brasil já fala em petróleo, já discute petróleo, já acredita no petróleo, já sente no ar o cheiro de petróleo”⁵⁴, como os *aliados* do óleo combustível ansiavam? Não seria essa a consciência que o autor d’*O escândalo do petróleo* tencionou incutir e estruturar entre os nacionais? Luci Mesquita não só mostrava as conquistas do movimento em transmutar o ouro negro em interesse nacional, também indicava, ao agente, novas áreas de atuação, cativar os “homens de amanhã” através da literatura. A menina assentia mais com os “petroleiros” do que os governantes, além de estar mais atenta na carreira literária de Monteiro Lobato do que muitos leitores. O visitante atingiu a sugestão da educanda, quer dizer, “já que os adultos de hoje estão cegos abram-se os olhos dos meninos de agora, que serão os adultos de amanhã”⁵⁵. O livro *Emília no país da gramática* acenava como um modelo, de acordo com Luci Mesquita. Dessa maneira incitado, em pouco tempo Monteiro Lobato editaria *O poço do Visconde*.

Certa vez, em meios às travessuras da boneca de macela, Pedrinho tomou nas mãos os jornais daquele dia e indignou-se em minutos ao percorrê-los com os olhos, uma vez que se tratava, nas folhas cinzentas, do mesmíssimo assunto constantemente polemizado:

*- Bolas! Todos os dias os jornais falam em petróleo e nada do petróleo aparecer. Estou vendo que se nós aqui no sítio não resolvermos o problema o Brasil ficará toda a vida sem petróleo. Com um sábio da marca do Visconde para nos guiar, com as ideias da Emília e com uma força bruta como a do Quindim, é bem provável que possamos abrir no pasto um formidável poço do petróleo. Por que não?*⁵⁶

O menino entusiasmava-se; a veemência em sua queixa, espontânea e ingênua, mas virtuosa, acusava a incompetência dos marmanjos no trato com o ouro negro, como se a

⁵³ LOBATO, Monteiro. Conferência em Belo Horizonte. In: _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p. 42. Conferência proferida em 1937.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 41.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 42.

⁵⁶ *Idem*. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 13. Grifo no original.

avidez em encontrá-lo não existisse. Mas escavariam os terrenos do sítio ao acaso, teimosamente? O Visconde de Sabugosa instruíra-se através de um tratado de Geologia que avistou entre os livros de Dona Benta – “a ciência que conta a história da terra, não da Terra-mundo, mas da terra-terra, da terra-chão”⁵⁷, ensina-nos a narrativa – e sentenciou que estavam em campo oleífero, a partir dos seus estudos. Para iniciarem um poço de exploração, o “grande sábio” proveria um curso acerca da história da terra à turma, de modo que as aulas começavam naquele dia. A estória tencionava ser uma fundação: “*Foi assim que começou o petróleo no Brasil*”⁵⁸. Por quê? *O poço do Visconde* atestaria aos leitores – não só às crianças, também aos familiares e aos professores, por causa de sua incorporação na série “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, da Cia. Editora Nacional – a relevância dos combustíveis fósseis na prosperidade socioeconômica da nação, dado que, na ocasião, somente a ficção anunciaria o Brasil que estava por vir com a indústria petrolífera. Dessa maneira ajuizados, os miúdos atingiriam o *horizonte de expectativas* dos “pioneiros” em um tempo venturo.

A campanha pró-petróleo ensejou a escritura de vários textos lobatianos, entre os quais o prefácio d’*A luta pelo petróleo*, de Essad Bey, e o conjunto n’*O escândalo do petróleo*, sem contar as inúmeras missivas aos esculcas, mas nem um destinado às crianças e aos jovens, até então. Kátia Chiaradia constatou, em sua tese, que muitos fragmentos do livro aos meninos e meninas reiteram argumentos inscritos em outros momentos, quer dizer, o autor tomou suas notas anteriores e as reescreveu n’ *O poço do Visconde*⁵⁹. Decerto, não compreendemos o livro do jeito de texto ocluso em suas dimensões materiais; na escrituração, Monteiro Lobato sumariou suas *experiências* no setor, retomou menções, citações e motivos, sustentou acertos e reverteu erros; além disso, inventou uma aventura a misturar os eventos concretos e o universo maravilhoso do Sítio, arriscou-se ao tratar assuntos porventura maçantes aos escolares, com o objetivo de alargar a sua missão. Como se vê, mais do que ressoar acontecimentos, a estória tramava a continuação das discussões em torno do “óleo de pedra”.

Para isso, assim o autor estruturou a narrativa: o estudo da crosta terrestre por meio de serões, nos quais o Visconde ensinou a origem e as características dos terrenos de Dona Benta aos “petroleiros” mirins; os trabalhos de campo, ou melhor, a prospecção de

⁵⁷ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 13.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 15.

⁵⁹ CHIARADIA, Kátia Nelsina Pereira. *Edição de textos fidedigna e anotada das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-1937)*: edição e estudo da correspondência entre Monteiro Lobato, Charles Frankie e alguns companheiros da Campanha Petrolífera, como Edson de Carvalho. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 2016.

petróleo, além da montagem do poço, o Caraminguá número 1; a descoberta do ouro negro e as grandes mudanças na vila (e no Brasil) daí conseguintes. Os conteúdos técnico-científicos atravancam a estória como introitos aos negócios. Ademais, não há equivalência entre as matérias inclusas na ficção e as ministradas em salas de aula⁶⁰; de jeito que não seria algo inesperado lê-las como instrumentos a serviço dos ideais de Monteiro Lobato, ensinamentos a guiar as atividades e os interesses dos leitores em momento que estaria por vir. Como incitá-los através da historieta?

Durante os serões, o “geólogo” ensina os conceitos e as ideias acerca do nascimento e da constituição da terra, do surgimento da vida, da origem dos óleos minerais, dos xistos e arenitos betuminosos, dos usos do petróleo, entre outros, à turma do Sítio. As aulas não seguiam o ensino tradicional, no qual os alunos escutam os mestres reiterarem conteúdos alheios às suas necessidades vitais; ao contrário, o Visconde ministra temáticas inescusáveis aos intuitos dos miúdos, encontrar o ouro líquido nos terrenos dos Caraminguás e, então, arrancar a nação “da sua eterna anemia econômica para lançá-la na larga Avenida do Progresso Sem Fim”⁶¹, assentes nos rigores das ciências. Além disso, aos cursos, incrementavam-se as “objeções de bobagem”⁶² emilianas, a recrear as matérias, os exemplos concretos que acercavam as estruturas terrenas dos materiais triviais, comuns na roça, e as questões dos meninos, a orientar as discussões, de modo que as aulas tornavam-se não só dialógicas, mas imprescindíveis aos picapauenses na sua ânsia de intervir nas tensões socioeconômicas em curso.

As aulas de *geologia para crianças* usavam os conceitos e as teorias na análise das controvérsias a estorvar os “petroleiros” no Brasil. De início, o Visconde de Sabugosa comenta os acontecimentos vistos na campanha pró-petróleo, sem ajuizá-los, como a nota acerca da “diábase duríssima” que os perfuradores do poço do Araquá encontraram, “tão dura que a perfuração, que estava caminhando com a marcha de sete metros por dia, passou a caminhar centímetros por dia”⁶³; mas, em outros momentos, seus esclarecimentos associam-se aos ideais dos *aliados* do ouro negro já analisados em diários e livros. Os xistos e arenitos no “Vale do Paraíba, aqui em São Paulo, no Riacho Doce, em Alagoas, em São Gabriel, no Rio

⁶⁰ Cf. ALCANFOR, Lucilene Rezende. *Produção e circulação das obras didáticas de Monteiro Lobato*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 2010.

⁶¹ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. pp. 128-129.

⁶² *Ibid.*, p. 29.

⁶³ *Ibid.*, p. 49.

Grande do Sul”⁶⁴, eram sinais de que existia óleo mineral nas camadas subterrâneas do território nacional. Por que, então, milhões e milhões de barris não eram produzidos aqui?

- Não existem perfurações, isso sim. Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro durante séculos. Há sinais por toda parte – em Alagoas, no Maranhão, em toda a costa nordestina, no Amazonas, no Pará, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, em Mato Grosso, em Goiás. A superfície de todos esses estados está cheia dos mesmos indícios de petróleo que levaram as repúblicas vizinhas a perfurar e a tirá-lo aos milhões de barris. Os mesmíssimos sinais...

- Então por que não se perfura no Brasil?

- Porque as companhias estrangeiras que nos vendem petróleo não têm interesse nisso. E como não têm interesse nisso foram convencendo o brasileiro de que aqui, neste enorme território não havia petróleo. E os brasileiros bobamente se deixaram convencer...⁶⁵

As áreas acima, rememores, eram, em sua maioria, as mesmas nas quais atuavam as empresas nacionais *aliadas* do contista. Só teríamos as enormes somas de barris das outras nações americanas caso os governantes sustentassem tais iniciativas e os conterrâneos, até então ignorantes nas ciências do subsolo, atentassem nas aulas. Para “aparecer poços por toda a parte”, a abertura do primeiro era impreterível. Isso aconteceria daqui a pouco, já que teríamos “o poço número 1 aqui no sítio e o número 2 no Riacho Doce, em Alagoas, onde os trabalhos estão muito adiantados”⁶⁶, sustentava o mestre e amarrava, com isso, os terrenos do imaginário e as cenas reais, irrefutáveis. Os Estados Unidos estavam com as suas reservas no término, instruía o Visconde, de sorte que o “Brasil, pois, deve ir se preparando para fornecer petróleo” aos estrangeiros, depois de abastecer-se⁶⁷. Os terrenos com “dezenas de milhares de barris por dia” estavam disponíveis às sondagens, com a certeza dos lucros.

Os serões renovavam as teses do *porta-voz* em termos acessíveis aos menores, mas de forma incisiva. O *lugar* do “sábio” tornava seus discursos incontestáveis, com *aliados* humanos e não-humanos vigorosos e seguros, argumentos contrários sem acerto ou senso, pois atuava que nem a Ciência – instaurava a Natureza. O “sabugo geológico” não emitia opinião, antes sentenciava. “O grande valor do petróleo é aliar-se ao ferro para aumento da eficiência do homem”⁶⁸, decretava. Como assim? De maneira impaciente, proclamava:

- Isso mesmo! Eu, se pudesse, pegava num martelo e embutia na cabeça de todos os brasileiros estas palavras: *O ferro é a matéria-prima da máquina, e o petróleo é a*

⁶⁴ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 44.

⁶⁵ *Ibid.*, pp. 50-51.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 57.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 58.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 62.

*matéria-prima da melhor energia que move a máquina. E como só a máquina aumenta a eficiência do homem, o problema do Brasil é um só: produzir ferro e petróleo para com eles ter a máquina que aumentará a eficiência do brasileiro. Tudo mais é bobagem.*⁶⁹

Os homens transmutavam o petróleo “a gasolina, a querosene, a óleo combustível, a óleo lubrificante, a parafina, a supergás, a quase trezentos produtos diferentes”⁷⁰ e, com a energia mecânica, moviam automóveis, aviões, navios e submarinos, venciam as distâncias, as terras e os mares a esconjuntar as gentes, e aumentavam as trocas econômicas, a riqueza. Para os leitores, o petróleo tornava-se um elemento mágico, uma vara de condão que converteria a vida dos brasileiros para todo o sempre. As companhias estrangeiras se metiam nos órgãos oficiais e entravavam as empresas nacionais, consoante essa narrativa – e apesar do Inquérito. De que forma conservar o nosso tesouro e sustentar os inimigos? Pedrinho encontrara uma saída:

No dia seguinte, a impaciência de Pedrinho chegou ao auge. Aquilo de ficar uma parte da noite sentado, a ouvir as prelações do Visconde, não era com ele. Queria pôr mãos à obra, abrir logo o poço salvador da pátria.

- O coitado do Brasil cansado de esperar petróleo e este cacetíssimo Visconde a nos injetar noites e noites de ciência! Não quero mais. Chegou o momento de começarmos o poço.

- Mas como, Pedrinho, se ainda quase nada sabemos de geologia? – objetou a menina.

- Muito bem. Vamos começar o trabalho e o Visconde nos vai ensinando. Lições ao ar livre – *fazendo*. É fazendo que o homem aprende, não é lendo, nem ouvindo discursos. Eu quero ciência aplicada...⁷¹

O menino insurgia-se contra os ensinamentos não mais que livrescos do mentor. Pois, o acréscimo de riqueza de uma sociedade, como alegavam os pioneiros escolanovistas, não seria consequência do “preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa”⁷²? Por que restringir-se (ou insistir) na formação literária? Isso posto, o escritor anuíria com os “cientistas da pedagogia”, uma vez que tomava as ações educacionais como meios de intervenção socioeconômica. Os serões tomavam as ciências, a geologia e a geofísica, como norte, guias universais e abstratos rumo aos acréscimos materiais

⁶⁹ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 64. Grifo no original.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 61.

⁷¹ *Ibid.*, pp. 66-67.

⁷² AZEVEDO, Fernando de; DORIA, Afranio Peixoto A. de Sampaio; TEIXEIRA, Anísio Spinola *et. al.* O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 191, ago. 2006.

da nação⁷³; mas as lições intelectualistas, verbalistas e bancárias não contribuiriam na missão das crianças (ou somente na teoria), já que eram as atividades manuais, motoras e construtoras (ou a ciência aplicada) os alicerces da riqueza⁷⁴. Os diálogos entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira ocasionaram a inserção do modelo técnico de atuação no Sítio, congruente com a ideia da escola nova de “que o trabalho seja seu elemento formador, favorecendo as energias criadoras do educando [...] e preparando-o [...] para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material [...] da sociedade de que proveio e em que vai viver e lutar”⁷⁵. Inúteis os ensinamentos a ignorar os interesses individuais das crianças, suas fantasias, suas necessidades imperativas, no entanto; em função disso, Monteiro Lobato empenhar-se-ia em alcançar um acordo entre a inteligência dos miúdos e as condições impostas à consecução do seu *projeto no faz-de-conta*.

As aulas centravam-se nas iniciativas das crianças, nos seus motivos e vocações, e na estima às características psicológica dos “alunos”. Por isso, a narrativa não contrasta os métodos do “sábio” com a imaginação dos netos de Dona Benta; as fantasias sustentam não só a ciência, também as conquistas sociais e econômicas do Brasil. Os amigos Monteiro Lobato e Anísio Teixeira estimavam os norte-americanos, de modo que, em sua visão, a emancipação do indivíduo viria através de outra sociedade, industrial e capitalista. Certamente, o escritor assumia as concepções liberais de educação e o seu corolário, quer dizer, a “carreira aberta ao talento” e o incremento do mercado tal qual nos Estados Unidos⁷⁶. O autor insistia na energia inventiva das crianças; afinal de contas, suas engenhocas eram motores de empreendimentos inesperados, revolucionários, sem os quais não avistariam os universos inacessíveis à teimosia dos adultos.

Não precisavam investigar minuciosamente os terrenos do Sítio? De que maneiras os “petroleiros” mirins contratariam geólogos e geofísicos sem os recursos monetários? Como ir *fazendo* sem os cruzeiros? O Visconde mirava os barrancos como “um livro aberto, uma

⁷³ Discurso comum aos intelectuais do Brasil no início do século anterior, como ressalta Helena Bomeny: “A ciência (...), ao contrário do senso comum, opera com princípios abstratos, universais, impessoais, menos sujeitos portanto às injunções, preferências e interesses pessoais escusos. Ademais, protege a sociedade das ‘imprevisibilidades’ da política, na medida em que informava o modelo técnico de atuação, privilegiando a *organização*, em detrimento dos sempre vulneráveis interesses da política”. Cf. BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 26.

⁷⁴ BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 32.

⁷⁵ AZEVEDO, Fernando de; DORIA, Afranio Peixoto A. de Sampaio; TEIXEIRA, Anísio Spinola *et. al.* O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 196, ago. 2006.

⁷⁶ Cf. HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. pp. 291-317.

página da história da Terra na qual leio mil coisas interessantíssimas”⁷⁷, e ensinava acerca das camadas de rocha sedimentária nos terrenos; assim, Narizinho, Pedrinho e Emília interpretavam novamente aquelas buraqueiras, que nem cientistas. Mas entre “adivinhar” as estruturas terrenas e arranjar um mapa geológico havia um abismo. Caso se restringisse à *vontade de verdade* da ciência teórica, a narrativa não seguiria e as aventuras não motivariam os leitores. Devemos insistir que seria através do imaginativo que o “general do petróleo” engajaria novos *aliados*. “Aplica-se o ‘faz de conta’ e logo aparece tudo quanto precisamos [...] e até petróleo!”⁷⁸, atenta a boneca. O *faz de conta* era o instrumento que os “petroleiros” reais não usufruíam nos poços. Com isso, Pedrinho angariou um “mapa de mentira” e as demais ferramentas:

O Visconde explicou que o resto era furar, sendo para isso indispensável adquirir uma boa sonda de perfuração e todas as máquinas e coisas acessórias. [...]

Pedrinho deu ordem à boneca para que cuidasse da lenha. Emília aplicou o faz de conta, e num momento dez carros de boi começaram um vaivém contínuo do capoeirão até ali. Serviço rápido como o relâmpago. [...]

A menina [Lúcia] também aplicou o faz de conta, de modo que num instante surgiu da terra um excelente barracão de madeira, com telhado de zinco, para as máquinas; e a cem metros dali uma série de casas para operários, muito bonitas e higiênicas, tão bonitas que Pedrinho achou demais.⁷⁹

Destarte, os “empresários” construíram as casas dos operários, o barracão das máquinas, o escritório e o bangalô de Mister Kalamazoo, o perfurador norte-americano; contrataram especialistas “de várias nacionalidades – um romaico, dois alemães, dois argentinos” – que já têm *experiência* na exploração do petróleo e um geólogo-químico; com o *faz de conta*, gastaram mais de 100 mil dólares com a sonda, os tubos de revestimentos e as máquinas acessórias; vigiavam o poço dos agentes dos trustes internacionais, além disso⁸⁰. O Sítio estava “virando uma cidadinha estrangeira” e anunciava, mesmo sem o ouro negro a jorrar, a nação que estava por vir.

Depois dos serões, a *organização* técnica. Como não nos remeter aos anos iniciais da campanha pró-petróleo, nos quais os diretores da Cia. Petróleos do Brasil montaram as suas “instalações, verdadeiramente primorosas, constantes da potente sonda Wirth para 2.200 metros [...], casa para os operários, ‘cottages’ para o pessoal técnico superior, restaurante, oficinas mecânicas de primeira ordem, serviço de água elétrica, de transporte e de tudo

⁷⁷ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 69.

⁷⁸ Ibid. p. 65.

⁷⁹ Ibid., pp. 86-87.

⁸⁰ Ibid., pp. 92-101.

mais”⁸¹? Pois, a vitória “está sendo organizada à alemã”⁸², comunicava o escritor em maio de 1932. Monteiro Lobato tramava sua *experiência* no livro, de modo a torná-la paradigmática; os sucessos que as crianças angariariam viriam da *organização* dos *aliados* humanos e não-humanos e, em outras ocasiões, caso os leitores seguissem os picapauenses, já teriam na memória uma bússola, ou seja, uma montagem impecável. A “ciência em ação” requeria administração e sistematização, também outros domínios. Anísio Teixeira insistia, em carta, que “o problema de *organização*, e não o problema político, é o que realmente importa”, uma vez que daí virá a riqueza e “tudo mais”⁸³; os escreventes aceitavam ensinar uma elite técnico-científica a solver os entraves ao crescimento econômico brasileiro de modo racional, sem embargos burocráticos ou uma cultura política personalista.

O vaivém das máquinas, a estremecer a terra com seu *pum-pã, pum-pã, pum-pã...*⁸⁴, ritmava a batagem. Os meninos atentavam nos movimentos do trépano; no sistema de retirar os materiais escavados; no entubamento do poço; na “pesca” das hastes; na constituição do subsolo daquela zona; em suma, inteiravam-se dos negócios. Os *leitores* vistoriavam o seguimento do Caraminguá número 1, “ensaiavam” como seria atuar em uma instalação petrolífera, no caso de, na situação de crianças, no futuro, assumirem tais incumbências ou, na condição de adultos, assenhorear-se das sondagens em curso no país. Porém, interessante notar de que maneiras as iniciativas dos “pioneiros” reais imiscuem-se na narrativa, por vezes nominalmente.

O “sabuguinho geológico” esmiuçava os terrenos para escolher o ponto adequado da abertura do poço nas aulas ao ar livre, também ensinava geofísica, “uma ciência de tal modo preciosa para os petroleiros que sem ela eles não dão um passo”⁸⁵, nesses momentos. Os estudos geológicos e geofísicos sustentavam as orientações dos petroleiros. Sem isso, os recursos minguariam e os *projetos*, morreriam. O Visconde de Sabugosa notava os avanços no setor por causa das geociências:

- Ah, hoje tudo mudou. Só dão tiro com pontaria. O número de poços que os petroleiros perdem reduziu-se enormemente. Os primeiros estudos geofísicos sérios

⁸¹ UMA EXCURSÃO Á FAZENDA ARAQUÁ. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 1, Segunda-feira, 22 de mai. 1933.

⁸² LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*; seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 178. Carta a Viana – 13 de maio de 1932.

⁸³ VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (orgs.). *Conversa entre amigos*: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986. p. 56. Carta de Anísio Teixeira à Monteiro Lobato, 26/11/930.

⁸⁴ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 103.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 78.

que tivemos no Brasil foram feitos no Riacho Doce, em Alagoas. Há lá um petroleiro chamado Edson, e um governante de estado, de nome Osman, que até merecem estátuas de ouro! Graças a eles o Brasil começou a estudar petróleo a sério, cientificamente, com vontade de achar – e vocês vão ver que em consequência disso o primeiro poço de petróleo do Brasil vai ser em Alagoas.⁸⁶

O autor inculca o valor e a relevância do ouro negro nas mentes infantis, além de sancionar os negócios dos seus *aliados*. Como tratamos, o mestre sentenciava; o “petroleiro” Edson encontraria os combustíveis fósseis em Riacho Doce, uma vez que *organizou* suas ações cientificamente. A Comissão de Inquérito sobre o petróleo não asseverava com tanta certeza, em razão dos seus métodos; contra outras narrativas, registrava-se os acontecimentos nas tramas ficcionais, sem ensejo aos adversários. Ora, “vocês vão ver” sugere uma aposta já ganha. Por isso, não seria exagero conjecturar ser *O poço do Visconde* a maior *trapaça* lobatiana. Desde logo, construía-se uma memória acerca da campanha pró-petróleo; malgrado os obstáculos, nessa narrativa, a iniciativa privada vencerá, os nomes dos heróis gravar-se-ão em monumentos de ouro, dado a glória da descoberta.

Quais outras ocorrências encontramos no conto a remeter-nos às *experiências* dos “petroleiros”? As alusões aos eventos “reais” intrometem-se na estória sem brusquidão. Por exemplo, as ocasiões de entubar e cimentar o Caraminguá número 1 alegravam os meninos, não obstante serem operações corriqueiras nas perfurações. Em dado momento, uma das hastes a sustentar o trépano quebrou, de modo que os técnicos americanos tiveram que “pescar” a ponta da haste partida no fundo do poço, lance mencionado nos papéis lobatianos em outros tempos⁸⁷. Ademais, os “pioneiros” batem em uma camada de diabase, “rocha eruptiva muito dura de furar, que aparece em intrusões, por entre as camadas sedimentárias”, “dureza” a entrar os avanços da coroa de diamantes, à semelhança do que ocorreu no campo de Araquá⁸⁸. Como se vê, eis aí uma vantagem da ficção, a troca de *experiências* entre o autor e as crianças, através da aventura imaginária dos picapauenses. Por ser fantasiosa, era um instrumento pujante: Monteiro Lobato reinventou os acontecimentos, suas soluções e consequências, e os (re)transmitiu a outrem; conseguiu *dizer tudo*, uma vez que a invenção não encontrava os incômodos socioeconômicos e burocráticos além do texto.

⁸⁶ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 79.

⁸⁷ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Riacho Doce, 36, 05, 28. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00013).

⁸⁸ LOBATO, *Op. cit.*, p. 118.

O “general do petróleo” encenou a sua vitória nos jogos da linguagem, em razão de que a literatura trata do que *poderia ter ocorrido*, sem encargos com o que *de fato ocorreu*. O pessoal do Sítio encontra o óleo negro. Destarte, inicia-se novo tempo naquelas paragens:

Todos correram para longe, numa gritaria.

- Petróleo! Petróleo!

Era o petróleo, afinal! Era o jorro de petróleo salvador do Brasil que se levantava numa coluna magnífica até quarenta metros para o céu. Lá fazia uma curva de repuxo na direção do vento e caía sob a forma de chuva forte. [...]

Um hurra tremendo ecoou. Os operários batiam palmas e gritavam, saudando o maravilhoso acontecimento. Tinham sido os obreiros do Poço Número 1 – o poço que iria mudar os destinos de um país, arrancando-o da sua eterna anemia econômica para lançá-lo na larga Avenida do Progresso Sem Fim.⁸⁹

O Caramingá número 1 garantiria ao autor mostrar aos leitores a riqueza derivada do petróleo. Até então, a narrativa tratou de alicerçar noções técnico-científicas já vistas em outros manuais; a partir do “jorro de petróleo”, o contista imaginaria as transformações sociais e econômicas no país originárias do “óleo de pedra”, a instigar as prospecções reais em território brasileiro. Novamente, seu intento era tornar os combustíveis fósseis algo do interesse nacional, elemento “salvador do Brasil”. Nesta ocasião, dado que por não conseguir atestar tais vantagens por meio dos poços da Cia. Petróleos do Brasil, revelava-as no seu universo ficcional.

Pois, a literatura seria uma enunciação; ao contrário do discurso da ciência, ou seja, do saber enunciado, na ficção “as palavras não são mais concebidas como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores”⁹⁰, consoante Roland Barthes. O texto joga com os signos assertivos e gregários da língua, os discursos de poder, uma vez que o escritor não consegue “fazer coincidir uma ordem pluridimensional (o real) e uma ordem unidimensional (a linguagem)”⁹¹, ainda que esse seja seu objeto de desejo, e movimenta caracteres errantes, instáveis, temporários; assim, alguém de uma *força de representação*, mas para além dos seus contornos fixos, a literatura nada mais faz do que *trapacear* com o real. Caso reclamássemos algum objetivo, a sua missão vem a ser desarranjar os estereótipos, teimar contra os discursos tipificados, encenar os saberes; eis aí a liberdade da escritura – e a astúcia lobatiana.

⁸⁹ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. pp. 128-129.

⁹⁰ BARTHES, Roland. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cutrix, 2013. p. 21.

⁹¹ *Ibid.*, pp. 22-23.

Cada vez mais, ao escrever os seus livros para crianças, Monteiro Lobato sentia que a boneca de pano bastante desajeitada de corpo “me entra nos dois dedos que batem as teclas e diz o que quer, não o que eu quero”⁹², a reger a estória aos seus caprichos. Pois bem: o término da aventura dos “petroleiros” mirins acaso seja uma reinação emiliana. Os acontecimentos imediatos à descoberta do óleo nos terrenos de Dona Benta tratam-se da *vingança* do “general” em sentido oposto aos seus inimigos, os trustes, os técnicos governistas e os repórteres ignaros. O autor não economizou sua verve ao contar-nos a derrota dos opositores do petróleo nacional:

E aconteceu então um fato espantoso. O Brasil, que não tinha petróleo, que estava oficialmente proibido de ter petróleo, passou a ser o maior produtor de petróleo do mundo. Houve logo superprodução. [...]

O mercado interno, que até então se abastecia com petróleo comprado no estrangeiro, passou a ser fornecido inteiramente com o petróleo nacional. A gasolina caiu de preço. Era em todas as bombas vendida a 20 centavos o litro; e o óleo combustível, a 10 centavos. Os agentes secretos dos trustes, que andavam a espalhar por toda a parte que quando o Brasil tirasse petróleo a gasolina seria vendida mais cara que a água de Caxambu, ficaram desapontadíssimos. Toda gente percebeu que eles não passavam de espíões dos trustes, encarregados de espalhar a descrença no povo para que ninguém se lembrasse de pesquisar petróleo e o Brasil ficasse eternamente a comprar petróleo fora.

Em certas cidades, como Maceió, por exemplo, o povo, entusiasmado com a torrente de petróleo que brotava do Riacho Doce e com a gasolina vendida nas bombas a 20 centavos, agarrou os “caxambueiros” (como eram conhecidos esses marotos) e os fez passear pela cidade com caraças de burro na cabeça – e no fim da passeata os jogou na lama dos mangues para serem comidos pelos sururus.⁹³

O Caramingá número 1 atestou a existência do ouro líquido em nosso território. Destarte, as companhias nacionais iniciaram a sondagem em outros estados – e encontraram-no. O autor menciona as regiões nas quais os seus *aliados* humanos estavam a cavoucar – em Alagoas “abriu-se o primeiro poço no Riacho Doce, com seiscentos barris por dia”; em Mato Grosso surgiram “os maiores poços da América do Sul, tão espetaculares como os do México”; em São Paulo, abriram-se outros tantos poços de petróleo “lá pelos lados de Piraju e São Pedro”; viu-se óleo bruto a jorrar até mesmo na esquecida região do Lobato, na Bahia⁹⁴. Daí adviria a riqueza e os leitores anteveriam a nação vindoura, ao menos na imaginação.

Por esse motivo, os *projetos* esboçados tornavam-se então concebíveis. Não por acaso, a turma do Sítio resolve gastar o dinheiro da venda do petróleo “de modo a beneficiar os milhares de pobrezinhos que nunca tiraram petróleo”: Dona Benta insiste em amparar “este

⁹² LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 551. São Paulo, 1º de fev. 1943.

⁹³ Idem. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. pp. 168-169.

⁹⁴ Ibid., pp. 167-168.

povo da roça, tão miserável, sem cultura nenhuma, sem assistência, largado em pleno abandono no mato, corroído de doenças tão feias e dolorosas”; Lúcia sugere a criação de “boas escolas profissionais para esta caboclada bronca”, também “casas de saúde bem modernas, com os melhores médicos e todas as comodidades, como os hospitais americanos”; Pedrinho, “estradas de rodagem de verdade”; e o Visconde constata “que devemos criar casas de ciências para o aproveitamento dos meninos que mostrarem vocação para os altos estudos”⁹⁵. As iniciativas elencadas eram antigos intentos lobatianos. Como não evocar a imagem do Jeca Tatu? Monteiro Lobato empenhou-se em encontrar um remédio para a situação miserável dos caboclos por meio das campanhas higienistas, da educação e da indústria; as personagens do conto apenas reiteram outros textos do escritor, como artigos, contos e missivas⁹⁶.

O escritor ocupou-se dos progressos nas redondezas do Sítio no desfecho do livro:

A transformação operada no Tucano Amarelo foi maravilhosa. Aquela vilinha de 200 anos de idade e que jamais passara de mil habitantes, cada qual mais feio, pobre e bronco, virou uma esplêndida cidade de cem mil habitantes, com ruas pavimentadas com o asfalto produzido ali mesmo, dez cinemas, cinco hotéis, de luxo, escolas magníficas e a Casa de Saúde Dona Benta, que apesar de ser absolutamente gratuita punha no chinelo as casas de saúde das capitais, que cobram 50 cruzeiros por dia, fora os extraordinários. Os doentes saíam invariavelmente curados e gordos. A Escola Técnica Narizinho tornou-se um padrão copiado pelo país inteiro. Os rapazes e as raparigas que lá se diplomavam em inúmeros ofícios eram disputados a peso de ouro. “Aqui se aprende de verdade” era o letreiro que havia na fachada do estabelecimento – e aprendia-se mesmo.⁹⁷

Para evitar censuras gananciosas, a narração distinguia as empresas a constituir os trustes, inimigas nacionais, a “encherem-se de dinheiro egoísta, razão pela qual o povo se antipatizava com elas”, e a Cia. Donabentense, a “fazer benefícios para toda a gente”⁹⁸. O rendimento da indústria petrolífera favoreceria a nação, ainda que sem a participação do setor público, dado que era uma iniciativa a mirar os lucros privados. Portanto, a campanha pró-petróleo na ficção teve como “resultado final a felicidade completa que todos gozamos aqui”, anunciou o Quindim, “homens e nós animais – eu, a Mocha, o Burro Falante, os passarinhos aí do mato nunca perseguidos por ninguém”⁹⁹. O autor ensinava aos meninos e meninas ser o

⁹⁵ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. pp. 164-165.

⁹⁶ Cf. Idem. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010; e LOBATO, Monteiro. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008.

⁹⁷ Idem. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 170.

⁹⁸ Ibid., p. 180.

⁹⁹ Ibid., p. 181.

ouro negro o motor da felicidade das pátrias; em função disso, uma missão de todos os brasileiros. Por mais estranho que pareça, o *faz de conta* demonstrava as teses de Monteiro Lobato.

Finalmente, marca-se os triunfos de Dona Benta com o seguinte leiteiro:

SALVE! SALVE! SALVE!
 DESTE ABENÇOADO POÇO,
 CARAMINGUÁ NÚMERO 1,
 A 9 DE AGOSTO DE 1938 SAIU,
 NUM JATO DE PETRÓLEO,
 A INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA
 DO BRASIL.¹⁰⁰

A inclusão da data na insígnia constitui episódio marcante nas estórias do Sítio, pois, pela primeira vez, Monteiro Lobato situou temporalmente as aventuras dos contos infantis. O autor jamais indicou o período de tempo dos acontecimentos dos livros dedicados às crianças; aliás, nunca se incomodou com isso – os eventos ficcionais estavam no “era uma vez”, na movediça temporalidade dos sonhos. Por que registrava uma data? Com efeito, o dia apontado era iminente; seria no ano seguinte. Monteiro Lobato sustentava mais uma vez a iminência do jorro de petróleo nas regiões mencionadas acima; sugeria que as transformações nos arredores do Caraminguá número 1 decorreriam no tempo histórico, em outras palavras, neste universo concreto, na trama dos acontecimentos reais. Para mais, a astúcia lobatiana apoiava-se em ficções para lá de científicas; respaldava-se em um palpite: eis a sua aposta.

Certamente, abordamos uma aventura díspar: não visitamos reinos encantados, nem nos distraímos com criaturas ou seres mágicos; sequer conseguimos incorporar os ensinamentos geológicos nas matérias escolares em curso. O volume era incomum até mesmo a outras estórias escritas aos meninos e meninas na época, a incutir os ideais nacionais e cívicos nas mentes dos leitores, ou a tentar, quanto mais não seja, como *As aventuras de Tibicuera* (1937), de Érico Veríssimo¹⁰¹, ou os contos, romances e poesias infantis de Olavo

¹⁰⁰ LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937]. p. 191.

¹⁰¹ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas*. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n. 59, pp. 116-133, setembro/novembro 2003.

Bilac¹⁰², outrora. Não obstante as divergências ideológicas entre esses escritores, vê-se que a literatura dedicada às crianças e aos jovens era um instrumento sabido nas tensões sociais.

De maneira nenhuma conceituaremos “literatura” nesta tese: convém, antes de tudo, atingir os vários conteúdos incrustados nesse termo, certas interpretações do fenômeno literário a apoiar a nossa análise de *O poço do Visconde*. Marisa Lajolo sustenta “que a literatura acontece quando, [...] através de um texto, autor e leitor (de preferência ambos) suspendem a convenção da linguagem corrente”¹⁰³. Desse contexto, emerge um espaço de interação entre o escritor e o leitor, na qual a *significação* do texto acontece assente em uma determinada situação de leitura. Por que motivo apontamos isso, afinal de contas? Ora, nessa interação entre os dois sujeitos, dá-se a “natureza social” da literatura, a troca de *experiências* – a escritura a imiscuir-se no *aqui e agora* daquele que lê, a instigar a vocação do ser mais. Devemos entender a leitura como uma vivência.

Não por acaso, Marisa Lajolo considera negativa a diferenciação da literatura como verdadeira, verossímil ou fantasiosa, uma vez que os “mundos que ela cria não se desfazem na última página do livro, na última frase da canção, na última fala da representação nem na última tela do hipertexto”¹⁰⁴; ela inventa novos universos a movimentar os interesses dos leitores; os acontecimentos imaginários integram-se às *experiências* dos sujeitos. Pois, vê-se a eficácia da literatura nas emoções, nas sensações, nos rasgos internos, viscerais. Dar existência a mundos possíveis, eis a ideia a animar a escritura dos contos lobatianos.

O criador da boneca pernóstica insurgia-se contra os inimigos da campanha pró-petróleo ao escrever a *geologia para crianças*. Em tempo anterior as aulas do Visconde, Emília já notara o imperativo: “- *Nós* precisamos endireitar o mundo, Pedrinho”. *Nós*, quem? Para essa interrogação, a única resposta era: “- *Nós*, crianças; nós que temos imaginação. Dos ‘adultos’ nada há a esperar...”¹⁰⁵. Nesse caso, estava correto.

¹⁰² Cf. LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

¹⁰³ Idem. *Literatura: ontem, hoje, amanhã*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. pp. 49-50.

¹⁰⁴ Ibid., pp. 55-56.

¹⁰⁵ LOBATO, Monteiro. *Histórias do mundo para crianças*. 27ª. edição. Ilustrações de capa e miolo Manoel Victor Filho. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1933]. p. 160.

5. 2 Peter Pan encarcerado ou a literatura condenada

- Por isso – continuou Peter, simpático -, devia existir uma fada para cada menino e para cada menina.

- Devia existir? Mas não existe?

- Não. As crianças sabem de tanta coisa hoje em dia que logo param de acreditar nas fadas. E toda vez que uma criança diz “Eu não acredito em fadas”, uma fada cai morta em algum lugar.

(*Peter Pan*, J. M. Barrie)

Junto das controvérsias em torno da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo, com as suas consequências imprestáveis aos ideais dos “pioneiros”, as discussões às voltas da chefia suprema da nação marcaram o início de 1937; pois, a datar de 1929, no tempo da disputa entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, não houve eleições presidenciais no Brasil; o dia 3 de janeiro de 1938 marcaria nova etapa na democracia brasileira, a seguir os governos revolucionários. Nesse pleito, Armando de Sales Oliveira, anteriormente interventor e governador de São Paulo, Plínio Salgado, fundador da Ação Integralista Brasileira, e o candidato governista José Américo de Almeida apresentavam-se ao cargo de Presidente da República. Os “petroleiros” remanescentes intentaram *alistar* o último concorrente.

Consoante as notícias, a candidatura José Américo foi recebida auspiciosamente de Norte a Sul do país¹. O romancista encarnava as ideias do movimento de 1930, além de reunir os estadistas nordestinos no *projeto* de continuidade administrativa. Dentre os motivos a torna-lo o aspirante da situação, mencionemos a sua trajetória na governação: consoante Luiz Mário Burity², entre os anos 1910 e 1920, José Américo se tornou homem público ao criticar o descaso do Governo Federal nos sertões, a ignorar a situação dos roceiros em meio às estiagens; já em 1930, encontrava-se como secretário de João Pessoa, na Paraíba; durante os anos iniciais da regência varguista, atingiu o cargo de ministro de viação e obras públicas; em 1936, era senador. Certamente, outras causas, mais escusas, favoreceram a escolha de José Américo, mas isso não nos interessa. Não obstante seu nome estar nos jornais diariamente, resta-nos indagar acerca da obstinação dos “petroleiros”, no que diz respeito ao candidato.

Por que recorrer a José Américo? Não era este o caminho óbvio. O ex-ministro unia dois itens malquistos pelo “general do petróleo”, os recursos econômicos destinados ao

¹ RECEBIDA auspiciosamente, de Norte a Sul, a candidatura José Américo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 28 de mai. 1937.

² BURITY, Luiz Mário Dantas. “Um nome para o Norte”: a candidatura José Américo de Almeida na campanha presidencial de 1937. In: *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, 2019, Recife – PE. São Paulo: Associação Nacional de História, 2019, pp. 1-17.

combate às secas no Nordeste³ e o prosseguimento da situação. Por que não ir ao encalço de Armando de Sales, opositor paulista? Neste tópico, tais indagações sugerem as agonias dos *aliados* do ouro negro; em função das mentiras autoritárias, investigaremos o término da campanha pró-petróleo. Veremos de que maneiras as ficções integraram o arsenal dos opositores da iniciativa privada, sepultaram a democracia e encerraram Monteiro Lobato atrás das grades. O petróleo tornar-se-á interesse nacional; no entanto, achar-se-á sob o domínio do Exército, implacável frente aos opositores do Estado Novo. Para findar a trajetória lobatiana no setor dos combustíveis fósseis, contaremos uma história de desesperança.

Charles Frankie resumia as circunstâncias a Monteiro Lobato de forma simples no início de 1937: “TUDO falhou”⁴. Deveras, os “pioneiros” encaravam inimigos inclementes, as sequelas do relatório de Mark Malamphy, a situação financeira das empresas remanescentes, a CNP e a CMP, a ausência de informações concretas sobre os negócios em Riacho Doce. O “general do petróleo” não omitia seus ânimos aos destinatários; escrevia que “estou que não aguento mais”. “Parece-me que estamos derrotados”, anotou em missiva ao engenheiro suíço, na qual arrematava ser seu sonho “voltar à paz antiga da minha literatura, tão abandonada, coitadinha, e mesmo assim me garantindo a subsistência”⁵. Bruscamente, mas sem surpresas, o ouro negro se transmutou em “coisa fedida” nas mensagens entre os amigos. De ora em diante, tratemos esses impasses.

Os petroleiros esperavam a resposta da Piepmeyer & Co. à “ciência malâmphica”, visto a escritura inimiga atravessar as fronteiras nacionais, a desmerecer os estudos geológicos nos terrenos da CNP⁶. Monteiro Lobato ouviu dizer que a acusação “é de escrachar e [que] vai

³ Durante a campanha pró-petróleo, em certos textos, Monteiro Lobato teceu críticas aos discursos lacrimosos de deputados nordestinos que angariavam recursos econômicos para a região. De acordo com o “general do petróleo”, somente o ouro negro traria os meios tecnocientíficos necessários ao desenvolvimento da nação, de modo que tais narrativas comocionais (ou os “ISMOS”) travancavam o andamento dos negócios, a desviar atenções. Como se vê a seguir: “Meu caro: com ismos o Brasil não se salva da única doença que o amorfina. Essa doença se chama pobreza, MISERIA, quase INDIGENCIA... Acabo de chegar do Norte e ainda estou arrepiado com a miseria intensa que é aquilo por lá. Somos 40 milhões de mendigos, de cócoras sobre um tesouro. E todos os ISMOS que surgem prometendo a salvação só jogam com uma coisa: palavras, sonoridades. E com sonoridades jamais se salvou um país. Precisamos de riquezas concretas. Petróleo e ferro. Conseguindo isso, tudo mais nos virá natural e logicamente”. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. p. 185. Carta ao colega Devi Pimentel, Campos do Jordão, 13, 1, 1935 (ou 1936).

⁴ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).

⁵ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. 1., 37, 04, 28. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00146).

⁶ De acordo com Charles Frankie, em missiva de 13 de abr. 1937: “Nem acredito mais que aí [na Argentina] poderá haver qualquer interesse, mormente agora, com a contra ofensiva por parte do DNPM, que foi estendida igualmente para o Sul, porque temos informações seguras que a publicação do Malamphy seguiu até Buenos Aires. Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).

sair em várias línguas para distribuição entre os centros científicos”⁷, em abril daquele ano; de outra parte, Charles Frankie ajuizou que a contestação era fraca, não instigaria os leitores e, “se a resposta não é bem feita e suficientemente documentada, teremos [...] novos ataques por parte do DNPM”⁸. O consórcio alemão terminaria a revisão da publicação em maio; o suíço não a viu antes da edição, mas escutou dos *aliados* ser “documento de extremo valor para a causa, [...] argumenta a questão de maneira a não deixar lugar para uma defesa, porque comenta os erros e os aponta no relatório Malamphy”⁹. Presumia-se o desfecho do caso em pouco tempo.

Conseguiria a réplica dos alemães alcançar seus objetivos com sucesso? Deparamo-nos com os argumentos da ELBOF na edição do dia 25 de abril de 1937 d’*O radical*, jornal do Rio de Janeiro. O chefe da turma que operou em Riacho Doce compôs a refutação à publicação do DNPM, mas aguardava estudo minucioso do caso, a vir de Kassel. Nesse texto, ao contrário das acusações de Monteiro Lobato, o autor teimou somente em dois tópicos, a má-fé de Mark Malamphy e a idoneidade da Piepmeyer; não convocou os *aliados* humanos e não-humanos a sustentar a iniciativa, as vigorosas *caixas-pretas* manejadas nos testes e os exames conclusivos nos laboratórios, entre outros dispositivos a garantir as suas afirmações no continente dos fatos e as do adversário, no reino da ficção. Em suma,

Não é nossa intenção abrir debate publico sobre a prospecção de Alagoas, por se tratar de materia só ao alcance dos especialistas e peritos em ciencias geophysicas. Devemos, entretanto, declarar que ao nosso vêr “Malamphy não é homem que disponha de credenciaes sufficientes para julgar dos nossos trabalhos”. Parece que esse senhor esqueceu-se que vimos de um paiz com muita razão chamado “a patria da geophysica”. E até hoje a Allemanha mantem essa posição universalmente consagrada. Elle ignora que a ELBOF trabalha em geophysica desde 1922, tendo no seu acervo de trabalhos a sua maior credencial.¹⁰

Para o autor da contestação, Mark Malamphy teceu a publicação “com o fim unico de criticar, da maneira mais estranha e absurda, os trabalhos da ELBOF e o seu relatorio final”, dado os bons resultados em Riacho Doce. Por que as alegações do ex-funcionário do DNPM constituem “uma degradante falseação dos factos”? Ora, inacessíveis aos leigos, evitou-se os conteúdos das “sciencias geophysicas” na refutação; mas, assim, ninguém

⁷ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. 1., 37, 04, 17. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00145).

⁸ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 21. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00030), grifo no original.

⁹ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 03. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00032).

¹⁰ LOBATO, Monteiro. O escandaloso negativismo official do petroleo e a replica allemã. *O radical*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, Domingo, 25 de abr. 1937. Não obstante a assinatura de Monteiro Lobato, o contista apenas escreveu uma introdução à resposta do Dr. Otto Keuncke, chefe-geoffísico da ELBOF.

conseguiria atingir a inaptidão dos opositores ou mesmo os crimes. Nessa sequência, ignorou-se ser as controvérsias técnicas comuns nas notícias diárias; anos antes, Monteiro Lobato envergou seus assertos contra o SG nos jornais e, com isso, conseguiu movimentar as empresas nacionais de prospecção – daí o seu vigor. Porém, nessa ocasião, investiu-se contra os obstáculos, por meio do “longo passado de estudos e de minuciosas experiencias em quase todos os paizes do mundo” da ELBOF, sem comprovação dos interesses negacionistas de Malamphy¹¹. As teses adversárias se mantiveram incólumes.

Charles Frankie sentenciou estar a ELBOF liquidada no Brasil “porque, com essa resposta morna, ficam a maioria das acusações do Malamphy de pé”, em 25 de maio¹². Como se vê, o prospecto não causou a sensação almejada; era uma resposta “fraca, fraquíssima até se observarmos a mesma com absoluto critério neutro”. Dessa maneira, a campanha pró-petróleo empatava mais uma vez, já que sua vantagem, a tecnociência alemã, não arrasou os argumentos de “um embusteiro qualquer”, a igualar os métodos rivais com os adotados pela firma de renome mundial. Pior, incorreu-se à argumentos grosseiros, a censurar a ética do geólogo, seus motivos e interesses, não as conclusões do opúsculo.

Dentre as circunstâncias avessas aos “petroleiros”, a mais grave era a situação em Alagoas. “Essa questão é nosso pivô para qualquer movimento”, notava Charles Frankie; pois, a campanha pró-petróleo alcançou seu momento mais crítico com o escândalo em Riacho Doce; acaso o ouro negro jorrasse, venceriam. Porém, a correspondência entre o engenheiro suíço e o escritor acusa o estado preocupante da CNP. O financiamento dos consórcios alemães só ocorreria caso se atestasse a existência de óleo e gás na região. Charles Frankie inteirava aos *aliados* que os grupos técnicos-financeiros não “ficaram satisfeitos com o perfil daquele poço, por não conter os dados minuciosos exigidos pelas entidades do Reich para um teste de um campo petrolífero”; assim, angariar recursos econômicos era crucial aos novos exames¹³. Nesse caso, atentemos nos contrastes entre os relatos nos jornais e as anotações nas cartas, já que tais contingências se mantêm unicamente no interior dos “petroleiros”, quer dizer, inacessíveis aos leitores dos periódicos.

Como vimos, anunciava-se nos jornais a iminência da descoberta dos combustíveis fósseis nos terrenos da CNP; a apoiar as *expectativas*, as prospecções da ELBOF. Que restava aos financiamentos internacionais? O *projeto* era contratar os estudos

¹¹ LOBATO, Monteiro. O escandaloso negativismo official do petroleo e a replica allemã. *O radical*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, Domingo, 25 de abr. 1937.

¹² Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 25. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00142), grifo no original.

¹³ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).

geofísicos da ELBOF; depois, caso houvesse óleo e gás em quantidades comerciais em Riacho Doce, uma associação estrangeira custearia as perfurações de todas as companhias nacionais; de retorno, a sociedade alemã embolsaria uma quota do petróleo produzido¹⁴. Dessa maneira, a crer nas entrevistas, nos artigos e nos anúncios, a região preenchia as exigências; supostamente, os “dados minuciosos” requeridos estavam em ordem. A despeito da segurança nos jornais, com o propósito de recrutar adeptos, Charles Frankie atentou que arranjar os recursos econômicos necessários aos gastos da CNP era uma utopia, já que “NINGUÉM dá dinheiro para uma coisa que parou na metade do seu percurso”, ainda que “somente um teste poderá fechar o circuito das pesquisas geofísicas, uma vez comprovado que o poço nº 2 estava mal localizado e o seu perfil incompleto para os fins previstos”, em maio¹⁵. Em outras palavras, a empresa alemã não terminou os exames ou os estudos se mostraram inconclusivos.

Descrever os acontecimentos seguintes não ocorrerá sem esforços, dado as brechas, as interrupções e as omissões nos vestígios à disposição. Neste ano, 1937, o consórcio alemão reiterou suas intenções nos terrenos da CNP ao acertar o envio de um técnico ao Riacho Doce, no intuito de acompanhar os novos testes na região¹⁶. Haveria como custear os acometimentos? “Quase no chão” era a situação econômica das empresas nacionais atuantes¹⁷. Para atingir as exigências internacionais, os amigos imaginavam o amparo do governo das Alagoas – o auxílio federal dos 3.000 contos “deve estar sabotado”¹⁸. Assim, Osman Loureiro era a carta mágica em suas mangas, através de subsídios. Com efeito, não restava um centavo aos estudos geológicos e o montante a ser gasto era vultoso:

É claro que eu mesmo [Charles Frankie] vou até lá fazer esse teste [...]. Temos de calcular com TUDO, e você bem sabe que um operário que ganha 3\$000 por dia é facilmente comprável com a oferta de 1 Conto de réis. [...]

Calculo com uma despesa de uns 9 Contos de réis na média por mês, inclusive montagens, despesas de remontes, oxigênio e material “H”.

Precisamos ter disponível uma verba de ca. 100 Contos para os serviços técnicos e calculo, para a perfuração de 750 metros, uns 7-8 meses de serviço, inclusive as paradas para as cimentações. O serviço desse teste vai ser demorado devido à necessidade de extrairmos todos os testemunhos. [...]

¹⁴ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6ª edição. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1970. pp. 191-192. Carta ao Exmo. Dr. Armando Sales Oliveira, Governador de S. Paulo, 3, 11, 1935.

¹⁵ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 03. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00032).

¹⁶ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 25. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00142).

¹⁷ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).

¹⁸ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 37, 04, 12. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00144).

Calculo para a aquisição da sonda um preço de 470 Contos.¹⁹

Por trás dos números, estava uma convicção heroica acerca da missão. Paciência e coragem, eis o mantra inscrito nas cartas²⁰. Obter a vitória sobre os adversários era a certeza a revigorar os ânimos dos “petroleiros”; encaravam os trustes com um “fim único: a libertação econômica do Brasil”, quer dizer, uma justiça a arrostar todos os moinhos de vento no caminho. Charles Frankie estimou os custos e a extensão dos serviços técnicos no Riacho Doce mais uma vez a crer num “abra-te, Sésamo” burocrático. “Osman [Loureiro] deu os primeiros passos para obter os estudos geofísicos”, informou o suíço, “ele prontificou-se depois de dar a garantia governamental para a compra da sonda Sheldon e acentuou [...] que nada poupará para dar andamento às coisas em Riacho Doce, mesmo se o Estado precisasse cortar na própria carne”²¹. Osman Loureiro era o “mais camarada para conosco”, mas garantiria a sorte nos negócios? Isso nos atesta a urgência da campanha de petróleo junto aos governos estaduais, uma vez que novos acionistas minguavam, e a confiança no que estava por vir, a despeito dos reveses.

Como não arriscar tudo em Alagoas? “Você bem sabe que todo mundo está olhando para Alagoas e tendo uma vez os vestígios mais minúsculos de óleo nesse próximo teste, a coisa estará ganha, igualmente para a CMP”²², acentuava Charles Frankie em missiva. Caso o exame atestasse a existência de combustíveis fósseis em Riacho Doce, as iniciativas nacionais salvar-se-iam graças ao consórcio alemão; garantir-se-ia crédito às demais companhias, sob a condição de encontrar o ouro negro nesses terrenos – ao menos, era a ideia vigente nas cartas. Depois, as ofensivas da Standard Oil e da Royal Dutch Shell não atingiam os *aliados* no governo de Osman Loureiro, já que “é ainda ali o ponto mais fraco na carcaça deles, [...] somente aí, nas Alagoas, que poderemos avançar sem ser molestados, porque uma vez uma sonda montada e trabalhando, o povo alagoano fechará um cerco que não deixa passar NINGUÉM”²³. Deveras, a crer nesses motivos, sua maior garantia eram os negócios com a CNP.

¹⁹ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).

²⁰ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 37, 04, 12. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00144).

²¹ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 01. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00032).

²² Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 26. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00031), grifo no original.

²³ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).

Quanto mais aguentariam as outras firmas? Para manter a CMP em atividade, era necessária a vitória na “questão do Norte”²⁴. Monteiro Lobato tramou uma companhia atuante em Mato Grosso anos antes, mais ou menos em 1935, mas seus regimentos nunca se mostraram estáveis. O “Manifesto para subscrição Publica” da CMP só apareceria na esteira das tensões sociais às voltas com “a prospecção geophysica da zona do Riacho Doce”²⁵; os incorporadores da empresa usufruíram da “mentalidade do petroleo” na apresentação do negócio. Consoante o documento, o “Chaco Boliviano é riquissimo em petroleo; o Chaco Paraguay, idem, a ponto de haver determinado uma guerra; o Chaco Brasileiro não será maninho”, ou seja, as evidências da existência de ouro negro nestes terrenos eram incontestáveis; e os “pioneiros” organizar-se-iam com os mais recentes instrumentos da Geologia e da Geofísica²⁶. Eis a estratégia:

Para inicio de operações obtivemos o precioso concurso do governo de Matto Grosso, sob forma de estudos geophysicos contractados com a ELBOF, estudos que, em caso de necessidade, serão prosseguidos pela nossa companhia até que os tenhamos na quantidade e na precisão que é mistêr. [...]

A situação das zonas em que a Companhia vai operar é a mais favoravel de Matto Grosso, no que diz respeito ao transporte. Acesso facil a Porto Murtinho e Corumbá, pontos naturaes do embarque do petroleo, que descera o rio Paraguay em chatas-tanques. E tal seja a importância dos lençoes petrolíferos encontrados, impor-se-á um oleoducto que venha a ter um porto do Atlantico. Esse oleoducto já foi estudado e projectado por um dos **trusts** mundiaes do petroleo, com traçado de Bella Vista ao porto de Antonina, no Paraná, e si não foi levado a effeito devemol-o apenas ao patriotismo do governo Epitacio, que negou a necessaria concessão. [...]

Obras são estas de grande monta, para as quaes seria ingenuidade contar apenas com os nossos magros e tímidos recursos internos. Em consequencia, já antecipadamente estudamos a hypotese de tel-os financiados com capital de fora, em bases ineditas e seguras, de excepcionaes vantagens para nós. Pagaremos todos os serviços prestados, e todas as montagens feitas, com porcentagem do petroleo produzido, assim nada arriscando e conservando perfeito controle da industria. [...]

Nossa convicção é de que o Brasil possui tanto petroleo como os Estados Unidos, podendo, portanto, desenvolver-se e enriquecer-se na mesma proporção daquele paiz. Para isso basta que saibamos e tenhamos a coragem de querer. Só possuem petroleo os paizes que QUEREM petroleo. A Companhia Mattogrossense é a VONTADE DE PETROLEO que toma corpo – vontade serena, deliberada, fria, que nenhum obstaculo, venha donde vier, jamais quebrará.²⁷

Conhecemos tais assertivas das iniciativas anteriores. Os argumentos na escritura tão só reiteram o crédito da ELBOF; o otimismo nas ciências do subsolo; os indícios seguros de óleo e gás nas concessões; a intrujice dos trustes; o nacionalismo; e muitas *expectativas* em

²⁴ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028). A “questão do Norte” era uma menção ao caso de Alagoas.

²⁵ COMPANHIA Mattogrossense de Petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, Domingo, 6 de dez. 1936, p. 1.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ *Ibid.*

acordos estupendos; quer dizer, nada de novo no front. Os incorporadores mercanciavam não seus apetrechos técnicos, mas convicções; em suma, a “VONTADE DE PETROLEO”. Quais são as variações nesta história? Decerto, as continuidades predominam nos trechos acima. Mas atentemos em outra narrativa sobre a imensa área delimitada escrita meses antes. Desde o início dos novos tratos comerciais, Monteiro Lobato não recorria mais somente à tecnociência.

Durante o alvoroço da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo, o contista escreveu uma matéria no mínimo curiosa acerca do subsolo mato-grossense. Em 29 de agosto de 1883, Dom Bosco – hoje, São João Bosco - vaticinou a existência de grandes reservas de petróleo no Brasil, alegou Monteiro Lobato. Como assim? O sacerdote católico teve um “sonho prophético” décadas antes e o fixou num caderno de notas. O “pai do Jeca” resumiu as anotações do fundador da Congregação dos Salesianos deste modo:

Passado o grau 15, e a caminho para o grau 20, vê desdobrarem-se ante seus olhos immensas planuras e montes pouco elevados (seios de terra, como elle diz, isto é, elevações suaves), em cujas entranhas se escondiam riquezas mineraes prodigiosas, inexauriveis jazidas de carvão de pedra e RESERVAS DE PETROLEO COMO JAMAIS FORAM ACHADAS EM OUTROS LUGARES. E accentua que esse seio de terra, bastante largo e longo, emergia dum lago. Quem estuda no mappa a zona descripta percebe claramente que elle só poderia referir-se ao grande pantanal mattogrossense, ou o Pantanal do Xaraés, naquelle periodo do anno já transformado em lago pelas chuvas da estação. Desse lago emergiam os “seios de terra” – isto é, as elevações constituidoras do systemazinho orographico da Serra da Bodoquena.

No dia em que se desvendarem as minas occultas nas entranhas daquelles montes, diz elle, surgirá ali a Terra da Promissão, fluente de leite e de mól – e “será uma riqueza inconcebivel”. Tendo-se referido na phrase anterior a [sic] imensas jazidas de petroleo, este “fluente de leite e mól” diz desse mesmo petroleo com palavras indirectas – pois é o petroleo a riqueza natural que flue.²⁸

Neste caso, imiscuía-se a tecnociência nas sentenças religiosas; assim, misturavam-se lógicas distintas no agenciamento dos negócios. Certamente, as narrativas a recontar as “boas novas de Alagôas” ou a “terra de Chanaan do petroleo”²⁹ nutriam as *expectativas* em uma *idade de ouro* mitológica, tal e qual a “Terra da Promissão”. Contudo, o escritor não estava a servir-se do palavrório alegórico como um artifício retórico; no texto, manejou as anotações do salesiano com rigor, já que sua veracidade conviria às iniciativas da CMP. O discurso religioso só entraria nas controvérsias depois de investigado, todavia.

²⁸ LOBATO, Monteiro. A primeira referencia a grandes reservas de petroleo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, Terça-feira, 22 de set. 1936, p. 3.

²⁹ Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Domingo, 29 de dez. 1935.

Hilário Freire encarregou-se de averiguar os registros com Francisco Zai, o vice-diretor do Liceu Coração de Jesus, de São Paulo. O eclesiástico “confirmou a autenticidade de tudo, declarando ter sido elle proprio quem, em 1893, copiou das Memorias de Dom Bosco, ainda não publicadas, o referido sonho, trazendo-o para o Brasil”. Monteiro Lobato transcreveu uma carta de Francisco Zai em que se atestam as inscrições do “sonho prophetic”, através da referência bibliográfica e da cópia do “trecho ao pé da letra”, em italiano; além da tradução do fragmento, a matéria inseriu uma “photographia duma pagina de caderno dos sonhos” de Dom Bosco, ou seja, evidenciou-se a comprovação dos registros³⁰ (Figura 6).

De que maneira analisar tais notas? Como integrá-las à campanha pró-petróleo? O autor se voltou à tecnociência na interpretação dos documentos, uma vez que “ha referencia a essa faculdade prodigiosa da criatura irradiar-se para além das suas fronteiras anatomicas”, tanto no tempo como no espaço, no livro *Man the Unkwn*, de Alex Carrel³¹. Monteiro Lobato tentou conceder aos registros de Dom Bosco uma visão não eclesiástica, ainda que recorresse à assertivas esotéricas; o sacerdote estava na “categoria dos prodígios da extra-corporalidade”, não dos “seres sobrenaturais, emissarios, interpretes da divindade”³². Portanto, era um *aliado* dos “pioneiros”; seu discurso era autêntico e sancionado pelo Nobel de Fisiologia e Medicina.

Decerto, o intuito era asseverar a existência do petróleo em território brasileiro por intermédio do santo; as suas “previsões propheticas sempre receberam a confirmação da realidade, quer no domínio espiritual, quer na esphera secular da sociedade e da humanidade”, afinal³³. Ora, a CMP atuaria exatamente na zona eleita. Como não ver uma narrativa missionária aí? Por isso, o “general do petróleo” anteviu o tempo que estaria por vir:

O mesmo se dará com o que Dom Bosco previu nas planuras e seios de terra de Matto Grosso, entre os graus 15 e 20 de latitude. As immensas riquezas mineraes da “terra da promessa” serão postas a nú e lançadas na caudal do commercio. E os depositos de petroleo que elle lá assignalou hão de assombrar o mundo com a sua possança. O petroleo do Xaraés, já o disse uma criatura que nada tem de santo, está destinado a formar os alicerces do Quarto Poder Mundial do Petroleo. Os factos hão de demonstrar que, como viu Dom Bosco, existem realmente lá “depositi di petrolio cosi abbondante quali mai finora si trovarano in altri luoghi”.

³⁰ LOBATO, Monteiro. A primeira referencia a grandes reservas de petroleo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, Terça-feira, 22 de set. 1936, p. 3.

³¹ *Ibid.*

³² *Ibid.*

³³ *Ibid.*

E nesse dia Dom Bosco será proclamado o padroeiro do petróleo do Brasil, já que foi o primeiro homem no mundo a vê-lo e a indicar-lhe a magnitude.³⁴

Seis meses após a edição do texto, a 19 de março de 1937, o escrito lobatiano seria retomado, mas noutras circunstâncias. Neste momento, vemos maiores críticas ao movimento popular pró-petróleo nos jornais, também às reações agressivas dos “pioneiros”, de modo que uma discussão entre Monteiro Lobato e o senador Jeronymo Monteiro Filho contra o periódico *Brasil Finanças* veio à tona no noticiário *Diário Carioca*. O caso versou sobre a região incerta das narrativas do “general do petróleo” nesta etapa de insucesso, já que os adversários situaram seus textos no reino das ficções.

O *Brasil Finanças* “foi criado para orientar [...] a economia popular, defendendo as iniciativas honestas, atacando as que reputa capazes de prejudicar o grande público”. Para os editores, as “aventuras petrolíferas” constituíam desvarios, uma vez que as companhias deram enormes prejuízos de 25.000 contos de réis aos acionistas; e depois, a iniciativa se orientou pelo mágico invento de F. B. Romero, uma fantasia. Monteiro Lobato investiu nas ficções ao montar os negócios antes, na CPB, e neste instante, na CMP:

Nós sabemos muito bem que o sr. Monteiro Lobato, que é um homem inteligente, muito inteligente mesmo, nunca acreditou nem no sr. Romero nem na “caixinha misteriosa”. Romero e sua caixa tinham de representar na “Companhia Petroleos do Brasil” o mesmo papel que o venerável D. Bosco está representando, agora, na propaganda da “Companhia Mattogrossense de Petróleo”.

Romero, a caixa, D. Bosco e o seu sonho estão todos no mesmo plano em que a imaginação de Monteiro Lobato os colocou: - a de engodos oferecidos à eterna credulidade do público.

O sr. Lobato sabe que nem as moscas, nem o dinheiro se apanham com fel. Aquellas preferem o mel e leite do sonho de D. Bosco que misturados pelo sr. Lobato, se transformaram em petróleo. Esse, mais arisco, exige visgo mais fisco – histórias fantasistas, sonhos extraordinários, caixinhas misteriosas, apelo ao patriotismo, em summa – toda essa gamma de atrações que surge ao correr da penna do autor de “Jeca Tatu”.³⁵

Retórica; eis a sustentação da campanha pró-petróleo. Nesta visão, o “sonho de D. Bosco” e a “caixinha misteriosa” de F. B. Romero são astúcias do contista, a misturar a ciência com ficções. O *Brasil Finanças* receitou aos interessados nas atividades petrolíferas examinar os indícios de óleo “na zona onde se pretende effectuar perfurações”; entregar “as pesquisas a técnicos de verdade e não a simples aventureiros”; após isso, “lance-se no mercado as acções da companhia”³⁶ – no entanto, ao criticar os textos lobatianos, a revista

³⁴ LOBATO, Monteiro. A primeira referencia a grandes reservas de petróleo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, Terça-feira, 22 de set. 1936, p. 3.

³⁵ D. BOSCO e o caso do petróleo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 7, Sexta-feira, 19 de mar. de 1937.

³⁶ Ibid.

admitia que as criações imaginativas entusiasmavam muito mais os acionistas do que as conclusões tecnológicas. Para os editores, Monteiro Lobato era “deshonesto e repreensível”; o escritor arriscava a “economia popular” ao combinar razões díspares em suas afirmações. Os “pioneiros” acusaram o periódico de estar “a soldo dos interesses estrangeiros contra o Brasil”³⁷, como réplica.

Depois, o autor noticiou também “que a Assembléa de Matto Grosso acaba de vetar o acto do governador Mario Corrêa, dando concessões aos srs. Monteiro Lobato e outros para procederem a pesquisas de minas ou jazidas”³⁸. Decisivamente, o Senado Federal não autorizou o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais nos terrenos apregoados, de acordo com a matéria. Por conseguinte, as concessões da CMP eram inexistentes, inconstitucionais. “Como, pois, se podem levantar capitaes por contribuição popular, a pretexto de empregal-os na aventura de pesquisa de petroleo, sem que isso constitua um crime capitulado no Código Penal?”³⁹, termina o *Brasil Finanças*. Dessa maneira, vemos a situação bagunçada da empresa aos olhos do público.

Previamente, Monteiro Lobato comunicou ao amigo suíço que a “tomada de ações vai lenta, apesar do esforço desenvolvido e que custa dinheiro”⁴⁰. A subscrição era contínua, mas fraca, isto é, “ainda podemos contar com o público”, no entanto, a animação esmorecia⁴¹. Neste ritmo, somente em três anos teria a CMP os fundos necessários aos estudos geofísicos⁴². Que restava fazer? Na hipótese de os consórcios alemães socorrerem a CNP, “que é uma coisa concreta, terá a Mattogrossense a afluência de capitais, porque os tomadores podem perceber que há de fato interesses vultuosos atrás de nós”, anotou Charles Frankie⁴³. Por isso, entre tantos acasos, a descoberta de vastas jazidas de petróleo no subsolo do Brasil continuava um sonho.

Os apertos sustaram os caminhos dos “petroleiros”. O engenheiro suíço não tornou a situação mais dramática ao escrever que “TUDO falhou”; era isso, de fato. Porém, eis que aparece o nome de José Américo de Almeida entre os candidatos à Presidente da

³⁷ D. BOSCO e o caso do petroleo. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, p. 7, Sexta-feira, 19 de mar. de 1937.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. I., 37, 04, 12. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00144).

⁴¹ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 37, 04, 17. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00145).

⁴² Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 16. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00034).

⁴³ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).

República. “É um homem sério, e vou mandar-lhe desde já uma longa exposição sobre o petróleo, para ver se ele inclui esse ponto em seu programa”, remetia Monteiro Lobato a Charles Frankie. O *porta-voz* anotou que “tudo podemos esperar dele – como nada esperamos do Armando [de Sales]”⁴⁴ - nessa carta. Quais os motivos a alicerçar as novas *expectativas*? Por que apoiar o concorrente governista, visto os seus inimigos se encontrarem no Ministério da Agricultura? De que modo arregimentar o romancista converteria os apuros dos *aliados* do petróleo nacional?

Curiosamente, a vinculação entre José Américo e o ouro negro não começou junto com Monteiro Lobato. Prontamente a sua nomeação como candidato governista, o ex-ministro recepcionou os deputados alagoanos; os estadistas marcaram anuência à designação de José Américo como candidato à presidência da República; encorajados pelo dono da casa, as visitas trataram dos impasses locais, e assim, por diante, a questão do petróleo. Os deputados alegaram que os estudos e as pesquisas geofísicas demonstraram a existência do “óleo de pedra” nas regiões contenciosas, mas a “deficiência do aparelhamento” não garantia a continuação das escavações. José Américo sugere “que essas pesquisas devem ser activadas, ainda que nelas tenha o governo que dispende grandes somas”. Alguém invoca as barreiras alfandegárias para produtos nacionais nos países exportadores daquele combustível; o ex-ministro assentou que a “solução de problemas como esse [...] não pode estar subordinada a interesses estrangeiros”, já que em primeiro lugar “o interesse nacional”⁴⁵. Dessa maneira, a imprensa amarrou o candidato à campanha pró-petróleo.

Destacava-se ser “qualquer coisa de novo no Brasil e mesmo extraordinariamente symphatica” a inclusão do “grande problema nacional” na plataforma do “candidato da maioria do paiz á presidencia da Republica”⁴⁶, nos jornais. Para os *aliados* da campanha pró-petróleo, José Américo atestou coragem e arrojo ao tratar o assunto na reunião com os governantes alagoanos; figurava como *mudança* necessária no Governo Federal. Não obstante as *expectativas*, os nós entre José Américo e os combustíveis fósseis estava a ser atado muito mais no lado dos “petroleiros” do que no do literato d’A *bagaceira*; pois, as assertivas concernentes ao nacionalismo não eram incomuns entre os estadistas; e as determinações nem sempre terminavam em um planejamento.

⁴⁴ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. 1., 37, 05, 27. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00147).

⁴⁵ GRANDE movimento na residencia do sr. José Americo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 28 de mai. 1937.

⁴⁶ A campanha do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, Sexta-feira, 29 de mai. 1937.

Os meses seguintes atestam a dedicação dos “pioneiros” em recrutar José Américo. Desta curtíssima sentença (“solução de problemas como esse [...] não pode estar subordinada a interesses estrangeiros”), os esculcas das companhias nacionais reiteram os contornos morais do aspirante à presidente, além de esboços de empresas estatais. Mais uma vez, recorrer-se-á às cartas e aos artigos nos jornais, principalmente Monteiro Lobato. O “general do petróleo” não demorou em suas incursões; editava-se escrito seu poucos dias após o encontro de José Américo com os deputados alagoanos sobre a reunião. Com isso, iniciou-se o alistamento.

Monteiro Lobato atentava-se nos horizontes disponíveis à campanha pró-petróleo com as eleições. O contista resgatava alegações já vistas noutros textos em artigo de 30 de maio de 1937, tais quais a misteriosa convivência entre os grupos de interesses empenhados em manter o Brasil como um mercado de óleo e gás e a ojeriza oficial contra o petróleo; o caso do governo a embaraçar a assistência monetária às empresas que se propunham a pesquisar o “óleo de pedra” no território pátrio; os obstáculos na execução das leis geofísicas nos estados. A nova ideia era a introdução de José Américo de Almeida nas controvérsias tecnocientíficas. O homem público deslocou o problema do ouro negro: transmutou-se “duma questão de méro interesse de grupos para uma questão nacional de grande magnitude”, anotou Monteiro Lobato. De que maneira o ex-ministro fez isso? Consoante o autor, isso aconteceu no momento em que se ocupou o candidato do assunto no encontro com a bancada alagoana em sua residência, visto ser a primeira vez que “um homem com possibilidade de assumir a chefia suprema aborda a questão do petroleo e a define em termos clarísimos”⁴⁷. Isto posto, não causa espanto as demonstrações de admiração, de veneração e de respeito, capaz de encher o restante do artigo, como as subseqüentes:

Mas para fazer a declaração de José Américo tornam-se necessarias as duas coisas que nelle se reúnem: visão clara dos verdadeiros interesses do paiz e honestidade organica, dessas que não transigem deante das “injuncções”. Temos tido no governo a honestidade accommodaticia, flexuosa, transigente. Não vimos lá ainda a honestidade aggressiva que vem marcando esse hispido cacto parahybano desde os primeiros passos na vida publica. [...] Com José Américo no governo, duma coisa estamos certos: a solução do problema do ferro e do petroleo, procrastinada até justamente por causa da extrema ductilidade dos homens que têm occupado a presidência da Republica. Nenhum delles ousou ficar ao lado do interesse nacional, tão assediados se viram da legião percevejante dos pequenos interesses de grupo, para os quaes a patria é um som de effeito nos discursos e consciencia, uma ficção da psychologia...⁴⁸

⁴⁷ LOBATO, Monteiro. Novos horizontes do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Domingo, 30 de mai. 1937.

⁴⁸ Ibid.

Caso intentássemos opor os textos iniciais da campanha pró-petróleo com o acima, notaríamos a miséria retórica dos “pioneiros” neste momento de eleição. Monteiro Lobato não recorreu aos termos, mecanismos e especialistas da geologia ou geofísica; isso era sua vantagem anos atrás, nos quais a organização técnica das companhias figurava impecável nos jornais, seja em entrevistas ou em matérias especiais. No entanto, os recursos minguiaram e os *aliados*, foram-se. Seriadamente, mantiveram-se as ficções como apelação – as narrativas de *complô*, de *unidade* e do *salvador*; tudo o mais estava na irresolução. Com efeito, o fragmento transcrito não vai além do encômio; através da louvação, o “general do petróleo” esforçava-se em reerguer a missão do óleo e gás por intermédio da nova gerência do Estado, dado que os agentes humanos e não-humanos outrora adeptos do ouro negro só volveriam com os subsídios governamentais.

Dissertaria o *porta-voz* da iniciativa privada acerca de outras razões a favor do ouro negro a José Américo, em carta de 2 de julho de 1937. Notadamente, Monteiro Lobato alargava-se nos pontos ao seu dispor, como as missivas, a mirar o engajamento de José Américo. Charles Frankie incentivou o contista a escrever a epístola, a crer ser plausível a inclusão dos problemas dos combustíveis e da indústria de ferro no *projeto* do candidato, uma vez que, “sendo ele um homem conhecido como honesto e sensato, é possível que aceitará qualquer sugestão” e principalmente o “fato de oposição da atuação do seu antecessor”⁴⁹. Para mais, o concorrente à chefe de Estado anunciou que averiguaria o mistério do petróleo “com as rédeas do governo na mão e com o apoio do exército” a um jornal do Paraná, lance a incitar o envio de uma carta de seis páginas acerca da campanha pró-petróleo, com a assinatura Monteiro Lobato⁵⁰.

Nessa tentativa, através da correspondência, o remetente conta a história do índice de eficiência outra vez, ou seja, a narrativa a respeito da dominação humana da natureza, a buscar o aumento da produção com a aplicação mínima dos músculos; a mecanização estaria no cume de tal progressão. “O mal do Brasil, o nosso encarangamento crônico, vem do fraco índice de eficiência do nosso homem em conjunto tomado, conseqüente à fraca mecanização em que nos achamos por falta de ferro barato e de energia baratíssima, como os têm os grandes países”, ensinou. O *porta-voz* das companhias nacionais assumiu uma escritura exageradamente didática ao tratar do consumo de ferro e de combustíveis; a

⁴⁹ Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 30. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00036).

⁵⁰ Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 37, 06, 01. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00148).

missão era convencer José Américo de que “a coisa básica para o desenvolvimento de um país está no dispor [...] de ferro e energia”, como se observou em outras nações⁵¹.

Decerto, o “general do petróleo” contrariou os negativistas, o “não tirar e não deixar que o tirem”, tentou amarrar o “óleo de pedra” aos propósitos do homem público. Não obstante sua retórica atraente, a carta transparece as suas insuficiências em acompanhar as novidades do setor. “As estatísticas que tenho diante de mim são atrasadas, só alcançam o ano de 1926 a 1927, mas servem para argumentação porque neste último decênio não avançamos muita coisa”, declarou. Monteiro Lobato orientou a sua obra *O escândalo do petróleo*, uma vez que “minhas acusações continuam de pé”, a despeito do término da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo⁵². Por isso, a atenção estava no futuro – o momento vigente não estava em seu controle.

Monteiro Lobato situou seus esculcas (e a campanha pró-petróleo) em um escalão mais baixo, a enaltecer José Américo, como se a situação estivesse unicamente nas mãos dele:

Está nas mãos do Dr. José Américo dar petróleo ao Brasil imediatamente, apenas com o anúncio de que fará do petróleo ponto de destaque do seu programa de governo, e também, quando for governo, com atos que demonstrem a decisão firme de não pactuar com o passado. E que glória não será para o seu governo lançar assim os alicerces do Brasil Novo, o Brasil Grande, o Brasil Motorizado e vencedor do nosso grande inimigo, a Distância? [...]

Perdoe-me, Dr. José Américo, se me estendi. Outra coisa não fiz, porém, senão satisfazer um impulso da minha consciência. E se como prêmio da minha sinceridade eu conseguir que o Dr. José Américo leia o livro que junto, ficarei absolutamente tranqüilo quanto ao futuro do meu país. A doença do Brasil só poderá curar-se com um remédio de nome honestidade. E como a vejo prestes a ocupar o posto supremo, exulto de esperanças. Sei que há os milagres da fé – e sei também que há os milagres da honestidade.⁵³

Noutros tempos, a campanha pró-petróleo era uma iniciativa de todos os brasileiros, sobretudo dos modestos acionistas, tais quais o sr. Francisco Sylvino; agora, a indústria estava atada a poucos indivíduos, nesta perspectiva. Caso o eminente destinatário avançasse com os *projetos* dos *aliados* das companhias nacionais, tudo bem. Depois da reverência, o missivista expõe um roteiro ao estadista, a fim de reestruturar as empresas com o auxílio do governo:

⁵¹ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. pp. 140-141. Carta de Monteiro Lobato ao Dr. José Américo, São Paulo, 2 de julho de 1937. Por alguma razão, nessa edição, Cassiano Nunes registrou a seguinte data: 2 de julho de 1939. Penso ser um erro, visto o contexto eleitoral à qual a carta faz referência; bem como outros documentos que assentam o ano de 1937 à missiva em análise, como a correspondência com Charles Frankie.

⁵² *Ibid.*, pp. 141-142.

⁵³ *Ibid.*, pp. 144-145.

Para isso a solução prática será instituir o Departamento do Subsolo, com gente nova, não-burocrática, insuspeita e disposta a *realizar*. Esse Departamento, não contaminado pelo *esprit de corps* do Ministério da Agricultura, promoverá imediatamente um plano de conjunto para as pesquisas geofísicas e *perfurará de verdade* – coisa que o Ministério nunca fez. E estudará o auxílio às empresas nacionais atualmente paradas, na hipótese de os estudos geofísicos confirmarem como boas as localizações dos poços iniciados por essas empresas. E estudará e formulará uma Lei de Minas que atenda tanto aos interesses nacionais como aos particulares e não constitua, como a atual, num obstáculo verdadeiramente monstruoso.⁵⁴

De novo, Monteiro Lobato teimou na criação do “Departamento do Subsolo”, quer dizer, na assistência às firmas nacionais via Poder Executivo. O texto era uma orientação. José Américo continuaria a marcha dos “petroleiros”? Houve retorno? A partir do observado, não encontrei outras trocas, de modo que a aceitação das ideias inscritas se mantém uma incógnita. No entanto, a anuência ou a recusa aos termos dos “pioneiros” não transmutaria a situação, já que a mentira (o Plano Cohen) instauraria o Estado Novo logo depois. Os caminhos democráticos encerrar-se-iam; e a campanha pró-petróleo ruiria terminantemente – com ou sem o romancista.

Durante os anos 1930 a 1937, o governo varguista estava a constituir-se diante de várias tenções administrativas. Em meio aos setores autoritários e democráticos, comunistas e liberais, diversos *projetos* nacionais abalroavam-se. Getúlio Vargas movia-se, a fim de tentar agenciar as discordâncias, de cativar os adversários, de entusiasmar as massas; por mais que a montagem de um Estado forte integrasse sua estratégia contra as crises socioeconômicas, a obediência a tal esquema não foi imediata. Nessa ocasião, a campanha pró-petróleo agitava-se ante os elos ora frágeis ora tesos entre os âmbitos estadual e federal; os vínculos entre a iniciativa privada e o crescente intervencionismo estatal orientaram-se até o choque; os “petroleiros” serviram-se de todas as brechas legais, em suma. O Estado Novo revogaria as fendas em que Monteiro Lobato deslocou-se, regularia a indústria de Petróleo e Gás Natural terminantemente.

O Plano Cohen arrasou os movimentos de resistência ao crescente autoritarismo da gestão Vargas. O documento foi escrito pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe de milícias integralistas; constava “um projeto judaico-comunista internacional para tomada do governo, os propósitos desse governo e seus métodos de ação visando à desagregação dos valores da sociedade e à instauração de uma nova sociedade materialista, atéia e contrária à

⁵⁴ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 144.

ideia de família e à honra das mulheres”⁵⁵, consoante a historiadora Maria Celina D’Araujo, quer dizer, armou-se uma mentira com o propósito de inaugurar o Estado Novo. Os chefes militares não criam no documento, mas a trapaça era necessária ao golpe de tendências totalitárias. Destaco o Plano, com o intuito de mostrar os tópicos das narrativas do *complô* – o inimigo oculto, a ameaça sobre a nação, os salvadores, etc. – em vigor neste clima ideológico, já vistos entre as escrituras dos petroleiros, e a reforçar a potência das ficções nos debates políticos em nosso recorte cronológico.

Para a indústria do petróleo, em 1938, o intervencionismo na atividade econômica originou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). O órgão teria a missão de “autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados, no território nacional”, além de “autorizar a instalação de quaisquer refinarias, ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, natureza e qualidade dos produtos refinados”⁵⁶. O General Júlio C. Horta Barbosa seria nomeado Presidente do órgão, a atestar as conexões entre as forças armadas e o setor de óleo e gás neste tempo. Progressivamente, o CNP estatizaria as operações sobre o petróleo, através de decretos-lei; assim, a iniciativa privada ver-se-ia desmantelada.

O CNP venceria o movimento sem maiores obstáculos. Como resistir às novas leis em uma ditadura? Monteiro Lobato não teria as suas costumeiras armas, os jornais, os livros, as convenções, para erguer contra o varguismo. As liberdades civis ruíam. Nesta ocasião, o escritor creu ser “matar de vez as companhias nacionais de petróleo, extinguir a tiro de canhão o movimento popular pró-petróleo, amordaçar com granadas de mão a boca dos pioneiros, realizar, em suma, perfeitos atos de guerra contra o inimigo”⁵⁷, a missão do órgão. Pois então, o CNP sujeitou à autorização prévia do governo o funcionamento das sociedades de mineração; exigiu a nacionalidade brasileira de todos os acionistas das empresas constituídas para explorar os combustíveis fósseis; regulamentou o abastecimento nacional de petróleo; e transferiu o material do Ministério da Agricultura destinado à pesquisa e lavra de

⁵⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. pp. 18-19.

⁵⁶ BRASIL. Dec.-lei n. 395, de 29 de abril de 1938. Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, e dá outras providências. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 26 mar. 2021.

⁵⁷ LOBATO, Monteiro. Que houve depois de 1936? In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. pp. 133-134.

jazidas de petróleo e gases naturais aos seus técnicos⁵⁸. Destarte, através de restitutória, consumia-se a energia dos *aliados* nos novos arranjos burocráticos.

Para termos ideia dos impactos do CNP na campanha pró-petróleo, inteiremo-nos da situação das empresas nacionais no início dos anos 1940. O órgão interrompeu o poço do Araquá, da Cia. Petróleos do Brasil, já com 1560 metros, bem como um poço de 430 metros da Cruzeiro do Sul; além disso, a perfuração da Cia. Petrolífera Brasileira, com 1600 metros, sem a ajuda oficial, “viu que nada havia a fazer, senão morrer”, consoante Monteiro Lobato. O “general do petróleo” estava a constituir a Cia. Mato-grossense com prontidão - reunia o capital necessário e já detinha duas sondas montadas em Porto Esperança -, mas a licença para a lavra era protelada incessantemente “até que o dinheiro da companhia se acabasse e ela morresse por si, de inanição”. Os esforços dos “pioneiros” eram inúteis, já que a sonda do Araquá estava entregue à ferrugem, assim como as da Cruzeiro e da Petrolífera em ruínas. Na visão do contista, outras iniciativas não se formariam, uma vez que a administração pública esclareceu ao “povo de que o *Governo não quer que se mexa com o petróleo*”. Os *aliados* viam que as companhias pelas quais haviam lutado não seriam encamperadas, muito menos os acionistas indenizados; atinavam que as firmas morreriam lentamente, com enormes prejuízos àqueles que acreditaram no petróleo do Brasil⁵⁹.

Como agir? O escritor asseverou ser a “essência do intelectual revoltar-se”, mas os entraves não o autorizavam a retomar a missão, já que nós “chamamos assim a uma classe de inadaptados aos regimes de restrição de liberdade de pensamento”⁶⁰. Decerto, a ideia não era consenso; entre a anuência e a recusa, o regime se associou com muitos intelectuais na armação ideológica da ditadura⁶¹. Não obstante os tratos com artistas notáveis, Monteiro Lobato manteve a sua autonomia dos conchavos políticos. O ódio vertia nas cartas aos amigos: “Meu ideal é ver o Brasil povoado unicamente de f. da p. – norte a sul, de leste a oeste – um imenso cafezal, de 40 milhões de pés, só de f. da p. [...] E um letreiro em cima:

⁵⁸ Cf. BRASIL. Dec.-lei n. 938, de 8 de dezembro de 1938. Sujeito à autorização do Governo o funcionamento das sociedades constituídas para fins de mineração ou de aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e dá outras providências; BRASIL. Dec.-lei n. 961, de 17 de dezembro de 1938. Dá nova redação ao n. I do art. 3º do Decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938; BRASIL. Dec.-lei 1.217, de 24 de abril de 1939. Dispõe sobre as autorizações de pesquisa e concessões de lavra de jazidas de petróleo e gases naturais e dá outras providências; e BRASIL. Dec.-lei n. 1.369, de 23 de junho de 1939. Transfere para o Conselho Nacional do Petróleo o material do Ministério da Agricultura destinado a pesquisa e lavra de jazidas de petróleos e gases naturais e dá outras providências. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 1 jan. 2021.

⁵⁹ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1970. pp. 219-220. Carta de Monteiro Lobato a Fernando Costa, interventor federal em São Paulo, a 29, 4, 1940.

⁶⁰ Idem. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 59. Carta a Flávio de Campos, 7 de agosto de 1939.

⁶¹ VELLOSO, Mônica Pimento. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

ESTADO NOVÍSSIMO. O Estado Novo está sendo apenas uma tosca preparação para o meu sonho”⁶². Desistia sem resistência? Quais caminhos seguir?

Haveria uma via lícita, sim, mas com chances turvas. Monteiro Lobato cingiu nós entre interesses, através das correspondências. Para envolver outros em seus negócios, reiterar suas ideias em mais uma mente e, assim, orientar as ações dos demais, o contista dedicou-se a escrever cartas. O instrumento acaso não ressoasse em tantos corações, mas alcançaria o íntimo do receptor sem tardar. Quem seria o destinatário? Dentre os nomes eminentes, Getúlio Vargas causaria as maiores renovações na indústria do petróleo. Em outro tempo, o ditador escutou as ideias labatianas, acionou ministros a notar os serviços em constituição, intentou aliança com o escritor... Como atraí-lo mais uma vez?

Monteiro Lobato escreveu a carta a 5 de maio de 1940. Por certo, o movimento ruía; além disso, o governo encontrou óleo mineral nas cercanias de Salvador em janeiro de 1939; as nações esgotavam as suas reservas de combustíveis fósseis na guerra; era momento díspar, visto as contingências incomuns. Desta maneira, transmite-se a urgência logo no início da missiva:

Doutor Getúlio,

O Petróleo! Nunca o problema teve tanta importância; e se com a maior energia e urgência o senhor não toma a si a solução do caso, arrepende-se-á amargamente um dia, e deixará de assinalar a sua passagem pelo governo com a realização da Grande Coisa. Eu vivi demais esse assunto. No livro *O ESCÂNDALO DO PETRÓLEO* denunciei à nação o crime que se cometia contra ela – e com a maior dor de coração vejo hoje que o oficialismo *persiste nesse crime*, e agora armado numa arma que não existia antes: o monstruoso tanque chamado CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO.

Doutor Getúlio, pelo amor de Deus ponha de lado a sua displicência e ouça a voz de Jeremias. Medite *por si mesmo* no que está se passando. Tenho a certeza de que se assim o fizer tudo mudará e o pobre Brasil não será crucificado mais uma vez.⁶³

A convocatória transmite uma oração insistente, mas sujeita à vontade do outro. O autor rogava “pelo amor de Deus”, acusava a sua última reação; e a saída a restar, a consciência de Getúlio Vargas. O profeta “Jeremias” ajustava-se aos intuitos da escritura: a sua missão era anunciar as convulsões sociais, caso as leis d’Ele não ressoassem nos corações de todos, ou seja, os trustes arruinariam o “pobre Brasil” na hipótese de que o Presidente não escutasse o *porta-voz* das empresas particulares. Neste contexto, o arbítrio do déspota salvaria a nação.

⁶² LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 76. Carta a Flávio de Campos, princípio da década de 1940.

⁶³ Idem. Última reação dos petroleiros. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 139.

O remetente acusou ser o CNP órgão a serviço “do imperialismo da Standard Oil, dona do mercado nacional, *visto como o resultado da política do CONSELHO só beneficia a essa entidade*”. Pois, a regulamentação da indústria de óleo e gás natural arruinava as empresas nacionais com os novos decretos-lei e “a ideia secreta do monopólio oficial”, já que removia os adversários dos trustes internacionais dos negócios. A suscitar o “programa de massacre”, o “nacionalismo ingênuo”⁶⁴ dos brasileiros.

Devemos entender como as ficções continuam atuantes neste momento terminante da campanha pró-petróleo, através das alegações lobatianas. O contista aludiu à acontecimentos reais, mencionou escrituras autênticas, mas a sua análise das situações agregasse às narrativas mitológicas da *conspiração*. Os atos normativos “tornam clara a política do Conselho: *impedir [...] que o Brasil tenha petróleo em abundância*”; assim o “Polvo Standard [...] continuará dono do nosso mercado interno e sem o perigo dum novo concorrente no mercado mundial”⁶⁵. Como atestaria a veracidade do *complô*?

Primeiro, com a *nacionalização do capital*. O governo decretou “a exigência de pertencerem a brasileiros natos e serem nominativas as ações das empresas que se organizarem para explorar” a indústria petrolífera em dezembro de 1938⁶⁶; assim, evitar-se-ia que as reservas minerais em nosso território caíssem em mãos estrangeiras. Quais as resistências de Monteiro Lobato? “Esses estrangeiros – um português aí do Rio, que veio mamando e aqui enriqueceu; um italiano cá de São Paulo que veio há cinquenta anos e também aqui enriqueceu – *são detentores de capital nacional, são participantes do Capital Nacional*”, contesta, em razão de “DOIS TERÇOS” da economia das empresas ser de acionistas estrangeiros. O CNP intimou expulsá-los, a despeito das leis⁶⁷. De que maneira sustentar as iniciativas sem tais *aliados*?

Depois, com a “ideia secreta do governo [de] monopolizar o petróleo”, pois, a crer no missivista, “o que o Conselho está fazendo não passa disto: *aniquilamento das companhias por inanição, para não ter de indenizar os acionistas*”. Nesta visão, o CNP aterrava os recursos das empresas nacionais com as suas novas determinações; estava contra as economias de “gente do povo” a investir no setor, mas jamais restituiria o montante gasto ou socorreria os diretores. Com isso, o governo avançava no monopólio da indústria. De resto, acrescentava o romancista, tão “grandes são as exigências de capital na montagem da

⁶⁴ LOBATO, Monteiro. Última reação dos petroleiros. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. pp. 140 e 142.

⁶⁵ Ibid., p. 141.

⁶⁶ Cf. BRASIL. Dec.-lei n. 961, de 17 de dezembro de 1938. Dá nova redação ao n. I do art. 3º do Decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 1 jan. 2021.

⁶⁷ LOBATO, *Op. cit.*, pp. 142-143.

indústria do petróleo, que só com o concurso de todo o país o conseguiremos, como se deu nos Estados Unidos e em todos os países que a tem”⁶⁸. Em suma, matava-se a *iniciativa privada* em prol do governo; mas a ineficiência e a incompetência dos órgãos oficiais, também os “milhões de contos necessários para a criação dessa indústria”, não transmutariam a nação no Quarto Poder do Petróleo⁶⁹.

O remetente evocou seu *horizonte de expectativas* – “Ouro líquido a brotar do seio da terra por mil bocas [...]. Todas as necessidades internas de combustível atendidas. Frotas de navios-tanques levando o petróleo do Nordeste para todas as partes do mundo. Nossa moeda revalorizada. O Exército forte, afinal.” – na tentativa de envolver o destinatário, uma vez que não atingiria seu alvo só com as censuras. Para “conferir-nos o 13 de Maio econômico”, Getúlio Vargas teria que cumprir dois itens:

1) Uma lei como a da Alemanha, subvencionando as companhias particulares por metro de poço perfurado. Imediatamente o público deduziria que o governo não é contrário ao petróleo e voltaria a ajudar as empresas existentes e as novas que surgissem.

2) Uma lei sobre os estudos geofísicos. O governo contrataria turmas de geofísicos para fazer estudos nos terrenos das empresas particulares, só mantendo a subvenção por metro para as que perfurassem nos pontos aconselhados pela geofísica. Procedendo assim, articularia, da maneira mais prática e eficiente, a ação pública, previsora, como a privada, realizadora...⁷⁰

Bastava isso, resumia. O revés Standard Oil consumiu as energias dos “pioneiros” por intermédio do CNP; não sobrou muito da campanha pró-petróleo. No entanto, seu objetivo resistia em vários textos, a continuar seus ideais; e, nessas circunstâncias, se o designio de Getúlio Vargas se ajustasse aos seus, a situação inverter-se-ia. Dentro do regime autoritário, o propósito do ditador não encontraria resistências. Por isso, em tantos momentos da carta, Monteiro Lobato empenhou-se em amarrar o ouro negro aos interesses do destinatário:

O destino das nações depende muitas vezes da atuação dum homem que enxerga mais longe que os outros. Doutor Getúlio: faça do caso do petróleo, como eu exponho aqui, ponto do seu programa, objetivo de sua vida – e desse modo trabalhará para o Brasil dum modo infinitamente mais profícuo do que apenas regulamentando o que existe. O que existe é tão pouco, que não há regulamentação nenhuma que adiante. Sem riqueza real um povo apodrece. [...]

Doutor Getúlio: o senhor tem uma responsabilidade tremenda nos destinos do Brasil, maior que a de qualquer outro presidente. Pode, com a sua ação pessoal, fazer uma coisa imensa: destruir a Força Secreta que não quer que tenhamos petróleo nosso. Pode dar o golpe no Polvo como o México o fez. Pode passar para a

⁶⁸ LOBATO, Monteiro. Última reação dos petroleiros. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. pp. 143-144.

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Ibid., pp. 146-147.

História como um Grande Criador de Riquezas – mas o caminho é um só:
 INVERTER A POLÍTICA DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO.
 Inverter! Fazer exatamente o reverso do que está sendo feito.⁷¹

O tom era “personalista”, mas cabia às doutrinas do Estado Novo. Para mais, a carta demonstra estar selada a campanha pró-petróleo; a história da indústria a nascer competiria só a Getúlio Vargas, embora o receituário constasse na escritura do “petroleiro”. O remetente viu o controle dos trustes internacionais no CNP; tentou recosturar os nós com o ditador, alertá-lo; mas não restava nada do antigo vínculo. Contrariamente, o receptor mostraria ao “pai do Jeca” que o assunto não era matéria aos civis; o Exército administrava tudo nesse setor estratégico⁷².

Desta vez, o contista encarava Júlio C. Horta Barbosa, o general à frente do CNP. Ora, em outros tempos, Monteiro Lobato afrontou os técnicos do Ministério da Agricultura sem maiores temores; a Comissão de Inquérito sobre o Petróleo seguiu as normas democráticas, a averiguar a atuação dos grupos rivais no setor de óleo e gás. No entanto, a conjuntura era outra em 1940, uma vez que se coibia a participação na vida política da nação, em vias de mecanismos autoritários. Por isso, a trajetória da carta não terminou ao chegar nas mãos do destinatário original; constituir-se-ia documento em uma investigação criminal.

Getúlio Vargas remeteu a missiva ao gen. Júlio C. Horta Barbosa; além disso, o cel. José Scarcela Portela noticiou ao CNP que a “carta em apreço [a de Góis Monteiro], sob a forma de boletim, estava sendo distribuída clandestinamente nesta Capital”⁷³, São Paulo, em outubro de 1940. Portanto, conviria retrucar as denúncias ao Presidente da República. De

⁷¹ LOBATO, Monteiro. Última reação dos petroleiros. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. pp. 148 e 151-152.

⁷² Curioso seria interrogar: a quem pertencia a carta analisada? Monteiro Lobato (o remetente) a escreveu – marcou suas ideias, com distinção literária, na correspondência; Getúlio Vargas (o destinatário) não gravou seus pensamentos na folha de papel, mas, ao recebê-la, o objeto era seu. O Presidente remeteu a carta ao gen. Júlio C. Horta Barbosa – era seu direito; o “general do petróleo” a editaria em suas *Obras completas*, anos depois. Por que Getúlio Vargas não vetou a publicação? Durante a escritura, Monteiro Lobato já imaginava sua divulgação? Pensar nesse embaraço legal acaso nos ajude a entender os usos políticos das cartas por Monteiro Lobato. Para uma leitura teórica sobre essas indagações, Cf. LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. pp. 251-254. Tania Regina de Luca estudou como Monteiro Lobato buscou construir uma imagem de si através d’*A barca de Gleyre* em DE LUCA, Tania Regina. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n’*A barca de Gleyre*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 139-162.

⁷³ Off. Nº. 83-“S.S” da Superintendência de Segurança Política e Social – São Paulo – ao Exmo. Snr. General Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Documento reproduzido em LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo*: Monteiro Lobato no banco dos réus. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. p. 63. Monteiro Lobato enviou uma carta com as mesmas denúncias vistas acima ao chefe do Estado Maior do Exército, gen. Góis Monteiro. Sobre isso, Cf. LOBATO, Monteiro. Carta de Monteiro Lobato ao general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército. In: LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo*: Monteiro Lobato no banco dos réus. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. pp. 46-58.

antemão, em 22 de agosto, Júlio C. Horta Barbosa transmitiu um ofício a Getúlio Vargas a comunicar sua visão sobre as acusações. Os argumentos neste documento, ao abranger novas informações acerca da indústria petrolífera brasileira, transmutam o estatuto das ideias lobatianas.

Obviamente, ao escrever a Getúlio Vargas, o intuito de Júlio C. Horta Barbosa era contrariar a recriminação de *obedecer* aos interesses da Standard Oil e da Royal Dutch Shell. Não obstante suas concepções nacionalistas, o general desvelou que os conteúdos apregoados por Monteiro Lobato há anos em inúmeros textos traziam um fundo de verdade. De fato, o “Polvo Standard-Royal Dutch” atuava sub-repticiamente em território pátrio; e os novos decretos-lei empatavam a atuação das companhias nacionais. Daí a escritura do ofício.

Consoante o remetente, organizou-se uma companhia subsidiária da Standard “para pesquisar petróleo” aqui; outra, da Royal Dutch, cuidou de “apossar-se das terras supostamente petrolíferas, impedindo [...] toda e qualquer possibilidade de pesquisa”; então, o CNP tornou a concessão de tais áreas “sem efeito”. Deveras, o “polvo” sugeriu “a criação de uma entidade mista, com predomínio de capital estrangeiro, e destinada à pesquisa do petróleo, perfuração de poços, extração de petróleo, além da construção de refinarias no país, etc.” ao CNP; a proposta foi recusada⁷⁴. Nestas assertivas, vemos os trustes internacionais em nosso território; a alegação de Monteiro Lobato, antes sem garantias administrativas, rumava ao continente dos fatos.

Depois, o Presidente do CNP informou “que àqueles que se dispõem a cumprir a lei o Conselho tem tudo facilitado, mas aos que pretendem burlá-la, como é o caso do Snr. Monteiro Lobato, este organismo, como é de seu dever, vem, não só se opondo, como também dando publicamente as razões porque o faz”⁷⁵, isto é, o gen. Júlio C. Horta Barbosa reconheceu os antagonismos e as coibições na indústria, por meio das prescrições legais. Por esse motivo, a Companhia Cruzeiro do Sul estacou “por absoluta carência de recursos [...], não tendo sequer procurado satisfazer as exigências da lei”; a Companhia Petróleo Nacional [...] não se adaptou ao regime legal”; a Cia. Mato-grossense de Petróleo se organizou “com *flagrante desobediência à lei*, segundo parecer do Ministério do Trabalho”; somente as Companhias Itatig, Copeba e Solipema “satisfizeram as exigências da lei e obtiveram as

⁷⁴ BARBOSA, Júlio C. Horta. Ofício do Sr. General Júlio C. Horta Barbosa, Presidente do C.N.P. ao Dr. Getúlio Vargas. In: LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo: Monteiro Lobato no banco dos réus*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. pp. 66-67.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 68.

necessárias autorizações de pesquisa e lavra”⁷⁶. Dentro das leis vigentes na época, as empresas nacionais não conseguiam obter a sua legalização. O “pai do Jeca” observou o varguismo apoderar-se dos setores estratégicos do país, entreviu o aumento da intervenção do Estado na economia. Em função disso, os embaraços na Constituição, a emperrar a campanha pró-petróleo.

Por fim, o gen. Júlio C. Horta Barbosa ironizou as propostas de Monteiro Lobato:

A seguir, o romancista do “Choque das raças”, criador do Jeca Tatu, dá a fórmula mágica que resolveria todas as dificuldades do Brasil e o transformaria no Quarto Poder Mundial: uma lei subvencionando as companhias particulares por metro de poço perfurado e uma lei sobre os estudos geofísicos, consistindo em o Governo realizar esses estudos para as ditas companhias.

Sem dúvida, receita admirável para as empresas do Sr. Lobato, pois, tudo se resumiria em dar-lhes o que lhes falta: técnicos e dinheiro e isso justamente pelo Governo que o missivista afirma não possuir recursos para tal.

A solução proposta resolveria também o problema siderúrgico e proporcionaria ao Brasil um exército forte.

Teria, assim, o imaginoso romancista de histórias para crianças, descoberto a fórmula do “Abre-te Sésamo”.⁷⁷

No intuito de rejeitar as críticas aos órgãos oficiais, o gen. Júlio C. Horta Barbosa evocaria ser Monteiro Lobato um escritor sobejamente conhecido, “o romancista do ‘Choque das raças’, o criador do Jeca Tatu”, em outros termos, um “imaginoso romancista de histórias para crianças” a se intrometer nas indústrias de óleo e gás com uma “fórmula mágica”. Durante anos, Monteiro Lobato resistiu a tais *lugares*, até mesmo aceitou o título de “general do petróleo”; mas a ditadura investiu outro tipo de militar no comando do setor; e, continuamente, vetava-se a atuação dos “pioneiros” na área. De resto, avançou o gen. Júlio C. Horta Barbosa no ofício, os argumentos dos “petroleiros” eram os mesmos dos trustes: “reforma da Lei de Minas para permitir o emprego de seus inesgotáveis capitais na exploração do subsolo brasileiro”⁷⁸. Caso houvesse uma investigação dos fatos, constatar-se-ia que Monteiro Lobato ataca “o Polvo, mas defende-se-lhes [sic] os interesses”⁷⁹. O criminoso seria o ideado “mosqueteiro intelectual”.

Para enquadrar o remetente das cartas, o Presidente do CNP enviou o ofício nº 4.602 ao Ministro Francisco de Barros Barreto, do Tribunal de Segurança Nacional, em

⁷⁶ BARBOSA, Júlio C. Horta. Ofício do Sr. General Júlio C. Horta Barbosa, Presidente do C.N.P. ao Dr. Getúlio Vargas. In: LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo: Monteiro Lobato no banco dos réus*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. pp. 69-70.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 73.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 77.

⁷⁹ *Ibid.*

dezembro de 1940; sustentou-se aí que “são evidentemente injuriosas aos poderes públicos e aos agentes que os exercem no setor petróleo” as declarações do criador da Emília⁸⁰. Destarte, iniciou-se, em caráter de urgência, um inquérito contra Monteiro Lobato, em 6 de janeiro de 1941. O delegado adjunto de Investigação de Ordem Política da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS), Rui Tavares Monteiro, investigou os escritórios de Monteiro Lobato nos dias 27 e 28 de janeiro, com o propósito de apoderar-se de documentos dos arquivos. Juntamente às diligências, o contista foi interrogado no DEOPS após quatro dias na Casa de Detenção⁸¹.

Não obstante a detenção, o processo continuou no Tribunal de Segurança Nacional. O procurador Gilberto Goulart de Andrade sentenciou estar o escritor “incluso no art. 3.º, inciso 25, do Decreto-lei n.º 431 de 18 de maio de 1938, sujeito a pena de seis meses a dois anos de prisão”, em 28 de janeiro de 1941⁸². Em 18 de março, o cel. Maynard Gomes decretou a prisão preventiva de Monteiro Lobato; no dia seguinte, o romancista se encontrava novamente na Casa de Detenção⁸³. O julgamento só ocorreria em 8 de abril.

O cel. Augusto Maynard Gomes absolveu Monteiro Lobato. Dentre os motivos da sentença absolutória, elencou-se que “assiste a qualquer cidadão brasileiro, o livre exercício de crítica aos atos do Governo”; a carta ao Presidente da República “o foi, em linguagem íntima, dadas as relações de amizade existentes entre autor e destinatário”; visto o caráter sigiloso do instrumento “e a nenhuma culpabilidade do autor em sua divulgação, não é possível concluir-se pela intenção de injuriar”⁸⁴, etc. Posto isso, o juiz retornou as missivas aos circuitos originais e atentou os conceitos – “monstruoso tank chamado Conselho Nacional do Petróleo”, “Polvo Standard Royal Dutch” – de forma “impessoal”, ou seja, não injúrias ao Getúlio Vargas ou aos órgãos governamentais⁸⁵, no máximo denúncias de assunto que não se direciona a alguém em particular. Retirou-se a intensidade do texto lobatiano, com o objetivo de salvá-lo.

O caso rumou a uma instância maior, o Tribunal Pleno. Nesta ocasião, em 20 de maio de 1941, os juízes, por unanimidade de votos, condenaram “José Bento Monteiro Lobato

⁸⁰ Ofício do Sr. General Júlio C. Horta Barbosa, Presidente do C.N.P. ao Ministro Barros Barreto, Presidente do Tribunal de Segurança Nacional. In: LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo: Monteiro Lobato no banco dos réus*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. p. 85.

⁸¹ CAMARGOS, Marcia Mascarenhas; SACCHETTA, Vladimir. Procura-se Peter Pan... In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2002. pp. 222-223.

⁸² O processo no Tribunal de Segurança Nacional. Classificação do delito. In: LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo: Monteiro Lobato no banco dos réus*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. p. 110.

⁸³ Prisão preventiva do escritor Monteiro Lobato. In: LIMA, *Op. cit.*, pp. 111-112.

⁸⁴ Sentença absolutória, do Juiz, Coronel Augusto Maynard Gomes. In: LIMA, *Op. cit.*, p. 148.

⁸⁵ *Ibid.*

à pena de seis meses de prisão, [...] reconhecida, na ausência de agravantes, a ocorrência de circunstância atenuante de exemplar comportamento anterior”⁸⁶. Consoante Vladimir Sacchetta e Marcia M. Camargos, os eventos – da detenção até a condenação – trouxeram a campanha pró-petróleo à tona mais uma vez; além de que as cartas a Getúlio e Góis Monteiro tornar-se-iam os assuntos do momento.⁸⁷ Monteiro Lobato ainda escreveu missiva irreverente ao gen. Júlio C. Horta Barbosa a agradecer “os dias inolvidáveis, dos quais sempre me lembrarei com a maior saudade”, na Casa de Detenção, após a sentença absolutória. “Tive ensejo de observar que a maioria dos detentos é gente de alma muito mais limpa e nobre do que muita gente de alto bordo que anda solta”, comentou ao seu “generoso benfeitor agalado”⁸⁸. Pois então, só seu encarceramento manteria os ditames do comandante do CNP.

“Estava já eu no meu terceiro mês de prisão pelo crime de escrever uma carta sincera ao presidente, quando me chegou a notícia de haver sido indultado”, registrou Monteiro Lobato em 1946. “Não tive a curiosidade de saber como se processou”⁸⁹. Com efeito, em 17 de junho de 1941, Getúlio Vargas indultou o audacioso missivista. Decisivamente, o contista se viu arrasado no Estado Novo; a campanha pró-petróleo terminou com amargura. Prova disso seria a carta – mais uma – escrita ao Presidente da República em seu aniversário, a 19 de abril. O remetente não deixou de se fazer ouvir no cárcere, mas seus termos mudaram:

DOUTOR GETÚLIO:

Amanhã é dia de seus anos. Quero dar-lhe um presente. Esse presente é uma ideia. Essa ideia é a seguinte: Assim como o governo formou a Cia. Nacional Siderúrgica com 500 mil contos de capital, por que não funda também a Cia. Nacional de Petróleo, com outros 500 mil contos de capital? Era o meio de ao mesmo tempo solver os problemas do ferro e do petróleo, de igual importância.

A solução que proponho apresenta muitas vantagens: acaba com a já muito longa luta de morte entre as nossas companhias e o Conselho Nacional do Petróleo; permite o aproveitamento de todo o material das várias companhias e do pessoal técnico das mesmas; defende os milhares de contos da economia popular empregados em ações de empresas petrolíferas.

Se o senhor Presidente examinar esta minha proposta, verá que é perfeita e atende maravilhosamente aos altos interesses da nação brasileira. Permite até o aproveitamento do Conselho Nacional do Petróleo. O general-comandante desse Conselho e os mais membros que o compõem, caso empregados como

⁸⁶ Sentença condenatória do tribunal pleno, ata do julgamento, mandado de prisão. In: LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo: Monteiro Lobato no banco dos réus*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. p. 151.

⁸⁷ CAMARGOS, Marcia Mascarenhas; SACCHETTA, Vladimir. Procura-se Peter Pan... In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2002. p. 226.

⁸⁸ LOBATO, Monteiro. Raciocínio sui generis. In: _____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. pp. 159-160. Nota de rodapé.

⁸⁹ Ibid., p. 161.

combustível nas fornalhas das sondas, darão para mover as máquinas por uns dois ou três dias – vantagem que positivamente não é de se desprezar.

Esperando que o senhor Presidente tome a devida consideração a minha proposta – e a aceite como o meu presente de anos, subscrevo-me respeitosamente.

MONTEIRO LOBATO⁹⁰

Já não restava nada a perder. Destruído, o contista se vingou dos membros do CNP com a sugestão de empregá-los “como combustível nas fornalhas das sondas”; detento, sem recursos, abandonou seus ideais, encarregou Getúlio Vargas de fundar a “Cia. Nacional de Petróleo”. Monteiro Lobato nunca advogou em favor do monopólio estatal do petróleo, mas, nesta circunstância, essa era a única chance da indústria brasileira. Como se vê, o Estado Novo triunfou sob a égide da modernização autoritária, de modo que um novo movimento popular pró-petróleo ressurgiria somente após a redemocratização, em 1948. Não obstante o insucesso, o “pai do Jeca” conseguiu transmutar o sangue negro da terra em um *problema nacional*.

Por último, as consequências do encarceramento.

Duas semanas após o indulto, iniciou-se outro trâmite contra o romancista. Desta vez, a mira estava em suas ficções. O presidente do Tribunal de Segurança Nacional ordenou a apreensão e a destruição dos exemplares de *Peter Pan* (1930), adaptação de Monteiro Lobato da história de J. M. Barrie, à venda em São Paulo. Para os acusadores, “os livros de Lobato chocavam-se contra os projetos do Estado Novo, empenhado em formar uma juventude saudável e patriótica, unida em torno dos princípios da tradição cristã”, segundo Marcia M. Camargos e Vladimir Saccheta⁹¹. Nesse conto, o escritor desaprovou a taxa abusiva de impostos nos produtos nacionais; em sua obra, o espírito científico (ou materialista, consoante os detratores) “atentava contra o programa de educação do governo e contra a defesa nacional, predispondo as crianças a doutrinas perigosas e práticas deformadoras do caráter”⁹², na versão dos algozes, ainda de acordo com os estudiosos já mencionados. Os sonhos, as narrativas a reter as criações imaginárias, não constituíam mentiras; antes, orientavam os indivíduos nas tensões sociais, a sustentar críticas ao *status quo*.

⁹⁰ LOBATO, Monteiro. Raciocínio sui generis. In:_____. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 162.

⁹¹ CAMARGOS, Marcia Mascarenhas; SACCHETTA, Vladimir. Procura-se Peter Pan... In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2002. p. 231.

⁹² *Ibid.*, p. 233.

Os volumes retirados das livrarias e das bibliotecas escolares eram uma ameaça aos ideais de Monteiro Lobato. O escritor viu seus textos rumarem entre o continente dos fatos e o reino da ficção muitas vezes na campanha pró-petróleo; certamente, o esteio das afirmações não estava tão só na razão, mas, sobretudo, nos *aliados* humanos e não-humanos recrutados; no instante em que os *testes de força* malograram e o esculcas debandaram das trincheiras, a iniciativa resistiu brevemente ao ceticismo dos adversários. Depois, os chefes militares sabiam que estórias inspiram concordância; era necessário enterrar as tais “quimeras”. O Estado Novo roubou estas memórias; usurpou a vitória dos “pioneiros”. Não obstante isso, a sequela mais perversa foi reduzir as ideias lobatianas à insensatez; seus sonhos, em utopias; quer dizer, esconjurar a potência da Literatura.

5. 3 O sacrifício do Cordeiro: fabricação do petróleo e ressentimento na campanha pró-petróleo

Dou-lhe este relógio não para que você se lembre do tempo, mas para que você possa esquecê-lo por um momento de vez em quando e não gaste todo o seu fôlego tentando conquistá-lo. Porque jamais se ganha batalha alguma, ele disse. Nenhuma batalha sequer é lutada. O campo revela ao homem apenas a sua própria loucura e desespero, e a vitória é uma ilusão de filósofos e néscios.

(*O som e a fúria*, William Faulkner)

Getúlio Vargas iniciava 1939 em júbilo. Por fim, depois de quase uma década em meio às tensões sociais entre a iniciativa dos “petroleiros” e os funcionários, técnicos e burocratas do Ministério da Agricultura, aos artigos acerca do não-há-petróleo-no-Brasil e dos Inimigos Ocultos nos órgãos oficiais, encontrava-se óleo mineral em território nacional, sob a égide do seu governo, a 22 de janeiro, nos campos de Lobato, subúrbios de Salvador (BA)¹. Os discursos presidenciais instituía novos *horizontes de expectativas* através da indústria petrolífera, como no pronunciado em ocasião da entrega da estrada de rodagem Rio-Bahia, a 11 de abril daquele ano:

Começamos com a descoberta do petróleo, acontecimento de excepcional relevância, capaz, por si só, de alterar o êxito econômico dum país. Verificada a existência de fator tão decisivo no engrandecimento das nações, aparelhamo-nos para explorá-lo economicamente, para criar, ali onde o foram encontrar os órgãos técnicos da administração pública, próximo ao mar, em terras da gloriosa Bahia, berço da nacionalidade, um grande centro industrial, onde se abasteça o Brasil do combustível líquido de que precisa, libertando-se da contingência de importá-lo, o que nos custa soma superior a trezentos mil contos anuais.²

Os vínculos entre o “êxito econômico dum país” e a descoberta do óleo bruto não causam admiração – os “pioneiros” não afirmavam outra coisa. O Presidente não ignorava isso, e ia além. O Conselho Nacional do Petróleo (CNP) era instituído em abril de 1938, ou seja, antes da “descoberta” do ouro negro, dado que se intentava regulamentar a indústria de óleo e gás prontamente. De acordo com alguns analistas, uma segunda Grande Guerra adiantava-se, de modo que a resolução do abastecimento de combustíveis líquidos era urgência nacional. Não por acaso, Getúlio Vargas outorgou a exploração dos hidrocarbonetos fluidos e a expansão da indústria petrolífera aos quadros do Estado-Maior do Exército.

¹ O nome “Lobato” não concerne ao escritor Monteiro Lobato.

² VARGAS, Getúlio. *A política nacionalista do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA. p. 53.

Para além dos argumentos financeiros, Getúlio Vargas reunia momentos diversos na missão de dar sentido ao petróleo e inaugurar novo tempo no Brasil. Na visão do governante, a descoberta da substância oleosa em terras baianas rememorava o “berço da nacionalidade” – as raízes, a origem – e indicava o futuro, a formação de um centro industrial de que a nação carecia. Dois começos, dois marcos. O presidente incluía os acontecimentos recentes em uma narrativa de longa duração, na qual sua grandiosidade já estaria entregue, mas que só se mostrasse no Estado Novo.

Os discursos seguintes reiteram a monta do sangue negro da terra na economia brasileira. Os esteios da prosperidade do país estavam no ferro, carvão e petróleo, comunicava o Presidente em banquete oferecido pelas classes conservadores e trabalhistas de Leopoldina, em 24 de outubro de 1939. Possuindo-os e explorando-os, continua, “poderemos povoar e cultivar o enorme território que nos legaram os nossos antepassados”³. Os eventos recentes atavam-se aos acontecimentos de outrora mais uma vez, a encerrar as incumbências dos avôs. Para isso, modernas sondas adquiridas nos Estados Unidos da América chegavam à Bahia⁴; também especialistas nacionais eram requisitados dos institutos científicos e o CNP lançaria mão de técnicos estrangeiros, na carência de brasileiros⁵.

Em suma,

Agora mesmo, no vosso território, tão cheio de peculiaridades econômicas, dotado de riquezas e possibilidades que são as do Brasil em resumo, trava-se uma batalha das mais importantes pela emancipação econômica do país: a do petróleo. Longos esforços, anos de luta, debates acalorados, negações e afirmativas, tiveram no solo privilegiado da Bahia o seu ponto final; a existência do combustível líquido já não padece dúvidas. Precisávamos explorá-lo sem demora. Mas novos obstáculos somos obrigados a enfrentar; a aquisição de custosos maquinismos e a utilização de peritos nessa indústria. Cuidamos de uma e de outra coisa imediatamente, e já conseguimos ver o petróleo jorrar dos primeiros poços perfurados.⁶

O palavrório acima se integra à autoimagem do Estado Novo, um governo no qual as maiores carências nacionais seriam endireitadas via burocracia racional, operativa. Com seu achado, o petróleo seria explorado “sem demora”, já que Getúlio Vargas era um homem de ação. Deveras, os órgãos oficiais agiram com urgência depois do primeiro jorro de petróleo nas jazidas de Lobato – ao menos, consoante às narrativas em jornais ao longo da ditadura. O acontecimento era notícia no dia seguinte nos diários baianos, os quais destacavam a ida de

³ VARGAS, Getúlio. *A política nacionalista do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA. p. 55.

⁴ Ibid.

⁵ Ibid., p. 56.

⁶ Ibid., pp. 56-57. Discurso pronunciado em Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia, ao receber o diploma de doutor “honoris causa”, a 20 de outubro de 1940.

Landulpho Alves, Interventor do Estado, até as minas do “sr. Oscar Cordeiro, que há 2 anos realiza pesquisas naquelle local”; também registravam a violência do esguicho petrolífero e que os técnicos da administração pública examinariam a qualidade e a quantidade do óleo mineral naqueles lençóis⁷.

O Estado não furtar-se-ia dos encargos da descoberta, uma vez que a “cidade está vivendo, agora, depois das 18 horas, momentos de grande interesse, de enorme ansiedade” em torno dos eventos recentes. O sr. Oscar Cordeiro, de acordo com os periódicos, inteirou o diretor do Instituto de Tecnologia do Ministério do Trabalho, Fonseca Costa, da emergência do petróleo em Lobato com um telegrama “o mais optimista possível”; da mesma maneira, um encarregado do serviço do Ministério da Agricultura avisou as boas novas ao diretor-geral do DNPM, dr. Luciano Jacques de Moraes. Daí as coisas movimentaram-se. O aludido doutor comunicou o ocorrido ao ministro Fernando Costa às 20 horas; em pouco tempo, às 22h10, um engenheiro reiterava que “jorrara da mina uma quantidade bem regular de petroleo” ao Ministério da Agricultura. Não restavam dúvidas de que o recurso natural corria no subsolo brasileiro⁸.

Sem interrupção, o sr. Fernando Costa noticiou o grandíssimo encontro a Getúlio Vargas, “fazendo-a pelo telefone, diretamente, ao Chefe do governo, que se achava no Palacio Guanabara”, enviou o engenheiro Geraldo de Paiva para S. Salvador, no intuito de examinar a sondagem, “trazendo para o Rio [de Janeiro], com a máxima urgencia, amostras do liquido”, e garantiu, junto ao Interventor, tropas necessárias ao policiamento das jazidas⁹. Garantir-se-ia o resguardo do “óleo de pedra”, além da máxima eficiência em sua análise; dessa maneira, os estadistas recrutavam a substância não-humana às hostes estado-novistas.

A descoberta do petróleo na Bahia fomentou inúmeras *expectativas* – e como não ser assim? “Assume importancia transcendental para a economia nacional a constatação agora verificada”, anunciou Sílvio Fróis de Abreu em entrevista. O químico e geógrafo assegurou que conseguiríamos abastecer todos os navios da esquadra brasileira com o óleo do Lobato! Isso era admissível em razão de os “terrenos em que foi descoberto o combustível pertencem á Marinha e por certo será esse o primeiro objectivo visado”. O até então fantástico ouro negro atraía atenções e adquiria contornos, aplicações. Os limites, as características do óleo natural surgiam aos poucos, mormente na conversação de Fróis de Abreu, que alegava “[ser o petróleo] no estado em que é colhido, presta-se perfeitamente á queima em caldeiras”,

⁷ Jorrou petroleo nas jazidas de Lobato. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, Terça-feira, 24 de jan. 1939.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

também econômico, já que jorrou a apenas 208 metros e, em virtude disso, tantos poços seriam abertos sem demora, além de o lençol estar “à margem do mar, facilitando o carregamento directo dos navios, sem necessidade de instalação de depósitos”¹⁰. Decerto, o CNP iniciaria a instalação da indústria petrolífera brasileira, ergueria a nação vindoura.

Para assegurar que era mesmo petróleo, visitas e testes dar-se-iam nos dias seguintes. No dia 24 de janeiro, Landulpho Alves, junto dos Secretário da Segurança Pública e da Agricultura, do comandante da polícia militar e de representantes da imprensa, visitou a região comentada. O entusiasmo era enorme; o engenheiro Custódio Braga narrou os lances do magno evento à cominativa do Interventor: o encontro com a camada de arenito à duzentos e oito metros, o líquido na tubulação, a colheita de 50 litros, etc. Para sanar a ansiedade dos ouvintes, outro engenheiro embebeu o líquido em um pedaço de madeira, “queimando-os em seguida”. Certamente, isso não bastava. O sr. Landulpho Alves “pediu que se puzesse a sonda em funcionamento”, ansiava ver o ouro negro emergir *in loco*. Naquela ocasião, Custódio Braga inteirou serem necessárias duas horas para acender a caldeira da máquina e obter a pressão necessária; a comitiva, no entanto, sentou-se, disposta a esperar o tempo que fosse. Depois, à medida que a haste perfuratória adentrava o solo, transvazava uma corrente de óleo do poço alvissareiro. “Gotas de petróleo atingem a roupa de vários dos presentes [...]. Ha verdadeiro delírio”, noticia um repórter¹¹. Desse modo, as instâncias tecnocientíficas oficiais admitem a existência de petróleo no Brasil.

O general Horta Barbosa antevia a morte da campanha pró-petróleo, acaso:

De qualquer forma, o que se constata, é que o caso da região de Lobato da Bahia, agora verificado, é um facto inedito na historia das pesquisas petrolíferas do Brasil. Nunca se chegou a colher, no território brasileiro, o verdadeiro oleo, em quantidade tão apreciavel. O que se tem observado são escapamentos de gaz e indicios de oleos hydro-carburetos pesados. Por esse motivo é que o facto de haver sido colhido, agora, pelos technicos officiaes, uma grande amostra de óleo, de 50 a 60 kilos, tem um grande e especial relevo. [...]

De Maraú, na Bahia, até Pernambuco, existe o que os technicos denominam como “Provincia petrolifera do Nordeste”. Em toda essa faixa litoranea do Brasil se suspeita a existencia do petroleo, em maior ou menor escala. É preciso, porém, de accordo com o recurso que se dispõe, - mesmo agora, depois que o governo attribuiu ao plano especial uma verba de 15 mil contos para o Conselho, - que não dispensemos elementos materiaes, pessoaes e financeiros. Os estudos, as pesquisas devem ser feitos, zonas por zonas, num systema de concentração de esforços, que agora dá excelente resultado na região do Lobato.¹²

¹⁰ A descoberta de petroleo na Bahia. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quarta-feira, 25 de jan. 1939.

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

Os “escapamentos de gaz e indícios de oleos hydro-carburetos pesados” eram os recursos vistos em Alagoas, anos antes; a iniciativa privada jamais conseguiu uma amostra de óleo considerável, tal qual os técnicos oficiais; ademais, os recursos técnicos e econômicos do CNP destinar-se-iam às zonas da “Província petrolífera do Nordeste”, em outras palavras, as companhias nacionais não dispunham de nenhuma assistência governamental, além de que os órgãos estatais não interessavam-se em seus terrenos longínquos. Como se vê, através dos jornais, a narrativa estado-novista laureava a nova estrutura burocrática, vencida os interesses mesquinhos dos “pioneiros”; a descoberta consagrar-se-ia à glorificação do chefe de Estado.

Não por acaso, em todos os recantos do Brasil, Getúlio Vargas era acompanhado das “mais expressivas manifestações de sympathia e applauso, pelo resultado auspicioso dessas pesquisas”¹³. Depois de muito tempo e esforço, encontrava-se o combustível líquido em território nacional. Para mais, terminavam-se as mancomunicações dos “petroleiros” contra os órgãos oficiais. De que modo sustentar a trama dos Interesses Ocultos agora? Construía-se desde logo uma memória, retida em obelisco construído junto ao poço na Bahia:

O PRIMEIRO CAMPO ONDE O
PETRÓLEO JORROU NO
BRASIL – ORGANIZAÇÃO DO
CONSELHO NACIONAL DO
PETRÓLEO NO GOVERNO DO
DOUTOR GETÚLIO VARGAS.

A insígnia registava um início; juntamente, destruía outras histórias, pois, o ouro negro que irrompeu contém trajetória *sui generis*: anteriormente, sua natureza era rechaçada pelos mesmos agentes que o “descobriram”. Neste tópico, investigaremos como uma matéria torna-se uma essência, digo, de que maneiras os sábios atribuem traços e características a uma “cousa” até então indefinível – o “petróleo” do Lobato. Para isso, seguiremos as (des)venturas do “pioneiro” olvidado, Oscar Cordeiro. Quem seria esse sujeito, afinal de contas? Durante o relato acima, destacou-se seu nome uma ou duas vezes; no entanto, Oscar Cordeiro era o proprietário das minas do Lobato e anunciava a “descoberta” do óleo mineral no solo baiano a datar de abril de 1933. Por que apenas em 1939 a existência do “petróleo” seria reconhecida? Como a natureza torna-se uma essência a atuar na sociedade? Quais autoridades favorecem ou

¹³ A descoberta de petroleo na Bahia. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quarta-feira, 25 de jan. 1939.

interditam as constatações? Distinguiremos os motivos da vitória dos órgãos governamentais, assim; e a ruína da campanha pró-petróleo.

Certamente, as narrativas pomposas do Estado Novo retêm meias verdades. Poucas histórias têm começos grandiloquentes assim – e uma que envolve terra, lama e óleo, não aporta. O ano de 1939 foi um marco, mas não o início das tensões em torno do petróleo na Bahia. Este é menos nobre e envolve a disputa de dois vizinhos. Em 1930, mais ou menos, um “pai de santo temido”, Jacinto, acusou Antônio Fontes de embaraçar sua plantação ao lançar óleo em sua cisterna. Os jornais noticiaram o caso, sucedido no município de Lobato, já que até ameaças de morte ocorreram. Oscar Cordeiro, comerciante e diretor da Bolsa de Mercadorias da Bahia, admirou-se com a ocorrência: óleo não era algo que um homem simples adquirisse tão somente para aporrinhar um vizinho. Por isso, decidiu investigar o mistério¹⁴. Diante do exposto, a valer, um tanto extravagante, iniciamos a aventura a princípio ancilar aos *projetos* dos paulistas, mas com maiores consequências práticas.

Nossa história encontra-se cheia de lacunas; os vestígios até então achados não abarcam todos os acontecimentos. No entanto, sabemos que Oscar Cordeiro comunicava as notícias das jazidas ao Presidente da Companhia Petróleos do Brasil, Monteiro Lobato, a julho de 1933. O remetente trabalhava com o engenheiro Manoel Ignácio Bastos sem “aparelhos especiaes para aquele fim”; usava enxadas, pás, trados e bombas nas sondagens que duravam meses. Os dois não possuíam os recursos técnicos e financeiros das empresas em constituição nem dos órgãos oficiais, mesmo assim insistiam:

Depois outra preocupação, conhecer a qualidade do oleo, e ahi começamos a abrir poços e esperarmos quando atingíamos aos arenites, as infiltrações, entretanto veio a epoca de chuvas, e os poços sem segurança, pois falvam-lhes as paredes de madeiras ou outra qualquer resistencia, e as terras com as chuvas entupiam os poços, e todo trabalho e dinheiro perdido, ainda assim procuramos fazer os poços com caixões de madeiras, pois os terrenos ficam nas fraldas das montanhas, e os vales alagam-se com muita facilidade, e dado a ação do petroleo no sobre-solo, estas aguas não encontram logar para infiltrarem-se, sendo necessario trabalharmos com bombas manuais, para jocal-as nos mangues.¹⁵

As circunstâncias dos “petroleiros” na Bahia não eram favoráveis; ao cotejar a situação de Oscar Cordeiro com as turmas operárias e as potentíssimas sondas estrangeiras

¹⁴ Briga de vizinhos no Lobato deu início à saga do petróleo no Brasil. *Jornal Correio*. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/briga-de-vizinhos-no-lobato-deu-inicio-a-saga-do-petroleo-no-brasil/>. Acesso em 26/06/2019, 21:02.

¹⁵ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 21 de Julho de 1933 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581785. p. 1.

das firmas paulistas, vemos que as sondagens em Lobato eram artesanais. O “general do petróleo”, Monteiro Lobato, a custo mencionava tais *aliados*, como se não aguardasse muito de lá. Porém, os trabalhos seguiam mais prósperos do que na Cia. Petróleos do Brasil, por exemplo.

“Felizmente conseguimos tirar amostras necessarias”, avança a missiva. Os dois sócios encontraram o ouro negro? Os petroleiros venceram o ceticismo do não-há-petróleo-no-Brasil? Que aconteceria a seguir? Oscar Cordeiro não ignorava os incrédulos; remeteu os vestígios a diversos laboratórios de análise nacionais, tais quais a Escola Politécnica da Bahia, Faculdade de Medicina e Laboratório Nacional de Análises, e também internacionais, na Alemanha, Itália e Estados Unidos¹⁶. Presumia que as ciências especializadas no subsolo determinassem a natureza da substância encontrada, sem vacilação. Sem essas articulações, o líquido negro nos frascos de vidro nunca seria reconhecido como petróleo.

Os resultados mostram-nos a precariedade dada aos assuntos do subsolo no Brasil:

O Laboratorio Nacional, pedio-me novva remessa, pois supoem que o oleo enviado sofreu filtração, entretanto foi in-natura, pois os nossos recursos não permitem termos filtro para filtrar petroleo, e muito mais quando a colheita de oleo é realizada com dificuldade, devido a falta de bons aparelhos adaptados a este fim.

Em todas as analises, confirmam base parafina, e muito lamentei que a analise do nosso laboratorio nacional. fosse feito tres mezes depois das amostras para alli terem sido enviadas, pois foram em 3 de abril e o exame foi feito em 6 deste mez, portanto, embora o resultado fosse optimo, porem muito melhor deveria ser, se examinassem o nosso oleo, quando in-natura, e não já oxissidado com a demora de tres mezes.

Ainda aguardo os outros resultados de analises, e espero ainda este ano entrar na força do trabalho, pois já estou em ajuste com duas pequenas perfuratrizes.¹⁷

O remetente expecta alguma atitude do Governo Provisório, já que o petróleo, em sua visão, era um problema nacional, “e que todos devemos colaborar pela riqueza do nosso Brazil”, e o Dr. Getúlio Vargas estava “acompanhando este nosso programma, e naturalmente procurará agir neste caso, caso este que interessa a todos os bons brasileiros”. Além disso, elementos americanos e holandeses visitaram o local, com propostas tentadoras¹⁸; quer dizer, as autoridades deveriam haver-se com a descoberta! Certamente, o “óleo de pedra” teria nos revolucionários de 1930 *aliados* como nunca antes.

Porém, o governo demorava. Dentre os papéis do Chefe do Governo Provisório encontrava-se um telegrama de Oscar Cordeiro datado de 24 de fevereiro de 1933, em que

¹⁶ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 21 de Julho de 1933 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581785. pp. 1-2.

¹⁷ Ibid., p. 2.

¹⁸ Ibid.

comunicava ter descoberto uma jazida de petróleo na Bahia, “esperando nestes dias convidar autoridades para realizar sondagem definitiva”¹⁹. O aviso não era reticente; a existência do sangue negro da terra era uma certeza. Só restava os órgãos oficiais decretarem de modo exato: trata-se de petróleo. Quais eram tais autoridades? Que a União determinaria?

No mês seguinte, uma comitiva com o Interventor Juracy Magalhães e o delegado fiscal Cruz Ribeiro visitou a região; os integrantes mostraram-se “muito bem impressionado com o que presenciaram”²⁰; na ocasião, Oscar Cordeiro expôs a substância aos inspetores. Poucos dias depois, o petróleo angariava outros *aliados* e era “algo” indiscutível, de acordo com o *Jornal do Commercio* (RJ), aparentemente:

- A descoberta feita pelo Corretor Oscar Cordeiro das jazidas de Petroleo do Lobrato [sic], está plenamente confirmada pelos exames feitos nas amostras extrahidas das jazidas. O petroleo em bruto é perfeito, sendo esperados aqui os technicos do Ministerio da Agricultura para completarem os exames, já feitos. Na sua passagem aqui o Ministro Juarez Tavora declarou que sendo confirmados os exames do Petroleo do Lobrato [sic] terá a Bahia uma das maiores riquezas do Brasil. O Interventor Federal, o Delegado Fiscal, o Director do Dominio Nacional, o Prefeito da Capital, Professores da Escola de Engenharia visitaram as jazidas de Lobrato [sic] felicitando o corretor Oscar Cordeiro pela sua grande descoberta.²¹

Com as visitas, sucessivamente, as amostras do líquido espesso tornavam-se óleo mineral, “petróleo em bruto” do território nacional; o corretor, o “descobridor”. Os elementos humanos alistados – “autoridades”, inclusive científicas, além do ministro da Agricultura, Juarez Távora – averiguavam os fatos, atribuíam *realidade* à matéria extraída das jazidas; consoante o tenente, restavam os exames atestarem, sentenciar a natureza do elemento. Os notáveis da ciência a ir averiguar a região não hesitavam. O técnico Souza Carneiro, da cadeira de mineração da Escola Politécnica, conceituou o petróleo da Bahia “rico em parafina e nenhuma semelhança tem com outros brasileiros, em côr assemelha-se ao do commum da Russia”. O engenheiro Theodoro Sampaio escreveu que “estamos [...] na posse de indícios tão vehementes, como nenhum se deparou no Paiz nas mesmas condições”, dado a cor negra, o cheiro inequívoco, as quantidades apreciáveis em nível inferior ao do mar, também os sinais de que “sendo lançado sobre palha ou algodão, queima facilmente com uma luz vermelha fumarenta, e queima demoradamente por pequena que seja a quantidade levada a prova”²². Os contornos do ouro negro eram traçados antes do Estado Novo sentenciar o fato em 1939.

¹⁹ VARIAS NOTICIAS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 7, Quarta-feira, 1 e Quinta-feira, 2 de mar. 1933.

²⁰ INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Segunda-feira, 27 e Terça-feira, 28 de mar. 1933.

²¹ INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Sexta-feira, 28 de abril de 1933.

²² NOTICIAS DA BAHIA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 19, Domingo, 15 de abril de 1934.

Inúmeras menções ao encontro do petróleo sucediam na imprensa carioca e baiana em 1933; no término do ano, até aquele momento, o Governo Federal não enviara os técnicos requisitados às minas, mesmo com as notícias nos diários e uma “longa nota acompanhada de photographias das jazidas de petroleo no Lobato”²³ estampadas no *Diário de Notícias* (BA). Os órgãos oficiais, na prática, apresentam-se como obstáculos à consecução da campanha pró-petróleo: aguardava-se a sua autorização para a montagem das perfuradoras na região ainda em abril de 1934; contudo, Oscar Cordeiro seguia na tiragem de óleo sem isso²⁴. Por ventura, alguns conterrâneos reputaram as minas do Lobato inativas, em junho, de modo que o seu proprietário teve de esclarecer a situação ao *Diário da Bahia*, em nota:

“Presados confrades: - Tendo esse grande órgão da imprensa bahiana, noticiado em sua edição de 1º do corrente, referindo-se as subvenções dadas pelo Governo de São Paulo, aos pesquisadores de petroleo naquelle Estado que de referencia ás minas do Lobato na Bahia ha uma pedra em cima, informo aos confrades, que os trabalhos ali prosseguem com o mesmo fervor, patriotismo e brasilidade.

Se de um lado encontro entraves, dificuldades, pessimismo, aliás de elementos que deveriam cooperar e estimular tal empreendimento este proceder, porém, de maus brasileiros me dão maior somma de coragem para enfrontal-os com resolução.

Heide afastar todas as dificuldades que os mesmos me tem procurado criar para exploração do petroleo no Estado da Bahia. Os trabalhos no Lobato prosseguem e podem ser visitados pelos verdadeiros brasileiros que desejam o nosso engrandecimento tal como a imprensa, cuja cooperação neste programma da emancipação economica e financeira do nosso grande Brasil, tem sido verdadeiramente efficiente”.²⁵

Os “pioneiros” transmutam a campanha pró-petróleo em um empenho patriótico, no qual o fervor sustentava suas iniciativas de todos os inconvenientes e reveses; a propósito, não esmorecer na causa tornava-os bons brasileiros, ávidos pelo crescimento econômico da nação, uma vez que os entraves eram os atos dos “maus”, e heróis que lutavam em benefício de “nosso” engrandecimento. Por isso, em outras circunstâncias, o missivista recorrer “a disposição de todos os bons brasileiros patriotas”²⁶ nas sondagens, visto a demora dos agentes do Ministério da Agricultura. A retórica acima, comum nos meios intelectuais, também na burocracia, não contrastava com as tecnologias ou as ciências do petróleo; legitimava a iniciativa, vertia o negócio em uma missão; além disso, acioná-la em diário era a maneira ideal, na ocasião, de engajar *aliados*.

²³ NOTICIAS DA BAHIA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 8, Segunda-feira, 4 e Terça-feira, 5 de dez. 1933.

²⁴ NOTICIAS DA BAHIA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 19, Domingo, 15 de abril de 1934.

²⁵ NOTICIAS DA BAHIA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 16, Domingo, 10 de jun. 1934.

²⁶ NOTICIAS DA BAHIA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 17, Domingo, 20 de mai. 1934.

Porém, as notícias não seguiam à risca as controvérsias tecnocientíficas. Oscar Cordeiro expôs entraves não arrolados nos jornais em relatório escrito depois da abertura do primeiro poço de petróleo do Brasil. Nesse texto, por volta de 1945/46, o “pioneiro” afirmou ter averiguado ser combustível fóssil a substância oleosa a exsudar das minas do Lobato ainda em 1933. Durante os meses seguintes, solicitou um técnico do DNPM para acompanhá-lo nos trabalhos, além de uma sonda para a abertura do poço, mas não conseguiu – os instrumentos estavam indisponíveis; os órgãos oficiais careciam dos seus escassos recursos na consecução dos serviços. O diálogo entre o “descobridor” e as novas estruturas varguistas iniciou-se com uma ruidosa negação²⁷.

Mais ou menos entre 1933/34, Oscar Cordeiro adquiriu “uma pequena perfuradora e todo o material anexo necessário” às sondagens e requereu uma autorização para perfurar as minas; em alguns meses, obtém o seguinte retorno do Ministério da Agricultura:

SOBRE O SUPOSTO PETRÓLEO DO LOBATO AS AMOSTRAS ANALISADAS NO DEPARTAMENTO NO DEPARTAMENTO HAVIAM SIDO ENVIADAS SOB A EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO INTERESSADO; PELOS ESTUDOS REALIZADOS PELOS TÉCNICOS DO DEPARTAMENTO MINERAL NÃO É POSSÍVEL HAVER PETRÓLEO COMERCIAL NOS TERRENOS DO LOBATO, POIS AS ROCHAS ALI EXISTENTES SÃO GNEISS.²⁸

Para um ente tornar-se uma substância com *status* ontológico determinado, os testes laboratoriais têm de indicar as suas características intrínsecas; assim, o elemento atuará no coletivo do jeito que materiais estáveis²⁹. Oscar Cordeiro reiterava ser petróleo o conteúdo das minas do Lobato, os cientistas nacionais e internacionais classificaram-no como “petróleo de base parafínica”³⁰. De outra parte, o técnico que escreveu o despacho, Luciano Jacques de Moraes, assegurava não ser possível haver petróleo comercial na região. A controvérsia recaía na essência da massa negra a verter do solo baiano. Poucos meses depois, Victor Oppenheim acusaria o proprietário de aterrar petróleo bruto dentro dos poços³¹. Inicia-se a tensão acerca da natureza do *ser*, também da dos sujeitos implicados.

Dessa maneira, a *coisa* está a virar duas substâncias: óleo mineral ou uma tramoia. Ninguém estava certo de antemão; da mesma forma, a resolução da controvérsia não estaria em alguma objetividade ou subjetividade inerente aos métodos em uso, mas nos ajuntamentos

²⁷ CORDEIRO, Oscar. Histórico do petróleo do Lobato. In: LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 168.

²⁸ Ibid., p. 169.

²⁹ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017. pp. 138-146.

³⁰ CORDEIRO, *Op. cit.*, p. 168.

³¹ Ibid., p. 169.

humanos e não-humanos alistados no acréscimo de forças da tese adotada. O proprietário das minas transmitia as conclusões dos testes em missivas, entrevistas e artigos; à medida que incutia suas assertivas em outras mentes, o ouro negro angariava genuinidade; as sentinelas avançadas a estear os argumentos em prol do petróleo garantiam a veracidade das sentenças. Não obstante as amostras, rememoremos que a “veracidade” seria antes a resistência de uma alegação aos assaltos dos inimigos do que um fato categórico; os contrates dos adversários, o gabarito intelectual, a destreza técnica e a autoridade nos meios governamentais assumem as trincheiras contra a autenticidade da tese a emergir. Nessa perspectiva, Oscar Cordeiro era tão só um comerciante em discordância com os engenheiros do Ministério da Agricultura. Pois, esses eram as vozes oficiais, a encerrar os meios tecnocientíficos aceitos em toda a nação. Os exames nas mãos do “petroleiro” acaso seguissem à risca os princípios mais adiantados na determinação das propriedades da substância nos frascos, mas anular-se-iam sem a admissão das autoridades constituídas.

O “Boletim” do Ministério da Agricultura de abril e junho de 1934 reiterava as asserções dos técnicos oficiais – a inexistência de depósitos petrolíferos na região do Lobato era um *fato*, dado que o conjunto geotectônico se mostrava absolutamente negativo à presença de hidrocarbonetos³². O proprietário das minas remete uma carta ao ministro Juarez Távora no intuito de elucidar o caso; em sua resposta, o tenente sancionou as teses de Victor Oppenheim como irrevogáveis “E QUE OUTRA OPINIÃO NÃO TERIA AQUELE MINISTÉRIO A NÃO SER A DE SEUS TÉCNICOS”³³. Como efeito, Juarez Távora deliberava alicerçado nas conclusões dos engenheiros governamentais; no entanto, notemos a autoridade e o prestígio desses agentes, dado que o seu argumento estagnava a iniciativa do discordante. Para contratar, Oscar Cordeiro obrigou-se a ir além do que até então havia feito.

Somente em janeiro de 1935, dois anos depois dos primeiros comunicados aos governos Federal e Estadual, o geólogo Othon Henry Leonardos, do Serviço de Mineração do Ministério da Agricultura, também professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, visitou as minas de petróleo da Bahia junto a Oscar Cordeiro, no intuito de averiguar as riquezas minerais do Estado³⁴. Na ocasião, “foram extrahidas varias formações, inclusive uma boa quantidade de cretaceos, e examinadas as infiltrações do oleo de petroleo bruto”³⁵, de modo que as amostras extraídas vararam ao Ministério, destinadas às análises. Posteriormente, o sr.

³² CORDEIRO, Oscar. Histórico do petróleo do Lobato. In: LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 170.

³³ *Ibid.*, p. 169.

³⁴ NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Sabbado, 26 de jan. 1935.

³⁵ NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, Segunda-feira, 21 e Terça-feira, 22 de jan. 1935.

Othon Leonardos reiterou que comunicaria acerca das “fortes exudações de óleo de petróleo” aos outros técnicos oficiais, no intento de conseguir a vinda de um perito; não era conhecedor da geologia petrolífera, afinal de contas³⁶.

Os “petroleiros” em outras áreas ou firmas eram *aliados* de Oscar Cordeiro, sem dúvida; no entanto, seu interesse estava no amparo governamental. Monteiro Lobato, ainda na empresa mãe da iniciativa privada, no início de 1935, assegurou os materiais necessários à exploração do petróleo da Bahia, “submettendo-se a serem pagas as despesas com o mesmo petróleo”³⁷, a mesma estratégia com a qual alinhou outros interesses no setor. Porém, o baiano recursou e – malgrado custear as várias despesas das minas há três anos – cria nas resoluções oficiais. Restava aguardar. Por isso, a trajetória ímpar de Oscar Cordeiro.

O parecer do Serviço do Fomento da Produção Mineral sobre as minas de petróleo na Bahia estaria na mesa do Ministro da Agricultura, agora Odilon Braga, em 26 de junho de 1935; as conclusões abalavam o otimismo dos “pioneiros”. Dentre os resultados, averiguava-se que não se conhecem “no littoral da Bahia estruturas adequadas á acumulação de petróleo industrialmente explorável”; havia dúvidas de que o petróleo do Lobato estivesse acolá naturalmente “e não um produto industrial ali derramado”; aos órgãos oficiais, ademais, não seria recomendável investigar o petróleo na região, a causa de poderem encontrar áreas mais favoráveis à ocorrência do ouro negro nas fronteiras com a Bolívia e com o Peru, além de que o governo estaria “tão parco de recursos e cheio de questões urgentes a resolver”; as empresas particulares arriscar-se-iam nos exames sem a assistência do Serviço de Fomento da Produção Mineral, que “tira sua responsabilidade no insucesso das pesquisas que forem ali effectuadas”. Por fim, tratam de Oscar Cordeiro...

17ª – Os terrenos no Lobato, onde o Sr. Oscar Cordeiro abriu o seu poço de pesquisa de petróleo, *sem autorização do Governo*, pertencem, de accordo com a informação da Directoria do Patrimonio da União, á *Société de Construction du Port de Bahia*. Não só o Sr. Oscar Cordeiro desrespeitou a legislação mineira estabelecida pelo Governo Provisorio, como invadiu conscientemente a propriedade alheia, tripudiando ainda, pela imprensa, sobre os proprietarios.

18ª – O S. F. P. M. não podendo se alheiar às incorreções de um tal procedimento, lastima que o presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, falte tantas vezes á verdade quando se dirige aos altos poderes públicos do paiz, conforme foi salientado no decorrer desta exposição, e se não acanhe de vir repetidamente pela imprensa, em nome da Bolsa de Mercadorias, para desfazer instituições publicas no interesse unico de chamar a atenção popular para a sua pessoa. Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1935. – *Othon Henry Leonardos*, assistente do Serviço de Fomento da Produção Mineral.³⁸

³⁶ NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 6, Quarta-feira, 13 de mar. 1935.

³⁷ NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, Segunda-feira, 18 e Terça-feira, 19 de fev. 1935.

³⁸ O PETRÓLEO NA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, Quarta-feira, 13 de nov. 1935.

Os artigos sentenciavam a inexistência de óleo nas minas ou sua conveniência irrisória na economia. O técnico subscrevia o documento com o assentimento do Serviço de Fomento da Produção Mineral. Nesse caso, era o *porta-voz* do governo varguista nos assuntos às voltas do ouro negro na região. A controvérsia tornava-se mais intransigente, uma vez que os argumentos incitavam ódios contra indivíduos, não a métodos ou teorias tecnocientíficas. Oscar Cordeiro esbarrava com um discordante apto a reprovar os testes de força dos seus *aliados*, nacionais e estrangeiros. A conjuntura era adversa, já que o proprietário das minas do Lobato recusara encetar negócios com as firmas sob as rédeas do “general do petróleo”, o maior nome da iniciativa privada no setor, e ansiava o amparo dos órgãos oficiais. Os três anos em que gastara seus bens com exames laboratoriais, instrumentos e mão de obra estavam a ser baldados ante as conclusões de Othon Henry Leonardos.

A contestação do “pioneiro” seria inscrita nos jornais; os textos, não somente os dos “petroleiros”, mas também os oficiais, como acima, outrora dispersos em boletins ou em relatórios técnicos, eram editados nos diários, com o propósito de elucidar os rumos das sondagens e das escavações, comunicar as análises dos cientistas e atizar as discórdias e os choques em torno dos combustíveis fósseis; as contradições estavam em pauta, bem como as credenciais dos envolvidos. Com a incriminação, Oscar Cordeiro emitiria suas dúvidas acerca dos exames de Othon Leonardos. Primeiro, o autor alegou que o engenheiro do Ministério da Agricultura não conseguiria sustentar suas afirmativas, visto que teria tão só proposto “abrir galerias para pesquisar petróleo”, quer dizer, não averiguou as minas a ponto de comprovar que o “petróleo bahiano não é natural” ou “oriundo das explorações de pedreiras vizinhas”; declarou também que o petróleo não cairia nas mãos de estrangeiros, não haveria inconveniência com a Cia. Societé du Port de Bahia; entre outros argumentos. No entanto, os juízos mais interessantes à nossa problemática tocam na Natureza da substância – em suas conclusões, de acordo com as transcrições na objeção do “descobridor”, Othon Leonardos advertiu que o petróleo do Lobato era um “oleo viscozo, sem gasolina, sem kerozene e sem oleo dissel”³⁹, de modo a sustar os testes anteriores; a soma de enunciações que atribuíam contornos ao líquido exsudado das minas – dos cientistas, dos estadistas, dos civis – era arrostada publicamente; o discordante era um técnico resguardado num órgão governamental, munido de registros, de marcas e de números. A objeção envolveu uma trama investigativa e o arrostar dos *aliados*:

³⁹ CORDEIRO, Oscar. Os technicos do Ministerio da Agricultura e o petroleo bahiano. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 20, Domingo, 17 de nov. 1935.

[...] o Sr. Othon não trabalhou no Lobato, como ficou de trabalhar na sua volta das minas de manganês e magnetite e ainda mandou pedir por intermédio do Sr. Armando Ramos diversas amostras para seguir para o Rio. Como encontrou então esta amostra de petróleo, viscoso, que não contém GAZOLINA, KEROZENE E OLEO DIESEL? Donde veio ella? O Governo deve abrir um inquerito sobre este gravissimo facto, pois: o Sr. Alcebiades Gurgel levou para o Rio [de Janeiro] uma caixa com amostras de PETROLEO DO LOBATO; estas amostras foram entregues ao Sr. Dr. Getulio Vargas. S. Ex. mandou-as para o Ministerio da Agricultura e aquelle ministerio analysou-as sob numero 2.441, informando que as amostras de PETROLEO DO LOBATO, destillada até 150° deu gasolina, até 200° kerozene, até 250° oleos leves, de 250° a 300° oleos medios, e acima de 300° oleos pesados; [...] ⁴⁰

O escritor denegava Othon Leonardos ao rememorar os acontecimentos; atestava aos leitores que o representante do Ministério da Agricultura “não trabalhou no Lobato” nem examinou as amostras, algumas entregues a Getúlio Vargas, caso já noticiado nos jornais. Oscar Cordeiro tomava de empréstimo a retórica lobatiana ao insinuar a abertura de um inquérito, na medida em que as tensões científicas incluíam motores suspeitíssimos. O técnico do SFPM assistia a ideia do não-há-petróleo-no-Brasil e negava os “dados” da Natureza; assim, restava ao “pioneiro” restituir a essência do líquido viscoso que emergia do subsolo baiano, por meio de outras apreciações – inclusive, outras dos próprios órgãos oficiais – de autoridades no setor que, através de testes confiáveis determinaram os conteúdos do elemento, a salvo de interesses sórdidos:

[...] a analyse do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil bem datada de 27 de Junho de 1933 e está assignada pelos Srs. Mario da Silva Britto e Jorge Cunha e com o visto do Dr. Euzebio de Oliveira, Director do Instituto Geologico. Ainda o Instituto Nacional Technologico do Ministerio do Trabalho informou que na analyse das amostras extrahidas das Minas de Petroleo do Lobato, no Estado da Bahia, pelo seu Director Assistente, o Geologo Engenheiro S. Fróes de Abreu, encontrou: Essencias 8.3%, Kerozene 9.5%, Oleo Diesel e gaz oil 22.9%, oleo lubrificante 9.8% e óleo grosso para combustão 43.3%. Esta analyse está datada de 24 de Setembro de 1935 e assignada pelo Engenheiro S. Fróes de Abreu, Assistente Chefe, Fonseca Costa, Director. O Dr. Alvaro Ramos, Secretario da Agricultura, o Capitão dos Portos da Bahia, Capitão de Mar e Guerra Durval de Oliveira Teixeira, e o Dr. Francisco Furtado de Simas, Director do Serviço Geologico do Estado da Bahia, foram ás Minas de Petroleo do Lobato em Junho de 1933; o Director do Serviço Geologico analysou as amostras de Petroleo do Lobato e certificou ter obtido gasolina de oleo cru extrahido do Lobato, tendo a referida analyse a data de 12 de Julho de 1933. Outros diversos laboratorios semi-officiaes e particulares têm analysado tambem o Petroleo do Lobato, e retirado todos os seus derivados; entretando, somente o Sr. Othon Leonardos, funcionario do Serviço de Produção Mineral do Ministerio da Agricultura, desejando entregar a uma companhia estrangeira os terrenos de petroleo do Lobato, contra os interesses nacionaes, faltando assim aos deveres mais sagrados, que é ser sincero e servir à patria, diz que o petroleo do Lobato não contém gasolina, kerozene e óleo diesel. O Governo

⁴⁰ CORDEIRO, Oscar. Os technicos do Ministerio da Agricultura e o petroleo bahiano. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 20, Domingo, 17 de nov. 1935.

Federal e do Estado da Bahia e todos os brasileiros que aspiram o engrandecimento do Brasil: FAÇAM JUSTIÇA.⁴¹

Contra doutores, secretários e diretores, ministérios e institutos tecnológicos que seria do discordante, um mero “funcionário” do SFPM? O contralaboratório de Leonardos teria como sustentar a controvérsia? Monteiro Lobato escorava a campanha pró-petróleo com seus textos; Oscar Cordeiro com os textos e as coisas às quais aludia; tais coisas, entretanto, necessitavam ser anuídas em sua *realidade*, ou seja, resistir às provas de força, inscrever-se em números, em relatórios, em cartas geológicas, entre outros documentos, constituir *portavozes*, recrutar *aliados*, encerrar a *caixa-preta* e, assim, tornar-se a Natureza e atuar sociedade afora. Por isso, a enorme listagem acima – impedir que as amostras caíssem no continente da ficção –; nomear a substância de “PETRÓLEO DO LOBATO”, em letras garrafais. Não sem razão, como notava o proprietário das minas, as conclusões do funcionário ressoavam as misteriosas resoluções de Eugênio Dutra e Victor Oppenheim em Riacho Doce, a demonstra um *complô* nos órgãos governamentais contra “o engrandecimento do nosso Brasil”⁴². Neste momento, iniciava-se o escarcéu nos territórios alagoanos, rememoremos; os “petroleiros” investiam contra os inimigos com indícios cabais da atuação de Interesses Ocultos no setor petrolífero.

Os eventos imediatos remetem-se ao Inquérito sobre o Petróleo de 1936. Como vimos noutra sessão, a causa dos “pioneiros” não avançou com as investigações da Comissão. Oscar Cordeiro remeteu um caixão com garrafas de petróleo aos integrantes do interrogatório; além disso, escreveu aos jornais a requerer de Odilon Braga “os motivos do engenheiro Othon H. Leonards ter dado parecer favorável para que fossem aforados os terrenos de petróleo da Bahia a uma companhia estrangeira”, também averiguar a carreira do sr. Victor Oppenheim – o Presidente da Bolsa de Mercadorias declarou que o funcionário do DNPM não serviu nos “Yacimentos Petrolíferos da Argentina”, tal qual afirmava; suas credenciais eram suspeitas⁴³. Nos meses em atuação, a Comissão enviou à zona petrolífera Odorico Albuquerque, professor de Geologia da Escola Politécnica de Ouro Preto, e o engenheiro José Lino Mello, Diretor Assistente do Serviço Geológico do Ministério da Agricultura, a extrair amostras de óleo e arenitos das jazidas, com a finalidade de “fazer alguns estudos [...] em diversas partes do solo e do sub-solo bahiano”⁴⁴; entretanto, tais análises mostraram-se inconclusivas e as

⁴¹ CORDEIRO, Oscar. Os técnicos do Ministério da Agricultura e o petróleo bahiano. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 20, Domingo, 17 de nov. 1935.

⁴² Contra os interesses do Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 11, Quinta-feira, 21 de nov. 1935.

⁴³ INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Segunda-feira, 17 e Terça-feira, 18 de fev. 1936.

⁴⁴ REVISTA DOS ESTADOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 14, Domingo, 16 de ago. 1936.

contestações geravam mais incertezas; a essência estava a vagar, sem uma natureza determinada.

Não restava muito aos “petroleiros” após os acontecimentos acima. Não obstante, Oscar Cordeiro retomaria as escavações em Lobato. Doravante, notaríamos as consequências do inquérito: o Ministério emprestaria uma perfuradora de duzentos metros e dois técnicos – no entanto, o instrumento não funcionava; “tinha falhado na perfuração para água no Palácio Guanabara e por isso é que ma ofereceram tão solícitamente...”; e os agentes mostrar-se-iam ignorantes ou sabotadores, dado que ambos paralisaram as sondas aos vinte e tantos metros a crer que “HAVIAM ATINGIDO O CRISTALINO”⁴⁵. Por ora, fabricar a essência tornava-se improvável; os geólogos escudados na autoridade dos órgãos oficiais obstavam quaisquer outros resultados empíricos; o proprietário das minas era tão só um comerciante neurastênico, a esbravejar e estrebuchar-se diante da Ciência.

Em 1938, Eugênio Dutra entusiasmou-se de novo com as notícias da Bahia. Dessa vez, o engenheiro remeteria uma sonda para quinhentos metros à região. O aparelho concitou o “petroleiro” a restaurar sua iniciativa; “fiz novas instalações, construí depósitos de material, escritório, cercados, pequena oficina e uma ponte para descarga de combustível [...]” após montar a perfuradora; além disso, comunicou as novas aos ministros e à imprensa, a admitir a iminência do esguicho do ouro negro. Posteriormente, uma carta do gabinete do presidente da República lhe intimaria a registrar as “JAZIDAS DE PETRÓLEO” nos termos do Código de Minas; sua situação era ilícita⁴⁶. Como se vê, estamos a narrar um caso kafkiano, o indivíduo enleado nas teias surreais e absurdas da burocracia, sem entendê-las ou rasgá-las!

Que aconteceu depois? Mais uma vez, lacunas. Em algum momento, o governo varguista assumiria as sondagens nos terrenos em que Oscar Cordeiro e os seus trabalhadores investigavam a existência de petróleo no subsolo brasileiro. O “descobridor” ainda lutaria em favor do “óleo de pedra” ao lado dos engenheiros do DNPM, apesar da repulsa contra a administração pública. No entanto, o seu nome sumiria nos acontecimentos após a descoberta do ouro negro ou seria incorporado no reconto estado-novista – vimos antes como os agentes do Ministério da Agricultura vistoriaram as sondagens a datar de 1939. *O Imparcial* editaria uma entrevista de Luciano Jacques de Moraes semanas depois da *fabricação* do petróleo, em que se interrogou sobre as iniciativas de Oscar Cordeiro; assim retornou o engenheiro:

⁴⁵ CORDEIRO, Oscar. Histórico do petróleo do Lobato. In: LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. p. 172-173.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 173.

- “Não se pode negar ao Sr. Oscar Cordeiro o direito que elle, de facto, tem. Por sua tenacidade e grande esforço a descoberta do petroleo está cercada de exito. O Governo Federal, tão interessado sempre esteve sobre assumpto, que sempre tomou em consideração os seus informes, notadamente quanto ao local. Mandou technicos e aparelhos cujos resultados ahi estão. Aliás, tudo que elle tem feito não representa outra coisa senão seu accendrado amor á Patria, sendo portanto louvavel, sob todos os pontos de vista. Basta acentuar que, antes mesmo de me chegar ás mãos a comunicação official do Sr. Barga Filho, já sabia da descoberta do petroleo, em vista dos telegramas que o Sr. Oscar Cordeiro dirigiu a amigos e autoridades do Rio.”⁴⁷

Luciano Jacques de Moraes, na ocasião diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, estava contentíssimo com os exames no local da perfuração; asseverou que “os technicos hão de descobrir reservatorios subterraneos commercialmente exploraveis”, uma vez ser a região semelhável “a algumas zonas productoras de petroleo do mundo”⁴⁸. Para mais, consoante o fragmento acima, o engenheiro sustentou a *aliança* entre o “petroleiro” e os técnicos governamentais já nos inícios de 1933, além de que a teimosia de Oscar Cordeiro era indício de “amor á Patria”; censuravam-se as tensões prévias. Os órgãos oficiais auferiam os louros da vitória doutrem. O entrevistado não era o “descobridor” do sangue negro da terra e sim o técnico a decretar ser impossível haver petróleo comercial nos terrenos do Lobato anos atrás. Construía-se um monumento da barbárie no campo do proprietário sacrificado.

Disso conclui-se o seguinte: uma nova essência só atua de maneira estável no coletivo, a intervir na movimentação de elementos humanos e não-humanos, no instante em que os agentes competentes (no caso, cientistas, engenheiros e técnicos *oficiais*) estabelecem e regulamentam os seus traços característicos através de testes de força. Como se vê, assim *fabrica-se* a Natureza; arranja-se as matérias com outras substâncias, de modo a investigar seu desempenho, seus contornos exatos – e atribui-se novas competências aos atores do evento. O drama de Oscar Cordeiro era crer que a “verdade” sempre se sustenta, ao invés de apreender que as “coisas” se transmutam em verdade ao se sustentar⁴⁹. Para isso, seus escassos recursos socioeconômicos de comerciante não arrastavam os sem-número de esculcas do Ministério da Agricultura. Sem convencer os demais da existência do petróleo naquelas minas, a iniciativa esmoreceria; seu *lugar* na história, destituído. Por isso, não era o “descobridor”; era ninguém.

⁴⁷ INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Segunda-feira, 30 e Terça-feira, 31 de jan. 1939.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 19.

Os vestígios à disposição nos mostram o “pioneiro” em 1944. Oscar Cordeiro não estava mais à frente das minas do Lobato. A campanha pró-petróleo encerrara-se; seu nome era uma memória fugidia nessa história escrita com as cores do governo varguista. Dos anos de aventuras, ficou o ressentimento de ser ignorado como o “descobridor” do petróleo no Brasil – não remetera as amostras anos atrás? O seu alívio eram as missivas com Monteiro Lobato, o “Presado Amigo e Companheiro da gloriosa jornada do petroleo”⁵⁰, aquele que sabia a verdade, ao menos a sua.

Oscar Cordeiro continuava “a lutar pelo Brasil, empreendendo novos programas, e certo de levá-lo a êxito”. Que seria isso? Preparou mapas do solo e do subsolo baiano para serem distribuídos nas escolas, com o intuito de que as crianças conhecessem as riquezas agro-minerais da Bahia, “as quais um dia virão a serem exploradas para engrandecer o Brasil”⁵¹. Da mesma maneira que Monteiro Lobato, Oscar Cordeiro lançou seus devaneios rumo ao futuro – às crianças, a humanidade de amanhã. A memória da campanha pró-petróleo tornou-se um misto de alegria e desapontamento:

Eu me identifiquei com as tragédias, somente por querer ser útil a nossa Pátria. Lutei para organizar bolsas de mercadorias, fibras têxteis, mamona, petróleo, estatísticas, intercâmbios e realizações outras, fui combatido, venci as campanhas, e ainda tenho as cicatrizes daquelas lutas desiguais; o Amigo e Companheiro bem deve compreender estes sofrimentos, e como Grande Lutador, sempre tem este gesto de quando me escreve, mandar dizer: - não desanime nunca”. E eu respondo, nunca poderemos desanimar, pois: - “quem enfrentou a grande luta do petróleo como nós, e vencemos, jamais poderão desanimar”, E assim, encorajados, todas as nossas energias, para o Brasil e pelo Brasil.⁵²

Monteiro Lobato encarava o amigo como o “descobridor” do petróleo no Brasil; e isso bastava. Durante as tensões em favor do ouro negro, os *aliados* aguentaram uma luta desigual contra os órgãos oficiais, com altos e baixos. O comerciante enunciou a vitória na mensagem, mas o sentimento era de derrota. Não ser lembrado nacionalmente era doloroso e a lembrança do desamparo, cruciante. O ódio, a inveja e a vingança aos poucos verteriam das correspondências; só assim lograriam converter a humilhação experimentada em instrumento político.

O remetente comunicava os novos *projetos*, como, em 1945, as explorações de estanho, carvão mineral, mica rubi e outros minérios da Bahia, “cujas jazidas já se encontram localizadas e algumas sondadas”. Para evitar os estorvos da campanha pró-petróleo, continua,

⁵⁰ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 23 de Março de 1944 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581769.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*

trabalharia sozinho, sem os técnicos dos serviços geológicos, inimigos da nação, já que “não me prende ambições nestas novas iniciativas, e se estas existem, é somente com o espírito de ser útil ao nosso Brasil”⁵³. No entanto, as minas do Lobato eram fantasmas a assombrá-lo e que sempre retornavam na escritura das cartas. Oscar Cordeiro “ruminava” os acontecimentos com impotência rancorosa.

Os avanços do Conselho Nacional do Petróleo em território nacional, bem como as declarações do presidente, suscitavam-lhe estouros de indignação. Em março de 1944, analisava, junto ao destinatário, a seguinte afirmação do Gen. Horta Barbosa: - “que se levava um ano, para perfurar 200 metros, enquanto hoje, com 20 dias se perfura milhares de metros”. Comentava que...

Entretanto a verdade é, que para se perfurar 200 metros, não só tínhamos de contar exclusivamente com os nossos recursos próprios, como ainda afastarmos as dificuldades, entraves e campanhas do celebre grupo do “Não ha petroleo no Brasil”.

Se tivéssemos encontrado cooperação em 1.933, quando convidei o Governo para vir colaborar no Lobato, solicitando tecnicos para constatar a realidade do petroleo, hoje o Brasil estaria nadando em petroleo, infelizmente não fomos atendidos, e tivemos de lutar sosinhos, e, se não fosse a nossa perseverança, o Brasil hoje não teria petroleo. Assim graças ao pocinho que se levava um ano para perfurar, é que hoje se pode diser que existe petroleo no Brasil.

Porem, nada como um dia depois do outro.⁵⁴

Não era somente cotejar a tecnologia de dez anos atrás com os atuais avanços científicos, mas situar as tensões sociais em uma perspectiva histórica acarretava sentimentos agrídoces. Descobri-se a existência de combustível fóssil no Brasil, mas a que custo? Oscar Cordeiro não era burocrata, técnico ou engenheiro dos serviços governamentais do subsolo; seu nome era uma nota de rodapé nos jornais censurados; a papelocracia estado-novista apoderou-se do setor petrolífero e usurpou *sua* vitória. Nesse momento, regozijava-se com o colapso “deste” Governo Totalitário; sua alegria vinha antes do fracasso do ditador do que pelo retorno à democracia.

Quais os nossos interesses com as vivências de Oscar Cordeiro após a *fabricação* do petróleo brasileiro? Não tratar-se-ia de mera curiosidade? Ora, a campanha pró-petróleo já encerrara os seus embates; decisivamente, a vitória getulista arrematara os adversários. Não obstante, resta-nos investigar outra construção: a do “descobridor” ignorado, pois, ao instituir os atributos da substância; ao transmutá-la em uma entidade autossuficiente, da mesma forma,

⁵³ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 29 de Dezembro de 1.944 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581757.

⁵⁴ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 29 de Março de 1.944 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581776.

os sujeitos se constituem; angariam novas propriedades. Durante os tópicos anteriores, vimos Monteiro Lobato transmudar-se no “general do petróleo”; Getúlio Vargas, num instante, no campeão da nascente indústria petrolífera; Edson de Carvalho, Dom Quixote de la Mancha. Os traços particulares variam à medida que o *status* ontológico do elemento torna-se seguro. Nesse sentido, resta interrogar sobre as competências originárias do movimento pró-petróleo angariadas por Oscar Cordeiro. Contentava-se o antigo presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia com a indiferença dos conterrâneos? O reconhecimento lobatiano de fato amainava os desgostos pelo seu esquecimento? Imaginava (e ansiava) Oscar Cordeiro a escritura de outras histórias?

Para oportunizar uma nova memória, sem as balelas administrativas, a conjuntura era apropriada; o governo varguista ruía com o avançar do antiautoritarismo no mundo. Os amigos unir-se-iam no retorno à democracia, a tencionar a escritura da “verdadeira” história do descobrimento do petróleo no Brasil, ou seja, uma narrativa em que assomassem como os protagonistas dos acontecimentos decisivos e até mesmo vítimas de um *complô* – dos trustes e dos poderes constituídos. O ressentimento seria a origem desse desejo.

Com o retorno da liberdade de imprensa, mesmo que paulatinamente, Monteiro Lobato concederia algumas entrevistas acerca da campanha pró-petróleo e outros assuntos candentes. Em abril de 1945, o desejo de escrever uma outra história da exploração do ouro negro no Brasil torna-se intensa, dado as oportunidades. O “general do petróleo”, registrava Oscar Cordeiro, na década anterior, demonstrou aos conterrâneos a grande necessidade de organizar-se a produção industrial pátria, mas, atacado pelos “TECNOS E PIROTECNICOS” do DNPM, sofreu como um mártir. Os mesmos homens que encarceraram o escritor sobejamente conhecido arrastavam a nação rumo à falencia, à bancarrota... Quem eram eles? São “os Othons Leonards, Oppenhens, Malamphs, Luciano de Moraes, Fleurys da Rocha, Ortas e Ortalices comparsas Ditador”⁵⁵, sabotadores e mistificadores do petróleo brasileiro, inimigos dos interesses da nossa terra e gente. Por isso, em vista dessa outra narrativa, os amigos iniciam a escritura de artigos e livro acerca do que passou, “A TRAGÉDIA DO PETRÓLEO NO BRASIL”⁵⁶. O contista dos *Urupês* teria encetado a ideia, de acordo com uma carta de Cordeiro:

⁵⁵ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 3 de Abril de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581721.

⁵⁶ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 20 de Abril de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581726.

Recebi suas ordens de 9 deste mês, e fiz um pequeno Historico sobre o nosso Petroleo do Lobato.

Fiz um resumo, embora ficasse muito longo, porem se fosse transcrever tudo que guardei em quatro pastas, daria para centenas de folhas, pois só cartas, ofícios, telegramas, certidões, etc. andam em centenas.

Entretanto, quando chegar o momento de escrevermos “A TRAGEDIA DO PETROLEO NO BRASIL”, essa publicação dará publicidade a tudo, e ainda ilustrado, pois tenho fotografias desde 1.931 até 1.939.

O Historico é a expressão da verdade, não fiz a revisão dos erros que tem, pois quando em nosso escritorio o estava compilando, sempre aparece um ou outro cliente, e que perturbam esse trabalho.

Faltou no Historico a profundidade que saiu o petroleo, foi a 214 metros, e quando o Nero Passos e seus comparsas quiseram alargar o furo, inutilisaram aquele poço petrolífero, poço este que se encontra hoje no Lobato no mio [no meio?] da mataria, porem, embora desmoronado, emtupido etc. ainda lança o seu protesto, e continua a exudar petroleo.

Se houver qualquer outro esclarecimento, pode ordenar, pois estou bastante aparelhado e com a minha documentação em completa ordem.

O Historico que junto a presente, o Amigo tirará as conclusões, enquanto outros fatos que sejam necessarios, poderá ordenar, pois remeterei.

Não citei a visita do Presado Companheiro a nossas minas, como o petroleo que o Amigo levou, tambem a visita do snr. Getulio não mencionei.

Deizei [sic] de citar varios personagens que tiveram papel saliente nesta tragedia, e por ser do conhecimento do Amigo, como os “pirotecnicos” Fleury da Rocha, Avelino Ignacio de Oliveira e outros cretinos.

Me desculpe a redação, e faça a corrigenda.⁵⁷

Os *aliados* escreveriam a tragédia do desamparo governamental, o cepticismo do “não-há-petróleo-no-Brasil”, os “pirotécnicos”, os trustes, as inúmeras sabotagens; em suma, vários personagens em uma trama detetivesca. Os elementos ficcionais do Histórico seriam contrapostos através dos documentos, longamente acumulados; assim, a narrativa varguista seria desmontada – era a intenção. Com isso, outro *lugar* seria outorgado aos dois, ajustado aos seus empenhos na campanha pró-petróleo, também atributos distintos. Oscar Cordeiro seria reconhecido como o “descobridor”, afinal de contas?

Dentre as revisões propostas, estava o dia do próprio descobrimento e as ações subsequentes. Em 21 de janeiro de 1939, sábado, certo perfurador encerrou seu turno ao meio dia e retirou-se; Oscar Cordeiro, sem os agentes do DNPM, “já tendo verificado no dia 20 de janeiro arenito impregnado de petroleo, com as aguas da sondagem virem misturadas com petroleo”, constatou a saída de óleo bruto naquela tarde. No domingo, então, entra em contato com as autoridades estaduais e federais, posto que anteriormente estava atarefado com as providências e “NÃO QUERIA QUE HOUVESSE SABOTAGENS POR PARTE DOS MAGNATAS E TECNOS”. O ministro da Agricultura, Fernando Costa, inteira-se do fato só 48 horas depois, e graças aos comunicados de Oscar Cordeiro aos diários locais, também a

⁵⁷ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 20 de Abril de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581726.

uma garrafa de petróleo que cedeu a um jornalista dos Diários Associados⁵⁸. Corrigia, em sua perspectiva, as versões estado-novistas da descoberta. Não encerrava por aí, aliás, uma vez que, ao comparar suas lembranças, os seus documentos e as publicações oficiais, notava um sem número de erros:

Hoje recebi um livro do Ministerio da Agricultura, com o titulo “Relatorio da Diretoria” ano 1.939 por Otavio Barbosa.

Essa publicação é interessantíssima, e aconselho [sic] a Amigo a ler.

Na introdução do tal Relatorio, diz o Otavio: - “QUE PENOSOS FORAM OS TRABALHOS DO D. P. N. M. PARA ENCONTRAR O OURO NEGRO, TUDO EMFIM CHEGOU A BOM TERMO, CONSEGUINDO OS ENGENHEIROS OFICIAIS A GLORIA (que cretinos) DE SEREM OS PRIMEIROS A PRVAR A EXISTENCIA DE PETRÓLEO EM TERRITORIO NACIONAL..... (Misericrodia com estes pirotécnicos).

Entretanto, ainda no mesmo “pasquim Relatorio, diz a pagina 61: - “A CARGO DO ENg. CUSTODIO BRAGA FILHO E MOACYR DA ROCHA, PROSEGUIO O FURO n. 163 NO LOBATO, QUANDO A 22 DE JANEIRO O PETROLEO DERRAMOU-SE PELA BOCA DO POÇO. NA TARDE DO DIA ANTERIOR JÁ HAVIA APARECIDO GOTAS DE OLIO, FATO ESTE CONSIDERADO SEM IMPORTACIA PELO SONDADOR (mentira, pois o sondador no dia 21 foi ao meio dia para casa, e foi depois para Peri-peri a passeio, e só voltou no dia 23 quando o petroleo jorrava, e era oficialmente conhecido no Brasil e no Exterior).

Diz ainda: - OS ENGENHEIROS ESTAVAM AUSENTES, ESTUDANDO A LITERATURA SO- [sic] A GEOLOGIA DO RECONCAVO”..... Que tal estes LITERATOS..... Que grandíssimos burros, na Instrução tiversal [sic] a Gloria, no mesmo livro dizem que estavam ausentes, estudando l-i-t-e-r-a-t-u-r-a....

Na instrução dizem que foi no dia 22, a pagina 61 que foi em 21.

Felizmente, aqueles canalhas estavam ausentes, ao contrario a sabotagem seria certa, e talvez o Brasil hoje não tivesse petroleo.⁵⁹

Os comentários entre parênteses nos mostram o ressentimento de Oscar Cordeiro. Os mentirosos engenheiros, técnicos e burocratas dos órgãos oficiais enganavam os leitores, inventavam acontecimentos, também se contrariavam, mas, principalmente, olvidavam sua contribuição decisiva no setor. Sem Oscar Cordeiro – eis a ideia do trecho – o ouro negro não teria irrompido na Bahia; pior, sua descoberta teria sido sabotada, outra vez. Por anos, o ódio do remetente foi interiorizado e recalçado; sua inferioridade frente aos poderes constituídos transformara-se num nacionalismo estoico, resignado; mas está evidente que a escritura epistolar e a dos artigos contra a história varguista assomavam sua inveja, hostilidade, não mais tão impotente⁶⁰.

⁵⁸ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 21 de Abril de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581713.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

Prova disso, era o *projeto* lobatiano de investir, através de entrevistas, nos jornais. Em maio de 1945, Monteiro Lobato iniciaria as “hostilidades petrolíferas”, isto é, uma série de artigos e de entrevistas, nas quais tentaria atuar na economia do país ao revelar os bastidores da campanha pró-petróleo. Oscar Cordeiro instava o romancista a isso, uma vez que fora também convidado a recapitular os fatos passados pelos Diários Associados, mas não saberia dos assuntos a tratar na ocasião. A dúvida era a seguinte, caso a “TRAGÉDIA DO PETRÓLEO NO BRASIL” surgisse no mercado livreiro, de que maneira preparar o terreno? O remetente acatava as ordens do “Pioneiro da Campanha do Petróleo no Brasil”, Monteiro Lobato, e aguardava. Como tais custavam, o ex-diretor da Bolsa de Mercadorias da Bahia decidiu dar a entrevista sobre o petróleo do Lobato; nesse momento, forneceu dados e, junto ao repórter, levou “um fotografo aos campos do Lobato, e lá andou tirando varias fotografias, onde virá constatado o abandono em que se encontra o primeiro poço de petroleo do Brasil com outros perfurados depois de 21/1/1.939”⁶¹. Porém, até as ordens do destinatário, tais imagens e dados não seriam divulgadas.

O desgosto de Oscar Cordeiro recaía, acima de tudo, nos sujeitos que interviam nos negócios do petróleo do Lobato em sua gestão. “Todos aqueles que nos combateram, são figuras salientes em nosso Paiz”, informa a Monteiro Lobato; tais homens assumiram cargos eminentes na indústria petrolífera justamente por sabotar a campanha pró-petróleo, acreditava – e isso aumentava o seu rancor. Dessa maneira, anotava o remetente que Othon Leonardos era conselheiro do Departamento de Minas e Metalurgia; Fleury da Rocha, vice-presidente do Conselho Nacional do Petróleo; Nero Passos, chefe do C.N.P., a despeito da tentativa de desmornar os poços; Luciano de Moraes, “ainda continua solto, por falta de política”; etc. Por seu turno, os amigos arriscaram-se nos conchavos do Tribunal de Segurança Nacional “por terem procurado o engrandecimento da Pátria”⁶²! Os sentimentos de amargura, desgosto e injustiça não lhe abandonariam. Nessa perspectiva, para aguentar os infortúnios da vida, descreveu os inimigos do jeito que “degenerados brasileiros” e os *aliados*, companheiros da “gloriosa jornada do petroleo”⁶³; nessa síntese binária, os amigos encorajavam-se a recomeçar as ofensivas contra os adversários e a arrogar-se os traços de incansáveis combatentes do progresso nacional. Desistir comprovaria a história oficial.

⁶¹ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 4 de Junho de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581680.

⁶² Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 21 de Maio de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581690.

⁶³ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 4 de Junho de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581680.

Com efeito, Oscar Cordeiro atingia o paroxismo ao esperar os “dias [que] terão de vir, onde a bomba atômica venha separar o joio do trigo”. Cria na “grande justiça Divina, e por confiar, tenho tido coragem de enfrentar estes destruidores da nossa Patria”⁶⁴. Ora, a sua situação era horrível. Em 1947, não dirigia mais a Bolsa de Mercadorias da Bahia. Consoante às missivas, foi retirado da instituição sob o arbítrio do governo de Getúlio Vargas; nesse ano, retornaria ao antigo cargo, mas o governador Otávio Mangabeira desistiu da reintegração; os seus conterrâneos, admitia, “não tem o espírito de solidariedade, de justiça e de gratidão” e também sabotavam o “descobridor”⁶⁵. Os trabalhadores que durante oito anos escavaram as minas do Lobato subsistiam na miséria, ainda mal vestidos, mal alimentados⁶⁶. A democracia encorajava novas incumbências, mas o reconhecimento da sua atuação para a “independência econômica do Brasil” não veio; ao contrário, Oscar Cordeiro atinava no antipatriotismo e no descrédito dos concidadãos. Que restava dos combates, afora as “roupas estraçalhadas” e as “feridas ainda a sangrarem”? Somente as cartas do “Pioneiro da Campanha pelo Petróleo no Brasil, o Grande Mestre da mocidade brasileira, o meu companheiro Monteiro Lobato”⁶⁷. E nada mais.

Quais as repercussões dos artigos nos periódicos? Que aconteceu com o livro “A TRAGÉDIA DO PETRÓLEO NO BRASIL”? Monteiro Lobato resumiu a narrativa de Oscar Cordeiro e a editou na versão de *O escândalo do petróleo* de suas Obras Completas, em 1946, sob o título “Histórico do petróleo do Lobato”. Nesse texto, o contista admoestou contra “o roubo da sua obra, da sua descoberta [...] e da sua glória”, do martírio do *aliado* antes e depois da descoberta do petróleo, da mesma forma que seu sacrifício na história oficial. “E em vez do retrato de Oscar Cordeiro figurar num selo ou numa moeda como um dos benfeitores máximos de sua terra”, sobrevém a censura, “surgiu no Lobato aquele grotesco obelisco que cobrirá de vergonha os criminosos no dia em que forem chamados a contas por tantos e tantos crimes”⁶⁸. Decerto, isso nunca aconteceu e os comentários do romancista não mitigaram as angústias do amigo. Em uma das últimas cartas escritas a Monteiro Lobato, em 1946, anotava

⁶⁴ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 3 de Junho de 1.946 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581665.

⁶⁵ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 26 de Dezembro de 1.947 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581793.

⁶⁶ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 5 de Janeiro de 1.947 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581631.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. pp. 176-177.

o comerciante que mandava notícias ao “Caudilho que infelicitou a nossa Pátria durante quinze anos”, lá em São Borja, nos seguintes termos:

FASEM HOJE SETE ANOS QUE VOSSÊNCIA NACIONALIZOU AS MINHAS JAZIDAS DE PETROLEO, O SEU ATACHE INTERVENTOR LANDULFO ALVES MANDOU OCUPAL-AS COM FUSIS METRALHADORAS E O SEU SECRETARIO OU MINISTRO DA AGRICULTURA MANDOU CERCAL-AS COM ARAME FARPADO, COMO SE ALI FOSSE UM CAMPO DE CONCENTRAÇÃO NAZISTA; IMPEDIRAM ALI A MINHA ENTRADA, ISTO E, DO HOMEM QUE TRABALHOU, TRABALHA E CONTINUARÁ ATRABALHAR PELA GRANDESA DA PATRIA. MAIS TUDO PASSA NA VIDA DOUTOR GETULIO, VOSSÊNCIA NÃO É MAIS O GOVERNO DA MINHA PATRIA, E QUE HAVIA ASSALTADO-A EM 10 DE NOVEMBRO DE 1.937, O INTERVENTOR LANDULFO FOI EXPULSO DO GOVERNO BAHIANO E O MINISTRO FERNANDO COSTA TEVE UMA MORTE INGLORIA, QUANDO EU COMEMORAVA A DESCOBERTA EM 22 DE JANEIRO DESTE GRANDE ACONTECIMENTO NACIONAL, E O PETROLEO CONTINUA A JORRAR PARA A GRANDESA DA MINHA PATRIA. Oscar Cordeiro.⁶⁹

Oscar Cordeiro continuou a lembrar da descoberta do petróleo no Brasil; foi seu feito em nome da Pátria que sempre colocou acima de qualquer interesse pessoal. No entanto, a retórica nacionalista não era o suficiente; não conseguia recalcar a dor do esquecimento e do abandono; o sentimento de injustiça impregnava a escrita das correspondências. Não seguia em frente, de fato. A campanha pró-petróleo não teve apenas resultados práticos, industriais, siderúrgicos, também estraçalhou o psicológico daqueles que – por mais que se dissessem vencedores – perderam a luta. O ouro negro teve os seus traços abalizados, mas agraciou tão só os burocratas, engenheiros e técnicos do Estado Novo com novos atributos; os “pioneiros”, desprovidos das propriedades daquele elemento, retraíam-se em sua essência.

⁶⁹ Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 3 de Junho de 1.946 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581665.

6 CONCLUSÃO

“BENTIM – Sobre o petróleo e o estudante...”.

No decorrer de uma entrevista, a conversa entre Monteiro Lobato e Murilo Antunes Alves, da Rádio Record, tocou na questão do petróleo. O escritor sobejamente conhecido, nos seus 66 anos, mesmo após tantos reveses, ainda com a cárcere na memória, não ignorou o assunto, mas tergiversou:

LOBATO – Sobre o petróleo? Bem. É um assunto em que eu era muito versado antigamente. Eu levei dez anos entendendo de petróleo, tirando petróleo, furando a terra etc. Hoje eu noto que o petróleo fez um grande progresso: em vez de estar furando a terra, está tirando esmolas: virou mais um pobre... O Brasil tem agora entre os seus pobres habituais – os pobres da lepra, os pobres da tuberculose – tem o pobrezinho do petróleo. Já vi aí, num lugar, um caldeirãozinho, como esse do Exército da Salvação e um leteiro – “Pró-Petróleo”. São os estudantes que estão tirando dinheiro para fazer discursos sobre o petróleo. De maneira que o que eu sei sobre o petróleo é isso: que ele evoluiu muito e em vez de furar a terra, como no meu tempo, uma coisa muito perigosa... eu fui perseguido, estive na cadeia por estar furando a terra...¹

Monteiro Lobato estava esgotado; não só a campanha pró-petróleo o extenuou, mas o passar dos anos também era sentido. “Na nossa idade, com estes abalados organismos cheios de carunchos em que vivemos, há sempre o perigo da casa cair de um momento para outro”, escreveu ao amigo G. Rangel, em 19 de março de 1947. À noite, continuou o escritor, chegava, “em terrível aflição, a despertar subitamente agarrado à vida como um naufrago, nas últimas à tábua de Salvação”². Com isso, sua voz cansada, seu espírito abatido ou suas ideias inconclusas nos assustem menos; o criador da boneca Emília faleceria em 4 de julho de 1948 – e a entrevista ocorreu no dia 2, às 19h. Mas, nessas circunstâncias, como o romancista entendia a indústria de óleo e gás? Quais as cicatrizes desta história, o movimento popular pró-petróleo?

As reticências nos mostram o escrúpulo do “general do petróleo” em aprofundar a temática; afinal, “eu fui perseguido, estive na cadeia por estar furando a terra...”. O movimento em início – “O petróleo é nosso!” – traria outros caminhos à indústria em formação, também novos sujeitos, “os estudantes que estão tirando dinheiro para fazer discursos sobre o petróleo”. Monteiro Lobato acaso compreendeu que a sua atuação no setor se encerrara; os seus termos não eram mais os mesmos dos *aliados* do ouro negro de então.

¹ LOBATO, Monteiro. A última entrevista. In: _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p. 238.

² Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 580-581. (Buenos Aires, 19 de março de 1947).

Por isso, retirou-se? Quem sabe? Neste instante, certamente, a sua energia era toda dos livros destinados aos meninos e às meninas.

“Querem saber o que estou fazendo aqui... Meu Deus! Que coisa mais simples! Estou vivendo – e se vida não me faltar, escreverei mais uma série de livros, desta vez para *los niños* de toda a América, não só para os nossos, como eu fazia”, escreveu Monteiro Lobato, em 13 de agosto de 1946³. Com efeito, os livros para os pequenos o consagraram; o Sítio do Picapau Amarelo ainda é o seu maior legado. No entanto, as suas estórias posteriores à campanha pró-petróleo não irão renegar o ideário de uma nação soberana e rica, tal qual os Estados Unidos da América, e a importância da ciência nesse *projeto*. Em um suposto rascunho de uma “História da ciência”, encontramos o trecho a seguir:

- Comadre, este seu sítio até parece que tem parte com o demo. O que acontece por aqui deixa uma pessoa tonta. Já não falo das renações dos meninos, dessas viagens que eles andam fazendo lá pelas Grécias no ombro do tal de pirlimpimpim. Falo das coisas que vejo aqui. A beleza dos porcos que a senhora cria; a beleza das galinhas e a quantidade de ovos que elas botam – um por dia, e lá as minhas um só por semana. E o milho que a senhora colhe, comadre, trezentos alqueires por ano, o dobro da fazendeirada aqui dos arredores – e cada espiga que até parece boca de cavalo com os dentes arreganhados. E agora estas frutas... Será que seu sítio tem parte com o diabo, comadre?

Dona Benta riu-se.

- Tem parte com a Ciência, isso sim. Tudo quanto fazemos aqui não é feito às cegas, como os outros – e por essa razão as coisas do Picapau Amarelo assombram os vizinhos. Este craguatá, por exemplo, é a ciência de Lutero Burbank aplicada ao velho craguatá selvagem que toda gente conhece.⁴

A literatura destinada às crianças tinha como objetivo ensinar, semear as bases da ciência entre os meninos e as meninas. “Tudo o que a humanidade de amanhã vai ser está em germe na criança de hoje”, escreveu Monteiro Lobato em um conto inacabado; a criança deveria ser educada nos saberes científicos, com o intuito de cumprir as *expectativas* depositadas nela. Para tornar rica a nação, o caminho “seria dos mais simples: considerar a criança como o broto do futuro e condicionar esse futuro por meio do condicionamento do broto”⁵. Nessa orientação seguiu a campanha pró-petróleo: democratizar os conhecimentos sobre o subsolo brasileiro.

Como o petróleo se vinculou à história do Brasil? Monteiro Lobato entendia que o ouro negro não movimentaria os patrícios caso não se tornasse um *interesse nacional*. Desde

³ LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 122. Carta a Otaviano, Buenos Aires, 13 de agosto de 1946.

⁴ Idem. O Visconde científico. In: _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p. 223. (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 de abril de 1955).

⁵ Idem. O planejamento do futuro. In: _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 215-216. (*Almanaque do Pensamento*, São Paulo, 1949).

o início da Cia. Petróleos do Brasil, a sua atenção como *porta-voz* da iniciativa privada esteve empenhada em transmutar os conterrâneos em *aliados*; as entranhas da terra em riqueza. Porém, de que modo fazer isso em um País de “vocação agrária”? Ora, era necessário, no começo, esclarecer a monta do petróleo no contexto pós-Primeira Guerra Mundial; depois, informar a estrutura do negócio, os engenheiros, os técnicos, os mecanismos, as concessões, as garantias, as *experiências* e as *expectativas* a sustentar a missão. O escritor das *Cidades mortas* se serviu de artigos, crônicas, entrevistas, missivas e notícias, entre outros, como os livros autorais *O escândalo do petróleo* e *O poço do Visconde* e a tradu o de *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey, a fim de alcançar o maior número de brasileiros possível.

Durante anos, Monteiro Lobato investiu na indústria de óleo e gás. Curiosamente, suas a es no setor não receberam o mesmo tratamento analítico que outras das suas empresas, apesar da obstina o do contista, no que diz respeito ao petróleo até os seus últimos dias. Por que menosprezamos a campanha pr -petróleo em sua biografia? Por que as figuras do “pai do Jeca” e a do “general do petróleo” pouco coincidem nos trabalhos acadêmicos? Quais as razões do esquecimento dos “pioneiros” na história do petróleo em nosso País? Penso que as respostas de tais interroga es se devem a um roubo da História.

Getúlio Vargas conseguiu associar sua imagem   descoberta do petróleo no Brasil. A foto do ex-presidente com a mão suja de óleo acabou por ser o símbolo de uma história, na qual a interven o do Estado no domínio econômico resultou no controle dos recursos naturais da na o (Figura 7). Do mesmo jeito que as tensões às voltas das leis trabalhistas – e Monteiro Lobato notava isto, ao escrever que “Getúlio, com o seu faro de rato para queijo, meteu-se como chefe do trabalhismo, virou ‘pai dos pobres’ etc. Vai ter triunfos temporários e sujos”⁶ –, *aliados* do varguismo usurparam as vitórias do movimento popular pr -petróleo, omitiram os debates e as controvérsias da época, calaram os pioneiros e sepultaram os *projetos* rivais. Não por acaso, a memória da indústria petrolífera no Brasil se emaranhar com a trajetória política do ditador.

Entretanto, a custo os combustíveis fósseis transmutar-se-iam em um problema nacional sem o esforço anterior dos “petroleiros”. Monteiro Lobato e os seus esculcas conseguiram isso ao recorrer às fic es, já que era necessário dispor sentidos ao líquido fétido das entranhas da terra. Como se viu, as narrativas entusiasmaram os acionistas; sem a imagina o, a tecnociência não conseguiria mudar as ideias acerca dos tesouros do subsolo.

⁶ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 571. (São Paulo, 16 de dezembro de 1945).

Justamente esses componentes desprezados pelo sonho de uma “ciência pura” trouxeram premência à exploração das jazidas de petróleo no Brasil.

Descrevemos a escritura de uma ficção científica ao longo destas páginas. Nelas, os seus protagonistas não atingiram o sucesso, mas nem por causa disso ingressaram nos anais da História como derrotados. Pelo contrário, sua obra impactou a geração seguinte de maneiras ainda não estudadas; e estabeleceu os alicerces do nosso imaginário sobre o petróleo – moinhos de vento ou não. Getúlio Vargas gravou seu nome em um obelisco construído junto ao primeiro poço na Bahia, quer dizer, em uma pedra que um dia irá se desfazer; Monteiro Lobato registrou suas utopias em um mundo no qual as crianças podem morar... Cotejar assim a situação faz indagarmo-nos se, de fato, a vitória não seria uma ilusão de filósofos e de néscios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de et al (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.. Acesso em: 08 ago. 2021, 19:25.
- ALCANFOR, Lucilene Rezende. *Produção e circulação das obras didáticas de Monteiro Lobato*. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 2010.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.
- ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011
- AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.5: Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1985.
- BARRIE, J. M. *Peter Pan*. Tradução Julia Romeu. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BARROS, Gustavo. *Discurso e contexto: política siderúrgica no primeiro governo Vargas (1930-1937)*. Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada –FE/UFJF, 2012.
- BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cutrix, 2013.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 7. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BIGNOTTO, Cilza Carla. *Figuras de autor, figuras de editor: as práticas editoriais de Monteiro Lobato*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. Tradução Marcelo do Amaral Penna-Forte. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

BURITY, Luiz Mário Dantas. “Um nome para o Norte”: a candidatura José Américo de Almeida na campanha presidencial de 1937. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, 2019, Recife. São Paulo: Associação Nacional de História, 2019.

CAMARGOS, Marcia Mascarenhas; SACCHETTA, Vladimir. Procura-se Peter Pan... In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2002.

CAMPELLO, Carlos. A trajetória empresarial de Henrique Lage e as relações com o Estado (1918-1942). *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Londrina, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. TOMO I. 2.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CECCANTINI, João Luís. Cinquenta tons de verde: *Urupês*, o primeiro *best-seller* nacional. In: LAJOLO, Marisa (org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CHESTERTON, G. K. Como escrever uma história de detetive. Traduzido por Luciana Viégas. Publicado em *G. K. 's Weekly*, 17 de outubro de 1925. Disponível no livro “*O Tempero da Vida e Outros Ensaios*” e no endereço eletrônico www.sociedadechestertonbrasil.org. Acesso em: 17 abr. 2021, 18:03.

CHIARADIA, Kátia Nelsina Pereira. *Edição de textos fidedigna e anotada das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-1937): edição e estudo da correspondência entre Monteiro Lobato, Charles Frankie e alguns companheiros da Campanha Petrolífera, como Edson de Carvalho*. Tese – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: [s. n.], 2016.

CHIARADIA, Kátia. *Ao amigo Frankie, do seu Lobato: estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-37) e sua presença em O Escândalo do Petróleo (1936) e O Poço do Visconde (1937)*. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: [s.n.], 2008.

CHIARADIA, Kátia. *O poço do Visconde: o faz de conta quase de verdade*. In: LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís (org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DE LUCA, Tania Regina. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n'A barca de Gleyre. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Tradução Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DOYLE, Arthur Conan. *O cão dos Baskerville*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 116-133, 2003.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAYDEN, Rose Lee. *A literatura infantil de Monteiro Lobato: uma pedagogia para o progresso*. Tradução do texto Silvana Aparecida Palma. [s. n.]: 2012.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006

KUHN Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LAJOLO, Marisa. *Literatura: ontem, hoje, amanhã*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LANDGRAF, Fernando José Gomes. Ferremos o Brasil! In: LAJOLO, Marisa (org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: Obra adulta*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LATOURE, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão da tradução Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LATOURE, Bruno. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOURENÇO NETO, Sydenham. Estado e empresariado no nascimento da questão siderúrgica brasileira. *Saeculum*, João Pessoa, n. 29, 2013.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marco Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução Herbert Caro; revisão da tradução e posfácio Paulo Astor Soethe. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. 91. edição. Tradução Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2015.

MARTINS, Milena Ribeiro. Monteiro Lobato e os Estados Unidos: espectador, leitor, tradutor. *Revista USP*, São Paulo, n. 112, 2017.

MARTINS, Milena Ribeiro. *Negrinha*. In: LAJOLO, Marisa (org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Organização e introdução Osvaldo Caggiola; tradução do Manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília, DF: Thesaurus, 1985.

NUNES, Cassiano. *O patriotismo difícil: a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva*. São Paulo: [s. n.], 1981.

OLIVEIRA, Lucas Antunes. O romance policial na modernidade e na pós-modernidade: algumas considerações sobre o tema e uma leitura de *Los Detectives Salvajes*, de Roberto Bolaño. *Revista Investigações*, Recife, v. 26, nº 1, 2013.

ORWELL, George. *Dentro da baleia e outros ensaios*. Organização e prefácio Daniel Piza; tradução José Antonio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 8, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SMITH, Peter Seabor. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Tradução de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro: Artenova; Brasília, DF: Editora de UNB, 1978.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimento. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder*. Tradução: Leila Marina Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Cristina L.de Góes. São Paulo: Scritta, 1992.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

APÊNDICE A - FONTES

1. LITERATURA ADULTA DE MONTEIRO LOBATO.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010 [1944].

LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008 [1921].

LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6. ed. São Paulo: editora brasiliense, 1970 [1948].

LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009 [1919].

LOBATO, Monteiro. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010 [1948].

LOBATO, Monteiro. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009 [1948].

LOBATO, Monteiro. *Ferro e voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010 [1931].

LOBATO, Monteiro. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010.

LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008 [1919].

LOBATO, Monteiro. *Mister Slang e o Brasil*. São Paulo: Globo, 2008 [1927].

LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986.

LOBATO, Monteiro. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008 [1933].

LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009 [1920].

LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo: depoimentos apresentados á Comissão de Inquerito sobre o petróleo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011 [1936/1948].

LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009 [1926].

LOBATO, Monteiro. *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*. São Paulo: Globo, 2008 [1918].

LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009 [1947].

LOBATO, Monteiro. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010 [1918].

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo: 2009 [1918].

2. LITERATURA INFANTIL DE MONTEIRO LOBATO.

LOBATO, Monteiro. *A menina do narizinho arrebitado*. Livro de figuras por Monteiro Lobato com desenhos de Voltolino. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp., 1920.

LOBATO, Monteiro. *Dom Quixote das crianças*. Ilustrações Camilo Riani. São Paulo: Globo, 2010 [1936].

LOBATO, Monteiro. *Histórias do mundo para crianças*. 27. ed. Ilustrações de capa e miolo Manoel Victor Filho. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1933].

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. v. 1. Ilustrações Paulo Borges, 2. ed. São Paulo: Globo, 2008 [1931].

LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde: Geologia para as crianças*. Ilustrações de Belmonte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed. coment. São Paulo: Globo, 2010 [1937].

3. OUTROS LIVROS.

AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.

BEY, Essad. *A luta pela petróleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Inclui ilustrações originais de John Tenniel; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato – vida e obra*. TOMO II. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003.

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria*. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012.

LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo: Monteiro Lobato no banco dos réus*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977.

NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão: o sonho do aço brasileiro*. Brasília, DF: Thesaurus, 1985.

NUNES, Cassiano. *O patriotismo difícil: a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva*. São Paulo: [s. n.], 1981.

VARGAS, Getúlio. *A política nacionalista do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, [s. d.].

VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (org.). *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986.

4. PERIÓDICOS.

TODOS os periódicos analisados nesta tese se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional [<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>].

A. A Gazeta [São Paulo]:

- O petróleo no Brasil. *A Gazeta*, S. Paulo, p. 2, Quinta-feira, 26 de maio de 1932.
- NOVOS LIVROS DE MONTEIRO LOBATO. *A Gazeta*: edição infantil, São Paulo, n. p., Quinta-feira, 23 de dez. 1937.

B. Anuario Brasileiro de Literatura [Rio de Janeiro]:

- Nossa literatura infantil em 1937. *Anuario Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, p. 164, 1938.

C. A Noite [Rio de Janeiro]:

- O caso do engenheiro Felipe Romero. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.2, Terça-feira, 10 de abr. 1934.

D. Correio da Manhã [Rio de Janeiro]:

- MANIFESTO DA Companhia Petróleo Nacional, S/A (Em organização). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, Domingo, 17 de abr. 1932.
- REGO, Costa. A VINGANÇA DO MINISTRO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, Domingo, 21 de fev. 1937.

E. Correio Paulistano [São Paulo]:

- “O escândalo do petróleo”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Terça-feira, 11 de ago. 1936.
- A campanha do petróleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, Sexta-feira, 29 de mai. 1937.
- A descoberta de petróleo na Bahia. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quarta-feira, 25 de jan. 1939.
- A questão do petróleo foi debatida ontem na Assembléa Legislativa. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sábado, 12 de set. 1936.

- A questão do petróleo nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 18 de mar. 1936.
- A voz do Exército no problema do petróleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sábado, 30 de jan. 1937.
- COMPANHIA Mattogrossense de Petróleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, Domingo, 6 de dez. 1936, p. 1.
- EDIÇÃO DE QUINTA-FEIRA DO “CORREIO PAULISTANO”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, Domingo, 20 de set. 1936.
- FORAM DESCOBERTOS RICOS DEPOSITOS DE PETROLEO NO CHACO BOLIVIANO. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sábado, 20 de fev. 1937.
- GRANDE movimento na residência do sr. José Americo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 28 de mai. 1937.
- J. M. “EU QUERO AJUDAR O BRASIL!”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 30, Domingo, 18 de out. 1936.
- Jorrou petróleo nas jazidas de Lobato. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, Terça-feira, 24 de jan. 1939.
- LEIAM NA EDIÇÃO DE AMANHÃ DO “Correio Paulistano”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Quarta-feira, 16 de set. 1936.
- LIMA, Cunha. A questão do petróleo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, Quarta-feira, 19 de ago. 1936.
- LOBATO, Monteiro. “Eu quero ajudar o Brasil”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Quinta-feira, 17 de set. 1936.
- LOBATO, Monteiro. A marquezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936.
- LOBATO, Monteiro. A primeira referência a grandes reservas de petróleo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, Terça-feira, 22 de set. 1936, p. 3.
- LOBATO, Monteiro. Novos horizontes do petróleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Domingo, 30 de mai. 1937.
- LOBATO, Monteiro. Porque o Brasil não tem petróleo (Carta aberta ao sr. ministro da Agricultura). *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 13 de fev. 1936.
- MONTERO, Jeronymo. A palavra do Exército, no caso do petróleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 11, Quinta-feira, 4 de fev. 1937.
- MONTERO, Jeronymo. Sr. ministro! Que fez do Oppenheim? *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, Sábado, 20 de fev. 1937.

- Notas e commentarios – PETROLEO NACIONAL. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, Domingo, 29 de dez. 1935.
- O escandalo do petróleo em Alagoas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p.5, Sexta-feira, 23 de ago. 1935.
- O inquerito sobre o petroleo nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 9, Sexta-feira, 24 de abr. 1936.
- O petroleo em São Paulo – III. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 27, Domingo, 4 de outubro de 1936.
- O petroleo no Paraná. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 9, Terça-feira, 5 de jan. 1937.
- O problema do petroleo brasileiro. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 13 de ago. 1936.
- O problema do petroleo na Assembléa Legislativa de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 9, Domingo, 13 de set. 1936.
- O problema do petroleo no Estado do Paraná. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 24, Domingo, 17 de jan. 1937.
- O problema do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, Sexta-feira, 26 de fev. 1937.
- Poder Legislativo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sexta-feira, 11 de set. 1936.
- RECEBIDA auspiciosamente, de Norte a Sul, a candidatura José Américo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 28 de mai. 1937.
- SCHMIDT, J. C. (Araras). Vamos dar petroleo ao Brasil! *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, Sexta-feira, 5 de mar. 1937.
- Um voto de applausos pelo aparecimento de “O escandalo do petroleo”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, Domingo, 23 de ago. 1936.
- Uma grande victoria na campanha do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Terça-feira, 16 de fev. 1937.
- Uma hora dramatica do problema do petroleo no Brasil. Petroleo á vista em Alagoas! *Correio Paulistano*, São Paulo, pp. 1 E 18, Domingo, 29 de dez. 1935.
- Uma hora feliz da historia do petroleo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, Sexta-feira, 10 de jan. 1936.

F. *Diário Carioca* [Rio de Janeiro]:

- D. BOSCO e o caso do petroleo. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, p. 7, Sexta-feira, 19 de mar. de 1937.

G. Diário de Notícias [Rio de Janeiro]:

- COSTA, Dante. Literatura infantil. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, Sábado, 25 de dez. 1937.
- LOBATO, Monteiro. Os novos bandeirantes. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Domingo, 24 de set. 1933.

H. Diário Nacional [São Paulo]:

- A localização das jazidas de petróleo. Far-se-ão no Brasil experiências do indicador do dr. Romero. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 2, Sábado, 19 de dezembro de 1931.
- As investigações petrolíferas. O dr. Romero no Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 1, Quinta-feira, 24 de março de 1932.
- Companhia Petroleos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Quarta-feira, 8 de junho de 1932.
- Novas pesquisas no sub-solo brasileiro. As provas do Indicador Romero em S. Paulo. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, Sexta-feira, 18 de março de 1932.
- S. Pedro do Tucum é uma das zonas petrolíferas mais ricas do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, p. 5, 6 de abril de 1932.

I. Diário Oficial da União [Rio de Janeiro]:

- SYNDICATO NACIONAL DE INDUSTRIA E COMMERCIO S. A. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1931.

J. Folha da Manhã [São Paulo]:

- A offensiva paulista para a conquista do petróleo. *Folha da Manhã*, São Paulo, p.5, Sábado, 1 de jul. 1933.
- A Sensacional obra sobre o PETROLEO! *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 3, Domingo, 23 de jun. 1935.
- BASTOS, Lourival. Traços de um grande escritor. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 6, Terça-feira, 10 de dez. 1935.
- CANDIDO, Antonio. Notas de crítica literária: Monteiro Lobato. *Folha da Manhã*, São Paulo, Domingo, 10 de dezembro de 1944, p. 7.
- Companhia Petroleo Nacional S. A. *Folha da Manhã*, São Paulo, p.1, Domingo, 24 de set. 1933.
- Companhia Petrolífera Brasileira (Em formação). *Folha da Manhã*, São Paulo, p.1, Quinta-feira, 2 de jun. 1932.

- NOVAS RIQUEZAS PETROLIFERAS NO BRASIL. *Folha da Manhã*, São Paulo, p.1, Sexta-feira, 18 de mar. 1932.

- REGO, José Lins do. Dois escritores. *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 6, Terça-feira, 25 de jun. 1935.

K. *Folha da Noite* [São Paulo]:

- O dr. Romero não desapareceu, está nos Estados Unidos! *Folha da Noite*, São Paulo, p.3, Sexta-feira, 20 de abr. 1934.

- O petroleo constitue uma grande riqueza em perspectiva. *Folha da Noite*, São Paulo, p.1, Sábado, 23 de abr. 1932.

- O PETROLEO NO BRASIL. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 3, Segunda-feira, 14 de set. 1936.

- UMA EXCURSÃO Á FAZENDA ARAQUÁ. *Folha da Noite*, São Paulo, p.1, Segunda-feira, 22 de mai. 1933.

- VENDEU O PRODUCTO DE SUA INVENÇÃO E FUGIU COM O APPARELHO. *Folha da Noite*, São Paulo, p.5, Sexta-feira, 6 de abr. 1934.

L. *Jornal do Commercio* [Rio de Janeiro]:

- Contra os interesses do Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 11, Quinta-feira, 21 de nov. 1935.

- CORDEIRO, Oscar. Os technicos do Ministerio da Agricultura e o petroleo bahiano. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 20, Domingo, 17 de nov. 1935.

- INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Segunda-feira, 27 e Terça-feira, 28 de mar. 1933.

- INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Segunda-feira, 17 e Terça-feira, 18 de fev. 1936.

- INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Segunda-feira, 30 e Terça-feira, 31 de jan. 1939.

- INTERIOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Sexta-feira, 28 de abril de 1933.

- NOTICIAS DA BAHIA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 19, Domingo, 15 de abril de 1934.

- NOTICIAS DA BAHIA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 8, Segunda-feira, 4 e Terça-feira, 5 de dez. 1933.

- NOTICIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 16, Domingo, 10 de jun. 1934.

- NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 17, Domingo, 20 de mai. 1934.

- NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, Sabbado, 26 de jan. 1935.

- NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, Segunda-feira, 21 e Terça-feira, 22 de jan. 1935.

- NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, Segunda-feira, 18 e Terça-feira, 19 de fev. 1935.

- NOTÍCIAS DA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 6, Quarta-feira, 13 de mar. 1935.

- O PETROLEO NA BAHIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, Quarta-feira, 13 de nov. 1935.

- REVISTA DOS ESTADOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 14, Domingo, 16 de ago. 1936.

- VARIAS NOTÍCIAS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 7, Quarta-feira, 1 e Quinta-feira, 2 de mar. 1933.

M. *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro]:

- GUSTAVO, Paulo. Pintinhos com juízo e homens malucos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, Domingo, 19 de dez. 1937.

- LIVROS NOVOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, Quarta-feira, 22 de dez. 1937.

N. *O Jornal* [Rio de Janeiro]:

- A INDÚSTRIA DO AÇO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, Sexta-feira, 8 de jan. 1932.

- A VISITA DO SR. GETÚLIO VARGAS Á USINA EXPERIMENTAL DO FERRO SMITH. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 5, Sexta-feira, 9 de out. 1931.

- BULCÃO, Fortunato. PRODUZIR FERRO SEM HULHA – NOVO E SENSACIONAL PROCESSO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, Domingo, 13 de jan. 1929.

- DADO INÍCIO Á PRODUÇÃO DE AÇO NACIONAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 9, Domingo, 25 de jan. 1931.

- NOVAS PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA METALÚRGICA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, Terça-feira, 6 de out. 1931.

- O “Processo Smith” e o programma siderúrgico nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, Terça-feira, 29 de abr. de 1930.

- O problema da grande siderurgia no Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, Terça-feira, 17 de mar. 1931.

- O PROCESSO SMITH DE FABRICAÇÃO DE FERRO-ESPONJA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, Terça-feira, 15 de set. 1931.

- SÃO PAULO - O REGRESSO DO GENERAL IZIDORO – A EXPLORAÇÃO DO FERRO PELO PROCESSO SMITH, ATRAVÉS DA PALAVRA DO DR. BARROS PENTEADO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 16, Quinta-feira, 17 de set. 1931.

O. *O Radical* [Rio de Janeiro]:

- LOBATO, Monteiro. O escandaloso negativismo official do petroleo e a replica allemã. *O radical*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, Domingo, 25 de abr. 1937.

P. *Vida doméstica* [Rio de Janeiro]:

- SGARBI, Octavio. A respeito de livros para crianças. *Vida domestica*, Rio de Janeiro, n. p., n.º 238, out. 1938.

5. ACERVO MONTEIRO LOBATO. BIBLIOTECA MONTEIRO LOBATO.

- CARTA aberta para Monteiro Lobato <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 4. N. A. 1229524.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 21 de Julho de 1933 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581785.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 23 de Março de 1.944 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581769.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 29 de Março de 1.944 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581776.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 29 de Dezembro de 1.944 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581757.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 3 de Abril de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581721.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 20 de Abril de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581726.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 21 de Abril de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581713.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 21 de Maio de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581690.

- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 4 de Junho de 1.945 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581680.
- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 3 de Junho de 1.946 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581665.
- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 5 de Janeiro de 1.947 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581631.
- Carta de Oscar Cordeiro a Monteiro Lobato. Bahia, 26 de Dezembro de 1.947 <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 31. N. A. 1581793.
- COMPANHIA PETROLEOS DO BRASIL. PROPOSTA PIEPMeyer <manuscrito>: SEXTA COMUNICAÇÃO. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583902.
- COMPANHIA PETRÓLEOS DO BRASIL, SETIMA COMUNICAÇÃO. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583905.
- LOBATO, Monteiro. Methodos geophysicos applicados pela ELBOF <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583920.
- LOBATO, Monteiro. O PETROLEO DE RIACHO DOCE, EM ALAGOAS, <PT. I>-II <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583935.
- Pesquisas systematicas sobre petroleo. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 24. N. A. 1583949.

6. CORRESPONDÊNCIA ENTRE MONTEIRO LOBATO E CHARLES FRANKIE.

A correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie pode ser encontrada em CHIARADIA, Kátia Nelsina Pereira. *Edição de textos fidedigna e anotada das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-1937):* edição e estudo da correspondência entre Monteiro Lobato, Charles Frankie e alguns companheiros da Campanha Petrolífera, como Edson de Carvalho. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2016; e CHIARADIA, Kátia. *Ao amigo Frankie, do seu Lobato:* estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-37) e sua presença em *O Escândalo do Petróleo* (1936) e *O Poço do Visconde* (1937). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Riacho Doce, 36, 05, 28. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00013).
- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 13. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00028).
- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 21. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00030).

- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 04, 26. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00031).
- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 03. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00032).
- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 16. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00034).
- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 30. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.1.00036).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 30, 11, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00041).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 5, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00042).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 10, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00043).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 15, 12, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00044).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 37, 04, 17. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00145).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 37, 04, 28. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00146).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 2, 2, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00049).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 11, 3, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00050).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 35, 03, 15. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00052).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 15, 3, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00053).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 1 de Abril de 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00056).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 01, 05, 35. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00058).

- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 03, 05, 35. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00059).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 7, maio, 934. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00061).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 16, 05, 35. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00063).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 24, 5, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00064).
- Carta de Monteiro Lobato e Carlos Monteiro Brisolla, Presidentes da Cia. Petróleos do Brasil, ao Ilmo. Sr. Eng^o C. H. W. Frankie. Sonda do Araquá, Maio, 29 de 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00066).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 30, 5, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00067).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos 7, 35, 06, 07. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00071).
- Carta de Álvaro [?] a Charles Frankie. S.l., 35, 06, 15. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00072).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Emílio Ribas, 24, 6, 935. Fundo Charles Franckie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00075).
- Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Piracicaba, 37, 05, 25. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00142).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 37, 04, 12. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00144).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. Paulo, 37, 04, 17. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00145).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. S. l., 37, 05, 27. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00147).
- Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 37, 06, 01. Fundo Charles Frankie, CEDAE, IEL, UNICAMP (ChF1.2.00148).

7. LEGISLAÇÃO.

- BRASIL. Dec.-lei 1.217, de 24 de abril de 1939. Dispõe sobre as autorizações de pesquisa e concessões de lavra de jazidas de petróleo e gases naturais e dá outras providências. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 1 jan. 2021.

- BRASIL. Dec.-lei n. 1.369, de 23 de junho de 1939. Transfere para o Conselho Nacional do Petróleo o material do Ministério da Agricultura destinado a pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gases naturais e dá outras providências. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 1 jan. 2021.

- BRASIL. Dec.-lei n. 395, de 29 de abril de 1938. Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, e dá outras providências. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 26 mar. 2021.

- BRASIL. Dec.-lei n. 938, de 8 de dezembro de 1938. Sujeito à autorização do Governo o funcionamento das sociedades constituídas para fins de mineração ou de aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e dá outras providências. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 1 jan. 2021.

- BRASIL. Dec.-lei n. 961, de 17 de dezembro de 1938. Dá nova redação ao n. I do art. 3º do Decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 1 jan. 2021.

8. OUTROS DOCUMENTOS.

- AZEVEDO, Fernando de; DORIA, Afranio Peixoto A. de Sampaio; TEIXEIRA, Anísio Spinola *et. al.* O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. especial, P pp. 188-204, ago. 2006.

- BARBOSA, Rui. A questão social e política no Brasil. *Ci. & Tróp.*, Recife, 9(2): 171-175, jul./dez., 1981.

- BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Producção, 1936.

ANEXO A - FIGURAS

Figura 1 – Fragmento da CARTA aberta para Monteiro Lobato <manuscrito>. Biblioteca Monteiro Lobato. Acervo Monteiro Lobato. PASTA 4. N. A. 1229524. p. 1. Não consta o nome do remetente no documento; somente que era uma missiva destinada ao “pai do Jeca”, sem maiores esclarecimentos. Foto retirada pelo autor desta tese.

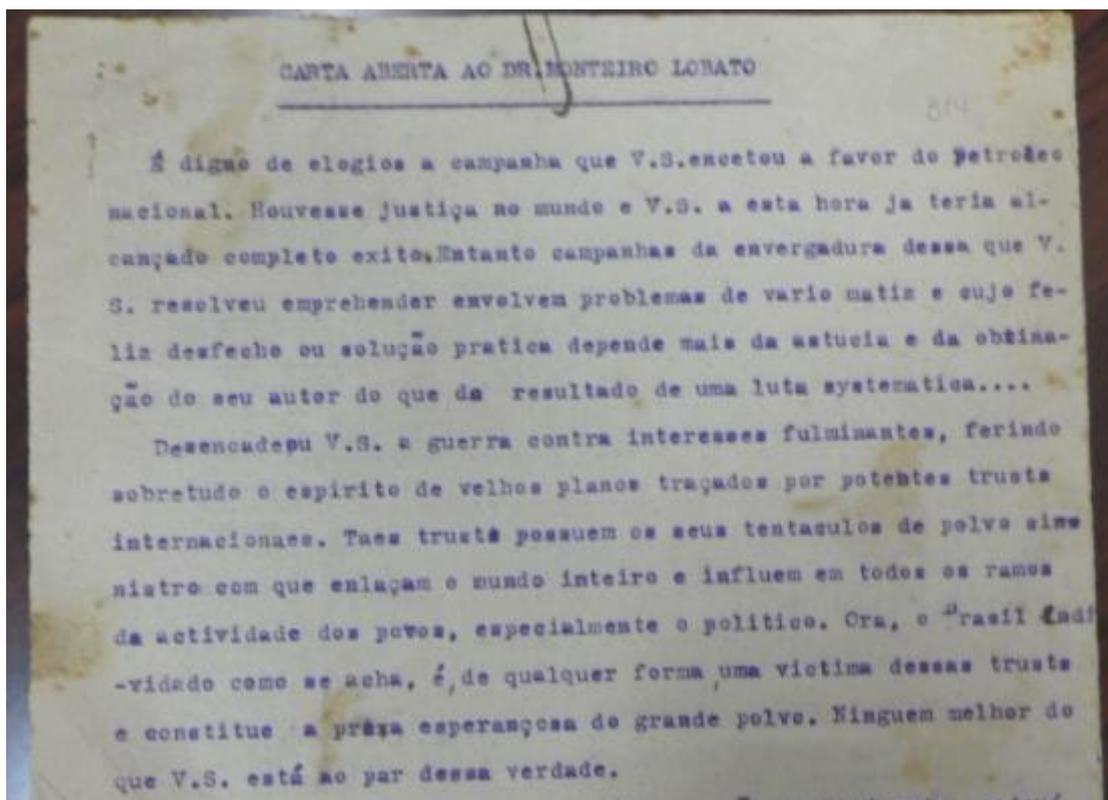


Figura 2 – Fotografia do sr. Francisco Sylvino Gurgel conversando com os redatores do *Correio Paulistano*. FONTE: J. M. “EU QUERO AJUDAR O BRASIL!”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 30, Domingo, 18 de out. 1936.



Figura 3 – Capa de BEY, Essad. *A luta pela petroleo*. Tradução Charley W. Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Acervo pessoal do autor desta tese.

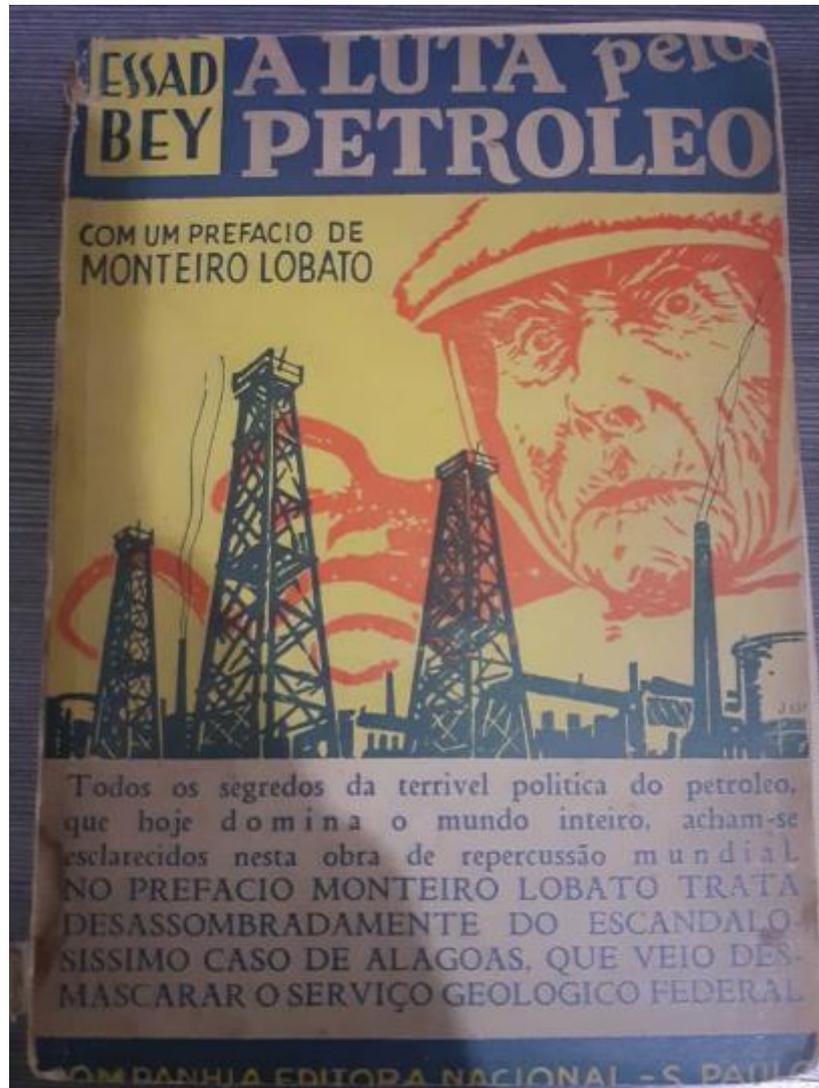


Figura 4 – Fragmento de LOBATO, Monteiro. A marquezinha do Riacho Doce. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 24 de set. 1936. Destaque para as fotografias do túmulo da marquezinha do Riacho Doce e da desembocadura do Riacho Doce.

Quinta-feira, 24 de Setembro de 1936

CORREIO PAULISTANO

A marquezinha do Riacho Doce

MONTEIRO LOBATO

EM Alagoas. A quatorze quilômetros de Maceió a estrada real em certo ponto margeia-se de duas casinhas humildíssimas — o bairro do Riacho Doce. A capella, uma ou duas vendas onde pouco ha que vender, a agenciazinha do correio onde a chegada duma carta constitue acontecimento. Moram ali pescadores e gente que lida com cocos. Felizes do mar e fructos do coqueiro — a vida do Riacho Doce se condiciona a isso.

Ha belleza natural. Lindo, o oceano, dividido em tres faixas; primeiro, uma de pal-

Uma preguicinha criada por Edson de Carvalho, fallecida antes de completar um anno de idade. Recebeu-a de presente, filhotinha ainda e transformou-a em "pet". Nas casas sem crianças ha sempre um animal, cão ou gato, que se beneficia dos carinhos maternos e paternos privados do alvo normal dos filhos. Na vivenda de Edson não havia cão nem gato. A preguicinha tornou-se o "pet" querido.

A embauva do quintal fornecia-lhe os brotos com que se alimentava. Preguica não vive sem embauva perto. Foi

penetrar nas propriedades da empresa. Tivo de fugir para o Rio, onde pacientemente ficou á espera de que o interventor cahisse...

Um dia o interventor cahiu e Edson pôde voltar para sua casinha do Riacho Doce. Mas em que situação económica, santo Deus! Em que situação moral! Dinheiro já não havia nenhum. Dias houve de faltar cinco mil réis para a comida — mas a sua convicção quanto á existencia do petroleo no Riacho Doce era tamanha que nada lhe quebrava o arder. Não tinha dinheiro? Muito bem. Trabalharia sem dinheiro.

Loucura para! Perfurar sem dinheiro! Realizar esse trabalho e dispendiosissimo, que é uma perfuração, sem dinheiro! Já era o delirio do homem tomado de idéa fixa. Já era transformo mental. Ninguém se apiedou d'elle, ninguém se riu, como no palacio do duque todos riam do cavalleiro de la Mancha, porque, abandonado de todos, ninguém mais acompanhava a acção de Edson.

O pioneiro leuco despiu o paletó e, impossibilitado de contractar um sondador, fez-se elle mesmo o sondador da Nacional. Auxiliado por dois homens dali, ex-pescadores que não precisavam de dinheiro para viver, pois tinham o mar e os cocos, meteu mãos ao trabalho.

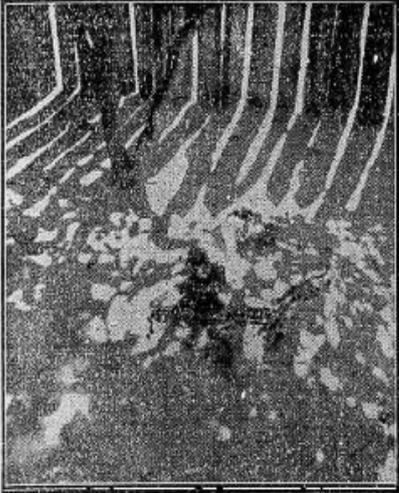
Um grande sonho o animava. Edson sabia, tinha provas de que o ultimo poço lá aberto pelo antigo Serviço Geologico, em 1922, tocara em petroleo livre aos 330 metros. Ora, si elle conseguisse chegar a essa profundidade, fatalmente tambem tocava em petroleo — e tudo estaria salvo. O segredo da sua resistencia verdadeiramente absurda deve ter sido esse.

cinco. Quinhentos mil réis! Uma fortuna. — e Edson, com as esperanças renascidas, voltou radiante para casa, para a sonda, para o serviço. E pôde perfurar mais uns metros.

Mas o dinheiro acabou. Nova entrada pelos scrtões. Nova catechese. Novas semanas de soafheira terrível. Novo dinheirinho em notas ressecas, de tanto tempo guardadas no lenço vermelho, lá no fundo das arcas. E Edson voltou e mais uma vez retomou o serviço, perfurando mais uns metros.

do. José Bach, Pinto Martins, elle...

Quando pisou na varanda da sua modesta vivenda, o plano da nova vida já estava definitivamente assente em sua cabeça: fugir para o sul no dia seguinte. Chamou a esposa para communicar-lhe a resolução. Dona Elisa não estava. Só estava em casa a Marquezinha, que, ao vê-o, lhe abriu os braços. Edson tomou-a e sentou-se na rede, a olhar para aquellas oitavas negrissimas. Notou que no abraço da preguicinha havia qualquer coisa de novo, de mais forte, de mais significa-



O túmulo da marquezinha do Riacho Doce

lido verde veronex; depois, logo elevada no marquezado. Virou a Marquezinha do Ri-



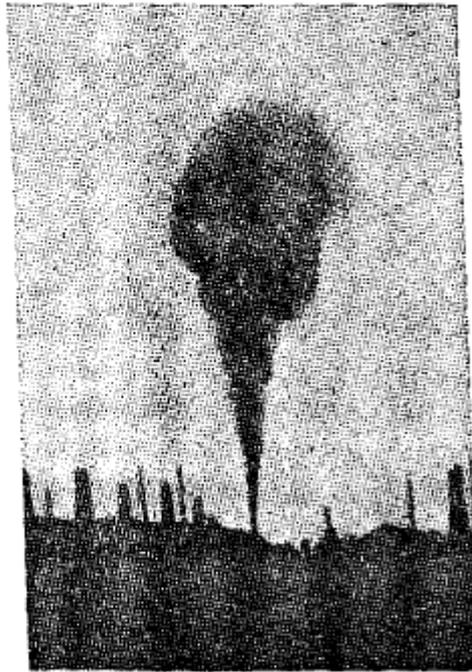
Desembocadura do Riacho Doce

Tercera entrada no sertão. Tivo. Também notou que seu

Figura 5 – Fac-símile de uma publicação no matutino “O Radical”, em 17 de abril de 1935, a constar no texto de BRAGA, Odilon. *Bases para o inquerito sobre o petroleo*: exposição feita ao Sr. Presidente da Republica em março de 1936 pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura – Secção de Publicidade da Directoria de Estatistica da Produccão, 1936. p. 63.

Para libertar o paiz da escravidão economica

Vencendo o pessimismo que envolve interessadamente todas as nossas boas iniciativas serão novamente tentadas no Brasil explorações scientificas á procura de petroleo em nosso sólo



Um poço de petroleo em ebulição no Alasca

Parece que o governo de São Paulo resolveu interessar-se pelo assumpto petroleo n-

almo territorio, cerca de 50 per-
furações. Só nos Estados Uni-
dos, de 1259 em diante, o nu-

mentos e no criterio dos órgãos legi-
slativos da Soberania Nacional.

Para libertar o paiz da escravidão economica

(Continuação de 2ª pag.)

Por isso o Chile que sómente se limita com a Bolivia, e a Argentina que se limita com esta e o Paraguav, decidiram afastar dos convenios commerciaes o Brasil que se confina com a Bolivia e Paraguay, e que de uma comprou o Acre e com o outro lutou cinco annos.

Nós temos schistos betuminosos em S. Paulo, na Bahia, Alagôas, etc., que dão, por distillação, alto teor de oleos. Outros paizes distillando schistos multissimos mais pobres em oleos, delles extrahem gasolina, como occorre no Japão, França, etc.

Por um prospecto da Companhia de Petroleo do Brasil, as futuras perfurações em S. Paulo estão entregues agora a geophysicos allemães da Companhia Elbof.

E' possivel que do poço do Municipio de S. Pedro, cuja profundidade attinge a mais de mil metros, ou da perfuração Balloni cuja sondagem já se encontra a 1.215 metros, não surja petroleo.

O assumpto, porém, vaee entrar em phase decisiva: o governo paulista resolveu ajudar as perfurações e entregou o caso a technicos allemães e assim o petroleo apparecerá, tenba ou não decidido em contrario a insondavel sabedoria do nosso e o Serviço Geologico.

Uma coisa notamos apenas. Apesar do triste cambio, a gasolina ainda é vendida a 1\$100 o litro, vindo daquelles fundões do mundo para chegar aqui a este preço! Qualquer garrafa de agua mineral brasileira que tem menos de um litro, mesmo as collectadas nos arredores da Capital Federal, custa proporcionalmente muito mais que

Figura 6 – Fragmento de LOBATO, Monteiro. A primeira referencia a grandes reservas de petroleo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, Terça-feira, 22 de set. 1936, p. 3.

Terça-feira, 22 de Setembro de 1936

CORREIO PAULISTANO

A primeira referencia a grandes reservas de petroleo no Brasil

D. BOSCO, EM 1883, ENTREVIU E PREDISSE A DESCOBERTA DE INNUMEROS LAGOS SUBTERRANEOS DE PETROLEO EM NOSSO PAIZ

Declinamos hoje publicar uma reportagem deste jôllia sobre as revelações propheticas de D. Bosco — hoje São João Bosco — relativamente à existencia de vastas jazidas de petroleo no sub-solo do Brasil.

Como Monteiro Lobato, o grande líder do movimento petrolifero brasileiro, accedeu-se em sentir do assumpto, com a propheticidade e a segurança de seus conhecimentos, profetias e o encargo de expôr, com a clareza que lhe é habitual, a impressionante propheticidade do herico fundador da Congregação dos Salesianos. D. Bosco tinha a visão das coisas e dos acontecimentos, a qualquer distancia do tempo e do espaço. Suas propheticas sempre revelaram a configuração da realidade, quer no dominio espiritual, quer se estenda secular da sociedade e da humanidade.

Aguardemos, agora, o que o futuro, em breves, dirá sobre as suas propheticas do petroleo no Brasil.

Não deixa de ser estranho que Patagônia, e certo dia, encalando a affirmacão de grandes jazidas de petroleo na América do Sul, especificadamente as estratificacões entre os graus 15 e 30, latitude que aponta Mato Grosso não tenha de nenhum petroleo.



D. Bosco

o explorador de azerios, ou oceano imaginativo. Venha de Deus Bosco, um pôssio aserido- que por merito de suas es- especiacas virtudes a Igreja an- tificou. E isto ocorreu em 1863, nãta época em que o petroleo estava longe de ter a importância economica de hoje, servindo apor- tação de iluminação, para- flos de iluminação.

Entre Don Bosco preoccupa- ções e estudos dum Vigário e dum Prefeito. Aprendera, na

Passado o grau 15, e o caminho para o grau 30, se desdobram-se ante seus olhos imensas pla- niúrias e montes pouco elevados (isto de terra, como elle diz, são as elevações d'agua), em cujas entradas se escondiam riquissimas mineras prodigiosas. Inconsci- vemente jazidas de servido de podra e RESERVAS DE PETROLEO CO- MO JAMÁS FORAM ACHADAS EM OUTROS LUGARES. E ac- centua que esse solo de terra, bastante largo e longo, emergia dum lago. Quem estada no espa- ço a zona descripta percebe cla- ramente que elle se poderia re- ferir-se ao grande pantanal ma- gno, ou ao Pantanal de Xarés, naquelle periodo do anno se transformava em lago pelas chuvas de estiaje. Desde logo emanaram os "arcos de terra" — isto é, as elevações constitucio- nadas do systematico occupation da Serra da Botocoua.

No dia em que se desenvolveram as minas ocultas nas entradas daquellas montes, diz elle, surpri- ta ali a Terra da Promissão, fíente de leite e de mel — e a- gora uma riqueza inconcebivel".

Tendo-se referido na phrase au- toritar a imensas jazidas de pe- troleo, este "flumine de leite e mel" diz desde nãtaro petroleo com palavras indirectas — por é

este sul grado zero, e vastas minas ocultas de petroleo. A primeira referencia a grandes reservas de petroleo no Brasil.

lago. E então uma vez me disse especificadamente: Quando vierem buscar os mineros — se eu não me lembro destes nomes, surgirá aqui a terra da promissão, flumine de leite e mel. Será uma riqueza inconcebivel".

Ha duas maneiras de interpre- tar estas propheticas, as visões no tempo — como também as visões no espaço. Uma, religiosa, em que o petroleo, ou o vislumbração, é a como integrante de potencia subterrâneas, ou, entre os espiri- tuos, de Deus. Outra, a scientifi- ca, em que toas ornatras se mostram possuidoras dum certo sentido, ou da facilidade de se projectarem além de si proprias, tanto no tempo como no espaço.

No primeiro livro que Alex. Car- vel fez de publicar, "Man the Unknown", em que o grande scientista franco-americano ma- tra como o homem além de se des- cobrirem a si mesmo, ha referen- ças a suas facilidades prodigiosas de cruzar fronteiras anatomicas.

"A critica expande-se a gran- des distancias, diz Carvel, pôde cruzar equinos e continentes em tempo tão curto que se terra in- apreciavel. Pode encontrar no meio duma multidão a pessoa de- sejada e communicar-lhe pen- samentos. Pode descrever um im- mensidade e contaria duma gran- de metropole moderna, e com o quarto e o individuo que precisa, embora nada conhecendo dos lu- gares. Os seres distantes desta fór- ma de actividade comportam-se como aves catavolvas, como minhas dum extranho tipo, que projectam suas pseudopodas a distancias inconcebivels".

E mais adiante: "Entre cer- tas creaturas e a natureza exis- tem subta e obscuras relações. Tães homens podem projectar-se no espaço e no tempo, apresentan- do realidades concretas. Pu- devem escutar a si proprios e também a continências pignas (psychical continuum).

E ainda: "Ha em certas indi- viduos um elemento psychico que se chama de visões no tempo. Como ja mencionei, os clarividentes per- cebem não só factos especime- ntes remotos como também acen- tuamentos passados ou a ainda a visões no futuro. Parecem visões



Peça "MOSCA TEL" UNICO

lago ha 33 annos previsto por Don Bosco, quando ninguém se atrevia aharava com petroleo na América do Sul e muito menos naquelle local de deserto.

O mesmo se dá com o que Don Bosco previa na planura e solos de terra do Mato Grosso, entre os graus 15 e 30 de lati- tude. As imensas riquezas re- servadas da "terra pataviana" são pedras a não o lançadas via- couda de commercio. E as depozitas de petroleo que elle já as- signalava, hão de amonhar a mundo com a sua presença. O pe- troleo do Xarés, já o disse nãta creatura que nada tem de santo, está destinado a formar os alca- ções do Quarto Poder Mundial do Petroleo. Os factos hão de demonstrar que, como o viu Don Bosco, existem realmente lá res- ervas de petroleo em abundancia

Figura 7 – Fotografia de Getúlio Vargas com a mão suja de petróleo da refinaria de Mataripe – Bahia, em 1952. Disponível em: RIBEIRO, Antônio Sérgio. Petrobras: 50 anos de história. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=263814>. Acesso em 01/06/2021, 20:02.

